

REVISTA
DA
FACULDADE DE LETRAS

UNIVERSIDADE DO PORTO

REVISTA
DA
FACULDADE DE LETRAS

HISTÓRIA



II SÉRIE • VOL. XII • PORTO • 1995

REVISTA DA FACULDADE DE LETRAS
HISTÓRIA

DIRECTOR — PRESIDENTE DO CONSELHO CIENTÍFICO
(PROF. DOUTOR EDUARDO ABRANCHES SOVERAL)

COORDENADOR — PROF. DOUTOR JOSÉ MARQUES

SEDE E REDACÇÃO — FACULDADE DE LETRAS DO PORTO
VIA PANORÂMICA, S.N.
4100 PORTO
PORTUGAL

TIRAGEM — 500 EXEMPLARES

PUBLICAÇÃO ANUAL

ISSN 0871-164X

Depósito Legal N.º 19.791/88

OS ARTIGOS SÃO DA EXCLUSIVA RESPONSABILIDADE DOS SEUS AUTORES

ÍNDICE GERAL

	Pág.
GERALDO J. A. COELHO DIAS <i>Perspectivas bíblicas da mulher e monaquismo medieval feminino</i>	9
MARIA HELENA DA CRUZ COELHO e ARMANDO LUÍS DE CARVALHO HOMEM <i>Origines et évolution du registre de la Chancellerie Royale Portugaise (XIII^e-XV^e siècles)</i>	47
LUÍS MIGUEL DUARTE <i>A actividade mineira em Portugal durante a Idade Média</i>	75
MARIA CRISTINA CUNHA <i>A Ordem de Avis e a Monarquia Portuguesa até ao final do reinado de D. Dinis</i>	113
HUMBERTO BAQUERO MORENO <i>Conflitos em Loulé entre os Barretos e os seus opositores no século XV</i>	125
HUMBERTO BAQUERO MORENO <i>O papel da Diplomacia Portuguesa no Tratado de Tordesilhas</i>	135
JOSÉ MARQUES <i>L'écriture de Francesco Cavalcanti, une nouveauté au Portugal — 1482</i>	151
JOSÉ MARQUES <i>A igreja no mundo do Infante D. Henrique</i>	183

JOÃO FRANCISCO MARQUES	Pág.
<i>Os jesuítas, confessores da Corte Portuguesa na época barroca (1550-1700)</i>	231
AMÉLIA POLÓNIA	
<i>Mestres e pilotos das carreiras ultramarinas (1596-1648)</i>	271
FRANCISCO RIBEIRO DA SILVA	
<i>A Misericórdia de Santa Maria da Feira — breve notícia histórica</i>	355
AURÉLIO DE OLIVEIRA	
<i>A Universidade Bracarense</i>	371
M. ^a ISABEL DEL VAL VALDIVIESO	
<i>Transformaciones en Asturias durante el Principado de Isabel, futura reina católica</i>	389
FRANÇOIS GUICHARD	
<i>A formação de um protestantismo lusófono através do Atlântico: esquema de difusão</i>	411
JOÃO FRANCISCO MARQUES	
<i>Para a história do protestantismo em Portugal</i>	431
FERNANDA RIBEIRO, ELISA CERVEIRA e ANA GONÇALVES AZEVEDO	
<i>Curso de especialização em ciências documentais</i>	477
ARMANDO COELHO FERREIRA DA SILVA	
<i>A evolução do habitat castrejo e o processo de proto-urbanização no Noroeste de Portugal durante o I milénio a.C.</i>	505
JOÃO PEDRO CUNHA-RIBEIRO	
<i>A estação Acheulense do casal do Azemel (Batalha)</i>	547
<i>Notícias e Recensões</i>	585

NOTA DE ABERTURA

À semelhança do que vem acontecendo desde o início da II Série desta Revista, também neste volume, relativo ao ano de 1995, procuramos salientar dois ou três factos importantes, quer na vida da Faculdade de Letras, quer no plano histórico-cultural, mesmo que se trate, apenas, de assinalar alguma efeméride digna de evocação e registo, podendo, desde já, acrescentar que as circunstâncias acabaram por facilitar a selecção dos temas.

Na verdade, o ano de 1995 ficará inscrito nos anais da Faculdade de Letras como aquele em que esta prestigiada escola da Universidade do Porto, após trinta e quatro anos de vida em instalações provisórias, passou a dispor de instalações definitivas, havendo, no entanto, a lamentar que não tenham sido rejeitadas, entre outras, algumas soluções na ubiquação de certos espaços, que ficarão como excelentes exemplos do que não se deve fazer em edifícios desta natureza. Os mais de 4.000 utentes desta Faculdade tinham direito a que, sem aumento dos custos da obra, lhes fosse servido um produto de superior qualidade arquitectónica, obviamente caracterizado por uma correcta funcionalidade.

No quadro das comemorações históricas, que se prolongarão até ao fim do século, em 1995, ocorreu o V centenário da morte de D. João II, cujo reinado, apesar das suas indeléveis e polémicas vicissitudes, averba o êxito fundamental na empresa dos Descobrimentos, patente no progresso da exploração da costa africana, coroada com a passagem do Cabo da Boa Esperança por Bartolomeu Dias, acrescido do mérito inerente ao tratado de Tordesilhas, ambos precedidos por uma forte centralização do poder, que lhe permitiu orientar o Reino no sentido da modernidade em múltiplos aspectos da vida nacional. Falhou, porém, no

projecto de ver suceder-lhe o bastardo D. Jorge, suplantado pelo Duque de Beja.

Assim, este ano assinala também o V centenário da elevação de D. Manuel I ao trono de Portugal, donde patrocinou o incalculável esforço realizado pelas expedições marítimas portuguesas na prossecução do antigo projecto de chegar à fonte das especiarias, finalmente, concretizado por Vasco da Gama, na expedição de 1497-1498, e ampliado dois anos mais tarde, no sentido do Ocidente, com a descoberta do Brasil.

É certo que a mudança de reinado não se concretizou de acordo com o plano concebido e alimentado pelo Príncipe Perfeito, após a morte do malogrado D. Afonso, seu herdeiro, mas também não provocou mudança da dinastia de Avis, podendo-se até dizer que, em diversos aspectos, houve continuidade entre estes dois reinados, por exemplo, quanto à expansão ultramarina e no âmbito da assistência.

O V centenário da morte do Príncipe Perfeito foi comemorado pelos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo com uma notável exposição e com um congresso intitulado «Luzes e sombras em D. João II»; a D. Manuel referir-se-ão condignamente também as comemorações da chegada dos portugueses à Índia, por via marítima, em Maio de 1498, e do descobrimento da Terra de Santa Cruz, em Abril de 1500.

Pela nossa parte, quisemos assinalar o V centenário da morte de D. João II e do início do governo de D. Manuel no texto desta nota de abertura, enriquecendo, no entanto, a mudança do visual desta Revista, aliás prometida, com a efigie do Venturoso, que, assim, divulgamos.

José Marques

PERSPECTIVAS BÍBLICAS DA MULHER E MONAQUISMO MEDIEVAL FEMININO

por **Geraldo J. A. Coelho Dias, FLUP**

I — Introdução

A mulher é tema actual e acutilante na cultura contemporânea, sobretudo na perspectiva da secularização laicizante e dentro da sociologia global; mas, praticamente, todos os sectores da cultura, até a própria religião, investigam e analisam a história da mulher e da feminilidade¹. Ao nível da cultura portuguesa, saíu, há pouco, um número da revista “Oceanos”², dedicado a “Mulheres no mar salgado”, ou seja, o papel da

¹ DUBY, Georges; PERROT, Michelle (Dirs.) — *História das Mulheres*, 5 vols., Porto, Edições Afrontamento, 1993 s (Tradução do italiano). Não deixa de ser significativo e sintomático que uma revista francesa, dedicada ao estudo das histórias das religiões, consagre dois números especiais à atitude da Igreja em relação às mulheres”: *L'Église aime-t-elle les femmes? 1.^{er}.-15^{eme} siècle*, “Notre Histoire”, Paris, N.º 11, Novembro, 1994; *Du 16^o au 20^o siècle. L'avancée des femmes*,” N.º 121, Abril, 1995.

² *Oceanos*, N.º 21, 1995, Janeiro/Março, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses. Leia-se o poema “Mar Português” de Fernando Pessoa na - Mensagem:

“Ó mar salgado, quanto do teu sal
São lágrimas de Portugal!
Por te cruzarmos, quantas mães choraram,
Quantos filhos em vão rezaram!
Quantas noivas ficaram por casar
Para que fosses nosso, ó mar!”

mulher portuguesa ao tempo das descobertas dos sécs. XV-XVI. Ultrapassando a oposição masculino/feminino e admitindo que as descobertas marítimas foram, essencialmente, obra de homens, trata-se de estudar o papel daquelas que, a chorar, como lembra Fernando Pessoa, tiveram de ficar e permanecer em terra para que “Portugal não perdesse sentido, nem memória, nem futuro”. Porque acabámos de celebrar o “Ano Internacional da Mulher” e da “Tolerância” proclamado pela ONU, pareceu-nos oportuno reflectir sobre o problema da mulher à luz da Bíblia e da imitação de Cristo, ideal de fé que também as mulheres estão chamadas a viver. De facto, foi igualmente para elas, e não só para nós homens, que Jesus dirigiu o apelo: “Quem quiser ser meu discípulo tome a sua cruz todos os dias e siga-Me” (Lc. 9,23).

Isto tanto mais quanto, nas línguas do ocidente cristão, Igreja se escreve no feminino, quer em grego — Εκκλησία —, quer em latim — **Ecclesia** —, quer em português — **Igreja**. A partir da teologia de S. Paulo sobre o corpo de Cristo, diz-se ainda que “a Igreja é a esposa de Cristo” (Ef. 5,27). De facto, a IGREJA é mesmo feminina e, como tal, intimamente unida a Cristo, inseparável do Homem-Deus que a instituiu, a amou e por ela morreu. Por isso, na história da Igreja de Cristo, sobretudo na era heróica dos mártires, como esvreve S. João Crisóstomo, “as mulheres não foram menos valentes que os homens”. Como se explica então, hoje, em ambientes cristãos, tanta discussão acerca do movimento feminista e da ordenação das mulheres, a que a Igreja de Cristo parece opor-se frontalmente? Até o Papa é acusado de misoginia! Todavia, na análise das religiões, não basta olhar as coisas pelo lado imediato, sociológico e laico, é preciso vê-las na perspectiva da fé e segundo os valores e as linhas de forças operativas do seu código teológico que, no caso do cristianismo, é o mistério de Cristo e da Igreja.

II — A Bíblia: Deus e a mulher

A mentalidade tradicional cristã, ocidental, acerca da mulher depende, em muito, da visão socio-judaica, que a Sagrada Escritura nos transmite e nós assumimos como Palavra de Deus. Os judeus foram, certamente por força da revelação, o primeiro povo histórico a passar duma religião cósmica, que divinizava as forças urânico-telúricas da natureza, para uma religião transcendente onde, à imagem da família, Deus é concebido como Pai e Esposo. A escolha ou preferência da sociedade hebraica por este vocabulário de tipo masculino para enfatizar as relações de Deus com o Seu povo é compreensível e evidente. A concepção teológica que o povo hebraico tem a respeito de Deus e o

seu contributo singular para a história religiosa da humanidade radicam na experiência de um Deus, que se manifesta e intervém, à maneira humana, na história dos homens: “Eu vi muito bem a miséria do meu povo que está no Egipto. Ouvi o seu clamor contra os seus opressores... Por isso vai” (Ex. 3,7-15; 6,1-13). Assim falou a Moisés, no deserto, o Deus dos judeus, que se auto-declarou JAVÉ, Deus dos antepassados, o Deus que é, porque está com, acompanha, defende, castiga e perdoa. JAVÉ é, portanto, um nome funcional que não define, em abstracto, a essência filosófica de Deus, mas caracteriza o seu agir concreto na História da Salvação. Foi assim também que os judeus de sempre o sentiram como um Deus transcendente, mas próximo, um Deus familiar, “Deus de Abraão, de Isaac e de Jacob”. Como não haviam, por isso, de O tratar por *Pai e Esposo*?

Deus é *Pai*. É claro que a sociedade hebraica de antanho era uma sociedade tipicamente patriarcal, masculina, onde o pai aparecia como chefe do clã familiar. Claro que a mãe tinha um papel fundamental na geração e até mesmo no círculo do amor familiar, mas não tinha poder sobre o conjunto doméstico nem independência pessoal. Isto explica, em grande parte, a visão bíblica de Deus como *Pai* e faz-nos, desde logo, compreender porque é que nós, hoje, usando a linguagem da Bíblia, as mesmas palavras, todavia já não lhes fazemos a mesma hermenêutica nem lhes damos a mesma conotação.

O mesmo se diga do vocábulo *Esposo* atribuído a Deus no Antigo Testamento para designar as suas relações preferenciais com o seu povo eleito de Israel, aquando da Aliança no Sinai. Estabelece-se uma relação dialógica, amorosa, matrimonial, assente no **EU de Javé + TU de Israel**, como se os dois fizessem um todo, tal qual como na união matrimonial do homem e da mulher: “Vós sereis o meu povo e Eu serei o vosso Deus” (Ex. 19,5-6). E todos conhecemos os textos dramáticos de Oseias ao tentar exprimir o amor matrimonial de Deus pelo seu povo infiel, falando de “marido” e “esposa”: “Vou reconquistá-la, vou conduzi-la ao deserto e falar-lhe ao coração... Israel, o meu casamento contigo é eterno” (Os. 2,4 (16)-25; 3). De igual modo, os profetas Jeremias e Ezequiel insistem na tecla deste amor matrimonial em que Israel foi tantas vezes infiel, prostituindo-se, apesar do amor e ternura do seu Deus (Jer. 2,1-3; 3,6-10; Ez. 16; 23). Parece evidente que, quando se tentou exprimir esta ideia do amor matrimonial de Deus pelo seu povo, as gentes de Israel viviam numa sociedade patriarcal de predominância machista, onde as relações de marido e mulher não eram de igualdade, mas de subordinação. É o caso de Gn. 2, onde Eva sai de Adão, é feita depois dele e é-lhe dada como objecto de propriedade. Por isso, na mentalidade hebraica antiga, a esposa era a primeira coisa do

património dum homem casado : “Não cobiçarás os bens do teu próximo, não desejarás a mulher do teu próximo, nem o seu escravo, nem o seu boi, nem o seu jumento, nada que seja dele” (Ex. 20,17; Dt. 5,21). Isto mesmo demonstra a parábola de Natã acerca do adultério de David com Betsabeia, mulher de Urias : “O rico possuía grande quantidade de ovelhas e vacas, mas o pobre não tinha senão uma ovelhinha” (II Sam. 12,1-4).

Mais tarde, a teologia da fonte **Sacerdotal** do Pentateuco corrigiu esta dependência e subordinação feminina afirmando, de modo claro, a igualdade ontológica e a complementaridade sexual entre homem e mulher. De facto, em Gn. 1,27 afirma-se a origem dual do homem e da mulher na criação como seres livres e iguais, ambos marcados pela “imagem de Deus”.

No contexto da sociedade bíblica não há, pois, que admirar por se recorrer à ideia masculina de esposo para exprimir o amor fiel e constante de Deus, ora feliz ora ciumento perante a fidelidade ou infidelidade de Israel.

Foi, assim, que o Deus bíblico se quis revelar em termos masculinos a uma sociedade patriarcal e tribal. E isto não pode escandalizar-nos, dado o carácter incarnacionista da revelação e o relativismo dos conceitos com que se exprimem as realidades transcendentais. É a lei da progressividade da revelação bíblica, que se faz ao ritmo da evolução do próprio homem. Milagre ou anormalidade teria havido, neste caso, se a religião hebraica ultrapassasse o ambiente vital e cultural do seu tempo e da mentalidade então vigente. Em verdade, porém, Deus nem é pai nem esposo. Estes são conceitos relativos e imediatos para falarmos de realidades que nos tocam, mas nos superam.

Por isso, no judaísmo contemporâneo, distingue-se o **judaísmo clássico**, agarrado às tradições patriarcais da Bíblia, da Mishná e do Talmud, que mantém a linguagem e os conceitos tradicionais do patriarcalismo, onde só os homens têm validade religiosa e, por isso, continuam a agradecer a Deus por não os ter feito mulher. Mas há também o **judaísmo moderno**, aberto, que acompanha o evoluir das sociedades e propugna a emancipação das mulheres. Aproveita este, sem dúvida, o contributo das tendências místicas do judaísmo que enaltecia certos atributos femininos de Deus, sobretudo a sua Sabedoria (*Hokmá*). Mas o espírito laicista, impante no moderno estado de Israel, onde até o serviço militar feminino é obrigatório, configura-se, mentalmente, à imagem da sociedade ocidental com todas as reivindicações dos movimentos feministas. Rejeita, por isso, a interpretação do patriarcalismo tradicional. Muitos judeus contemporâneos consideram que o pai já não é o dono da família e a mãe já é senhora da sua vida, quer

no plano individual quer social. De resto, a própria ciência genética demonstrou, suficientemente, que nem o pai é tão activo na criação que a mulher fique apenas passiva e receptiva. Como vai longe a biogénese medieval de S. Tomás de Aquino e dos escolásticos ao afirmar que a alma do homem se formava 40 dias após a geração e a das mulheres apenas 80 dias depois.

Não falta, hoje, entre os judeus quem afirme que Deus é Pai e Mãe, associando, de forma global, os sentimentos antropomórficos da paternidade e da maternidade divinas em relação ao homem, como expressões de “bondade e fidelidade” e a Bíblia, no Novo Testamento, fala mesmo, com evidente denotação maternal, das “vísceras da misericórdia” do nosso Deus” (Lc. 1,78) e do próprio Jesus (Flp. 1,8). A longa sequência da História da Salvação atinge o seu clímax com a revelação de que “Deus é Amor” (I Jo. 4,8). Portanto, na perspectiva bíblico-cristã, o homem sem Deus seria um ser eternamente carente. Razão por que “Deus amou de tal modo a humanidade que lhe entregou o seu Filho único” (Jo. 3,16). Em plena Idade Média, machista, como sói dizer-se, aparece uma reclusa mística inglesa do séc. XIV, Juliana Norwich (1343-1416), que proclama a paternidade e maternidade divina e gosta de invocar a acção maternal do Deus Trino: “Se Deus é nosso Pai, Ele é também nossa Mãe. Nosso Pai quer, nossa Mãe trabalha, nosso bom Senhor o Espírito Santo fortifica” (Caps. 58-59), doutrina baseada em Is. 49,1.15; 66,13; Mt. 23, 37;). Esta doutrina, a que muitas vezes alude Santo Anselmo, Juliana exprime-a sob a imagem de “Deus nossa Mãe”³. Bem avisado andou, por isso, o papa João Paulo I ao falar de Deus como Mãe e, para nosso proveito, não deixaria de ser interessante ler o saboroso livro de Leonardo Boff sobre “O Rosto Materno de Deus”⁴.

É sabido e reconhecido que a Igreja de Jesus Cristo conservou muito da mentalidade bíblica patriarcal. Nasceu em ambiente judaico tradicional, em que a vida da mulher se confinava ao espaço doméstico. Crescida, ela passava do domínio do pai para o do marido sem ser tida

³ COLLEDGE, Edmund; WALSH, James — *Julienne de Norwich*, “Dictionnaire de Spiritualité”, Tomo VIII, Paris, Beauchesne, 1972, cols. 1605-1611. Deixou um manuscrito “Revelations of Divine Love” contendo 16 visões acerca dos sofrimentos de Cristo. Dela e da sua “teologia das lágrimas”, dizia a contemporânea, Margery Kempe: “A anacoreta era experimentada nestas coisas e sabia dar bons conselhos”. Cfr. “DS”, T. III, cols. 770-771; / . VII, col.1070. Também acaba de aparecer um artigo sobre a acção maternal do Espírito Santo, na sequência, aliás, daquilo que escrevia Mário Vitorino: “Sanctum Spiritum matrem esse Jesu et supra et deorsum” (*Adversum Arium*, I, 58; “CSEL”, 83, I, 157). Cfr. GALOT, Jean — *L’Esprit Saint et la féminité*, “Gregorianum”, Roma, 76, 1, 1995, 5-29.

⁴ BOFF, Leonardo — *O rosto materno de Deus*, Madrid, Edições Paulinas, 1980.

nem havida na transacção matrimonial. Humilde, obediente, silenciosa, trabalhadeira, tão pouco tinha palavra no tribunal. Não era obrigada a estudar a Torá para a qual, aliás, se julgava não ter capacidade, não podia ler na sinagoga, mas não escapava às impurezas legais, quer por causa dos seus períodos menstruais, quer por causa do parto, em que devia ficar 40 dias afastada do culto oficial (Lv. 12,2-7; 15,19-20.25). Por isso, na típica oração hebraica matinal das 18 bênçãos (*Shemoney Esrey*), modelo da oração universal dos fiéis na Igreja Católica, enquanto o homem, de modo arrogante e quase orgulhoso, rezava: “Eu te dou graças, Senhor, porque não me fizeste mulher”, a mulher, humilde e confiadamente, rezava: “Eu te dou graças, Senhor, porque me fizeste segundo a tua vontade!” Todas estas concepções, de resto, se podem ainda observar na 3.^a ordem da *Michná*⁵, tratado *Nachim*, ou “das mulheres”, que, devido ao seu carácter discriminatório, evidentemente, nunca poderia figurar no Evangelho de Cristo. Mas isto explica, em boa parte, também, as contradições do ensinamento de S. Paulo acerca do papel da mulher na Igreja, o qual ora é teológico, de plena igualdade com o homem (Gal. 3, 28), ora é sociológico e tradicional, de subordinação e submissão por ter ela sido formada do homem e depois dele (I Cor. 14,34; Ef. 5,22-33), e o mesmo se diga de S. Pedro (I Ped. 3,1-5).

III — As mulheres no Evangelho

Curiosamente, Jesus, que não escolheu nenhuma mulher para o apostolado, mostrou-se, neste ponto do feminismo, bastante contrário e livre em relação aos usos tradicionais do judaísmo do seu tempo. Ele é, em certa medida, um pioneiro do movimento feminista⁶. A primeira e significativa atitude feminista de Jesus foi para com a mulher samaritana, não por ser samaritana mas por ser mulher, a ponto de até os discípulos ficarem perplexos e quase escandalizados: “Nisto, chegaram os discípulos e ficaram admirados por Ele estar a falar com uma mulher” (Jo. 4, 27). O que surpreende é a condição feminina da interlocutora.

Ao longo do apostolado de Jesus, pelos caminhos da Palestina,

⁵ *LAMISNA*. Edición preparada por Carlos del Valle, Madrid, Editora Nacional, 1981,427-600.

⁶ GÓMEZ-ACEBO, Isabel — *Diós también es madre. Reflexiones sobre el Antiguo Testamento*, Madrid, San Pablo, 1994; LAURE, Eynard — *La Bible au féminin. De l'ancienne tradition à un christianisme hellénisé*, Paris, 1990; QUERÉ, France — *Les femmes de l'Évangile*, Paris, 1982; SCHUESSLER-FIORENZA, Elizabeth — *En mémoire d'elle. Essai de reconstruction des origines chrétiennes selon la théologie féministe*, Paris, Cerf, 1986 (Trad. do americano, 1983).

surpreende também que Ele se tenha deixado tocar por uma mulher impura, com um fluxo de sangue. Reagiu, sim, não por causa da mulher ou da impureza dela, mas por causa da “virtude” que de si saiu. E quando, a mulher, com um fluxo de sangue, havia 12 anos, fez a confissão do seu atrevimento, afinal uma manifestação da sua fé, mais uma vez Jesus deu provas de liberdade perante a Lei mandando-a em paz (Mc. 5,25-34).

Jesus escandalizou ainda os fariseus escravos da observância da Lei quando perdoou à mulher adúltera, que a Lei mandava apedrejar (Jo. 8,1-11). Voltou a escandalizar quando aceitou, como que comprazido, o gesto amoroso da mulher pecadora pública que, em Betânia, lhe perfumou os pés e, profeticamente, declarou que esse facto havia de ficar memorável através dos tempos em honra dessa mulher (Mc. 14,3-9). Tal como a Eucaristia, também esse gesto de regeneração moral constituirá um *Memorial* evangélico, um *Zikkaron!*

Durante a vida pública, várias vezes se fala de mulheres que acompanham Jesus, embora não oficialmente chamadas ou escolhidas como os apóstolos. Poderíamos fazer a lista das mulheres do Evangelho. Lucas é o único evangelista a notar que algumas mulheres O seguiam e serviam (Διεκονοῦν), bem como aos apóstolos, com seus haveres (Lc. 8,1-3). Trata-se, por conseguinte, dum serviço, duma “diaconia”, embora subalterna às diaconias litúrgicas.

No drama da Paixão, porém, há uma cena verdadeiramente significativa. É quando as mulheres de Jerusalém saem a chorar ao encontro de Jesus que caminha para o Calvário carregando a sua cruz (Lc. 23,27-31). É um hapax, um passo exclusivo de Lucas, o qual aproveita um pretenso costume caritativo de as mulheres “bem” saírem a confortar os condenados, e Lucas, com razão, o insere na sua teologia do feminismo. Logo, porém, o Evangelista faz ressaltar o alcance da resposta “apocalíptico-profética” de Jesus. Na realidade, Ele é que é o “ramo verde”, o primeiro dos mártires cristãos a que, depois, fará sequência multidão inumerável de discípulos “crucificados”, quer pelo martírio imposto à força, quer pela vida religiosa livre e voluntariamente aceite.

Por último, outro texto feminista da narrativa da Paixão é o das mulheres com a Mãe de Jesus no Calvário, onde, dos homens, só João parece ter tido coragem para aguentar (Jo. 19,25-27). Os outros apóstolos esconderam-se ou fugiram mesmo (Mt. 26,56; Mc. 14,50). À volta da Cruz, na visão do IV Evangelho, a relação mãe (mulheres) — filho — discípulo representa a unidade do Povo Eleito segundo o desígnio de Deus, na fidelidade à História da Salvação.

As mulheres do Evangelho foram também “apóstolas”, porque mensageiras da Boa Nova. É ver a Samaritana a anunciar aos conterrâneos

o acontecimento messiânico-cristológico (Jo. 4, 28-30); é observar Madalena a levar, por mandato de Jesus, ao próprio Pedro e aos Apóstolos a novidade da Ressurreição (Jo. 20,17-18).

Como diz Ana Maria Tepenido, teóloga leiga da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, “no mundo de Deus, os homens e as mulheres deixam de estar em relação de dominação e dependência patriarcais, para ser pessoas que vivem em presença do Deus vivo”. Para ela, é “uma característica funcional da prática de Jesus a forma como Ele tratava as mulheres com igualdade e consideração”⁷.

É verdade que Jesus não ordenou mulheres, não sabemos porquê, embora o possamos adivinhar, mas dignificou, indiscutivelmente, a mulher. A comunidade cristã primitiva teve consciência disso, aceitou-o com naturalidade sem deixar de compreender a igualdade ontológica e cristã da mulher e do homem (Gal. 3,28). Todavia, por inverosímil que pareça, nenhum homem pôde jamais chamar-se pai de Deus ; só a mulher, uma mulher, Maria, pôde chamar-se “Mãe de Deus”. Ela é a Theotókos = *Mãe de Deus*, e Jesus é o seu filho, nascido da mulher (Gal. 4, 4).

Como se viu, as mulheres à volta de Jesus, mesmo não hierarquicamente instituídas, criam-lhe aquela dimensão terna e humana que apresenta o “homem Cristo-Jesus”, de verdade, como “mediador entre Deus e os homens” (1 Tm. 2,5), em tudo igual a nós. Não podemos, pois, deixar de reconhecer a importância da mulher na História da Salvação e, tolerantemente, têmos de aceitar que, como os homens também as mulheres são chamadas à santidade. Se, na imitação de Cristo, homens e mulheres vivem em celibato, não é, por certo, devido a razões de fobia sexual ou de misoginia, mas tão somente por motivos de liberdade e de amor, o amor de Cristo e a paixão do Reino de Deus, que tanto homens como mulheres podem e devem abraçar com todas as veras da sua alma crente.

IV — As mulheres e a vida religiosa consagrada

Outra verificação que custa a aceitar é que, de maneira geral, se citem tantos nomes de homens como monges desde o séc. III ao XIII (São Paulo eremita, S. Antão, S. Pacómio, S. Basílio, S. Simão Estilita, S. Sabas, João Cassiano, S. Vicente de Lérins, S. Bento, S. Patrício, S. Columbano, S. Bento de Aniana, S. Bernardo), que quase seríamos

⁷ TEPENIDO, Ana Maria — *Las discípulas de Jesús*, Madrid, Nacera Ediciones, 1994.

levados a pensar não ter existido um monaquismo feminino. Pois bem, tendo em conta o papel das mulheres na vida de Jesus, queremos chamar a atenção para o contributo que as mulheres deram ao monaquismo na Idade Média, precisamente quando se formou a Europa e se estabeleceu a civilização cristã ocidental.

É certo que, na Europa, prevaleceu o monaquismo cenobítico que a Regra de S. Bento consagrou, equilibrando harmoniosamente, na vida comunitária, oração litúrgica, trabalho manual e intelectual, o célebre binómio do *Ora & Labora!* Mas estamos ainda e sempre no domínio do monaquismo masculino.

Nesse mundo medieval de contínuas guerrilhas entre senhores feudais ou de cruzadas contra o Islão pela libertação dos Lugares Santos, de quando em vez, moralmente acalentado pela *Paz de Deus* e pela *Trégua de Deus*, ao lado e em comparação com os grandiosos mosteiros de homens empenhados na luta de cavaleiros do espírito, que atitude religiosa assumiram as mulheres de então? Também elas se entregavam à vida monástica?

O maniqueísmo dualista, com a sua visão pessimista da vida e do matrimónio, projectou, na sociedade cristã, a ideia da mulher tentadora que, carnalmente, seduzia os homens de Deus. Durante muito tempo perdurou o estereótipo da mulher, filha de Eva, a prevaricadora, na perspectiva bíblica, e vaso de Pandora, propagadora de todos os males, segundo a mitologia greco-romana. Tertuliano não tinha escrúpulos em afirmar que a mulher era a “porta do Inferno”. Com o evoluir da teologia cristã, aparece a figura de Maria, antítese de Eva e mãe do Redentor (EVA-AVE! na bela síntese de António de Sousa de Macedo⁸. Por isso, a Igreja, que olhava com desconfiança para a presença feminina, psicologicamente perturbadora, ao lado dos monges, não deixava de apreciar o valor da pureza feminina e, por isso mesmo, admitiu e havia até de instigar a consagração das virgens. Curiosamente, será na Idade Média que vamos encontrar, no Ocidente, o singular aparecimento dos “mosteiros dúplices”, onde até uma abadessa governava mulheres e homens votados à vida religiosa. Exemplo paradigmático desse “mundo ao contrário” havia de ficar na história o mosteiro francês de Fontevraud, ou Fontevrault, fundado por Roberto de Arbrissel, em 1101, no oeste da França.

Na eidética monástica medieval da “fuga mundi”, como nos

⁸ MACEDO, António de Sousa de — *EVA, E AVE ou Maria triunfante. Theatro da erudição e filosofia christã em que se representão os dous estados do mundo: Cahido em EVA e levantado em AVE*, Lisboa, Officina de Francisco Borges de Sousa, 1766.

aparecem, então, as mulheres? Como se teria pautado o seu comportamento religioso? Como assumiram a sua consagração a Deus e como serviram a sociedade? Quais as linhas de força da sua espiritualidade?

Eis as questões a que, com alguma brevidade, tentaremos responder. Antes, porém, façamos uma breve resenha diacrônica dos escritos da idade patrística sobre a vida religiosa das mulheres e até sobre as questões da feminilidade.

V — Os escritos patrísticos sobre a virgindade consagrada

Os escritos cristãos mais antigos a respeito da vida religiosa feminina são pouco significativos. Pode dizer-se que é com Tertuliano (197-220), preocupado com o comportamento ético das mulheres, que começam os escritos sobre a virgindade, para se multiplicarem depois das perseguições. Mas ainda não se trata dum estado religioso. Este escritor eclesiástico, já na fase encratista e montanista da sua vida de fé, procura sobretudo relevar e exaltar a virgindade como ideal ético e modo de viver pessoal. É assim que, depois de ter dado conceitos e normas sobre os vestidos e os cuidados corporais num autêntico tratado de moda feminina — *De cultu feminarum* — (P.L., 1, 1303-1314), desaconselha as segundas núpcias — *Ad uxorem* — (P.L., 1, 1273-1304); *De exhortatione castitatis* (P.L., 1, 913-930) — e termina exigindo que, para salvaguarda da virtude, mesmo as donzelas usem o véu — *De virginibus velandis* (P.L., 2, 887-914). Daqui vai nascer a motivação para que a virgem consagrada, enquanto esposa de Cristo, se empenhe a usar o véu tal como as mulheres casadas.

S. Cipriano (†258), com mais tolerância e compreensão do que Tertuliano, mas imitando-o, exorta à virgindade com o — *De habitu virginum* (P.L., 4, 440-464).

No período da liberdade constantiniana, ganha foros de cidadania a prática de viver em virgindade, como se fora um estado de consagração da vida ao Senhor. É o começo do monaquismo institucional feminino.

Metódio de Olimpo (†311), na Lícia, escreve o *Banquete das 10 Virgens ou Da virgindade* — (P.G., 18, 28-220), fazendo o elogio da castidade, perfeição da vida cristã e forma de se assemelhar a Cristo.

Santo Atanásio (295-373), escrevendo o — *Da virgindade* — (P.G., 28, 251-280), recorda às virgens os deveres cristãos e os meios de santificação sem precisarem de recorrer a austeridades vistosas ou extravagantes.

São Basílio (329-379) aparece então com as suas *regras monásticas*, aplicáveis a homens e mulheres, embora, de verdade, nunca tenha havido uma Regra de S. Basílio (P.G., 32, 224-233).

S. Gregório de Nissa († 394) redige o — *Tratado da Virgindade* — (P.G., 46, 317-416), certamente para edificação de sua irmã Macrina, religiosa no mosteiro de Iris, na Capadócia, deixando-nos ainda a — *Vida de Santa Macrina* — (P.G., 46, 960-1000), uma obra testemunhal da vida exemplar desta verdadeira religiosa.

S. João Crisóstomo († 407), proibindo a prática criticável das “virgines subintroductae” ou concubinárias e incitando à castidade, torna-se um verdadeiro pregador da virgindade. Escreve o tratado — *Sobre a virgindade* — (P.G., 48, 537-596), dirige 17 cartas de consolação à diaconisa Olímpia e, como polemista, redige os — *Três livros contra os adversários da vida monástica* — (P.G., 47, 319-386), ideal da perfeição cristã tanto para homens como para mulheres. Dá mesmo a entender que já funcionava o sistema de mulheres anacoretas (*In Math.*, Hom. 8,4).

Paládio († 425), escritor da Galácia, finalmente, é quem elabora a — *História Lausiaca* — (P.G., 34,995-1260), porque dedicada a Lauso, camareiro-mor do imperador Teodósio II, verdadeira epopeia do monaquismo antigo com vidas exemplares de homens e mulheres e alguns apotegmas espirituais de “padres” e “madres” da vida espiritual.

No ocidente europeu, será **Santo Ambrósio de Milão** (310-397) o primeiro a deixar uma série de cinco escritos sobre a Virgindade. A sua irmã Marcelina, feita religiosa, dedica o — *De virginibus* — (P.L., 16, 187-232) e conforta-a com algumas cartas espirituais, das quais merece a pena salientar os n.º 20, 22,41. Escreve — *De virginitate* — (P.L., 16, 265-302) e — *De institutione virginis* — (P.L., 16, 305-334), espécie de sermão na tomada de hábito da monja Ambrósia, à qual apresenta o exemplo da consagração da Virgem Maria. Tem ainda a — *Exhortatio virginitatis* — (P. L, 16, 335-364) e o — *De lapsu virginis consecratae* —, agora atribuído ao Pseudo-Ambrósio (P.L., 16, 367-384).

Não podemos, para esse tempo, deixar de referir o ideal de vida religiosa de nobres matronas romanas que, para melhor se consagrarem a Cristo, foram viver monasticamente na Terra Santa. Foi o caso de Melânia, discípula de Rufino, no Monte das Oliveiras, e de Santa Paula e Eustóquio, sua filha, com outras amigas em Belém, dirigidas por S. Jerónimo. Algumas *cartas* de **S. Jerónimo** († 420) são verdadeiras regras de vida religiosa, como a n.º 22: *Ad Eustochium* (P.L., 22, 394-425; n.º 108: *Ad Eustochium Virginem — Epitaphium Paulae matris* (P.L., 22,878-906) e n.º 130: *Ad Demetriadem: De servanda virginitate* (P.L., 22, 1107-1124).

Santo Agostinho († 430) redige, cerca de 423, o — *De sancta virginitate* — (P.L., 40, 397-428) e torna-se verdadeiro legislador monástico para as mulheres, em especial com a carta N.º 211 (P.L., 33, 958-965).

Avito de Viena († 518), na Gália, para consolação de sua irmã religiosa, escreve várias cartas e o — *De consolatoria castitatis laude* — (P.L., 59, 369-382).

S. Cesário de Arles († 543), que tinha feito experiência monástica no mosteiro marselhês de Lérins, escreve duas *regras* monásticas das quais uma — *Ad virgines* — (P.L., 67, 1103-1120).

Também **S. Aureliano de Arles** († 551) nos deixa — *Statuta sanctorum virginum* (P.L., 67, 1105), *Ad sanctimoniales epistulae* (P.L., 67, 1121) e *Epistula hortatoria ad virginem Deo dicatam* (P.L., 67, 1135).

Pouco depois, **Gregório de Tours** († 594) deixa-nos a — *Vita sanctae Radegundae* —, história exemplar duma rainha santa que fugiu da corte e fundou o mosteiro de Santa Cruz em Poitiers .

Por último, na Península Ibérica, em plena monarquia visigótica, **S. Leandro** († 600), irmão de **Santo Isidoro de Sevilha** († 636), como que organizando uma regra para virgens consagradas, redige para sua irmã Florentina um opúsculo — *De institutione virginum et de contemptu mundi* (P.L., 72, 873).

Mais no ocidente, em Braga, na Galécia, **S. Frutuoso** († 665) estabelece a — *Regula monachorum* — e a — *Regula communis* — (P.L., 87, 1097-1110; 1111-1130) que, sob o princípio do “pacto frutuosiano”, orientarão o monaquismo do norte da região que veio a ser Portugal até à implantação da **Regra de S. Bento**. De facto, esta ter-se-á sobreposto às regras autóctones depois do concílio de Coyanza, em 1050, na região de Leão, onde, pela primeira vez, se alude a Portugal como província distinta, e tudo isso devido ao movimento da reforma gregoriana da Igreja, à expansão do monaquismo beneditino-cluniacense e ao apoio que lhe veio dar D. Afonso VI (1065-1109), rei de Leão e Castela. Talvez isso explique porque é que Dona Mumadona Dias, fundadora do mosteiro de Guimarães, no seu testamento, a 26/I/959, já tenha legado ao mosteiro um códice com as regras de Santo Isidoro, S. Frutuoso e S. Bento e outros de sabor monástico como a Regra de S. Pacómio, as Conferências de João Cassiano e os Diálogos de São Gregório⁹. O ideal da vida religiosa era, ao tempo, já um facto no norte de Portugal.

⁹ *Testamento da Mumadona*. Versão portuguesa por Mário Cardozo, Guimarães, 1975, 26, 34. O testamento faz parte do *LIVRO DA MUMADONA*. Reprodução fac-similada do códice ANTT, C.F.40. Apresentação por J. A. Pinto Ferreira, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1973. Cfr. SAN LEANDRO, SAN FRUCTUOSO, SAN ISIDORO — *Reglas monásticas de la España visigótica*, Madrid, BAC, 321, 1971. Para o conhecimento das Regras Monásticas, cfr. HOLSTENIUS, Lucas — *Codex Regularum Monasticarum et Canoniarum*, 3 Vols., Graz, Akademische Druck und Verlagsanstalt, 1957-1958 (Edição anastática da de Augsburg, 1758).

VI — A vida monástica no feminino¹⁰

As mulheres, que sempre tiveram e têm um peso social importante no cristianismo, ao menos inicialmente, não parece terem sido envolvidas e atraídas de modo visível pela vida religiosa. No séc. IV, após as perseguições, quando os desertos do Egipto, da Palestina e da Síria começaram a povoar-se de eremitas desejosos de seguir Jesus e imitar São Paulo Eremita e Santo Antão, parece que, de facto, também algumas mulheres para ali se dirigiram na busca da própria santificação. Por causa deste fenómeno do eremitismo, a Síria é classificada como “céu na terra”. São desse tempo os relatos mais ou menos históricos de algumas mulheres que, depois duma vida de pecado na prostituição, se converteram e adoptaram tipos de vida heróica e penitente, algumas das quais mesmo disfarçadas de homens. É que os eremitas não viam com bons olhos a presença feminina perto dos seus ermitérios, dada a imagem de tentador carnal que a mulher assumia para eles e, por outro lado, o deserto era considerado lugar perigoso para o sexo fraco. Entretanto, exemplos raros, mas paradigmáticos, transmitidos em narrativas motivadoras, são as vidas de Santa Maria Egipcíaca, Táis, Pelágia, Eufrónia, Eugénia, Marina, Teodora, que vieram a ter grande difusão e popularidade ao longo da Idade Média. Daí o interesse que suscitaram no próprio monaquismo masculino, o qual, nas narrativas dessas vidas sacrificadas e penitentes, encontrava tópicos e estímulos para a vida dos monges. É assim que, em Alcobaça, nos aparecem traduções da Vida de Pelágia, de Táis e de Santa Maria Egipcíaca (ANTT, *Alcob.* CCLXVI/12274; CCLXX/771; BNL — *Alcob.* 454/CCLXXXIII). É sabido,

¹⁰ SOLIGNAC, Aimé — *Le monachisme féminin*, “Dictionnaire de Spiritualité”, 10, Paris, 1980, 1603-1609; LECLERCQ, Jean — *Femminile* (Monachesimo) “Dizionario degli Istituti di Perfezione”, 3, Roma, 1976, 1445-1451; ALVAREZ GOMEZ, Jesus, C.M.F. — *Historia de la Vida Religiosa*, I Vol. Madrid, Instituto Teológico de Vida Religiosa, 1987; BERLIOZ, Jacques — *Moines et religieux au Moyen Age*, Paris, Éditions du Seuil, 1994, (“Col. Points”, 185); BOLTON, Brenda — *A Reforma na Idade Média*, Lisboa, Edições 70, 1983; BOUYER, Louis — *Histoire de la Spiritualité*, 3 vols., Paris, Aubier, 1960, 1961, 1966; COLOMBÁS, Garcia M. — *La Tradición Benedictina. Ensayo histórico*, Vol. I, Zamora, Ediciones Monte Casino, 1989; COUSIN, Patrice — *Précis d’histoire monastique*, Tournai, Bloud & Gay, 1956; DÉCARREAUX, Jean — *Les moines et la civilisation en Occident. Des invasions à Charlemagne*, Paris, B. Arthaud, 1962; MASOLIVER, Alejandro — *Historia del Monacato cristiano*, 3 Vols. Madrid, Ediciones Encuentro, 1994; PARISSÉ, Michel — *Les Nonnes au Moyen Age*, Le Puy, Christine Benneton, éditeur, 1983; SCHMITZ, D. Philibert — *Histoire de l’Ordre de Saint Benoît*, 7 Vols., Maredsous, Éditions de Maredsous, 1942 (1^o, 2^o Vols.) 1943 (3^o, 4^o Vols.), 1949 (5^o, 6^o Vols) 1956 (7^o Vol.); VAUCHEZ, André — *La spiritualité du moyen âge. VIII-XII siècles*, Paris, PUF, 1975; VIZMANOS, F. de B. — *Las Vírgenes cristianas en la Iglesia primitiva*, Madrid, BAC 45, 1949.

aliás, como a vida lendária destas eremitas empolgou até escritores e romancistas¹¹.

Com a liberdade político-religiosa concedida à Igreja em 313 pelo Édito de Milão, a vida cenobítica começava a atrair as mulheres. Depois da associação religiosa das viúvas, nos primeiros tempos da Igreja, surge agora a associação institucionalizada de virgens e mulheres consagradas, aparecendo-nos em primeiro lugar o convento de Tabennesi (330) junto ao Nilo, dirigido por Maria, irmã de S. Pacómio; mas, não faltam outros que atestam a vitalidade de comunidades femininas no Egipto e na Palestina. Isso se vê no *ITINERARIUM* ou *Peregrinatio Aetherae* ou *Egeriae* (*P.L., Supplementum*, 1, 1047-1092), “mulier curiosa” cá das nossas terras da Galécia em peregrinação e viagem de “turismo” religioso ao Egipto e à Terra Santa, como também na *Vida de Santa Melânia* e na *História Lausiaca* de **Paládio**, que fala de 12 mosteiros de mulheres e, no cap. 41, apresenta uma longa teoria de mulheres que se tornaram célebres na vida monástica.

De facto, já S. Pacómio falava de mosteiros de virgens (*Praecepta* 143), mas as assim chamadas regras femininas de vida monástica cenobítica surgem apenas no séc. V. com S. Jerónimo, Santo Agostinho e Pelágio (*Epistola De Castitate, P.L., Suppl.*, 1, 1404-1505), o célebre monge que deu origem à heresia do pelagianismo, de cunho vincadamente ascético-monástico.

S. Jerónimo, em cartas às religiosas suas dirigidas (Paula, Eustóquio, Demetríade, Marcela, Pincípia), deixa-nos perceber os problemas da sua espiritualidade e os conselhos que lhes dava para o correcto equilíbrio da vida consagrada por meio da oração e do trabalho. Leia-se aquele passo da carta a Demetríade: “Vou agora dirigir-me unicamente à virgem, considerando, não as coisas que estão fora de ti, mas as que estão em ti. Além da ordem dos salmos e da oração, que sempre deves fazer à hora de Tércia, Sexta, Noa, Vésperas, meia noite e pela manhã, determina em que horas devas aprender a Sagrada Escritura, quanto tempo ler, não por trabalho, mas para deleite e instrução do espírito.

¹¹ Algumas foram emblematizadas: FRANCE, Anatole — *Thais*, Paris, 1890; LACARRIÈRE, Jacques — *Marie d'Égypte*, Paris, Lattès, 1983. Cfr. GELSI, Daniel — *Monacato femenino en las Iglesias de Oriente*, “Mujeres del Absoluto”, Abadia de Silos, 1986; *Vidas de Santos de um Manuscrito Alcobacense* (Cod. Alcobacense CCLXVI/ANTT 2274), Edição dirigida por Ivo Castro, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1985; MARTINS, Mário — *Estudos de Literatura medieval*, Braga, Livraria Cruz, 1956; PATLAGEAN, E. — *L'histoire de la femme déguisée en moine et l'évolution de la sainteté féminine à Byzance*, “*Studia Mediaevalia*”, 17, 1978, 597-623; SOBRAL, Cristina — *Catarse na Vida de Pelágia*, “*Romanica*”, Lisboa, Faculdade de Letras, N.º 3, 1994, 51-58.

Quando acabares estes espaços e a solícitude da alma frequentemente te levar a pôr os joelhos no chão, tem sempre a lâ entre mãos, guia com o polegar os fios da roca ou gira os fusos para torcer os fios nos alvéolos. Recolhe o tecido das outras para a teia, ou ajusta os que devem ser tecidos. Examina os que foram tecidos, corrige os que estiverem errados, determina o que deve fazer-se. Se em tanta variedade de trabalhos estiveres ocupada, nunca os dias serão longos para ti mas, ainda que se alongue o sol no Verão, te parecerão breves, porque algum trabalho ficará sempre por fazer. Observando isto, salvar-te-ás a ti própria e às outras; serás mestra de santa observância e farás teu o lucro da castidade de muitas, dizendo a Escritura: “Em desejos está toda a alma do ocioso”. Por isso, não deves cessar de trabalhar, como se por graça de Deus nada te faltasse. Antes, com todas deves trabalhar para que, ocupada em trabalho, nada mais penses senão o que pertence ao serviço de Deus. Falarei de maneira simples. Ainda que distribuisses aos pobres toda a tua fortuna, nada mais precioso haverá aos olhos de Cristo do que o que fizeres com as tuas mãos, quer para uso próprio, quer para exemplo das restantes virgens, ou para oferecer à tua avó e à tua mãe de quem receberás maior preço para a refeição dos pobres” (Carta 130, n.º 15 — *P.L.*, 22, 1107-1124). Na ausência de regra devidamente estruturada, cartas como esta exerceram grande influência normativa na espiritualidade das religiosas ao longo da Idade Média.

Santo Agostinho, na sua carta N.º 211 (*P.L.*, 33,958-965), escrita cerca de 423, exara os princípios básicos e as exortações convenientes para a observância da comunidade religiosa feminina de Hipona onde estava sua irmã. É por isso que essa carta ficará como que a regra das monjas — *Regula Sororum*.

No seu zelo pastoral, S. Martinho de Tours parece não se ter esquecido do ideal de perfeição para as mulheres cristãs, e o seu biógrafo, Sulpício Severo, quer na *Vida de S. Martinho*, quer nos *Diálogos* (*P.L.*, 20, 159-176 ; 183-222), dá a entender que o santo bispo fez a consagração de algumas virgens, o que pressupõe a existência de mosteiros femininos na França do séc. IV. Isso é confirmado (*P.L.*, 13, 1182-1183) por um decreto do papa Sirício (398-399).

De concreto, sabe-se que S. Cesário de Arles compôs uma regra monástica (*Ad virgines*, *P.L.*, 67, 1103-1120), para sua irmã Cesária a qual, por volta de 525, vivia num mosteiro com cerca de duzentas religiosas. Essa Regra é a primeira expressamente composta para monjas e teve grande difusão. Estende-se por 65 artigos, inspirando-se, quanto à liturgia salmódica, nos costumes monásticos de Lérins, bebendo a sua espiritualidade na carta 211 de Santo Agostinho, nos escritos de Cassiano e outros. Também Santo Aureliano de Arles (546-549) escreveu

uma regra para o mosteiro de monjas que, com a ajuda do rei Childeberto, construíra na sua cidade.

É sabido que a Regra de S. Bento, no séc. VI, não comporta recomendações especiais para a vida religiosa feminina; é uma regra fundamentalmente masculina, mas é bem provável que os mosteiros femininos, que, depois, se vão multiplicar, adoptassem e adaptassem a observância beneditina. Aliás, um episódio da vida de S. Bento passa-se com Santa Escolástica, sua irmã, a qual vivia num mosteiro próximo do de S. Bento e a quem ele ia visitar uma vez por ano. O que, desde logo, dá a entender que o exemplo monástico de S. Bento suscitava paralelos femininos. Isto explica porque é que D. Filiberto Schmitz pôde consagrar às monjas um volume inteiro, o sétimo da sua monumental "História Beneditina".

Não deixa de ser curioso observar que um monge entusiasmado e propagandista da vida religiosa como o irlandês S. Columbano (540-615) nada diga, na sua regra, em relação ao monaquismo feminino; contudo, é bem possível que, tendo passado à Europa continental aquela onda entusiasmante do monaquismo columbaniano, se tivesse adaptado a religiosas os ensinamentos legislativos masculinos, sobretudo por influência dos famosos mosteiros de Annegray, Luxeuil, Fontaine, Bobbio, São Gallo e, depois, Fontenelle, Jumièges. Sabe-se, aliás, como Valberto, abade de Luxeuil, em 630, procurou fazer a síntese da Regra beneditina (3/4) e da columbaniana (1/4), o que deu origem à observância da *Regula mixta* (*Regula cuiusdam Patris ad Virgines*, "P.L.", 88, 1053-1070). Mas, anterior a esse movimento e ligado a S. Patrício, estava o mosteiro irlandês de Kildare, fundado por Santa Brígida (séc. V).

Ao lado dos monges anglo-saxões, como S. Vilibrordo (658-729) e S. Bonifácio (673-755), ao qual o papa Gregório II (715-731) deu o mandato missionário para todas as nações infiéis (P.L., 89, 495-498), não podemos esquecer o contributo que lhes prestaram monjas suas conterrâneas. Ligadas a S. Bonifácio, vieram da Inglaterra para a Turíngia algumas religiosas (Cunilde ou Guntilde, Bertgita ou Brígida, Cunitrude, Tecla), entre as quais sobressai a monja Lioba († 780/2), especialista na Sagrada Escritura e no Direito canónico, que foi muito tempo abadessa do mosteiro feminino de Tauberbischofsheim.

Durante o império carolíngio, por acção de S. Bento de Aniana (750-821), o monaquismo ocidental tornou-se essencialmente beneditino (P.L., 103, 393-1380). Ficaram ultrapassadas as experiências irlandesas e bretãs, por mais que na Hispânia ou Península Ibérica continuassem a vigorar as regras autóctones visigóticas de Santo Isidoro de Sevilha, S. Leandro e S. Frutuoso de Braga.

Todos sabemos a importância que tiveram, depois, entre os séculos X-XII os monges negros de Cluny (910) com os grandes abades santos: Bernão (910-927), Odão (927-942), Máiole (954-994), Odilão (994-1049), Hugo (1049-1101) e Pedro Venerável (1122-1157). Não desconhecemos a influência dos monges brancos de Cister com S. Bernardo a partir do séc. XII. Nem podemos esquecer o aparecimento de “movimentos centrífugos”¹², eremíticos e canonicais, canalizados por S. Romualdo (952-1027), S. João Gualberto (995-1073), S. Bruno (1035-1101), S. Pedro Damiano (+1072), S. Norberto, Estevão de Muret e Roberto de Arbrissel, “autêntico cavaleiro andante” do monaquismo. É a longa teoria de camaldulenses, valumbrosanos, cartuchos, premonstratenses, logo seguidos por silvestrinos, celestinos e olivetanos, a recuperar, em plena Idade Média, o ideal do deserto, todos eles aspirando pelo regresso a uma vida de tipo apostólico em que o mosteiro, contrastado ao mundo das cidades, do comércio e do dinheiro, aparece como uma ilha de paz espiritual, de equilíbrio humano e de serviço de Deus. Com todos estes triunfos, o monaquismo medieval masculino não se fechou, todavia, em absoluto, ao mundo dos homens mas pôde, paradoxalmente, proporcionar-lhes um benemérito magistério moral e social. Aí temos as significativas intervenções político-religiosas de S. Bernardo de Claraval (1090-1153) e Pedro Venerável de Cluny (1094-1156), verdadeiros mestres da sociedade feudal. Mas, caso paradigmático constitui o monge Sugério (1080-1151), abade beneditino de São Dinis, em Paris, que, na ausência de Luís VII, rei de França, ocupado na cruzada de 1147 contra o Islão, havia de reger o país com excepcional talento e real proveito do reino. Neste aspecto, tem plena razão Toynbee ao afirmar: “separados dos outros homens, esses santos entravam em relação mais activa com um círculo muito mais vasto do que se tivessem ficado no mundo e levado a vida em qualquer ocupação secular. Dos seus retiros, dirigiam o mundo mais eficazmente do que o imperador na sua capital, porque o seu esforço pessoal de santidade, buscando a comunhão com Deus, foi uma força de acção social que moveu os homens mais poderosamente do que qualquer serviço social no plano político”¹³.

É certo que no séc. IX, fazendo a verdadeira instituição do monaquismo beneditino, como força espiritual da Europa emergente,

¹² COUSIN, Patrice — *Précis d'histoire monastique*, Tournai, Blou & Gay, 1956. Este autor elabora um elenco exaustivo dos movimentos religiosos ao tempo de Cluny.

¹³ TOYNBEE, A., — *Um estudo de História*, condensado por D. C. Sommerwel, Lisboa, 1964, 533.

S. Bento de Aniana (780-821) não reconhecia às mulheres particulares qualidades para a vida religiosa; todavia escreveu para elas — *Institutio sanctimonialium* — espécie de directório para as que “vivem canonicamente”, exigindo-lhes que residissem no mosteiro, regulassem as visitas e limitassem a propriedade privada. Além de algumas considerações pessoais e de recomendações convenientes, agrupa aí, talvez como argumento de autoridade, extractos das cartas de Santo Atanásio, S. Cipriano, S. Cesário de Arles e S. Jerónimo (*Codex Regularum e Concordia Regularum*, P.L., 103, 393-702; 702-1380).

Um autor anónimo do séc. XII, que vivia na região da Renânia, escreve o *Speculum Virginum*. Aí fornece um apanhado da piedade monástica feminina na Idade Média. Estabelecendo a igualdade de todas as mulheres perante Deus, e não só das nobres, admite que as obras do sexo frágil são meritórias, quer impliquem trabalhos físicos, como cozinhar, fazer jardinagem, fiar, tecer, costurar, bordar, quer morais em vista da perfeição. Neste ponto, o autor faz a alegorização das virtudes, comparando-as às flores, e inculcando humildade, caridade, obediência, pobreza, mesa da Sagrada Escritura, Saltério, clausura. Note-se, porém, que na Idade Média, para as beneditinas, não havia ainda a clausura jurídica, canónica, como aconteceu no século XVI com as carmelitas, clarissas, etc.. Como objectivo, a autor anónimo apontava a união com Cristo e apresentava Maria como exemplo da maternidade espiritual, que a religiosa deve procurar imitar para que Cristo nasça também dentro do seu coração¹⁴.

Mas, em plena Idade Média, no séc. XII, para justificar a vida de santos monges, homens e mulheres, ainda correm lendas como a de S. Guilherme de Vercelli e da beata Inês de Venosa. Persuadida pelas calúnias de certos cortesãos do rei de Nápoles e Sicília acerca da hipocrisia de Guilherme, presta-se esta conhecida prostituta a corromper a castidade do santo fundador da congregação de Monte Vergine, oferecendo-lhe o prazer de seu corpo. Aceita o santo desde que ela se deite na mesma cama que ele. Espantada fica quando vê o santo deitar-se numa cama de carvões ardentes, convidando-a a fazer o mesmo. Horrorizada mas convertida, foi vender todos os bens e trouxe-os a S. Guilherme, que fundou um mosteiro de mulheres em Venosa e fez supriora do mesmo aquela que, antes, com tanto despudor, se oferecera para lhe corromper o coração¹⁵. Eis, pois, um mundo religioso, vasto e diferen-

¹⁴ BERNARDS, M. — *Speculum Virginis*, Colónia, 1955. Cfr. BOUYER, Louis — *Histoire de la Spiritualité*, II Vol., LECLERCQ, D. Jean — *La Spiritualité du moyen Age*, Paris, Aubier, 1961, 218-221.

¹⁵ MOULIN, Léo — *La vie quotidienne des religieux au moyen âge. X-XV^e siècle*, Paris, Hachette, 1978, 33.

ciado, ainda não muito bem conhecido, sobre o qual se repetem bastantes generalidades.

Como se vê, a partir do séc. IV-V, a vida religiosa feminina estava, portanto, definitivamente constituída na Igreja. A terminologia que, desde então, caracteriza as mulheres consagradas à vida de perfeição cristã, constitui uma variada gama semiótica: *virgines, virgines sacratae ou sanctae, Deo dicatae, Deo votae, devotae, ancillae Dei, famulae Dei, sponsae Christi, sanctimoniales, confessae, conversae, monachae, canonicae, nonnae, sorores, dominae, mulieres religiosae, religiosae, muraetae*. Em português, temos os semas: *devotas, religiosas, monjas, donas, freiras, reclusas, emparedadas*. Nomes variados e caminhos diferentes para indicar o mesmo projecto, o mesmo objectivo, a mesma realidade espiritual: a busca Deus e da perfeição cristã no seguimento de Jesus.

VII — O monaquismo feminino medieval e os seus mosteiros

Do séc. VII ao séc. XIII, em todo o monaquismo ocidental vai sobressair o modelo beneditino. Pauta-se pela predominância da Regra de S. Bento, adaptada; é, sobretudo, um monaquismo cenobítico de dimensão social verdadeiramente aristocrática, mas não exclusiva. Rainhas, reis, nobres e bispos serão os grandes agentes do monaquismo feminino, ora recrutando e protegendo os elementos humanos, ora proporcionando as garantias materiais indispensáveis para a construção e manutenção dos respectivos mosteiros, ficando as religiosas sob a jurisdição do bispo. Não se pense que os mosteiros de religiosas eram poucos e destinados a “pensionato” de filhas segundas.

O monaquismo feminino na Europa nunca praticou a *xeinitia* dos orientais, ou seja, a vida no estrangeiro, como tão pouco exerceu a *peregrinatio pro Christo* dos monges celtas, que se expatriavam como peregrinos por amor de Cristo, o que exigia muita ascese e não menos riscos. Quem não ouviu falar da epopeia marítima de S. Brandão à procura do paraíso? É neste contexto, para combater um certo girovaguismo monástico, que S. Bento impõe a *stabilitas in congregatione*. Diga-se, ainda, que a Regra beneditina, entre as monjas, demorou mais tempo a impor-se que entre os monges, sobretudo na Península Ibérica.

Na nossa perspectiva, os mosteiros de religiosas, tal como os dos monges, podem agrupar-se tipologicamente em quatro categorias: mosteiros autónomos propriamente ditos, mosteiros dúplices, mosteiros familiares e mosteiros próprios.

1) Os *mosteiros autónomos propriamente ditos*, neste período sujeitos à autoridade do bispo diocesano, estão livres de qualquer enti-

dade civil; têm a origem, é certo, ligada a um fundador que, por generosidade e fervor cristão, lhes deu nascimento e garantias materiais. A vida destes mosteiros, debaixo da autoridade duma regra e abade/abadessa, é inteiramente normal, poderíamos dizer “canónica” e, por isso, lhes chamámos autónomos.

A Regra dominante na Idade Média era a beneditina, mas as monjas tinham real dificuldade em adaptar-se a uma regra essencialmente masculina. Disso nos dá conta Heloísa, a abadessa do mosteiro beneditino do “Paráclito” instituído por Abelardo, ao escrever-lhe a pedir instruções senão mesmo uma regra totalmente adequada à natureza feminina e ao sexo fraco. Ela própria se encarregou de fazer ver a Abelardo alguns pontos em que não era possível observar as prescrições de S. Bento. Trata-se duma carta honesta e sincera, verdadeiramente paradigmática das reais preocupações femininas. Abelardo irá, por isso, preocupar-se em ajudar a sua, agora, “muito querida irmã em Cristo”, fornecendo simples instruções práticas para uma correcta observância monástica e tocando pontos, como: a solidão, os mosteiros, a abadessa, mosteiros de mulheres associadas e submetidas a mosteiros de homens, simplicidade dos ornamentos, a alimentação, a justa medida, o vestuário, a compreensão e o estudo das Escrituras¹⁶.

O mesmo farão os cistercienses, adaptando a Regra de S. Bento e as suas observâncias às freiras cistercienses, o que muito contribuirá para a instauração e prevalência de mosteiros femininos cistercienses. Note-se, entretanto, que, inicialmente, os cistercienses e o próprio S. Bernardo não foram fáceis em aceitar mosteiros femininos. Tanto assim que o primeiro mosteiro cisterciense a associar um mosteiro feminino foi Tart, na Borgonha, em 1148, e só depois se estendeu uma rede de mosteiros femininos.

Em contrapartida, os premonstratenses e S. Norberto mostraram-se logo muito receptivos à vida religiosa de mulheres, a que chamavam “conversas” e que toleravam quase ao lado das suas casas masculinas. Em breve, porém, surgiu uma crise, e só mais dum século depois é que se reorganizou a congregação premonstratense das cónegas regulares.

2) *Os mosteiros dúplices*, por vezes difíceis de definir, são aqueles em que uma comunidade masculina e outra feminina vivem em casas contíguas, sob a chefia do mesmo superior, homem ou mulher, abade ou abadessa. A ideia dos mosteiros dúplices aparece nas Regras de S. Basílio, mas a sua efectivação prática foi proibida por Justiniano em 529 (*Codex*, I,3,43) e 543 (*Novellae*, 123,36) e no II Concílio de Niceia

¹⁶ *Cartas de Heloisa e Abelardo*. Prefácio e tradução de Franco de Sousa, Lisboa, Estúdios COR, S/d, “Colecção Serpente”, 141-167; 169-201.

(787), cân. 20. No Ocidente, os mosteiros dúplices surgem referidos no reino merovíngio, sendo, sobretudo, uma característica do monaquismo anglo-saxão. Como tal, ganhou fama o mosteiro dúplice de Whitby, fundado em 657 na costa do Yorkshire por Santa Hilda ou Hildegarda, da família real da Nortúmbria, a qual governou o mosteiro durante 24 anos. Outras abadessas inglesas se poderiam apontar nos mosteiros de Winbourne, Barking e Ely, este fundado e dirigido por Etelreda, viúva do rei Egfrido.

Os mosteiros dúplices constituíram, de igual modo, uma singularidade na Península Ibérica. Dado, porém, o perigo que o seu teor de vida implicava para a salvaguarda do voto de castidade, a *Regula communis* de S. Frutuoso (Cap. 15) recusava-se a admiti-los e assumia as cautelas do II Concílio de Sevilha (619) relativamente ao trato dos monges com as monjas. Não raro, as cartas de doação a um mosteiro são passadas aos “*fratres et sorores*”, que aí habitam. A partir do séc. X houve, porém, uma reacção contra este tipo de instituição. Ela desapareceu em finais do séc. XI, sobretudo por reacção dos beneditinos cluniacenses que, logo em Sahagún, reservaram o mosteiro para homens e construíram, não longe, o mosteiro de S. Pedro de las Dueñas para religiosas, que lhes estavam associadas ou dependentes. Talvez por isso é que S. Rosendo, a pouca distância do seu mosteiro de Celanova, tenha fundado para sua mãe Ilduara e sua irmã Adosinda um mosteiro feminino em Santa Maria de Vilanova. O concílio ecuménico de Latrão, em 1139, no cânone 27, proibirá que as religiosas se juntem aos monges mesmo no coro.

O mais famoso mosteiro dúplice foi o fundado por Roberto d’Arbrissel, no ano de 1096, em Fontevrault (Maine-et-Loire), Oeste de França, em que um exército de mulheres e homens era governado por uma abadessa¹⁷.

3) *Os mosteiros familiares* são aqueles em que leigos abastados, nas suas próprias casas, com seus filhos, servos e mesmo vizinhos, formavam uma espécie de mosteiros com as pessoas, talvez por medo do Inferno e num paroxismo de ideal religioso, unidas por um juramento de tipo religioso - comunitário. A *Regula communis* refere-se a esta prática

¹⁷ DALARUN, Jacques — *Robert d’Arbrissel et les femmes*, “Annales — E.S.C.”, Paris, 39, 6, 1984, 1140-1160; IDEM — *Robert d’Arbrissel et le salut des femmes*, “Moines et religieux au Moyen Age”. Présenté par Jacques Berlioz, Paris, Ed. Seuil, 1994, 31-45 (Col. “Points H.”, 185). Cfr. ORLANDIS, José — *Los monasterios dúplices españoles en la Alta Edad Media*, “Anuário de História del Derecho Español”, 30, 1960, 50s; PEREZ DE URBEL, Fray Justo — *Los monjes españoles en la Edad Media*, 2ª Ed., II, Madrid, Ediciones “Ancla”, 1945, 313-321.

como um costume pseudo-monástico, algo generalizado, mas ligado a situações de cisma, heresia ou marginalidade vivencial cristã. O mais das vezes, estes mosteiros familiares eram uma forma de os leigos proprietários procurarem um refúgio seguro e garantido para a sua família. Nesses mosteiros, a autoridade transmitia-se também de forma hereditária. É que, segundo o *Fuero Juzgo* e a lei canónica de então, transmitida pelos concílios toledanos, o fundador dum mosteiro era seu dono absoluto e podia dispor dele a seu talante e conforme a sua devoção. Parece que até alguns clérigos quiseram fazer o mesmo nas suas igrejas para, assim, sob pretexto de perfeição, se isentarem da autoridade do bispo e ganharem mais proventos e esmolos. Sabe-se que existiram mosteiros desse tipo em todo o norte da Península, muitas vezes agregados ou associados a outros mais observantes. Talvez isto explique a existência efémera de pequenos mosteiros, “acistérios” ou ermitérios que, pelas Inquirições régias do século XIII no Entre Douro e Minho, sabemos estarem na origem de muitas igrejas paroquiais e respectivas freguesias. O juízo de valor que a *Regula communis* de S. Frutuoso faz de tal tipo de mosteiros não podia ser mais negativo (Caps. 1-2) e, por isso, também os proíbe porque, sendo do domínio de senhores feudais, escapavam à visita e controle do bispo do lugar e prestavam-se a muitos abusos. Neste aspecto, S. Frutuoso não sintonizava com as determinações do II Concílio de Sevilha (619) e IX de Toledo (655) que, prevenindo os abusos de bispos autoritários e pouco simpatizantes com a vida monástica, confiavam os mosteiros femininos a fundadores leigos.

Sabemos, contudo, que, em tempo de S. Frutuoso, séc. VII, se deram casos em que algumas famílias (*traditi*), por inteiro, se transformaram em autênticos mosteiros familiares, sempre sujeitos ao abade dum mosteiro devidamente organizado, vivendo na hospedaria do mosteiro, como supõe a *Regula communis* (cap. 6). De resto, referem-se, explicitamente, na *Vita Sancti Fructuosi*, situações dessa natureza. Esta é, com certeza, juntamente com o princípio do “pacto”, uma das características maiores do monaquismo visigótico de S. Frutuoso, o tal monaquismo autóctone, pré-beneditino, que vigorou durante a Idade Média na Galécia.

4) *Mosteiros próprios* (*Eigenkloester*) são, no fundo, os mosteiros familiares fundados por senhores feudais, inclusive reis, e pela nobreza local, como coisa de pertença familiar. Se, de princípio, houve muita generosidade e serviço da Igreja, bem depressa tudo se transformou e os fundadores, herdeiros e patronos passaram a interferir na vida interna dos seus mosteiros reservando-se o direito de nomear ou apresentar superiores, recebendo rendas e exigindo o direito de aposentadoria ou pousada. Antecipava-se, deste modo, a terrível praga dos abades

comendatários, que tanto dano havia de trazer à instituição monacal.

Foi, assim, mais ou menos neste quadro institucional, que, durante a Idade Média, decorreu a vida monástica, mesmo no feminino.

VIII — Monaquismo feminino na Península Ibérica até à Reconquista

De maneira geral, o monaquismo da Península Ibérica desenvolveu-se segundo três linhas de força: o monaquismo visigótico, o monaquismo moçárabico e o monaquismo beneditinizante. Mas, já ao tempo do Concílio de Elvira, 300 ou 306?, se faz a distinção entre *virgines Deo sacratae* e *virgines seculares* (caps. XIII e XIV).

No centro e sul, regiões de Toledo e Sevilha, predominou o monaquismo autóctone guiado por Santo Isidoro e S. Leandro. Esse é que ficou conhecido como verdadeiro monaquismo visigótico. Com a invasão da Península pelos muçulmanos, em 711, foi interrompida esta prática de vida religiosa que estava muito ligada ao reino visigótico. Isso provocou o encurralamento dos cristãos na zona cantábrica senão mesmo o ermamento de vastas terras e a destruição dos mosteiros do sul. Apesar de tudo, passados os primeiros tempos da invasão, os muçulmanos tornaram-se mais tolerantes para com os cristãos, também eles “homens do livro”, e isso permitiu o desenvolvimento do que se convencionou chamar “monaquismo moçárabico”. Serão, na realidade, monges moçárabicos que vão para Samos, em Lugo (séc. VIII), para Sahagún (817), em Leão, e para outros mosteiros de Zamora e Valladolid.

Quanto ao monaquismo feminino, sabe-se que, em Córdova, existiu, de maneira efémera, o mosteiro dúplice de Tábanos ((840-853) e que a tolerância muçulmana acabou por aceitar que uma abadessa cordovesa com algumas companheiras fosse fundar o mosteiro de Vime em Zamora. É muito provável que este monaquismo moçárabico seguisse as observâncias do monaquismo visigótico. Diz-se até que uma jovem muçulmana, filha de Omar ben Hafsun, se converteu ao cristianismo e fundou um mosteiro em sua própria casa, sendo martirizada no ano de 937.

Na zona dos Pirinéus, com relevo para a Catalunha, houve clara influência do monaquismo carolíngio, já atraído para a observância beneditina por S. Bento de Aniana. Deste modo, ficaram célebres os mosteiros de Ripoll, São Salvador de Leyre, S. Juan de Pena, em Huesca, Montserrat, todos eles masculinos. Talvez valha a pena saber que é, nestes mosteiros de influência franca e sobretudo no de Gerri de la Sal (Lérida), que, pela primeira vez, em 841, se detecta o privilégio da *imunidade* pelo qual, uma comunidade, ligada directamente à Santa Sé,

do ponto de vista administrativo, fica isenta do poder laical e pode eleger o seu superior, sem depender da vontade do fundador, herdeiros ou patronos. Na Rioja, temos o célebre S. Millán (Emiliano) de la Cogolla, que já vinha dos tempos visigodos. Nesta zona, porém, quase nada consta do monaquismo feminino. Todavia, a descoberta recente dum códice do séc. X permite afirmar que já, então, aí se tentara adaptar a Regra de S. Bento às monjas¹⁸.

A Reconquista cristã aos mouros povoou de mosteiros as regiões do noroeste da Península: Castela, Astúrias, Leão e Galiza. Em Castela, apontemos: Santo Isidoro de Dueñas, 910, e Moreruela, 985, ambos em Palência; S. Domingos de Silos, 919. Na região do Bierzo leonês, não podemos esquecer as actividades monásticas de S. Genádio (+936), talvez natural de Braga, que foi bispo de Astorga; mas o mais famoso mosteiro do Bierzo seria o de Carracedo (992), instituído pelo rei Bermudo II das Astúrias. Na Galiza, anotemos apenas os mosteiros de Avezano, em Lugo, o primeiro que aparece sob o padroado de Santiago (757), S. Martinho del Pinario, Compostela (912), Santo Estevão de Rivas de Sil, Orense (918), São Salvador de Celanova (914), tão fortemente associado à vida do nosso S. Rosendo. Ao longo do caminho francês de Santiago, os monges garantiam aos peregrinos uma rede de mosteiros que funcionavam também como lugares de assistência com albergue e hospital. Contudo, todos esses mosteiros eram masculinos e particulares ou próprios, regendo-se pela vulgarmente chamada “*Regula mixta*”, porque não havia a prevalência exclusiva de qualquer regra individualizada.

Perante a beneditinização do monaquismo, a Península Ibérica constituirá, até ao Concílio de Coyanza (1050), um foco de resistência arcaizante com a manutenção das regras autóctones, visigóticas ou frutuosanas, de que já falámos. Diga-se, todavia, que, já em 915, tinha sido imposta explicitamente a Regra de S. Bento ao mosteiro de Santo Alexandre de Santalavilla, ligado à acção do bispo S. Genádio, na zona de Cabrera. E S. Rosendo poderá ser considerado um precursor da beneditinização ou penetração do monaquismo carolíngio na Espanha.

Quanto aos mosteiros femininos, algo se sabe, até porque alguns mosteiros foram fundados por nobres para suas filhas que, desse modo, tinham futuro garantido à sombra da vida religiosa. Foi o caso dos Condes Hermenegildo e Paterna, que instituíram o mosteiro dúplice de Sobrado (séc. X) e puseram à sua frente a abadessa Elvira. Em Leão, o rei Ramiro II (926-850) fundou para sua filha Geloira o mosteiro de São Salvador de Palaz. E o mesmo se diga do de Santa Cristina, instituído

¹⁸ LINAGE CONDE, A. — *Una regla riojana femenina del siglo X*, 1972.

pelo nobre leonês D. Árias para suas quatro filhas e companheiras. Cerca de 930, perto de Puentedura, na zona de Silos, o mosteiro de S. Mamede contava 32 religiosas sob a autoridade da abadessa Eufrásia¹⁹. Também, por esse tempo, o mosteiro dos Santos Cosme e Damião de Covarrubias em Castela (937) era dúplice. A manutenção dos mosteiros dúplices na Península provocou uma carta de desagrado, dirigida pelo Papa Pascoal II (1099-1118) a D. Diogo Gelmirez, arcebispo de Compostela.

Quanto à região oeste da Península, vamos cingir-nos, naturalmente, à região do Entre Douro e Minho, a parte portuguesa da Galécia, quando muito chegando até Coimbra. Esta foi a zona mais cedo libertada da ocupação muçulmana, portanto, a mais cristianizada e a mais povoada do território que veio a ser Portugal. Na zona de Braga tinha-se feito sentir a acção religiosa de S. Martinho de Dume (séc. V) e de S. Frutuoso de Braga (séc. VI-VII), também eles notáveis impulsionadores da vida monástica. José Mattoso, motivado pelo estudo de Bishko, Perez de Urbel e José Orlandis, reconhece que “a documentação portuguesa é bastante ingrata”, mas detectou casos e alusões à prática do “pacto” frutuoso em Guimarães, Vacariça, S. Martinho de Anta, Pedroso, Vilela. À partida, não se pode, portanto, excluir a existência de mosteiros familiares e mesmo de mosteiros dúplices e próprios (*fratres et sorores*). Estão nestes casos mosteiros como Guimarães (*DC*, n.º 76 do ano 959) e Leça (*DC*, n.º 759 do ano 1091), Lorvão, mesmo Arouca, e outros, muitos dos quais desapareceram dando origem a paróquias rurais²⁰. Nesta perspectiva, quase podíamos falar duma “congregação” de mosteiros a que presidia o abade Tudeildo da Vacariça e que parece abranger mais os de Roca, Sever do Vouga, Leça, Aldoar, Vermoim, Anta (*DC*, N.º 342 do ano 1045)²¹. Baseando-se na tradição destes mosteiros, que

¹⁹ VIVANCOS, Miguel, OSB — *El Scriptorium Silense y los origenes de la lengua castellana*, Junta de Castilla y Leon, 1995.

²⁰ OLIVEIRA, P. Miguel de — *As paróquias rurais portuguesas. Sua origem e formação*, Lisboa, União Gráfica, 1950.

²¹ MATTOSO, José — *A Vita et miracula Sancti Rudesindi*, “*Studia Monastica*”, Montserrat, I, 1961, em “*Religião e Cultura*”, Lisboa, INCM, 1982, 441-480; IDEM — *Sobrevivência do monaquismo frutuoso em Portugal durante a Reconquista*, “*Ibidem*”, 11-53; ID. — *S. Rosendo e as correntes monásticas da sua época*, “*Ibidem*”, 29-53; ID. — *O Monaquismo tradicional em Portugal*, “*Fragmentos duma Composição Medieval*”, Lisboa, Editorial Estampa, 1987, 167-181; ID. — *Ricos-Homens, Infanções e Cavaleiros. A nobreza medieval portuguesa nos séculos XI e XII*, Lisboa, Guimarães & C^a. Editores, 1982; ID. — *Portugal Medieval. Novas Interpretações*, I Vol., Lisboa, Editorial Estampa, 1985, 189-207; Cfr. BISHKO, C. J. — *The Pactual Tradition in Hispanic Monasticism*, BISHKO, Carles Julian — *Spanish and Portuguese Monastic History 600-1300*, Londres, Variorum Reprints, 1984, 1-43; IDEM — *Gallegan pactual monasticism in the repopulation*

seguiam a “Regra santa”, como então se dizia (*regula, regula sancta, regularis vita*), é que Fr. Leão de S. Tomás²² os identifica como beneditinos, estando nós, hoje, criticamente, convencidos que a beneditinização de muitos deles só se fez quando os monges cluniacenes aqui chegaram e introduziram a observância da Regra de S. Bento. Mas, mesmo após o concílio de Coyanza em 1050, o monaquismo visigótico, frutuoso, com modificações e evoluções, foi-se mantendo até à instauração definitiva dos beneditinos cluniacenses e cistercienses.

No plano monástico, pré-beneditino, do antigo território portugalense, há que realçar a importância das figuras de S. Rosendo e Santa Senhorinha de Basto, ambos com vidas descritas no “PMH”. S. Rosendo aparece no séc. X como um reorganizador da vida monástica, favorecendo um monaquismo sério em mosteiros materialmente dotados e com verdadeira solenização do Ofício divino e da Liturgia. Além disso, ao determinar que o abade seja eleito pelos monges, aproxima-se do princípio beneditino acerca da origem da autoridade abacial. Parece mesmo ter favorecido a beneditinização da vida monástica na Galécia segundo o sistema carolíngio de S. Bento de Aniana, tanto mais que se sabe que a vida de S. Bento, narrada no II Livro dos Diálogos de S. Gregório, a própria Regra Beneditina e o comentário à mesma por Esmarardo eram conhecidos nos seus mosteiros.

Quanto à vida monástica feminina, sabe-se como S. Rosendo construiu o mosteiro de Vilanova para sua mãe e irmã e como patrocinou o mosteiro de S. Salvador de Puertomarín, exercendo sobre ele, talvez, a “*tuitio*” de “*episcopus sub regula*”. Todavia, não há argumentos fundados para dizer que este mosteiro fosse dúplice nem mesmo para afirmar que S. Rosendo tivesse patrocinado mosteiros dessa natureza.

of Castella, “Ibidem”, 513-531; ID. — *Portuguese Pactual Monasticism in the Eleventh Century: The case of São Salvador da Vacariça*, “Ib.” 139-154; LINAGE CONDE, António — *El Monacato en España y Hispanoamérica*, Salamanca, Instituto de História de la Teología Española, 1977, 21-27; MARTINS, Mário — *O monacato de S. Frutuoso de Braga*, “Biblos”, 26, 1950, 406-411; IDEM — *A vida intelectual de S. Frutuoso e seus monges*, “Brotéria”, 44, 1947, 56-69; ID. — *A vida económica dos monges de S. Frutuoso*, “Ib.”, 381-400; ORLANDIS, José — *Las congregaciones monásticas en la tradición suevo-visigótica*, “Anuário de Estudios Medievales”, I, 1964, 97-119; IDEM — *Los monasterios familiares en España*, “Anuário del Derecho Español”, Barcelona, 26, 1956, 5-46; PEREZ DE URBEL, Fray Justo — *Vida y caminos del pacto de San Frutuoso*, “Revista Portuguesa de História”, 7, 1957 (1964), 377-397; IDEM — *Los monjes españoles en la Edad Media*, 2ª edição, I, Madrid, Ediciones “Ancla”, 1945, 377-450.

²² S. TOMÁS, Fr. Leão de — *Benedictina Lusitana*, 2 Volumes, Reimpressão, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1974 (1644).

IX — Monaquismo feminino em Portugal: Do Condado Portucalense até ao fim da Idade Média

Ao ganhar foros de autonomia, com o governo do Conde D. Henrique e Dona Teresa, Portugal já tinha estruturas administrativas e religiosas próprias. Desta feita, vamos ter de nos confrontar com diferentes modos de viver a vida religiosa por parte das mulheres, mas sempre em relação e dependência de modelos ou protótipos masculinos.

1 — **As eremitas** — Tal como na antiguidade, a vida eremítica constitui um tipo ou modelo singular, raro, através do qual, procurando lugares solitários e silvestres, num estilo de radicalidade evangélica, se procura a união com Deus, à imitação de Jesus no deserto. São conhecidos casos de eremitismo feminino na Península Ibérica e em Portugal durante a Idade Média.

O eremitismo fez-se sentir ao longo do séc. XII, revelando um certo desencanto em relação à vida monástica das grandes abadias cluniacenses e a todo o circunstancionalismo económico-social do tempo. Nesse sentido, surgiu a “reforma” beneditina de Cister e, logo depois, os movimentos eremíticos que assumiram uma atitude radical face ao tipo de vida da sociedade, como apontámos. No caso português, a documentação é fragmentária e dispersa, tal como se pode compulsar nas grandes colecções medievais. Certo é que, não raras vezes, nos aparecem diplomas com referências a ermidas que, mais que indicar ermitérios, se relacionam com pequenas igrejas isoladas ou afastadas dos povoados, como bem observa J. Mattoso. Este autor enumera alguns lugares de eremitismo masculino mas, em certos casos, trata-se já de pequenos cenóbios.

Duma maneira geral, quando se encontra um verdadeiro ermitério, ele está ligado à pessoa concreta do eremita e dura tanto quanto ele próprio; trata-se sempre de casos singulares. Mais tarde, principalmente no Alentejo, houve como que uma concentração de eremitas que deram origem aos Eremitas da Serra de Ossa. Também sabemos que alguns eremitas portugueses se ousaram embrenhar pelos ermos de Montserrat na Catalunha. A figura ideal do “ermitão”, tal como aparece em certas obras literárias (*A demanda do Santo Graal*, *Amadis de Gaula*, *O Boosco deleitoso e a Vida de Santo Amaro*), essa é um *topos* desenvolvido a partir de modelos estrangeiros.

Como casos de ermitérios femininos, apontam-se os de S. Jorge de Recião, Lamego, S. Martinho de Recezinhos, Penafiel, com duas irmãs “devotae” e, talvez, Ferreira de Aves. É possível que outros mais existissem, que nos são, todavia, desconhecidos, ou que certos mosteiros femininos resultassem da evolução natural do anacoretismo de alguma

devota carismática que tivesse atraído outras levando à conseqüente passagem para o cenobitismo. Neste sentido, é bem provável que algumas senhoras devotas, “*famulae Dei*”, tenham levado vida quase eremítica junto de algum mosteiro masculino, como a “devota” Loba Sarracins que, em fins do séc. XII, se deslocou para Refojos de Basto depois de ter passado vários anos em Alpendurada. Estas eremitas, de certeza, passariam o tempo em penitências, orações, leitura da Bíblia e outras leituras santas, sobretudo do hagiológico monástico. Mas, convenhamos, é-nos mais fácil imaginar o seu tipo de vida que reconstituí-lo.

2 — **Mosteiros femininos beneditinos** — Os primeiros, que conhecemos pela documentação medieval portuguesa, mostram uma certa ligação à tradição visigótica que evoluiu ao sabor das tradições monásticas de S. Frutuoso e de S. Rosendo. Estão nessa condição os mosteiros femininos, dúplices ou próprios, de Guimarães, Vairão, Leça, Rio Tinto, Lorvão e outros menores, até que se introduziu a Regra de S. Bento. Também, neste ponto, Fr. Leão de S. Tomás pretende fazer passar por beneditinos todos os mosteiros femininos conhecidos antes da introdução da Regra de S. Bento. No mesmo sentido se pronuncia o autor da “*Vita Sanctae Seniorinae*” (PMH), talvez um monge beneditino de Refojos, no séc. XII, ao vesti-la, desde logo e de forma anacrónica, com o hábito negro das beneditinas. Com razão, porém, observa J. Mattoso que a Vida de Santa Senhorinha, mais que descrever a história real e factual da santa, é um documento “para estudar a espiritualidade e os costumes das monjas beneditinas no fim do século XII ou princípios do seguinte”. Constitui, sem dúvida, um dado apodíctico o facto de vários mosteiros autóctones femininos acabarem por se tornar beneditinos: Loivo, Vitorino das Donas, Vairão, Rio Tinto, Tarouquela, Tuias, Vila Cova das Donas de Sandim, Arouca, Semide, Santa Eufémia de Ferreira de Aves. Subordinados aos bispos diocesanos, nessa condição se conservaram mesmo depois da reforma do Concílio de Trento (1545-1563), nunca chegando a constituir uma congregação à maneira dos monges. De resto, parece que os próprios monges beneditinos nunca se ocuparam muito delas.

3 — **Mosteiros femininos cistercienses** — No séc. XIII, quando já tinha chegado a Portugal o entusiasmo pela reforma beneditina introduzida por Cister, graças aos nossos reis, também chegou para as monjas a hora da reformação. Principais agentes da cisterciensização de mosteiros femininos foram as filhas do rei D. Sancho I, sobretudo Dona Teresa, em Lorvão, e Dona Mafalda, em Arouca²³. Conhecemos, na verdade, o complicado e longo processo da passagem de beneditinas negras para cistercienses brancas em Lorvão (1206), em Arouca (1224-26)

e em Bouças ou Matosinhos (1249). Contudo, o teor de vida das monjas cistercienses não deve ter sido muito diferente do das beneditinas. A projecção de S. Bernardo e o fervor inicial de Cister é que devem ter constituído a diferença, tanto mais que o próprio S. Bernardo não parece ter patrocinado muito a vida religiosa feminina. Do século XII-XIII irradiarão algumas figuras de santas monjas que, indiscutivelmente, iluminaram o seu tempo, atraíram seguidoras e deixaram rasto para o futuro. Entre as beneditinas, apontam-se: S. Cunegundes + 1040, S. Hildegarda de Bingen (1098-1179), a visionária e sábia ervaária, fabricadora de remédios naturistas, sempre doente, que escreveu mais de 300 cartas conservadas e obras de carácter científico, defendia a manutenção da ordem hierárquica nobre dentro dos mosteiros femininos (*Epistola* 116, "P.L.", 197, 336-337), e que muito viajou a consolar, aconselhar, acalmar²⁴; Santa Isabel de Schoenau (1129-1184), diocese de Treveris, amiga de Santa Hildegarda e também visionária. Entre as cistercienses: Santa Ida d'Argensolles (+1226), cuja vida se interliga com a de outras duas santas Idas suas contemporâneas, Santa Lutgarda (+ 1246), a mística da Chaga do lado de Cristo, Santa Gertrudes, Magna (1256-1302), mística precursora da devoção ao Coração de Jesus, e outras do célebre mosteiro de Helfta que propagaram a mística nupcial (*Brautmystik*) com toda a devoção afectiva à Infância de Jesus e à sua Paixão, mas toda haurida da Liturgia, introduzindo os sofrimentos em reparação dos pecados da humanidade como forma de missão apostólica²⁵. Nos primórdios de Portugal, lembremos as três filhas do rei D. Sancho I, as

²³ MARQUES, Maria Alegria Fernandes — *Evolução do monaquismo feminino, até ao século XIII, na região de Entre Douro e Tejo*, "A mulher na sociedade portuguesa. Visão histórica e perspectivas actuais", Actas do Colóquio, Coimbra, 20 a 22 Março 1985, II Vol., Coimbra, Instituto de História Económica e Social/Faculdade de Letras, 1986, 89-115; IDEM — *A introdução da Ordem de Cister em Portugal*, "La introducción del Cister en España y Portugal", Orense, Fundación Santa Maria de Bujedo, Editorial La Olmeda, 1987, 163-193, (Col. Piedras angulares, N^o2).

²⁴ POMINI, Luigi; Arturo; Maria Pia — *Santa Ildegarda, una monaca erborista*, Edizioni Piemme, Casale Monferrato, 1989 (Abbazia Benedettina "Mater Ecclesiae", Isola di San Giulio).

²⁵ ROISIN, S. — *L'efflorescence cistercienne et le courant féminin de la spiritualité au XIII^e siècle*, "Revue d' Histoire Ecclésiastique", Lovaina, 39, 1943, 342-378; VAGAGGINI, D. Cipriano — *Il senso teologico della Liturgia*, Roma, Edizioni Paoline, 1957, 592-643, onde todo o capítulo XXII é dedicado a "L'esempio di S. Gertrude e la spiritualità liturgica". Cfr. VAGAGGINI E COLL. — *Problemi e orientamenti di spiritualità monastica, biblica e liturgica*, Roma, Edizioni Paoline, 1961; CARVALHO, José Adriano Moreira de Freitas — *Gertrudes de Helfta e a Espanha*, Porto, Junta Nacional de Investigação Científica, 1981.

santas infantas Teresa, Sancha e Mafalda, feitas monjas, ou melhor, amparadas nos mosteiros cistercienses de Lorvão, Chelas e Arouca. Todas estas foram mulheres de virtude e de cultura, imitadoras de Jesus no caminho da perfeição; todas elas são, para nós, exemplo de vida monástica no serviço de Deus e do próximo. Afinal, o jardim das virgens monjas não foi menos florido nem menos viçoso que o dos monges.

CONCLUSÃO:

O monaquismo feminino constituiu um problema antropológico, religioso e cultural, que, só com fé e amor, pôde ser vencido. A cultura masculina era hegemónica. Durante séculos, por força duma secular tradição patriarcal, religiosamente cheia de tabús, à mulher propunha-se não fazer nada contra o homem, não sair de casa, não falar com estranhos, não procurar instrução, nunca dominar, ser humilde e serviçal, estar sujeita. A mulher como tal, e não propriamente as mulheres, era um problema de salvação para o homem. Porque, segundo a narrativa mitológica do Génesis 3, a mulher tinha sido causa do pecado original, era, por isso mesmo, vista como personificação do demónio tentador, sujeito e objecto de lascívia e concupiscência. As partes do corpo feminino deviam ser tidas como símbolos da vida espiritual; de contrário, o corpo da mulher era sempre instrumento de pecado. Por isso, eremitas e monges fugiam do contacto feminino, guiados, de resto, por aqueles premonitórios e avisados textos da sabedoria bíblica: “Arganel dourado em focinho de porca, tal a mulher formosa mas insensata” (Prov. 11,22) e: “Mais vale viver no deserto do que com uma mulher quezilenta e colérica” (Prov. 21,9. 19); “É melhor habitar a um canto do terraço do que viver com uma mulher impertinente em casa espaçosa” (Prov. 25, 24), “As intrigas duma esposa são como goteira sempre a pingar em dia de chuva” (Prov. 27,15). Não se esqueça, todavia, que o sábio bíblico também faz o elogio da “mulher virtuosa” (Prov. 31, 10-31).

Contudo, um texto italiano da Idade Média continuava a transmitir a mentalidade tradicional negativa acerca da mulher:

“Femmina, tizzone di Satana, fetida rosa, dolce veleno,
sempre pronta a fare ciò che le si proibisce!”

No séc. XIII, Jacques de Vitry (+ 1240), porém, iniciara os *Sermones vulgares*, que se tornaram o primeiro manual de pregação dirigida às várias categorias ou *Status* de mulheres (casadas, viúvas, virgens e crianças, monjas e religiosas). É nessa altura que as partes do corpo feminino são, alegoricamente, apresentadas como símbolos da vida espiritual, como bem demonstra o belo sermão de Gilberto de

Tournai (+ 1270) “Ad moniales et religiosas”²⁶, cheio de citações ou “auctoritates” bíblicas.

Historicamente, do séc. IV ao XIII, o monaquismo cristão, masculino e feminino, rompeu o ciclo do dualismo moral maniqueísta e mostrou toda a sua força anímica. Porém, do século XIII em diante, dado o novo enquadramento sócio-cultural, a Europa iria conhecer o reavivamento das cidades, o relançamento do comércio, o engodo da moeda, o fervilhar das feiras, e, conseqüentemente, um novo tipo de vida religiosa. Havia, então, que fomentar a recristianização dos centros urbanos, do homem na sociedade, no grande mundo. O monaquismo não podia arrogar-se o exclusivo da vida de perfeição. Perseguindo um ideal de santificação pessoal na procura de Deus e na imitação de Cristo (*Si revera Deum querit*, “RB”, 58,15; *Nihil amori Christi praeponere*, “RB”, 4,24;72,14), independentemente da colaboração que monges ou monjas, de per si, pudessem dar para a acção da Igreja no mundo, o monaquismo impedia, de forma estrutural e institucional, o impulso carismático de pessoas mais reactivas e sensíveis às novas realidades sociais. Foi, assim, que se operou uma viragem na vida consagrada e apareceram as ordens mendicantes, quase fazendo esquecer ou eclipsar as velhas ordens monásticas, embora, no que se refere à vida religiosa feminina, houvesse que esperar a abertura pastoral pós-tridentina. Em consequência e por consequência, novos tipos de vocação consagrada, mais virada para o grande mundo e para as obras de caridade ou misericórdia, começaram a preocupar e a animar a vida religiosa da Igreja. O claustro e fuga do mundo para a salvação da própria alma já não eram uma preocupação espiritual prioritária. Daí a crise ou quebra da vida monástica medieval. Queremos conhecê-la e avaliá-la? Basta saber o que se passou em Portugal com certos mosteiros do Entre Douro e Minho, fechados sobre si, preocupados com a administração de coutos e terras, e em que os monges, às vezes, nem sequer conheciam a Regra e até viviam em mancebia. É um longo e negro estendal, bem mais doloroso e apavorante que a actual falta de vocações²⁷. Ontem como

²⁶ CASAGRANDE, Carla — *Prediche alle donne del secolo XIII*, Milão, Bompiani, 1978, 108-112.

²⁷ DIAS, Geraldo J. A. Coelho — *O Mosteiro de Tibães e a reforma dos Beneditinos Portugueses*, “Revista de História”, Porto, CHFLUP, Vol. XII, 1993, 95-133; Cfr. FERRO, Adérito Gomes Ferreira Paulo — *Inquérito à vida dos mosteiros na Arquidiocese de Braga sob D. Frei Bartolomeu dos Mártires*, “Actas do II Encontro sobre História Dominicana”, T. III, Porto, Arquivo Histórico Dominicano, 1987, 161-206; MARQUES, José — *O estado dos mosteiros beneditinos da arquidiocese de Braga no século XV*, Separata da “Bracara Augusta”, XXXV, N° 79 (92), 1981; MATTOSO, José — *A vida religiosa dos beneditinos portugueses durante o século XIII*, “Religião e

hoje, tanto para monges como para monjas, o monaquismo é uma forma radical de viver a dinâmica do provisório na imitação de Jesus, mas que deve ser actualizada e relativizada frente ao mundo, frente ao Evangelho e frente à Regra. O importante é a santificação da vida no seguimento de Cristo.

O monaquismo foi e é uma vocação de perfeição cristã; mas, por mais válido que seja, o mundo moderno precisa não só de quem queira ser concha de graça para si, à maneira dos monjes e monjas medievais, mas também de quem sinta a necessidade pastoral de ser concha e canal de salvação e serviço para os outros, à maneira de Cristo que estava no meio dos homens “como quem serve” (Lc.22,27). Por isso, não é de estranhar que ao longo da história cristã, sobretudo nos tempos modernos, no jardim da Igreja tenham surgido tantas e tão variadas formas de vida consagrada, desde as ordens mendicantes às congregações pós-tidentinas até aos institutos seculares contemporâneos.

Cultura na Idade Média Portuguesa”, Lisboa, IN-CM, 1982, 147-203; ID. — *Identificação dum país. Ensaio sobre as origens de Portugal*, 2 vols., Lisboa, Editorial Estampa, 1985; SIVADIAS, José — *Correntes do sentimento religioso em Portugal (Séculos XVI-XVIII)*, 2 Tomos, Coimbra, Instituto de Estudos Filosóficos, 1960; SOARES, Franquelim Neiva — *Os mosteiros da Comarca de Entre Douro e Lima em 1528*, “Bracara Augusta”, XL, I, 91-92 (104-105, 1988-1989, 103-138; ZARAGOZA PASCUAL, Ernesto — *Reforma de los benedictinos portugueses (1564-1565)*, Separata da “Bracara Augusta”, XXXV, N.º 79 (92), 1981; IDEM — *Reforma de los benedictinos portugueses (1588-1589)*, Separata da “Theologica”, Braga, XVII, Fasc.I-IV, 1983.

BIBLIOGRAFIA

ALVAREZ GOMEZ, Jesus, CMF — *Historia de la Vida Religiosa*, 3 vols., Madrid, Instituto Teológico de Vida Religiosa, 1987; DAVID, Pierre — *Études historiques sur la Galice et le Portugal du VI^e au XII^e siècle*, Coimbra, Institut Français au Portugal, 1947; DE VOGUÉ, Adalbert, OSB — *Cesáreo de Arlés y los orígenes de la clausura de las monjas*, “Mujeres del Absoluto”. 183-195; FREIRE, José Geraldes — *Problemas literários das “Vitae Sanctae Senorinae*, “A Mulher na Sociedade Portuguesa”, II Vol., Coimbra, 1986, 35-38; GARRIDO BONAÑO, Manuel, OSB — *Labor misionera de las monjas en el Medioevo*, “Mujeres del Absoluto”, 67- 85; MASOLIVER, Alejandro — *Historia del Monacato Cristiano*, 2 vols., Madrid, Ediciones Encuentro, 1994; MARQUES, Maria Alegria Fernandes — *Evolução do monaquismo feminino, até ao século XIII, na região de Entre Douro e Tejo*, “A Mulher na Sociedade Portuguesa”, II Vol., 89-114; MATTOSO, JOSÉ — *Religião e Cultura na Idade Média*, Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1981 ; PEREZ DE URBEL, Fray Justo — *Los monjes españoles en la Edad Media*, 2.^a ed., 2 vols, Madrid, Ediciones “Ancla”, s/d (1945); *Moines et religieux au Moyen Age*, Présenté par Jacques Berlioz, Paris, Seuil, 1994 (Col. “Points. H”,185); *A MULHER NA SOCIEDADE PORTUGUESA. Visão histórica e perspectivas actuais*, Actas del Colóquio, Coimbra, 20 a 22 de Março 1885, 2 Volumes, Coimbra, Faculdade de Letras/Instituto de História Económica e Social, 1986; *LA CONDICIÓN DE LA MUJER EN LA EDAD MEDIA*. Actas del Coloquio celebrado en la Casa de Velazquez, del 5 al 7 de Noviembre de 1984, Madrid, Universidad Complutense/Casa de Velazquez, 1986; *MUJERES DEL ABSOLUTO. El monacato femenino. Historia, Instituciones, Actualidad*, XX Semana de Estudios Monásticos, dirigida por Fray Clemente de la Serna Gonzalez, OSB, Silos, Abadía de Silos, 1986 (Studia Silensia, XII).

SIGLAS E ABREVIATURA

- ANCILLI = ANCILLI, Ermanno, Dir. — Dicionário de Espiritualidad, 3 Vols., Barcelona, Herder, 1983 (Trad. do italiano: *Dizionario Enciclopedico di Spiritualità*, Roma, Edizioni Studium, 1975).
- BS = *Bibliotheca Sanctorum*, 12+2 vols, Roma, Istituto Giovanni XXIII, P. U. Lateranense, 1961-1970.
- C = CATHOLICISME. *Hier, Aujourd'hui, Demain*, Encyclopédia, Paris, Letouzey et Ané, 1948s.
- DC = *Diplomata et Chartae*. Secção dos PMH.
- DHEE = *Diccionario de Historia Eclesiastica de España*, III, Madrid, Instituto Enrique Florez, 1973, 1502-1508.
- DHGE = *Dictionnaire d'Histoire et de Géographie Écclésiastiques*, 24 Vols. publicados, Paris, Letouzey et Ané, 1980-93.
- DIP = *Dizionario degli Istituti di Perfezione*, V vol., Roma, Edizioni Paoline, 1978, 1672-1742.
- DS = *Dictionnaire de Spiritualité*, X, Paris, Beauchesne, 1980.
- PMH = *Portugaliae Monumenta Historica*,
- RB = *Regra de S. Bento*, 2ª Edição, Singeverga, Edições Ora & Labora, 1992.

APÊNDICE DOCUMENTAL

Textos monásticos das Cartas de S. Jerónimo

— A um monge rústico —

11. Nunquam de manu et oculis tuis recedat liber, 15 psalterium discatur ad verbum; oratio sine intermissione; vigil sensus, nec vanis cogitationibus patens. Corpus pariter animusque tendatur ad Dominum. Iram vince patientia; Ama scientiam scripturarum, et carnis vitia non amabis. Nec vacet mens tua variis 20 perturbationibus, quae si pectori insederint dominabuntur tui, et te deducunt ad delictum maximum. Fac et aliquid operis, ut semper te diabolus inveniatur occupatum. Si apostoli, habentes potestatem de evangelio vivere, laborabant manibus suis ne quem 25 gravarent, et aliis tribuebant refrigeria, quorum pro spiritualibus debebant metere carnalia, cur tu in usus tuos cessura non praepares? Vel fiscellam texe iunco, vel canistrum lentis plecte viminibus; saniatur humanus; areolae aequo limite dividantur, in quibus cum holerum iacta fuerint semina, vel plantae per ordinem positae, aquae ducantur inriguae, ut pulcherrimorum versuum spectator adsistas:

“ Ecce supercilio clivosi tramis undam
Elicit; illa cadens raucum per levia murmur
Saxe ciet, scatebrisque arentia temperat arva.”

Inserantur infructuosae arbores, vel gemmis, vel surculis, ut parvo post tempore, laboris tui dulcia poma decerpas. Apum fabricare alvearia, ad quas te mittunt Proverbia; et monasteriorum ordinem, ac regiam disciplinam in parvis discas corporibus. Texantur et lina capiendis piscibus, scribantur libri, ut et manus operetur cibum, et anima lectione saturetur. “In desideriis est omnis otiosus”. Aegyptiorum monasteria hunc morem tenent, ut nullum absque opere ac labore suscipiant, non tam propter victus necessaria, quam propter animae salutem, ne vegetetur perniciosis cogitationibus, et instar fornicantis Hierusalem, omni transeunti divaricet pedes suos.

12. Dum essem iuvenis, et solitudinis me deserta vallarent, incentiva vitiorum ardoremque naturae ferre non poteram; quae cum crebris ieiuniis fran-25 gerem, mens tamen cogitationibus aestuabat. Ad quam edomandam, cuidam fratri, qui ex Hebraeis crediderat, me in disciplinam dedi, ut post Quintiliani acumina, Ciceronisque fluvios, gravitatemque Frontonis, et lenitatem Plinii, alphabetum discerem, stridentia anhelantiaque verba meditarer. Quid ibi laboris insumperim, quid sustinuerim difficultatis, quotiens

desperaverim, quotiensque cessaverim, et 5 contentione discendi rursus inceperim, testis est conscientia, tam mea quam eorum qui mecum duxere vitam. Et gratias ago Domino, quod de amaro semine litterarum, dulces fructus capio.

13. Dicam et aliud, quid in Aegypto viderim: Graecus adolescens erat in coenobio, qui nulla continentiae, nulla operis magnitudine flammam poterat carnis extinguere. Hunc periclitantem Pater monasterii hac arte servavit: imperat cuidam viro gravi, ut iurgiis atque conviciis insectaretur hominem, et post inrogatam iniuriam, primus veniret ad querimonias. Vocati testes pro eo loquebantur, qui contumeliam fecerat. Flere ille contra mendacium; nullus alius credere veritati: solus Pater defensionem suam callide opponere, ne abundantiori tristitia absorberetur frater. Quid multa? Ita annus ductus est; quo expleto, interrogatus adulescens super cogitationibus pristinis, an adhuc molestiae aliquid sustineret: papae, inquit, vivere mihi non licet, et fornicari libet? Hic si solus fuisset, quo adiutore superasset?"

S. Jeronimus, *Epistola CXXV: Ad rusticum monachum*, 11-13, P.L.,

Carta a Demetriade

15. Nunc tantum ad virginem loquar, id est non ea quae extra te, sed in te sunt, considerans. Praeter psalmodum et orationis ordinem, quod tibi hora tertia, sexta, nona, ad vesperum, medio noctis, et mane semper est exercendum, statue quot horis 20 sanctam scripturam ediscere debeas; quanto tempore legere, non ad laborem, sed ad delectationem et instructionem animae. Cumque haec finieris spatia, et frequenter te ad figenda genua sollicitudo animae suscitaverit, habeto lanam semper in manibus, vel 25 staminis pollice fila deducito, vel ad torquenda subtemina in alveolis fusa vertantur; aliarumque neta, aut in globum collige, aut texenda compone. Quae texta sunt, perspice; quae errata, reprehende; quae facienda, constitue. Si tantis operum varietatibus 30 fueris occupata, numquam tibi dies longi erunt; sed quamvis aestivis tendantur solibus, breves videbuntur, in quibus aliquid operis praetermissum est. Haec observans, et teipsam salvabis, et alias, et eris magistra sanctae conversationis, multarumque castitatis lucrum tuum facies, scriptura dicente: "In desideriiis est omnis anima otiosi". Nec idcirco tibi ab opere cessandum est, quia Deo propitio nulla re indiges; sed ideo cum omnibus laborandum est, ut per occasionem operis, nihil aliud cogites, nisi quod ad Domini pertinet servitutem. Simpliciter loquar. Quamvis omnem censum tuum in pauperes distribuas, nihil apud Christum erit pretiosus, nisi quod manibus tuis ipsa confeceris, et in usus proprios, et in exemplum virginum ceterarum, vel quod aviae matrique offeras, maiora ab eis in refectioem pauperum pretia receptura..... 20... Ama scripturas sanctas, et amabit te sapientia: "Dilige eam, et servabit te: honora illam, et amplexabitur te". Haec monilia in pectore, et in auribus tuis haereant. Nihil aliud noverit lingua, nisi Christum. Nihil possit sonare, nisi quod sanctum est.

S. JERONIMUS — *Epistola CXXX: Ad Demetriadem*, P.L., 22, 1107-1124.

SAINT JÉRÔME — *Lettres*. Texte établi et traduit par Jérôme Labourt, Vol. VII, Société d'Éditions "Les Belles Lettres", Paris, 1961.

SÃO JERÓNIMO — *Cartas Espirituais*, Lisboa, Edições Paulistas, 1960. *Carta a Demetriade*, 179-205.

"Agora falarei unicamente à virgem, considerando não as coisas que estão fora de ti, mas as que estão em ti. Além da ordem dos salmos e da oração, que sempre debes fazer à hora de Tércia, Sexta, Noa, Vésperas, meia noite e pela manhã, determina em que horas devas aprender a Sagrada Escritura, quanto tempo ler, não por trabalho mas para deleite e instrução do espírito. Quando acabares estes espaços e a solicitude da alma frequentemente

te levar a pôr os joelhos em terra, tem sempre a lâ entre mãos, guia com o polegar os fios da roca ou gira os fusos para torcer os fios nos alvéolos. Recolhe o tecido das outras para a teia, ou ajusta os que devem ser tecidos. Examina os que foram tecidos, corrige os que estiverem errados, determina o que deve fazer-se. Se em tanta variedade de trabalhos estiveres ocupada, nunca os dias serão longos para ti mas, ainda que se alongue o sol no verão, te precerão breves, porque algum trabalho ficará sempre por fazer. Observando isto, salvar-te-ás a ti própria e às outras; serás mestra de santa observância e farás teu o lucro da castidade de muitas, dizendo a Escritura: "Em desejos está toda a alma do ocioso". Por isso, não debes cessar de trabalhar, como se por graça de Deus nada te faltasse. Antes, com todas debes trabalhar para que, ocupada em trabalho, nada mais penses senão o que pertence ao serviço de Deus. Falarei de maneira simples. Ainda que distribuisses aos pobres toda a tua fortuna, nada mais precioso haverá aos olhos de Cristo do que o que fizeres com as tuas mãos, quer para uso próprio quer para exemplo das restantes virgens, ou para oferecer à tua avó e à tua mãe de quem receberás maior preço para a refeição dos pobres..... 20 Ama as Escrituras santas e a sabedoria te amará: "Ama-a e ela te guardará; honra-a e ela te abraçará". Estas sejam as jóias que pendem do teu peito e das tuas orelhas. Nada mais conheça a língua senão Cristo. Nada mais possa cantar senão o que é santo".

ORIGINES ET ÉVOLUTION DU REGISTRE
DE LA CHANCELLERIE ROYALE PORTUGAISE
(XIII^e-XV^e SIÈCLES)

par **Maria Helena da Cruz Coelho**
(Université de Coïmbre)
et **Armando Luís de Carvalho Homem**
(Université de Porto et Université *Autónoma* de Lisbonne)

Il y a quatre ans, lors d'une des séances du «Colloque Technique» de notre Commission (sur les *Chancelleries royales, XIII^e-XIV^e siècles*), M. Bautier, dans la suite des communications sur la Castille (par Mesdames Sanz et Ostos), la couronne d'Aragon (par M.me Cárcel et M. Conde) et le Portugal (par M.me Coelho et Messieurs Rosa Pereira et Marques, et moi-même¹) a souligné un fort contraste entre les *chancelleries* des royaumes de la Péninsule Ibérique:

- la Castille, avec des registres peu nombreux et une surabondance d'actes originaux, tout ça rappelant la situation française;
- la Couronne d'Aragon et le Portugal, avec des registres relativement abondants et continus, voire précoces^{1a}.

* Communication présentée à la Réunion de la Commission Internationale de Diplomatique, lors du *XVIII^e Congrès du Comité International des Sciences Historiques* (Montréal, 1995/09/01 et 02). Pour la préparation de ce texte les auteurs ont obtenu l'appui du PROGRAMA LUSITÂNIA/Ação III (Instituto Camões et Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica [Lisbonne]).

¹ Voir PEREIRA, COELHO, MARQUES et HOMEM, [42].

^{1a} La communication de M.me Sanz à la réunion de Montréal vient introduire un certain nombre de *nuances* dans cette opposition Castille/Portugal-Aragon en ce qui

De cette remarque faisons notre point de départ. Les textes classiques de Ruy de Azevedo² et du R.P. Avelino de Jesus da Costa³ nous permettent aujourd'hui une connaissance solide des origines de l'enregistrement. Quand-même, rappelons les grands moments de ce processus⁴:

- Les débuts de la production d'actes au temps des comtes *portucalenses* Henri et Thérèse (depuis 1095);
- la suite de cette pratique, aux temps d'Alphonse Ier (Henriques) et de Sanche Ier;
- un premier registre de *Chancellerie* pour les années dernières d'Alphonse II (1217-1221) (**voir pl. I**);
- une certaine 'anarchie' dans la production, validation et expédition d'actes au temps de Sanche II, y compris l'inexistence de registre;
- le venir à but de cette 'crise' lors de l'avènement d'Alphonse III; et maintenant de nouveau des registres, continus jusqu'à la fin du Moyen Âge.

Le cadre serait donc marqué par la 'fondation' du *registre* au temps d'Alphonse II, et sa 'refondation' par Alphonse III (à la fin des années 40 du XIII^e siècle). Mais quand on envisage l'évolution des registres dans une longue durée (XIII^e-XV^e siècles), on doit faire remarquer quelques 'petites' nuances.

En 1987, en introduisant un Colloque à Lisbonne sur «La Mémoire de la Nation», Vitorino Magalhães Godinho écrivait: «*L'un de nos grands problèmes est, peut-on dire, l'oubli. De tout temps, oublier le passé est ce que nous avons vécu au Portugal (...) Les destructions sont systématiques, il n'y a pas que les oublis occasionnels. Au XV^e siècle, écrasée par les paperasses, la bureaucratie portugaise fait détruire les Chancelleries (...), Zurara et d'autres en ayant fait quelques résumés*»⁵.

concerne l'existence ou l'inexistence de registres de *chancellerie*. Voir M.^a Josefa SANZ FUENTES, «Registro y libros de registro en la cancelleria real castellano-leonesa durante la Edad Media» [sous presse].

² AZEVEDO, [20] et [21].

³ COSTA, [23] et [24].

⁴ Voir les pages de synthèse en ouverture à PEREIRA et al, [42]; voir aussi HOMEM, [35].

⁵ «*Pode dizer-se que um dos nossos grandes problemas é o do esquecimento contra a recordação. Através de sempre, o que vivemos foi esquecer o passado em Portugal. (...) as destruições são sistemáticas, não há apenas os esquecimentos ocasionais. No século XV a burocracia portuguesa, esmagada pela papelada, manda destruir as chancelarias, (...) tendo entretanto feito Zurara e outros alguns resumos*» («O naufrágio da memória nacional e a Nação no horizonte do *marketing*», in *Memória (A) da Nação* [Actes du Colloque, 1987], éd. F BETHENCOURT et D. R. CURTO, Lisbonne, Sá da Costa, 1991, p. 20-21).

Ce qui veut dire que la recherche actuelle sur les *chancelleries* se voit placée devant une double situation:

— des registres mis au net (élaborés au XVe siècle) pour la plupart des actes concernant Denis Ier, Pierre Ier, Ferdinand Ier, Jean Ier et Édouard Ier;

— des registres primitifs en série pour Alphonse V et Jean II; et encore des registres primitifs pour la plupart des actes concernant Alphonse III et Alphonse IV, et pour une minorité d'actes concernant Ferdinand, Jean Ier et Édouard. Voyons la situation avec un peu plus de détail:

a) *Registres mis au net:*

— **Denis Ier:** 4 registres, contenant des actes de 1279 à 1291 (reg. I⁶), de 1291 à 1297 (reg. II⁷) et de 1297 à 1324 (reg. III⁸ et IV [voir pl. II]⁹);

— **Pierre Ier:** 1 registre (reg. I, le seul de ce roi), contenant des actes de toutes les années de son règne (1357-1367)¹⁰;

— **Ferdinand Ier:** 2 registres (reg. I¹¹ et II [voir pl. III]¹²), contenant des actes de 1367 à 1377, et de 1377 à 1382;

— **Jean Ier:** 4 registres (reg. I [voir pl. IV]¹³, II¹⁴, III¹⁵ et IV¹⁶),

⁶ AN/TT (= Arquivos Nacionais/Torre do Tombo [Lisbonne]), *Chancelaria de D. Dinis*, liv. I; 291 *folia*.

⁷ AN/TT, *Chancelaria de D. Dinis*, liv. II; 141 *folia*.

⁸ AN/TT, *Chancelaria de D. Dinis*, liv. III; 164 *folia*.

⁹ AN/TT, *Chancelaria de D. Dinis*, liv. IV; 102 *folia*. Pour l'itinéraire de ce roi voir RAU, [11]. M.me Maria Rosa MARREIROS (Université de Coïmbre) prépare l'édition de ces registres. Aux Archives Nationales il y a encore un «reg. V» de Denis; en effet, il ne s'agit pas d'un registre; plutôt un cartulaire des acquisitions faites au nom du roi (voir COSTA, [24] et SÁ-NOGUEIRA, [44]; ce dernier en prépare l'édition).

¹⁰ AN/TT, *Chancelaria de D. Pedro I*, liv. I; 136 *folia*. Éd.: *Chancelaria* [1]. Pour l'itinéraire de ce roi voir MACHADO, [12] et RODRIGUES, [17].

¹¹ AN/TT, *Chancelaria de D. Fernando*, liv. I; 201 *folia*.

¹² AN/TT, *Chancelaria de D. Fernando*, liv. II; 112 *folia*. Pour l'itinéraire de ce roi voir RODRIGUES, [18].

¹³ AN/TT, *Chancelaria de D. João I*, liv. I; 200 *folia*.

¹⁴ AN/TT, *Chancelaria de D. João I*, liv. II; 200 *folia*.

¹⁵ AN/TT, *Chancelaria de D. João I*, liv. III; 200 *folia*.

¹⁶ AN/TT, *Chancelaria de D. João I*, liv. IV; 143 *folia*.

contenant des actes de 1384 à 1388, 1386 à 1403, 1402 à 1416 et 1417 à 1433¹⁷.

— **Édouard Ier**: 1 registre (reg. I [voir pl. V]¹⁸), contenant des actes de 1433 à 1438¹⁹;

b) *Registres primitifs*:

— **Alphonse III**: 3 registres (reg. I [voir pl. VI]²⁰, II²¹ et III²²), contenant des actes de la plupart des années de son règne, et enregistrant aussi des actes des rois antérieurs²³;

— **Alphonse IV**: 2 registres (reg. III²⁴ et IV [voir pl. VII]²⁵), contenant des actes de 1325 à 1335 et de 1336 à 1342²⁶;

— **Ferdinand Ier**: 2 registres (reg. III²⁷ et IV²⁸, contenant des actes de 1381 à 1383 et de 1371 à 1378²⁹;

— **Jean Ier**: 1 registre (reg. V [voir pl. VIII]³⁰), pas un registre de la *chancellerie*, mais un registre de la «Chambre des Comptes» (*Casa dos Contos*); il contient des actes de 1388 à 1432³¹;

¹⁷ Sur la *chancellerie* de ce roi voir notamment VAZ, [46]; et pour son itinéraire MORENO, [14]; on a aussi utilisé les registres de cette *chancellerie* comme source pour l'établissement du *corpus* des légitimations royales de bâtards, jusqu'à 1412: voir VIEGAS, [48].

¹⁸ AN/TT, *Chancelaria de D. Duarte*, livro I; 238 *folia*.

¹⁹ Sur la *chancellerie* de ce roi voir notamment FREITAS, [28]; et pour son itinéraire MORENO, [14].

²⁰ AN/TT, *Chancelaria de D. Afonso III*, liv. I; 164 *folia*.

²¹ AN/TT, *Chancelaria de D. Afonso III*, liv. II; 94 *folia*.

²² AN/TT, *Chancelaria de D. Afonso III*, liv. III; 36 *folia*.

²³ Pour l'itinéraire de ce roi voir DIAS, [11]; pour sa noblesse de Cour voir VENTURA, [47].

²⁴ AN/TT, *Chancelaria de D. Afonso IV*, liv. III; 43 *folia*. Éd.: *Chancelarias*, [2], I.

²⁵ AN/TT, *Chancelaria de D. Afonso IV*, liv. IV; 101 *folia*. Éd.: *Chancelarias*, [2], II et III. Aux Archives Nationales il y a encore un «reg. I» et un «reg. II» d'Alphonse IV; il s'agit des pièces du litige entre le roi et l'évêque de Porto sur la juridiction de cette ville.

²⁶ Pour l'itinéraire de ce roi voir AZEVEDO, [9].

²⁷ AN/TT, *Chancelaria de D. Fernando*, liv. III; 97 *folia*.

²⁸ AN/TT, *Chancelaria de D. Fernando*, liv. IV; 28 *folia*.

²⁹ Pour l'itinéraire de ce roi voir RODRIGUES, [18].

³⁰ AN/TT, *Chancelaria de D. João I*, liv. V; 149 *folia*.

³¹ Voir note (17). Nous faisons encore remarquer que dans l'Université de Coïmbre, aux années 50 et 60, on a soutenu de nombreuses mémoires de licence sur les *chancelleries* du XIIIe et du XIVe siècles, en publiant partiellement des registres ou en élaborant les itinéraires royaux.

— **Édouard Ier**: 2 registres (reg. II³² — provenant lui aussi de la *Casa dos Contos* — et reg. III³³); ils contiennent des actes de 1433 à 1448 et de 1433 à 1438³⁴;

— **Alphonse V**: 38 registres (reg. I à XXXVIII [voir pl. IX]³⁵);

— **Jean II**: 27 registres (reg. I à XXVII [voir pl. X]³⁶).

La plupart des 65 registres d'Alphonse V et Jean II (54, c'est-à-dire, 83 %) concerne une seule année. Mais une année peut comprendre plusieurs registres: c'est le cas de 1471³⁷, 1476³⁸, 1482³⁹, 1484⁴⁰, 1486⁴¹, 1487⁴², 1488⁴³, 1490⁴⁴, 1491⁴⁵ et 1492⁴⁶. Et dans un même registre on a parfois rassemblé des cahiers de parchemin d'années diverses; résultat: des volumes hétérogènes; c'est le cas des registres III⁴⁷, IV⁴⁸, V⁴⁹, XXVI⁵⁰

³² AN/TT, *Chancelaria de D. Duarte*, liv. II; 50 folia.

³³ AN/TT, *Chancelaria de D. Duarte*, liv. III; 92 folia; voir la présentation de toutes ces sources dans COSTA, [24].

³⁴ Voir note (19).

³⁵ AN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, livs. I/XXXVIII; pour l'itinéraire de Pierre, frère d'Édouard Ier, régent pendant la minorité d'Alphonse V (1439-1448), voir MORENO, [15]; ce même historien est en train de préparer l'itinéraire du roi pendant les années de son gouvernement personnel; voir aussi FREIRE, [26]. Cette *chancellerie* a été jusqu'aujourd'hui la grande source pour deux importantes monographies: MORENO, [40] et DUARTE, [25]; le premier envisageait la caractérisation des deux 'partis' affrontés à l'épi- sode militaire de Alfarrobeira (1449) et l'identification de leurs gens; le second a utilisé les actes de *remissão* de la deuxième moitié du règne (1459-81) comme source pour l'histoire du crime et de la justice royale.

³⁶ AN/TT, *Chancelaria de D. João II*, livs. I/XXVII. Sur cette *chancellerie* voir FREIRE, [27] et MENDONÇA, [38], et pour l'itinéraire SERRÃO, [19]; voir encore un étude biographique et politique de Jean II et son temps: MENDONÇA, [39], *maxime* p. 275-373. Pour les problèmes de l'enregistrement lors de la transition Alphonse V/Jean II voir MOTA, [41].

³⁷ AN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, livs. XVI et XVII.

³⁸ AN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, livs. VI et VII; il y a encore quelques actes de cette année dans le liv. XXVI.

³⁹ AN/TT, *Chancelaria de D. João II*, livs. II, III et VI; il y a encore quelques actes de cette année dans le liv. XXVI.

⁴⁰ AN/TT, *Chancelaria de D. João II*, livs. XXII et XXIII.

⁴¹ AN/TT, *Chancelaria de D. João II*, livs. I et IV.

⁴² AN/TT, *Chancelaria de D. João II*, livs. XIX, XX et XXI.

⁴³ AN/TT, *Chancelaria de D. João II*, livs. XIV, XV et XVIII.

⁴⁴ AN/TT, *Chancelaria de D. João II*, livs. XII, XIII, XVI et XVII.

⁴⁵ AN/TT, *Chancelaria de D. João II*, livs. IX, X et XI.

⁴⁶ AN/TT, *Chancelaria de D. João II*, livs. V et VII.

⁴⁷ Années 1452 et 1453.

⁴⁸ Années 1452 et 1453.

⁴⁹ Années 1445 et 1446.

⁵⁰ Années 1475, 1476, 1480 et 1481.

et XXXVII⁵¹ d'Alphonse V, des registres XXIV⁵², XXV⁵³, XXVI⁵⁴ et XXVII⁵⁵ de Jean II, et d'autres encore plus hétérogènes. D'ailleurs, il y a un total de 20 ans — c'est-à-dire, 35% de la période — sans registre⁵⁶. Enfin, pour la recherche actuelle, cette série de registres primitifs d'Alphonse V et de Jean II représente un remarquable *boom* quantitatif par rapport aux temps précédents. Nous en reviendrons.

Tout ce que nous venons d'énoncer signifie que la recherche utilisant les registres de la *chancellerie* royale portugaise connaît des conditions tout à fait différentes selon qu'il s'agit de la période avant ou après 1438; c'est-à-dire, selon qu'il s'agit surtout de registres mis au net ou de registres primitifs. Dans cet exposé nous nous bornerons à expliciter le contraste entre les registres de la *réforme Zurara* et les registres primitifs d'Alphonse V et Jean II.

Ce qu'on dit *réforme Zurara* a été concrétisé aux années 50, 60 et 70 du XV^e siècle. Il s'agit d'un procès de réélaboration des registres, qui a pris (au XX^e siècle) le nom du garde des archives et chroniqueur royal Gomes Eanes de Zurara⁵⁷. Le point de départ a été la réunion des *Cortes* de 1459, à Lisbonne; les doléances des municipes incluaient le poids des vieux documents et registres des archives royales, très nombreux et dont l'écriture n'était plus facilement lisible. Alphonse V a été d'accord et, en ce qui concerne la *chancellerie*, autorisa la destruction des dizaines et dizaines de registres des rois Pierre Ier, Ferdinand Ier, Jean Ier et Édouard Ier; on en a fait une réélaboration, dont le résultat est le total de 8 registres mis au net que nous possédons aujourd'hui pour ces mêmes rois. Une telle réforme n'était pas tout à fait inédite; et il y en aura d'autres, dont la plus

⁵¹ Années 1450 et 1451. Il s'agit d'un registre de la *Casa dos Contos*.

⁵² Années 1483, 1489 et 1490.

⁵³ Années 1483, 1489 et 1492.

⁵⁴ Années 1481, 1482, 1489, 1490 et 1491.

⁵⁵ Années 1483, 1490 et 1492.

⁵⁶ Années 1439, 1440, 1447, 1448, 1449, 1457, 1458, 1460, 1461, 1465, 1467, 1470, 1474, 1477, 1478, 1479, 1485, 1493, 1494 et 1495. Voir la présentation de ces sources dans MARQUES, [30], p.189-192.

⁵⁷ Gomes Eanes de Zurara a vécu probablement entre l'aube du XV^e siècle et le début des années 70; chroniqueur et garde des archives depuis la fin des années 40. Sur sa vie et ses ouvrages voir la synthèse de Joaquim Veríssimo SERRÃO, *Cronistas do Século XV posteriores a Fernão Lopes*, Lisbonne, Instituto de Cultura Portuguesa, 1977, p. 27-40. Nous indiquons ici les éditions modernes de ses chroniques: *Crónica da Tomada de Ceuta*, éd. Francisco Maria Esteves PEREIRA, Lisbonne, Academia das Ciências de Lisboa, 1916; «Chronica do Conde D. Pedro» [de Meneses], in *Collecção de Livros Ineditos de Historia Portuguesa*, II, Lisbonne, Academia Real das Sciencias de Lisboa, 1792, pp. 215-635; et *Crónica do Conde D. Duarte de Meneses*, éd. Larry KING, Lisbonne, Universidade Nova de Lisboa, 1978.

remarquable est la «Lecture Nouvelle» (*Leitura Nova*), collection de 62 registres du temps d'Emmanuel Ier (1495-1521).

Voyons cependant les caractéristiques des registres de la *réforme Zurara*. Bien entendu qu'il s'agit d'une sélection très sévère de documents: nombre d'actes a été omis; d'autres actes ont été transcrits en forme de résumé (*ementa*, lat. *ementum*), qui exclut ordinairement l'indication du rédacteur et du scribe de l'acte (sauf dans le registre I d'Édouard Ier⁵⁸). Nous avons donc une collection de 8 registres qu'on pourrait presque dire 'normalisés'; voyons:

— *Folia* de dimensions à peu près constantes, en parchemin beige de bonne qualité; nombre régulier de *folia* dans chaque registre, fréquemment un nombre multiple de 10, ou proche (voir les 200 *folia* des registres I, II et III de Jean Ier)⁵⁹;

— écriture à deux colonnes, gothique cursive (*ma non troppo*); on utilisa de l'encre marron pour l'écriture des actes, et rouge (rarement bleu) pour les titres, bien que pour le «D» initial, agrandi, de l'*intitulatio* (de «Dom», *dominus*);

— un certain degré de systématisation dans l'enregistrement des actes; en effet, on remarque parfois des séries relativement longues d'actes du même type; c'est le cas, par exemple, dans les registres de Pierre Ier, Ferdinand et Jean Ier, des actes de *légitimation* de bâtards, des *bails* de terres royales, des *présentations* de clercs aux églises du patronage du roi [voir pl. III, 1.ère col.] ou de quelques octrois de *privilèges* généraux; dans ces cas, le premier acte enregistré en est souvent dans son texte intégral, les autres l'étant en résumé (*ementa*);

— le nombre des actes conservés dans ces registres nous semblera, peut-être, étonnamment bas: le fait est qu'ils dépassent à peine la centaine annuelle; l'auteur d'une monographie sur la bureaucratie royale, ses offices et ses officiers, de la fin du règne de Denis à la mort de Jean Ier (1320-1433), a obtenu une moyenne annuelle de 70 actes environ (et la recherche ne s'est pas bornée aux seuls registres; on a fait le dépouillement possible des actes originaux)⁶⁰;

— malgré cette limitation quantitative, les actes conservés dans ces registres présentent à la recherche un vrai 'microcosme' de l'univers diplomatique de ce temps-là: on peut décerner une vingtaine environ de types selon le contenu des actes, dans les aires du *privilège*, de la

⁵⁸ AN/TT, *Chancelaria de D. Duarte*, liv. I. Voir FREITAS, [28].

⁵⁹ AN/TT, *Chancelaria de D. João I*, livs. I, II et III; voir VAZ, [46].

⁶⁰ Voir HOMEM, [30] et [34].

*justice, des finances, de l'administration du territoire et de la bureaucratie «stricto sensu»*⁶¹;

— enfin, le nombre réduit des actes conservés n'a pas empêché la reconstitution de l'organigramme des offices et du *staff* des officiers: en effet, la plupart des offices prévus dans le livre I des «Ordonnances d'Alphonse V» (*Ordenações Afonsinas*)⁶² est représenté dans ces registres; d'ailleurs, le nombre des officiers identifiés est plausible, et rend compte d'une évolution logique, et courante dans les administrations royales de ce temps-là: un abaissement quantitatif, qu'on dirait rationalisant, et qui stabilisera les bureaucrates de la *chancellerie* royale portugaise, entre le milieu du XIVe siècle et la fin des années 30 du XVe, autour la trentaine chaque décennie ⁶³.

Est-ce qu'on peut dire le même si on se déplace aux registres primitifs post-1438 ? En effet, la situation devient tout à fait autre. Nous avons déjà fait référence à la croissance numérique des actes. Il s'agit d'un double processus:

- conservation dans les registres primitifs d'un nombre d'actes plus proche de celui des actes produits;
- augmentation de la production annuelle d'actes, elle-même.

Donc, actes plus nombreux et mieux conservés, pourra-t-on dire, en synthèse. Le dépassement de la centaine mensuelle et du millier annuel est désormais courant; aux années 80 on en ira même plus loin: le nombre des actes enregistrés chaque année est normalement supérieur à 2.000; et en 1491 on atteint presque les 3:000⁶⁴. Les conditions de la recherche sont donc tout à fait différentes: le poids du nombre l'impose. Voyons quelques exemples. L'auteur d'une monographie sur la *chancellerie* et ses officiers lors de la transition Alphonse V/Jean II (1480-1483) a rassemblé 4.900 actes environ⁶⁵; c'est-à-dire, 63 % du *corpus* des sources (7.700 environ) d'une autre recherche qui envisageait les mêmes questions dans

⁶¹ Voir HOMEM, [30], pp. 63-91, et ses disciples VAZ, [46], FREITAS, [28] et — pour une autre chronologie — MOTA, [41]. Encore une typologie semblable dans MENDONÇA, [39], p. 275 et sq.

⁶² Codification législative terminée aux années 40 du XVe siècle, pendant la minorité d'Alphonse V et la régence de Pierre. Éd.: *Ordenações Afonsinas*, réimpr. de l'éd. de 1792, 5 vol., Lisbonne, Fundação Calouste Gulbenkian, 1984.

⁶³ Voir HOMEM, [30], VAZ, [46] et FREITAS, [28].

⁶⁴ Voir MENDONÇA, [39], p. 280-281.

⁶⁵ MOTA, [41].

une longue durée qui allait de la fin du règne de Denis à la mort de Jean Ier (1320-1433)⁶⁶! Quelques types d'actes se présentent particulièrement nombreux. C'est le cas des *rémissions*. L'auteur d'une monographie qui les utilise comme source pour l'histoire du crime et de la justice royale aux temps d'Alphonse V en a rassemblé 5.000 environ pour 22 ans, en estimant un total entre 10.000 et 12.000 pour l'ensemble du règne⁶⁷. Des nombres qui, malgré tout, feront probablement sourire nos Collègues d'autres pays; mais des nombres qui, pour la situation portugaise, s'avèrent loquaces *quantum satis* en ce qui concerne les différentes conditions de la recherche par rapport aux temps précédents.

Toutefois, cette augmentation numérique des actes enregistrés est accompagnée de leur appauvrissement typologique. Pourquoi? Eh bien, au XV^e siècle le Portugal aura décidément connu un des moments d'un processus semblable à ce que M. Bautier nomma, il y a 30 ans, le dépassement du «principe de l'unité de la Chancellerie»⁶⁸. Chez nous, ce dépassement avait commencé aux années 60 du XIV^e siècle, avec la multiplication des sceaux de validation des actes⁶⁹. Et nous aurons maintenant un second moment, avec la multiplication des bureaux d'enregistrement. C'est-à-dire, le bureau 'présidé' par le chancelier n'est plus le seul. On enregistrait aussi des actes royaux dans la *Casa dos Contos* (nous l'avons vu à propos quelques registres primitifs de Jean Ier et d'Édouard). On enregistrait dans les tribunaux supérieurs du royaume: la «Chambre du Civil» (*Casa do Cível*)⁷⁰ et la «Chambre de l'Appel» (*Casa da Suplicação*). Quelques actes concernant les droits ou le patrimoine du roi étaient enregistrés dans ce qu'on pourrait dire un registre 'privé' du roi (*Livros de Próprios*); ou étaient objet d'un enregistrement 'décentralisé', dans les sièges des circonscriptions fiscales (*almoarifados*).

⁶⁶ HOMEM, [30].

⁶⁷ DUARTE, [25], vol. I, p. 8-13 et 23-68.

⁶⁸ «Recherches sur la Chancellerie Royale au temps de Philip pe VI» «*Bibliothèque de l'École des Chartes*, CXXII (1964), p. 91. Rééd. dans BAUTIER, [49].

⁶⁹ Sur notre «sceau du secret» (*selo da puridade, selo do camafeu*) et les origines de l'office de «scribe du secret» (*Escrivão da Puridade*), voir: COSTA, [24]; HOMEM, [30], p. 111-114, 160-162 et 225-227, [31], p. 191-192, et [33], p. 70-71; et TOVAR, [45]. Sur l'utilisation d'autres sceaux dans la validation des actes, voir HOMEM, [30], p. 162-163.

⁷⁰ Dans cette cour de justice le fait est précoce: nous avons des références à une «chancellerie de la Chambre du Civil» depuis les années 60 du XIV^e siècle (malheureusement il ne s'agit que de références; pas de documents). La *Casa do Cível* siégeait alors à Coïmbre; plus tard son siège alternait entre Santarém et Lisbonne; la fixation dans la 'capitale' n'arrive qu'au deuxième quart du XV^e siècle (voir HOMEM, [30], p. 169-170, et [33], p. 111-116).

Enfin, quelques municipes possédaient des registres de réception d'actes royaux: c'est le cas du «Grand Registre» (*Livro Grande*) à Porto⁷¹, et du «Registre des Clous» (*Livro dos Pregos*) à Lisbonne⁷²; dans ces registres locaux on peut trouver des actes introuvables dans les registres de la *chancellerie* royale. On peut se demander: qu'est-ce qui reste pour la *chancellerie*?

Le résultat le plus évident de tout ce que nous venons de dire consiste dans la quasi-disparition des registres des actes en matière judiciaire (sauf les *rémissions*), financière (sauf les *quittances*) ou fiscale. Et voici ce qui reste: les *donations*, les *rémissions*, les «bénéfices» (*tenças*), les *privilèges* (généraux ou spécifiques), les nominations aux *offices* (*provements de officios*), les *légitimations* de bâtards et quelques autres types plus singuliers. C'est peu, dans un univers diplomatique estimable en presque 30 types d'actes⁷³. 'Monotonie typologique' donc, posant des problèmes pas faciles quand on projette des recherches⁷⁴.

Faut-il dire que pour le chercheur travaillant sur ces registres primitifs l'*ascèse* se fait prévaloir sur la *réception esthétique*? En effet, le contraste ne pourrait être plus grand entre l'aspect matériel de ces registres et celui des registres mis au net dont nous avons parlé précédemment:

— *Folia* de dimensions variables, en parchemin grossier marron clair, parfois mal conservé; nombre irrégulier de *folia* dans chaque registre;

— écriture à une seule colonne; haut degré de cursivité; on utilise encore de l'encre marron pour l'écriture des actes; en ce concerne les titres, encore le rouge; mais parfois également le marron; ou encore absence de titre à l'époque, comblant cette lacune un scribe du XVI^e ou du XVII^e siècle;

— la systématisation dans l'enregistrement se maintient, avec des longues séries continues de *rémissions* ou de *légitimations*, par exemple, dans un cahier; mais parfois les cahiers n'ont pas été cousus dans l'endroit correct; résultat: l'enregistrement d'un acte peut se poursuivre quelques

⁷¹ Arquivo Histórico Municipal/Porto (AHM/P), *Livro Grande*. Éd.: *Corpus Codicum Latinorum et Portucalensium* ..., I, Porto, Câmara Municipal, 1891-1912.

⁷² Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Lisboa (AHCML), *Livro dos Pregos*. La raison de ce titre est l'existence de clous en métal blanc en décorant les couvertures. M. Oliveira Marques prépare l'édition de ce registre.

⁷³ Voir note (61).

⁷⁴ Voir HOMEM, [34].

folia (ou dizaines de *folia*) *infra*, voire dans un autre registre; les résumés (*ementas*) ne manquent pas; mais maintenant ils réfèrent et le rédacteur et le scribe de l'acte;

Nous ferons remarquer, pour finir, que la recherche sur ces registres primitifs est bien en retard par rapport à celle qui envisage les registres mis au net. Au fonds, ces registres sont encore bien plus pris comme source pour des recherches diverses que comme l'objet lui-même de la recherche. Néanmoins, quelques projets s'esquissent. Parfois ils envisagent un type concret d'acte: la *rémission*⁷⁵, la *légitimation*⁷⁶, la *quittance*⁷⁷. On projette également l'édition d'*indices* de ces registres⁷⁸. Mais en ce qui concerne l'édition de ces sources elles-mêmes nous sommes très en retard. Un défi pour les jeunes historiens d'un vieux pays de la périphérie européenne à la fin du XXe siècle?

Porto/Coïmbre/Montréal, août 1995

⁷⁵ Voir DUARTE, [25]. Attendons les résultats de la poursuite des recherches de ce jeune historien.

⁷⁶ Aux années 60, M. Baquero Moreno a publié une étude juridique de la *légitimation* jusqu'au deuxième quart du XVe siècle: «Subsídios para o Estudo da Legitimação em Portugal na Idade Média (D. Afonso III a D. Duarte)», *Revista dos Estudos Gerais Universitários de Moçambique*, sér. V: *Ciências Humanas*, IV (1967), p. 209 et sq. Aux années 80 on a élaboré l'inventaire de ces actes pour une part du règne de Jean Ier: voir VIEGAS, [48]. La poursuite de la recherche serait très désirable.

⁷⁷ Attendons le résultat des recherches de M. Cordeiro Pereira (Nouvelle Université de Lisbonne), sur les *quittances* de Jean II et d'Emmanuel Ier.

⁷⁸ Voir MENDONÇA, [39] pour Jean II. Pour Alphonse V il y a un projet en cours dans l'Université Portucalense/Porto (dir. H. B. MORENO).

SOURCES ET BIBLIOGRAPHIE

1. Sources imprimées

1.1. Registres de chancellerie

[1] *Chancelaria de D. Pedro I (1357-1367)*, ed. A. H. de Oliveira MARQUES *et al.*, Lisbonne, INIC/Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 1984.

[2] *Chancelarias Portuguesas: D. Afonso IV*, ed. A. H. de Oliveira MARQUES *et al.*, I. (1325-1336); II. (1336-1340); III. (1340-1344), Lisbonne, INIC/Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 1990/92/92.

[3] *Documentos em Português da Chancelaria de D. Afonso III, (Edição)*, éd. Luiz Fagundes DUARTE, mémoire de maîtrise/Université de Lisbonne, 1986.

1.2. Autres éditions, contenant des actes des registres de chancellerie

[4] *Cortes Portuguesas: Reinado de D. Afonso IV (1325-1357)*, éd. A. H. de Oliveira MARQUES *et al.*, Lisbonne, INIC/Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 1982

[5] *Cortes Portuguesas: Reinado de D. Pedro I (1357-1367)*, éd. A. H. de Oliveira MARQUES *et al.*, Lisbonne, INIC/Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 1986.

[6] *Cortes Portuguesas: Reinado de D. Fernando (1367-1383)*, éd. A. H. de Oliveira MARQUES *et al.*, I. (1367-1380), Lisbonne, INIC/ /Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 1990; II.

(1383), Lisbonne, JNICT/Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 1993.

[7] *Documentos das Chancelarias Reais anteriores a 1531 relativos a Marrocos*, éd. Pedro de AZEVEDO, I. (1415-1450), II. (1450-1456), Lisbonne, Academia das Ciências de Lisboa, 1915/1934.

[8] *História Florestal, Aquícola e Cinegética. Colectânea de Documentos existentes no Arquivo Nacional de Torre do Tombo: Chancelarias Reais*, éd. C. M. L. Baeta NEVES *et al.*, I. (1208-1438), II. (1439-1481), III. (1481-1493), IV. (1495-1521), Lisbonne, Ministério da Agricultura, Florestas e Alimentação, 1980/1982/1983.

2. *Itinéraires royaux*

[9] AZEVEDO (Pedro de), «Chancelaria (A) de D. Afonso IV», *Boletim da Segunda Classe da Academia das Ciências de Lisboa*, VI (1912), p. 180-199.

[10] DIAS (João Alves), «Itinerário de D. Afonso II (1211-1223)», *Estudos Medievais*, 7 (1986), p. 29-47.

[11] DIAS (João Alves), «Itinerário de D. Afonso III (1245-1279)», *Arquivos do Centro Cultural Português* [Paris], XV (1980), p. 456-519.

[12] MACHADO (J. T. Montalvão), *Itinerários de El-Rei D. Pedro I (1357-1367)*, Lisbonne, Academia Portuguesa da História, 1978.

[13] MORENO (Humberto Baquero), *Itinerários (Os) de El-Rei Dom João I (1384-1433)*, Lisbonne, ICALP, 1988.

[14] MORENO (Humberto Baquero), *Itinerários de el-Rei D. Duarte (1433-1438)*, Lisbonne, Academia Portuguesa da História, 1976.

[15] MORENO (Humberto Baquero), «Itinerários (Os) do Infante D. Pedro (1438-1448)», tiré à part de *Revista de Ciências do Homem da Universidade de Lourenço Marques [Mozambique]*, sér. B, I (1968), p. 1-168 (il s'agit de Pierre, frère d'Édouard Ier, régent du royaume pendant la minorité de Alphonse V).

[16] RAU (Virgínia) [Dir.], *Itinerários Régios Medievais. Elementos para o Estudo da Administração Portuguesa*, I. *Itinerário del-Rei D. Dinis*, Lisbonne, Centro de Estudos Históricos/Fac. Letras, 1962.

[17] RODRIGUES (Maria Teresa Campos), «Itinerário (O) de D. Pedro I: 1357-1367», *Ocidente. Revista Portuguesa de Cultura*, vol. 82, n.º 408 (Abril 1972), p. 147-176.

[18] RODRIGUES (Maria Teresa Campos), «Itinerário de D. Fernando: 1367-1383», *Bracara Augusta*, n.º XXXII, n.º 73-74 [85-86] (Jan.-Dez. 1978), p. 181-227.

[19] SERRÃO (Joaquim Veríssimo), *Itinerários de El-Rei D. João II (1481-1495)*, Lisbonne, Academia Portuguesa da História 1993.

3. *Études sur la Chancellerie royale, ses offices et ses officiers*

[20] AZEVEDO (Ruy de), «Chancelaria (A) régia portuguesa nos séculos XII e XIII: Linhas gerais da sua evolução», tiré à part de *Revista da Universidade de Coimbra*, Coïmbre, 1938.

[21] AZEVEDO (Ruy de), «Livro (O) de registo da Chancelaria de D. Afonso II de Portugal (1217-1221)», *Anuario de Estudios Medievales*, 4 (1967), p. 35-73.

[22] COELHO (Maria Helena da Cruz), «Poder (O) e a Sociedade ao tempo de D. Afonso IV», *Revista de História* do Centro de História da Universidade do Porto, VIII (1988), p. 35-51.

[23] COSTA (Avelino de Jesus da), «Chancellerie (La) Royale Portugaise Jusqu'au Milieu du XIIIe Siècle», *Revista Portuguesa de História*, XV (1975), p. 143-169. Rééd. in *Estudos de Cronologia, Diplomática, Paleografia e Histórico-Linguísticos*, Porto, Sociedade Portuguesa de Estudos Medievais, 1992, p. 135-166.

[24] COSTA (Avelino de Jesus da), «Chancellerie (La) royale portugaise et ses registres de 1217 à 1438» (inédit).

[25] DUARTE (Luís Miguel), *Justiça e Criminalidade no Portugal Medievalo (1459-1481)*, thèse de doctorat/Université de Porto, 1993.

[26] FREIRE (Anselmo Braamcamp), «Chancelaria (A) de D. Afonso V», *Arquivo Historico Portuguez*, II-III (1904-1905).

[27] FREIRE (Anselmo Braamcamp), «Chancelaria (A) de D. João II», *Arquivo Historico Portuguez*, II (1904), p. 337-343.

[28] FREITAS (Judite A. Gonçalves de), *Burocracia (A) d' "O Eloquente" (1433-1438)*. *Os textos, as normas, as gentes*, mémoire de maîtrise/Université de Porto, 1991.

[29] GOMES (Rita Costa), *Corte (A) dos Reis Portugueses no Final da Idade Média*, thèse de doctorat/Nouvelle Université de Lisbonne, 1994.

[30] HOMEM (Armando Luís de Carvalho), *Desembargo (O) Régio (1320-1433)*, Porto, INIC/Centro de História da Universidade do Porto, 1990.

[31] HOMEM (Armando Luís de Carvalho), «État (L') portugais et ses serviteurs (1320-1433)», *Journal des Savants* (juillet-décembre 1987), p. 181-203.

[32] HOMEM (Armando Luís de Carvalho), «Officiers (Les) royaux (XIIIe-XVe siècles): une élite politique ?», *Anais da Universidade Autónoma de Lisboa/Série História*, II (1995) [sous presse].

[33] HOMEM (Armando Luís de Carvalho), *Portugal nos Finais da Idade Média: Estado, Instituições, Sociedade Política*, Lisbonne, Horizonte, 1990.

[34] HOMEM (Armando Luís de Carvalho), «Prosopographie et Histoire de l'État: la bureaucratie des rois portugais aux XIVe et XVe siècles - recherches faites, recherches à faire» (à paraître aux *Actes du Colloque L'État Moderne et les Élités: apports et limites de la méthode prosopographique* [Paris, octobre 1991]).

[35] HOMEM (Armando Luís de Carvalho), «Quadro (O) Institucional, I. A Corte e o Governo Central», in *Portugal em definição de fronteiras (1096-1325)*, éd. M. H. da Cruz COELHO et A. L. de Carvalho HOMEM (= *Nova História de Portugal*, III, dir. Joel SERRÃO e A. H. de Oliveira MARQUES), Lisbonne, Presença, 1996 [sous presse].

[36] MARQUES (A. H. de Oliveira), *Guia do Estudante de História Medieval Portuguesa*, 3.e éd., Lisbonne, Estampa, 1988.

[37] MARQUES (José), «D. Afonso IV e as jurisdições senhoriais», in *Actas das II Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval*, IV, Porto, INIC, 1990, p. 1527-1566.

[38] MENDONÇA (Manuela), *Chancelaria de D. João II: Índices*, 2 vol., Lisbonne, Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, 1994.

[39] MENDONÇA (Manuela), *D. João II: um percurso humano e político nas origens da modernidade em Portugal*, Lisboa, Estampa, 1991.

[40] MORENO (Humberto Baquero), *Batalha (A) de Alfarrobeira. Antecedentes e significado histórico*, Lourenço Marques [Mozambique], Universidade de Lourenço Marques, 1973. Rééd.: Coïmbre, Biblioteca Geral da Universidade, 1979.

[41] MOTA (Eugénia Pereira da), *Do "Africano" ao "Príncipe Perfeito" (1480-1483). Caminhos da burocracia régia*, mémoire de maîtrise/Université de Porto, 1989.

[42] PEREIRA (Isaías da Rosa), COELHO (M.^a Helena da Cruz), MARQUES (José) et HOMEM (Armando Luís de Carvalho), «Diplomatique Royale Portugaise: Alphonse IV (1325-1257)» (à paraître aux *Actes du Colloque Technique de la CID* [Porto/Braga/Coïmbre, sept.1991]).

[43] SÁ-NOGUEIRA (Bernardo), «Organização (A) do Padroado Régio durante o Reinado de D. Dinis. Lista das Apresentações (1279-1321)», in *Arqueologia do Estado. I.ª Jornadas sobre formas de organização e exercício dos poderes na Europa do Sul, Séculos XIII-XVIII. Comunicações*, I, Lisbonne, História & Crítica, 1988, p. 421-445.

[44] SÁ-NOGUEIRA (Bernardo), «Pseudo (O) Livro Quinto da Chancelaria de D. Dinis: análise codicológica e diplomática» (inédit).

[45] TOVAR (Conde de), *Estudos Históricos*, III, Lisbonne, Academia Portuguesa da História, 1961.

[46] VAZ (Vasco Rodrigo dos Santos Machado), *Boa (A) memória*

do monarca. Os escrivães da Chancelaria de D. João I (1385-1433), I. (Texto), II. (Catálogo Prosopográfico), mémoire de maîtrise /Université de Porto, 1995.

[47] VENTURA (Leontina), *Nobreza (A) de Corte de Afonso III*, thèse de doctorat/Université de Coïmbre, 1992.

[48] VIEGAS (Valentino), *Subsídios para o Estudo das Legitimações Joaninas (1383-1412)*, Lisboa, Heuris, 1984.

4. *Références (concepts et méthodes)*

[49] BAUTIER (Robert-Henri), *Chartes, sceaux et chancelleries: études de diplomatique et de sigillographie médiévales*, 2 vol., Paris/Genève, École des Chartes/Droz, 1990.

[50] COELHO (Maria Helena da Cruz), «Diplomática (A) em Portugal: balanço e estado actual», *Revista Portuguesa de História*, XXVI (1991), p. 125-155.

[51] GUYOTJEANNIN (Olivier) et al., *Diplomatique Médiévale*, s.l., Brepols, 1993.

[52] *Vocabulaire International de la Diplomatie*, ed. M.^a Milagros CÁRCEL ORTÍ, Valence, Generalitat Valenciana/Universitat de València, 1994.

ANNEXES

Chronologie des rois et régents du Portugal

- Alphonse II [D. Afonso II] (1211-1223)
- Sanche II [D. Sancho II] (1223-1248)
(déposé 1245)
- Alphonse III [D. Afonso III] (1248-1279)
(régent 1245-1248)
- Denis [D. Dinis] (1279-1325)
- Alphonse IV [D. Afonso IV] (1325-1357)
- Pierre Ier [D. Pedro I] (1357-1367)
- Ferdinand [D. Fernando] (1367-1383)
- Jean, Maître de Avis, régent (1383-1385), puis roi
- Jean Ier [D. João I] (1385-1433)
- Édouard [D. Duarte] (1433-1438)
(associé au gouvernement depuis 1411)
- Alphonse V [D. Afonso V] 1438-1481)
 - *Aliénor [D. Leonor] d’Aragon et Pierre [D. Pedro], duc de Coimbre, régents (1438-1439)
 - *Pierre [D. Pedro], régent (1439-1448)
- Jean II [D. João II] (1481-1495)

Registres mis au net et registres primitifs
(XIIIe-XVe siècles)

a) *Registres mis au net*

- Denis Ier: 4 registres (I, II, III et IV);
- Pierre Ier: 1 registre (I);
- Ferdinand Ier: 2 registres (I et II);
- Jean Ier: 1 registres (I, II, III et IV);
- Édouard Ier: 1 registre (I).

b) *Registres primitifs*

- Alphonse III: 3 registres (I, II et III);
- Alphonse IV: 2 registres (III et IV);
- Ferdinand Ier: 2 registres (III et IV);
- Jean Ier: 1 registre (V; il s'agit d'un registre de la «Chambre des Comptes» [*Casa dos Contos*]);
- Édouard Ier: 2 registres (II et III; le reg. III est aussi un registre de la *Casa dos Contos*);
- Alphonse V: 38 registres (I à XXXVIII);
- Jean II: 27 registres (I à XXVII).

Handwritten text in a medieval script, likely Latin or Old French, covering the upper portion of the left page.

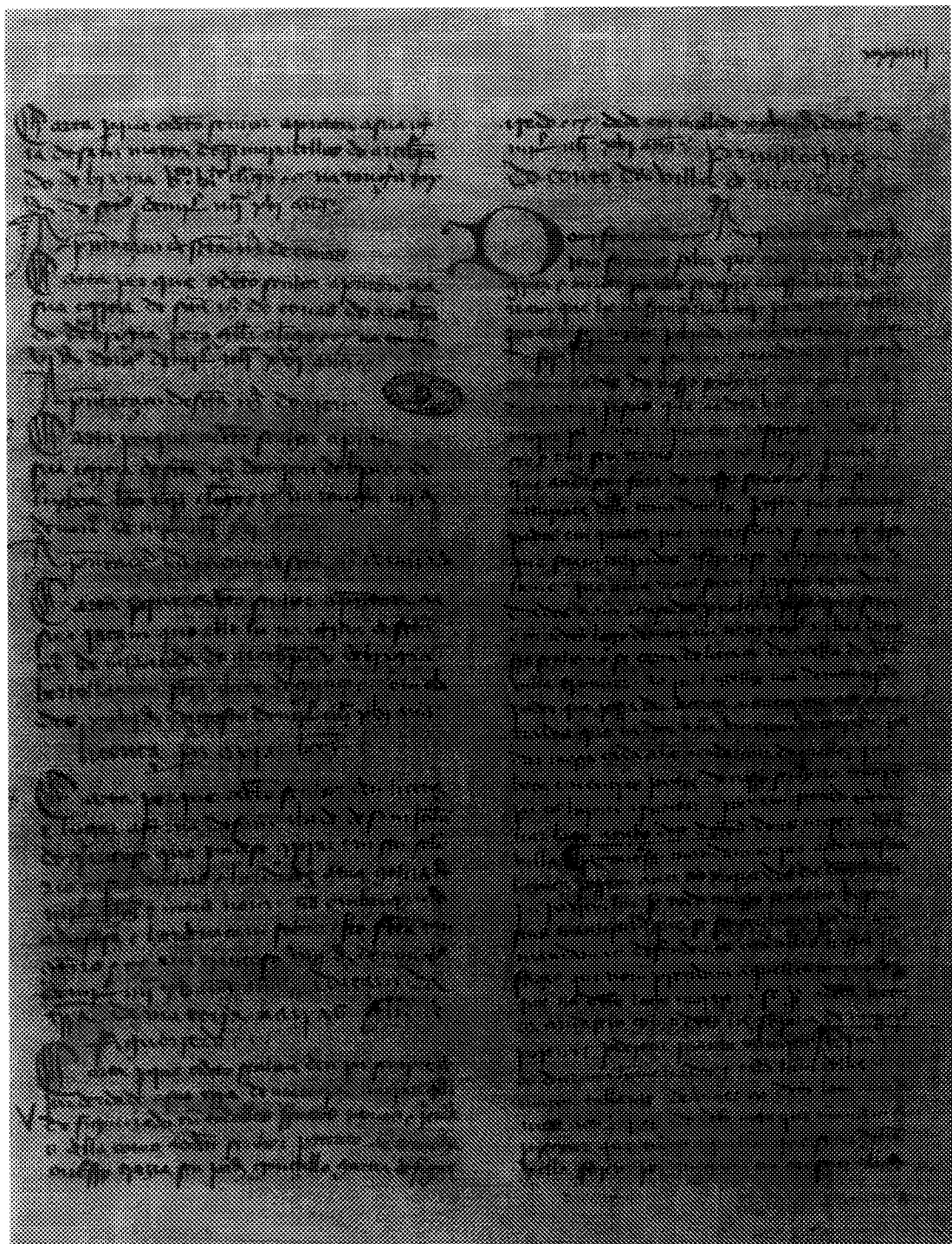
Handwritten text in a medieval script, likely Latin or Old French, covering the lower portion of the left page.

Handwritten text in a medieval script, likely Latin or Old French, covering the upper portion of the right page.

Handwritten text in a medieval script, likely Latin or Old French, covering the lower portion of the right page.

Registre de chancellerie d'Alphonse II, fol. 40v
(A.N.T.T., *Forais Antigos*, m. 12, n° 3, fol. 40v)

I — Registre primitif d'Alphonse II
(AN/TT, *Forais Antigos*, m. 12, n° 3, fol. 40 v; reproduit de COSTA [23])



III — Registre mis au net de Ferdinand (AN/TT, *Chanceria de D. Fernando*, liv. II, fol. 34)

Utriusque uno pedes per necesse que lras ofia
 pms adan spillogia flit las bende equena
 pedum p quepudo ftra spas p mane asten
 beillo p meadepo de dita lula berna parte
 p cotu rante p ofmanus adu pultepo
 depon no mandamus pello qd ad by p oppo
 facti pto qd que em ille la pteada p the m
 uadito qd ille em uemus qd p pteas algua
 qd alicui fepem uat amilla opmudat pteat
 pteat maito dilla pteat quada non etia
 pteada amoe nupad nom alitqz qz que p
 pndades em m pteat dilla pteat al no pteat
 dante em pteat qz de d de maito dilla pteat
 maito p pteat qz pteat em pteat
 p pteat qz pteat em lra dilla pteat
 de ante qd qz de maito dilla pteat

Deo pteat qz de maito dilla pteat

Cerna pteat qz pteat qz pteat pteat
 pteat qz pteat qz pteat qz pteat
 pteat qz pteat qz pteat qz pteat
 pteat qz pteat qz pteat qz pteat

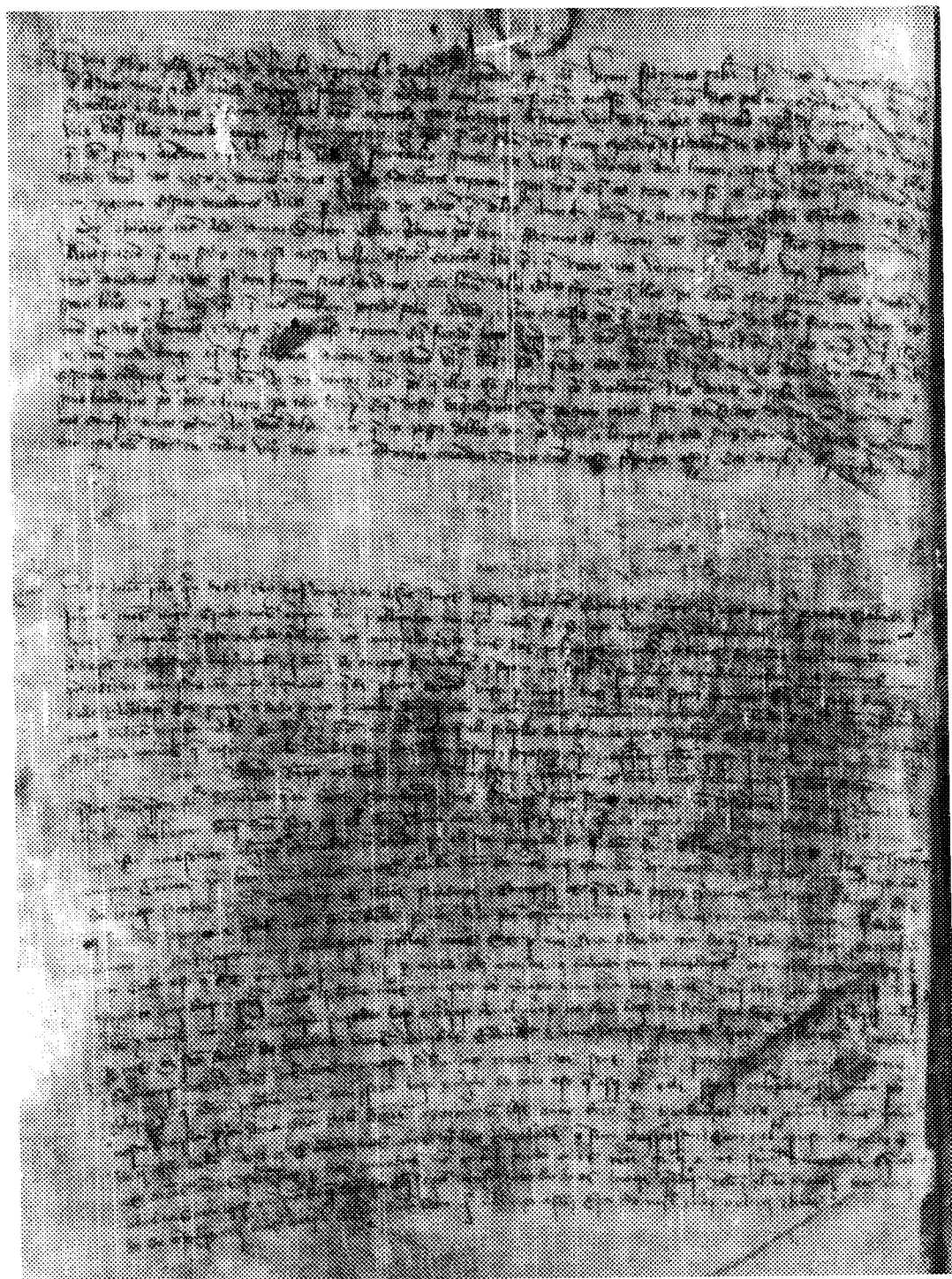
Deo pteat qz de maito dilla pteat

Deo pteat qz de maito dilla pteat

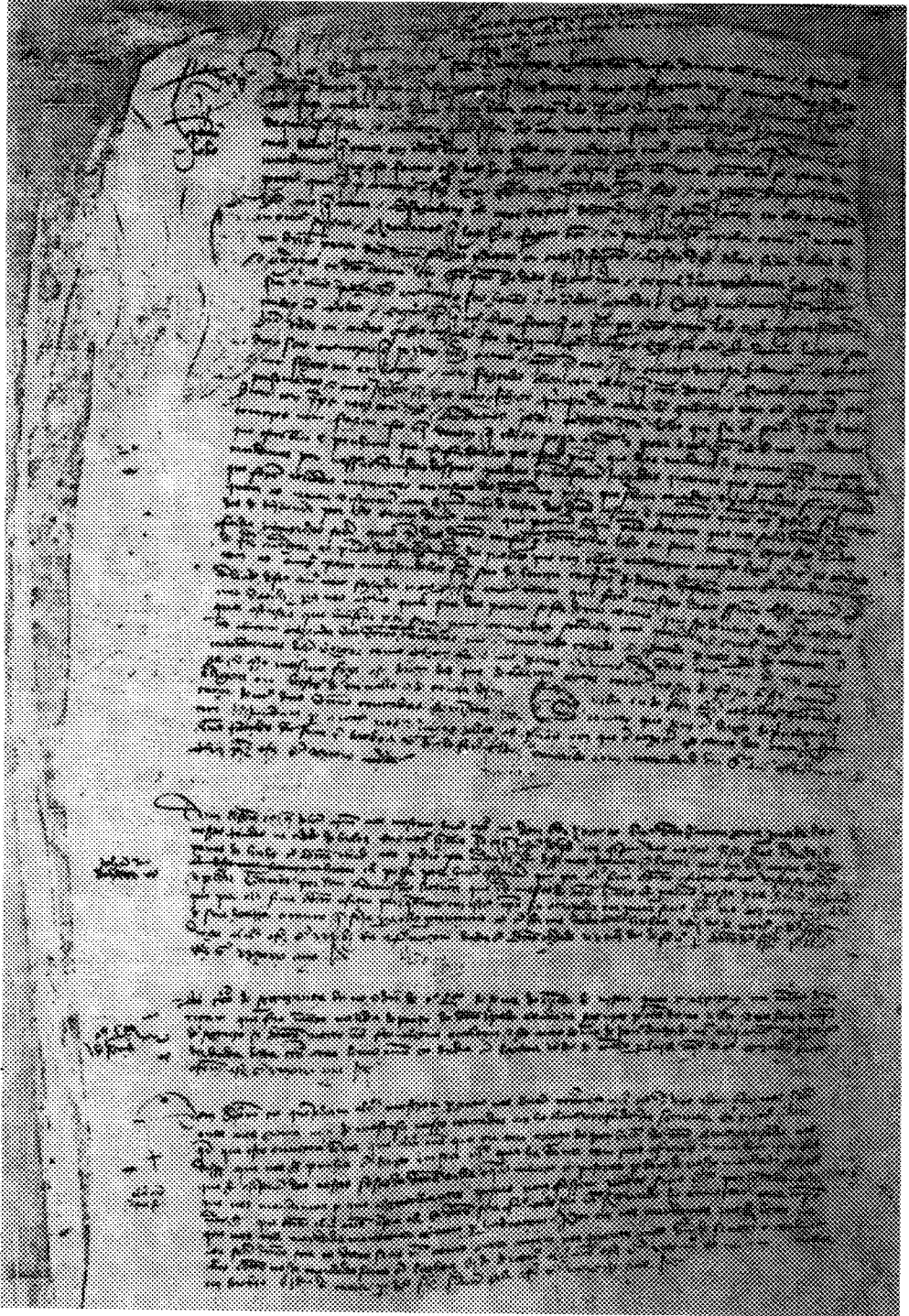
Quonia tal mata amu cogitio de maito
 pteat de pteat qz de maito dilla pteat
 Deo pteat qz de maito dilla pteat
 Deo pteat qz de maito dilla pteat
 Deo pteat qz de maito dilla pteat
 Deo pteat qz de maito dilla pteat
 Deo pteat qz de maito dilla pteat
 Deo pteat qz de maito dilla pteat
 Deo pteat qz de maito dilla pteat
 Deo pteat qz de maito dilla pteat
 Deo pteat qz de maito dilla pteat

Deo pteat qz de maito dilla pteat

Deo pteat qz de maito dilla pteat



VIII - Registre primitif de Jean Ier (AN/TT, *Chancelaria de D. João I*, liv. V, fol. 4



IX - Registre primitif d'Alphonse V (AN/TT, Chancelaria de D. Afonso V, liv. XVIII, fol. 83 v)

[Faint, mostly illegible handwritten text at the top of the page, likely bleed-through from the reverse side.]

D... *[Handwritten text, beginning with a large initial 'D', likely a section header or the start of a formal entry.]*

[Handwritten text block, continuing the narrative or list of entries.]

[Handwritten text block, concluding the page's content.]

X - Registre primitif de Jean II (AN/TT, Chancellerie de João II, liv. IV, fol. 80)

A ACTIVIDADE MINEIRA EM PORTUGAL DURANTE A IDADE MÉDIA

(Tentativa de síntese)

por **Luís Miguel Duarte**
(Faculdade de Letras do Porto)

1. Introdução

1.1. Não é demasiado trabalhoso esboçar uma síntese do que se sabe, em Portugal, sobre extracção de minério e trabalho do metal na Idade Média¹. Nem é difícil ‘esgotar’ a bibliografia essencial, por uma razão simples: tal como em outros reinos europeus, labutou-se muito nas minas mas escreveu-se pouco sobre elas. Nas chancelarias régias ou em cartórios particulares é reduzido o volume de documentação que se lhes refere. Sem ir ao ponto de considerar que já foram publicados todos os diplomas que contêm informações sobre minas, arriscar-me-ia a afirmar, isso sim, que a grande maioria deles é conhecida, e que não devemos

¹ Agradeço ao Eng. Henrique Botelho de Miranda, da Faculdade de Engenharia do Porto, as preciosas informações que me proporcionou. Agradeço ainda ao meu amigo e colega Dr. Mário Jorge Barroca todas as sugestões, informações e bibliografia que me facultou. Este texto é uma versão aumentada da minha comunicação às «I Jornadas sobre mineria y tecnología en la edad media peninsular» (Léon, 26-29 de Setembro de 1995), nas quais participei em representação da Sociedade Portuguesa de Estudos Medievais.

esperar grandes revelações de textos inéditos (sem por isso deixarmos de trabalhar para que elas apareçam). Até porque não é de afastar a hipótese de algumas explorações terem sido pura e simplesmente ocultadas por quem as aproveitava (comunidades ou senhores). A *Crónica Geral de Espanha — 1344*, referindo-se à misteriosa mina de prata pura de *Totalica*, no termo de Beja, nota que «os pobradores a teem emcuberta e se ajudam della»².

Nos países em que a investigação sobre este tema está mais avançada, concluiu-se que a parcimónia das fontes não deve ser tomada como sinónimo da inexistência ou da anemia das actividades mineiras e transformadoras. A arqueologia preencheu inúmeras lacunas da documentação. Em Portugal, os arqueólogos têm dado um contributo semelhante. É desta área de investigação que esperamos novidades.

1.2. Em segundo lugar, a extracção e o trabalho do ferro, por razões fáceis de compreender, colocam problemas totalmente diversos da mineração do ouro, da prata e das pedras preciosas. Mesmo as minas de cobre, estanho, chumbo ou alumínio exigem abordagens específicas.

1.3. Por último, não é totalmente correcto formular a questão das potencialidades de um subsolo em termos absolutos. Deve atender-se, em cada momento, às variações na procura, interna ou externa; ao que se sabe existir³; em terceiro lugar, mesmo tendo por certa a existência de minério, pode não haver recursos técnicos para o extrair, ou ainda não ser economicamente rentável fazê-lo. Todos estes aspectos são essenciais para se reflectir sobre a exploração mineira na Idade Média. Sobre a qual, como foi já dito, muito pouco se sabe. O que nos obriga a 'cercá-la' quer a partir dos estudos sobre épocas posteriores, nomeadamente o século XIX, quer a partir da época romana — as duas épocas áureas da história das minas. Aliás a reabertura de muitas explorações antigas, romanas⁴ ou medievais, na centúria de Oitocentos, veio dificultar a tarefa dos arqueólogos, misturando as lavras e exigindo, quando tal é possível, o recurso a técnicas sofisticadas de datação⁵.

² Ed. de Luís Filipe Lindley Cintra, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1954, vol. 2, p. 65; citado por Cláudio Torres — *O Garb-al-Andaluz*, 1.º Vol. da *História de Portugal* dir. por José Mattoso, Círculo de Leitores, 1992, p. 388.

³ Se hoje se conhece praticamente tudo o que há, ainda não era assim há um século atrás, e quanto mais recuarmos no tempo, menos se conhecia.

⁴ Às vezes pré-romanas.

⁵ De escórias, por exemplo.

2. O subsolo português hoje: país rico? País pobre?

Partamos do presente. Como avaliar Portugal do ponto de vista do seu subsolo? Segundo os especialistas, há mais do que uma resposta. A mais curiosa pertence a um estudioso estrangeiro, que classificou o país como um verdadeiro «museu de minas e de mineralogia»; queria ele dizer que, num espaço bastante limitado, encontramos amostras de quase tudo. ‘Academicamente’ Portugal é um país rico. ‘Economicamente’ não: são muito escassas as jazidas de grande dimensão. Não temos nada de verdadeiramente significativo de ferro ou carvão (como as minas da Lorena, por exemplo).

Sirva de triste consolo a consciência de que não estamos sozinhos. A actividade mineira na Europa Ocidental passa por dias maus, quer devido à exaustão de jazidas, quer fundamentalmente porque fica mais barato ir adquirir alguns minérios mais longe⁶. Há, por outro lado, constantes mutações na procura; o que hoje é indispensável, amanhã deixa de o ser. O balanço, ainda assim, não é totalmente negativo: é portuguesa a maior mina de volfrâmio da Europa — a da Panasqueira⁷. São ainda dignas de atenção as minas de cobre de Neves-Corvo, em actividade⁸. Há esperança na reabertura das minas de Aljustrel, que oferecem uma complexa mistura de cobre, chumbo e zinco⁹.

3. As minas do Portugal romano

Segundo os autores clássicos, a Lusitânia seria exportadora de ouro, prata, cobre, chumbo, estanho, obsidiana e calcedónia. Algumas minas romanas eram de exploração estatal, outras de concessão ou propriedade particular; têm que ser estudadas caso a caso¹⁰. Salientam-se claramente dois locais: Três Minas, em Vila Pouca de Aguiar, de onde se extraía ouro, e Aljustrel, onde se explorava sobretudo cobre e prata, e talvez

⁶ Por vezes, muitíssimo mais longe — à China ou à Malásia.

⁷ De lavra subterrânea.

⁸ As maiores do mundo no que diz respeito aos teores.

⁹ Sendo provavelmente viável a exploração do cobre e do zinco.

¹⁰ Há numerosa bibliografia sobre a mineração romana em Portugal. Destacaremos as sínteses de Claude Domergue e Jorge Alarcão (cfr. *Bibliografia*, no final deste trabalho); vamos acompanhar o último autor no seu livro *O Domínio Romano em Portugal*, p. 123 e ss. Em relação à sua obra clássica *Portugal Romano*, cuja primeira edição remonta a 1973, esta que seguimos apresenta, no que toca às minas, algumas correcções de pormenor e sobretudo muitas contribuições novas. Por isso a preferimos.

subsidiariamente ouro, ferro e chumbo. Junte-se ao rol as minas de S. Domingos, em Mértola, e da Caveira, em Grândola, ambas de cobre¹¹. Jorge Alarcão descreve as técnicas de mineração:

«Em *Vipasca* [Aljustrel], o texto da lei e os vestígios arqueológicos demonstram a existência de pequenos poços cuja exploração não punha problemas técnicos nem exigia investimentos que um concessionário ou uma pequena sociedade não pudesse resolver. Era diferente o caso de Três Minas. Aqui, a exploração não se fazia por meio de galerias e poços, mas por grandes cortas a céu aberto. (...) Tais desmontes só podem ter sido feitos por grandes grupos de operários, cuja contratação e vigilância ultrapassava a capacidade administrativa e financeira de um particular ou de uma pequena sociedade empresarial. Os desmontes de Três Minas parecem ter exigido uma média de 2000 operários trabalhando diariamente durante 200 anos. Por outro lado, tratando-se de minas de ouro, o Estado estaria mais interessado numa exploração directa. Daí a presença de destacamentos militares que garantiriam a administração, a disciplina dos operários e a realização de consideráveis obras de engenharia mineira. Talvez em Três Minas a exploração se fizesse parcialmente pela *ruina montium*. O método, que Plínio descreve, (...) consistia em juntar, numa represa, a quantidade máxima possível de água; de quando em quando abria-se a albufeira; as águas, em tropel, corriam por regos e galerias ou por sobre a rocha já parcialmente desmontada; a força da corrente abatia a rocha, atirava pedra contra pedra e provocava assim um desmonte que, executado exclusivamente por trabalho braçal, seria muito mais lento e oneroso.»¹²

Um empreendimento desta envergadura exigia vigilância militar: dela se encarregavam tropas da *Cohors I Gallica* e da *Legio VII Gemina*. As minas terão sido exploradas entre o último terço do século I e os inícios

¹¹ As quantidades de escória, que nos dão uma ideia aproximada da amplitude das explorações, são as seguintes: 3.000.000 toneladas em Aljustrel; entre 16.000.000 e 20.000 em Três Minas; 750.000 toneladas de terras desmontadas em S. Domingos; 300.000 toneladas de escórias em Caveira (Jorge Alarcão — *O.c.*, p. 123).

¹² *O.c.*, p. 125.

do III. Provavelmente dentro do mesmo couto mineiro e com uma cronologia de exploração similar encontravam-se as minas de ouro de Jales.

Há depois numerosas jazidas em que, abundando vestígios de explorações antigas de ouro, não se pode ainda determinar com segurança se tal exploração é de paternidade romana¹³. Esta está bem documentada numa região que vai de Valongo a Castelo de Paiva, incluindo várias minas: Fojo das Pombas, Fojo, Sete Fogos, Banja do Gato, Serra de Montezelo, Quinta¹⁴.

Temos testemunhos de que vários rios portugueses eram auríferos; seguramente o Tejo, o *aurifer Tagus*, bem como alguns dos seus afluentes, e, a acreditarmos em Estrabão e em outros autores depois dele¹⁵, ainda os aluviões do Minho, do Lima e do Douro. Os aluviões do Rio Alva, afluente do Mondego, parecem ter sido objecto de pesquisa de ouro.

Já nos referimos a grandes extracções de cobre em Aljustrel e S. Domingos¹⁶. Houve, além destas, numerosas pequenas explorações particulares no Alentejo e no Algarve. É de crer que se tenha extraído chumbo no concelho da Meda¹⁷, embora não se conheçam testemunhos concretos de minas. Documentada está a exploração deste minério em Malhada (Sever do Vouga); e coloca-se como hipótese nas vizinhas minas do Braçal, e nas de Barril, em Mortágua. Como já dissemos, de Aljustrel também se tirou algum chumbo.

De prata pouco sabemos; ela era escassa no subsolo português. Para além da mina do Sardoaal, talvez se tenha obtido residualmente alguma

¹³ «Estão neste caso as minas da Lagoa Negra, do Couço do Monte Furado, de Vila Mou, da Serra de Arga, de Grovelos, de Monte-Mor, da Forca e de Tinas, no distrito de Viana do Castelo, as de França (Bragança) e Avidagos (Mirandela), ou as do Poço das Freitas e Outeiro Machado, nas vizinhanças de Chaves.» (*O.c.*, p. 127-128).

¹⁴ E eventualmente Portal (em Gondomar). Alarcão dá como certa a exploração romana de Queiroga, em Vila Nova de Paiva, e como incertas as minas de Penedono e Carvalhal do Préstimo, em Águeda. Veja-se, a p. 128-129 da obra que vimos seguindo, uma listagem exaustiva das minas de indiscutível ou possível exploração romana.

¹⁵ O que, como é sabido, deve ser feito com algumas reservas.

¹⁶ Para uma descrição detalhada tanto do regime de exploração como das técnicas utilizadas veja-se Jorge Alarcão — *O.c.*, p. 129 e ss.

¹⁷ Extracção essa possivelmente vigiada também por um destacamento da *Legio VII Gemina*. Há ainda que considerar a possibilidade de terem existido explorações particulares de vários minérios, nomeadamente de ouro, como a daquele Tibério Cláudio Rufo que, algures por Monsanto, descobriu cerca de 40 kg de ouro (Jorge Alarcão — *O.c.*, p. 127).

prata em minas de ouro e de cobre (isso aconteceu seguramente em Aljustrel). Já o estanho parece ter sido activamente explorado¹⁸.

O ferro merece um relevo especial: a par de inúmeras explorações (praticamente por todo o território) de jazidas de superfície, de comercialização local, e nas quais extracção, fundição e forja se misturavam — o ferreiro fazia tudo — houve áreas de extracção em grande escala. Por exemplo, na Guarda (em Marmeleiro, Pousafoles do Bispo e Cabeço das Fráguas); a norte do Rio Douro, na Serra de Reboredo (Cabeço da Mua, Ferraria do Carvalhal, Carvalhosa); na zona entre Marinha Grande, Leiria e Porto de Mós¹⁹.

Finalmente, há notícia da exploração de pedras semipreciosas perto de Sintra: são as minas do Suímo, em Belas, de onde se extraíam granadas, primeiramente referidas por um escritor lusitano, *Bocchus*. O seu testemunho encontrou depois eco em Plínio e Pompónio Mela. Voltaremos a estas minas.

4. A Alta Idade Média

Para o Portugal visigótico e muçulmano os testemunhos são quase inexistentes. Apenas um ou outro ténue indício a sugerir que ao entusiasmo romano não sucedeu a pura e simples extinção da actividade mineira²⁰.

¹⁸ «Pela sua natureza, as explorações de estanho, praticadas em aluviões, são difíceis de datar. Abundante em todo o Noroeste português e em numerosas áreas da Beira, o estanho foi seguramente explorado, e em larga escala, na época romana. Não temos, porém, senão vagas referências ao achado de uma lucerna em Vila Mou (Viana do Castelo) e de moedas romanas em aluviões estaníferas do Vale do Zêzere, perto de Belmonte, e do Vale de Maçainhas. As moedas do Vale do Zêzere dispersaram-se sem que delas se tenha feito qualquer estudo; as do Vale de Maçainhas foram identificadas como cunhagens da primeira metade do século I d.C. O estanho parece ter sido explorado também em Ervedosa (Vinhais).» (Jorge Alarcão — *O.c.*, p. 132).

¹⁹ Para uma listagem exaustiva, recorra-se a Jorge Alarcão — *O.c.*, p. 132-134.

²⁰ «Até há pouco tempo — explica Cláudio Torres —, e devido, como sempre, à falta de informações arqueológicas, pensava-se que a mineração ibérica acabava com o final do Império Romano. E, de facto, terminou em finais do século III uma certa forma de mineração, ligada às grandes explorações do tipo Vipasca (Aljustrel) ou São Domingos. Para manter em funcionamento estas enormes estruturas fabris, que acumularam milhões de toneladas de escória, seria necessária uma máquina administrativa e um persuasivo corpo militar para coordenar e conter uns milhares de pessoas e, entre elas, certamente, muitas centenas de escravos.» (*O Garb-al-Andaluz*, 1.º vol. da *História de Portugal*, dir. de José Mattoso, Círculo de Leitores, 1992, p. 388). Note-se que este último aspecto não é pacífico: os responsáveis pelas escavações arqueológicas do gigantesco complexo de Las Médulas (Léon), por exemplo, estão convencidos de que os trabalhadores eram homens livres, e não crêem que a presença de escravos tenha tido algum significado.

Tomemos o exemplo de Jales e de Tresminas, duas das explorações que teriam adormecido com o ocaso romano para redespertar em Oitocentos. A verdade é que apareceram, no local, tremisses em ouro visigóticas²¹. Quanto ao período árabe, será de admitir, na esteira de Jorge Custódio, «que a permanência de certas tradições metalúrgicas ainda hoje visíveis em algumas cidades peninsulares como Córdova e Toledo, é prova de que o Islão teria contribuído, sobretudo através da técnica do aço de Damasco, para a implantação de uma indústria de raiz e organização corporativa urbana»²². Citando Borges Coelho, Jorge Custódio assinala que não podemos desprezar «o pequeno inventário do património linguístico de origem árabe que permaneceu na língua portuguesa. Expressões como *alfageme*, *alfange*, *algaraviz* (tubo de ferro que se coloca na boca do fole junto da forja), *alfeça* (a safradeira do ferreiro de machados), a *açacaia* (onde as armas brancas eram corrigidas) são disso testemunho. Sem falar, é claro, de instrumentos como o *alfinete*, o *alicate*, o *almofate*, o *alferce*, a *chifra*, a *almofaça*»²³. Aliás, A. H. de Oliveira Marques afirma que «a exploração de recursos mineiros prosseguiu e, em certos casos, intensificou-se até, pelo menos, em relação ao período germânico»²⁴. E concretiza:

- recolhia-se ouro na areia das praias de Almada;
- explorou-se o mesmo metal no rio Arda, a Norte de Viseu²⁵;

²¹ Possivelmente do século VII.

²² CUSTÓDIO, Jorge; BARROS, G. Monteiro — *O Ferro de Moncorvo e o seu aproveitamento através dos tempos*. Ferrominas EP, 1984, p. 17.

²³ *O.c.* na nota anterior, p. 17. Borges Coelho e Armando de Castro discutem se foram os muçulmanos a introduzir em Portugal a *forja catalã* ou se esta já existia na região.

²⁴ *O «Portugal» Islâmico*, 2.^a parte da obra *Portugal das Invasões Germânicas à «Reconquista»*, vol. II da «Nova História de Portugal» dir. pelo próprio e por Joel Serrão, Lisboa, Editorial Presença, 1993, p. 164.

²⁵ Oliveira Marques cita Jorge de Campos — *As Minas na Toponímia de Portugal*. Lisboa, 1944, p. 14.

²⁶ Cláudio Torres fala também em minas de prata no Algarve, a crer em testemunhos de autores árabes.

²⁷ O autor citado na nota anterior é do parecer que o estanho vinha de uma grande bolsa das vertentes orientais da Serra da Estrela (nos termos de Idanha-a-Velha e Belmonte), e de outra bolsa que abrangia os vales dos rios Vouga e Alto Mondego e as encostas ocidentais das serras da Beira, em particular o concelho de Lafões (*O Garb-al-Andaluz*, p. 389).

- aproveitaram-se diversos vieiros de prata na *kura* de Beja²⁶, estanho na *kura* de Ossónoba²⁷, possivelmente ferro na *kura* de Idanha e antimónio na *kura* de Lisboa.

O autor pensa que quer a arqueologia quer os estudos de toponímia²⁸ podem vir a detectar outros pontos de mineração, sem pôr em causa a ideia central — era actividade de pouca monta: «é de supor que as quantidades fossem pequenas, de utilização local e sem peso considerável quer no comércio quer no artesanato»²⁹. A mesma ideia se colhe em Cláudio Torres, que assinala a existência de «povoados da época islâmica implantados em antigas zonas mineiras e com actividades directamente ligadas não só à extracção como ao trabalho dos metais». Tratar-se-ia, segundo ele, de «uma mineração artesanal que se estende praticamente por toda a faixa piritosa do sudoeste ibérico, onde inúmeros afloramentos metálicos — os chamados «chapéus de ferro» — permitiram a extracção directa de prata e ouro, quase sem revolvimento de terras»³⁰. Este autor enriquece o inventário que aqui reproduzimos com algumas propostas mais; destaque-se a exploração, no termo de Mértola e sempre na época islâmica, de manganês, galena e chumbo³¹.

5. As minas do reino de Portugal: um grande ‘buraco negro’

Sabe-se pouco, repetimos. Terá razão Oliveira Marques, quando afirma que «a mineração não era actividade de relevo nos tempos medievais embora, no século XV, tivesse suscitado algum interesse e motivado esforços pouco frutíferos»³². Mas alguma coisa houve. Passemos então a percorrer os testemunhos documentais e arqueológicos, procedendo a uma arrumação indispensável: primeiro os metais e pedras preciosos ou semi-preciosos, depois os outros metais e minérios — e um ‘lugar à parte’ para o ferro.

²⁸ «...Os termos Almada, Almadanim, Almadeina e Almádena sugerem a existência de minas ou mesmo a exploração mineira nos actuais distritos de Faro (Castro Marim, Faro, Lagos, Portimão e Vila do Bispo), Lisboa (Mafra), Portalegre (Elvas), Santarém (Benavente) e Setúbal (Santiago de Cacém)». (A. H. de Oliveira Marques — *O.c.*, p. 165, Nota 90).

²⁹ A. H. de Oliveira Marques — *O.c.*, p. 165.

³⁰ *O Garb-al-Andaluz*, p. 388.

³¹ *O Garb-al-Andaluz*, p. 389.

³² *Portugal na Crise dos séculos XIV e XV*, p. 113.

5.1. *O ouro da Adiça*

5.1.1. *al-madaan: a Mina*

A mina de ouro da Adiça³³ terá sido talvez a maior exploração portuguesa da Idade Média. Localizava-se na margem sul do Rio Tejo, entre a vila de Almada³⁴ e o Cabo Espichel³⁵, e suplantou claramente a tradicional recolha de ouro nas areias do Tejo. São árabes os primeiros testemunhos desta exploração: o de Ahmed Arrazí, no século X, que nos fala de um «viveiro de fino ouro»³⁶, e sobretudo o de Mohamed Al-Edrisi, no século XII: «Situada na proximidade do Oceano, [Lisboa] tem à sua frente, sobre a margem oposta, o forte de Almada, assim chamado porque, com efeito, o mar lança ali palhetas de ouro sobre a margem. Durante o Inverno, os habitantes da região vão aos arredores do forte em busca desse metal, e ali permanecem enquanto dura o Inverno. Este é um facto curioso do qual fui testemunha»³⁷.

Quando D. Afonso Henriques conquista Lisboa, em 1147, e consegue dominar a margem sul do rio Tejo, a Adiça entra para sempre no património da Coroa portuguesa. Passemos em revista a história da mina a partir das principais datas e factos de que temos conhecimento. Em 1210, o nosso segundo monarca, D. Sancho I, doou a décima de todos os rendimentos que tivesse na Adiça ao Mestre da Ordem de Santiago, ao

³³ Do árabe *Ad-dîçâ*.

³⁴ Topónimo árabe: *al-madaan* significa *a mina*.

³⁵ Continue a recorrer-se a Augusto Amado de Aguiar — *Da velha Adiça à nova Fonte da Telha*; Henrique da Gama Barros — *História da Administração Pública em Portugal nos séculos XII a XV*, vol. 6, p. 106-120; Virgínia Rau — *Aspectos do «trato» da «adiça» e da pescaria do «coral» nos finais do século XV*; Joaquim de Santa Rosa Viterbo — *Elucidario*, vol. 1, p. 217-221; mas consulte-se sobretudo o recente trabalho de Jorge Custódio — *Almada mineira, manufactureira e industrial*, «Al-madan. Arqueologia, património e história local», 2.ª Série, 2 (Jul. 1993), p. 89-103.

³⁶ Jorge Custódio — *Almada mineira... cit.*, p. 89; este investigador seguiu a obra de António Borges Coelho — *Portugal na Espanha Árabe*, Lisboa, Seara Nova, 1972, vol. 1, p. 41 e 71.

³⁷ *Viajes de Extranjeros por España y Portugal desde los tiempos mas remotos, hasta fines del siglo XVI*. Recopilación, traducción, prólogo y notas por J. Garcia Mercadal, Madrid, Aguilar S. A. Ediciones, 1952, p. 190. Na sequência da apresentação oral desta comunicação, o Professor Joaquin Vallvé chamou a atenção para o extremo cuidado com que devem ser utilizadas as descrições árabes medievais, nomeadamente devido às repetições cruzadas ou glosas de outros textos antigos. Leigo na matéria, cumpre-me fazer eco da sua advertência.

comendador da vila de Palmela e ao capítulo da Ordem³⁸. Em 1218, D. Afonso II fez uma doação idêntica ao comendador de Alcácer e ao capítulo³⁹. O crescimento da importância da exploração 'pediu' as primeiras intervenções normativas. No reinado de D. Afonso III⁴⁰ começou por se criar um foro especial, segundo o qual os pleitos que envolvessem os «ourivezes da adiça» seriam decididos, em instância final, perante o almoxarife régio. Cresceu a povoação e a população mineira, apareceram os tradicionais conflitos de privilégios, direitos e jurisdições com a vila de Almada, em cujo termo se integrava a Adiça. O que motivou uma recomendação de D. Dinis dirigida aos oficiais de Almada para que respeitassem os foros e costumes das gentes da Adiça⁴¹. Entre as várias confirmações, destacamos a de um privilégio concedido por Afonso III: o de que os adiceiros não respondessem por nenhuma acusação senão perante o seu *quinteiro*⁴².

Julgamos que, no reinado de D. Dinis, as minas de ouro da Adiça eram exploradas por particulares, fiscalizados por um oficial da Coroa, o *quinteiro*⁴³. Que faz, como vimos, de juiz privativo dos «ourivezeiros». Até hoje ninguém reflectiu sobre esta designação; ora «ourivezeiros» são ourives, e os ourives não são mineiros. É provável que, na Adiça, além dos homens que empregavam a sua força física na extracção do metal precioso, os mineiros propriamente ditos, residissem, ou passassem, os artesãos encarregados da transformação do ouro e da prata — os ourives. Seriam talvez estes quem detinha a exploração das minas. Outras cartas de D. Dinis, vigiando a extracção e comercialização do ouro, sugerem a

³⁸ A carta, outorgada em Santarém, no dia 9 de Dezembro, está guardada no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Gaveta n.º 5*, maço 1, doc. 33, e reproduzida no *Livro dos Mestrados* (conservado no mesmo arquivo), fól. 177.

³⁹ A.N.T.T., *Gaveta n.º 5*, maço 1, doc. 35, e *Livro dos Mestrados*, fól. 177 v.

⁴⁰ Desconhece-se a data exacta do diploma; o monarca reinou entre 1248 e 1279.

⁴¹ A data que figura no diploma está errada; pensa-se que ele terá sido outorgado em 18 de Abril de 1304. Este rei volta a intervir no mesmo sentido, em 17 de Junho de 1318, confirmando cartas de privilégio anteriores, a mais antiga das quais dada por Sancho I: dirige-se aos alcaides, comendadores e alvaxis de Lisboa, Almada e Sesimbra em defesa dos seus «ouriuizeiros da Adiça».

⁴² Estas e outras informações constam de um larguíssimo rol de treslados de privilégios confirmado por D. Duarte em 3 de Novembro de 1434 (A.N.T.T., *Chancelaria de D. Duarte*, Livro 1, fóls. 61-v-65; nele se incluem cartas de muitos reis da 1.ª Dinastia e de D. João I).

⁴³ Talvez assim chamado por reservar para o monarca um quinto do rendimento das jazidas.

existência de mais minas nas margens do Tejo⁴⁴. Que em meados do século XV estariam possivelmente perto do esgotamento⁴⁵. Ouro a sério, foi na Adiça. Embora não seja fácil estimar as dimensões da empresa, quer em minério, quer em gente. Um exemplo: em 25 de Janeiro de 1350 o rei D. Afonso IV concede uma carta de privilégio geral aos «*filhos do mestre de tirar ouro no logar da Adiça*» e aos **18 homens** que aqueles têm na mina, desde que estivessem sempre a trabalhar na extracção de ouro⁴⁶. Daqui conclui Gama Barros, e outros na esteira dele, que eram poucos os mineiros, portanto não era grande a mina. Mas o facto de *os filhos do mestre de tirar ouro* terem, à sua conta, 18 mineiros, não implica que não existissem outros mineiros na Adiça, a trabalhar para outros concessionários. Fica pelo menos a questão levantada.

Durante toda a segunda metade do século XIV repetem-se as queixas dos *ourives da Adiça* contra os oficiais de Almada, que não lhes acatavam os privilégios; e repetem-se as confirmações régias. Por uma delas, já de D. João I⁴⁷, ficamos a saber que os adiceiros elegiam *alcaldes, porteiro* e alguns outros oficiais; estes eram depois confirmados por funcionários régios — o almoxarife e o escrivão da Alfândega.

⁴⁴ «...O diploma [de 29 de Março de 1316] estabelece também que os ourivezeiros da Junqueira e Pessegueiro não vendam oiro nenhum a ninguém; que o azouguem e o cozam perante o quinteiro e escrivão, e que o levem depois, acompanhados do quinteiro, ao almoxarife e escrivães de Lisboa, que lhes pagarão a parte que lhes pertencer, como pagam aos da Adiça. (...) O que [este documento] nos atesta é a existência de pesquisas, senão já de exploração, independentemente da exploração da Adiça; mas uma carta de D. Afonso IV, de 14 de Janeiro de 1346, é mais explícita, porque, dirigindo-se aos juízes e homens bons dos concelhos de Lisboa, Almada, Sesimbra, Palmela, Setúbal e de outras terras circunvizinhas, manda-lhes que, mediante pagamento, dêem e façam dar aos «ourivezeiros da Adiça mantimentos de pão, vinho, carne e pescado, e os mais de que precisarem, assim como os haviam *os do Riba Tejo* e de outros logares de arredor.» (Henrique da Gama Barros — *História da Administração Pública...*, vol. 6, p. 108-109).

⁴⁵ Em 25 de Julho de 1453, D. Afonso V nomeia o seu caçador Fernão Pires *guarda das areias do Tejo*, desde os paços de Valada até a «begoaria» do Conde de Vila Real, sucedendo a André Afonso, «panceiro» dos referidos paços, que falecera. Nessa carta ordena-se ao contador da comarca que não consinta que outra pessoa a não ser o novo *guarda das areias* «vá a ellas catar» (A.N.T.T., *Chanc. Af. V*, L. 4, fól. 15v.; referido por Gama Barros — *O.c.*, p. 109-110).

⁴⁶ A.N.T.T., *Chanc. D. Duarte*, Livro 1, fóls. 61v-65.

⁴⁷ Com data de 6 de Abril de 1390 (documento citado na nota anterior).

5.1.2. *Conflitos de vizinhança*

É claro que esta história, como quase todas, tem um outro lado, menos brilhante para os trabalhadores do ouro. Os dois concelhos vizinhos da Adiça, Almada e Sesimbra, tinham a pior das experiências do regime de isenção jurisdicional e fiscal da povoação mineira. Almada queixa-se mesmo a D. Fernando nas Cortes de Lisboa de 1371:

«Item ao que dizedes que sodes agrauados porque alguũs da dicta villa e termo se chamam da adiça. E estes som vizinhos e moram conthinuadamente em a dicta villa e thermo della e ham os serujceiros e as outras proes como cada hũu dos vizinhos que hi moradores som E quando acontece que som chamados e demandados por algũas cousas que seiam theudos dar a cada hũu dos vizinhos ou a outros E outrossy pera refazimentos do muro e barbacaam e coua e fontes e calçadas e outras cousas dizem que nom som theudos responder perante os aluazijs da dicta villa nem serujr com os vizinhos nas dictas obras porque dizem que som da jurdiçom da adiça.»⁴⁸

Resumindo: segundo os procuradores de Almada, os moradores da Adiça reclamavam o melhor do estatuto de vizinho do concelho, mas furtavam-se ao pior, invocando privilégios. O rei dá uma resposta evasiva: os juízes que examinem esses privilégios, e depois se verá. De facto os monarcas continuarão a proteger os adiceiros⁴⁹. Nestes casos as interrogações são sempre as mesmas: a Coroa auferiria um rendimento significativo das minas, ou limitava-se a confirmar privilégios antigos

⁴⁸ Estes capítulos especiais foram desembargados por D. Fernando em Lisboa, em 18 de Setembro de 1371 (*Cortes Portuguesas. Reinado de D. Fernando I (1367-1383)*). Ed. prep. por A. H. de Oliveira Marques e Nuno José Pizarro Pinto Dias, Lisboa, I.N.I.C. — Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 1990, vol. 1, p. 72).

⁴⁹ Dois exemplos: em carta de 26 de Junho de 1393, D. João I proíbe os concelhos de Almada e Sesimbra de forçar os ourives da Adiça a responder perante os juízes ordinários do concelho em casos de almotacaria, e confirma o antigo privilégio dos adiceiros de não darem aposentadorias nem tomadias e de não estarem obrigados aos encargos municipais (*Chanc. D. Duarte*, Livro 1, fols. 61v-65); o mesmo rei, em diploma de 12 de Julho de 1401, confirma a isenção de os adiceiros servirem por mar e por terra, pagarem jugada, e *o direito de terem juiz privativo (Ibidem)*. Por outro lado, estas intervenções continuadas sugerem que continuados eram, do mesmo modo, os desrespeitos por tais privilégios.

‘porque sim’, isto é, pela própria razão de serem antigos, obra de pais e avós do monarca reinante? Descendo ao fundo da mina: era bom ser adiceiro? Os numerosos e cobiçados privilégios⁵⁰, mesmo se constantemente violados, compensavam o trabalho? Que outros estímulos materiais haveria? Estamos em crer que, em princípios do século XV, não devia ser ocupação despicienda. A prova suprema é que *os pais desejam transmiti-la aos filhos*⁵¹.

É altura de voltar a retocar o quadro, confrontando o discurso dos adiceiros com o do ‘adversário’. Nas Cortes de Lisboa de 1439 são apresentados dois capítulos especiais de Almada preciosos para o tema que nos ocupa: o concelho lembra que sempre foi seu foro não haver, na vila e termo, outros juízes que não os juízes ordinários de eleição concelhia. Ao invés, não faltavam juízes privados, entre os quais um *juiz da Adiça*, que teria, sob a sua jurisdição, *45 homens*, que moravam na vila. Gama Barros resume as restantes queixas: «esses homens, de pequena condição, gozavam do privilégio de não responder, fosse por que fosse, eles e suas mulheres, senão perante o juiz da Adiça; as mulheres eram padeiras e regateiras; os homens tinham bestas, faziam danos nas searas e vinhas alheias, e tomavam as frutas e lenhas. Mas por efeito do privilégio todos escapavam à jurisdição dos almotacés e em geral à do concelho; e se os demandavam perante o seu juiz privativo, o resultado era sempre nenhum»⁵². A acreditar nos almadenses, e todos

⁵⁰ Que eram regularmente alargados: em 15 de Outubro de 1408, D. João I esclarece que o foro privativo dos adiceiros sempre se entendeu quer no *cível* quer no *crime*; em 14 de Novembro de 1410, dispensa-os de ter cavalo e armas; em 2 de Abril de 1425 isenta-os de pagar em quaisquer pedidos ou empréstimos gerais. Houve duas grandes confirmações genéricas: uma de D. João I, em 8 de Março de 1428, e outra do seu filho D. Duarte, em 3 de Novembro de 1434. O resultado final está transcrito na chancelaria deste monarca (Livro 1, fols. 61v-65); e era um excelente resultado final para os adiceiros: eles ficavam a gozar dos privilégios gerais do Reino na sua máxima extensão: isenção de impostos, de serviço militar, de serviços concelhios, de aposentadorias e tomadias, foro privativo, etc.

⁵¹ Em resposta a um pedido dos «ouriezes que tiram ouro na adiça e os officiaes della», D. João I, em carta de 7 de Janeiro de 1406, comunica aos juízes de Almada e de Sesimbra «que aquelles que quiserem aprender o dito officio de tirar o dito ouro na dita adiça e delle husar conthenuadamente aos tempos que deuem assy como husam os ditos ouriezes e os officiaes del *ajam os ditos priuilegios*» (A.N.T.T., *Chancelaria de D. João I*, Livro 3, fól. 57v., e *Chancelaria de D. Duarte*, Livro 1, fols. 61v-65). A transcrição que reproduzimos é de Gama Barros (*O.c.*, p. 112-113).

⁵² *O.c.*, p. 113 (A.N.T.T., *Chanc. Af. V*, L. 27, fól. 42v; e *Livro 4 do Odiana*, fól. 212).

sabemos que lhes deve ser dado algum desconto, teríamos assim uma comunidade de quase meia centena de fogos⁵³, de gente de baixa extracção social, propensa a conflitos, eles e elas: verdadeiros «daninhos publicos», para nos socorrermos da linguagem coeva⁵⁴. Que, protegidos pelo seu juiz, se saíam sempre airosoamente dos sarilhos que causavam. É quadro que não nos repugna aceitar.

5.1.3. *O conto dos adiceiros*

Gama Barros crê que, por meados de Quatrocentos, houve alterações no regime de exploração da mina. Vários indícios apontavam já para a existência de um número fixo — um *conto* — dos adiceiros. Um alvará do regente D. Pedro, de 12 de Dezembro de 1442, comprova essa ideia, determinando que quando algum deles morresse ou deixasse o officio, fosse substituído por outro *que não fosse mais rico*⁵⁵.

Por outro lado, um documento de 6 de Dezembro de 1458 prova a existência de *dois estratos* de adiceiros, diferenciados pela fortuna e pela latitude dos privilégios de que gozavam. O grupo superior contava *21 homens*, que pagavam ao rei todos os anos um imposto no valor de duas coroas de ouro⁵⁶. Será que o adiceiro não era, pelo menos por esta época, de tão ruim condição como pretendiam os procuradores almadenses? Gama Barros conclui que, a julgar pelas duas coroas de ouro que têm que pagar ao rei, «os indivíduos da classe estavam em mediana condição, não

⁵³ Não é claro se residem mesmo na Adiça, se em Almada.

⁵⁴ As padeiras e regateiras tinham uma imagem pública de pessoas de mau trato, férteis em provocar «arroidos».

⁵⁵ Percebe-se a ideia: o alvará pretendia beneficiar a senhora de Almada, a Infanta D. Isabel; ora o novo adiceiro ficaria isento de pagar à Infanta uma série de tributos; se fosse homem afazendado, mais ela perdia.

⁵⁶ Trata-se de uma carta pela qual D. Afonso V nomeia Diogo Dias, morador numa aldeia do termo de Almada, «nosso adiceiro do conto dos vinte e um que pagam duas coroas», para ocupar a vaga aberta pelo falecimento de seu pai. A conclusão de que havia outros adiceiros além destes 21, porventura pagando menos, é plausível, mas não obrigatória. O documento em apreço pertence à *Chanc. Af. V*, L. 28, fól. 122. Outras cartas da segunda metade do século XV repetem nomeações semelhantes a esta, mas deixando algumas dúvidas: uma, de 1480, refere um tributo de apenas *uma coroa*; outra, de 1483, fala na «*nossa adiça do numero dos XX ordenados*». Gama Barros, pois é ele que estamos a seguir (*O.c.*, p. 114-115 e nota 1 desta última), julga tratar-se de lapsos. Não temos a mesma convicção: podemos estar apenas perante variações de regime.

parecendo portanto que fossem os mesmos que trabalhavam por suas mãos nas pesquisas do ouro»⁵⁷. O teor das cartas régias é claro: nomear alguém adiceiro é um privilégio, não um castigo.

Pela segunda metade do século XV temos então duas categorias sociais na Adiça. Parece-nos bem fundamentada a intuição de Gama Barros: «que os adiceiros do número fossem os exploradores legais do ouro da Adiça, e por este monopólio pagavam anualmente o tributo das duas coroas; e, como consequência dos privilégios conferidos aos exploradores, os homens que eles empregavam na laboração desta indústria estivessem isentos dos serviços e encargos, municipais ou gerais, que fossem inerentes à sua condição social, de certo a mais inferior»⁵⁸. Definido aparece igualmente o quadro de oficiais e magistrados: há um *alcaide da Adiça*, um *escrivão dos adiceiros* «e cousas que pertencem a nosa adiza», um *ouvidor*, um *vedor*, um *juiz*, um ou mais *mestres*⁵⁹; é de crer que fossem todos de nomeação régia salvo o juiz, possivelmente eleito e depois forçosamente confirmado pelo rei.

5.1.4. *Couto de homiziados*

Mas é quase certo que começa a faltar o ouro, porque, em 1468, falta claramente gente: no dia 28 de Outubro desse ano, D. Afonso V transforma a Adiça em *couto de homiziados* com um elenco de direitos e deveres decalcado do de Arronches⁶⁰. A demarcação da carta régia fornece alguns elementos descritivos, e deixa-nos adivinhar uma daquelas povoações mineiras semi-abandonadas que proliferaram no nosso século: os privilégios de homiziados destinam-se aos que viverem na «covoada» do lugar, no sítio em que estava a «casa dos adiceiros» e as fontes e o rego em que lavravam o ouro dos «medões»(?), onde já existira uma povoação. Ignoramos se tais privilégios foram ou não suficientes para atrair povoadores; em todo o caso, agora sim, teriam razão os vizinhos de Almada: a Adiça tornara-se definitivamente um local mal frequentado.

⁵⁷ *O.c.*, p. 115

⁵⁸ *O.c.*, p. 116-117.

⁵⁹ Um deles era o *mestre principal*.

⁶⁰ A.N.T.T., *Chanc. Af. V*, L. 31, fól. 39; *Livro 3 do Odiana*, fól. 15. Cfr. Humberto Baquero Moreno — *Elementos para o estudo dos coutos de homiziados instituídos pela Coroa*, in *Os Municípios Portugueses nos séculos XIII a XVI. Estudos de História*. Lisboa, Editorial Presença, 1986, p. 124.

⁶¹ Virgínia Rau estuda em profundidade este contrato no já citado trabalho *Aspectos do «trato» da «adiça»...*; veja-se em especial o «Apêndice Documental», p. 155-157.

5.1.5. *Os privados*

No ano seguinte, iniciava-se um novo ciclo, com a passagem da exploração para particulares: D. Afonso V começa por a entregar, sem quaisquer contrapartidas, ao seu vedor da fazenda Lopo de Almeida e a um tal Lourenço «Florentim», que podiam ficar com quase todo o ouro que conseguissem extrair da Adiça⁶¹. «Quase», porque o rei reservava para a Coroa uma parte do trabalho dos adiceiros e um sector da exploração⁶². Outorgada em 6 de Novembro de 1469, a exploração da Adiça devia durar dois anos⁶³. Por razões que desconhecemos, logo no ano seguinte, em 1470, o rei renegociou a concessão, desta vez apenas com Lourenço Florentino: desse contrato resultou uma dívida do concessionário à Coroa, no valor de 125.000 reais, liquidada em 1473⁶⁴.

É impossível calcular os rendimentos da Adiça. Fique apenas esta nota: em 1466, era com os ganhos da mina que a fazenda régia pagava anualmente, a Tomás Luís de Chaves, cavaleiro da Casa do Rei, uma tença de 10.000 reais⁶⁵; não entrava nessas contas o ouro extraído quando

⁶² Aspectos aliás pouco claros para nós, hoje: segundo o resumo do documento feito por Gama Barros, «o soberano faz mercê ao vedor e ao florentino de todo o proveito que eles puderem tirar e haver do lavramento do ouro da Adiça, «afora o da Toura», que nela lavram os seus adiceiros para ele. Estabelece certas condições, e a primeira é que possam lavar «dos meedoo e da praya e toura e barocas», e de quaisquer outros lugares e em quaisquer tempos, salvo no tempo em que se abre a dita «Toura», nos dias que a ocuparem os ditos adiceiros *em nosso lavramento, porque isto queremos que fique para nós nos ditos dias*» (O.c., p. 118, nota 1). A carta de concessão contém um clausulado muito extenso (possibilidade de construção de casas, engenhos, chafarizes, privilégios de vários tipos, etc.).

⁶³ A.N.T.T., *Chanc. Af. V*, L. 31, fól. 37v.

⁶⁴ Em 10 de Agosto desse ano é passada a respectiva carta de quitação (A.N.T.T., *Chanc. Af. V*, L. 33, fól. 154). Entre Outubro de 1471 e o mesmo mês de 1473, a exploração foi entregue a João Gonçalves de Alcanhões, cavaleiro do rei; estranhamente, este recebe *carta de quitação* em 23 de Março de 1473, isto é, antes de acabar o seu prazo, e antes da quitação passada ao italiano, cuja concessão já expirara (A.N.T.T., *Chanc. Af. V*, L. 33, fól. 88, e *Livro 7 da Estremadura*, fól. 185). Estas concessões particulares foram-se harmonizando, não sabemos bem como, com os privilégios dos adiceiros e com o seu tributo de algumas coroas de ouro ao rei, segundo se depreende de um documento de 30 de Maio de 1472 (A.N.T.T., *Livro 6 do Guadiana*, fól. 55v).

⁶⁵ A carta tem a data de 6 de Maio de 1466; a tença começaria a ser paga em 1 de Janeiro seguinte (A.N.T.T., *Chanc. Af. V*, L. 38, fól. 62).

se abria a «Malhada»⁶⁶. De doação em doação⁶⁷ se caminha até à extinção final: nas cortes de Lisboa de 1498 decide-se acabar com os adiceiros — já não serviam para nada⁶⁸. Embora a Adiça voltasse a ser explorada na primeira metade do século XVI, com os seus mestres, os seus oficiais e os seus donatários, e no primeiro terço do século XIX, então já altamente deficitária⁶⁹. Felizmente havia outras riquezas.

5.2. As minas de pedras preciosas do Suímo (Belas — Sintra)

Localizavam-se no termo de Sintra⁷⁰. Nelas abundavam pedras preciosas tais como *granadas* e *jacintos* e, em menor proporção, *esmeraldas*⁷¹. Sem podermos falar de uma identificação totalmente segura, é de crer que se trate de uma jazida já explorada pelos romanos e referida por autores como Pompónio Mela, Plínio o Velho, Júlio Solino e Sidónio Apolinário. Também vários autores árabes assinalam as minas de pedras preciosas perto de Lisboa⁷². «Nos arredores de Lisboa, —

⁶⁶ Repetem-se as perguntas de há pouco: uma galeria? Um veio? Um local?

⁶⁷ Em 1480 falece Tomás Luís de Chaves; o rei extingue a tença, e doa o rendimento das coroas pagas pelos adiceiros a um fidalgo da sua Casa, Lisuarte de Andrade, vedor-mor da artilharia (A.N.T.T., *Chanc. Af. V*, L. 32, fól. 146v; a carta é do dia 17 de Junho de 1480). Este fidalgo, devidamente autorizado pelo rei D. João II, transfere o rendimento, em 1488, para D. Mécia de Noronha, esposa de D. Martinho de Castelo Branco, do Conselho Régio e vedor da fazenda (veja-se carta de 30 de Maio de 1488, A.N.T.T. *Chanc. D. João II*, Livro 15, fól. 74v). Sendo esta doação vitalícia, é de crer que D. Mécia tenha falecido em 1496, porque nesse ano D. Manuel doa a sua mãe todos os rendimentos das minas da Adiça (A.N.T.T., *Livro I de Místicos*, fól. 54v).

⁶⁸ (A.N.T.T., *Livro I da Estremadura*, fól. 244v). O capítulo especial de Lisboa foi transcrito por Gama Barros: «E quanto aos adiceiros, em que também nos pediram por outro capítulo que prouvessemos, por ser cousa de que se não seguia nosso serviço, havemos por bem e mandamos que d'aqui em diante os não haja ahi mais; e os que agora o são se não guardem seus privilegios e fiquem devassos, visto como em cousa alguma não servem» (*O.c.*, p. 120, nota 2).

⁶⁹ Gama Barros — *O.c.*, p. 120, nota 2.

⁷⁰ A 8 km desta vila e a 3 km a Noroeste de Belas.

⁷¹ Veja-se Sérgio Luís de Carvalho — *Acerca das Minas do Suímo...*, p. 466.

⁷² Facto natural no concelho de Sintra, em que a ocupação árabe parece ter marcado forte presença. Costuma evocar-se o testemunho de Isidoro, o que não é correcto. As *Etimologias* referem-se por duas vezes aos minérios da Lusitânia: no *Liber XIV — De terra et partibus*, 4.28 («...Tagus aurum trahens», p. 186), e no *Liber XVI — De lapidis et metallis*, 13.5 («Ceraunium alterum Hispania in Lusitanis litoribus gignit, cui color e pyropo rubenti, et qualitas ut ignis.» p. 290). As duas citações foram retiradas do 2.º vol. da edição da Biblioteca de Autores Cristianos (Madrid, 1983).

escreveu, por exemplo, Al-Udri, no século XI — existe uma montanha na qual se encontram pedras fosforescentes. Estas pedras brilham como lâmpadas (...). Esta montanha é uma mina de onix»⁷³. Não há muito foram descobertos vestígios de uma estrada romana que ligava as minas do Suímo a Belas; é provável que, na Idade Média, o que restava dessa estrada continuasse a servir. «Sintomático — nota Sérgio de Carvalho — é o facto de a estrada desembocar na povoação de Belas. De facto, na vila situava-se o centro logístico de apoio às minas, formando a povoação, conjuntamente com a área de extracção, a totalidade do complexo mineiro. Este era, assim, formado pela povoação de Belas, pelas minas do Suímo e pela estrada romana (presumivelmente com utilização durante a medievalidade) que as ligava»⁷⁴. O mesmo autor é da opinião que existia uma ligação estreita entre o Paço de Belas e as minas; os que nele residiam, continuamente ou não, detinham muitas vezes a concessão da jazida, embora estas minas fossem também da Coroa. Aliás o Paço e os terrenos anexos estiveram muitos anos nas mãos de pessoas da Casa Real, como o Infante D. João (a partir de 1424) e depois a sua filha, D. Beatriz⁷⁵. Esta aforou o Paço a um particular⁷⁶, reservando para si a exploração do Suímo.

Pouco se sabe dos ritmos de exploração da mina e do seu rendimento efectivo. Pedro de Azevedo acredita terem sido momentos altos o reinado de D. Dinis⁷⁷ e os anos em que viveu no Paço de Belas o Infante D. João; o filho mais novo de D. João I era, ao que parece, um grande apreciador daquelas pedras preciosas. O século XVI teria visto o declinar das Minas do Suímo até ao seu total abandono, em data desconhecida.

5.3. *Prata: a fundição do castelo de Aguiar*

Abordamos o caso de Aguiar da Pena, no fundo o resultado de uma intervenção arqueológica num castelo roqueiro, porque ele nos sugere de que forma a arqueologia pode ajudar a corrigir a imagem (ou a falta dela) que decorre de uma análise simples dos documentos. Aguiar de Pena

⁷³ Citado por José Vargas — *Presença árabe em terras de Sintra*, «Jornal Aigualva-Cacém», Cacém, 1 (1985), p. 10; reproduzido por Sérgio Luís de Carvalho — *O.c.*, p. 467.

⁷⁴ *O.c.*, p. 468.

⁷⁵ Desde a morte do pai, ocorrida em 1442? Não o sabemos.

⁷⁶ Rodrigo Afonso da Atouguia.

⁷⁷ Bem como os anos que o antecederam, sendo ele Infante.

possui um castelo de importância bastante relativa, que protegia uma terra pouco generosa. Em meados do século XIII teria já começado a entrar em decadência, para ser abandonado provavelmente nos finais do século XV. O sítio foi objecto de escavações⁷⁸. Ora no espólio total da intervenção foi documentada *uma linha de fundição de prata*. Há vestígios que permitem reconstituir todos os passos da actividade metalúrgica: escórias de fundição; um lingote de prata completo, mais dois fragmentos de lingote; um molde de fundição em cerâmica; dois anéis de prata completos; sessenta fragmentos de cadinhos de fundição, correspondendo a 4 ou 5 cadinhos⁷⁹. A associação deste espólio com moedas propõe que a actividade da oficina metalúrgica seja datada do reinado de D. Afonso V (1438-1481), ou seja, dos últimos tempos da ocupação do castelo. De onde veio a prata com que foram feitos os anéis e os lingotes de Aguiar de Pena? Com toda a probabilidade, das velhas minas de ouro 'romanas' de Tresminas, cujas pirites auríferas revelam um altíssimo teor de prata associado a um muito baixo teor de ouro. Mesmo que na Baixa Idade Média os habitantes da região estivessem de posse dos meios e dos conhecimentos (nomeadamente o tratamento com mercúrio) necessários para extrair ouro, seria quase impossível obterem resultados compensadores; ter-se-ão talvez dedicado sobretudo ao aproveitamento da prata⁸⁰.

Quisemos dar notícia desta estação arqueológica por ela ser mais uma prova de que o silêncio dos documentos não pode ser tomado como sinal da inexistência de actividades mineiras e metalúrgicas. Não pensamos que, no conjunto do reino, esta exploração (e eventualmente outras semelhantes que a arqueologia nos possa vir a revelar) tivesse assumido uma dimensão significativa. Mas para os habitantes da terra e o respectivo senhor alguma coisa contou, por certo. Por isso não deve ser ignorada.

⁷⁸ Os resultados foram publicados num trabalho de extrema importância, assinado por Mário Jorge Barroca e António J. Cardoso Morais — *A Terra e o Castelo. Uma experiência arqueológica em Aguiar da Pena*, «Portugália», Nova Série, 6/7 (1985-86), p. 35-87.

⁷⁹ Peças de pequena dimensão, sem pega ou asa, para serem manuseadas com tenazes.

⁸⁰ E de outros minérios mais ou menos residuais; em Aguiar da Pena apareceram também vestígios de metalurgia do cobre. Este parecer sobre a origem da prata de Aguiar da Pena foi-nos comunicado oralmente pelo Dr. Mário Barroca.

5.4. *Outros minérios*

No dia 3 de Fevereiro de 1300, D. Dinis concedeu a título perpétuo⁸¹ a uma sociedade constituída pelo mercador Gil Soares, morador em *Vila Nova a par de Gaia*, Gonçalo Viegas e Miguel Garcia⁸², todo o *alúmen* que conseguissem encontrar no reino⁸³; a Coroa ficaria com a terça parte do que fosse extraído, e os concessionários pagariam a dízima no próprio local⁸⁴. Não sabemos se lhes correu bem ou mal a procura. Em 1469, constatando que no reino de Portugal nunca se conseguira nada de significativo na arte de fazer «pedra hume», Afonso V celebra um contrato nesse sentido com o mercador de Florença Jacobo de Colle, a principiar em 1 de Julho de 1470. Sobre o êxito da empresa, uma vez mais, nada sabemos⁸⁵.

Mais concreta se revela nova carta dionisina, de 27 de Junho de 1314: o rei informa que se lhe dirigiu pessoalmente um Mem Martins, morador em Murça, declarando que *pretendia extrair estanho em vieiros existentes em Jales, Trasmires e Monte Negro*, estando disposto a pagar impostos à Coroa pela exploração; o «Lavrador» autoriza a concessão em troca do *quinto* habitual⁸⁶. Atenção a este documento: Trasmires é

⁸¹ A eles e aos seus sucessores.

⁸² Igualmente vizinhos da vila.

⁸³ A.N.T.T., *Chanc. D. Dinis*, Livro 3, fól. 10. A concessão foi muito pouco perpétua, e nem sequer vitalícia. A bem dizer, não durou mais de um ano: a 20 de Março de 1301 D. Dinis fazia a mesma doação a pessoas diferentes (Pedro Martins, colação da rainha D. Isabel, Estêvão Domingues, por alcunha «Alpertez», Gonçalo Pires, D. Inglês e Domingos da Lama; fól. 13 do mesmo livro).

⁸⁴ O clausulado é bastante extenso: para além de privilégios e estipulações habituais, há a garantia de eles ficarem na posse de todo o mineral que encontrassem, fosse ele qual fosse, enquanto buscavam o alúmen; e de poderem apanhar nas matas régias a lenha de que precisassem para a exploração de jazidas.

⁸⁵ Tal como o contrato anterior, este é extenso, e não contém informações relevantes para a prática mineira propriamente dita, antes isenções, salvaguardas fiscais, cláusulas de pagamento, etc. Nada de inovador, sobretudo ficando nós sem saber se o florentino encontrou alúmen ou não (A.N.T.T., *Chanc. Af. V*, L. 31, fól. 142; a carta é de 22 de Dezembro de 1469).

⁸⁶ A.N.T.T., *Chanc. D. Dinis*, Livro 3, fól. 87; no seu trabalho *Ferrarias Medievais no Norte de Portugal*, Mário Jorge Barroca publica este importante documento (p. 214-215, nota 16). Por um alvará régio de 13 de Fevereiro de 1518 ficamos a saber que havia *feitorias de estanho da Coroa* em Góis e Salavisa, arrendadas ao mercador Rui Mendes, do Fundão (publicado por João Pedro Ribeiro — *Dissertações Chronológicas e Críticas...*, vol. 4, Parte I, p. 200-202, doc. 9). Trata-se de um texto riquíssimo, pelo que nos permitimos reproduzi-lo aqui, na lição de J. P. Ribeiro: «Nós ElRey fazemos saber a todolos Juizes e Justiças, Oficiaes, e Pesoas, a que este Alvara for mostrado, que Ruy Mendes, Mercador morador no Fundão, termo de Covilhã e

Tresminas. Pode ser mais um testemunho, para cruzar com outros, a sugerir que os veios argentíferos e estanhíferos, aos quais se associava ouro em pequenas quantidades, não estavam esquecidos⁸⁷.

Rendeiro que ora he do Estanho das nosas Feitorias de Goees e de Salavisa, nos fez allguuns apontamentos, que cumpriam a boa recadaçam das ditas Feytorias, e das outras: aos quaes provemos na maneira seguinte.

Item acerca da Ordenança das ffumdições mandamos que todas aquelas pessoas, que nom vierem fumdri as madres que tiverem, de tres legoas aredor das ditas Fumdições, do dia que lhe for notificado dentro em trinta dias, percama as ditas madres pera os Rendeiros.

Item nos dise que muitas pesoas descobrem veas, e que depois das descobrirem non querem trabalhar nelas, por fazerem comta que ja sam suas, nem menos querem deixar trabalhar a outrem, o que nom he nosso serviço, nem proveito do Povo; pello quall mandamos que des dia que as acharem ate hum mes, sejam obrigados de trabalhar nelas, e nom ho fazendo asy, damos lugar e licença a qualquer outra pesoa, que posa nelas trabalhar, e fazer seu proveito, aimda que as nom achasem, e dy por diante se as leixarem de trabalhar nelas outros trinta dias, mandamos que qualquer pesoa posa nelas trabalhar pela dita regra.

Item nos dise que muitas pesoas tem colheres sacretamente, em que podem fumdri as escoreas que ficam da Fumdiçom do Estanho, por sonegarem noso direito; pollo qual defemdemos, e mandamos, que nenhuma pesoa as nom posa ter, nem tenha escomdidas, ssob pena de cimquoenta cruzados por cada vez que lhe forem achadas, pera o dito rendeiro: e se allguua pesoa a tiver, entregala-a llogo ao fum[di]dor ordenado, que lhe pagara o que valer, e esto se emtemderá nos limites onde ouver Estanho.

Item nos disse que muitas pessoas tiram o Estanho em hum lemite, e o vam fumdri ao outro, semdo aremdado a dyversas pesoas, por lhe fazerem boos partydos; pelo qual mandamos que o dito estanho se fumdri no lemite omde se tirar, e se nom leve a outra parte, ssob pena do perderem pera os Rendeiros: as quaees couzas mandamos, que se apregoem e notifiquem, pera a todos ser notorio e a dita noteficaçom se asemtará no livro das Feitoryas pellos Escripvaens, e esta Ordenaçom ficará para Regimento para o diamte.

Item por quanto ssobre o negocio destas fumdiçõeas e das Veas, que se acham e de outras coussas a ysto tocantes á hy debates e demandas, e Gill Homem, que he Feytor delas vive alongado delas, por dar provisam as partes, avemos por bem que os Juizes ordinarios de cada logar, omde as ditas Feitorias estiverem, conheçam disso, e ouçam as partes, e ffaçam os feitos comclusos para se despacharem com o dito Gyll Homem, quando vier, ou com hum Escripvam de seu cargo, e se cada hum delles nom ver ao tempo das fumdiçõeas ordenadas, entam mandamos aos ditos Juizes, que despachem os ditos feytos como lhe parecer justiça com hos Escripvães das Feytorias, e fara neles ffirm até comtia de dous mill reis, sem darem apelaçom, nem agravo, e dy por diamte yrá ao noso Corregedor da Comarqua. Pelo qual vos mandamos, que asy o cumpraes, e guardes, e façaes cumprir, e guardar, como neste Alvara he conteudo; porque nos ho avemos asy por bem, e noso serviço. Feyto em Lixboa a treze dias do mes de Fevereiro: Jorge Fernamdez o fez. Anno de mill e quinhentos e dezoito.»

⁸⁷ Veja-se o que sobre o assunto escreveram Mário Barroca e António Morais — *A terra e o castelo. Uma experiência arqueológica em Aguiar da Pena*, p. 36-37, notas 6 e 7.

Em 19 de Novembro de 1451, D. Luís, bispo da Guarda, obteve licença para abrir e explorar no seu bispado, durante dois anos, quaisquer minas de chumbo que encontrasse. E que não sabemos se encontrou⁸⁸. Em Coimbra também se procurou chumbo: o oleiro Brás Eanes⁸⁹ comunicou a D. Afonso V que, naquele bispado, um certo Mestre Pedro abrira uma mina à procura de chumbo, sem resultados. E abandonara-a. Ora a jazida continha cânfora, que o oleiro poderia usar com proveito no fabrico do seu «vidrado»⁹⁰. Anos antes, em 1466, o bombardeiro Baltasar obtivera concessão régia para extrair salitre onde quer que o encontrasse⁹¹.

5.5. *As cartas de concessão geral*

Por último, não podemos esquecer as cartas de concessão geral para exploração de minérios; da segunda metade do século XV chegaram-nos alguns documentos que, não sendo provas taxativas da existência de minas, nem por isso podem ser postos de lado. O monarca outorga cartas a certas personalidades de relevo, concedendo-lhes, com esta ou aquela reserva, o rendimento de minérios que viessem a descobrir nas suas terras, no seu bispado, etc. Não se afirma que os donatários já conheciam a existência de jazidas. Mas não sendo as cartas passadas pela chancelaria régia propriamente gratuitas, é pouco provável que um bispo ou um senhor solicitasse tal privilégio se não tivesse qualquer suspeita, ou certeza, de que havia riquezas a explorar. Um exemplo: em 17 de Abril de 1461, D. Afonso V autoriza os *biscainhos* que trabalhavam nas ferrarias que D. João, bispo da Guarda, fizera na sua câmara de Caria a sondar e explorar quaisquer vieiros de ferro que conseguissem encontrar no reino, para alimentar aquelas ferrarias⁹². Não se imagina o bispo D. João a construir ferrarias sem ter garantido o abastecimento de minério. E pedir uma carta de concessão sem ter uma ideia onde procurar.

Por muito pouco que estes documentos nos digam, são sinais que não podemos desprezar. Eis uma lista sumária:

⁸⁸ A.N.T.T., *Chanc. Af. V*, L. 37, fól. 51. Passados esses dois anos, tudo o que tivesse sido achado passava para a posse da Coroa.

⁸⁹ Nascido em Oleiros.

⁹⁰ O rei defere o pedido por carta régia de 5 de Setembro de 1472 (A.N.T.T., *Chanc. Af. V*, L. 29, fól. 162).

⁹¹ A.N.T.T., *Chanc. Af. V*, L. 14, fól. 52.

⁹² A.N.T.T., *Livro 2 da Beira*, fól. 190.

1. em 9 de Agosto de 1441, o Infante D. João, tio de Afonso V, recebe uma autorização de 5 anos para extrair, na comarca de Entre Tejo e Odiana, ouro, prata, pedras preciosas e outros minerais que encontrar⁹³;
2. em 1462, o bispo da Guarda recebe permissão para explorar jazidas de ouro, prata, cobre, chumbo, estanho ou outro metal *em qualquer lugar do reino onde o encontrasse*⁹⁴;
3. em 2 de Agosto de 1471, D. Afonso V doa igualmente ao bretão Henrique Nicola e ao flamengo Arnão Álvares, estantes em Lisboa, o rendimento de minas de ouro, prata ou outros metais que viessem a encontrar no reino, durante 4 anos⁹⁵;
4. em 9 de Fevereiro de 1475, o rei outorga ao Duque de Guimarães uma concessão de 20 anos para abrir minas em Trás-os-Montes e no Entre-Douro-e-Minho, porque alguém informou o Duque da existência de metais⁹⁶;
5. em 27 de Abril de 1481, o rei dá licença a um afinador, Mestre Pedro, ao tempo a residir em Castela, e a quem o acompanhasse, para abrir uma mina de metal em Valongo (perto de «Olho de Corvo(?)»), e explorar o que quer que nela fosse encontrado⁹⁷;
6. em 28 de Julho de 1483, D. João II permite que Pero Vasques (escudeiro da prima do monarca) abra e explore minas de metal nos termos das vilas de Caminha e de Ponte de Lima, ficando com todos os lucros durante os primeiros 3 anos, e depois com o *quinto*, enquanto vivesse⁹⁸;
7. o setubalense Gonçalo Pereira, escudeiro do rei, é autorizado a procurar minas de ouro e prata, alúmen e outros metais, em determinados lugares do reino, não especificados, com uma reserva bastante concreta: «dos vieiros, que ele achasse e não tivessem ainda sido descobertos por João Rodrigues Homem, contador que fora de Coimbra, haveria Gonçalo Pereira todo o proveito durante um ano, contado do dia em que se verificasse o descobrimento...»⁹⁹;

⁹³ *Chanc. Af. V*, L. 2, fól. 80v; é provável que a Adição não estivesse incluída.

⁹⁴ *Chanc. Af. V*, L. 1, fól. 101.

⁹⁵ *Chanc. Af. V*, L. 22, fól. 5v.

⁹⁶ *Chanc. Af. V*, L. 30, fól. 103; esta carta confirma a nossa ideia de que os petiçãoários só solicitavam cartas de concessão quando dispunham de informações ou suspeitas da existência de minério.

⁹⁷ *Chanc. Af. V*, L. 26, fól. 77v.

⁹⁸ *Chanc. D. João II*, Livro 26, fól. 3v.

⁹⁹ *Chanc. D. João II*, Livro 4, fól. 50v.; o excerto é de Gama Barros — *O.c.*, p. 131-132.

8. em 7 de Novembro de 1486, D. João II autoriza um cavaleiro da sua casa, Fernão Lopes da Ínsua, a explorar o chumbo que encontrasse no termo do concelho de Almendra (região de Ribacôa) — o contrato de concessão é complexo, e prevê-se expressamente que apareça prata associada ao chumbo¹⁰⁰;

9. por último, no dia 30 de Novembro de 1490, D. João II recompensa o seu escudeiro Lopo Afonso, capitão da Ilha Brava, doando-lhe, em duas vidas, todas as minas de ouro, prata, cobre, esmeril, enxofre e qualquer metal que ele descobrir no reino no prazo de dois anos, Adição excluída, naturalmente¹⁰¹.

É, de momento, o que conheço.

Sintetizando estes poucos casos, parece que D. Afonso V contempla gente mais importante, e doa quase sem restrições, enquanto o filho, D. João II, outorga concessões a pessoas de menor relevo social, e é muito mais cuidadoso a redigir as cláusulas contratuais. Tudo tinha que passar por uma carta régia: a exploração das riquezas minerais sempre foi um *direito régio* inalienável¹⁰².

6. O ferro

Para o fim, o ferro. Como se disse, os problemas que se colocam são totalmente diferentes dos levantados pelo ouro, pela prata, pelas pedras preciosas. Agora há que separar de uma maneira bem nítida a extracção

¹⁰⁰ *Chanc. D. João II*, Livro 21, fól. 5v.

¹⁰¹ *Chanc. D. João II*, Livro 13, fól. 19v.

¹⁰² Veja-se nomeadamente o § 26 do título XXIV («Dos Direitos Reaes, que aos Reys pertence d'aver em seus Regnos per Direito Cõmu») do Vol. 2 das *Ordenações Afonsinas*, [Lisboa], Fundação Calouste Gulbenkian, [1984], p. 215-216: «Item. Direito Real he argentaria, que significa veas d'ouro, e de prata, e qualquer outro metal, os quaaes todo home poderá livremente cavar em todo lugar, com tanto que ante o comece a cavar, d'entrada pague a ElRey oito scropulos d'ouro, que vallem tanto como hũa coroa d'ouro cada huũ; e aalem destes oito scropulos d'ouro, que assy há de pagar d'entrada, por assy cavar qualquer metal, aquelle, que cavar ouro, por seer em sy mais nobre, e mais excellente metal, que outro nenhuũ, pagará mais em cada huũ anno ao dito Senhor sete scropulos d'ouro; e quando qualquer outro metal, que nom seja ouro, cavar, pagará em cada huũ ano hũa libra de quatorze onças; e aalem desto pagará mais a ElRey de todo metal, que purificar, duas dizimas, se o dito metal for cavado em terra d'ElRey; e sendo cavado em terra, que seja d'alguã privada pessoa, pagará ao dito Senhor Rey huã dizima, e outra pagara ao Senhor da terra, e toda a outra maioria será daquelle, que o houver cavado.»

dos minérios¹⁰³ do trabalho dos metalurgistas. Estes eram omnipresentes. Na Idade Média, onde existisse um núcleo populacional haveria um ferrador e/ou um ferreiro. Por isso a presença de tais artesãos não é um indicador automático da existência de minas — ou então teria havido minas de ferro em quase todas as aldeias e vilas medievais.

Portugal importou ferro desde muito cedo¹⁰⁴. É de crer que mesmo em zonas onde se extraía ferro — estamos a lembrar-nos dos coutos de Alcobaça, por exemplo — fosse necessário comprar fora mais algum, para acorrer às necessidades locais.

À falta de testemunhos mais sólidos, os investigadores, na senda de Alexandre Herculano, debruçaram-se sobre os *forais*: encontrando referências a pagamentos em objectos de ferro (em contraposição à esmagadora maioria de forais, foros e pensões, que não fala nisso), concluíram pela existência de *metalurgia* — até aqui o salto não é demasiado ambicioso — e de *mineração* — aqui sim, o risco pode ser maior¹⁰⁵. Vejamos um exemplo: o foral de Seia (outorgado em 1136) estipula que os vizinhos da povoação paguem «ferraduras, ferros e cravos». Que concluir daqui? Que em Seia havia cravos e ferraduras? Naturalmente; como em todas as outras terras¹⁰⁶. Que havia um ou mais ferreiros ou ferradores? Sem ser absolutamente certo, é lógico e provável. Que havia extracção de ferro? Não forçosamente; a matéria-prima podia

¹⁰³ Em alguns casos, será talvez mais correcto falar de simples ‘apanha’ ou recolha.

¹⁰⁴ «...A importação desse metal comprova-se no conteúdo de muitos diplomas do século XIII, como na carta de D. Afonso III sobre o local onde deviam carregar e descarregar as embarcações que vinham ao Porto e a Gaia (1254); na carta de D. Afonso III sobre o pagamento das dízimas e portagens de mercadorias que entravam e saíam pelas fozes do Algarve (1272); na composição e avença entre o mesmo Rei e o Mestre da Ordem de Santiago sobre os tributos que deviam pagar ao rei as mercadorias entradas e saídas pela foz do Sado e do Tejo (1274); na ementa das mercadorias entradas pelo porto de Selir, segundo o registo de D. Sancho II (?) e o rol de Soeiro Pais, almoxarife de D. Afonso III (1233?-1279); na carta de mercê de D. Diniz à Rainha D. Isabel dos direitos das coisas que entravam pelo porto de Selir (1287), etc.» (Virgínia Rau — *Exploração de ferro em Rio Maior no século XIII*, p. 199).

¹⁰⁵ «...A existência da indústria do ferro deixou numerosos vestígios nos foros ou pensões, impostos em diversas terras da coroa e em regiões diferentes, consistindo em ferraduras com seus cravos, em pertenças de arado, em tantos palmos de ferro; e de tudo isso se encontra menção nos forais e nas inquirições gerais de 1220 e 1258.» (Henrique da Gama Barros — *História da Administração Pública em Portugal...*, vol. 6, p. 121).

¹⁰⁶ Em todo o caso medite-se na ressalva de Virgínia Rau: segundo ela o pagamento desses mesmos ferros e ferraduras podia não ser em espécie, mas substituído pelo equivalente na moeda do tempo.

ter vindo de fora do reino, ou de outra região, como acabámos de lembrar. Há porém casos em que as referências são mais explícitas, falando-se claramente na extracção e na fundição. Algum rigor na análise de fontes pode ajudar; exemplo disso é o estudo que Mário Jorge Barroca consagra às ferrarias do Norte do reino. Baseando-se quase só nas Inquirições de 1220 e de 1258¹⁰⁷, o autor defende um tratamento restritivo dos textos¹⁰⁸, e fundamenta a sua opção: «Apenas levámos em linha de conta as referências documentais que testemunham o pagamento de derivados da actividade mineira e ferreira como imposto devido ao Monarca ou à Igreja, situação em que esse pagamento nos reflecte uma actividade de certa envergadura. Se a maior parte das referências registadas não se reporta explicitamente à prática de extracção, distinguindo-a do trabalho de metal, numa ou outra essa distinção é feita, assegurando-nos que estamos perante actividade mineira»¹⁰⁹. Com base nesse critério as 57 referências apuradas permitem distinguir, no Norte de Portugal, quatro grandes áreas: uma no centro do Entre-Douro-e-Minho, essencialmente em torno do eixo Vila Nova de Famalicão/Barcelos, outra em torno do Porto (com clara presença de minas), uma terceira a leste da Terra de Celorico e por toda a Terra de Panóias, e por último a mais importante, à volta de Moncorvo¹¹⁰.

A toponímia é também uma via com tanto de rico como de arriscado a explorar. Jorge Custódio e G. Monteiro de Barros abordam a sinonímia entre a *forja* portuguesa e a *fragoa* ou *fragua* de possível origem castelhana, e afirmam: «registámos até ao momento muito para cima de quarenta topónimos, utilizando apenas os dicionários, enciclopédias e fontes dispersas. Além do topónimo *Ferraria(s)*, há ainda que contar com os de *Ferreiro(s)*, *Ferreira(s)*, *Ferrarias Cimeiras*, *Ferrarias Fundeiras*, *Escoural*, *Escouras*, *Escoriais*, que podem dar um espectro toponímico

¹⁰⁷ Que completa com informações pontuais do *Censual do Bispo D. Pedro* (Braga) e do *Censual do Cabido da Sé do Porto*, de um ou outro foral e de documentos do séc. XV.

¹⁰⁸ «As referências documentais que apresentamos e cartografamos não dizem respeito a simples ferreiros ou ferradores, que recebiam o metal e o trabalhavam ou que comerciavam artefactos férreos, mas a núcleos de extracção de ferro e de manufactura com alguma importância. (...) É por demais evidente que pequenas oficinas de ferreiros existiam disseminadas um pouco por todo o Norte de Portugal, junto dos aglomerados populacionais. (...) Toda a cidade, vila ou aldeia possuía os seus ferreiros e ferradores.» (*Ferrarias Medievais do Norte de Portugal*, p. 216-217).

¹⁰⁹ *O.c.*, p. 217.

¹¹⁰ *O.c.*, p. 217-218.

mais de acordo com a natureza da dispersão das localizações»¹¹¹. Há felizmente testemunhos mais faladores. E há a arqueologia, cujos contributos para o conhecimento desta questão têm sido avaliados de forma algo contraditória. Jorge Custódio e Monteiro Barros notam com pesar: «Os arqueólogos preocuparam-se sobretudo com a mineração e a metalurgia do cobre, do ouro e da prata, visto que a descoberta dos objectos lhes suscita uma grande curiosidade e geralmente tem incidências museológicas»¹¹². Refere-se a uma arqueologia das minas propriamente dita (e, em menor grau, da metalurgia). Mas pensamos que a arqueologia medieval tem tratado com suficiente carinho o trabalho do ferro.

6.1. *O ferro de Vilar Maior*

Possuímos uma referência directa à extracção e ao trabalho do ferro nos coutos do Mosteiro de Alcobaça, sem dúvida uma das mais significativas explorações medievais¹¹³. O cronista do cenóbio escreveu: «...tractarão aquelles Monges de explorar o terreno, que cultivavão; e descobertos felizmente em mais de hum lugar os indícios de Minas de ferro, por ventura já trabalhadas sob o domínio dos Romanos, tiverão arte, não só para o extrahirem da terra, mas igualmente para o fabricarem, e converterem para os usos ou domesticos, ou da Lavoura. Temos disto hum claro testemunho em o Foral de Rio de Moinhos nas visinhanças da Aldêa do Vallado, em que o Mosteiro reserva para si, alem de outras cousas, *Mineriam Ferri*, e os nomes de outras Povoações dos Coutos assaz mostram que não era só deste Lugar, que o ferro se extrahia»¹¹⁴. Outros documentos confirmam esta ideia: os monges de Alcobaça exploraram e trabalharam o ferro das jazidas de Rio Maior¹¹⁵. Que, como

¹¹¹ *O.c.*, p. 19, nota 27; o topónimo *fragua* é tratado a p. 34-35. Ver também Virgínia Rau — *Exploração de ferro em Rio Maior no século XIII*, p. 200; J. Leite de Vasconcelos — *Opúsculos*, Vol. III, p. 366-369, e *Etnografia Portuguesa*, vol. II, p. 557.

¹¹² *O.c.*, p. 17.

¹¹³ Na Estremadura.

¹¹⁴ Frei Fortunato de S. Boaventura — *Historia cronologica e critica da Real Abbadia de Alcobaça*, p. 47. Iria Gonçalves, com maior apoio documental, confirma a existência de minas de ferro e de ferrarias no Valado (*O património do Mosteiro de Alcobaça nos séculos XIV e XV*. U. N. Lisboa, 1989, p. 130 e 278-279).

¹¹⁵ No trabalho que vimos seguindo, Virgínia Rau indica alguma bibliografia sobre a exploração de ferro na Estremadura (p. 201, nota 9).

se calcula, tinham para o mosteiro inestimável valor económico. Em 7 de Abril de 1250, o abade de Alcobaça, D. Fernando Mendes, faz doação de inúmeras possessões do mosteiro, em Rio Maior¹¹⁶, ao chanceler do rei Afonso III, D. Estêvão Anes (casas, vinhas, herdades, fornos, moinhos, etc.); mas esclarece: «*reseruamos nobis mineriam ferri que est in hereditate quam habemus de Domna Vrraca fernandi. et domos in quibus sunt strumenta ad ferrum fundendum*»¹¹⁷. Fica por avaliar o peso das minas e oficinas metalúrgicas de Rio Maior na economia do mosteiro, uma vez que havia com toda a probabilidade outras jazidas¹¹⁸ e que parte do ferro importado por Selir se pode ter destinado às necessidades dos cistercienses. Fica também por saber se, nestas ferrarias, se utilizou a energia hidráulica, já que passava perto um ribeiro¹¹⁹.

6.2. Outras explorações de ferro

Uma vez mais, lidamos com indícios muito ténues. Em 12 de Dezembro de 1282 o rei D. Dinis outorga a Sancho Pires e aos seus associados uma autorização para explorarem todas as jazidas de ferro com que topassem no reino; ficaria para a Coroa um quinto do minério em bruto e um décimo do minério trabalhado¹²⁰. Ignoramos totalmente se Sancho Pires encontrou algum ferro, e onde. Outro caso: em capítulos especiais de Torre de Moncorvo, não datados¹²¹, afirma-se que em aldeias do termo da vila se fazia ferro, que depois era trazido a Moncorvo e

¹¹⁶ No termo de Santarém.

¹¹⁷ A.N.T.T., *Corporações Religiosas — Alcobaça*, maço 7, doc. 40. Foi publicado por Virgínia Rau na p. 202 do artigo que vimos acompanhando; o excerto que transcrevemos é daí.

¹¹⁸ Nomeadamente perto de Mós e de Leiria.

¹¹⁹ A sugestão é de Jorge Custódio e G. Monteiro Barros — *O Ferro de Moncorvo...*, p. 25.

¹²⁰ Cfr. João Pedro Ribeiro — *Dissertações Chronologicas e Críticas...*, vol. 3, Parte 2.^a, p. 89, doc. n.º33. Reproduzimos a lição deste historiador: «*Dionisius dei gratia Rex Portugalie et algarbii uniuersis presentem cartam inspecturis notum facio quod ego mando et concedo quod sancius petri et sui socii et sui successores saquent et faciant fferrum et açum in tota mea terra tam in portugaliam quam in algarbio tali pacto quod dent mihi et meis successoribus inde quintam partem in salvo de primo ferro quod sacaverit et de aço et de ferro tendudo decimam in salvo et paguent portagines et costumagines et alios foros quos ego eis posuero atque dederó Et istud facio eis pro ad semper In cuius rey testimonium do eis istam cartam meo sigillo sigillatam Data Coilimbrie XII^a die Decembris Rege mandante Jacobus Johanis notavit. E.^a M.^a CCC.^a XX.^a».*

¹²¹ Eventualmente das Cortes de Lisboa de 1439.

vendido, às segundas-feiras, no mercado semanal; agora quem o fazia vendia-o em casa, prejudicando a vila e as sisas régias. Em Torre de Moncorvo estava banalizando o trabalho do ferro. Não admira: estamos numa das regiões produtoras por excelência¹²². No reinado de D. João III haveria cerca de cinquenta forjas em actividade; e «em 1549 o Dr. João de Barros admirou-se como naquela vila de pão, mel e porcos montezes se trabalhava o ferro, porque «as mulheres estão dobrando e fiando» tangendo «com os pés os folles enquanto os maridos fazem o ferro»¹²³. A existência de um sólido estudo monográfico sobre o ferro de Moncorvo dispensa-nos de outras considerações.

6.3. *Ferrarias*

De ferrarias sabemos um pouco mais, nomeadamente graças aos trabalhos de Mário Jorge Barroca e de Jorge Custódio e G. Monteiro de Barros. Já sumariámos o primeiro¹²⁴. Destacaremos agora as principais contribuições do segundo¹²⁵. Os autores chamam a atenção para a existência de verdadeiros *distritos de ferrarias*, bastante pouco conhecidos ainda: Torre de Moncorvo, Tomar, Penela, Riba-Coa e Terras de Basto¹²⁶. Depois de ponderada a possibilidade de ter existido, por exemplo nas Ferrarias da Barcarena, outro tipo de fornos diferentes dos *catalães*, sublinha-se, a partir de Quatrocentos, a presença em força de mestres e operários da Biscaia, tecnicamente muito avançados. Propõe-se datar dos fins do séc. XV a primeira ferraria portuguesa movida a energia hidráulica

¹²² «A riqueza e a quantidade desse minério tornaram-se proverbiais ao ponto de com ele se calcetar estradas. No séc. XVI, João de Barros admirava-se com o facto de, entre Moncorvo e Mós, haver uma calçada toda de ferro «porque as pedras são mesmo de ferro, e he de duas legoas de comprido». Manuel Severim de Faria, que em 1609 se dirigia a Miranda do Douro, testemunha, com a sua curiosidade de explorador, a existência, numa extensão de quatro léguas, de «muitas minas de ferro». (CUSTÓDIO, Jorge; Barros, G. Monteiro — *O Ferro de Moncorvo... cit.*, p. 16).

¹²³ Jorge Custódio e G. Monteiro Barros — *O Ferro de Moncorvo...* p. 44. Uma produção familiar e tecnicamente atrasada, como constata estes autores.

¹²⁴ *As Ferrarias Medievais do Norte de Portugal*, extracto do fasc. 3-4 do vol. 28 dos «Trabalhos de Antropologia e Etnologia», Porto, Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, 1988, p. 211-239.

¹²⁵ Uma das quais é o quadro das «Ferrarias, Forjas e Fundições (Séc. XII-XIX)» que, excluindo as de Torre de Moncorvo, mais uma dúzia para as quais não há datas, inclui 26 referências (*O Ferro de Moncorvo...*, p. 20 e ss.).

¹²⁶ *O.c.*, p. 20, nota lateral.

(a da Barcarena, em 1490)¹²⁷. Nota-se o decisivo interesse manifestado pela Coroa na extracção e no trabalho do ferro pelos séculos XV e XVI, devido às novas necessidades navais e militares criadas pelo processo expansionista¹²⁸. Uma das conclusões mais importantes deste estudo é a profunda interligação entre minas, forjas e ferrarias¹²⁹. Afirma mesmo que é a ligação minas/forjas que está na origem das *ferrarias*: estas pressupõem «a existência de um forno de fundição, de minério nas redondezas e de aproveitamento do ferro extraído para fins metalúrgicos, digamos secundários, tais como a produção dos bens essenciais necessários à vida das populações»¹³⁰.

Falou-se já nas ferrarias que o bispo da Guarda tinha na sua câmara de Caria¹³¹; foram edificadas nos primeiros anos da década de cinquenta. Em 28 de Junho de 1458, o bispo obtém¹³² uma série de privilégios decalcados dos que o mesmo monarca outorgara ao Duque de Bragança, por carta de 19 de Janeiro de 1453: o Duque projectava erguer uma ferraria no termo da vila de Bragança. Gama Barros faz um resumo alargado deste documento. Destacamos alguns aspectos: argumenta o fidalgo, ao pedir, que a ferraria é muito cara e muito desgastante para quem lá trabalha, pelo que só aguentaria se estimulada por «privilegios e franquezas»; o rei, ao dar, aceita essas razões e acrescenta que uma ferraria é muito proveitosa para o reino. Concede carta de privilégio geral a todos aqueles que lá trabalharem em permanência, *se não excederem os cinquenta*¹³³.

¹²⁷ Admitindo, como hipótese, outras ferrarias — assim a de Vilar Maior, como dissemos — situadas perto de cursos de água, terem utilizado essa energia antes.

¹²⁸ *O.c.*, p. 25 e ss.

¹²⁹ Os dois investigadores citam Paul Mantoux (*La Révolution Industrielle en Angleterre au XVIII^e siècle*. Paris, Génin, 1973, p. 282): «o mineral era fundido no lugar e a sua extensão limitada pela procura das forjas imediatamente vizinhas do jazigo. O mestre das forjas era ao mesmo tempo, se devemos usar esta expressão, mestre de minas. E reciprocamente o proprietário de uma mina de ferro não a podia explorar se não se tornasse também mestre das forjas».

¹³⁰ *O.c.*, p. 34. Continuam os autores: «Este diagrama da ferraria como o conjunto articulado de mina + fundição + oficina (= forja) de ferreiro clarifica-se quando consultamos o *Vocabulario Latino e Portuguez* de Rafael Bluteau (1712). *Ferrarias* (expressão de origem latina) eram «as oficinas em que obrão ferros». Eram também as forjas, isto é, as oficinas de ferreiro, e os fornos grandes onde se derrete o ferro que vem da mina, sendo a *mina de ferro*, também e simultaneamente, a *ferraria*.» (*Ibidem*)

¹³¹ Ver *supra*, § 5.5.

¹³² Para ele e para os prelados que lhe sucederem na diocese da Guarda.

¹³³ A.N.T.T., *Livro 3 de Místicos*, fól. 69v; Gama Barros — *O.c.*, p. 123, nota 3, e 124.

Em 1486 a Coroa tem ferrarias no termo de Bragança: serão as construídas pelo Duque meio século antes, e confiscadas em 1483, na sequência da conspiração contra D. João II?¹³⁴

6.4. *A fundição de Barcarena*

Criada em data incerta, a fundição de ferro e fábrica de armas da Barcarena (no concelho de Oeiras) estava a funcionar plenamente em 1490, tendo à frente o armeiro Fernão Rodrigues, morador em Lisboa. A infelicidade deste artesão é a nossa felicidade: isto porque, naquele ano, ele se queixou ao rei D. João II dos prejuízos que sofrera, pedindo-lhe o perdão de certas dívidas e licença para abandonar o negócio. No seu longo lamento fornece-nos dados preciosos.

Para administrar a fundição e fazer as obras necessárias, Fernão Rodrigues recebera adiantada da Coroa uma quantia de vulto: 330.000 reais. Comprometia-se a pagar esse dinheiro em armas, nos dez anos seguintes. O capital avançado pelo rei pode ser discriminado: os edifícios das ferrarias valeriam 170.000 reais; 160.000 reais, em moeda, dos quais 100.000 seriam o capital líquido inicial, e 60.000 se destinavam a contratar, *na Biscaia*, os artesãos que viriam *fazer as forjas* e depois trabalhar nelas. O dinheiro era muito, mas não chegou. Os gastos multiplicaram-se: um primeiro fornecimento de armas para o armazém de Lisboa levou-lhe 52.000 reais; desde que recebera os edifícios das ferrarias já ‘enterrara’ neles 170.000 reais; na Biscaia passou quatro meses à procura de mestres, que depois gastaram mais sete a fazer as oficinas — o que estava orçamentado em 60.000 reais ficou por 160.000; quando D. João II empreendeu a sua expedição à Graciosa (em 1489), mandou construir mais algumas embarcações de transporte — durante algum tempo, um tal Fernão Pereira ocupou as ferrarias no fabrico de peças para essas embarcações, o que terá causado ao concessionário, estima este, um prejuízo de 6.000 reais; mais tarde, nova ‘delegação régia’¹³⁵ ocupou as instalações para fundir ferro, por ordem do rei; desesperado, o armeiro Fernão Rodrigues calcula que, nesse período, terá perdido 30.000 reais. Exactamente o mesmo que lhe custaram as reparações nos edifícios, depois das chuvas torrenciais do Inverno de 1488; em 1490,

¹³⁴ A.N.T.T., *Chanc. D. João II*, Livro 8, fól. 62: carta de privilégio geral, datada de 28 de Agosto de 1486, a quem quer que tivesse o ofício de mestre das ferrarias do rei do termo de Bragança.

¹³⁵ Composta pelo escudeiro do rei João Rodrigues, acompanhado de Mestre João e do ferreiro João Afonso, e mais alguns oficiais.

volta a Castela e à Biscaia¹³⁶, para contratar *os melhores mestres que achasse*. O que conseguiu — pagando, naturalmente (20.000 reais, ao que diz). Além disso, D. João II entendeu aumentar as ferrarias: mandou para Barcarena um seu moço de estribeira, Sancho Biscainho, para construir um forno: se bem percebemos o relato, durante os três meses que o Biscainho levou a construir o forno o concessionário das ferrarias foi ‘posto fora’ delas. Calcula que perdeu 30.000 reais. Vamos lá a somar e a subtrair: Fernão Rodrigues recebera da Coroa 330.000 reais, mas julga ter gasto 498.000 reais — está com uma dívida de 168.000 reais. E propõe ao rei: fique com as ferrarias em troca da minha dívida, dê-me carta de quitação, e encerra-se o assunto. D. João II mostra-se compreensivo: sabe que já recebeu algumas armas; que as ferrarias da Barcarena são, sobretudo, para servir a Coroa, como vários dos exemplos que demos demonstraram; que o armeiro investiu tudo na empresa, e esperava manter-se à custa dela, o que visivelmente não estava a acontecer. Desobriga-o da dívida e fica-lhe com as ferrarias «com suas forjas, bigornas, malhos e todo o mais aparelho e madeiras e ferramentas»¹³⁷. As ferrarias da Barcarena merecem, como se vê, uma detalhada monografia.

7. Para a história da mineração e das tecnologias a ela associadas

Repartiremos as nossas conclusões provisórias por duas alíneas.

1. Acabámos de passar em revista algumas das escassas informações de que dispomos sobre a extracção mineira portuguesa na Idade Média. Só marginalmente nos referimos às actividades de transformação. Estas têm a ver essencialmente com o *fabrico da moeda*, com a *armaria*, com a *ourivesaria* e a *joalheria* e com as *ferrarias* em geral (sobre as quais deixámos alguns apontamentos)¹³⁸. Um trabalho aprofundado sobre tecnologia dos metais terá que estudar, antes de mais, estas artes, sobre as quais aliás se sabe bastante mais do que sobre minas.

2. A ideia geral à partida e à chegada deste trabalho é praticamente a mesma: intensa actividade mineira sob o domínio romano, vazio quase

¹³⁶ Claramente o alfobre de especialistas no que diz respeito ao trabalho do ferro.

¹³⁷ A.N.T.T., *Chanc. D. João II*, Livro 13, fól. 142. O documento é resumido por Gama Barros — *O.c.*, p. 124, nota 1.

¹³⁸ Colha-se bibliografia sobre cada um dos mesteres no *Guia do Estudante de História de Portugal*, de A. H. de Oliveira Marques, 3.ª ed., Lisboa, Editorial Estampa, 1988, para além de alguma que facultamos no final deste trabalho.

total no que respeita à Idade Média¹³⁹, reanimação e grande vitalidade no século XIX e primeira metade do século XX. Entre os dois apogeus, o que se passou? Faltando elementos, não se pode dizer quase nada, ou pode-se dizer tudo, o que vem a dar ao mesmo. Por exemplo:

1. Os romanos esgotaram as minas mais importantes;
2. Com a chegada dos povos germânicos, assistiu-se a um claro retrocesso tecnológico;
3. Na Idade Média trabalhou-se nas minas como antes e como depois, apenas não se escreveu sobre isso, pelo que não se sabe muito.

No estado actual dos conhecimentos, sugerimos uma explicação que combine um pouco de cada uma das anteriores. Assim, é indiscutível que os romanos deixaram certas jazidas praticamente sem minério, e é ainda em pleno século III, como provam Jorge Alarcão e Claude Domergue, que algumas são abandonadas. Mas talvez seja de fazer aqui uma ressalva: deixaram-nas sem minério até ao nível que foram capazes de atingir. A chegada dos visigodos não melhorou, por certo, o panorama, do ponto de vista das tecnologias *de extracção* (já que, no que toca ao trabalho do metal, o panorama é distinto). Como pior deve ter sido a capacidade de mobilizar mão de obra; nem se dispunha já dos conhecimentos dos engenheiros militares das coortes romanas. Dificilmente a Idade Média terá escavado galerias mais fundas do que as romanas (por dificuldades de esgotar as águas, de arejamento, de sustentamento, etc.), logo não julgamos que tenha tido acesso a veios mais profundos. É de presumir que se tenha recorrido mais a explorações a céu aberto. Mas pensamos que há, sobretudo, um caso nítido de silêncio documental. Vimos como em Jales e Tresminas, duas das explorações que teriam adormecido com o ocaso romano para redespertar em Oitocentos, apareceram moedas de ouro visigóticas. E no *Catálogo de todas as Igrejas, Comendas e Mosteiros* de 1320-1321, a insignificante igreja de Tresminas aparece com o mesmo rendimento do grande mosteiro transmontano de Castro de Avelãs — 1500 libras. De onde vinha esse rendimento? Apenas da devoção dos (poucos e pobres) paroquianos? A escavação conduzida em Aguiar da Pena revela-nos uma actividade de fundição de prata onde menos esperávamos, e sugere-nos alguma extracção deste metal precioso próxima do castelo. As campanhas arqueológicas que vêm sendo conduzidas em castelos românicos de

¹³⁹ Com as raras excepções que tentámos inventariar de forma exaustiva.

alguma dimensão têm oferecido escórias de ferro e outro espólio que denota a existência de oficinas de fundição dentro das fortalezas, o que de resto é perfeitamente lógico. O mesmo se poderia dizer para os maiores estabelecimentos religiosos. Mas os documentos não falam disso.

Por isso propusemos uma explicação matizada: algum retrocesso tecnológico e maiores dificuldades de mobilização de mão de obra da Idade Média em relação ao domínio romano; provável esgotamento ou diminuição de rendimento dos veios mais fáceis de explorar; e, sobretudo, pouca loquacidade das fontes acerca do trabalho dos mineiros. Por isso foi preciso um árabe visitar Portugal para contar como, no século XII, aos fins-de-semana, os lisboetas se distraíam, na margem sul do Tejo, à procura de ouro nas areias do rio.

6. Bibliografia essencial¹⁴⁰

- AGUILAR, Augusto Amado de — *Da velha Adiça à nova Fonte da Telha*. Almada, Câmara Municipal, 1961.
- ALARCÃO, Jorge de — *O Domínio Romano em Portugal*. Lisboa, Publicações Europa-América, 1988.
- ALARCÃO, Jorge de — *Portugal Romano*. 4.^a ed., [s.l.], Editorial Verbo, [1987].
- ALARCÃO, Jorge de, coord. — *Portugal. Das Origens à Romanização*. Vol. I da «Nova História de Portugal», dir. por Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, Lisboa, Editorial Presença, 1990.
- ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de — *Aspectos da mineração romana de ouro em Jales e Tresminas (Trás-os-Montes)*. «Actas do XII Congresso Nacional de Arqueologia», Zaragoza, 1973, p. 553-562.
- ALMEIDA, Fernando de — *Minas de Ouro da Gallaecia Portuguesa, «Legio VII Gemina»*, Léon, 1970, p. 287-301.
- AZEVEDO, Pedro de — «*As pedras preciosas de Lisboa (Belas) na História*», «O Archeologo Portuguez», 33 (1918), p. 158 e ss.
- BARROCA, Mário Jorge — *Ferrarias Medievais do Norte de Portugal*, «Trabalhos de Antropologia e Etnologia», 28, Porto, Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, 1988, p. 211-241.
- BARROCA, Mário Jorge; MORAIS, António J. Cardoso — *A Terra e*

¹⁴⁰ Trata-se apenas de uma selecção, entre os títulos que incidem sobre a realidade portuguesa. Remetemos em especial para os dois trabalhos de Jorge Custódio, que contêm preciosas listas bibliográficas.

- o Castelo. Uma experiência arqueológica em Aguiar da Pena.* «Revista Portugalia», Nova Série, 6/7 (1985-1986), p. 35-88+26 estampas.
- BARROS, Henrique da Gama — *História da Administração Pública em Portugal nos séculos XII a XV*. 2.^a ed., Lisboa, Sá da Costa, 1949, vol. VI, p. 103-134.
- CAMPOS, Jorge de — *Elementos para a história da administração mineira nos séculos XII a XVI*, «Estudos, Notas e Trabalhos do Serviço de Fomento Mineiro», 12, fasc. 3-4, 1957, p. 272-345.
- CAMPOS, Jorge de — *As Minas na Toponímia de Portugal*. Lisboa, 1944.
- CARVALHO, Sérgio Luís de — *Acerca das Minas do Suímo (Belas), sua identificação com Ossumo e respectiva exploração pela Coroa na Idade Média*. «Actas do Congresso Arqueologia do Estado. 1.^{as} Jornadas sobre formas de organização e exercício dos poderes na Europa do Sul, Séculos XIII-XVIII», Lisboa, História & Crítica, 1988, vol. 1, p. 465-473.
- CASTRO, Armando de — *Cobre*, in SERRÃO, Joel, dir. — *Dicionário de História de Portugal*, [s.l.], Iniciativas Editoriais, [1975], vol. 2, p. 82-84.
- CASTRO, Armando de — *Estanho*, in SERRÃO, Joel, dir. — *Dicionário de História de Portugal*, [s.l.], Iniciativas Editoriais, [1975], vol. 2, p. 455-456.
- CASTRO, Armando de — *Ferrarias*, in SERRÃO, Joel, dir. — *Dicionário de História de Portugal*, [s.l.], Iniciativas Editoriais, [1975], vol. 2, p. 559-561.
- CASTRO, Armando de — *Ferro*, in SERRÃO, Joel, dir. — *Dicionário de História de Portugal*, [s.l.], Iniciativas Editoriais, [1975], vol. 2, p. 565-567.
- CASTRO, Armando de — *Prata*, in SERRÃO, Joel, dir. — *Dicionário de História de Portugal*, [s.l.], Iniciativas Editoriais, [1975], vol. 5, p. 168-170.
- CUSTÓDIO, Jorge — *Almada mineira, manufactureira e industrial*, «Al-madan», 2.^a série, 2 (Julho 93), p. 89-103.
- CUSTÓDIO, Jorge; BARROS, G. Monteiro — *O Ferro de Moncorvo e o seu aproveitamento através dos tempos*. Moncorvo, Ferrominas EP, 1984.
- DOMERGUE, Claude — *Introduction à l'étude des mines d'or du Nord-Ouest de la Péninsule Ibérique dans l'Antiquité*, «Legio VII Gemina», Léon, 1970, p. 253-286.
- DOMERGUE, Claude — *Les mines de la Péninsule Ibérique dans l'Antiquité Romaine*. Roma, École Française de Rome, 1990.

- DURAND, Robert — *Les Campagnes Portugaises Entre Douro et Tage aux XII^e et XIII^e Siècles*. Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, 1982, p. 201-202.
- MARQUES, A. H. de Oliveira — *O «Portugal» islâmico*, in MARQUES, A. H. de Oliveira; SERRÃO, Joel, dir. de — *Nova História de Portugal*, vol. 2 («Portugal das Invasões Germânicas à Reconquista»), Lisboa, Ed. Presença, 1993, p. 164-166.
- MARQUES, A. H. de Oliveira — *Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV*. Lisboa, Editorial Presença, 1987, p. 57-58 e 113-114.
- RAU, Virgínia — *Aspectos do «trato» da «Adiça» e da «pescaria» do «coral» nos finais do século XV*. «Do Tempo e da História», 5 (1972), p. 143-157.
- RAU, Virgínia — *Exploração de ferro em Rio Maior no século XIII*, «Revista Portuguesa de História», 3 (Coimbra), 1945, p. 199-202. Reed. em *Estudos de História Medieval*. Lisboa, 1986, p. 24-27.
- RIBEIRO, João Pedro — *Dissertações Chronologicas e Criticas sobre a história e jurisprudencia ecclesiastica e civil em Portugal*. Lisboa, Academia Real das Sciencias, 1867, t. 3, Parte 2.^a, doc. 33, p. 89; e t. 4, Parte 1.^a, doc. 9, p. 200-202.
- RIBEIRO, Orlando; LAUTENSACH, Hermann — *Geografia de Portugal. IV — A Vida Económica e Social*. Comentários e Actualizações de Suzanne Daveau. Lisboa, Ed. João Sá da Costa, 1991, p. 1157-1161.
- RODRIGUES, Maria Assunção Carqueja; RODRIGUES, Adriano Vasco — *Subsídios para o estudo das ferrarias do Reboredo — Moncorvo*, «Lucerna», vol. 1, 1-2 (1962), p. 5 e ss.
- TORRES, Cláudio — *O Garb-al-Andaluz*, in MATTOSO, José, dir. de — *História de Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1992, vol. 1 («Antes de Portugal»), p. 388-390.
- VITERBO, F. M. Sousa — *A Armaria em Portugal*. 1.^a Série, sep. de *História e Memórias da Academia Real das Sciencias de Lisboa. Classe de Sciencias Moraes*, t. IX, parte II, Lisboa, 1907; 2.^a série, na mesma publicação, t. IX, parte II, Lisboa, 1909.
- VITERBO, F. M. Sousa — *Artes e Industrias Metallicas em Portugal. I — Minas e Mineiros*, «O Instituto», vol. I (1903), p. 696-702 e 757-765.
- VITERBO, F. M. Sousa — *Artes e Industrias Metallicas em Portugal. Ourivesaria-Espadeiros. Ourives da Gineta. Freeiros*. Sep. da «Revista Militar», ano 58.^o, 21-23 (1903).
- VITERBO, F. M. Sousa — *Artes Industriais e Indústrias Portuguesas. Ourivesaria, Quinquilharia e Bijutaria*, «O Instituto», 60-61 (1914).
- VITERBO, F. M. Sousa — *Notas de Archeologia Artistica. Artes e*

Industrias Metallicas em Portugal. Serralheiros e Ferreiros, «O Archeologo Português», vol. VI, 5-7 (Maio-Julho 1901), p. 138-146.

VITERBO, Joaquim de Santa Rosa de — *Adiceiro*, in *Elucidário das palavras, termos e frases, que em Portugal antigamente se usárão e que hoje regularmente se ignórão*. 3.^a ed., Porto, Livraria Civilização, 1962, vol. 1, p. 217-221.

A ORDEM DE AVIS E A MONARQUIA PORTUGUESA ATÉ AO FINAL DO REINADO DE D. DINIS

por **Maria Cristina Cunha***

1. O estudo que agora se apresenta não pretende ser mais do que uma breve reflexão sobre as relações entre os monarcas portugueses e a Ordem de Avis até finais do primeiro quartel do século XIV. Se em ocasiões anteriores tivemos já oportunidade de dar a conhecer algumas sugestões que uma análise da documentação relativa àquela milícia nos proporcionou¹, cremos no entanto que o tema em causa carece ainda de uma abordagem que considere, no seu conjunto, o evoluir do relacionamento das duas instituições — Ordem e Monarquia. Para tal socorremo-nos essencialmente dos pergaminhos que se encontram depositados na Torre do Tombo provenientes do antigo cartório da Ordem, bem como de outros diplomas, nomeadamente os das diferentes Chancelarias régias, num âmbito cronológico que vai desde a fundação

* Assistente da Faculdade de Letras do Porto.

¹ Referimo-nos concretamente aos nossos trabalhos, *A Ordem Militar de Avis (das origens a 1329)*, Dissertação de Mestrado apresentada à F.L.U.P., Porto, 1989; *A comenda de Oriz da Ordem de Avis (séc. XII-XIV)*, Sep. de «Bracara Augusta», vol. XL (1989); *A Comenda de Albufeira da Ordem de Avis nos inícios do século XV: breve abordagem*, in «Actas das I Jornadas de História Medieval do Algarve e Andaluzia», Câmara Municipal de Loulé, 1987, pp. 305-348 (trabalho de parceria com Maria Cristina Pimenta) e *a Comenda de Albufeira da Ordem de Avis (séc. XII-XV)*, in «Actas das II Jornadas de História sobre Andaluzia y el Algarbe (siglos XII-XVIII), Dep. História Medieval, Univ. Sevilla, 1990, pp. 49-62.

da Ordem (1175-1176) até ao final do mestrado de D. Vasco Afonso (1329). Se a escolha da data inicial é óbvia, o termo do período a estudar está relacionado com o fim do reinado de D. Dinis e também com o fim de uma fase de organização interna da Ordem e o início de uma outra, esta de rentabilização do património que ia sendo adquirido².

2. Não creio ser necessário referir em que circunstâncias a Ordem militar de Avis foi criada. Ruy Pinto de Azevedo fê-lo já há alguns anos, tendo atribuído a D. Afonso Henriques a «ideia de dotar a cidade de Évora — à data o mais avançado bastião da reconquista cristã na Península — com uma instituição do tipo monástico-militar, tal como se fizera uns anos antes para os reinos de Leão e Castela nas praças fortes de Calatrava e Uclés»³. O mesmo autor acrescenta que a concretização deste projecto foi um êxito «como o demonstram as liberalidades e o aturado carinho deste monarca e de seu filho D. Sancho I para com o mestre e freires eborenses em anos sucessivos»⁴.

Tanto quanto nos é dado conhecer pela documentação existente, esta última afirmação de R. Pinto de Azevedo carece de exactidão: efectivamente, só chegaram aos nossos dias uns poucos documentos comprovativos de doações afonsinas e referentes a bens que podemos considerar «modestos»: vinhas e casas em Évora e casas em Santarém. A única excepção é o castelo de Coruche, doado em Abril de 1181⁵, graça que, no entanto, não incluía o senhorio daquela localidade: por essa razão, em 1182 é o monarca, e não a Ordem, quem concede carta de foral aos seus habitantes⁶. Para além da isenção do pagamento de portagem e

² Sobre a documentação da Ordem, vd. CUNHA, Maria Cristina — *Chancelarias Particulares, Escrivães e Documentos: algumas notas a propósito da Ordem de Avis nos séc. XIII-XIV*, Sep. das Actas do 1.º encontro sobre Ordens Militares — «As Ordens Militares em Portugal», Palmela, 1991.

³ AZEVEDO, Ruy Pinto de — *Primórdios da Ordem Militar de Évora*, in «Boletim da Junta Distrital de Évora», n.º 8, 1967, p. 54.

⁴ AZEVEDO, Ruy Pinto de — *Primórdios...*, p. 55.

⁵ 1176.04 (T.T., *Ordem de Avis*, n.º 66; A.N.T.T., *Gaveta 4*, m. 1, n.º 17; A.N.T.T., *Mestrados*, fl. 202 r-202 v; T.T., *Reis*, l.2, fl. 34 v. Publicado por REUTER, A. — *Chancelarias Medievais Portuguesas*, I, Coimbra 1938, pp. 356-357 e AZEVEDO, Ruy Pinto de — *Documentos Medievais Portugueses*, vol. I, t. 1, Lisboa, 1958, p. 427) e 1181.04 (T.T., *Ordem de Avis*, n.º 110 e T.T., *Chancelaria Afonso II*, fl. 46 e T.T., *Gaveta 4*, m. 1, n.º 8. Publicado por AZEVEDO, Ruy Pinto de — *Documentos Medievais Portugueses*, vol. I, t. 1, p. 460).

⁶ *Portugaliae Monumenta Historica, Leges*, pp. 426-428. Na primeira confirmação deste diploma surge, entre os confirmantes, «Magister domnus Gunsalvus qui castellum habet, conf.», que mais não é que o mestre D. Gonçalo Viegas, o primeiro mestre da Ordem de Avis.

alcaidaria dos mouros e gado que vendessem em Évora, a milícia apenas vai contar com mais alguns direitos em Coruche em 1248, nomeadamente a percepção dos direitos eclesiásticos inerentes ao padroado das Igrejas desta localidade⁷. É possível que à data da morte de D. Afonso Henriques, o cômputo dos bens da milícia fosse superior ao que a documentação avulsa indica, mas nada nos leva a supor que o «carinho» — para usar a expressão de R. Pinto de Azevedo — do nosso primeiro rei tenha redundado numa ampla dotação aos freires eborenses!

Posta a questão nestes termos, parece-nos pertinente perguntar qual seria o principal objectivo do monarca ao criar a milícia de Évora. Ou seja, D. Afonso Henriques estava interessado em promover um grupo militar organizado, fiel ao seu serviço e que de algum modo «tapasse a brecha deixada por Geraldo Sem Pavor», como sugeriu R. Pinto de Azevedo? Ou, por outro lado, não seria possível que o rei pretendesse fomentar a implantação de monges cistercienses em território conquistado? Se a primeira hipótese nos parece demasiado simplista, a segunda peca, a nosso ver, por tentar dar à Ordem um forte pendor de religiosidade que nos parece nunca ter tido: os freires eborenses foram sempre, antes de mais, cavaleiros (portanto, homens com funções militares) que viviam sob uma regra religiosa — a de S. Bento — que tinha como principal função não só o dar uma razão válida para a guerra que praticavam⁸, como sobretudo facilitar a vida em comum de um grupo mais ou menos numeroso de homens. Dada a escassez de documentos, acrescida da exiguidade de informação que encerra cada diploma, não nos é possível adiantar uma hipótese conclusiva⁹. Efectivamente, apenas a primeira doação de Afonso Henriques, datada de 1176 nos dá como que uma «solução de compromisso»: no endereço ou inscrição do diploma, o rei refere-se ao Mestre D. Gonçalo Viegas e aos seus freires como «Ordinem Sancti Benedicti ... tenentibus» (aludindo, portanto, à sua condição religiosa), mas nos motivos que o levam a fazer a doação o factor militar

⁷ 1248.10.04 (T.T., *Ordem de Avis*, n.º 76 e 77).

⁸ Veja-se o que a este propósito diz O'CALLAGHAN, J. F. — *The affiliation of the Order of Calatrava with the Order of Citeaux*, in «*Annalecta Sacri Ordinis Cisterciensis*», annus XV, 1959, fasc. 3-4, p. 174.

⁹ Não nos podemos, no entanto, esquecer que pelo menos até ao reinado de Afonso III, a Ordem de Avis colaborava com o monarca castelhano na reconquista da Andaluzia, o que poderá retirar o pendor «nacional» que R. Pinto de Azevedo lhe pretende dar. (CUNHA, Maria Cristina e PIMENTA, Maria Cristina — *Algumas considerações sobre as relações entre os monarcas portugueses e a Ordem de Avis no século XIII*, sep. de «Boletim do Arquivo Distrital do Porto», vol. II (1985), p. 50.

surge já com certa evidência: «considerans salutem anime et utilitatem christianis et defensionem regni»¹⁰.

Tal como acontece relativamente ao reinado de D. Afonso Henriques, os diplomas de D. Sancho I são, além de muito poucos, praticamente omissos quanto aos motivos que levaram à criação da milícia. São no entanto, mais numerosos os diplomas indicadores de uma protecção da milícia por parte do poder régio, dada em troca de serviço, pensamos que militar, por parte dos freires. Assim, e por exemplo, a doação do castelo de Mafra (não da vila que foi doada pouco tempo depois a D. Nicolau, bispo de Silves¹¹) refere o que nos parece ser a razão de existir da Ordem¹² pelo menos até ao fim da Reconquista: o serviço do rei. A expressão «pro bono servicio quod nobis fecistis et faciatis», apesar de vulgar nos documentos da época, poderá apontar nesse sentido. Do mesmo modo, a doação de Alcanede, Alpedriz e do castelo de Juromenha (este «si mihi eum Deus dederit», porque ainda não estava conquistado) é feita com a condição de «ut mihi semper et universo semini meo in regno succedenti cum eis fideliter seruiatis»¹³. Provavelmente, com ideia de auxiliar os cavaleiros na sua função, o rei deixa, no seu testamento, ao Mestre e freires de Évora 5000 maravedis, assim como cavalos, mulas de sela e azémulas¹⁴.

Tendo o povoamento sido uma das preocupações dominantes deste monarca, é possível que o rei tenha entregue aos freires algumas localidades com esse objectivo. Assim se deve ter passado em Benavente, vila que recebeu em 1200 uma carta de foral dada pelo Mestre¹⁵.

Ao longo do reinado de D. Afonso II, a Ordem vai aumentando o seu património graças a algumas doações de particulares¹⁶ e, também

¹⁰ Vd. nota 5.

¹¹ Quando Silves caiu de novo em poder dos muçulmanos, deixou de existir a Diocese pouco antes criada: a Ordem terá aproveitado a ocasião para realmente ter o senhorio de Mafra, como sugere a troca efectuada em 1237.05.05 com D. Sancho II, pela qual Avis entrega esta vila e recebe o castelo de Juromenha (T.T., *Ordem de Avis*, n.º 73).

¹² 1193.05.01 (T.T., *Ordem de Avis*, n.º 64; T.T., *Reg. Afonso II*, fl. 62 v; Publicado em *Documentos de D. Sancho I (1174-1211)*, vol. I, n.º 65, pp. 101-102).

¹³ 1187.01 (T.T., *Ordem de Avis*, n.º 65; T.T., *Reg. Afonso II*, fl. 62; T.T., *Gaveta 4*, m. 1, n.º 22 e T.T., *Mestrados*, fl. 201-201 v. Publicado em *Documentos de D. Sancho I (1174-1211)*, vol. I, n.º 17, p. 29).

¹⁴ 1210.10 (BRANDÃO, fr. António — *Crónica de D. Sancho I*, Porto, 1945, p. 140 e 138-143).

¹⁵ 1200.04.25 (*Portugaliae Monumenta Historica, Leges*, pp. 512-514).

¹⁶ 1211.09 (T.T., *Ordem de Avis*, n.º 132); 1222.09 (T.T., *Ordem de Avis*, n.º 174); 1224 (?) (T.T., *Ordem de Avis*, n.º 131); 1224.11.02 (T.T., *Ordem de Avis*, n.º 147); 1226.02 (T.T., *Ordem de Avis*, n.º 162); 1228 (T.T., *Ordem de Avis*, n.º 212);

devido a compras¹⁷. Trata-se, no entanto, de pequenas parcelas, normalmente dispersas geograficamente. A atitude do monarca em relação à milícia é essencialmente de confirmação das doações anteriores¹⁸. Para além da doação de uma vinha em Alvalade Menor, que os freires haviam feito «de mandato patris mei inclite memorie regis domni Sancii»¹⁹, há apenas mais uma doação régia, por sinal importante: trata-se da zona de Avis, com a condição dos freires aí construírem um castelo e povoarem o lugar²⁰. Três anos mais tarde a milícia cumprira já o acordado mas, ao contrário do que se poderia supor, não é ela quem tem a jurisdição do lugar: tal como acontecera com Coruche e Mafra, quem concede foral aos povoadores de Avis é o rei²¹.

A julgar por um diploma de 1217.09.23, a milícia continuaria a cumprir as suas funções, uma vez que o rei recebia então os freires e os seus bens «in mea comenda et sub mea proteccione»²². Fr. Jerónimo Román, cronista da Ordem, informa-nos que poucos anos depois, em 1221, D. Afonso II concede licença ao Mestre D. Fernando Eanes para a construção de um forte perto da fronteira com os mouros²³. No entanto, no seu testamento (desse mesmo ano), o monarca não inclui a milícia com sua beneficiária, mas tão somente «a igreja de Avis que é dos freires de Évora», a quem deixa cem maravedis pelo seu aniversário²⁴.

Os primeiros documentos indicadores de uma certa tensão entre a Ordem e a monarquia datam do reinado de D. Afonso III. Efectivamente, em 1258 são discutidos por ambos os «terminos e departimientos de Avis»²⁵ e em 1260, os termos de Juromenha, Estremoz e Borba²⁶. No entanto, e como já tivemos oportunidade de referir a propósito da política

1229.04 (T.T., *Ordem de Avis*, n.º 163); 1233.03 (T.T., *Ordem de Avis*, n.º 172 I); 1237 (?) (T.T., *Ordem de Avis*, n.º 1172 II); 1237 (?) (T.T., *Ordem de Avis*, n.º 169); 1242.01 (T.T., *Ordem de Avis*, n.º 164); 1242.02 (T.T., *Ordem de Avis*, n.º 168).

¹⁷ 1222.04 (T.T., *Ordem de Avis*, n.º 148); 1227.07 (T.T., *Ordem de Avis*, n.º 161); 1229.09 (T.T., *Ordem de Avis*, n.º 173).

¹⁸ Em 1218.08, o monarca confirma as doações de D. Afonso Henriques de 1176.04 (vd. nota 5) e de D. Sancho I (vd. nota 12).

¹⁹ 1218.08 (T.T., *Ordem de Avis*, n.º 72).

²⁰ 1211.06.30 (T.T., *Chanc. Afonso III*, I, 1, fl. 19; T.T., *Ordem de Avis*, n.º 61 e T.T., *Gaveta 7*, m. 14, n.º 9).

²¹ 1215.07.10 (T.T., *Ordem de Avis*, n.º 67).

²² 1217.09.23 (T.T., *Ordem de Avis*, n.º 68).

²³ ROMÁN, fr. Jerónimo — *História de la Inclita Cavalaria de Avis na Coroa de Portugal*, B.N.L., Coleção Pombalina, ms. 23, cap. III.

²⁴ 1221.11 (publicado por BRANDÃO, fr. António — *Crónica de D. Afonso II*, Porto, 1945, p. 284).

²⁵ 1258.07 (T.T., *Chanc. Afonso III*, I, 3, fl. 27).

²⁶ 1260.03 (T.T., *Chanc. Afonso III*, I, 1, fl. 44 v).

do Bolonhês com Castela, a posição aparentemente neutral assumida pelos Mestres de Avis na questão da jurisdição do Algarve, não terá agradado a D. Afonso III, tanto mais que as contendas não teriam um alcance meramente local²⁷. Apenas a necessidade da resolução da questão do Algarve poderá justificar o interesse por parte do rei pela milícia. Deste modo, entende-se a política de captação dos favores da Ordem, comprovada pela quantidade de padroados que lhe são entregues (Coruche²⁸, Borba²⁹, Estremoz³⁰ e Beja³¹), pelas facilidades que o rei lhe oferece na concretização de um negócio³², bem como o ter intercedido a favor da Ordem contra aqueles que procuravam negar, ou pelo menos restringir, os direitos dos seus povoadores³³. Pelo seu lado, Avis vai manter a sua acção no povoamento do território em terras situadas não longe da fronteira com Castela: são desta época a carta de povoamento de Travancinha³⁴, e o foral de Seda³⁵. O facto de em 1253 ser a Ordem quem concede à vila de Avis o seu terceiro foral (os dois anteriores eram régios)³⁶, aponta igualmente no sentido da continuação da Ordem no povoamento da região fronteiriça, ideia corroborada pela composição efectuada entre o Mestre de Avis e o do Templo (em Castela) sobre os termos de Alconchel e Guadiana³⁷.

Estando terminada a Reconquista, a Ordem de Avis continuou a participar activamente na defesa do Reino e na construção e conservação de várias praças. Por isso mesmo, não é de estranhar que D. Dinis procurasse de algum modo compensá-la das despesas e gastos que tal

²⁷ CUNHA, Maria Cristina e PIMENTA, Maria Cristina, *Algumas considerações...*, pp. 53-54.

²⁸ 1248.10.04 (T.T., *Ordem de Avis*, n.º 76 e 77).

²⁹ 1260.04.28 (T.T., *Ordem de Avis*, n.º 81 e T.T., *Chanc. Afonso III*, l. 1, fl. 44).

³⁰ 1260.04.28 (T.T., *Ordem de Avis*, n.º 83).

³¹ 1270.05.20 (T.T., *Ordem de Avis*, n.º 102).

³² Em 1264.04 a Ordem entrega ao rei o Alcacer Novo de Évora em troca de pedra, madeira e teiga assim como de 1000 libras, com a condição de construir umas casas fora da cidade (T.T., *Chanc. Afonso III*, l. 1, fl. 71 v). No entanto, em 1268 a Ordem vê-se obrigada a vender alguns bens em Santarém para pagamento do referido montante, uma vez que não cumprira o estipulado (T.T., *Chanc. Afonso III*, l. 3, n.º 21).

³³ Em 1271, D. Afonso III, em resposta a uma queixa do Mestre de Avis, ordena ao concelho de Monforte que deixe os homens de Vide Queimada cortar madeira e apascentar livremente o seu gado nos termos daquela vila (T.T., *Chanc. Afonso III*, l. 1, fl. 111).

³⁴ T.T., *Ordem de Avis*, n.º 117.

³⁵ 1271.05.28 (*Portugaliae Monumenta Historica, Leges*, pp. 720-721).

³⁶ 1253.08.19 (*Portugaliae Monumenta Historica, Leges*, pp. 595-596, mas com data, errada, de 1223).

³⁷ 1259(?)03.02 (T.T., *Gaveta 4*, m. 1, n.º 24).

actividade implicava: assim, em 1303, o rei faz uma doação à Ordem, afirmando expressamente que o faz «galardoando vos em algũa cousa o serviço que mi fezeistes e fazedes cada que a mi faz mester ou aa mha terra e por o fazimento daquelas cousas que perdestes en meu serviço e en deffendimento da mha terra e a mantiimento dos logares que murastes e castelastes»³⁸.

Com uma base territorial que pretendia rentabilizar, a Ordem de Avis conhece, a partir dos finais do século XIII e inícios do seguinte, uma nova fase da sua existência, facilmente detectável através da documentação que chegou até nós: efectivamente aumenta nesta altura, de forma considerável, o número de diplomas relacionados com litígios da milícia com particulares e outras instituições, que o rei foi chamado a decidir. Se nem sempre as contendas se resolveram a favor da Ordem, algumas vezes o monarca decide contra os opositores dos cavaleiros, como aconteceu, por exemplo em 1280, a propósito de um açude no rio Alviela³⁹ e em 1299 sobre uma propriedade em Évora⁴⁰.

Mas nem sempre assim aconteceu. Assim, se em 1280 o monarca vai tomar sob a sua protecção algum património de Avis⁴¹, quatro anos mais tarde sentencia a favor do Concelho de Alcanede contra a Ordem⁴² e em 1298 manda que os freires não obriguem os moradores de Estremoz a dar algo para a milícia⁴³. Ao associarmos estas sentenças «negativas» às inquirições de 1290⁴⁴ — em que o rei manda que a vila de Tazem (julgado de Scia) e 11 casais de Tourais, pertencentes a Avis ficassem devassos e aí entrasse mordomo —, somos levados a pensar que estamos perante uma tentativa de controlo da Ordem por parte do rei, atitude que deverá ser encarada dentro do conjunto de medidas tendentes à centralização régia. Assim o poderão testemunhar os documentos de 1322 pelos quais o rei declara sem validade os privilégios que anteriormente concedera aos mestres e priores das Ordens a respeito dos seus ouvidores⁴⁵ e permitindo-lhes dar cartas de seguro e cumprir justiça⁴⁶.

Dentro deste contexto, não é de estranhar que D. Dinis tenha procurado intervir no sentido de colocar no mestrado da Ordem, durante

³⁸ 1303.03.26 (T.T., *Gaveta* 4, m. 1, n.º 21).

³⁹ 1280.09.26 (T.T., *Ordem de Avis*, n.º 108).

⁴⁰ 1299.12.04 (T.T., *Ordem de Avis*, n.º 86).

⁴¹ 1280.10.10 (T.T., *Ordem de Avis*, n.º 84).

⁴² 1284.07.29 (T.T., *Chanc. D. Dinis*, l. 3, fl. 79 v).

⁴³ 1298.05.21 (T.T., *Ordem de Avis*, n.º 178).

⁴⁴ 1290 (T.T., *Inquirições de D. Dinis*, l. 9, fl. 36 v).

⁴⁵ T.T., *Gaveta* 11, m. 5, n.º 28.

⁴⁶ T.T., *Gaveta* 12, m. 5, n.º 23.

os últimos vinte e cinco anos do seu reinado, homens da sua confiança: D. Lourenço Afonso, D. Garcia Peres do Casal, D. Gil Martins e D. Vasco Afonso. No que respeita ao tempo em que o primeiro destes Mestres esteve à frente da milícia, verifica-se que esta aumentou o número de Igrejas dela dependentes, graças a doações sucessivas por parte da família real: Vila Viçosa⁴⁷, Portalegre⁴⁸, Alcanede⁴⁹, Elvas⁵⁰, Paderne⁵¹, Montargil⁵² e Olivença⁵³ são exemplos do que acabamos de afirmar. No entanto, a maior dádiva de D. Dinis à Ordem neste período é a da vila de Noudar, graça que tem uma contrapartida (tal como acontecera em 1211 com a doação do lugar de Avis): a construção do castelo e muro da vila⁵⁴. Numa altura em que a disputa luso-castelhana sobre os limites dos dois reinos estava ainda na memória do monarca, não é de admirar este tipo de atitude. Aliás, pensamos que foi numa perspectiva semelhante que D. Dinis aceitou a oferta dos direitos da Ordem em Olivença para ajuda da construção do seu castelo.

É durante o mestrado de D. Lourenço Afonso que se torna mais nítida a vinculação da Ordem ao monarca, que vai culminar na intervenção directa do rei nos assuntos internos de Avis. Esse aumento de influência de D. Dinis é, aliás, perceptível na motivação expressa nas diferentes doações:

1297: «polo muito serviço e remimento de pecados»;

1299: «en remiimento de meus pecados e por mha alma e en galardom do serviço que me fez»;

1305: «por muyto serviço que vos e a dicta ordim e convento fezeistes a mim e aqueles onde eu venho e outrossy em remimento dos pecados»;

1308: «esgardando o serviço que mi fizeram os Maestres da Ordim d' Avis e o freires e estremadamente o Mestre dom Lourenço Afonso e seus freyres, e outrossy o serviço que mi ham de fazer de totalas cousas que am e catando o que ata aqui senpre servirom bem e lealmente assi com os corpos come com totalas coussas que ouverom e que lhy foram dadas pelos meus antecessores e per mi ata aqui»;

⁴⁷ 1297.05.02 (T.T., *Gaveta* 4, m. 1, n.º 3 e T.T., *Chanc. D. Dinis*, l. 2, fl. 135 v-136).

⁴⁸ 1299.11.22 (T.T., *Ordem de Avis*, n.º 82).

⁴⁹ 1299.12.09 (T.T., *Ordem de Avis*, n.º 582 e *Chanc. D. Dinism*, l. 3, fl. 9).

⁵⁰ 1303.03.26 (T.T., *Gaveta* 4, m. 1, n.º 21).

⁵¹ 1305.01.01 (T.T., *Ordem de Avis*, n.º 369 e 292 e *Chanc. D. Dinis*, l. 3, fl. 36).

⁵² 1305.01.02 (T.T., *Ordem de Avis*, n.º 363 e *Chanc. D. Dinis*, l. 3, fl. 36 v).

⁵³ 1309.01.15 (*Chanc. D. Dinis*, l. 3, fl. 67; T.T., *Gaveta* 4, m. 1, n.º 7, m. 2, n.º 8 e m. 3, n.º 8; T.T., *Mestrados*, fl. 202 v-203).

⁵⁴ 1307.11.25 (T.T., *Orden de Avis*, n.º 362 e *Chanc. D. Dinis*, l. 3, fl. 47).

1317: «vendo como ha Orden da Cavalaria d' Avis foy senpre e he feitura e mercee dos reys onde nos viimos que antenos foram (...) e entendendo que quanto a dicta Ordin mays rica e melhor parada for tanto se acrescenta no nosso serviço e dos reys que depos nos veerem em Portugal a cujo serviço a Ordím he teuda».

Uma breve análise do teor destas motivações mostra-nos claramente que «D. Dinis vai lentamente abandonar no teor dos diplomas a menção de motivos de natureza religiosa, surgindo em seu lugar afirmações que nos parece quererem demonstrar que o rei faz as doações não só como recompensa ao Mestre e à Ordem, mas também, e sobretudo, porque entende que tais actos de liberalidade lhe serão favoráveis à sua política de centralização e defesa do reino»⁵⁵. Neste contexto, entende-se a intromissão de D. Dinis aquando da eleição do Mestre que sucedeu a D. Lourenço Afonso em 1311. Efectivamente, vendo «a gran discordia que era antre os freires», o rei decide actuar e intervir na escolha já efectuada, justificando a sua atitude dizendo «porque a Ordin de Avis he cousa minha e dos reys que foram ante de mim e que depos mim am de viir pera mandarmos sobrelos beens della e sobre las Comendas...». D. Dinis ordena, então, que o Mestre seja Garcia Peres⁵⁶, e é a ele que dirige as cartas nos anos seguintes.

O facto de apenas termos referências a D. Garcia durante um período de dois anos não nos permite saber se chegou a ser aceite pelos restantes freires como Mestre da Ordem ou não. O certo é que só conhecemos um documento não emitido pela chancelaria régia que se lhe refira e que em 1316 é decidido em Calatrava fazer uma visita à ordem portuguesa devido à «discordia que entre ellos avia sobre eleccion del Maestre»⁵⁷. Se se trata ainda da eleição de D. Garcia (que para ser efectiva deveria ter a confirmação do Mestre de Calatrava) ou se a visita dos membros da Ordem castelhana se destinava a promover ou a confirmar a eleição do Mestre seguinte (D. Gil Martins) não o sabemos. No entanto, em 1319 D. Dinis passa uma carta de quitação a D. Gil Martins de todas as dívidas que a Ordem tinha até então, nomeadamente «emprestidos de dinheiros como de pam que mandei emprestar em Moura ao Meestre Dom Lourenço Affonso seu antecessor». Quererá esta afirmação significar

⁵⁵ CUNHA, Maria Cristina Almeida — *A Ordem Militar de Avis (das origens a 1329)*, p. 91.

⁵⁶ 1311.04.14 (T.T., *Chanc. D. Dinis*, l. 3, fl. 74).

⁵⁷ Esta decisão não foi aceite pacificamente pela totalidade dos freires, o que poderá ter estado na origem de uma visita da Ordem de Calatrava a Avis em 1316 (A.H.N.M., Códices, 813 B, fl. 101).

que D. Garcia apenas deteve o mestrado de facto (porque o rei assim o ordenara), mas nunca de direito (porque não foi confirmado no cargo)?

Um aspecto nos parece no entanto digno de nota: D. Gil Martins é também um cavaleiro da confiança do monarca. Assim se explicam não só o perdão das dívidas (de um empréstimo de pão e dinheiro, do não pagamento de colheitas, portarias e chancelarias) contraídas pela Ordem ao rei, acima referido, como o facto de ter sido este Mestre o escolhido para chefiar a recentemente criada Ordem de Cristo.

Finalmente, e com a saída de D. Gil Martins, o governo de Avis é entregue a D. Vasco Afonso. Desconhecemos o seu processo de eleição mas não repugna aceitar que também aqui o monarca tenha interferido, uma vez que este cavaleiro era do seu agrado. As várias doações feitas à milícia durante o seu mestrado parecem-nos ser disso testemunhos: padroado e outros direitos⁵⁸, logo seguidos do terço das rendas das igrejas de Serpa, Mourão e Moura⁵⁹, o padroado das igrejas de Pavia⁶⁰, entre outras. A mais importante foi, no entanto, a doação do castelo e senhorio de Noudar: neste documento, o rei recorda ue já havia doado a vila à Ordem, com a condição de que aí construísse um castelo e «mi conhocessem d'el sempre senhorio e que o dessem e entregassem a mim ou a meu mandado»⁶¹. Esta doação do castelo e senhorio implicava também a entrega das rendas de Serpa, Moura e Mourão, já que estavam destinadas à manutenção daquela fortaleza. É de salientar que a doação de Noudar evidencia, mais que nenhuma outra, a protecção do monarca relativamente ao Mestre: diz o primeiro que «poderia seer tempo que alguuns que lhi queren mal polo meu serviço e pola mha voontade que el cumpriu». Para evitar que lhe pudessem «fazer mal no corpo e de o despoer da onrra e do stado que ten», D. Dinis fez a doação a título pessoal, isto é, não dá o castelo e senhorio à Ordem mas ao seu mestre D. Vasco Afonso, de modo que, «aynda que en alguun tempo lhi tolhessem o meestrado de Avis que lhi nom possam tolher o castelo e o senhorio de Noudar».

A propósito desta doação, duas questões se nos colocaram: até que ponto teve importância o prestígio do Mestre para que a doação fosse a nível pessoal? Qual seria a situação da Ordem em termos de estabilidade interna, já que o documento refere expressamente, e por mais de uma vez, que poderiam retirar a dignidade mestral a D. Vasco Afonso? Não

⁵⁸ 1320.05.03 (T.T., *Gaveta* 4, m. 1, n.º 4 e T.T., *Chanc. D. Dinis*, l. 3, fl. 131 v).

⁵⁹ 1320.06.20 (T.T., *Gaveta* 4, m. 1, n.º 19 e T.T., *Reis*, l. 2, fl. 36).

⁶⁰ 1320.12.29 (T.T., *Chanc. D. Dinis*, l. 3, fl. 133 v).

⁶¹ 1322.01.16 (T.T., *Ordem de Avis*, n.º 266 e T.T., *Chanc. D. Dinis*, l. 3, fl. 47).

dispomos, de momento, de elementos informativos que nos permitam sequer lançar qualquer hipótese a este respeito. Contudo, a resignação ao exercício do cargo de Mestre deve estar intimamente relacionada com querelas entre os freires, que o Mestre, após a morte de D. Dinis, não terá conseguido controlar.

3. De tudo o que fica dito, parece-nos importante reter que a Ordem Militar de Avis foi criada pelo primeiro monarca português para o servir nomeadamente no que diz respeito à guerra contra os muçulmanos. A atitude de D. Afonso Henriques, aparentemente simples, levanta-nos no entanto algumas questões, sobretudo no que se refere à filiação de Avis em Calatrava. Efectivamente, a ligação de um corpo militar português (ou pelo menos que se pretendia sob controlo do rei) a um congénere de Castela (também ele ligado à monarquia castelhana) podia aparecer como um factor perigoso em caso de guerra entre os dois reinos. cremos, no entanto, que o monarca procurou assegurar a neutralidade de Calatrava num possível conflito (através da concessão de vários benefícios a uma milícia dela dependente), ao mesmo tempo que, dando a Avis uma regra cisterciense, assegurava uma política de povoamento e defesa dos lugares conquistados.

De um modo geral, os sucessores de D. Afonso Henriques consideravam que a Ordem estava ao seu serviço. E enquanto a Reconquista foi um facto, a milícia respondeu como devia aos apelos dos reis, enquanto aumentava, paulatina mas firmemente, o seu património. Expulsos os mouros do território nacional (bem como do lado ocidental da Andaluzia, onde os cavaleiros de Avis também estiveram presentes), a Ordem vai procurar actuar politicamente, sobretudo no que respeita ao relacionamento com Castela (como aconteceu a propósito da jurisdição do Algarve), conseguindo desse modo assegurar a concessão de benesses por parte dos diferentes monarcas. Com uma força económica cada vez mais forte, e talvez com uma também cada vez maior consciência da protecção que a dependência em Calatrava lhe proporcionava, a Ordem de Avis surge aos olhos dos nossos primeiros monarcas como uma instituição capaz de assegurar o relacionamento político-militar com a monarquia vizinha. Daí os esforços empreendidos pelos diferentes reis, nomeadamente por D. Dinis, para a eximir da ligação a Calatrava (a primeira confirmação de um Mestre feita não por representantes da milícia castelhana, mas pelo Arcebispo de Braga com autorização papal datada de 1330⁶², pouco tempo depois da morte do Lavrador), e por exercer de uma forma cada vez mais apertada um controlo sobre a actuação da Ordem.

⁶² 1330.06.10 (T.T., *Ordem de Avis*, n.º 314).

CONFLITOS EM LOULÉ ENTRE OS BARRETOS E OS SEUS OPOSITORES NO SÉCULO XV

por **Humberto Baquero Moreno**

Em 1948 tive a oportunidade de apresentar um estudo¹ em que dei a conhecer, dum modo geral, o clima de turbulência que se viveu no Algarve durante o reinado de D. Afonso V. Mostrei então que nesta área extrema do território, onde raramente se fazia sentir a presença do rei, eram frequentes os desacatos, acrescidos do abuso de autoridade exercida por uma escassa minoria de fidalgos e pelo fronteiro-mor. Precisamente um dos visados foi talvez o mais poderoso fidalgo da primeira metade de quatrocentos, Gonçalo Nunes Barreto, a quem pelo seu comportamento atrabiliário como fronteiro do Algarve se recriminava severamente. De facto nas cortes de Évora de 1447 o concelho de Silves solicitou a D. Afonso V a supressão de fronteiros alegando que havia paz com Castela. O desejo profundo dos algarvios era verem-se livres das opressões praticadas por este fronteiro que lhes fazia saudades dos anteriores fronteiros Vasco Anes Cortereal² e de D. Alvaro, bispo do

¹ Humberto Baquero Moreno, *Abusos e violências no reino do Algarve durante o reinado de D. Afonso V*, in «Actas das I Jornadas de História Medieval do Algarve e da Andaluzia», Loulé, 1987, pp. 37-53.

² Traçámos a sua biografia em *A batalha de Alfarrobeira. Antecedentes e Significado Histórico*, Lourenço Marques, 1973, pp. 773-775 e tornámos a actualizar a sua biografia em *A nobreza do Algarve nos fins da Idade Média* in «Actas das III

Algarve³. D. Afonso V, face ao pedido, disse-lhe que iria escrever ao fronteiro dando-lhe instruções para que «tenha tal maneira comusco, com rresgoardo do nosso seruiço que nom tenhaes rezom de uos agrauar»⁴.

De onde provinham os Barretos, que tanto poder tinham no Algarve?

Importantes informações se colhem na dissertação de doutoramento de Leontina Ventura acerca do seu protagonismo. Eram os Barretos sobrinhos-netos de Gualdim Pais e provavelmente será progenitor desta estirpe Gomes Mendes Barreto, mestre do Templo, que nos surge no biénio de 1211-1212 na cúria de Sancho I. Descendentes directos deste fidalgo são Fernão Gomes Barreto, João Gomes Barreto e com toda a probabilidade Nuno Gomes Barreto, que foi nutritus do arcebispo de

Jornadas de História Medieval do Algarve e Andaluzia», Loulé, 1989, pp. 136-137. Pertenceu ao saudoso e laborioso historiador Alberto Iria revelar em 1978, em comunicação feita na Academia Portuguesa da História, que Vasco Anes Cortereal tinha sido fronteiro no Algarve, descohecendo, por não ter reparado, que tal informação já consta do meu livro sobre Alfarrobeira na pág. 253.

³ Segundo Fortunato de Almeida existe grande confusão sobre a sucessão dos bispos do Algarve. Penso que esta situação deriva do facto de ter havido dois Álváros. Um deles D. Álvaro de Abreu, que foi efectivamente fronteiro, tendo sido bispo de Silves (titulatura do Algarve) à volta de 1426 e passados dois à três anos transferido para a diocese de Évora (*História da Igreja em Portugal*, vol. I, 1967, p. 518). O outro bispo é D. Álvaro Afonso, que pelo menos desde 1449 é bispo de Silves, combate em Alfarrobeira ao lado do rei, é núncio do papa Calisto III para Portugal, em 1456, sendo transferido para Évora em 1467, onde se manteve em 1471, substituído por D. Garcia Meneses, futura vítima de D. João II (Humberto Baquero Moreno, *A batalha de Alfarrobeira...* pp. 618-682).

⁴ Arquivos Nacionais / Torre do Tombo (A.N.T.T.), Maço 4 do Suplemento de Cortes, n.º 44. De estrema importância é a revelação que Alberto Iria nos faz das prepotências de Gonçalo Nunes Barreto, fronteiro do Algarve, sobre os lavradores do reguengo da Quarteira, que no seu dizer «era a melhor couza que havião pera suas fazendas e lauras», o que deu origem a um acordo, feito em sua defesa, pelos concelhos de Loulé e Faro, em princípios de 1446. A queixa revela-nos que o fronteiro introduzia no reguengo toda a espécie de gado, desde vacas até porcos, os quais «comem e gastão todas as ervas e pastos e foção a terra», do que resultava que muito gado bovino era vítima de doença «baçeja» em virtude de beber em poças de água onde os suínos «foçam». Além disso nos «ditos pastos a dita adua he tam fraca que não podiam fazer lauras nem adubar seos bens». Com a finalidade de frear a mortalidade dos animais eram adoptadas diversas medidas que visavam alargar as terras de pasto. Esta deliberação foi aprovada na vereação de Loulé de 26 de Fevereiro de 1446 com a presença dos juizes, oficiais e homens bons da vila (*O Algarve nas cortes medievais portuguesas do século XV*, (1404-1449), ed. Academia Portuguesa da História, Lisboa, 1990, pp. 150-155).

Braga D. Estevão Soares da Silva e Paio Gomes Barreto, freire do Templo⁵.

Fernão Gomes Barreto, casado com Sancha Pais de Alvarenga, possuía bens patrimoniais repartidos por Viana do Castelo, Baião, Mirandela, Bragança e Macedo de Cavaleiros. Possuía, conjuntamente, com os seus familiares a propriedade dos Barretos em Santarém. Seguindo as pisadas de seu pai que frequentou a corte de Sancho I e foi alcaide do castelo de Leiria em 1211, também Fernão Gomes aparece na cúria de Afonso III em 1248 e em 1254⁶.

Seu irmão João Gomes Barreto, estava casado com Sancha Peres, possuindo bens patrimoniais em Baião, Bragança, Macedo de Cavaleiros, Mesão Frio, Mirandela e Viana do Castelo. Aparece na corte de Afonso III entre 1249 e 1253, tendo participado na conquista do Algarve⁷.

Fernão Gomes Barreto figura entre os magnates que em 2 de Janeiro de 1254, acompanham o monarca na sé de Lisboa na protestação que o rei fez perante Frei Roberto, bispo de Silves, da Ordem dos Pregadores, o qual fora enviado pelo rei de Castela Afonso X, o Sábio, para que o monarca português autorizasse a sua eleição. Afonso III proibiu o bispo de obter possessões do soberano castelhano sob a alegação de que ele não tinha competência para o fazer, pois Afonso o Sábio era apenas usufrutuário delas e que a todo o momento o rei de Portugal tencionava recuperá-las⁸.

É muito provável que o empenhamento dos Barretos pelo Algarve se comece a verificar no tempo de Afonso III, contudo as crónicas apenas os tornam a referir com a crise de 1383-1385. De facto, Gonçalo Nunes Barreto aparece entre os cavaleiros algarvios que auxiliam o mestre a combater os castelhanos⁹.

Homem influente no concelho de Loulé aparece-nos por diversas vezes nas vereações municipais de 1408. É o que sucede em 14 de Abril em que se tomam deliberações sobre os tabeliães e o alcaide pequeno da vila¹⁰.

Igualmente presente na sessão de 2 de Junho, nela se adoptam medidas relativas a mulheres viúvas que devido à sua condição social não

⁵ *A nobreza de corte de Afonso III*, ed. policopiada, vol. II, Coimbra, 1992, p. 611.

⁶ *Ibidem*, pp. 611-612.

⁷ *Ibidem*, pp. 613-614.

⁸ Frei António Brandão, *Crónicas de D. Sancho II e D. Afonso III*, Porto, 1946, cap. XV, pp. 187-188.

⁹ Fernão Lopes, *Crónica de D. João I*, vol. I, Lisboa, 1983, cap. CLIX, p. 340.

¹⁰ *Actas das Vereações de Loulé*, Loulé, 1984, pp. 18-19.

podiam ser fiadoras e ao judeu, alfaiate, Levi Gagim, a favor de quem interveio Gonçalo Nunes Barreto, o qual devido aos benefícios monetários que seu pai fazia aos louletanos ficava isento das posturas que se aplicavam aos alfaiates. Outra medida destinava-se a ajudar o mosteiro de São Francisco de Loulé, o qual se encontrava muito danificado¹¹.

Tornamos a encontrar Gonçalo Nunes Barreto na sessão de 14 de Junho entre os que concedem autorização ao ferreiro judeu Isaque Dono, residente em Odemira, para que venha residir em Loulé¹².

Participou na conquista de Ceuta em 1415, tendo sido deixado pelo Infante D. Pedro, ao lado de seu primo D. Pedro de Meneses, primeiro capitão da praça de Ceuta, à frente duma guarnição de 250 homens, a quem cabia a defesa da torre de Fez. Interveio em diversas operações militares, como na expedição punitiva ao vale do Laranjo e no ataque às aldeias do vale do Castelejo¹³.

Homem extremamente avisado aconselhou por mais duma vez a D. Pedro de Meneses, que usasse da maior prudência, tendo por essa razão de o repreender por excesso de temeridade. Participa em várias refregas à volta de Ceuta e quando se encontra ausente em Portugal recebe a infausta notícia da morte de seu filho Fernão Barreto resultante duma escaramuça nos arredores de Ceuta. De regresso a África realiza uma expedição ao vale do Negrão, desta feita com o parecer contrário de D. Pedro de Meneses¹⁴.

Septuagenário e definitivamente em Portugal aparece-nos nomeado membro do conselho do rei D. João I, sendo um dos subscritores em 27 de Janeiro de 1432 do tratado de paz celebrado com Castela em 30 de Outubro de 1431. A morte entretanto deve tê-lo surpreendido¹⁵.

Cumprе, ainda, recordar, que era detentor de um vasto património nas terras do norte herdado dos seus avoengos. Detentor da vila de Cernache, escambou-a com a coroa em 19 de Setembro de 1413, tendo recebido o reguengo da Quarteira¹⁶.

Por morte de seu filho Fernão Barreto, deve-lhe ter sucedido seu neto e homónimo Gonçalo Nunes Barreto, designado pelo rei D. Duarte,

¹¹ *Ibidem*, pp. 35-38.

¹² *Ibidem*, p. 40.

¹³ Humberto Baquero Moreno, *A batalha de Alfarrobeira...*, pp. 733-734.

¹⁴ *Idem, ibidem*, p. 734.

¹⁵ *Idem, ibidem*, p. 734. Quando elaborei o meu livro aqui citado sugeri ser muito improvável que o Gonçalo Nunes Barreto combatente nas guerras de 1384 fosse o mesmo que combateu em Alfarrobeira. Cometi, contudo, o erro de misturar os dois homónimos, o que vim a desfazer no meu artigo *A nobreza do Algarve...* pp. 137-138, onde procurei remediar o equívoco.

¹⁶ Alberto Iria. *O Algarve e os Descobrimentos*, vol. I, Lisboa, 1956, p. 394.

alcaide-mor do castelo de Faro, cargo que conservou depois de Alfarrobeira e acumulou, conforme vimos, com o de fronteiro do Algarve¹⁷.

Dado à prática de abusos foram inúmeras as queixas que os concelhos algarvios formularam em relação à sua conduta. Foi o que aconteceu durante as cortes de Évora de 1436 em que o concelho de Silves apresentou reclamação contra este cavaleiro da casa do Infante D. Pedro e outros dois fidalgos, pelo facto de os agravarem ao coutarem as suas terras, impedindo os naturais de entrarem com o seu gado no termo da cidade e aplicando-lhes coimas mesmo que os animais pastem em terrenos baldios. O rei D. Duarte respondia à petição dum modo subtil ao determinar que o corregedor os impedisse de constituir terras coutadas¹⁸.

Efectivamente, Gonçalo Nunes Barreto era proprietário dos reguengos de Arja e Bouna, que depois passaram a propriedade do fidalgo algarvio João Teles¹⁹.

Manifestavam-se os representantes de Silves nas cortes de Lisboa de 1439 contra este fidalgo devido a que os seus protegidos ficavam isentos dos encargos municipais, que abrangiam a reparação de muros, pontes, fontes e calçadas, ficando assim poucos para esses trabalhos, apenas uma meia centena numa cidade que se despovoava cada vez mais, pelo que requeriam providências imediatas²⁰.

Nas cortes de Évora de 1442, o concelho de Tavira insurgia-se contra o fronteiro devido a que obriga a população a transportar pedra e cal para Alcoutim, de que resulta as barcas e caravelas terem de realizar três ou quatro viagens ao ano, sem lhes pagar qualquer remuneração, isentando os outros lugares de tais obrigações²¹.

Decorridos dois anos, nas cortes realizadas na mesma cidade, os procuradores de Silves queixavam-se que a maioria dos habitantes da cidade se encontravam isentos de serviços por se encontrarem «acostados» ao bispo, a Henrique Moniz, a Tristão do Vale e a Gonçalo Nunes Barreto, pelo que dificilmente se achavam pessoas disponíveis, inclusivé no recrutamento de homens do alcaide²².

¹⁷ A.N.T.T., *Livro 4 de Odiana*, fols. 259-260.

¹⁸ A.N.T.T., *Suplemento de Cortes*, Maço 4, n.º 38. Cf. Alberto Iria. O Algarve nas cortes... pp. 52-53 e 197-199.

¹⁹ *Livro do Almojarifado de Silves*, (Século XV), Silves, 1984, p. 70.

²⁰ A.N.T.T., *Maço 4 do Suplemento de Cortes*, n.º 40. Cf. Alberto Iria, *ob. cit.*, pp. 61 e 203.

²¹ A.N.T.T., *Livro 6 de Odiana*, fol. 129v. Cf. Alberto Iria, *pb. cit.*, pp. 103-104 e 216.

²² A.N.T.T., *Maço 4 do Suplemento de Cortes*, n.º 43. Cf. Alberto Iria, *ob. cit.*, pp. 136-139 e 228.

Mas as recriminações contra o fronteiro não se quedavam apenas por aqui. Nas mesmas cortes era acusado de recrutar para a praça de Ceuta a vassallos «que vão seruir como acontiadados» em vez de peões e de besteiros, chegando a retirar esses vassallos dos capitães, os quais nem chegam a embarcar. Do mesmo modo a cidade de Silves se agravava devido a que em vez de serem mobilizados os peões, besteiros e homens de armas eram recrutados indevidamente, devido à pressão dos fidalgos, os lavradores, os pastores e os criadores da urbe e do seu termo²³.

Fronteiro-mor do Algarve e alcaide do castelo de Faro vai combater em Alfarrobeira nas hostes reais apesar de ter sido cavaleiro da casa do Infante D. Pedro²⁴.

Um interessante documento de 27 de Abril de 1462 revela-nos que João Pires, criado de Gonçalo Nunes Barreto, morador em Faro deu a conhecer ao rei que por volta de 1456-1459, na vila de Loulé, tinham sido «leuantados hũs arroydos» entre o mencionado fidalgo e seus filhos e os filhos de Rui Lourenço e Fernão da Banha, moradores na vila, dos «quaees arroydos foram muytas gentes juntas de hũa parte como da outra», do que resultou ter havido mortos e feridos em ambos os bandos. Face à gravidade do conflito D. Afonso V intimou-os a virem até à corte para se justificarem dos seus actos. A circunstância de se terem reconciliado levou o rei a conceder-lhes o seu perdão, com a condição de permanecerem um ou dois anos na praça de Alcacer-Ceguer e aí se inscreverem no livro dos homiziados. Atendendo que João Pires não cumprira o degredo e andava em parte incerta, era-lhe agora concedido o perdão desde que cumprisse um ano de degredo nessa praça, dispondo de dois meses para tratar da sua fazenda e tendo apenas três dias imediatos para se apresentar em Alcacer-Ceguer²⁵.

Ao longo das gerações observa-se um agravamento no comportamento dos Barretos, sobretudo se compararmos o primeiro Gonçalo Nunes Barreto com o segundo. Enquanto que o mais velho se apresenta como um leal partidário do Mestre de Avis e intrépido combatente em Marrocos, em que desempenha o papel de conselheiro de D. Pedro de Meneses nas boas e más horas, o mais novo perfila-se com um fronteiro altaneiro e prepotente que usa e abusa das suas competências, traíndo fidelidades e dando um péssimo exemplo ao associar-se com os filhos e

²³ A.N.T.T., *Maço 4 do Suplemento de Cortes*, n.º 42. Cf. Alberto Iria, *ob. cit.*, pp. 144-145 e 228-229.

²⁴ Humberto Baquero Moreno, *ob. cit.*, p. 735.

²⁵ A.N.T.T., *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 1, fol. 13v. Publicado em apêndice.

formando um bando de arruaceiros que lança a morte e a confusão nas ruas de Loulé, onde os seus moradores se vêem ameaçados na sua integridade física. Desassossego que imperou em outras cidades algarvias e que por mais duma vez obrigou o poder a interditar aos seus residentes o uso de armas, dada a facilidade com que ocorria a sua utilização imoderada e inconsciente, causadora da mais profunda ansiedade entre as populações ordeiras e laboriosas algarvias do Portugal quatrocentista dos descobrimentos marítimos e da expansão militar no Norte de África.

CARTA DE PERDÃO CONCEDIDA POR D. AFONSO V
AO ALGARVIO JOÃO PIRES
EM 27 DE ABRIL DE 1462

Dom Affonso etc. a todos los juizes e justiças dos nossos reinos a que esta carta for mostrada saude. Sabede que Joham Pirez criado de Gonçalo Nunez Barreto, morador em Farom nos enviou dizer que podia auer tres ou quatro anos pouco mais ou menos que em a uylla de Loulle foram leuantados hũus arroydos antre o dicto Gonçalo Nunez e seus filhos contra os filhos de Roy Lourenço e Fernam da Banha, moradores no dicto logo de Loulle, em os quaees aroydos foram muytas gentes juntas de hũa parte como da outra. E foram mortas e feridas de hũu cabo e de outro polla quall rrazom fora acordado per nos que os sobredictos Gonçalo Nunez e seus filhos e os filhos de Roy Lourenço e Fernam de Banha veessem per pesoas e emprazados aa nossa corte so pena de perderem os bens. E que elles veeram presente nos e andando a feicto os sobredictos veeram a rrecuncilliar e serem amjgos per bem da quall amjzade nos lhe perdoaramos a nossa justiça a que nos elles por rrezom dos dictos arroydos e mortes e feridas e ajuntamentos eram theudos.

E que jso meesmo que nos perdoamos a todos aquelles que foram nos dictos arroydos com condiçam que certos delles fossem degradados pera Alcacer delles por dous annos e delles por hũu anno pera a dicta villa. E que elle dicto Joham Pirez fora degradado pera a dicta villa por hũu anno e que nom embargando de assy seer passado o dicto desembargo que elle nom fora serujr nem manter o dicto degredo. E se amorara por ello com temor das nossas justiças emviandonos pedir de mercee que mandasemos que ell fosse serujr o dicto degredo que elle era prestes pera o hir manteer.

E nos veendo o que nos asy dizer e pedir envyou e querendolhe fazer graça e merçee teemos por bem e perdoamoslhe a nossa justiça a que nos elle por as dictas cousas era theudo contanto que elle nos vaa serujr em a dicta uilla dAlcacer hũu anno cumprido. E pera aderemçar sua fazenda lhe damos despaço da dada desta nossa carta atee dos messes primeiros segjntes em o quall tempo elle anda per todos nossos rregnos e senhorios e acabados os dos messes elle atee tres dias seguintes se apresente na dicta villa e se faça escrepuer no liuro dos omjziados e viua e more hy continuadamente o dicto ano cumprido sem lhe seer dada lecença pera hir a outra parte. E nom o fazendo elle asy esta carta lhe nom valha e conprijndoo ele como dicto he de hy em diante posa viuer e morar em nossos regnos ou se elle quiser e por bem teuer. E mandamos a uos nossas justiças que o nom prendaaes nem mandees prender nem consentaaes fazer mal nem outro nehũu desaguisado quanto he por razom das cousas

sobredictas porque nossa mercee e vontade he de lhe perdoarmos pella guissa que dicto he sem outro nehũ embargo que a ello ponhaees em maneira algũua que seja. Lhe al nom façades. Dada em a nossa villa de Santarem xxbij dias do mes dabril. ElRey o mandou per os dout[o]res Lopo Vaaz de Serpa e Lopo Goncallvez, caualeiros de sua cassa ambos do seu desembargo pitiçooes. Pedro Alvarez a fez anno do Senhor Jhesũ Chrispto de mjl iiij lxij.

A.N.T.T., *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 1, fol. 13v.

O PAPEL DA DIPLOMACIA PORTUGUESA NO TRATADO DE TORDESILHAS

por **Humberto Baquero Moreno**

A acção da diplomacia portuguesa que participa, conjuntamente com a diplomacia castelhano-aragonesa na feitura do tratado de Tordesilhas insere-se num contexto mais amplo que deverá estender-se, pelo menos, até ao tratado de paz celebrado entre Portugal e Castela em 1411. Quando D. João I se encontrava na capital do reino, pelo menos desde o início do mês de Agosto desse ano, com uma presença ininterrupta que se estende até ao ano seguinte, celebra-se em Ayton, a 31 de Outubro desse ano, um acordo que põe termo a vinte e sete anos de hostilidades e compromete ambas as partes no sentido de se restaurar um clima de estabilidade¹.

A embaixada portuguesa encarregada de negociar o acordo de paz era constituída pelo alferes-mor João Gomes da Silva, e pelos doutores Martim Dossem e Fernão Gonçalves Beleágua, e ainda Alvaro Gonçalves da Maia, escrivão da câmara do rei D. João I, a qual colaborou activamente na redacção das cláusulas concordatórias, tendo cabido a assinatura do mesmo, por parte de Castela, aos tutores do rei D. João II, sua mãe D. Catarina e seu tio D. Fernando de Antequera².

¹ Visconde de Santarém, *Quadro Elementar*, tomo I, Lisboa, 1842, p. 288. Os itinerários deste monarca foram por mim publicados em *Os Itinerários de el-rei D. João I*, Lisboa, 1988, p. 29.

² Fernão Lopes, *Crónica de D. João I*, ed. Civilização, vol. II, Barcelos, 1983, cap. CXCI e seg. pp. 429 e seg.

Embora aos doutores acima mencionados coubesse a parte técnica, a chefia da missão diplomática encontrava-se confiada a João Gomes da Silva. De quem se tratava?

Era filho de Gonçalo Gomes da Silva e de D. Leonor Gonçalves, filha de Gonçalo Martins Coutinho. Do seu casamento com D. Margarida Coelho teve numerosa descendência. Era esta constituída por Aires Gomes da Silva, regedor da Casa do Cível, alcaide-mor do castelo de Montemor-o-Velho e senhor de Vagos; D. Teresa da Silva, mulher de Fernão Eanes de Lima, senhor das terras de Valdevez e de Coura e Isabel Gomes, mulher de Pedro Gonçalves Malafaia, vedor da fazenda do rei D. João I. Teve alguns filhos bastardos: Diogo da Silva, Pedro da Silva e Lopo da Silva³.

Durante a crise de 1383 verifica-se que João Gomes da Silva está próximo do partido de D. Beatriz, mulher de João I de Castela, na medida em que se junta em Coimbra ao conde D. Gonçalo, irmão da rainha D. Leonor de Teles⁴. Contudo, não tardaria muito a seguir o partido do mestre de Avis, recebendo como recompensa, em 23 de Abril de 1384, o lugar de Vagos, com suas rendas, direitos e pertenças⁵. Anos mais tarde, por carta de 26 de Fevereiro de 1412, o rei D. João I tornou perpétua essa mercê, de juro e herdade⁶.

Quando os castelhanos passaram a exercer o cerco terrestre e naval de Lisboa, em Maio de 1384, João Gomes da Silva foi um dos que veio em auxílio dos sitiados, participando no socorro dos mesmos com a nau Farinheira⁷. De notar que ao tomar esta atitude este fidalgo deixou seu pai Gonçalo Gomes da Silva em Montemor-o-Velho e partiu para a cidade do Porto com a finalidade de se incorporar na esquadra que veio em defesa da capital ameaçada pelos castelhanos⁸.

Logo após o levantamento do cerco de Lisboa, o mestre de Avis, por carta de 23 de Setembro de 1384, recompensou-o, com transmissão a seus herdeiros, com a doação da renda da comenda de Valhelhas, situada nas terras da ordem de Alcantara, atribuindo-lhe os direitos que a coroa possuía na colheita⁹.

³ *Livro de Linhagens do Século XVI*, ed. da Academia Portuguesa da História, Lisboa, 1956, pp. 123-124.

⁴ Fernão Lopes, *ob. cit.*, vol. I, Barcelos, 1983, cap. LXXIII, pp. 141-143.

⁵ Arquivo Nacional da Torre do Tombo (A.N.T.T.), *Chancelaria de D. João I*, livro 1, fol. 7v. Cf. Anselmo Braamcamp Freire, *Brasões da Sala de Sintra*, vol. II, Lisboa, 1973, p. 46.

⁶ Idem, *Ibidem*, livro 3, fol. 137v. Idem, *Ibidem*, p. 146.

⁷ Fernão Lopes, *ob. cit.*, vol. I, cap. CXXXIII, pp. 259-263.

⁸ Idem, *Ibidem*, cap. CLXI, pp. 345-347.

⁹ A.N.T.T., *Chancelaria de D. João I*, livro 1, fols. 53v-54.

O mestre de Avis iniciou o cerco ao castelo de Torres Vedras em 19 de Dezembro de 1384, tendo durado o assédio dessa praça de armas até meados de Fevereiro do ano seguinte¹⁰. Nessa campanha teve parte activa este fidalgo¹¹.

Ao lado de seu pai esteve este fidalgo presente nas cortes de Coimbra, celebradas em Abril de 1385, as quais procederam à eleição de D. João I como rei de Portugal¹².

Embora não exista qualquer documento que o designe como copeiro-mor do novo rei, diz-nos Fernão Lopes que o monarca o nomeou para esse cargo da sua confiança. Subsistem, contudo, algumas dúvidas¹³.

Entre os dias 8 e 17 de Maio de 1385 o monarca procede ao cerco do castelo de Guimarães cujo alcaide Aires Gomes da Silva era tio paterno de João Gomes da Silva e tinha voz por D. Beatriz¹⁴. No âmbito das operações militares participou este fidalgo, cuja actuação se viu recompensada com a obtenção duma parte dos bens do seu mencionado tio, o qual entretanto devido à idade e ao desgosto morreu no reino passados poucos dias¹⁵. É ainda, no termo do assédio ao castelo vimaranense que João Gomes da Silva, recebe no dia 14 de Maio, a dízima da correição de Vagos, em condições idênticas às que possuía Soeiro Anes da Parada na vigência do reinado de D. Fernando¹⁶. Na sequência desta doação, o rei por carta de 5 de Setembro de 1385, fez-lhe doação de todos os bens que haviam pertencido a seu tio e sua mulher D. Urraca, em Guimarães, os quais lhe tinham sido confiscados por seguirem o partido de D. Beatriz¹⁷. Uma carta régia de 25 de Julho de 1394 confirma-lhe os bens de seu tio paterno Aires Gomes da Silva, cujos filhos se encontravam inabilitados por se terem exilado para Castela¹⁸.

As tropas conjuntas luso-inglesas actuaram em terras leonesas. Numa dessas operações ocorridas em Corrales, por volta de 16 de Maio de 1387¹⁹ teve participação directa João Gomes da Silva, que estando ao lado do rei se pôde aperceber que a correlação de forças nos era

¹⁰ Humberto Baquero Moreno, *ob. cit.*, pp. 16-19.

¹¹ Fernão Lopes, *ob. cit.*, vol. I, cap. CXXXIII, pp. 370-372.

¹² Idem, *Ibidem*, cap. CLXXXII, pp. 391-393.

¹³ Idem, *Ibidem*, vol. II, cap. I, p. 4.

¹⁴ Humberto Baquero Moreno, *ob. cit.*, p. 19.

¹⁵ Fernão Lopes, *ob. cit.*, vol. II, cap. XII, pp. 29-30.

¹⁶ A.N.T.T., *Chancelaria de D. João I*, livro 1, fols. 104-104v.

¹⁷ Idem, *Ibidem*, livro 1, fol. 90v. Cf. Anselmo Braamcamp Freire, *ob. cit.*, p. 46.

¹⁸ Idem, *Ibidem*, livro 2, fol. 97. Idem, *Ibidem*, pp. 46-47.

¹⁹ Humberto Baquero Moreno, *ob. cit.*, p. 32.

desfavorável, dado o forte dispositivo militar a mando do adiantado de Leão, Pedro Soares de Quinhones, com a presença de quatrocentos cavaleiros²⁰.

A título de recompensa o rei concede-lhe, em 28 de Fevereiro de 1387, todos os privilégios, coutos e honras e liberdades que as suas terras tinham sempre possuído²¹. Outro privilégio foi-lhe concedido em 20 de Agosto desse ano, ao ser-lhe outorgado, a título precário, as dízimas das mercadorias importadas e exportadas através da foz de Buarcos²².

Por carta de 26 de Fevereiro de 1391, o rei D. João I concedeu-lhe o privilégio de no seu lugar de Unhão, na terra de Sousa, poder efectuar de três em três semanas, com a duração de um dia, uma feira franca, a qual no fundo não passava duma feira-mercado. Pelo seu real interesse e por se encontrar inédita passamos de imediato à sua transcrição:

«Dom Joham e etc. A quantos esta carta virem fazemos saber que nos querendo fazer graça e merce a Joham Gomez da Silua, noso uasallo, por muito serujço que delle recebemos e entendemos de receber por seer mais nobre ho seu lugar dHunham, que he em terra de Sousa, teemos por bem e mandamos que no dicto seu lugar deHunham se faça e possa fazer daquj endiante de tres em tres semanas hũa feira franqueada que dure hũu dia e mais nom, comtanto que se faça em tal dia que se nom faça outra algũa feira na comarca darredor a que esta possa fazer perjuizo.

Porem mandamos a todolos corregedores e meyrinhos e juizes e justiças e a todollos outros officiaaes e pessoas quaaesquer a que esto pertencer ou ouuerem de ueer que leixem fazer a dicta feira no dicto lugar dHunham de tres em tres somanas como dicto he, sem embargo nehũu que a ello ponham. A qual feira mandamos que aia e lhe seiam guardados todollos priujllegios e franquezas que [h] a a feira de Lanhoso. E em testemunho desto lhe mandamos dar esta nossa carta. Dante na cidade dEuora xxbj dias de feueireiro. Elrrey o mandou. Alvaro Goncallvez a fez. Era de mjl iiij^c xxix anos [1391]»²³.

Múltiplas foram as concessões que o rei fez ao seu futuro alferes-mor. Assim, em 26 de Agosto de 1392, doou-lhe, enquanto o entendesse fazê-lo, as terças das igrejas de Santiago, Santa Maria de Caminha e

²⁰ Fernão Lopes, *ob. cit.*, cap. CIV, pp. 236-237.

²¹ A.N.T.T., *Chancelaria de D. João I*, livro 2, fol. 31.

²² Idem, *Ibidem*, livro 2, fol. 31.

²³ Idem, *Ibidem*, livro 2, fol. 54v. Não existe qualquer menção a esta feira franca no livro de Virginia Rau, *Feiras medievais portuguesas, Subsídios para o seu estudo*, 2.ª ed., Lisboa, 1982. No que respeita à feira de Lanhoso torna-se possível recuar a sua anterioridade a 1391.

S. Cibrão de Vila Nova de Cerveira²⁴. Outra consistiu na confirmação régia, de 10 de Junho de 1394, em que o beneficiário apresentou uma carta em que o rei D. Fernando «quitou» a seu pai Gonçalo Gomes da Silva, o quarto das herdades que ele comprou no reguengo de Tentugal e o oitavo do vinho nas mesmas terras²⁵.

João Gomes da Silva foi um dos fidalgos convocados pelo rei com a finalidade de poder vender uma parte das suas terras à coroa. Esta atitude do monarca gerou revolta em alguns fidalgos, sem que se note nele qualquer indício de ressentimento²⁶.

Neste ano de 1398, ano de crise que se traduz na revolta e exílio de fidalgos da velha guarda para o reino de Castela, o rei ultrapassada a contrariedade atravessa o rio Minho numa barca e com os seus homens prepara o ataque a Salvatierra e Sotomayor na Galiza. O cerco à primeira localidade dá-se entre 4 e 7 de Maio, e a segunda entre 29 deste mês e 5 de Julho, altura da ocupação. O ataque sobre Tui inicia-se a 9 deste mês, com ocupação da cidade no dia 26²⁷. Entre os combatentes, ao lado de D. João I, figura o seu alferes-mor João Gomes da Silva²⁸. Revela-nos Fernão Lopes que na ocupação de Tui este fidalgo «que era Alferez sobio pela escalla com a bandeyra temdida delRey, e muitos com elle todos armados com lamças nas mãos e bacinetes postos. E asy entrou a bamdeira muito acompanhada per cima do muro, com muitas trombetas, e pipos e outras alegrias»²⁹.

Nova doação contemplou o alferes-mor do rei e membro do seu conselho. Em 22 de Março de 1399 alcançou para ele e seus herdeiros a almoinha do Rei em Montemor-o-Velho, a par do chafariz de Aribelas³⁰.

Hábil negociador partiu para Castela, com os mencionados companheiros, onde se entrevistaram com a rainha-mãe D. Catarina e o infante D. Fernando. O ponto alto das negociações verificou-se em 14 de Junho de 1411, na presença da rainha, dos bispos de Palencia e de Segovia, do almirante Afonso Henriques e de Diogo Lopes de Estuñiga, preparando-se deste modo a assinatura do tratado a 31 de Outubro desse ano³¹.

²⁴ A.N.T.T., *Chancelaria de D. João I*, livro 2, fol. 69v. Cf. Anselmo Braamcamp Freire, *ob. cit.* p. 47.

²⁵ *Idem*, *Ibidem*, livro 2, fol. 97.

²⁶ Fernão Lopes, *ob. cit.*, CLII, pp. 332-334.

²⁷ Humberto Baquero Moreno, *ob. cit.*, pp. 77-78.

²⁸ Fernão Lopes, *ob. cit.*, cap. CLXVII, pp. 365-368.

²⁹ *Idem*, *Ibidem*, cap. CLXXIII, pp. 380-383.

³⁰ A.N.T.T., *Chancelaria de D. João I*, livro 2, fols. 182v-183. Cf. Anselmo Braamcamp Freire, *ob. cit.*, p. 47.

³¹ Fernão Lopes, *ob. cit.*, cap. CXCI e seg., pp. 429 e seg.

Na sequência das negociações realizadas com êxito viu-se este fidalgo contemplado com novas doações ou confirmações. Assim, em 9 de Fevereiro de 1412, recebeu confirmação da doação dos bens de seu tio Aires Gomes da Silva, partidário de D. Beatriz, e de sua mulher D. Urraca, exceptuando aqueles que já haviam sido dados a Mem Rodrigo de Vasconcelos e Lopo Dias de Azevedo³². Também recebeu, em 27 de Fevereiro desse ano, a terra de Meinedo, julgado de Lousada, almoxarifado de Guimarães, com suas jurisdições, que também foram pertença de Aires Gomes da Silva e de sua mulher³³.

Alguns privilégios em benefício de seus homens foram-lhe outorgados. Em 11 de Setembro de 1415 a favor de trinta lavradores da quinta de S. Silvestre, no termo de Coimbra, que ele entretanto fundara³⁴. Outra em 14 de Maio de 1431 a contemplar quinze lavradores na sua quintã de Lanhelas, em Riba de Minho³⁵. Por último, uma carta de D. Duarte de 14 de Dezembro de 1433 a isentar de aposentadoria as suas casas de Tentugal³⁶.

Dois epítáfios alusivos a João Gomes da Silva revelam que combateu em Aljubarrota integrado no exército de D. João I³⁷.

Ao comando dum galé participa na expedição a Ceuta em 1415³⁸.

Em 1418 o rei D. João I torna a enviar a Castela a este fidalgo, acompanhado dos mesmos juristas que haviam negociado a trégua. Prendia-se esta embaixada com a necessidade de ratificar o tratado de paz antes celebrado, mas a dificuldade técnica manteve-se face à minoridade do rei D. João II, que ainda não havia completado os catorze anos³⁹. No ano seguinte missão idêntica tentou a sorte em Castela, embora sem resultados, tendo como resposta que os embaixadores de João II viriam a Portugal com a decisão do monarca. Com efeito, em 1422, vieram a Portugal Afonso Garcia, deão de Santiago e João Afonso de Zamora, escrivão da câmara de D. João II, para se acertar o modo de jurar e ratificar as pazes de 31 de Outubro de 1411⁴⁰.

³² A.N.T.T., *Chancelaria de D. João I*, livro 3, fol. 136v. Cf. Anselmo Braamcamp Freire, *ob. cit.*, p. 47.

³³ Idem, *Ibidem*, livro 3, fol. 136. Idem, *Ibidem*, p. 47.

³⁴ Idem, *Ibidem*, livro 3, fol. 148v. Idem, *Ibidem*, p. 47.

³⁵ Idem, *Ibidem*, livro 4, fol. 130v. Idem, *Ibidem*, p. 47.

³⁶ Idem, *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 4, fol. 33. Idem, *Ibidem*, p. 47.

³⁷ Anselmo Braamcamp Freire, *ob. cit.*, p. 48.

³⁸ Gomes Eannes de Zurara, *Crónica da tomada de Ceuta*, Lisboa, 1915, cap.

XXXVI, p. 114.

³⁹ Visconde de Santarém, *ob. cit.*, p. 296.

⁴⁰ Idem, *Ibidem*, p. 297. Veja-se o artigo de Luís Suarez Fernandez, *Juan II de Castilla* (1405-1454) in Dicionário de Historia de España, ed. Revista de Occidente, Madrid, 1968, vol. II, pp. 564-567.

Apoiante do Infante D. Pedro nas lutas travadas com D. Leonor, viúva do rei D. Duarte, ainda teve forças, sendo septuagenário, para desde Coimbra integrar o exército do regente e entrar na capital em Outubro de 1439⁴¹. Nas cortes de Évora de 1442 foi alvo de críticas por parte do concelho de Coimbra por ter usurpado ao município a jurisdição dos lugares de Zouparia, Lamaroso e S. Martinho⁴². Faleceu no mês de Março de 1444⁴³.

Em 1423 o rei D. João I enviou uma outra embaixada a Castela. Desta vez os representantes diplomáticos eram D. Fernando de Castro e o Doutor Fernando Afonso da Silveira, que voltavam a insistir na ratificação da paz de 1411⁴⁴.

D. Fernando de Castro, governador da casa do Infante D. Henrique e alcaide do castelo da Covilhã era filho de D. Pedro de Castro, senhor do Cadaval e de D. Leonor Teles de Meneses. Esta senhora era filha do conde de Ourém, D. João Telo, irmão de D. Leonor de Teles⁴⁵. Pertencia à casa de D. João I, onde recebia a quantia de 800 libras⁴⁶. Tomou parte na conquista de Ceuta, na companhia do irmão mais velho D. João de Castro⁴⁷. Em 1416 foi enviado como embaixador de Portugal ao concílio de Constança⁴⁸.

Uma carta de João II de Castela, dada em Ávila, em 30 de Abril de 1423, em que se ratifica o tratado de paz de 1411, possui a assinatura deste fidalgo, e do Dr. Fernando Afonso da Silveira, como representantes do rei de Portugal⁴⁹. No ano seguinte o Infante D. Henrique mandou-o à Gram-Canária à cabeça dum contingente constituído por dois mil e quinhentos homens, com o propósito de se apoderarem daquela ilha, objecto de litígio entre Portugal e Castela⁵⁰.

Em Almeirim, a 27 de Janeiro de 1432, testemunhou a ratificação do tratado de paz celebrado com Castela em 30 de Outubro do ano anterior⁵¹.

⁴¹ Ruy de Pina, *Chronica do Senhor Rey D. Affonso V*, in «Collecção de Livros Inéditos de História Portuguesa», tomo I, Lisboa, 1790, cap. XLV, p. 270.

⁴² A.N.T.T., Livro 10 de Estremadura, fol. 24.

⁴³ Anselmo Braamcamp Freire, *ob. cit.*, p. 48.

⁴⁴ Visconde de Santarém, *ob. cit.*, pp. 297-298.

⁴⁵ *Livro de Linhagens do Século XVI*, pp. 92-93.

⁴⁶ *Monumenta Henricina*, vol. I, Coimbra, 1960, doc. 122, pp. 282.

⁴⁷ Gomes Eannes de Zurara, *ob. cit.*, cap. LXXXVI, p. 233.

⁴⁸ *Monumenta Henricina*, vol. II, Coimbra, 1960, doc. 114, pp. 237-239.

⁴⁹ A.N.T.T., *Gaveta XVIII*, maço 11, n.º 4.

⁵⁰ Gomes Eannes de Zurara, *Crónica dos feitos da Guiné*, Lisboa, 1959, cap. LXXIX, p. 354.

⁵¹ *Monumenta Henricina*, vol. IV, Coimbra, 1962, doc. 15, pp. 60-89.

O rei D. João I doou-lhe em sesmaria, em 10 de Fevereiro de 1432, o paul de Trava, que se encontrava abandonado há quarenta anos. A concessão era efectuada em benefício de seus herdeiros partindo do pressuposto que a mesma iria ser aproveitada⁵². O rei D. Duarte confirmou-lhe a sua posse, em 30 de Março de 1434, viabilizando deste modo que pudesse trocá-la pelo paul de Boquilobo, conforme o acordo já realizado com o Infante D. Henrique⁵³.

Participou na malograda expedição a Tanger, conforme se depreende do auto de capitulação de 17 de Outubro de 1437⁵⁴. Desconhece-se a carta régia que o nomeou regedor da justiça da Casa do Cível em Lisboa, funções que chegou a exercer anteriormente à designação de Aires Gomes da Silva⁵⁵.

Temos conhecimento que chegou a ser enviado a Ceuta a fim de participar nas negociações que visavam a entrega daquela praça em troca da libertação do Infante D. Fernando⁵⁶. A data do seu falecimento apresenta-se controversa sendo de aceitar que tenha ocorrido próximo do mês de Agosto de 1440⁵⁷.

D. Fernando de Castro casou com D. Isabel de Ataíde, filha de Martim Gonçalves de Ataíde, de quem teve diversos filhos: D. Álvaro de Castro, primeiro conde de Monsanto, D. Henrique de Castro, D. Garcia de Castro, D. Maria de Castro, que foi a primeira mulher de D. Álvaro de Sousa, mordomo-mor de D. Afonso V, D. Isabel de Castro, segunda mulher do conde de Viana D. Duarte de Meneses e D. Catarina de Castro, segunda mulher do conde de Avranches D. Álvaro Vaz de Almada e por morte deste primeira mulher de D. Martinho, conde de Atougia⁵⁸.

Em 1431 o rei D. João I enviou a Castela como embaixadores a Pedro Gonçalves Malafaia e seu irmão Luís Gonçalves Malafaia, o Doutor Rui Fernandes e o secretário Rui Galvão. O objectivo visava ratificar o tratado de paz perpétua celebrado em 1411. O rei de Castela João II nomeou o conde de Benavente e os doutores Pedro Eañes e Diego Rodriguez para acertarem com os diplomatas portugueses, mas não se chegou a nenhuma conclusão⁵⁹.

⁵² Idem, *Ibidem*, doc. 19, pp. 95-96.

⁵³ Idem, *Ibidem*, doc. 127, pp. 333-335.

⁵⁴ Idem, *Ibidem*, vol. IV, Coimbra, 1964, doc. 64, pp. 210-212.

⁵⁵ Idem, *Ibidem*, vol. VII, Coimbra, 1965, doc. 174, p. 259.

⁵⁶ Frei João Álvares, *Chronica do Infante D. Fernando*, Coimbra, 1911, cap. XXV, p. 72.

⁵⁷ *Monumenta Henricina*, vol. VII, doc. 96, pp. 150-151.

⁵⁸ *Livro de Linhagens do Século XVI*, p. 93.

⁵⁹ Visconde de Santarém, *ob. cit.*, p. 311.

Nova embaixada, com os mesmos embaixadores, é enviada no mesmo ano a Castela. João II mostra-se indisponível alegando estar absorvido com a guerra de Granada. Entretanto Pedro Gonçalves Malafaia insiste e acompanha o monarca castelhano nas operações militares contra o reino muçulmano e sensibiliza o rei de Castela para a assinatura do tratado de paz⁶⁰. Em Medina del Campo, em 31 de Outubro, João II assina o tratado e envia a Portugal como seu embaixador o Doutor Diego Gonzalez de Toledo, o qual obtém do nosso monarca a assinatura do acordo, na vila de Almeirim, em 30 de Outubro de 1431⁶¹.

Quem era Pedro Gonçalves Malafaia, a cuja tenacidade se devera o êxito da ratificação da paz de 1411?

Filho de Gonçalo Peres, escrivão da chancelaria de D. João I e de D. Duarte, ocupa as funções de vedor da fazenda e conselheiro dos mesmos monarcas. Participou na tomada de Ceuta em 1415 e esteve nessa praça durante algum tempo entre os fidalgos da casa do Infante D. Henrique. Surge-nos desde finais de 1416 como vedor da fazenda. É cavaleiro a partir de 1422 e conselheiro de o rei e do príncipe D. Duarte com início em 1426. Morre em finais de 1437⁶². O talento diplomático deste cavaleiro faz com que D. João I o utilize noutras missões. Assim, volta a ser enviado a Castela em 1432 para compor as discórdias entre o rei castelhano e os infantes de Aragão e consegue celebrar em Ciudad Rodrigo a capitulação entre João II de Castela e o Infante D. Henrique, o qual devolve ao monarca castelhano o castelo de Albuquerque em troca da libertação de seu irmão D. Pedro⁶³. Menos êxito teve este diplomata quando enviado ao rei de Castela em 1434 para conseguir permissão a que o rei D. Duarte participasse na guerra de Granada «sem outra recompensa mais, que o serviço de Deos e a honra», não obteve qualquer resposta positiva⁶⁴.

Sobre Rui Fernandes, doutor em leis e membro do desembargo régio, autor famoso da ordenação e compilação das Ordenações Afonsinas, que participou em diversas missões diplomáticas, já traçámos a sua biografia⁶⁵, o mesmo sucedendo com Rui Galvão, filho de um clérigo de

⁶⁰ Idem, *Ibidem*, pp. 311-312.

⁶¹ Idem, *Ibidem*, pp. 312-315.

⁶² Armando Luís Carvalho Homem, *O Desembargo Régio (1320-1433)*, ed. INIC., Lisboa, 1990, p. 375.

⁶³ Visconde de Santarém, *ob. cit.*, pp. 317-318.

⁶⁴ Idem, *Ibidem*, p. 321.

⁶⁵ Humberto Baquero Moreno, *A batalha de Alfarrobeira. Antecedentes e Significado Histórico*, Lourenço Marques, 1973, pp. 804-808.

missa eborense, que além de ter participado na aludida missão diplomática, foi secretário e escrivão da câmara de D. Duarte e ainda secretário do rei D. Afonso V⁶⁶.

Um diplomata já mencionado, que em 27 de Janeiro de 1432, confirma em Almeirim o tratado de paz com Castela celebrado em Medina del Campo, é Fernando Afonso da Silveira. Doutor em leis, desembargador dos feitos de D. João I (1419-1420), desembargador (1423-1432) e chanceler-mor, desde 1432, embora ocupe o cargo pouco tempo, e cavaleiro desde 1430⁶⁷.

Missão difícil durante a regência de D. Pedro coube aos embaixadores Leonel de Lima e Rui Gomes de Alvarenga, os quais em embaixada realizada em 1442 tiveram de explicar a João II de Castela, as razões que impediam a rainha exilada D. Leonor de regressar ao reino e exercer o seu governo⁶⁸. Sobre o primeiro, poderoso fidalgo de Ponte de Lima, a quem D. Afonso V deu o título de dom e fez em 1476 visconde de Vila Nova de Cerveira, já traçamos a biografia⁶⁹, enquanto o segundo era primo do arcebispo de Braga D. Fernando da Guerra, seu lugar-tenente e substituto no cargo de chanceler-mor, quando dos seus sucessivos impedimentos⁷⁰.

O desenlace de Alfarrobeira coloca Portugal numa situação de isolamento internacional e de reprovação geral, tendo sido medíocres os esforços de Afonso Pereira, embaixador pessoal de D. Afonso V, para explicar na corte castelhana as causas da morte do Infante D. Pedro⁷¹.

O grande diplomata a quem cabe reabilitar o nome de Portugal, é João Fernandes da Silveira, a quem pertence negociar com os embaixadores de Federico III, imperador da Alemanha o casamento deste monarca com D. Leonor, irmã de D. Afonso V, com base nas credenciais que lhe são outorgadas por este soberano em 27 de Junho de 1450⁷². Filho do diplomata Fernão Afonso da Silveira, nascido pouco depois de 1410, o seu nome e o seu talento vai marcar a diplomacia portuguesa ao longo do reinado de D. Afonso V. O seu prestígio foi de tal monta que desempenhou as funções de regedor da Casa da Suprição, chanceler-mor do reino e corregedor da corte. Apesar de ser neto de um sapateiro foi elevado em

⁶⁶ Idem, *Ibidem*, pp. 814-817.

⁶⁷ Armando Luís Carvalho Homem, *ob. cit.*, pp. 298-299.

⁶⁸ Visconde de Santarém, *ob. cit.*, pp. 338-339.

⁶⁹ Humberto Baquero Moreno, *Um fidalgo minhoto de ascendência galega: Leonel de Lima* in Actas do I Colóquio Galaico-Minhoto, Ponte de Lima, 1981, pp. 259-274.

⁷⁰ A.N.T.T., *Chancelaria de D. João V*, livro 36, fol. 219.

⁷¹ Visconde de Santarém, *ob. cit.*, p. 348.

⁷² Idem, *Ibidem*, p. 348.

1475 a barão do Alvito, distinção nobiliárquica pela primeira vez atribuída em Portugal. Eterno negociador coube-lhe celebrar na vila de Alcaçovas, no ano de 1479, os capítulos de paz, conjuntamente com o doutor Rodrigo Maldonado, representante dos Reis Católicos. Durante o reinado de D. João II acumulou as funções de escrivão da puridade, chanceler-mor e vedor da fazenda⁷³.

A par da acção diplomática de João Fernandes da Silveira, outros embaixadores são enviados a Castela, como é o caso de o arcebispo de Lisboa D. Jorge da Costa, o qual mandatado por D. Afonso V, solicita em finais de 1468, autorização a Henrique IV, para que sua irmã, a princesa D. Isabel, possa casar com o rei de Portugal⁷⁴.

Também em Dezembro de 1474 partiu para Castela, o conde de Penamacor Lopo de Albuquerque, com cartas de D. Afonso V dirigidas a nobres castelhanos, tendo regressado o emissário em Janeiro de 1475 com autos solenes de que receberiam o rei de Portugal como seu monarca se se matrimoniasse com a princesa D. Joana⁷⁵.

Quando João Fernandes da Silveira é enviado a Castela por D. João II no ano de 1482, acompanha-o como secretário o cronista Rui de Pina⁷⁶. Como embaixador de Portugal volta a Castela em Setembro desse ano para resolver o problema das terciarias de Moura, o casamento do príncipe D. Afonso e a indemnização resultante da desistência de Portugal sobre as Canárias. Nova missão lhe coube em Janeiro de 1483⁷⁷.

Novas embaixadas são enviadas por D. João II a Castela. A de Estevão Vaz dirigida aos Reis Católicos, em 1486, para os auxiliar na conquista de Granada, e a de Rui de Sande, em Agosto de 1488, para tratar do casamento do príncipe D. Afonso⁷⁸.

Para diligenciar o casamento deste príncipe com D. Isabel, filha dos Reis Católicos, partiu para Castela em Março de 1489, uma outra embaixada constituída por Fernão da Silveira, coudel-mor do reino e

⁷³ Os rasgos mais salientes da vida e da obra deste diplomata foram por mim traçados em *Um grande diplomata português do século XV: o Doutor João Fernandes da Silveira*, in as Actas de «A diplomacia na História de Portugal», ed. da Academia Portuguesa da História, Lisboa, 1990, pp. 93-103.

⁷⁴ Visconde de Santarém, *ob. cit.*, pp. 366-367. Veja-se sobre este prelado a obra de Manuela Mendonça de Matos Fernandes, *D. Jorge da Costa. Cardeal Alpedrinha*, Lisboa, 1991.

⁷⁵ Visconde de Santarém, *ob. cit.*, p. 370.

⁷⁶ Idem, *Ibidem*, p. 386. Veja-se a sua biografia em Joaquim Veríssimo Serrão, *A historiografia portuguesa*, Lisboa, 1972, pp. 101-123.

⁷⁷ Visconde de Santarém, *ob. cit.*, p. 388.

⁷⁸ Idem, *Ibidem*, pp. 390-391.

regedor da Casa da Suplicação⁷⁹ e pelo Doutor João Teixeira, chanceler-mor do reino⁸⁰, acompanhados pelo secretário Rui de Sande⁸¹.

Como negociadores e representantes do rei de Portugal estiveram presentes em Tordesilhas, em 4 de Junho de 1494, na qualidade de embaixadores de D. João II, os membros do seu conselho, Rui de Sousa, senhor de Sagres e de Beríngel e seu filho Dom João de Sousa almotacé-mor do monarca português e Aires de Almada corregedor da corte. Importa dar a conhecer os principais traços biográficos dos dois primeiros negociadores, cujos rasgos mais salientes resultam fundamentais para sabermos quem foram estes diplomatas e que papel político tiveram no século XV.

Rui de Sousa era filho de Martim Afonso de Sousa, fidalgo transmontano da casa do conde de Barcelos que possuía o senhorio de Mortágua e de D. Violante Lopes de Távora⁸². Desempenhou as funções de vedor da casa da rainha Dona Isabel, mulher do rei D. Afonso V, tendo casado em primeiras núpcias com Isabel de Sousa, colaça da mencionada rainha. Por carta de 4 de Maio de 1456 passou a receber a tença anual de 42.174 reais brancos correspondentes ao dote de sua mulher de 4.000 coroas de ouro⁸³.

Na sua qualidade de vedor da casa da rainha foi designado alcaide-mor do castelo de Pinhel, passando a usufruir todas as rendas e direitos que possuía o seu anterior titular, entretanto falecido, Pero Lourenço Ferreira⁸⁴. Logo a seguir foi nomeado fronteiro-mor dessa vila beirã, funções em que substituíu o membro do conselho do rei Fernão Coutinho⁸⁵.

Querendo D. Afonso V dar-lhe «alguo repouso dos trabalhos que em nossa corte e outras partes leuou» concedeu-lhe a tença anual de 34.800 reais brancos. Além de membro do conselho do rei passou a

⁷⁹ Tracei a sua biografia em *A batalha de Alfarrobeira*, pp. 957-958.

⁸⁰ Elaborei a sua biografia em *A conspiração contra D. João II: o julgamento do duque de Bragança* in «Arquivos do Cento Cultural Português», Paris, 1970, pp. 63-65.

⁸¹ Ruy de Pina, *Croniqua delrei dom Joham II*, Coimbra, 1950, cap. XLIV, pp. 110-122.

⁸² A biografia deste fidalgo encontra-se no meu livro *A batalha da Alfarrobeira, Antecedentes e Significado Histórico*, Lourenço Marques, 1973, pp. 974-975.

⁸³ Arquivo Nacional da Torre do Tombo (A.N.T.T.) *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 13, fol. 146-146v.

⁸⁴ Carta régia de 13 de dezembro de 1454. A.N.T.T., *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 15, fol. 95v.

⁸⁵ Carta régia de 16 de Dezembro de 1454. A.N.T.T., *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 10, fol. 130v.

exercer o ofício de meirinho-mor de D. João II, enquanto príncipe⁸⁶. Tendo o monarca em consideração os grandes serviços por ele prestados à coroa, doou-lhe em vida, por carta de 14 de Março de 1465, o reguengo, casas, foros, tributos, herdades e hortas da vila de Montemor-o-Novo, em condições idênticas às que havia trazido o doutor Martim Dossem, Álvaro de Brito e o agora falecido Galiote Pereira⁸⁷.

Segundo nos revela Anselmo Braamcamp Freire, sua primeira mulher faleceu em 1460, sendo filha de Francisco Anes de Torres, vedor da casa da rainha Dona Isabel e de sua mulher Violante Lopes de Sequeira, que foi ama da mesma rainha⁸⁸. Deste matrimónio nasceram diversos filhos. Dom João de Sousa, Dom Martinho de Távora, Dom Diogo de Sousa, Dom Henrique e Dona Filipa, que casou com o doutor António Dossem⁸⁹.

Rui de Sousa casou em segundas núpcias com Dona Branca de Vilhena, filha de Martim Afonso de Melo, do conselho do rei, seu guarda-mor, sendo a noiva donzela da casa da Infanta Dona Joana, filha do rei. Como dote da coroa trazia sua mulher o quantitativo de 7.000 coroas de ouro (equivalendo a coroa a 120 reais brancos). Por seu turno este fidalgo recebia a tença de 50.000 reais brancos⁹⁰.

O monarca doou a este seu fidalgo a vila de Sagres por carta de 29 de Outubro de 1471, a qual lhe veio a ser confirmada por D. João II em 29 de Março de 1482⁹¹ e retirada em 3 de Janeiro de 1491, recebendo por ela 310.000 reais brancos de indemnização⁹².

Intrépido combatente distinguiu-se este fidalgo, juntamente com o alferes Duarte de Almeida, na acção que salvou a vida ao monarca na serra de Benacofú, em Janeiro de 1464, onde morreu o conde D. Duarte de Meneses⁹³.

⁸⁶ Carta régia de 19 de Abril de 1464. A.N.T.T., *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 8, fol. 159.

⁸⁷ A.N.T.T., *Livro 10 de Estremadura*, fols. 297v-298.

⁸⁸ Brasões da Sala de Sintra, livro I, Lisboa, 1973, p. 24.

⁸⁹ Livro de Linhagens do Século XVI, ed. da Academia Portuguesa da História, Lisboa, 1956, p. 29.

⁹⁰ Carta régia de 18 de Agosto de 1467. A.N.T.T., Livro 3 de Místicos, fol. 21v-23v.

⁹¹ A.N.T.T., *Chancelaria de D. João II*, livro 6, fol. 52 v. Cf. Anselmo Braamcamp Freire, *ob. cit.*, p. 213.

⁹² A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel*, livro 31, fol. 4v. Cf. Anselmo Braamcamp Freire, *ob. cit.*, p. 214.

⁹³ Ruy de Pina, *Chronica do Senhor Rey D. Affonso V*, in Collecção de Inéditos de História Portuguesa, Tomo I, Lisboa, 1970, cap. CLVI, p. 516.

Como embaixador de D. Afonso V foi enviado em Janeiro de 1475 à corte dos Reis Católicos que se encontravam em Valladolid, dando-lhes conta que o rei de Portugal se havia casado com Dona Joana, filha legítima de Henrique IV de Castela e que por isso o reino de Castela lhe pertencia de direito. Recebeu como resposta que o monarca português não entrasse nesse reino em som de guerra⁹⁴.

Hábil negociador foi incumbido pelo rei, antes da batalha de Toro, de tentar encontrar um acordo com os castelhanos, sem contudo poder alcançar algum resultado⁹⁵. Logo a seguir, em plena batalha ocorrida em 2 de Março de 1476, combateu sobre as ordens do príncipe D. João com numerosas tropas, a que se juntou a de Gonçalo Vaz de Castelo-Branco, Fernão Martins de Mascarenhas e a de Dom Pedro de Meneses, conde de Cantanhede⁹⁶.

Em reconhecimento dos seus méritos o monarca doou-lhe a vila de Beríngel no ano de 1477, a qual veio a ser transmitida a seu filho Dom Pedro de Sousa em 22 de Abril de 1499⁹⁷. Por morte de Rui de Sousa, pertencia a posse da vila a sua mulher Dona Branca Vilhena, sem embargo da lei mental, a qual no entanto veio a falecer primeiramente em Janeiro de 1494⁹⁸.

Em Fevereiro de 1482, integrou uma embaixada enviada por Dom João II ao rei Eduardo IV de Inglaterra com a incumbência de reforçar os tratados de amizade com a Inglaterra e os direitos que assistiam a Portugal sobre o senhorio da Guiné, o qual devia estar protegido das investidas dos corsários inimigos⁹⁹.

Sob a direcção de Gonçalo de Sousa partiu numa expedição ao reino do Congo em Dezembro de 1490. Por morte do capitão vitimado pela peste, foi escolhido pelos restantes membros para dirigir a missão com destino ao mencionado reino de Manicongo, onde aportaram em Março do ano seguinte¹⁰⁰.

A sua penúltima missão, recém-viuvo, foi com destino a Tordesilhas, onde assinou o famoso tratado. A ratificação do mesmo ocorreria em

⁹⁴ Ruy de Pina, *ob. cit.*, cap. CLXXIV, p. 539.

⁹⁵ Ruy de Pina, *ob. cit.*, cap. CLXXXIV, p. 556.

⁹⁶ Ruy de Pina, *ob. cit.*, cap. CXC, p. 558.

⁹⁷ A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel*, livro 41, fol. 94v. Cf. Anselmo Braamcamp Freire, *ob. cit.*, pp. 213-214.

⁹⁸ A.N.T.T., *Livro 1 de Odiana*, fols. 170-171v.

⁹⁹ Ruy de Pina, *Cronique delrey Dom Joham II*, Coimbra, 1950, cap. LVIII, p. 155-156.

¹⁰⁰ *Idem, ibidem*, cap. LVIII, pp. 155-156.

Setúbal em 5 de Setembro de 1494¹⁰¹. Por sua renúncia do ofício de almotacé-mor, seu filho João de Sousa foi provido no cargo em 5 de Fevereiro de 1490¹⁰².

Faleceu com setenta e cinco anos em Toledo, a 24 de Maio de 1498, este diplomata e combatente, nascido em 1423, quando em representação de Dom Manuel I assistia ao juramento dos príncipes herdeiros de Castela Dom Manuel e Dona Isabel¹⁰³.

De sua segunda mulher teve diversos filhos. Dom Pedro de Sousa, Dom Manuel e Dom António, que morreu jovem, Dona Maria, mulher de Dom Fernando de Castro, Dona Beatriz de Vilhena, mulher de Pedro da Cunha Coutinho e Dona Margarida que abraçou a religião¹⁰⁴.

Dom João de Sousa, que passou a usar o título de dom em 1498¹⁰⁵, participou com seu pai na embaixada a Tordesilhas¹⁰⁶. O rei Dom Manuel outorgou-lhe a alcaidaria-mor de Niza em 31 de Julho de 1497¹⁰⁷, nomeando-o seu guarda-mor em 10 de Fevereiro de 1510¹⁰⁸.

Casou com Dona Margarida Fogaça, donzela de Dona Joana a Beltraneja, filha de João Fogaça, comendador de Cezimbra e de Dona Constança de Vasconcelos. D. Afonso V por carta dada em Toro, em 10 de Abril de 1476, outorga-lhe 2.800 coroas de ouro pelo dote do casamento com a mencionada senhora¹⁰⁹.

Faleceu a 16 de Dezembro de 1513, sem que de sua mulher tivesse tido qualquer descendência¹¹⁰.

Cumpre observar que esta família esteve próxima da filha do Infante Dom Pedro o que talvez explique a sua ausência de Alfarrobeira, onde Rui de Sousa não toma parte em qualquer dos grupos em disputa. O mesmo não se poderá dizer de seu pai Martim Afonso de Sousa, que apesar de ter sido nomeado pelo regente vedor das obras reais em Trás-os-Montes acompanhou o duque de Bragança na sua digressão até ao

¹⁰¹ Idem, *ibidem*, cap. LXVI, p. 186.

¹⁰² A.N.T.T., Chancelaria de D. João II, livro 17, fol. 40.

¹⁰³ Anselmo Braamcamp Freire, *ob. cit.*, p. 214.

¹⁰⁴ *Livro de Linhagens do Século XVI*, p. 29.

¹⁰⁵ Anselmo Braamcamp Freire, *ob. cit.*, p. 214.

¹⁰⁶ Luís Adão da Fonseca e Cristina Cunha *O Tratado de Tordesilhas e a diplomacia luso-castelhana no século XV*, Lisboa, 1991, p. 81.

¹⁰⁷ A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel*, livro 29, fol. 30 v. Cf. Anselmo Braamcamp Freire, *ob. cit.*, p. 214.

¹⁰⁸ A.N.T.T., *Corpo Cronológico*, parte I, maço 8, doc. 84. Cf. Anselmo Braamcamp Freire, *ob. cit.*, pp. 214-215.

¹⁰⁹ A.N.T.T., *Chancelaria de D. João III*, livro 14, fol. 204v. Cf. Anselmo Braamcamp Freire, *ob. cit.*, p. 215.

¹¹⁰ Anselmo Braamcamp Freire, *ob. cit.*, p. 215.

campo de batalha. De notar que Rui de Sousa aparece-nos como pessoa de máxima confiança de o rei D. Afonso V, que serve como almotacé-mor e do príncipe D. João, de quem foi meirinho-mor.

Homem dotado de coragem e valentia, comprovada sobretudo nas campanhas africanas, Rui de Sousa foi um talentoso diplomata ao serviço de Portugal durante os reinados de D. Afonso V, Dom João II e Dom Manuel I.

Caracterizou-se a diplomacia portuguesa do século XV por uma extrema aplicação às missões que lhe foram consignadas. Embora uma parte substancial dos diplomatas fosse recrutada nos quadros da nobreza, muitos deles são oriundos das profissões liberais, vindo a nobilitar-se no exercício das suas funções e surgindo assim como uma nobreza de toga. Sempre que havia necessidade de celebrar um acordo eram os embaixadores acompanhados por quadros técnicos constituídos por doutores em leis.

João Gomes da Silva representa o primeiro embaixador, ao serviço da dinastia de Avis, determinado em alcançar a paz com Castela. Homem de guerra aposta em conseguir o seu desiderato. Um outro exemplo de aplicação à causa da paz é o de Pedro Gonçalves Malafaia, que não quis regressar a Portugal sem a garantia da assinatura do acordo com João II.

João Fernandes da Silveira, o maior diplomata do século XV, que apenas tem um rival à sua altura em Vasco Fernandes de Lucena, representa um estilo mais profissionalizado na arte da diplomacia, inaugurando uma época cujos epígonos serão autores de importantes convénios internacionais como o tratado de Tordesilhas, celebrado em 4 de Junho e ratificado em Arevalo, a 2 de Julho, pelos Reis Católicos, e em Setúbal, a 5 de Setembro, pelo rei D. João II¹¹¹, depois de ele próprio ter sido o grande artífice do tratado de Alcaçovas.

¹¹¹ Visconde Santarém, *ob. cit.*, pp. 392-397.

L'ÉCRITURE DE FRANCESCO CAVALCANTI, UNE NOUVEAUTÉ AU PORTUGAL — 1482*

par José Marques

1. Les rapports culturels entre le Portugal et l'Italie

Parler de l'écriture de Francesco Cavalcanti, en plus des aspects paléographiques qui tant particulièrement intéressent dans le cadre de ce Colloque, nous oblige à ne pas perdre de vue les relations pluriformes entre le Portugal et l'Italie, où les aspects culturels assument une position dominante dans l'internationalisation ou, si l'on préfère, l'eupérisation de la culture humaniste du XIV^{ème} au XVI^{ème} siècle. En fait, quoique géographiquement périphérique vis-à-vis de l'Europe, au XV^{ème} siècle, le royaume du Portugal entretient avec celle-ci de forts liens, que ce serait du point de vue économique, sous forme de rapports commerciaux avec Gênes, Venise, Florence¹, avec le levant espagnol, le sud de la France, et plus particulièrement avec la Flandre² et l'Europe du nord, notamment la

* Communication présentée dans la séance de clôture du XI^e Colloque de la Commission Internationale de Paléographie Latine, tenue à l'abbaye bénédictine de Maredsous, Belgique, le 21 octobre 1995.

¹ *Alguns documentos para servirem de provas à Parte 2.^a das Memórias para a Historia, e Theoria das Cortes Gerais que em Portugal se celebrarão pelos Tres Estados do Reino*, coligidos pelo 2.^o Visconde de Santarém, Lisboa, 1828, p. 219.

² MARQUES, A.H.de Oliveira — *Notas para a História da Feitoria Portuguesa na Flandres, no século XV*, in *Ensaio de História Medieval*, Lisboa, Portugália Editora, 1965, pp. 219-267.

Ligue Hanséatique³, les Iles Britanniques et les ports français de Lille, Rouen, Nantes, La Rochelle et bien d'autres, voire en Cantabrie⁴, que nous ne citerons pas.

Tout en laissant de côté ces aspects de nature économique, nous ne pourrions pas oublier les intenses contacts qui, tout au long du XV^eme siècle, furent maintenus avec la Curie Romaine. Des contacts qui n'étaient pas, d'ailleurs, que de nature ecclésiastique, mais également académique. Il s'agit souvent de nombreux étudiants en quête des attendues réponses affirmatives à leurs requêtes (*suplicas*) en vue soit de l'obtention de bénéfices sous forme d'aides pour mieux faire face aux frais de leurs études à l'étranger, ou même afin d'obtenir des dispenses de promotion aux ordres sacrés, la prêtrise compris, pour un délai qui pouvait aller jusqu'à sept ans (*ad septenium*). On observe également plusieurs centaines de demandes de dispenses apostoliques (en vue d'épreuves publiques aux universités pour obtention de grades académiques) accordées par les Pontifes Romains afin que ces étudiants puissent se soumettre aux examens privés devant un jury, presque toujours présidé par un membre qualifié de la hiérarchie ecclésiastique, et constitué par deux professeurs, docteurs, maîtres ou bacheliers, selon les cas⁵.

Le contact des portugais avec le mouvement culturel de l'Humanisme s'est fait, plus intensément par le biais de nombreux étudiants qui fréquentaient, entre autres, les universités italiennes de Boulogne et Padoue. Ils y suivaient les cours de, respectivement, Droit Civil et Canon. Ils firent ainsi de précieuses connaissances dans les centres culturels de Florence, et à la Curie Romaine, où beaucoup d'entre eux finirent par faire des stages qui allaient s'avérer fort utiles dans les hautes charges de l'administration ecclésiastique portugaise — notamment à la tête d'évêchés — ou de la Cour, qui leur seraient confiées plus tard.

³ MARQUES, A.H.de Oliveira — *Hansa e Portugal na Idade Média*, Lisboa, Editorial Presença, 1992. IDEM — *Navegação prussiana para Portugal nos princípios do século XV*, in *Ensaio de História Medieval*, Lisboa, Portugália Editora, 1965, pp. 181-215.

⁴ PEREIRA, João Cordeiro — *Para a história das alfândegas em Portugal no início do século XVI. Vila do Conde — Organização e movimento*, Lisboa, Universidade Nova, FCSH, 1983, pp.212-336.

⁵ Cf. les nombreuses «*suplicas*» adressées en ce sens aux Pontifes Romains, accordées de bon gré, et éparses au *Chartularium Universitatis Portugalis* (1288-1537), sous la coordination de A. Moreira de Sá et alii.

2. Les Humanistes italiens au Portugal

Nous connaissons plusieurs de ces anciens étudiants, en Italie, devenus célèbres de par leur effort en faveur de l'introduction et du développement de l'étude des langues et de la culture classiques, et des nouveaux courants littéraire au Portugal au XVIème siècle. Il suffira de citer des noms comme D. Diogo de Sousa et Francisco Sá de Miranda, lesquels par rapport au thème et à la date où nous nous situons, à savoir 1482, sont des auteurs postérieurs.

Dans ce flux inhérent aux relations culturelles entre le Portugal et l'Italie, il nous faut signaler et dûment sauligner un nombre restreint d'humanistes issus du centre-nord de l'Italie, expressément invités au XVème siècle par ordre des rois Afonso V et D. João II, à exercer des fonctions spécifiques de grande envergure immédiate sur le plan culturel dans l'espoir d'une large répercussion politique sur les milieux internationaux européens.

Nous nous référons à Mateus de Pisano, Frei Justo Baldino et Cataldo Parísio Sículo, pour lesquels les experts en littérature novilatine portugaise savent trop bien les raisons de la venue. Ainsi, tandis que Mateus Pisano, arrivé au Portugal en 1435, pour être professeur de latin du futur D. Afonso V, fut chargé de composer, vers 1460, en latin, l'oeuvre intitulée *Gesta Illustrissimi Regis Iohannis De Bello Septensi, acta per Reverendum Matheum de Pisano, Artium Magistrum Poetamque Laureatum*⁶, Frei Justo Baldino fit la même chose en ce qui concerne les *Chroniques* de l'Expansion Portugaise, qui se sont probablement perdues. Quant à Cataldo Parísio Sículo, arrivé à la Cour de Lisbonne en 1485, on sait qu'il vint expressément pour éduquer ou instruire au latin le fils bâtard de D. João II, D. Jorge, après la mort de l'aîné, D. Afonso, vainement sautenu dans l'esprit et dans les efforts politiques du monarque pour devenir son successeur, comme l'Histoire a fini par confirmer.

Il est vrai que, si les humanistes appelés d'Italie ne peuvent pas être placés au niveau de ceux qui, dans la patrie de Pétrarque et Boccace, occupent les premières places, ils se situent, chez nous, en position éminente, pas seulement de par la réalisation du travail spécifique confié à chacun d'eux, mais également de par l'apport donné à l'implantation du mouvement humaniste au Portugal. Parmi les trois noms mentionnés plus haut, le plus remarquable est sans nul doute Cataldo Parísio Sículo, dont

⁶ Cf. *Mateus de Pisano*, in *Dicionário de História de Portugal*, dirigido por Joel Serrão, vo. III, Porto, Livraria Figueirinhas, 1971, p. 404.

l'oeuvre trouva chez le professeur de l'Université de Coïmbra, Américo da Costa Ramalho, son plus grand spécialiste⁷.

On pourrait penser que nous nous dévions du thème énoncé et que les informations fournies jusqu'ici n'ont rien à voir avec la paléographie, et plus concrètement avec l'écriture de Francesco Cavalcanti, mais nous les considérons, selon nous, nécessaires pour comprendre le contexte où cet humaniste italien surgit dans différents localités portugaises, un docteur *in utroque iure* et notaire apostolique, jusqu'ici inconnu. Il nous faut donc ajouter quelques notes explicatives, mais relatives, cette fois, au dominicain, Frei Justo Baldino, dont la biographie et l'itinéraire culturel sont connus dans les grandes lignes, quoiqu'il existe des sources documentaires permettant d'élargir sa biographie, et ce pendant la période de son activité pastorale.

Issu de la famille des Baldinos de Padoue — «*de Baldinis de Padua*»⁸, il figure en tant que sous-diacre à Padoue, et, plus tard, en tant que chanoine de l'église de Ste. Marie de *Agacomitis*, dans le diocèse de Utrecht. Déjà docteur *in utroque iuris*, protonotaire apostolique et humaniste de grande érudition, d'après les informations de Damião de Góis, il fut appelé par le roi D. Afonso V afin de traduire en latin les *Chroniques des Rois du Portugal*, dont Fernão Lopes est l'auteur.

Son activité, toutefois, ne s'est pas bornée au monde de la latinité, car le 15 mars 1478, par la bulle *Dum ad universas*, le pape Sixte IV le nomma évêque de Ceuta et primat de l'Afrique, ainsi qu'administrateur de l'Administration Ecclésiastique de Valença do Minho, essentiellement constituée par la région située entre les fleuves Minho et Lima. Il y exerça quinze ans durant (1478-1493) une action pastorale qu'il faut souligner, soit directement, soit par le biais de ses vicaires généraux. Les *Constitutions synodales* de 1483 et de 1486⁹ méritent une référence toute particulière. Dans le cadre des fonctions ecclésiastiques qu'il exerça, il fut également nommé nonce au Portugal, par le bref daté du 12 février 1481. Il participa

⁷ Cf., entre autres, les ouvrages suivants: RAMALHO, Américo da Costa — *Estudos sobre a época do Renascimento*, Coimbra, Instituto de Alta Cultura, 1969. IDEM — *Alguns aspectos da introdução do Humanismo em Portugal*, Coimbra, 1979. IDEM — *Para a História do Humanismo em Portugal*, Lisboa, F.C. Gulbenkian-JNICT, 1994. SICULO — Cataldo Parisio — *Epistolae et orationes*, Edição fac-similada, com introdução de Américo da Costa Ramalho, Coimbra. Por ordem da Universidade, 1988.

⁸ Arquivo Distrital de Braga (A.D.B.), *Registo geral*, n.º 313, fl. 188v (9-8-1482). Les folios 188v du même codex ou registre, l'information est reprise: — «*o muyto Reverendo Senhor Dom Justo Baldino de Padoa bispo de Cepta...*».

⁹ *Synodicon hispanum. II. Portugal*, sous la direction de António Garcia y Garcia, Madrid, BAC, 1982, pp. 447.456.

aussi au consistoire convoqué à St. Pierre du Vatican par Innocent VIII pour traiter de la canonisation de Léopold, duc d'Autrich, le 6 janvier 1485, et il gouverna provisoirement le diocèse de Porto, en 1487, en l'absence de D. João de Azevedo. Il décéda à Almada, victime de la peste, peu après le 26 avril 1493¹⁰.

3. Francesco Cavalcanti

C'est justement dans le cadre de l'action pastorale de ce prélat humaniste, administrateur de l'Administration Ecclésiastique de Valença do Minho que surgit Francesco Cavalcanti, docteur en Droit Canon, notaire apostolique et greffier de D. Frei Justo Baldino — «*decretorum doctor notarius apostolicus et prefati reverendi domini episcopi Septensis scriba*»¹¹, que l'on identifie ailleurs simplement par «*doctor canonum et notarius apostolicus ac prefati reverendi domini episcopi Septensis scriba*»¹², bien que les références, à la troisième personne, attribuant au prélat qu'il servait sa présentation, ne manquent pas: — «*Rogatus de instrumento collacionis Franciscus Cavalcante doctor notarius apostolicus et scriba noster*»¹³ ou «*... Franciscus Cavalcante doctor notarius apostolicus et prefate nostre auctoritate episcopalis scriba...*»¹⁴.

Quant aux origines de Francesco Cavalcanti, il nous semble qu'il soit issu de Florence où, au XV^eme siècle, la famille Cavalcanti se reconstitua et rentra dans l'entourage des Médicis, tout spécialement de Laurent de Médicis, frère de Cosme-le-Vieux. C'est là que, à nouveau, la porte d'accès aux charges importantes s'ouvrit devant cette famille florentine¹⁵.

Nous ne savons guère plus de la vie de cet humaniste dont la principale fonction connue est celle de notaire apostolique et greffier auprès du grand humaniste D. Frei Justo Baldino. Nous ignorons quand il arriva au Portugal, mais s'il n'accompagna pas le culte humaniste dominicain dès son arrivée au Portugal ou juste après, il n'y a toutefois aucun doute que, au moins pendant l'année 1482, il était au service de ce

¹⁰ *Dicionário de História da Igreja em Portugal*, sous la direction de António Banha de Andrade, vol. II, Lisboa, Editorial Resistência, 1981, p. 116.

¹¹ A.D.B., *Registo geral*, n.º 313, fl. 188v

¹² A.D.B., *Registo geral*, n.º 313, fl. 188.

¹³ A.D.B., *Registo geral*, n.º 313, fl. 189v

¹⁴ A.D.B., *Registo geral*, n.º 313, fl. 190v.

¹⁵ *Enciclopedia Italiana de Scienze, Lettere ed Arti*, pubblicata sotto l'alto patronato de S.M. el Re d'Italia, vol. IX. Milano-Roma, Istituto Giovanni Treceani, 1931, p. 515.

dernier, et se trouva avec lui dans la ville d'Èvora le 3 juin 1482¹⁶, ainsi qu'à Valença do Minho au mois de juillet, août et septembre de cette même année. Il est sur également qu'il ait accompagné le dit prélat dans la ville de Monção où, le 5 septembre, celui-ci promut et confirma le minoriste Álvaro Fregueira à la moitié sans curé de la paroisse de St. Michel de Sago. C'est Francesco Cavalcanti qui écrivit dans le *Livre des Confirmations* de Valença la copie intégrale de cet acte d'administration ecclésiastique¹⁷. Le lendemain, à nouveau au château de Valença, il rédigea la charte de nomination et confirmation du clerc Gomes Afonso comme chanoine prébendé à la Collégiale de St. Etienne de Valença do Minho¹⁸.

3.1. Ses manuscrits

Après le registre de la teneur de cette charte de nomination et confirmation, nous ne trouvons qu'un document supplémentaire produit par Francesco Cavalcanti, sans doute le plus long qu'il nous ait laissé. Il s'agit de la charte d'erection ou institution de l'office de sacristain de la dite collégiale, dont le contenu n'a aucun intérêt dans cet exposé. Il nous suffira, toutefois, d'affirmer qu'elle révèle une parfaite maîtrise de la langue latine et des formulaires juridiques, ce qui est parfaitement compréhensible étant donné qu'il s'agit d'un docteur en Droit Canon. Malheureusement, la date du document fut omise, ne figurant que cette donnée. — «*Datum etc.*», ce que nous pourrions comparer à bien d'autres situations exprimées par les termes «*ut supra*». Il est, pour cette raison même, légitime de lui attribuer *a pari* la même date du registre précédent, c'est-à-dire, du 5 septembre 1482¹⁹.

À partir de cette date, jusqu'à ce jour, il n'a pas été possible de détecter d'autres manuscrits dont il soit l'auteur. Il n'est, cependant, pas à exclure que l'on puisse en retrouver puisque, plus de vingt ans plus tarde, le 27 février 1493, étant alors chanoine du diocèse de Ceuta — un diocèse auquel la Collégiale de St. Étienne de Valença, en pratique, servait de siège épiscopal, — il lui fut accordé par autorité apostolique le

¹⁶ A.D.B., *Registo geral*, n.º 313, fl. 188.

¹⁷ A.D.B., *Registo geral*, n.º 313, fl. 191.

¹⁸ A.D.B., *Registo geral*, n.º 313, fl. 191v

¹⁹ A.D.B., *Registo geral*, n.º 313, fls. 192-194v.

vicariat de S. Salvador de *Corbone*, du diocèse de Porto²⁰. En fait, il serait fort étrange que tous les documents écrits par lui pendant plus de deux décennies vécues au Portugal aient disparu.

À l'appui de cette hypothèse, on pourrait ajouter qu'au folio 168 du codex où se trouvent ses manuscrits, l'on détecte le registre effectué à partir d'un original datant du 18 janvier 1478. Nous admettons comme probable qu'il en ait été l'auteur, vu qu'il indique le jour de la semaine, jeudi, par l'expression latine «*die Jovis*»²¹, à l'envers de l'usage portugais traditionnel dans ce codex, aussi bien en latin, qu'en langue vernaculaire, qui, dans ce cas précis, devrait être rendu par: *feria quinta* ou *quinta-feira*.

Sans prétendre entreprendre ici une étude codicologique, il nous faut vous informer que ce codex fut organisé après 1488. En effet, au folio 166 se trouve un registre du 31-08 1476, un autre du 24-03-1477 et un troisième du 14-05-1485, postérieur aux manuscrits élaborés par Francesco Cavalcanti, datant de 1482, et qui chronologiquement devraient être insérés avant le dernier registre susmentionné, ce qui, effectivement, ne s'est pas produit. Nous pouvons encore ajouter que jusqu'au folio 171v, ce livre de registres semble avoir été copié d'une même main, qu'il n'a pas encore été possible de déterminer.

L'on sait, néanmoins, que dans le dernier registre de cette série, signé par D. Frei Justo Baldino, figure le notaire apostolique Fernão Rodrigues comme greffier de ce prélat — «*noso scripvam*»²². Les manuscrits de Francesco Cavalcante, dont nous nous occupons pour le moment, se trouvent entre les folios 188 et 194v, insérés entre les registres datés de 1508²³ et de 1511²⁴.

3.2. Caractéristiques de son écriture

Une fois sommairement présentés les contextes historique et culturel où Francesco Cavalcanti arriva au Portugal et y vécut, il est temps de nous pencher sur son écriture, exécutée au service du notable humaniste issu

²⁰ *Chartularium Universitatis Portugalensis* (1288-1537), vol. IX (1491-1500), Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1985, pp. 106-107: — «... *supplicatur humiliter eidem S.V. devotus illius vester Franciscus de Cavalcantibus, canonicus Septensis, decretorum doctor, quatenus sibi specialem gratiam facientes, de vicaria predicta ... eidem oratori providere dignemini de gratia speciali... — Concessum ut petitur, in presentia domini nostri pape. A. cardinalis sancte Anastasie...».*

²¹ A.D.B., *Registo geral*, n.º 313, fl. 168.

²² A.D.B., *Registo geral*, n.º 313, fl. 171v.

²³ A.D.B., *Registo geral*, n.º 313, fl. 186v.

²⁴ A.D.B., *Registo geral*, n.º 313, fl. 195.1

de Padoue, à savoir, D. Frei Justo Baldino, installé au Portugal où il finit par s'affirmer dans les domaines de la culture et de l'action pastorale.

De tout ce que nous avons dit et quoique l'hypothèse selon laquelle l'écriture de Francesco Cavalcanti pourrait être *humanistique* se soit facilement imposée, la conclusion ne devrait pas pour autant ne pas être confirmée. Toutefois, en présence des manuscrits disponibles, nous pouvons la classer comme étant *humanistique cursive*, et il ne nous semble pas exagéré d'affirmer qu'elle accomplit la synthèse entre les influences des traditions graphiques engendrées par l'humaniste florentin Nicolò Niccoli²⁵ et celles poursuivies plus tard par Antoine Sinibaldi²⁶. Parmi ses aspects les plus distinctifs, il faudrait signaler l'inclinaison caractéristique vers la droite, la distinction nette entre les lettres de chaque mot et entre les mots eux-mêmes, sans oublier d'autres particularités soulignées par Francesco Cavalcanti, comme par exemple, un certain prolongement vers la droite de lettres majuscules M, L, R, le retour à une profusion significative des abréviations exécutées aussi bien par des lettres coupées que par des signes généraux, lettres et syllabes superposées de façon exponentielle. Une autre particularité consiste également en l'usage du *ductus* inversé dans le trait de certaines lettres ainsi que le lien, par conséquence, entre ces mêmes lettres par leur partie supérieure. Néanmoins, on peut facilement affirmer que tout ceci correspond aux objectifs prévus pour cette écriture, d'emblé structurée en réaction à l'écriture gothique, d'où sa simplicité, sa clarté et sa lisibilité au premier abord, c'est-à-dire, son intelligibilité et sa correction grammaticale²⁷.

Tout au long de ces documents, nous observons l'adoption systématique de la graphie de plusieurs lettres comme calque de l'influence des marques phonétiques. Une remarque qui ne va pas sans nous étonner, s'agissant là d'un humaniste italien qui n'a pas vraiment réussi à éviter nos habitudes régionales, comme on peut le voir par la graphie des mots suivants: *collacio, disposicio, presentacionem, Incarnacionis, etc.*

Il s'avère tout particulièrement intéressant de suivre les différentes graffies du patronyme **Didaci**, ce qui permet d'établir la séquence des formes intermédiaires de son évolution phonétique à partir du génétif **Didaci** jusqu'à en arriver à sa forme actuelle **Dias**. Il convient d'ailleurs de mentionner les exemples suivants: - «...*per mortem Ioannis Didaci*»²⁸;

²⁵ PETRUCCI, Armando — *Breve storia della scrittura latina*, Bagato Libri, 1989, pp. 182-183. Cf. fig. 1.

²⁶ PETRUCCI, Armando — *O. c.*, p. 184. Cf. fig. 2.

²⁷ PETRUCCI, Armando — *O. c.*, p. 167.

²⁸ A.D.B., Registo geral, n.º 313, fl. 189. Cf. fig. 4.

«... per mortem **Dieç** (= Diez)»²⁹; «... investimus ... **Rodericum Diç** (= Diz)»³⁰ et «...per obitum **Ioannis Diz** (sic)³¹. Dans les deux cas, la lettre **z** est rendue par **ç**.

Du point de vue paléographique, aucun autre aspect intéressant n'est à révéler. Cependant, de par l'analyse du contenu documentaire, l'influence de l'humanisme devient flagrante, non seulement dans la correction grammaticale du latin (vu que la nature juridique des documents ne permettait guère de révéler une quelconque capacité d'écriture avec élégance et beauté littéraire), mais également dans la présentation des éléments chronologiques de la date. En effet, les jours de la semaine - exception faite du dimanche³² — sont systématiquement indiqués suivant le planétarium et le panthéon romains: — *die lune*³³, *die Iovis*³⁴, *die Veneris*³⁵, un procédé en soi absolument contraire à l'usage portugais.

3.3. La nouveauté de son écriture

Comme nous avons annoncée au début de la préparation de ce Colloque, nous considérons l'écriture de Francesco Cavalcanti une nouveauté au Portugal en 1482. Il nous faut à présent justifier notre affirmation. Pour ce faire, il nous semble que la seule manière serait de recourir à une comparaison de ses manuscrits avec les écritures en usage chez les greffiers qui, comme lui, furent au service de D. Frei Justo Baldino à la chancellerie épiscopale de l'évêché de Ceuta, dont le siège se trouvait à Valença do Minho où ils firent le registre des actes administratifs de ce prélat, ainsi avec d'autres formes d'écritures en usage, notamment à la chancellerie royale.

Ainsi donc, si nous confrontons l'écriture du premier copiste du *Livre des Confirmations* jusqu'en 1488³⁶ — qui dépasse de six ans la date où Francesco Cavalcanti écrivit les documents dont nous jugeons ici l'écriture³⁷ —, force est de conclure sans hésiter que, entre les deux, il

²⁹ A.D.B., *Registo geral*, n.º 313, fl. 190v.

³⁰ A.D.B., *Registo geral*, n.º 313, fl. 189v.

³¹ A.D.B., *Registo geral*, n.º 313, fl. 188v. Cf. fig. 3.

³² A.D.B., *Registo geral*, n.º 313, fl. 190: — « die dominica ». Cf. fig. 5.

³³ A.D.B., *Registo geral*, n.º 313, fls. 188, 190v.

³⁴ A.D.B., *Registo geral*, n.º 313, fl. 191.

³⁵ A.D.B., *Registo geral*, n.º 313, fls. 188v, 189, 189v, 191v. Cf. figs. n.ºs 3 et 6.

³⁶ A.D.B. *Registo geral*, fls. 166 et fl. 171v. Cf. figs. n.ºs 7 et 8.

³⁷ A.D.B., *Registo geral*, n.º 313, fls. 188v, 189, 190 et 191v. Cf. figs. n.ºs 3, 4, 5 et 6.

n'existe rien de commun, et il faut tirer la même conclusion en ce qui concerne l'écriture du notaire apostolique, João de S. Domingos, qui lui succéda en charge en tant que «*scripvo m. jurado do dicto Senhor Bispo*»³⁸. Si la première de ces deux écritures se situe à la suite du gothique cursif de transition, marquée par une évidente tendance à arrondir, inhérente à l'influence grandissante de l'humanisme, la deuxième, de son côté, révèle de manière prédominante les signes de survivance d'un certain style gothisant. Toutefois, si nous examinons les écritures des registres qui précèdent et qui suivent les manuscrits de Francesco Cavalcanti, insérées dans ce codex, datés de 1508³⁹ et 1511⁴⁰ respectivement, les choix retombent indiscutablement sur la cursivité de l'écriture exécutée dans laquelle on détecte déjà des tentatives significatives de ce qui deviendra plus tard l'écriture enchaînée (*encadeada*) du XVI^e siècle. Dans l'un ou l'autre de ces deux cas, le contraste vis-à-vis de l'écriture de Francesco Cavalcanti demeure flagrant.

Si de cette confrontation avec les écritures de la chancellerie de D. Frei Justo Baldino nous passons à la chancellerie royale, nous n'avons guère plus de chance, vu que, à l'exception d'un cas, de douze ans postérieur, les différences demeurent profondes, comme le démontre la confrontation des manuscrits de Francesco Cavalcanti avec les exemplaires graphiques exécutés à la cour, que ce soit à Lisbonne (1477)⁴¹, à Almeirim (1484)⁴², à Santarém (1487⁴³ et 1496⁴⁴), ou de nouveau à Lisbonne (1504⁴⁵ et 1505⁴⁶).

Dans le cadre de ce procédé comparatif, il nous semble également correct d'envisager la confrontation avec toute une correspondance parvenue à la Cour, comme ce fut le cas en 1500 avec la lettre où Pêro Vaz de Caminha⁴⁷ annonçait à D. Manuel I la nouvelle de la découverte du

³⁸ A.D.B., *Registo geral*, n.º 313, fl. 172. Cf. fig. 9.

³⁹ A.D.B., *Registo geral*, n.º 313, fl. 186v. Cf. fig. 10.

⁴⁰ A.D.B., *Registo geral*, n.º 313, fl. 195. Cf. fig. 11.

⁴¹ A.C.M.L., *Livros dos Reis*, cód. 18, n.º 48. Cf. fig. 12. NUNES, E. Borges — *Album...*, n.º 61.

⁴² A.C.M.L., *Livros dos Reis*, cód. 24, n.º 31. Cf. fig. 13. NUNES, E.B. — *O. c.*, n.º 62.

⁴³ Florença, *Archivio di Stato, Mediceo avanti il Principato*, filza 47, n.º 2. Cf. fig. 14. NUNES, E.B. — *O. c.*, n.º 63.

⁴⁴ A.N.T.T., *Fundo Antigo*, n.º 749, fl. 3. Cf. fig. 15. NUNES, E.B., *O. c.*, n.º 67.

⁴⁵ A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 22, fl. 89v, doc. 1. Cf. fig. 16. NUNES, E.B. — *O. c.*, n.º 71.

⁴⁶ A.N.T.T., *Chanc. de D. Manuel I*, liv. 22, fl. 110v. Cf. fig. 17. NUNES, E.B. — *O. c.*, n.º 70.

⁴⁷ A.N.T.T., *Carta de Pêro Vaz de Caminha, Casa Forte*, fl. 1. Cf. fig. 18. COSTA, P.º Avelino de Jesus da — *Álbum de Paleografia e Diplomática Portuguesas*, 5.ª ed., Coimbra, 1990, n.º 152.

Brésil, et dont l'écriture caractérise une époque, et est si bien connue pour son importance.

Les comparaisons que nous venons de faire en deux contextes différents, soulignent la nouveauté, chez nous, de l'écriture de Francesco Cavalcanti.

4. Une exception

Il nous faut à présent expliquer le cas de l'exception citée un peu plus haut. Il s'agit de la lettre adressée par D. João II à Pierre de Médicis, en 4-05-1494⁴⁸. Elle fut écrite en *humanistique cursive*, à notre avis, par Cataldo Parisio Sículo, qui était en très bons termes avec D. João II en tant que précepteur de son fils bâtard, D. Jorge, en faveur de qui fut, le 4-07-1493⁴⁹, revue la pension annuelle de trente mille *reais blancs*, octroyée le 23-05-1488⁵⁰. Quoique installé au Portugal, il poursuivait son échange épistolaire avec de nombreux italiens et il ne faut pas oublier que cette lettre est de douze ans postérieure aux documents écrits par Francesco Cavalcanti et, pourtant, ne diminue en rien le concept de nouveauté introduit d'emblée au début de notre communication. Cette remarque est également valable en ce qui concerne le bref du pape Pie II, expédiée en 1460⁵¹, en *humanistique cursive*, fort semblable à celle qui nous occupe, mais qui ne connut aucun impact dans notre milieu culturel.

5. Nouveauté sans suite

Reste à ajouter que vers la fin du XV^{ème} siècle, le scriptorium de la chancellerie royale, avec l'organisation de la célèbre collection, connue comme *Leitura Nova*⁵², et des nombreux «*forais manuelinos*», pratiqua beaucoup l'écriture *humanistique libraire*, tandis que l'*humanistique cursive*, malgré l'apport de Francesco Cavalcanti, dont l'écriture constitua une véritable nouveauté, ne se développa guère!

⁴⁸ Florença, *Archivio di Stato, Mediceo avanti il Principato*, filza 47, n.° 3. Cf. fig. 21. NUNES, E. B. — *O. c.*, n.° 65.

⁴⁹ *Chartularium Universitatis Portugalensis*, vol. IX, p. 118. À cette date, le célèbre humaniste italien était «*mestre de dom jorje meu muito prezado e amado filho*», raison qui nous fait penser que les dix mille *reais* annuels ainsi octroyés constituèrent une actualisation du montant octroyé en 1488

⁵⁰ *Chartularium Universitatis Portugalensis*, vol. VIII, p. 293.

⁵¹ A.D.B., *Vilar de Frades*, antigo vol. 6, fl. 63.

⁵² A.N.T.T., *Leitura Nova. Além Douro*, liv.3, fl. 67. Cf. fig. 22.

Α. Ε. Τ. Α. : ipsum autem crassissimum dicitur duas esse quasi canaliculas quas
 dicitur uel fistulas. Unaq; ab oris fauibus proficisci deorsum per earumq;
 iteram deduci de labiq; in stomachum esculentia omnia & potulenta.
 Unaq; ferri in uentriculum qui graece appellatur. Η ΚΑΤΩ ΚΟΙΛΙΑ.
 Unaq; ibi sibi degerit. Ac deinde aridiora ex his retremitentia in al.
 uum. conuenire quod graece. ΚΟΛΟΝ. dicitur. humidiora perennes
 uel. per alteram autem fistulam quae graece nominatur. Η ΑΝΩ

Un esempio della corsiva del Niccoli nel ms. Firenze, Bibl. Naz. Conv. Soppr. I. IV 26, contenente Celso (si notino le espressioni in greco vergate in maiuscole).

Figura 1 — PETRUCCI, A. — *Breve storia...*, p. 182

debant multiplices atque omnigena monstra referentes. Quo-
cunque aduenisset: effuse pene populariter obviam: nati-
ones adorabant: Ac certatim collatis donarijs temple-
a extruebant. Nec non ex solido Argento atque Auro
constituebant simulacra. Ad Heliopolum autem ca-
est Solij (uitas: cum uenisset: Heliopolitani portas
clauserunt: Quod quidem portento necessitati fecit
experimidarum uirum. Et quod erant per pauci:
intra muros defensores haud magno negotio expugna-
turum ratum: Tormentis primum machinisque admo-
tis: ut urbem dederent postulabat. Cum nihilominus
repugnarent fortes: Maiores hostis multo conatus
parat. Terrenis ergo et lapidibus quibus super ur-
bem pluebat: & carnibus aggressus: & ardenti caelo
inferior comparebat. Nec Larum minus terribiles
inferabant signa. Quae nescio quo pacto maiorem
etiam: quam ueri metus consternationem solent afferre:
His in difficultatibus oraculum obsessi adierunt.

Un esempio di umanistica corsiva di mano del Sinibaldi nel ms. 54.3 della bibl. Medicea Lau-
renziana di Firenze, del 1481, contenente *Apologi* di B. Scala

Figura 2 — PETRUCCI, A. — *Breve storia...*, p. 184

188v

Capella curata Sancte Mariae de Verdoueyo

Vacante capella curata sancte Mariae de Verdoueyo die 7 septem in
 administratione olim uocata iudicium nunc aut iudicium app^o perpetuo unite
 ecclesie septem p^o obitu Joannis die: olim ultimi et immediati rectoris
 eiusdem Beati in christo fr^o et am^o d^oni Iulius de baldino de padua fuit
 utriusq^{ue} doctor. Ep^{us} septem et primas Africae s^{mo} d^oni n^ori pp^o Beffere
 n^odarus domesticus: ad provisionem Abbatis et monach^o Monasterij s^o felix de
 frisco die 7 septem die 7. Instituit et confirmavit i^o legitimum rectorem d^ote
 capella curate Joannem Martini p^obyterum septem ad hoc idoneum spu
 ritu p^o d^oni provisionem committendo illi curam et regimen spiritualib^{us} et
 temporalib^{us} cum conditionib^{us} de quib^{us} infra in sequenti^{bus} sic cautur. et in
 infra provisionis. Rogatur de confirmatione et institutione huiusmodi
 Franciscus rualdus doctor sacre theologie app^o et p^o facti Be^o d^oni
 epi septem scriba. In oppido ualant^o Apr^o Min^o die 7 die 7 die 7
 nona Augusti Anno incarnationis d^oni Millesimo quadringentesimo octavo
 primo mense ibidem Be^o p^o fr^o philippo Jordanus Abbate Monaste
 rij de gansu die 7 die 7 petro fernand^o p^obytero et medio m^o ecclesie
 gonzagall^o et Andrea gonzaluz t^oro Vlychon die 7 et alij ~

Figura 3 — A.D.B., Registo geral, n.º 313, fl. 188v.

Medietas sine cura sancti Cipriani de pinhero.

Varamus Medietas sine cura sancti Cipriani de pinhero: dicitur Septem In ad-
 ministracione olim tuden: nunc vnita ppetuo epatus septem. Nos iustus dei
 et aptus sedis gra epus septem et primas Affric. S^m dñi nri pape Sixti
 referenciarum domini: ad pntacionem Abbatis et monasterij sancti feli-
 cis de frictas eiusdem dioc: qui st in possessione pntandi: ad dicta me-
 dietatem in illam uarare contingit. Que medietas uarauit p mortem
 Ioanis dis: ultimi et immediati rectoris et possessoris eiusdem Inuestimus
 et confirmauimus in eadem aucta nra ordinaria: p bñcti nri In capi-
 te eius disposicionem: frōn gondifaluu: monachi ordinis sancti bñdicti:
 professorum dicti monasterij In sacris ordibz constitutu illiq regni dicitur
 eorum sine medietatis sine cura remisimus in pualibz et temporalibz
 que ut moris e ad sancta dei euangelia iurauit nobz et successoribz
 nris obiam et. Rogatus de Inuestro confirmacionis et Institutionis
 Franciscus caualcarum doctor: notarius aptus et scriba noster: In
 oppido Valencia sup Minu: dicti dioc: die venis nona mensis
 Augusti Anno Incarnacionis Inire M^oCC^oXL^o quadragesimo octavo
 Inno tercio. Inntibz Iohann D^o dñi fr̄ philipo Jordani Abbate monasterij
 de gambi: et petro ferdinan pñtato: medico rom^o In artia portugallen
 et Andrea gondifaluu tiro vlyebonen dioc: et alijs.

190
1482 Medietas sine cura ecclie sancti Laurentij de
traaco

Vacante Medietate ecclie sine cura sancti Laurentij deovado: diebus septem in
administracione tuncdem olim usata nunc autem per nos et per nos ecclie septem per
mortem Joannis Stephani ultimi et immediati rectoris eiusdem: et
cuiusd alio iustitico pntario et omnimoda disposicio ad nos et eccliam
nram septem pleno iure spectat et pertinet. Nos iustus baldinus dei ex
app. iudis gra epus septem et primas Africa: omni dñi nri pp. reverendissimi
domini autem nra ordinaria de dñi medietate sic ut pmissum nra
Andree gondufalui de castro de thro ulixbon diebus in mioribus respicere
familiam nra providimus. Illi iustitico pntario et reformando: per
brevis nri iustitico suo imperacionem. Comitando illi administracionem et pntalib
et specialib diebus ecclie sine cura. prestita nobis per ipsum soluto et
consueto obis et fidelitatis iuramento. Rogatus de impro collacionis et
confirmacionis huiusmodi. Transitus casualitate doctor. notarius app.
per pntis nri in oppido valentia de Minio nra diebus die dominica
Undecima mensis Augusti anni nati dñi Milite quadring^{mo} octing^{tesimo}
secundo quibus petro ferdinandi medio ramo in ecclia portugallen. et
post gondufalui medio ramo in ecclia colimbrici. et alijs: —

1910

1782. Cancellarius et pbranda in cattedra ecclesie s. stephani de valencia sup
manu dno septem.

Venerabilis Cancellarius et pbranda in cattedra ecclesie sancti stephani de valencia sup Minori
diocesis septem: olim administravit eundem: nunc autem dicitur auctore ap. ecclesie septem: per
liberum resignat: in manu nra sponte facta et nos admittimus p. gondalvum gomozij
replem. curam p. dicit ecclesie s. stephani: tamq. procuratorem et co. nos. Alium gon-
dialvum de hona: ultimi eiusdem cancellarius et pbr. v. nra et pbr. ut de sua
procuracionis manu dicitur q. procuracionis nra: manu Sacerdotis istius notarij
eundem sub die .xv. mensis Julij anni 1782. Nos iustus episcopus septem. huiusmodi
resignat. admissa: deditis renovatu et pbr. sic ut p. mittitur usum aucto-
ritate ordinaria: et quae. rite institutio confirmare: et omnia dispositio
ad nos et ecclesiam nram septem pleno iure p. nos et p. nos: promissimus
Gomozio Alphonsi rito nra dicit in nra nra. illi q. annu. nra idigit
suo imperacionem inestiam: cu. plenitudine nra racioni. Begion et administrat
bonae omni iurii et p. nra dicit racioni et pbr. sibi plenaria
concedit. Abibit christo illi in manu nra solus fidelitate. Invenio s. nra
forma p. nra. Rogatus de supra racioni institutioni et confirmacioni bu-
iusmodi. Franciscus cavallero doctor et s. nra die usum: die s. nra
mensis septembris anni humani dicit Mcccc. xxxij. In p. de Valen-
cia sup Minori nra dicit: eundem ibidem Andrea gondalvum rito
Vhibon dicit et Aris barosi f. nra dicit nra racioni et alio.

Figura 6 — A.D.B., Registo geral, n.º 313, fl. 191v.

H. Appon esto tuta olim qd dicitur d'aposto
 d'us l'p'by d'us vallim d'us d'us p' ampa an g'f'
 d'us p'p'ul d'us m'p'p'ul d'us p'p'ul d'us p'p'ul d'us p'p'ul
 p'p'ul d'us p'p'ul d'us p'p'ul d'us p'p'ul d'us p'p'ul
 d'us p'p'ul d'us p'p'ul d'us p'p'ul d'us p'p'ul d'us p'p'ul
 d'us p'p'ul d'us p'p'ul d'us p'p'ul d'us p'p'ul d'us p'p'ul

Villa noua

H. Appon esto p'p'ul d'us d'us d'us d'us d'us
 d'us d'us d'us d'us d'us d'us d'us d'us d'us d'us
 d'us d'us d'us d'us d'us d'us d'us d'us d'us d'us
 d'us d'us d'us d'us d'us d'us d'us d'us d'us d'us
 d'us d'us d'us d'us d'us d'us d'us d'us d'us d'us
 d'us d'us d'us d'us d'us d'us d'us d'us d'us d'us

H. de p'p'ul d'us d'us d'us d'us d'us d'us d'us
 d'us d'us d'us d'us d'us d'us d'us d'us d'us d'us
 d'us d'us d'us d'us d'us d'us d'us d'us d'us d'us
 d'us d'us d'us d'us d'us d'us d'us d'us d'us d'us
 d'us d'us d'us d'us d'us d'us d'us d'us d'us d'us
 d'us d'us d'us d'us d'us d'us d'us d'us d'us d'us
 d'us d'us d'us d'us d'us d'us d'us d'us d'us d'us
 d'us d'us d'us d'us d'us d'us d'us d'us d'us d'us
 d'us d'us d'us d'us d'us d'us d'us d'us d'us d'us

Figura 7 — A.D.B., Registo geral, n.º 313, fl. 166.

De Suis cibariis & pignoris dacti sua dicit vna
 carta de ruyra q'olle dicitur q'od q'ito a d'ito p'one
 no tolgunt aros p'dictos suos s'ubstantia in abut aliud
 p'ora sua d'ito q'firmat d'icta in d'icta d'icta a d'ito
 a d'ito am' d'icta d'icta p' d'icta d'icta d'icta d'icta
 d'icta d'icta d'icta d'icta d'icta d'icta d'icta d'icta
 d'icta d'icta d'icta d'icta d'icta d'icta d'icta d'icta

Monte thubul.

Hic fuit p'ista q'uo d' d'icta d'icta d'icta d'icta d'icta
 d'icta d'icta d'icta d'icta d'icta d'icta d'icta d'icta
 d'icta d'icta d'icta d'icta d'icta d'icta d'icta d'icta
 d'icta d'icta d'icta d'icta d'icta d'icta d'icta d'icta
 d'icta d'icta d'icta d'icta d'icta d'icta d'icta d'icta
 d'icta d'icta d'icta d'icta d'icta d'icta d'icta d'icta
 d'icta d'icta d'icta d'icta d'icta d'icta d'icta d'icta
 d'icta d'icta d'icta d'icta d'icta d'icta d'icta d'icta
 d'icta d'icta d'icta d'icta d'icta d'icta d'icta d'icta
 d'icta d'icta d'icta d'icta d'icta d'icta d'icta d'icta

capilla d'icta

Hic apponit q' d'icta Navilla d'icta d'icta d'icta d'icta
 d'icta d'icta d'icta d'icta d'icta d'icta d'icta d'icta
 d'icta d'icta d'icta d'icta d'icta d'icta d'icta d'icta
 d'icta d'icta d'icta d'icta d'icta d'icta d'icta d'icta
 d'icta d'icta d'icta d'icta d'icta d'icta d'icta d'icta
 d'icta d'icta d'icta d'icta d'icta d'icta d'icta d'icta
 d'icta d'icta d'icta d'icta d'icta d'icta d'icta d'icta
 d'icta d'icta d'icta d'icta d'icta d'icta d'icta d'icta

Justus Episcopus Septensis

Figura 8 — A.D.B., Registo geral, n.º 313, fl. 171v. Na 5.ª linha, a contar de baixo, está a assinatura de D. Frei Justo Baldino: — Justus Episcopus Septensis..

186v.

nos f. d. f. d. canonis romo q. p. p. p.
 et nos f. d. f. d. canonis romo q. p. p. p.
 et nos f. d. f. d. canonis romo q. p. p. p.
 et nos f. d. f. d. canonis romo q. p. p. p.
 et nos f. d. f. d. canonis romo q. p. p. p.
 et nos f. d. f. d. canonis romo q. p. p. p.
 et nos f. d. f. d. canonis romo q. p. p. p.
 et nos f. d. f. d. canonis romo q. p. p. p.

nos f. d. f. d. canonis romo q. p. p. p.
 Capella dimozudo
 nos f. d. f. d. canonis romo q. p. p. p.
 nos f. d. f. d. canonis romo q. p. p. p.
 nos f. d. f. d. canonis romo q. p. p. p.
 nos f. d. f. d. canonis romo q. p. p. p.
 nos f. d. f. d. canonis romo q. p. p. p.
 nos f. d. f. d. canonis romo q. p. p. p.
 nos f. d. f. d. canonis romo q. p. p. p.
 Capella dimozudo

nos f. d. f. d. canonis romo q. p. p. p.
 nos f. d. f. d. canonis romo q. p. p. p.
 nos f. d. f. d. canonis romo q. p. p. p.
 nos f. d. f. d. canonis romo q. p. p. p.
 nos f. d. f. d. canonis romo q. p. p. p.
 nos f. d. f. d. canonis romo q. p. p. p.
 nos f. d. f. d. canonis romo q. p. p. p.
 nos f. d. f. d. canonis romo q. p. p. p.
 nos f. d. f. d. canonis romo q. p. p. p.
 nos f. d. f. d. canonis romo q. p. p. p.

Figura 10 — A.D.B., Registo geral, n.º 313, fl. 186v.

[Illegible handwritten text in Portuguese script, likely from a historical document or letter. The text is extremely faded and difficult to decipher, but appears to be a formal or official communication.]

Figura 13 — A.C.M.L., Livros dos Reis, cód. 24, n.º 31.

XLVII

1898 67

Dames de grece. Les pascapades et alchidion, avec et uirid i mare in effe et s'no g'pines. Magnifico Laurentio de Medicis cuius iam
 meo florentino amico nro sal. Salt. p'f. A p'ncipis in primis gratias. Al. v. de usiro et ipa nos ato ante studio. Quo iusto noie cum i
 carissima nre est redatum et ip' p'ncipis gratias. Al. v. de usiro et ipa nos ato ante studio. Quo iusto noie cum i
 et ut q' paratissima et propriissima et s'lor p'ncipis. q' gemi cum ita s'no ab re uicis q' p'ncipis s'lor et s'lor. Quae
 ob rem. Al. v. rogans ut ipm et nra comendatissimum in d'ns suscipiat ante d'nc'atorem comiceoy tra m'u faciat. C. ne q' de transit
 neunt nre dignitatis p'ncipis rety uere affectum. Ex. Sanctissima. x. v. De octobris. 1. 4. 8. 7.

[Handwritten signature: Edm. Galione]
 Edm: Edmundo Galione:

Figura 14 — Florença, Archivio di Stato avanti il Principato, filza 47, n.º 2.

20 Cox

 0

 [Handwritten musical notation: treble clef, staff with notes and rests]

 [Handwritten text in a medieval script, likely a mix of Latin and a vernacular language, possibly Galician or Portuguese. The text is written in a cursive hand with some abbreviations and symbols.]

 [A second section of handwritten text and musical notation follows, also including a staff with notes.]

20 H

Figura 15— A.N.T.T., Fondo Antigo, n.º 49, fl. 3.

Handwritten text in a medieval script, likely Gothic or similar, with a large initial 'D' at the top left. The text is dense and appears to be a page from a manuscript, possibly a liturgical book or a historical document. The script is highly stylized and difficult to decipher without specialized knowledge. The page is numbered '110v' in the bottom right corner.

Figura 17 — A.N.T.T., Chanc. de D. Manuel I, liv. 22, fl. 110v.

Nobili ac magnifico Cuiusdam Medici amico meo Cuiusmodi Johannis de Sanna R. de Longobardi de Sanna
in loco Domini Guynice 5. 7. 8. 9. 10. 11. 12. 13. 14. 15. 16. 17. 18. 19. 20. 21. 22. 23. 24. 25. 26. 27. 28. 29. 30. 31. 32. 33. 34. 35. 36. 37. 38. 39. 40. 41. 42. 43. 44. 45. 46. 47. 48. 49. 50. 51. 52. 53. 54. 55. 56. 57. 58. 59. 60. 61. 62. 63. 64. 65. 66. 67. 68. 69. 70. 71. 72. 73. 74. 75. 76. 77. 78. 79. 80. 81. 82. 83. 84. 85. 86. 87. 88. 89. 90. 91. 92. 93. 94. 95. 96. 97. 98. 99. 100. 101. 102. 103. 104. 105. 106. 107. 108. 109. 110. 111. 112. 113. 114. 115. 116. 117. 118. 119. 120. 121. 122. 123. 124. 125. 126. 127. 128. 129. 130. 131. 132. 133. 134. 135. 136. 137. 138. 139. 140. 141. 142. 143. 144. 145. 146. 147. 148. 149. 150. 151. 152. 153. 154. 155. 156. 157. 158. 159. 160. 161. 162. 163. 164. 165. 166. 167. 168. 169. 170. 171. 172. 173. 174. 175. 176. 177. 178. 179. 180. 181. 182. 183. 184. 185. 186. 187. 188. 189. 190. 191. 192. 193. 194. 195. 196. 197. 198. 199. 200. 201. 202. 203. 204. 205. 206. 207. 208. 209. 210. 211. 212. 213. 214. 215. 216. 217. 218. 219. 220. 221. 222. 223. 224. 225. 226. 227. 228. 229. 230. 231. 232. 233. 234. 235. 236. 237. 238. 239. 240. 241. 242. 243. 244. 245. 246. 247. 248. 249. 250. 251. 252. 253. 254. 255. 256. 257. 258. 259. 260. 261. 262. 263. 264. 265. 266. 267. 268. 269. 270. 271. 272. 273. 274. 275. 276. 277. 278. 279. 280. 281. 282. 283. 284. 285. 286. 287. 288. 289. 290. 291. 292. 293. 294. 295. 296. 297. 298. 299. 300. 301. 302. 303. 304. 305. 306. 307. 308. 309. 310. 311. 312. 313. 314. 315. 316. 317. 318. 319. 320. 321. 322. 323. 324. 325. 326. 327. 328. 329. 330. 331. 332. 333. 334. 335. 336. 337. 338. 339. 340. 341. 342. 343. 344. 345. 346. 347. 348. 349. 350. 351. 352. 353. 354. 355. 356. 357. 358. 359. 360. 361. 362. 363. 364. 365. 366. 367. 368. 369. 370. 371. 372. 373. 374. 375. 376. 377. 378. 379. 380. 381. 382. 383. 384. 385. 386. 387. 388. 389. 390. 391. 392. 393. 394. 395. 396. 397. 398. 399. 400. 401. 402. 403. 404. 405. 406. 407. 408. 409. 410. 411. 412. 413. 414. 415. 416. 417. 418. 419. 420. 421. 422. 423. 424. 425. 426. 427. 428. 429. 430. 431. 432. 433. 434. 435. 436. 437. 438. 439. 440. 441. 442. 443. 444. 445. 446. 447. 448. 449. 450. 451. 452. 453. 454. 455. 456. 457. 458. 459. 460. 461. 462. 463. 464. 465. 466. 467. 468. 469. 470. 471. 472. 473. 474. 475. 476. 477. 478. 479. 480. 481. 482. 483. 484. 485. 486. 487. 488. 489. 490. 491. 492. 493. 494. 495. 496. 497. 498. 499. 500. 501. 502. 503. 504. 505. 506. 507. 508. 509. 510. 511. 512. 513. 514. 515. 516. 517. 518. 519. 520. 521. 522. 523. 524. 525. 526. 527. 528. 529. 530. 531. 532. 533. 534. 535. 536. 537. 538. 539. 540. 541. 542. 543. 544. 545. 546. 547. 548. 549. 550. 551. 552. 553. 554. 555. 556. 557. 558. 559. 560. 561. 562. 563. 564. 565. 566. 567. 568. 569. 570. 571. 572. 573. 574. 575. 576. 577. 578. 579. 580. 581. 582. 583. 584. 585. 586. 587. 588. 589. 590. 591. 592. 593. 594. 595. 596. 597. 598. 599. 600. 601. 602. 603. 604. 605. 606. 607. 608. 609. 610. 611. 612. 613. 614. 615. 616. 617. 618. 619. 620. 621. 622. 623. 624. 625. 626. 627. 628. 629. 630. 631. 632. 633. 634. 635. 636. 637. 638. 639. 640. 641. 642. 643. 644. 645. 646. 647. 648. 649. 650. 651. 652. 653. 654. 655. 656. 657. 658. 659. 660. 661. 662. 663. 664. 665. 666. 667. 668. 669. 670. 671. 672. 673. 674. 675. 676. 677. 678. 679. 680. 681. 682. 683. 684. 685. 686. 687. 688. 689. 690. 691. 692. 693. 694. 695. 696. 697. 698. 699. 700. 701. 702. 703. 704. 705. 706. 707. 708. 709. 710. 711. 712. 713. 714. 715. 716. 717. 718. 719. 720. 721. 722. 723. 724. 725. 726. 727. 728. 729. 730. 731. 732. 733. 734. 735. 736. 737. 738. 739. 740. 741. 742. 743. 744. 745. 746. 747. 748. 749. 750. 751. 752. 753. 754. 755. 756. 757. 758. 759. 760. 761. 762. 763. 764. 765. 766. 767. 768. 769. 770. 771. 772. 773. 774. 775. 776. 777. 778. 779. 780. 781. 782. 783. 784. 785. 786. 787. 788. 789. 790. 791. 792. 793. 794. 795. 796. 797. 798. 799. 800. 801. 802. 803. 804. 805. 806. 807. 808. 809. 810. 811. 812. 813. 814. 815. 816. 817. 818. 819. 820. 821. 822. 823. 824. 825. 826. 827. 828. 829. 830. 831. 832. 833. 834. 835. 836. 837. 838. 839. 840. 841. 842. 843. 844. 845. 846. 847. 848. 849. 850. 851. 852. 853. 854. 855. 856. 857. 858. 859. 860. 861. 862. 863. 864. 865. 866. 867. 868. 869. 870. 871. 872. 873. 874. 875. 876. 877. 878. 879. 880. 881. 882. 883. 884. 885. 886. 887. 888. 889. 890. 891. 892. 893. 894. 895. 896. 897. 898. 899. 900. 901. 902. 903. 904. 905. 906. 907. 908. 909. 910. 911. 912. 913. 914. 915. 916. 917. 918. 919. 920. 921. 922. 923. 924. 925. 926. 927. 928. 929. 930. 931. 932. 933. 934. 935. 936. 937. 938. 939. 940. 941. 942. 943. 944. 945. 946. 947. 948. 949. 950. 951. 952. 953. 954. 955. 956. 957. 958. 959. 960. 961. 962. 963. 964. 965. 966. 967. 968. 969. 970. 971. 972. 973. 974. 975. 976. 977. 978. 979. 980. 981. 982. 983. 984. 985. 986. 987. 988. 989. 990. 991. 992. 993. 994. 995. 996. 997. 998. 999. 1000.

S. J. F.

Figura 19 — Florença, Archivio di Stato..., filza 47, n.º 3.

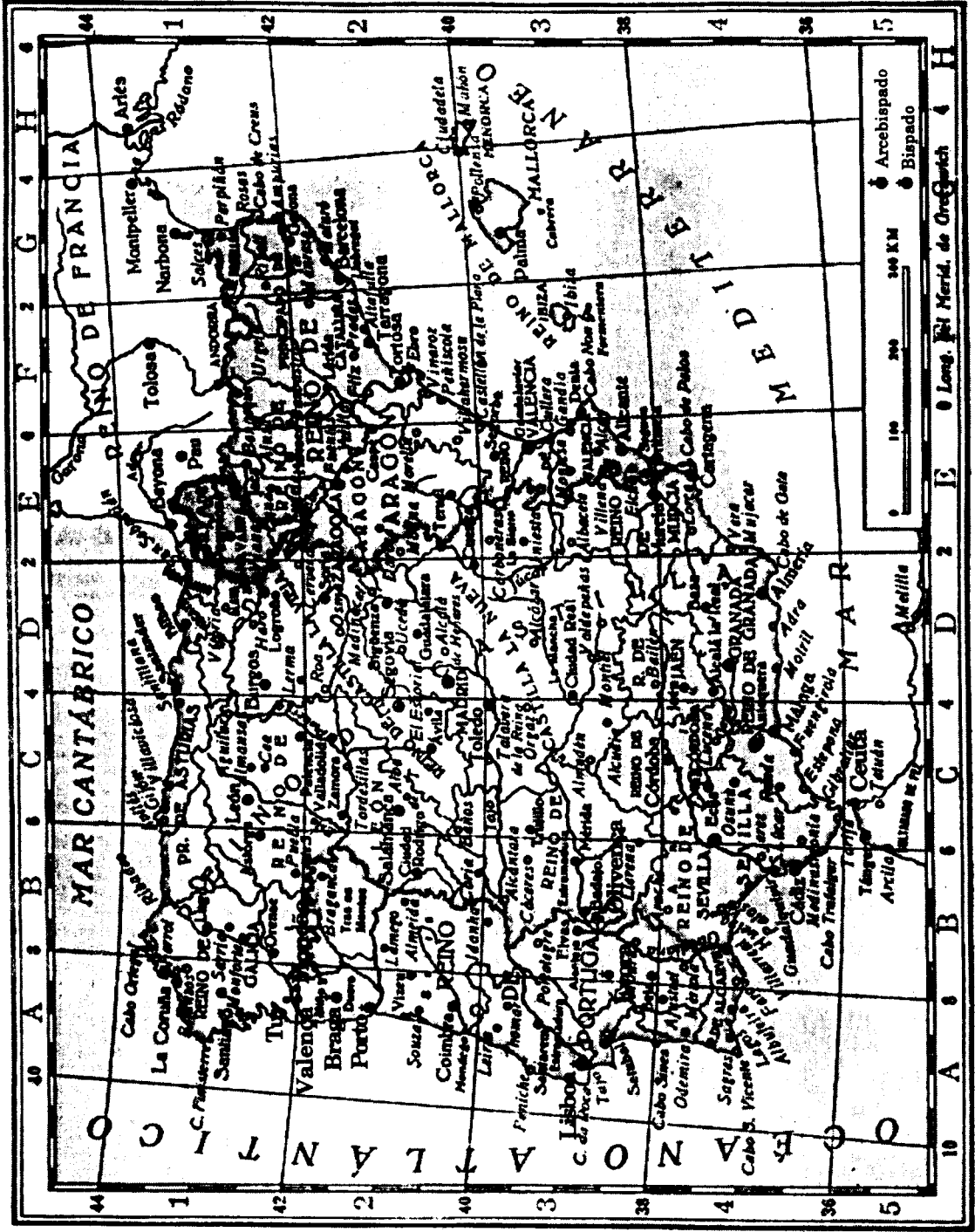
lxvii

de nosse Regnos mandamos om fizes all
grua obvia pem mare feyrlp ro cast
llo tu cidade de bingunq naç quales nu
damos semp todos possidz que nem
humã dellas nam fosse elcuidado por
pnuilegio nem liberdade que tenesse na
quall obm p senyria della entmum
ca monidorea p lauidorea tu comedi
de langrioma que he do mestindo de
xp̄ de que om he comentadoo marim
mender de nalconcellos fiduipio tu no
sta casa. Oquall por liberdade tu dim
hordem nos sequato p pedio por mere
que mandassemos que os lauidorea
p monidorea tu dim comento nom fo
stem cõstringidos pem auerem de ser
mz nuz dms obvia p lbe mandasse
mos guardas jurcamente senz puy
legnos p liberdades que tem sobre ello
p por que pellas tiraxã sobre dms
nos omnessemos por bem que elles se
uitem em ellas. lbe mandamos vo
ppr que por esta vez elle onam omne
ste por agnino p lbe promette que
semissẽ p elle vendo que em s̄to hec
biamos semey por sei coula que tu
ro telena no bem de nosse Regnos
nos respõdes que se fizesse como nos
omnessemos por bem por que em todo
tempo no diante se sabem como esto
pustam p que este semey que om assy
mandamos que os tu tepp de sua co
marca fizessem nas dms obvias nõ
perindicarem alens pnuilegios p liber
dades. Nos pedia por merce que asy
oedclaussemos per nossa cura. Cuz
ro seu bquenmento sei iusto. prone
mos dello p per esta presente quere
mos p mandamos que amlidia na
dms obvia seia pnuilegio p liberd

tes de em diante lbe seiam muy conp
tu mente conputos p guardados assy p
pella grua que em ellas he contende
por que nossa reuam nuzas sey nem
he de humos nem consentimmos lbe
contra ellas. Galli oedclaussemos posto
que em ellas agom por seu puzer onz
esto seiam. E por sua guarda lbe ma
damos tu esta nossa cura. Dito en
qualla dalemquer ayxty dia tomes
pombio. Peduclaussemos abz Anno de
m̄s̄ m̄ lxxvij. E por consentimmos de
nossa lante nom asinamos p asinon
abumbi por nos.
A cidade de bingunq. Puz qro nos m
staba que por seu falecimento asan
sua lurosa ofeu filio herdmo hamos.
Don Joham e A qnos
esta nossa cura vren
fizemos saber que por
pre dos cidadias ptoes p monidorea
sa nossa cidade de bingunq nos sey
apresentada humã cura de pugnini
uho delley don Joham men bisauo q
era em sua lanta gloria p asclada
de seu sello pendente de quall ohoz
de s̄to q̄to he este. Don Joham
per qm̄ de de her de pugnall p de
algumẽ p S̄m̄ de xp̄m. A quito
esta nossa cura vren fizemos saber
que em estas cortes que ora se remy
per os conselhos de nosse
fpy dado huã capitulo seml no
postu ohoz mil he. Item uny di
reca que emm agnuclades os dms
hastallos por que aya tempo que
lbea nom pugniam as contra p
que quando allguã moypans dms
mos na lurofia dellea quem nossa

Pereira

Figura 20 — A.N.T.T., *Leitura Nova. Além Douro*, Liv. 3, fl. 67.



Carte de la Péninsule Ibérique. Sur la gauche se détachent Tuy, Valença, Monção, etc.

A IGREJA NO MUNDO DO INFANTE D. HENRIQUE*

por José Marques

1 — Introdução

As comemorações do VI Centenário do Nascimento do Infante D. Henrique que, há mais de um ano, vêm sendo realizadas em diversos pontos do País, para além de um melhor conhecimento da vida e obra desta figura emblemática, pretendem levar a uma compreensão mais profunda do mundo português, em que ele viveu, tanto nos aspectos políticos, económicos e demográficos, como culturais, técnicos e sociais, mas todo esse esforço ficaria mutilado se nesta visão de conjunto faltasse a presença da vertente religiosa. Na verdade, a presença de Igreja na sociedade portuguesa dos finais da Idade Média é muito complexa, sendo necessário proceder à sua análise, de vários pontos de vista, para se captar em pormenor algumas das suas manifestações mais significativas, nos finais do século XIV e ao longo do século XV.

Nesse sentido, perspectivaram-se diversas intervenções para esta secção, a que, por motivos inesperados, não foi possível responder em plenitude. Apesar disso, pensamos que as colaborações conseguidas acentuarão mais ainda a importância e a urgência de uma maior atenção ao estudo de História da Igreja, no âmbito da História de Portugal. Com efeito, uma sinopse, mesmo incompleta, sobre o estado dos mosteiros e conventos das várias observâncias religiosas e das instituições religioso-

* Comunicação apresentada ao Congresso «O Mundo do Infante D. Henrique», realizado em Angra do Heroísmo, de 5 a 9 de Junho de 1995, que, apesar de entregue para publicação nas *Actas*, também se publica aqui, com a plena anuência da Comissão Organizadora, gentileza que se agradece.

-militares, bem como a relativa às paróquias integrantes das diversas dioceses e o conhecimento dos inúmeros problemas que as atingiam é indispensável para se captar ou somente vislumbrar, dentro do possível, o nível de vivência religiosa, sendo igualmente importante, embora pela negativa, a definição do âmbito das graves carências então existentes nestes domínios. Intimamente ligadas à referida vivência religiosa, porque dela, em grande parte, decorrentes, estão os problemas da assistência aos mais diversos necessitados e os inerentes ao projecto de missionação, que na expansão ultramarina e atlântica, a que o Infante tanto se dedicou, encontrava um campo específico e privilegiado, não obstante as situações novas, inconciliáveis com o lema da difusão do Evangelho e do tantas vezes invocado «serviço de Deus», de que o intencional aumento da escravatura constitui o caso mais flagrante. E não esqueçamos que a ânsia de ocupar novas terras, mesmo anunciando públicamente a preocupação missionária, não deixou de criar dificuldades diplomáticas com outros reinos, que, sob idêntica motivação, se propunham ocupar ilhas e terras conhecidas ou a descobrir, como é sabido e teremos oportunidade de recordar.

Para além de algumas contradições que já se entrevêm neste breve enunciado, houve situações bem mais graves porque colidiam com posições teológicas, merecendo breve alusão, neste momento a prossecução, da vontade régia de submeter a jurisdição eclesiástica à sua autoridade, situação que se traduziu, de variadíssimos modos, desde a legislação mais atentatória das liberdades eclesiásticas às atitudes mais violentas, degradantes e indignas de quem ostenta o nome de cristão, como teremos oportunidade de verificar no decurso de algumas comunicações, integradas nesta secção.

Mais graves ainda, foram não só as manifestações de cariz cismático ou talvez só materialmente cismáticas, verificadas durante a fase inicial do Cisma do Ocidente, agravadas na sequência da crise dinástica de 1383-1385, com a adesão de numerosos membros do clero secular e regular, incluindo alguns bispos, à obediência avinhonesa, a que não são estranhas as opções político-partidárias de muitos deles, que tiveram de expatriar-se, sendo de fácil acesso o seu conhecimento nominal, com todo o longo cortejo de carências materiais ulteriores, a rondar o limiar da própria subsistência, agravadas, em muitos casos, por graves faltas de saúde. Mas se nesta fase ainda se pode encontrar algum atenuante no contexto da confusão política decorrente da terceira guerra fernandina e na subsequente crise dinástica, já o mesmo não se pode afirmar em relação às posições conciliaristas, expressamente assumidas por ocasião dos concílios de Constança, de Basileia e durante a fase precedente do de Ferrara-Florença.

Este simples enunciado de algumas questões e dificuldades mais graves que a Igreja teve de enfrentar em Portugal nos finais do século XIV e durante toda a centúria de Quatrocentos, mas em especial até 1460, período que constituiu, por excelência, o «mundo do Infante D. Henrique», confirma a necessidade de se intensificar o estudo da História Eclesiástica em articulação com a História de Portugal, nas suas diversas épocas e fases.

Apesar dos projectos iniciais, contingências inesperadas reduziram o número de intervenientes nesta secção, não faltando, no entanto, algumas referências dos presentes a certos aspectos que não foi possível tratar com a amplitude prevista.

Mesmo assim, cremos poder assegurar que, não obstante as lacunas abertas no programa inicial, do conjunto das quatro intervenções, ressaltarão contributos históricos a que, até agora, poucos tiveram acesso, tornando-se urgente rever afirmações e concepções generalizadas, insustentáveis à luz das fontes documentais disponíveis de há alguns anos a esta parte.

Feitas algumas observações introdutórias a esta secção, cumpre-nos informar que a nossa intervenção versará sobre os seguintes três grandes temas do século XV, ainda não completamente explorados, nem convenientemente divulgados, que passamos a apresentar:

- 1.º — Os mosteiros no século XV: sua importância e situação social e administrativa;
- 2.º — As paróquias quatrocentistas: suas funções e problemática específica.
- 3.º — e, finalmente, as manifestações conciliaristas e suas repercussões específicas.

Julgamos desnecessário encarecer a importância destes temas, não só pela vasta dimensão social dos dois primeiros, mas também pelos desvios que representam, no plano teológico, com as inevitáveis consequências disciplinares, as reiteradas posições conciliaristas da primeira metade do século XV, globalmente coincidente com os primórdios e progressos da expansão ultramarina e atlântica a que o Infante D. Henrique, cuja vida e obra nos reuniram neste Congresso. Passemos, por isso, sem delongas, à exposição de cada um destes grandes temas.

2 — Os mosteiros no século XV: sua importância e situação social e administrativa.

Tratar, em poucos minutos, o tema dos mosteiros no século XV, numa dimensão nacional, apresenta graves dificuldades, não só devido

ao seu elevado número e à falta de estudos monográficos sobre a grande maioria dos mesmos, quer considerados individualmente, quer agrupados por Ordens ou mesmo por regiões, mas também porque, correspondendo o século XV, a um período de crise económica, demográfica, social e religiosa, podemos adiantar, desde já, que se nas três primeiras vertentes, pelo menos a partir dos finais do primeiro terço de *Quatrocentos*, foram surgindo alguns sinais de recuperação, no plano religioso, a situação agravou-se e prolongou-se até ao Concílio de Trento, tendo mesmo ultrapassado esta baliza cronológica.

Bem sabemos que estas afirmações comportam o grave risco de deixar uma imagem excessivamente negativa da realidade eclesial e da própria sociedade em Portugal nesse período importante da nossa História, cumprindo-nos esclarecer também que, se nem tudo eram sombras, não há dúvida de que os aspectos positivos, igualmente detectáveis, não se impõem ao historiador de forma tão incisiva, porque não havendo necessidade de os referenciar, como acontece com os erros e desvios, a fim de lhes poder aplicar o remédio mais adequado, são facilmente esquecidos.

Sem podermos acompanhar os diversos processos de implantação das novas observâncias (beneditina, agostinha, cisterciense), ocorridas a partir dos finais do século XI, no território que viria a ser Portugal, nem as respectivas evoluções ao longo da Idade Média, convém recordar que os beneditinos e fixaram essencialmente nas dioceses de Braga, Porto e Coimbra, mas especialmente a norte do Douro. Por sua vez, os agostinhos, que irradiaram de Santa Cruz de Coimbra, a partir da sua fundação em 1131, estenderam-se para norte até Paderne, na margem esquerda do Minho, e para sul, até Lisboa, encontrando em S. Vicente de Fora o que poderemos considerar como o seu segundo pólo de irradiação. Na década seguinte, entre 1142 e 1144, segundo os dados tradicionais, começam a instalar-se entre nós os cistercienses, que, se exceptuarmos os quatro mosteiros desta Ordem existentes a norte do Douro, mais concretamente, dois na Arquidiocese de Braga e dois no entre Minho e Lima, da diocese de Tui na parte de Portugal, se fixaram, durante a Idade Média, quase exclusivamente entre Douro e Tejo, já que as terras a sul deste último rio continuavam dominadas pelos árabes. No seu conjunto, as comunidades de monges brancos, no século XV, embora a sua influência seja maior, se entrarmos em linha de conta com as comunidades das Ordem Religiosa Militar de Avis, cuja regra é de origem cisterciense, fixaram-se predominantemente na zona centro do País.

A este elevado número de mosteiros, predominantemente dispersos pelo mundo rural, detentores dos coutos, que lhes foram outorgados durante o século XII, temos de associar as comunidades mendicantes

conventuais franciscanas e dominicanas, dispersas pelos centros urbanos de acordo com os objectivos evangélicos e missionários das suas regras, a que, a partir dos finais do século XIV, vieram juntar-se os observantes franciscanos, de início, de tendência marcadamente eremítica, provenientes da província religiosa de Santiago de Compostela, em circunstâncias inseparáveis do contexto do Cisma do Ocidente. Conhecemos o sentido da expansão desta nova corrente franciscana, de norte para sul, projectando-se, posteriormente, no ultramar, norte de África e nas ilhas atlânticas.

A introdução deste novo ramo da observância mendicante franciscana, que visava uma maior aproximação vivencial do espírito do Santo Fundador, não deixou de se transmitir aos seus irmãos claustrais, ajudando-os a resistirem melhor à deletéria crise religiosa dos séculos XIV e XV, podendo, de certo modo, dizer-se que o vigor do seu exemplo contagiou também o dominicanos, como teremos ocasião de esclarecer.

Nesta síntese sobre as instituições monástico-religiosas quatrocentistas, urge mencionar o ramo dos Eremitas de Santo Agostinho, a que não tem sido prestada a devida atenção, implantados até finais do século XVI, na zona centro-sul do Reino, só tendo ultrapassado a cidade de Coimbra com a fundação do Convento do Pópulo da cidade de Braga, por D. Frei Agostinho de Jesus e Castro, nos finais do século XVI e princípios do séc. XVII. E não deveremos olvidar que no quadro das instituições de tipo monástico ou conventual, enriquecido pela diversidade das suas notas distintivas, incluía também os eremitérios franciscanos, os dos «irmãos da pobre vida» e os conventos e colégios dos Cónegos Seculares de S. João Evangelista ou colégios, especialmente votados à reforma do clero secular, representando também a assistência aos enfermos uma das vertentes mais importantes do seu estilo de vida.

Num primeiro ensaio deste género, tendente a estabelecer as bases que permitam detectar a importância e as relações das instituições monástico-conventuais portuguesas do tempo do Infante D. Henrique, no plano administrativo, além de um inventário, o mais completo possível das instituições em análise, impõe-se distinguir claramente entre aquelas que são titulares de coutos ou apenas de algumas propriedades destinadas a constituírem e consolidarem a base de subsistência dos membros das comunidades a que pertencem, já que é sobretudo através dos coutos que melhor se manifestam as relações entre as instituições monástico-conventuais e o poder civil.

Como fundamentação da análise destas relações impõe-se traçar o quadro das ordens religiosas e respectivas comunidades dispersas no Reino, no século XV, embora tenhamos consciência da enorme dificuldade

de apresentar um quadro numericamente rigoroso das comunidades então existentes, pelos mais variados motivos. Com efeito, por vezes, faltam informações exactas acerca das datas limites, impedindo-nos de sabermos quando muitas comunidades, fundadas antes de as novas observâncias se terem difundido entre nós, optaram por elas, e quais se conservavam ainda canonicamente erectas no século XV, ou, pelo contrário, quais outras foram instituídas neste século. Além disso, é necessário proceder ao confronto das fontes, pois não faltam casos em que, até nos registos da chancelaria régia, surgem referências a mosteiros e conventos contemplados pelos monarcas com algum privilégio, quando alguns desses beneficiários já tinham sido extintos pela legítima Autoridade eclesiástica¹. Conforme dissemos e agora repetimos, porque é necessário para o objectivo desta exposição, pretendemos apurar quantas comunidades religiosas se extinguíram durante a crise monástica dos finais da Idade Média, especialmente durante o século em que viveu o Infante D. Henrique, o *Navegador*, e quantas surgiram durante esse mesmo período, que, optámos por fixar entre 1392, ano da entrada dos primeiros Observantes franciscanos em Portugal, e 1506, que tomámos como termo do surto fundacional de comunidades novas, verificado ao longo do século XV, globalmente tomado como «o mundo do Infante D. Henrique». Acontece também que, em relação a alguns mosteiros, temos informações sobre a sua origem remota, mas não está rigorosamente esclarecido quando optaram pelas novas observâncias, implantadas no Condado Portucalense e no Portugal independente do século XII, quer se trate de beneditinos, quer de agostinhos e de cistercienses. Por outro lado, parece conveniente eliminar deste levantamento aqueles que se extinguíram antes do termo *a quo* deste período em análise, fixado em 1392.

Apesar destas e de outras dificuldades, vamos apresentar uma visão de conjunto sobre os mosteiros e conventos das várias Ordens, socorrendo-nos para o efeito de uma série de quadros, em que, na medida do possível, procuramos assinalar as datas da fundação e da extinção, tanto das comunidades masculinas como femininas, de forma a podermos apurar quantas sobreviveram ao século XV, quantas foram extintas e quantas foram criadas, durante esta centúria ligeiramente ampliada e balizada pelos anos de 1392 e de 1506, como já tivemos oportunidade de explicar, porque o resultado desta investigação é da maior importância para a compreensão do mundo em que o Infante D. Henrique viveu.

¹ Assim aconteceu com o Mosteiro de S. Pedro de Rates, ainda referido na carta de mercês, de 20-8-1442 (ver MARQUES, José — *A Arquidiocese de Braga no século XV*, Lisboa, IN-CM, 1988, p. 660), e com a carta de D. Afonso V, de 1-9-1449, em relação ao Mosteiro de S. Martinho de Sande (MARQUES, José — *O. c.*, p. 661).

E não poderemos ignorar que, para o século XV, que agora nos interessa, se exceptuarmos os casos da Arquidiocese de Braga², do Porto³ e, em parte, o da Administração Eclesiástica de Valença⁴, para as outras dioceses do Reino não dispomos de informações actualizadas, seja quanto à situação ou estado da vida e observância religiosa dos mosteiros e conventos, seja em relação à história das paróquias⁵. Mesmo assim, não desistiremos de proceder a uma incursão sobre o estado das comunidades monástico-conventuais, podendo anunciar que, embora não falem sombras nas Ordens Monásticas que vieram ocupar o espaço até aos séculos XI e XII dominado pelo decadente monacato de tradição visigótica, e mais tarde profundamente atingidas pela complexa crise dos séculos XIV-XV, que, no plano religioso, parcialmente se prolongou até ao Concílio de Trento, há também abundantes manifestações de renovadas energias, polarizadas nas novas instituições, surgidas durante os finais do século XIV e na centúria seguinte, o mesmo se podendo afirmar a propósito de novas comunidades criadas no âmbito das Ordens Mendicantes, dominicana e franciscana, na vertente observante, a que vieram juntar-se outras de cunho eremítico, constituindo os Jerónimos o exemplo mais evidente.

Mas antes de entrarmos em apreciações mais pormenorizadas, prestemos alguma atenção ao cenário monástico-conventual português do século XV.

² MARQUES, José — *A Arquidiocese de Braga no século XV*, Lisboa, IN-CM, 1988, pp. 609-950.

³ SANTOS, Cândido A. Dias dos — *O Censual da Mitra do Porto. Subsídios para o estudo da Diocese nas vésperas do Concílio de Trento*, Porto, Câmara Municipal, 1973, p.52. IDEM — *Os Jerónimos em Portugal. Das origens aos fins do século XVII*, Porto, INIC—CHUP, 1980.

⁴ COSTA, Pe. Avelino de Jesus da — *A comarca eclesiástica de Valença do Minho. (Antecedentes da Diocese de Viana do Castelo)*, Ponte de Lima, 1-5 de Setembro de 1981, (publicado em 1983). Nos casos seguintes, citaremos de forma abreviada *C.E.Val.*, seguida das respectivas páginas.

⁵ Para o estudo das paróquias da diocese do Porto são fundamentais as obras de MOREIRA, Pe. Domingos de A. — *Freguesias da Diocese do Porto. Elementos onomásticos alti-medievais*. I Parte. — Introdução histórica geral, Porto, Câmara Municipal, 1973; II Parte. — Inventariação onomástica, Porto, C.M., 1987-1988 (Fascículo*). Para esta temática, no século XVI, veja-se SANTOS, Cândido A. Dias dos — *O Censual da Mitra do Porto. Subsídios para o estudo da Diocese nas vésperas do Concílio de Trento*, Porto, Câmara Municipal, 1973.

BENEDITINOS

Arquidiocese de Braga

Masculinos:

N.º de ordem	Nomes	Fundação	Extinção	Fonte: MARQUES, J. — <i>A Arquidiocese de Braga, no séc. XV</i> ⁶ :
1	S. Martinho de V.N.de Sande	994	1444-1-9	p. 652 e 661
2	S.Romão do Neiva	1022	⁷	p. 613
3	Vilar de Frades	1059	1425-2-28	p. 625
4	S. Bento da Várzea	[1078-1091	iníc. séc.XV ⁸	p. 614
5	Rates	[1078-1091]	1432	p. 615 e 659
6	Tibães	1071		p. 613
7	Adaúfe	1088	1452-8-2	p. 613 e 652
8	Lomar	1088	22. .Set.1431	p. 615 e, 660
9	Rendufe	1090		p. 615
10	Arnóia	1076		p. 613 e
11	Carvoeiro	<i>Censual</i> ⁹		p. 614
12	Manhente	<i>Censual</i>	1400-9-11	p. 614 ¹⁰
13	Fonte Arcada	<i>Censual</i>	1455-5-10	p. 613 e 667
14	Palme	<i>Censual</i>		p. 614
15	Pombeiro	1102		p. 614 e 652
16	Vimieiro	1127	1430-2-9	p. 625 e 658
17	Refojos de Basto	1131		p. 614
18	Castro de Avelãs	1143	1545	<i>DHIP</i> ¹¹ , II, p.346
19	Travanca	séc. XII		<i>D.H.P.</i> , I, p.326 ¹²

⁶ Por brevidade, citamos aqui a obra referenciada, indicando depois apenas respectivas páginas. Aí se encontram indicadas as fontes onde se recolheram estas informações.

⁷ Os espaços em branco nesta coluna indicam que ou não conhecemos a data da extinção ou, então, que a instituição a que corresponde sobreviveu à crise monástica dos finais da Idade Média, chegando, em muitos casos às extinções realizadas pelo Marquês do Pombal, no século XVIII, nas comunidades agostinhas e cistercienses, respectivamente, em 1770 e 1775 (MARQUES, José — *Os mosteiros cistercienses nos finais do século XVIII*, in *IX Centenário do Nascimento de S. Bernardo. Encontros de Alcobça e simpósio de Lisboa. Actas*, Braga, 1991, p. 353).

⁸ Terá ocorrido sensivelmente por ocasião da extinção do Mosteiro de Manhente, que se verificou em 1400.

⁹ Com o termo *censual* pretendemos dizer que a notícia mais antiga relativa aos mosteiros a que é aplicado se encontra no célebre *censual do Bispo D. Pedro*, publicado e estudado pelo

Femininos:

20	Cerzedelo das Donas	Censual	1471	A Arq., p. 626 e 653
21	Vitorino das Donas	Censual		A Arq., p.653.
22	Sta. Maria de Gondar	Antes de 1202	1455-4-13	A Arq., p.626 e 653
23	S.Salv./ André de Vila Cova	?	séc.XV	B.L.,II,pp.90-91 ¹³
24	Lufrei	?	1455-11-10	A Arq. p. 653

Administração de Valença*Masculinos:*

25	Sta. Maria de Miranda	séc. XII		C.E.Val.,p.110-111 ¹⁴
26	S. Salvador de Ganfei	1018/11121-128		C.E. Val., p.108-109
27	S. João de Cabanas	antes de 1168		C.E. Val.,, p.107
28	S. João de Arga	antes de 1258		C.E. Val., p. 105
29	S. Fins de Friestas	séc. XI/XII	1554	C.E. Val., p. 107-108 ¹⁵
30	S. Cláudio de Nogueira	1145	1458-8-9	C.E. Val., p.111-112 ¹⁶
31	S. Salvador da Torre	séc.IX// 1068	1564	C.E. Val., p. 113-114

(Vem da página anterior)

Pe. Avelino de Jesus da Costa na sua obra *O Bispo D. Pedro e a organização da diocese de Braga*, vols. I e II, Coimbra, 1959, sobretudo no vol. II.

¹⁰ A sentença de extinção foi publicada em apêndice ao nosso estudo *A extinção do Mosteiro de Manhente*, in «*Barcelos Revista*», 2 (2) 1985, pp. 15-19.

¹¹ Siglas de *Dicionário de História da Igreja em Portugal*, dirigido por António Banha de Andrade.

¹² MATOSO, José — *Dicionário de História de Portugal*, dirigido por Joel Serrão, vol. I, p. 326.

¹³ S. TOMÁS, Frei Leão — *Benedictina Lusitana*. Notas críticas de José Mattoso, tomo II, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa, 1974, pp. 90-91.

¹⁴ C.E.Val, isto é, COSTA, Pe. Avelino de Jesus da — *A comarca eclesiástica de Valença do Minho. (Antecedentes da Diocese de Viana do Castelo)*, Ponte de Lima, 1-5 de Setembro de 1981, (publicado em 1983). Nos casos seguintes, citaremos de forma abreviada A.E.Val., seguida das respectivas páginas.

¹⁵ Ver também *Dicionário de História da Igreja em Portugal*, vol. II, p. 346.

¹⁶ Em relação à extinção deste mosteiro no séc. XV, veja-se MARQUES. José — *O Mosteiro de Bulhente não existiu*, in «*Arquivo do Alto Minho*», vol. 26, 1981, p.29. Publ. em separata, Braga, 1982.

Femininos:

32	Sta. Maria de Valboa	antes de 1258	1455-2-21	<i>C.E.Val.</i> , p.101-102 ¹⁷
33	S.Pedro de Merufe	antes de 1258	1461-1-3	<i>C.E. Val.</i> , p. 102 ¹⁸
34	Sta. Marinha de Loivo	antes de 1258	1530-X-30 ¹⁹	<i>C.E. Val.</i> , p.101

Porto :

Masculinos:

35	Paço de Sousa	1116?-1120		MATTOSO, p.16 ²⁰
36	S. Pedro Cête	a. .985/1122 ²¹	1551 ²²	<i>DHIP</i> , II, p. 346
37	S. Pedro de Pedroso	1145-1153	1560 ²³	MATTOSO, p.24 ²⁴
38	S. Tirso	978/1092-1129?		MATTOSO, p. 40-41
39	S. Miguel de Bustelo	1065/c.1140-42		MATTOSO, p.4.
40	S. João de Alpendorada	1059?// 1112		MATTOSO, p. 28
41	S. Martinho de Cucujães	1139		MATTOSO, p.9; <i>DR</i> . 174 ²⁵
42	Refojos de Riba de Ave	1036// 1103 ^{26?}		MATTOSO, p. 35; <i>CMP</i> , p. 84 ²⁷
43	Sto. Estêvão de Vilela	a. 1030 / 1069 ²⁸	dep. de 1390 ²⁹	<i>Arq. de Braga</i> , p.637
44	Monte Córdova		Extinto	<i>Censual.M.P.</i> , p.84 ³⁰
45	Vandoma	1186 ³¹	Extinto ³²	<i>Censual. M. P.</i> , p.84

¹⁷ Ver tb. *O Mosteiro de Bulhente...*, pp. 29-29.

¹⁸ Ver tb. *O Mosteiro de Bulhente...*, p. 30.

¹⁹ Estão data assinala a conclusão do processo de extinção.

²⁰ MATTOSO, José — *Le monachisme ibérique et Cluny. Les monastères du diocèse de Porto de l'an mille à 1200*, Louvain, 1968, p. 16.

²¹ Embora não seja fácil indicar, com segurança, quando se implantaram aí os beneditinos, parece preferível optarmos pela primeira data certa — 1122 (MATTOSO, José - *Le monachisme ibérique et Cluny. Les monastères du diocèse de Porto de l'an mille à 1200*, Louvain, 1968, p. 7).

²² Neste ano de 1551, foi anexado ao Colégio da Graça de Coimbra, da Ordem dos Eremitas de Sto. Agostinho (ADP, *Guia do Arquivo*, p.83).

²³ ADP., *Guia do Arquivo*, Porto, 1993, p.84.

²⁴ *Dicionário de História da Igreja em Portugal (DHIP)*, dirigido por A. Banha de Andrade, vol.

²⁵ *Documentos Medievais Portugueses. I. Documentos Régios*, Lisboa, APH, 1958, n° 174.

²⁶ Foi extinto em 1263 (CRUZ. A. — *Breve estudo*, p. 174, in MATTOSO, p. 36.

²⁷ Pela sigla *CMP*, referimos SANTOS, Cândido Augusto Dias dos — *O Censual da Mitra do Porto. Subsídios para o estudo da Diocese nas vésperas do Concílio de Trento*, Porto, Câmara Municipal, 1973, a que acrescentamos a respectiva página.

Femininos:

46	Vila Cova	1081/ ?	1533	<i>Censual M P.</i> p.87
47	Vairão	974/ 1188		MATTOSO, p.48-49
48	Rio Tinto	1058//1140-61		MATTOSO, pp. 36-37
49	Tufas	1165/1173	1535	MATTOSO, p.47
50	Jazente	³³	antes de 1542	MATTOSO, 84
51	S. Bento da Avé-Maria	1533 ³⁴		MAT., p.39;

Outras dioceses:

52	Ferreira de Aves (Sta. Eufémia)	1170-1202		RIBEIRO, p. 9 ³⁵
53	Semide (Sta. Maria)	1183 ³⁶	1528	MARTINS,p. 43-64 ³⁷
54	Recião (Lamego)		1435 ³⁸	<i>O Céu aberto</i> , p. 404.

(Vem da página anterior)

²⁸ MATTOSO, *Le monachisme...*, p. 54.

²⁹ Neste ano ainda reclamou, junto de D. João I, contra os abusos cometidos por leigos, a pretexto dos direitos de aposentadoria (A.D.B., cx. 18, s.n.).

³⁰ Esta indicação abreviada corresponde a SANTOS, Cândido Augusto Dias dos — *O Censual da Mitra do Porto*, Porto, Câmara Municipal, 1973, p. 84.

³¹ MATTOSO, p. 51, possivelmente premontratense.

³² No *Censual da Mitra do Porto*, (p. 84), já aparece como extinto, embora não se indique a data.

³³ Não conseguimos apurar a data da sua fundação.

³⁴ Fundado neste ano; aí se concentraram outros mosteiros, como o de Vila Cova, Tufas, Rio Tinto, Tarouquela (SANTOS, Cândido A.D. dos — *O Censual da Mitra do Porto...*, p.87.

³⁵ RIBEIRO, Maria José Ferreira Homem — *Edição dos documentos medievais do cartório de Santa Eufémia de Ferreira das Aves*, Lisboa, 1994, p.9,

³⁶ Foi precedido por um mosteiro masculino. Ver referências na nota seguinte.

³⁷ MARTINS, Rui Cunha — *Património, parentesco e poder. O Mosteiro de Semide do século XII ao século XV*. Prefácio de Maria Helena da Cruz Coelho, Lisboa, Escher, Fim de século Edições, 1992, pp. 43, 46 e 63-64. Sobre a data da extinção, ver pp. 63-64.

³⁸ Após a extinção, como mosteiro beneditino, foi entregue aos Lóios, e 1436 (*O Céu aberto...*, p. 404).

CISTERCIENSES:

Masculinos:

55	Tarouca	1143/1144		<i>Routier</i> , p. 18 ³⁹
56	Alcobaça	1153		<i>Routier</i> , p. 18 .
57	Fiães	1173-1194		<i>Routier</i> , p. 18 ⁴⁰
58	Júnias	1147 / 1248	1.º ql.do s.XVI ⁴¹	<i>Routier</i> , p. 18
59	Bouro	c. 1195		<i>Routier</i> , p. 38 ⁴²
60	Salzedas	1161-1196		<i>Routier</i> , p. 18
61	Águias	1170-1205		<i>Routier</i> , p. 93
62	Seiça	1195		<i>Routier</i> , p. 215
63	Ermelo	séc. XII-XIII	1441-11-6 ⁴³	<i>Routier</i> , p. 35
64	Lafões	1161-69 / 1188		<i>Routier</i> , p. 18 ⁴⁴
65	Maceiradão	1188		<i>Routier</i> , p. 122
66	Tomarães	1172 / 1217	1554	<i>Routier</i> , p. 339-340
67	Estrela	1220	1579	<i>Routier</i> , p. 135 e 136
68	S. Paulo de Frades ou de Almaziva	1221	1554	<i>Routier</i> , p. 183 e 185
69	Sta. Maria de Aguiar	[1296] ⁴⁵		<i>Routier</i> , p. 105

³⁹ Forma abreviada de referir COCHERIL, Maur — *Routier des abbayes cisterciennes du Portugal*, Paris, F.C. Gulbenkian-C. Cultural Português, 1978, p. 18,

⁴⁰ A partir do *Cartulário de Fiães* ou *Livro das datas*, em cuja edição temos vindo a trabalhar, sabe-se que este mosteiro existia, em 1142; em 1157, seguia a *Regra de S. Bento*; e, entre 1173 e 1194, adoptou a observância cisterciense (MARQUES, José — *O Mosteiro de Fiães. Notas para a sua história*, Braga, 1990, pp. 20 e 23).

⁴¹ BARROCA, Mário — *Mosteiro de Santa Maria das Júnias. Notas para o estudo da sua evolução arquitectónica*, in «Revista da Faculdade de Letras. História», Porto, vol. XI, 1994, 430.

⁴² Embora no *Dicionário de História de Portugal (DHP)*, I, pp. 586-587, lhe seja atribuída a data de 1174, a de 1195 parece mais fiável.

⁴³ Arquivo Distrital de Braga (A.D.B.), *Registo geral*, nº 313, fl. 54v., documento da sua redução a igreja paroquial, integralmente publicado por MARQUES, José — *O Mosteiro de Bulhente não existiu*, separata de «Arquivo do Alto Minho», vol. 26, Braga, 1981, p. 27.

⁴⁴ A passagem para a Ordem de Cister ter-se-á verificado por 1188.

⁴⁵ Este mosteiro é anterior, mas só passou para o território português, quando, em 1296, D. Dinis ocupou esta região, que ficou a pertencer a Portugal pelo tratado de Alcañices, de 1297.

Femininos:

70	S. Pedro de Arouca	1200-1206		<i>Routier</i> , p. 19
71	Celas	1214		<i>Routier</i> , p. 19
72	Lorvão	1223		<i>Routier</i> , p. 19
73	Bouças	1224		<i>Routier</i> , p. 19 ⁴⁶
74	S. Bento de Castris (Évora)	1275		<i>Routier</i> , p. 19
75	Almoster	1287		<i>Routier</i> , p. 19 e 341
76	Odivelas	1294		<i>Routier</i> , p. 332
77	Xabregas	1429	1455	<i>Routier</i> , p. 329 ⁴⁷

AGOSTINHOS (Crúzios)

Arquidiocese de Braga

78	Sta. Maria da Oliveira	1033		<i>D. C.</i> , n.º 278
79	S.Torcato	1052	1474-7-6 ⁴⁸	<i>D.C.</i> , n.º 420 e 445
80	S.Salvador do Souto	1059	1454-6-27 ⁴⁹	<i>D.C.</i> , n.º 420 e 445
81	Bravães	<i>Censual</i> ⁵⁰	1434-2-13	<i>A Arquidioc.</i> , p.725
82	Sta. Marinha da Costa	<i>Censual</i>		
83	Requião, S. Cristóvão /Silvestre	<i>Censual</i>	1433-3-8	<i>A Arquidioc.</i> , p 724
84	S. Martinho de Crasto	<i>Censual</i>		
85	Valdeu	<i>Censual</i>	séc. XVI	

⁴⁶ O mesmo autor afirma que este mosteiro, situado perto do Porto, filiado na Ordem de Cister em 1224, foi extinto muito cedo não apontando qualquer data. Terá sido aí que se vieram a instalar no século XV os franciscanos observantes?

⁴⁷ Embora este mosteiro tenha sido fundado como cisterciense, em 1429 (COCHERIL, M.- O. c., p.329), sabe-se que, em 8 de Dezembro de 1455, a pedido de D. Afonso V, o abade de Alcobaça autorizou a retirada das religiosas cistercienses e a sua entrega aos Padres Lóios ou da Congregação de S.João Evangelista, a fim de o monarca dar cumprimento ao testamento da rainha defunta, D. Isabel (SANTA MARIA, Padre Francisco de- *O céu aberto na terra...*, Lisboa, 1697, pp.469-472).

⁴⁸ Cf. *A Arquidiocese de Braga no século XV*, p. 737. A causa fundamental da sua extinção foi não ter prior nem cônegos (cf. A.N.T.T., *Coleg. de Guimarães. Docs. eclesiásticos e pontifícios*, maço 5, n.º 20).

⁴⁹ Sobre o processo de extinção cf. *A Arquidiocese de Braga...*, p. 731.

⁵⁰ Quanto aos mosteiros referidos pela primeira vez no *censual* do Bispo D. Pedro, veja-se, em todos os casos, o vol. II da obra do Pe. Avelino de Jesus da Costa, citada mais acima.

86	Rio Mau (S. Cristóvão)	<i>Censual</i>	1442-3-17	<i>A Arquidioc.</i> , p.732
87	Landim	<i>Censual?</i>		
88	Vila Nova de Muía	<i>Censual</i>		
89	S.Simão da Junqueira	1084		<i>D.C.</i> , n.º 633
90	S. Salvador de Freixo	1090	?	<i>C.Cab. Porto</i> , p.4.
91	S. Martinho de Caramos	1090	1588-8-30	<i>Verbo</i> , IV, col. 962
92	S. Pedro de Roriz	1096		<i>C.Cab. Porto</i> , p.4
93	S. Martinho de Mancelos	1120		<i>C.Cab. Porto</i> , p.4
94	S. Miguel de Vilarinho	1120		<i>C.Cab. Porto</i> , p.4
95	S.Salvador de Banho	1156-1169	1441-5-1 ⁵¹	<i>D.R. I.</i> , n.º 259

ADMINISTRAÇÃO DE VALENÇA

96	S. Salvador de Paderne	antes de 1225	1770 ⁵²	<i>C.E.Val.</i> ,p.119-120
97	S. João de Longosvales	antes de 1199	1551	<i>C.E.Val.</i> ,p. 118-119
98	Sta. Maria deRefojos de Lima	c. 1120		<i>C.E.Val.</i> , p. 120

LISBOA

99	S. Vicente de Fora	1147		<i>Verbo</i> , I, col. 707
----	--------------------	------	--	----------------------------

PORTO

Masculinos:

100	Grijó	1132	1542 transf. ⁵³	<i>BFerrado</i> ,p.XXVIII ⁵⁴
101	Moreira da Maia	1133		<i>O m.º de S.S.M.</i> ,p.27 ⁵⁵
102	Sto. Estêvão de Vilela	antes de 1128	1612	ADP-FM, p. 69 ⁵⁶
103	Vila Boa do Bispo	a. 1079 ⁵⁷ /1144-		COSTA ⁵⁸
104	Sto. André de Ancede	1120 ⁵⁹		<i>Censual C. P.</i> , p. 4.

⁵¹ Ver *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, p. 724.

⁵² Foi extinto com outros da Congregação de Sta. Cruz de Coimbra, neste ano, a pretexto de serem integrados em Mafra.

⁵³ Em 1542, os monges de Grijó foram transferidos para o Mosteiro da Serra do Pilar, construído para o efeito, mas, em 1566, parte deles regressaram a Grijó, continuando a existir os dois mosteiros (ADP., *Guia do Arquivo*, Porto, 1993, p. 85).

⁵⁴ *Le Cartulaire Baio-Ferrado du Monastère de Grijó (XI-XIII siècles)*. Introduction et notes de Robert Durand, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, 1.

Eremitas de Sto. Agostinho

105	S. Gens (Lisboa)- 1ª fundação *	1147?		DHIP., vol. I, p. 70
106	Penafirme, (Sr.ª da Assunção),T.Vedras	1226	“	“
107	* N.ª S.ª da Graça - Torres Vedras	1266	“	D.H.P., I, p.59, col. 2ª
108	S. Agostinho- Vila Viçosa	1270	“	DHIP., vol. I, p.70 ⁶⁰ .
109	N.ª S.ª da Graça /Lisboa (2.ª fundão)	122	“	“
110	Sto.Agostinho -T.Vedras (1.ª fundação)	1367	“	“
111	Sto. Agostinho de Santarém	1376	“	“
112	N.ª S.ª dos Anjos-Montemor-o-Velho	1494	“	“

DOMINICANOS:

Conventuais:

113	Santarém	[1223]/1225 ⁶¹		H.S.D. ⁶² , I, p.148
114	Porto	1238		H.S.D., I, p. 308
115	Lisboa	1242		H.S.D., I, p.328-29
116	Guimarães	1270/1271		H.S.D., I, p.438
117	Batalha	1385-88		H.S.D., I, 630-31 ⁶³
118	Elvas	1266		H.S.D., I, 426-27
119	Coimbra	1242(1280)		H.S.D., I, p. 281

(Vem da página anterior)

⁵⁵ CARVALHO, José Vieira de — *O Mosteiro de S. Salvador de Moreira. Instituição valorizada da Terra da Maia, Maia, 1969, p.27.*

⁵⁶ Pela sigla *F.M.* significamos a obra *Fundos monásticos. Inventários*, Porto, ADP, 1993, p. 69.

⁵⁷ MATTOSO, *O.c.*, p.53.

⁵⁸ COSTA, Pe. António - *Corografia Portuguesa...*, 2ª ed., vol. I, Braga, 1869, p.352.

⁵⁹ MATTOSO, *O. c.*, p. 3.

⁶⁰ *Dicionário de História da Igreja em Portugal*, dirigido por António Banha de Andrade, vol. 1º, Lisboa, Editorial Resistência, [1979], p. 70.

⁶¹ O ano de 1223, pelo que diz Frei Luís de Sousa, corresponde ao início da comunidade em Montijrás, perpetuado, de algum modo, no altar-mor do novo mosteiro, altar dedicado à Sra. da Oliveira (*H.S.D.*, I, 147), sendo o ano de 1225 o primeiro em que se instalaram no novo mosteiro ou convento de Santarém (*H.S.D.*, I, p.148).

⁶² SOUSA, Frei Luís de — *História de S. Domingos*, I, p. 148.

⁶³ Cf. Também *D.H.P.*, I, p. 312.

Da Observância:

120	Benfica	1399		<i>H.S.D.</i> , I, p. 811
121	Ceuta	1415		<i>H.S.D.</i> , I, p. 901
122	N.ª S.ª da M.ª de Aveiro	1426		<i>H.S.D.</i> , I, p. 926
123	Azeitão	1435		<i>H.S.D.</i> , I, p.984
124	V.Real	1424		<i>H.S.D.</i> , I, p. 970
125	Abrantes	ant.de 1472		<i>H.S.D.</i> , I, p. 1096
126	Pedrógão Grande	1476		<i>H.S.D.</i> , I, p. 1101
127	N.ª Sr.ª da Serra de Almeirim	D.João II (1501)		<i>H.S.D.</i> , I, p. 1139

Dominicanas:

128	Chelas	1229		<i>H.S.D.</i> , I, p.18
129	Donas de Santarém	1286		<i>H.S.D.</i> , I, p. 549
130	Donas de V.N. de Gaia (Corpus Christi)	1345		CASTRO, p. 13 ⁶⁴
131	Salvador de Lisboa	1392		CASTRO, I, p. 745
132	Jesus de Aveiro	a.1472 ⁶⁵		CASTRO, I, p. 1001
133	Sta. Ana de Leiria	1494		CASTRO, I, p. 1133
134	N.ª S.ª da Saudação-Montemor-o-Novo	1506		CASTRO, I, p. 1514

FRANCISCANOS

Conventuais

135	Lisboa	1219		<i>Verbo</i> , 8, col. 1552 ⁶⁶
136	Santarém	antes de 1262		BRANDÃO, p.374 ⁶⁷
137	Porto	1234		BRANDÃO, p.374

⁶⁴ CASTRO, Júlia — *O Mosteiro de S. Domingos de Donas de Vila Nova de Gaia (1345-1514)*, Porto, 1993, p. 13.

⁶⁵ O mosteiro estava instituído quando a Princesa Sta. Joana af passou a viver (1472-1490), mesmo que as obras do edifício pudessem continuar (CARVALHO, José Adriano - *Nobres leteras.*, p.45, nota 149.

⁶⁶ Cf. LOPES, Félix — *Franciscanos*, in *Verbo. Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*, vol. 8, 1969, col. 1552.

Sobre o problema das datas da fundação de alguns conventos franciscanos, ver também MARQUES, José - *Os Franciscanos no Norte de Portugal nos finais da Idade Média*, in «Boletim do Arquivo Distrital do Porto», vol. I, 1982, pp.152-155. Embora a *História Seráfica* fale da chegada de Fr. Zacarias a Alenquer e de Fr. Gualter a Guimarães em data pouco posterior ao capítulo geral franciscano, reunido na Porciúncula, em 1217, não há provas documentais de tal facto. Quanto a Guimarães, as referências mais antigas de que dispomos são de 1256, como se explica no nosso estudo citado nesta nota.

138	Coimbra	1221		BRANDÃO, p.374
139	Guimarães	1256		ROSÁRIO, Fr.Ant. ⁶⁸
140	Leiria	1231		Verbo, 8, col. 1552
141	Alenquer	antes de 1262 ⁶⁹		BRANDÃO, p. 374
142	Bragança	antes de 1262		BRANDÃO, p.374
143	Lamego	antes de 1262		BRANDÃO, p.374
144	Guarda	antes de 1262		BRANDÃO, p.374
145	Covilhã	antes de 1262		BRANDÃO, p.374
146	Portalegre	antes de 1262		BRANDÃO, p.374
147	Évora	antes de 1262		BRANDÃO, p.374
148	Beja	antes de 1262		BRANDÃO, p.374 ⁷⁰

Observantes

149	Mosteiró	1392		H. ^a S. ⁷¹ , II, p.420-422
150	Ínsua	1392		H. ^a S., II, p.420-422
151	S. Paio de Cerveira	1392		H. ^a S., II, p.420-422

(Vem da página anterior)

⁶⁷ BRANDÃO, Fr. António — *Crónicas de D. Sancho II e D. Afonso III*. Edição actualizada com uma introdução de A.de Magalhães Basto, Porto, Livraria Civilização — Editora, 1946, p. 374. De alguns conventos franciscanos não temos datas seguras acerca da sua fundação, mas sabemos que já existiam as comunidades e os conventos estavam em construção, pois foram contemplados por D. Afonso III, no seu testamento, de 23 de Novembro de 1262. Parcialmente transcrito por CHICÓ, Mário — *A arquitectura gótica em Portugal*, 2.^a ed., p. 93,

⁶⁸ *Convento de S. Domingos e a Colegiada de Guimarães*, in *Actas do Congresso Histórico de Guimarães e a sua Colegiada*, vol. II, Guimarães, 1981, p. 61, nota 13.

⁶⁹ Nos casos em que aparece a data assim referida de forma vaga, a informação foi recolhida no testamento de D. Domingos Eanes, que os contemplou com alguns bens no seu testamento (MARQUES, José — *Os Franciscanos...*, in «O.c.», p.154). Não há provas de que Fr. Zacarias aqui se fixasse pouco depois de 1217, como pretende a *História Seráfica*.

⁷⁰ BRANDÃO, Fr. António — *O. c.*, p. 374. Ref. também por CHICÓ, Mário - *O. c.*, p. 93.

⁷¹ ESPERANÇA, Fr. Manuel da — *História seráfica da Ordem dos Frades Menores de S. Francisco na província de Portugal*, II parte, Lisboa, 1656, pp.420-422.

152	S. Clemente das Penhas ⁷²	1392		<i>H^o.S.</i> , II, p.420-422
153	Alenquer	1399		<i>Bulário</i> ⁷³ , p.267
154	S. António da Castanheira	1402		<i>Bulário</i> , p.267
155	Xabregas	1402		<i>Bulário</i> , p.267
156	S. Francisco de Orgens	1402		<i>Bulário</i> , p.267
157	Sta. Catarina da Carnota	1403		<i>Bulário</i> , p.267
158	S. Tiago de Ceuta ⁷⁴	1421-6-10		<i>M.Hen.</i> ,II,pp.20-21 ⁷⁵
159	Estremoz	1436-1458		<i>Bulário...</i> , p. 272
160	Gouveia	1433-6-27		<i>Bulário...</i> , p. 271
161	Tentúgal	1437 ⁷⁶ /1443		<i>Bulário...</i> , p. 271
162	Valbom (S. Francisco de)	1439-5-22		<i>Bulário...</i> , p. 275
163	Marvão (N ^o .Sr ^o .da Estrela)	1445-7-7		<i>Bulário...</i> , pp. 271-272
164	1 convento na Madeira ⁷⁷	1445-3-29		<i>Bulário...</i> , p. 274
165	Leiria	antes de 1446		<i>Bulário...</i> , p. 268
166	Setúbal	antes de 1446		<i>Bulário...</i> , p. 268
167	Viseu	antes de 1446		<i>Bulário...</i> , p. 268
168	2 conventos na Madeira ⁷⁸	1450-4-28		<i>Bulário...</i> , p. 274
169	Lisboa (S. Francisco)	1453(incorp.)		<i>Bulário...</i> , p. 272-273
170	Santarém (S. Francisco)	1464/9/19		<i>Bulário...</i> , p. 273
171	Tavira	antes de 1465		<i>Bulário...</i> , p. 273

⁷² Em 1476, esta comunidade observante transferiu-se para o convento de N.^o Sr.^a da Conceição, junto ao rio Leça (CARVALHO, José Adriano de — *Nobres letras... Ferosos volumes. Inventários de bibliotecas dos Franciscanos Observantes em Portugal no século XV. Os traços de união das reformas peninsulares*, 2^a ed., Porto, 1995, p. 26).

⁷³ Pelo termo «*Bulário*» remetemos o leitor para TAVEIRA, Manuel — *Bulas referentes à Ordem Franciscana em Portugal no «Bulário Franciscano»*. Nova série, vols. I, II e III, in «*Itinerarium*», Braga, ano VI, n.º 28. Abril-Junho, 1960, pp.265-307. As páginas indicadas, remetem para as deste artigo, que apresenta uma síntese das mencionadas bulas.

⁷⁴ O *Bulário Franciscano*, que temos vindo a citar, na p. 269, ao referir os privilégios outorgados ao novo convento de Sto. António de Tânger, afirma que eram os mesmo do «*convento de S. Tiago de Ceuta*», nome que não figura na carta pontifícia de 1421.

⁷⁵ *Monumenta Henricina*, II, pp. 20-21.

⁷⁶ Segundo CARVALHO, José Adriano Freitas de - *Nobres letras... Ferosos volumes...* p. 51, este oratório foi fundado, em 1437, por Fr. João de Lamego apoiado por um companheiro castelhano. Em 1443, foi autorizada a fundação deste convento (*Bulário*, p. 271).

⁷⁷ A fundar pelos Frades Menores das Canárias (*Bulário*, p. 274).

⁷⁸ Resultantes dos dois eremitérios edificadas anteriormente com esmolas de benfeitores pios e nesta data entregues aos Observantes de Portugal (*O. c.*, p. 274).

171	Loulé	antes de.1465		<i>Bulário...</i> , p. 273
173	Cabo de S.Vicente	1434		<i>Bulário...</i> , p. 273
174	Tânger (Sto. António)	1472-8-21		<i>Bulário...</i> , p. 269
175	Varatojo (Sto. António)	1472-82-21 ⁷⁹		<i>Bulário...</i> , p. 269
176	Vila Real	1472-9-18		<i>Bulário...</i> , p. 270
177	*... N.ª Sr.ª da Conceição	1478		CARVALHO, p.26 ⁸⁰
178	Ponte de Lima (Sto.António)	1481-7-19		<i>Bulário</i> , p. 270 ⁸¹

Clarissas

Anteriores a 1392

179	Lisboa(Sta. Clara de Vivaldo) ⁸²	1313-1334		<i>Bulário</i> , p. 286
180	Santarém	antes de 1262		Test.de D.Afon. III ⁸³
181	Coimbra	antes de 1262		BRANDÃO, <i>O.c.</i> ,p.374 ⁸⁴
182	Vila do Conde	1318		<i>Cartulário</i> , p. 89 ⁸⁵
183	Entre.Ambos-os-Rios	post 1258 ⁸⁶		<i>Os Franciscan</i> , p. 15 ⁸⁷

⁷⁹ Nesta data, Sisto IV permitiu que os Observantes de Portugal aceitassem este convento, isto é: já existia, mas abraçou esta observância.

⁸⁰ CARVALHO, José Adriano — *Nobres Leteras...Fermosos volumes*, p. 26.

⁸¹ Além destes, poder-se-iam incluir mais alguns referidos por Frei Bartolomeu Ribeiro no *Guia de Portugal Franciscano*, embora pertencentes à Ordem Terceira, que não foi inicialmente incluída no nosso projecto, como acontece com os de Sernancelhe (1460), Montemor-o-Velho (1495) e Setúbal (1490). Com a sua inclusão com o nosso contributo elenco sairia reforçado. Mesmo assim, não queremos omitir radicalmente esta perspectiva, que deverá ser desenvolvida em estudos posteriores.

⁸² Os primórdios desta comunidade são anteriores ao termo *a quo* por nós fixado para esta investigação (1392). Apesar disso pareceu-nos útil registá-la aqui, embora não a incluamos no número dos mosteiros e conventos fundados durante o período de crise que estamos a estudar.

⁸³ BRANDÃO, Fr. António — *Crónicas de D. Sancho II e D. Afonso III*. Edição actualizada com uma introdução de A.de Magalhães Basto, Porto, Livraria Civilização — Editora, 1946, p. 374 :«...*minorissis de Sanctaren 100 libras*». Note-se que esta é a leitura de Fr. António Brandão, pois no séc. XIII, ainda não se usavam os algarismos árabes em Portugal.

⁸⁴ BRANDÃO, Fr. António — *O. c.*, p. 374. Ref. por CHICÓ, Mário - *O. c.*, p.9 3.

⁸⁵ TAROUCA, Carlos da Silva - *O cartulário do Mosteiro de Santa Clara de Vila do Conde*, separata do vol. IV de «Arqueologia e História», 8.ª série, Lisboa, 1947, pp.78-89. A data está na p. 89.

⁸⁶ Em 1416, foi solenemente lançada a primeira pedra do convento de Sta. Clara do Porto, para aqui vindo a ser transferido o Sta Clara de Entre-Ambos-os-Rios (MARQUES, José — *Os Franciscanos...*, p.15 (da separata).

⁸⁷ MARQUES, José — *Os Franciscanos no Norte de Portugal...*, p. 15 (da separata)..

Posteriores a 1392

184	Sta. Clara do Porto	1416-5-28		<i>Os Francisc.</i> , p.15
185	Tavira	1443-1-16		<i>Os Francisc.</i> , p. 284
186	Sta. Clara de Beja	1443-3-27		<i>Os Francisc.</i> , pp.285-286
187	Conceição de Beja	1459-9-6		<i>Os Francisc.</i> , p. 283
188	Évora	1463-4-5		<i>Os Francisc.</i> , p.284
189	(<i>Fundação não identificada</i>) ⁸⁸	1474-3-15		<i>Os Francisc.</i> , p.285
190	Clarissas da Madeira (1 convento)	1476-5-4		<i>Os Francisc.</i> , p.284

JERÓNIMOS

191	Penhalonga	1400		<i>Os Jerónimos</i> , p. 8 ⁸⁹
192	S. Lourenço do Mato	1400		<i>Os Jerónimos</i> , p. 8
193	S. Marcos	1448		<i>Os Jerónimos</i> , p. 21.
194	Espinheiro	1457		<i>Os Jerónimos</i> , p. 22
195	Belém (Jerónimos)	1501		<i>Os Jerónimos</i> , p. 23
196	N.ª Sr.ª da Penha, de Sintra ⁹⁰	1503		<i>Os Jerónimos</i> , p. 23

LÓIOS

197	Vilar de Frades	1425		<i>Arquidioc.</i> p. 625 ⁹¹
198	Recião	1438-11-24 ⁹²		<i>Crónica</i> , p403-404 p.
199	Lisboa	1440		<i>Chart. IV</i> , p. 296
200	Xabregas	1429 / 1455		<i>Crónica</i> , p.469-472 ⁹³
201	Évora	1485		<i>Crónica</i> , p. 497
202	Porto	1491		<i>Crónica</i> , p. 507
203	Lamego	1500		<i>Crónica</i> , p. 412

⁸⁸ Conhece-se o processo da erecção, mas o nome ficou omissso.

⁸⁹ SANTOS, Cândido dos — *Os Jerónimos em Portugal. Das origens aos fins do século XVII*, Porto, INIC- CHUP, 1980, p.8.

⁹⁰ Embora ultrapassem os limites cronológicos que nos impusemos, registamos também a instituição do convento das Berengas, em 1531, e transferido para Valbenfeito, em 1547 (cf. SANTOS, *Os Jerónimos...*, pp.23 e 24).

⁹¹ MARQUES, José — *A Arquidiocese de Braga no século XV*, p. 625.

⁹² Mosteiro beneditino extinto e entregue aos Lóios em 1435 (cf. *O Céu aberto na terra...*, p. 404).

⁹³ De 1429 até 1455, foi de religiosas cistercienses, tendo passado, nesta última data, a pedido de D. Afonso V, para a Congregação dos Lóios ou de S. João Evangelista.

Além do elenco das principais Ordens Religiosas Monásticas e Mendicantes e de estilo novo, que, de algum modo se lhe podem comparar, é necessário ter presente as Ordens Religiosas Militares, apesar de cada vez mais dependentes do poder real, e os numerosos eremitérios, de que há alguns testemunhos quatrocentistas a norte do Douro, bastando evocar os da Franqueira e de Azinhoso, mas especialmente as pequenas comunidades eremíticas dos Irmãos de S. Paulo ou «da pobre vida», mais numerosas na zona a sul do Tejo⁹⁴.

Neste momento da nossa intervenção, à luz dos dados até aqui apresentados, pode perguntar-se que observações ou mesmo conclusões é lícito tirar de quanto ficou exposto. Mas antes, desejamos observar que este extenso elenco de mosteiros e conventos e a cartografia da sua dispersão geográfica nos proporcionam uma base excelente para a compreensão da sua polifacetada importância social, económica, cultural e, obviamente, religiosa, que é desnecessário especificar mais, tão evidentes são para todos estes aspectos.

Em jeito, porém, de primeira conclusão, constituindo, porventura, um dos resultados mais palpáveis desta comunicação, podemos afirmar que nos encontramos perante uma realidade de longa duração, verdadeiramente contrastante, no plano da situação social e religiosa das instituições monásticas. Com efeito, num rápido exame dos quadros precedentes temos de concluir que dos vinte e seis (26) mosteiros beneditinos, incluindo neste número os dois (2) cistercienses implantados na Arquidiocese de Braga, no século XV, foram extintos treze (13), isto é, exactamente metade desse conjunto, ascendendo as reduções operadas nos mosteiros femininos a 80%, pois dos cinco documentados no tempo de D. Fernando da Guerra sobreviveu apenas um - o de Vitorino das Donas, no termo de Ponte de Lima⁹⁵.

A mesma necessidade de pôr termo à grave situação em que se encontravam algumas comunidades bentas do Entre Minho e Lima, - ao tempo numa situação de autonomia em relação a Tui e a Braga - e da diocese do Porto levou à sua extinção canónica e à transformação das respectivas igrejas monásticas em paroquiais, podendo acrescentar que este processo continuou a verificar-se no século XVI, como ficou patente nos quadros precedentes e nas respectivas notas remissivas para as fontes documentais e bibliográficas.

⁹⁴ Sobre estas comunidades encontra-se documentação nas *chancelarias* e nos livros da *Leitura Nova* do A.N.T.T.

⁹⁵ Cf. *A Arquidiocese de Braga no século XV*, p.653 e 655-668.

Nestas mesmas dioceses nortenhas, tradicionalmente as mais densamente povoadas e detentoras de mais instituições monásticas e religiosas, depara-se com uma impressionante coincidência de motivos sensivelmente comuns às extinções em análise, que vão desde a completa falta de religiosos⁹⁶ ou então com um número tão reduzido que não se podia afirmar que havia comunidade⁹⁷, sendo também frequente chegar-se ao reconhecimento de que, não obstante os esforços para revitalizar alguns, incluindo a anexação de benefícios para lhes garantir os indispensáveis meios de sobrevivência, tais medidas não surtiam efeito⁹⁸.

Do que foi o avolumar da crise e dos factores que contribuíram para a ruína generalizada das antigas comunidades monásticas beneditinas, crúzias e cistercienses, de que estamos a tratar, temos claras informações, inclusive desde as reclamações apresentadas em Cortes dos finais do século XIV, merecendo especial referência a nefasta accção dos padroeiros e outros poderosos, contra os quais reiteradamente se queixou a D. Fernando o arcebispo de Braga, D. Lourenço Vicente, vendo-se o rei *Formoso* obrigado a outorgar uma segunda carta sobre esta matéria, em Salvaterra de Magos, no dia 26 de Abril de 1383, no intuito de pôr termo aos abusos de muitas pessoas nobres e poderosas que, mal vagava alguma igreja ou mosteiro, os ocupavam com «*suas gentes e peões... e mandavam hi poer outros homeens que tomavam as posses e beens dos dictos moesteiros e igrejas que asi vagavam por a qual razom as oras nom se diziam em elles nem se fazia o officio de Deus nem se podiam manteer na temporalidade e que se acontecia que os dictos moesteiros e igrejas fossem confirmadas per aquelles que poder avyam que lhos nom queriam leixar aver nem tomar a posse delles a menos de lhes darem quitaçom do que hi roubarom e tomarom e lhes darem casaaes em prestemho dos dictos moesteiros e igrejas que asi yagavam. E demais que todallas*

⁹⁶ Assim aconteceu, por exemplo, em Vilar de Frades, Vimieiro, Rates, Gondar, Lufrei, Banho, S. Torcato, etc. (cf. *A Arquidiocese de Braga no séc.XV*, pp. 655, 658, 659, 664, 665, 727, 737, etc.).

⁹⁷ Fonte Arcada, S. Salvador do Souto, etc., (*A Arquidiocese de Braga...*, pp. 667, 729, etc.); Sta. Maria de Valboa, S. Cláudio de Nogueira, S. Pedro de Merufe, etc. (cf. *O Mosteiro de Bulhente não existiu*, pp.28, 29 e 30). Quando em 26 de Novembro de 1443, D. Fernando da Guerra anexou a igreja de S. Cristóvão de Rates ao mosteiro de S. Simão da Junqueira deixou bem claro que o seu objectivo era criar condições para «*que em elle aja ao menos quatro coonigos regulares que sempre continuamente servam em elle aas oras e missas e officios devinos assy que se possa dizer que em elle ha convento*» (*A Arquidiocese de Braga no século XV*, pp. 797-798).

⁹⁸ Foi, entre outros o caso do mosteiro de S. Torcato (*A Arquidiocese de Braga no século XV*, pp. 734 -737) e de Ermelo (*O Mosteiro de Buhlente não existiu*, p.27.

cousas que hi achavam levavam pera suas pousadas. E que aconteceu per muitas vezes pelos que se assi hiam meter em posse que desfaziam as cubas aos dictos moesteiros e igrejas que asi vagavam e partiam antre si a madeira dellas e faziam em elles outros muitos dapnos asi que os mosteiros e igrejas ficavam todos destroydos per grandes tenpos e outrossi o officio devinal nom se fazia». Com esta carta, outorgada na sequência da informação do prelado bracarense, pretendia o monarca fazer respeitar as suas determinações anteriores sobre esta matéria, claramente violada ao nível do Reino, pelo que o soberano, com graves problemas de saúde e a braços com a já bem desenhada crise dinástica, intimou a todos os condes, mestres e priores da Ordem do Hospital, ricos-homens, cavaleiros, escudeiros, fidalgos e cidadãos, bem como aos oficiais das suas justiças e pessoas poderosas que pusessem termo imediato à prática de tais violências e apropriações⁹⁹.

A situação política que, em Dezembro seguinte, eclodiu com a chamada revolução de 1383 não permitia a aplicação das determinações acima transcritas, tendo sido necessário recorrer a Urbano VI, que sancionava com a pena de excomunhão *ipso facto incurrenda* quem praticasse tais assaltos às igrejas e mosteiros ou outros bens da Igreja¹⁰⁰, medida que foi igualmente ineficaz, como decorre das deliberações tomadas por D. João I, quando, em 15 de Janeiro de 1390, se encontrava em Lamego, tendo sido informado em 27 de Fevereiro seguinte, de que os mosteiros de Cête e de Vilela na diocese do Porto continuavam a ser vítimas de tais violências, praticadas por leigos, à sombra de pretensos direitos de aposentadoria¹⁰¹. Da reduzida ou mesmo nula eficácia desta legislação régia na vasta Arquidiocese de Braga, e sem dúvida, nas outras dioceses do Reino, é claro testemunho a constituição sinodal aprovada no sínodo diocesano de 5 de Abril de 1402¹⁰². Nesse importante documento, renovava o arcebispo D. Martinho Afonso Pires da Charneca as sanções decretadas por Urbano VI, e impunha a pena de excomunhão aos abades beneditinos e priores dos mosteiros da Ordem de Sto. Agostinho e a quaisquer outros que permitissem a instalação de leigos nas igrejas e

⁹⁹ A.D.B., *Col. cronológica*, cx. 18, s. n. Cf. MARQUES, José — *O estado dos mosteiros beneditinos da Arquidiocese de Braga, no século XV*, Braga, 1981, pp. 12-13. Separata de «Bracara Augusta», vol. 35, fasc. 79 (92).

¹⁰⁰ A.D.B., *Col. cronológica*, cx. 18, s. n.

¹⁰¹ MARQUES, José — *O. c.*, p. 14.

¹⁰² O único exemplar até agora conhecido encontrámo-lo no A.N.T.T., C. R., *Vilarinho (S. Miguel)*, m.5, n.1, e publicámo-lo, em 1981, em apêndice ao nosso estudo *O estado dos mosteiros beneditinos na Arquidiocese de Braga no século XV*, vindo, depois, a ser incluído no *Synodicon hispanum. II. Portugal*, pp.62-64.

mosteiros, proibindo-os de guardarem nas dependências dos mosteiros «*cavallas mullas nem allaaos nem sabujos nem podengos nem galgos nem outros cães nem açores nem falcões nem gaviões nem outras nenhas aves de caçar nem seus serventes nem serventas*»¹⁰³.

Não queremos insistir na apresentação de mais provas, aliás já divulgadas, pois consideramos suficientes estas elucidativas amostras, que já deixaram transparecer os inconvenientes dos indiscriminados (quando não apenas pretensos) direitos de aposentadoria, tantas vezes invocados, mas não poderemos deixar de aludir à deletéria acção dos comendatários, sem dúvida uma autêntica praga social, que se abateu sobre as comunidades monásticas nos séculos XV e XVI, e tantas dificuldades levantaram aos reformadores do período pós-tridentino¹⁰⁴.

¹⁰³ A.N.T.T., C.R., *Vilarinho*, m 5, n.1. MARQUES, José — *O estado dos mosteiros beneditinos na Arquidiocese de Braga...*, pp. 14 -15.

¹⁰⁴ Embora o período tridentino seja muito posterior àquele que nos ocupa neste momento e abundem as referências à nefasta presença e acção dos comendatários nos mosteiros, desde o primeiro quartel do século XV, pensamos que bastará transcrever, a título de exemplo, a recomendação feita por Frei Allonso Zorrilla ao jovem rei D. Sebastião e a sua avó, D. Catarina, regente na sua menoridade, ao concluir a visita aos mosteiros beneditinos portugueses, realizada em 1564-1565, estabelecendo como condição indispensável para prosseguir com a reforma iniciada na Ordem de S. Bento: «*Ha su Alteza de librar los monasterios de los commendatarios, so penna que sy no se libran no se podrá poner en ellos religión alguna y por los librar ha su Alteza de dar algunas encomiendas y algunos beneficios y pensiones, a don Joan Pinto un monasterio y a Gonzalo... o el almoxarifazgo de Vila Real que está vaco agora y le tubo un tío suyo.*

Si su Alteza trae la bula de reformation con los medios fructos y satisfaze a los comendatarios porque queden libres los monasterios, con sólo esto que se haga luego, despues, de las rentas de los mesmos monasterios se yrán edificando los que ubieren de ser, y con otros favores que no faltarán, de particulares» (ZARAGOZA PASCUAL O.S.B., Ernesto — *Reforma de los beneditinos portugueses (1564-1565)*, in «*Bracara Augusta*», Braga, vol. 35, nº 79-80 (92-93), Jan.-Dez. 1981, p. 289. Relativamente aos comendatários, veja-se também o disposto pelo licenciado Baltasar Álvares, desembargador do arcebispo de Braga, D. Diogo de Sousa, na acta da visitação feita aos mosteiros da comarca de Entre Douro e Lima, em 1528, publicada por SOARES, Franquelim Neiva — *Os mosteiros da comarca de Entre Douro e Lima, em 1528*, in «*Bracara Augusta*», Braga, vol.41, nº 91-92 (104-105), 1988-1989, pp.101-138, mas sobretudo pp. 129-132. Atendendo à eventual dificuldade que alguns leitores poderão ter no acesso a esta publicação, parece-nos oportuno transcrever a seguintes amostras: «... *E p[e]ra que ysto se posa cumprir mamdo ao comendatario que corregua o quapitollo e lhe faça asemtos de de madeira ao redor e hũu altar no meio muito bem feito com cruceyfixo pintado na parede e cubra o dito capitolo de telha e madeira e mandara trelladar a regra de Santo Agustinho* (referia-se ao mosteiro de Sta. Maria da Oliveira — Famalicão) *em limguoajem pera que lemdo-a ha posição entemder o que cumprira atee a Pascoa so penna de dez cruzados*» (p. 129); «*Item. Mamdo ao comendatario que pague em cada hũ anno aos coneguos loguo no novo suas reções*

Da mesma forma, tem de se ter presente que as referências aos efeitos das guerras na decadência dos mosteiros¹⁰⁵ não é mera figura de retórica, se pensarmos nas guerras fernandinas e na prolongada guerra da Independência.

Mas não se pense que estas comunidades eram vítimas apenas de pressões externas. No seu interior nem tudo era exemplar, como se verifica pela visitação feita pelo bispo do Porto, D. Antão, ao Mosteiro de Santo Tirso, em 1437, ou mesmo em Refojos de Basto¹⁰⁶, para não falar de situações como a vivida, em 1427, pelo abade de Arnóia, descrita pelo prior claustral, que o considera « ... *in sensum reprobum datus, sue salutis immemor, in multorum scamdalum ac malum exemplum infra dicti monasterii septa seu clausuras publice detinuit, prout detinet, concubinam, Deum vero et eius sanctos sepius blasphemavit ac in eodem monasterium quendam filium suum carnalem in monachum recepit, monachis quoque portiones [...] eius culp[...] bona etiam diminuta aut dilapidata et licet anni sint elapsi quod in ipsius monasterii in abbatem fuit prefectus, munus benedictionis recipere neglexit, propter que dictum*

emteiramente e lhes deixara livremente usar das cousas que toquam a seu convento...» (p. 129); «*Item. Mamdo ao comendatario prior e comvento sob penna d'excomunhão que não faça prazo senão per[a] Bragua»*, p. 131; «*Item. Visytei o dito moesteiro [de Freixo] e pera que elle seja servido segumdo a obrigação que a yso tem o comendatario e coneguos que devem em ele aver mamdo ao comendatario que ponha tres coneguos que syrvam o dito moesteiro porque esta copya acho que houve sempre em ho dito moesteiro alem das remdas deles serem abastantes pera hy aver tres coneguos sohya d'aver o mesmo prior que hera do abeto e servya pesoalmente...»*, p. 132. A referência à tradução da *Regra de Sto Agostinho* evoca-nos a tradução da *Regra de S. Bento* que Frei João Álvares fez no século XV para o Mosteiro de Paço de Sousa para ser lida diariamente uma passagem à *Preciosa*, isto é, no momento próprio da hora canónica de Prima (RIBEIRO, João Pedro — *Dissertações chronologicas e criticas...*, tomo I, Lisboa, 1860, p. 370).

Sobre a nefasta acção dos comendatários nos mosteiros cistercienses veja-se o relato da visita efectuada pelo Abade de Claraval, D. Edme de Saulieu, aos mosteiros da Ordem na Península Ibérica da autoria de BRONSEVAL, Père Claude de - *Peregrinatio hispanica*. Introduction, traduction et notes par Dom Maur Cocheril, tomes I et II, Paris, PUF, 1970. Em relação aos diversos mosteiros, vai deixando as informações por ele recolhidas.

¹⁰⁵ Nas *Confirmações de D. Fernando da Guerra* são frequentes tais alusões. A título de exemplo, veja-se o que deixou registado a propósito da extinção de Vilar de Frades, ao mencionar a decadência material das propriedades do mosteiro «*por mingoa de lavradores que ahi não havia pellas grandes pestillencias e guerras que em este Regno foram...*» (*A Arquidiocese de Braga no século XV*, p. 655).

¹⁰⁶ MARQUES, José — *Aspectos da vida interna do Mosteiro de Santo Tirso, segundo a visitação de 1437*, Santo Tirso, 1982. Ver sentença de D. Lourenço Vicente relativa ao mosteiro de Basto, em apêndice a este estudo sobre o de Santo Tirso.

monasterium in spiritualibus et etiam temporalibus non modicam patitur jacturam...»¹⁰⁷.

Sem pretendermos ignorar situações como estas, também não deveremos generalizá-las, sem as necessárias provas, pois, de outro modo, falsear-se-ia a própria realidade histórica. Mas que a situação carecia de reforma profunda demonstra-o bem a longa constituição 3.^a que o arcebispo D. Luís Pires lhe consagrou nas *Constituições sinodais* do Arcebispado de Braga, de 1477. Assim, tratando da relação que os religiosos devem ter com Deus, porque «*se dedicarom e oferecerom em ostia viva a Deus prazente e per hua estreitura de sua sancta vida som mortos ao mundo e viventes a Deus, o que en este arcebispado achamos muito pello contrario nos dom abbades e monges de Sam Beento e nos dom priores e conigos de Sancto Agostinho, os quaaes, afastados de toda onestidade e bom viver, per tal guisa se dom ao mundo assy em seus vestidos, converssaçom e custumes que de todo em todo se esquecem do que hé contheudo em suas regras e do que ao tempo das suas proffissõens a Deus juraram e prometerom.*»¹⁰⁸ E nos pontos seguintes da mesma constituição o prelado passa a referir a falta de vida comunitária, vivendo, em muitos casos, cada um isoladamente, em casais que tomavam «de fora», isto é, que tomavam de aforamento a titulares estranhos aos mosteiros¹⁰⁹, o desleixo na solenização das festas de S. Bento, S. Bernardo e Sto. Agostinho, patronos celestes das Ordens visadas por esta constituição¹¹⁰, chegando o legislador ao ponto de especificar os dias em que deveriam ser celebradas, de acordo com o calendário litúrgico, concretamente, a de S. Bento, em 21 de Março, e a de Sto. Agostinho, no dia 28 de Agosto, acrescentando, de seguida, que poucos mosteiros deste arcebispado tinham nas respectivas igrejas as imagens destes santos titulares, com os respectivos símbolos iconográficos, passando, finalmente,

¹⁰⁷ *Monumenta Portugaliae Vaticana*, IV, p. 276. MARQUES, José — *A Arquidiocese de Braga no século XV*, Lisboa, IN-CM, 1988, p. 675.

¹⁰⁸ *Synodicon hispanum. II. Portugal*, dirigido por Antonio Garcia y Garcia, Madrid, BAC, 1982, p.79.

¹⁰⁹ *Synodicon hispanum. II. Portugal*, p. 80: — «*em que vivem mui desonestamente assy como proprietários e la vão comer a reçam e mantimento que lhes dom do moesteiro, em grande odio e contumelia de Deus e maao exemolo e escandallo do poboo e condepnaçom de suas proprias almas, hyndo contra o juramento e proffissom que fezerom de obediencia, proveza e castidade.*»

¹¹⁰ *Synodicon hispanum. II. Portugal*, p. 81: — «*Item, porque achamos que em muitos moesteiros das dictas ordens os senhorios e jurdições tenporaaes som seus e quando vem o dia das festas dos dictos preciosos sanctos sam Beento e sancto Agostinho nom lhes guardam nem solepnizom as dictas festas e dias, o que hé grande erro porque ao menos nos coutos de que som senhores deviam de seer guardados e honrados....*»

a insistir na guarda das respectivas regras, na necessidade de vida comunitária e na disciplina, em que deviam ser criados os moços, potenciais religiosos, etc.¹¹¹.

É natural que sejamos tentados a dar algum desconto ao vigor das afirmações presentes no teor da constituição, aliás compreensível, atendendo ao intuito reformador que lhe está subjacente, como é vulgar acontecer em textos similares.

Mas não esqueçamos que, apesar de o arcebispo D. Luís Pires falar somente do que conhecia relativamente à sua arquidiocese de Braga, o ambiente não era muito diferente na vizinha diocese do Porto. Com efeito, embora nos falte uma análise tão minuciosa como foi possível elaborar para a arquidiocese de Braga, as cartas que, de 1467 a 1469, o Abade de S. Salvador de Paço de Sousa, D. Frei João Álvares, dirigiu aos seus religiosos são um excelente testemunho de que também nesta comunidade - sem dúvida, um caso entre tantos outros, na diocese portuense - nem tudo corria bem, como se verifica por alguns aspectos que respigamos nesses notáveis textos, profundamente marcados pela beleza literária, segurança de doutrina de clara raiz bíblica, e por uma forte solicitude pastoral.

Preocupava este zeloso abade a generalizada ignorância da *Regra de S. Bento* por parte dos seus monges, pelo que decidiu traduzi-la para português e mandar copiá-la num volume de pergaminho, bem encadernado, que ficou preso à estante do coro por adequada cadeia metálica, não só para se ler diariamente algum dos seus pontos à *Preciosa*, da hora de Prima, mas também para estar acessível a todos, de forma a acabar com a ignorância da mesma, circunstância que, embora não servindo de desculpa, era causa de muitos males. Além disso, este abade reformador disciplinou o processo de recolha das rendas da conditaria, da enfermaria e da vestiaria, que «*andavam de maaom em maaom de anno em anno, cada huum despndia, e rrecebia, e fazia o que queria, assy como de seu proprio thesouro, e faziam dividas, e leixavam cousas por pagar em tanto que nom era possivel saber-se quanto rrecebiam e quanto despndiam*» passando, agora, a ser guardadas em arca comum, com três chaves diferentes, só podendo ser aberta na presença simultânea dos seus detentores, isto é, do Prior, do Tesoureiro e do Escrivão. Proibiu a entrada de leigos na clausura, a criação de aves e outros animais. Regulamentou a liturgia e o ofício diário, etc.

¹¹¹ *Synodicon hispanum II. Portugal*, pp.80-82.

Mas esta vasta obra de reforma não se realizou sem oposição interna, como deixou bem explícito este Abade reformador, ao responsabilizar os monges de Paço de Sousa por tais violências e injustiças: «... *bem sabees como vos unistes, e viestes contra mim todolos da Hordem, por me torvardes, que nom visitasse, murmurando do Bispo, e de mim, e asacandonos muitos testemunhos falsos, dos quaees prouue a Deus de nos livrar...*»¹¹².

De quanto fica dito, apesar de não se ter concretizado, ressalta a justeza do projecto de reforma dos mosteiros portugueses por D. Frei Gomes Eanes, abade de Sta. Maria de Florença, incumbência que se esperava lhe fosse confiada por Eugénio IV, mediante sugestão do nosso monarca¹¹³, bem como a do novo projecto em que, mais tarde, viria a ser implicado o arcebispo de Braga, D. Fernando da Guerra, credenciado para o efeito pela bula de Pio II *Religiosorum excessus*, de 23 de Março de 1462¹¹⁴, cujos resultados foram praticamente nulos. Reformar os mosteiros portugueses, nessa altura, constituía uma tarefa ingente, que ultrapassava as possibilidades físicas de um prelado que andava nos setenta e cinco anos, circunstância que nem toda a sua determinação conseguiria vencer.

Conforme esclarecemos, de início, o nosso objectivo é aprofundar o conhecimento da situação da Igreja em Portugal, no século XV, que tomámos globalmente como «o mundo do Infante D. Henrique». Trata-se, por isso, de definir as linhas gerais dessa realidade, sugeridas por alguns exemplos paradigmáticos apresentados. Se, porém, quisermos averiguar a evolução das três grandes Ordens Religiosas (que marcaram os primórdios da nossa nacionalidade e atingiram o auge ao longo do século XIII, tendo começado a declinar, em datas variáveis, na primeira metade do século XIV), podemos afirmar que, desde cerca de 1480 até 1528, a crise se acentuou nestas três Ordens, tendo prosseguido até à reforma efectuada pelo Concílio de Trento, como se verifica pelo conteúdo de quatro importantes documentos, publicados nas últimas décadas.

¹¹² ÁLVARES, D. Frei João — *Cartas aos religiosos de Paço de Sousa*, in RIBEIRO, João Pedro - *Dissertações chronológicas e criticas sobre a História e Jurisprudência Ecclesiástica e Civil de Portugal*, Lisboa, Academia das Ciências, 1860, pp. 364 - 379

¹¹³ COSTA, António Domingues de Sousa — *D. Frei Gomes, reformador da Abadia de Florença, e as tentativas de reforma dos mosteiros portugueses no século XV*, in «*Studia Monastica*», Abadia de Monserrat (Barcelona), vol. 5, fasc. 1, 1963, p.61. Este estudo ocupa as pp. 59-164.

¹¹⁴ A.D.B., *Bulas*, cx. 5, s.n. MARQUES, José — *O estado dos mosteiros beneditinos...*, p. 84.

Referimo-nos, seguindo a ordem cronológica dos mesmos, à *visitação* feita aos mosteiros conventuais da comarca de Entre Douro e Lima, pelo licenciado Baltasar Álvares, desembargador do arcebispo D. Diogo de Sousa, em 1528¹¹⁵; de seguida podemos contar com o relato de outra *visitação*, de âmbito internacional, exclusivamente feita aos mosteiros cistercienses, pelo abade de Claraval, D. Edme de Saulieu, de que o seu secretário, Fr. Claude de Bronseval, nos deixou importantes informações, relativas ao estado em que se encontravam as comunidades de monges brancos, às decisões tomadas, e até sobre outras realidades locais, indispensáveis para conhecermos melhor o mundo em que viveram muitos daqueles que nos precederam; em terceiro lugar, temos o *relatório* sobre a reforma dos beneditinos portugueses, elaborado em 1564-1565¹¹⁶; e, finalmente, mas já com a reforma em curso, dispomos de um novo *inquérito* à vida dos Mosteiros na Arquidiocese de Braga, no tempo de D. Frei Bartolomeu dos Mártires, em 1568¹¹⁷.

A leitura atenta e a análise destas importantes fontes para a história das comunidades monásticas beneditinas, agostinhas e cistercienses obrigam a admitir que a crise a que tantas vezes fizemos menção ultrapassou o século XV, projectando-se, mesmo, até à fase da reforma tridentina.

Mas neste longo período da História de Portugal, marcada por mudanças notáveis, no plano eclesiástico, teremos de nos resignar a ver passar diante dos olhos apenas as mazelas da grave crise, que deixámos bem assinalada?

¹¹⁵ SOARES, Franquelim Neiva — *Os mosteiros da comarca de Entre Douro e Lima, em 1528*, in «Bracara Augusta», Braga, vol. 41, n.º 91/92 (104-105), 1988-1989, pp.101-138.

¹¹⁶ ZARAGOZA PASCUAL, O.S.B., Ernesto — *Reforma de los beneditinos portugueses (1564-1565)*, in «Bracara Augusta», Braga, vol. 35, n.º 79-80 (92-93), Jan.-Dez. 1981, pp.275-290.

¹¹⁷ FERREIRA PAULO FERRO, Adérito Gomes — *Inquérito à vida dos Mosteiros na Arquidiocese de Braga sob D. Fr. Bartolomeu dos Mártires*, in *Actas do II Encontro sobre História Dominicana*, vol. III, tomo 3, Porto, 1987, pp.161-206.

Há ainda uma outra informação de 1588-1589, que traça o quadro do andamento concreto do movimento reformador no seio das comunidades beneditinas, que importa ler com atenção e numa atitude crítica, que sublinhará o contraste entre a imagem negativa que as fontes até aqui referidas nos deixam, e o avançado ambiente de recuperação, patente nesta última, decorridos que eram pouco mais de duas décadas sobre a criação da *Congregação de S. Bento de Portugal*, em 1567, cuja referência bibliográfica oferecemos aos interessados: ZARAGOZA Pascual, Ernesto — *Reforma de los beneditinos portugueses (1588-1589)*, in «Theologica», Braga, vol. 17, fasc. 1-4, 1983.

Obviamente que não, como decorre do conjunto de informações recolhidas nos diversos quadros, estruturados mais acima, e que estamos a utilizar, como base ou suporte desta reflexão.

E se nesta ordem de ideias confrontarmos o número de mosteiros antigos extintos ao longo do século XV com as comunidades da *Observância* de Ordens antigas: agostinhos, franciscanos, dominicanos, a que se associaram as de algumas Ordens novas, entretanto fundadas, teremos de concluir que à conhecida decadência de algumas se contrapõe o vigor novo ou renovado de outras, como a seguir se indica:

Ordens antigas: <i>Nº de extintos:</i>		Ordens novas: <i>Nº de fundações:</i>	
<i>Benedictinos:</i>		Eremitas de Sto. Agostinho....	1
Braga	13	Dominicanos Observantes	8
Valença	3	Dominicanas	4
Porto	1	Franciscanos Observantes ...	30
<i>Cistercienses:</i>			
C.E. de Valença	1	Clarissas	7
Lamego	1	Jerónimos	6 ¹¹⁸
Lisboa	1	Lóios	7
<i>Agostinhos:</i>		Total	63
Braga	6		
Total	26		

Por este breve cômputo — que, prudentemente, não ousamos considerar exaustivo, não só quanto aos números atingidos, susceptíveis de alguma correcção, mas também quanto à eventual necessidade de algum apuramento crítico — verifica-se que no período de 1392, ano da fundação dos quatro primeiros conventos franciscanos observantes, até 1506, ano da fundação das dominicanas de Montemor-o-Novo, às 26 extinções de mosteiros beneditinos e agostinhos e cistercienses, podemos contrapor 63¹¹⁹ fundações, distribuídas por diversas dioceses e observâncias mais adequadas aos novos tempos, caracterizadas pela opção de pobreza mais estrita e dedicação às exigências da evangelização no continente, nos territórios ultramarinos e nas ilhas do Atlântico, dentro de um quadro mental a que não são estranhas as virtualidades da conhecida «*devotio moderna*», que se fazia sentir, desde a segunda metade do século anterior.

¹¹⁸ Neste número não incluímos o convento das Berlengas, posteriormente transferido para Valbenfeito.

¹¹⁹ Este número inclui o Hospital de D. Domingos Jardo, que foi entregue aos Lóios.

Esta visão de conjunto - apesar de incompleta, devido à referida falta de estudos para a totalidade das dioceses portuguesas, similares aos efectuados para as de Braga e Porto e para a Administração Eclesiástica de Valença, permite apreciar a realidade da Igreja em Portugal numa posição de contraste e de renovação eclesial incipiente, e superar a nota de grave decadência, proporcionada pela visão sectorial das Ordens Religiosas antigas, quando limitada à mera perspectiva regional nortenha. E não se pense que a crise ficou balizada pelas datas de 1392 a 1506, acima referidas, pois através dos quadros precedentes foi possível detectar mais dezassete (17) comunidades monásticas extintas ao longo do século XVI.

2.1 — *Importância social e administrativa dos mosteiros*

Após esta longa digressão, já nos poderemos debruçar, embora de forma bastante sucinta, sobre o papel dos mosteiros na sociedade e na administração civil, tema que não tem sido estudado. Impõe-se, por isso, distinguir, neste conjunto de instituições, as que eram titulares de coutos das que não possuíam terras imunes, embora pudessem dispor de alguns bens, a coberto dos privilégios eclesiásticos, frequentemente violados pelas intromissões da autoridade régia ou pelos poderosos, como se vê pelas queixas de 1426, em relação a hospitais¹²⁰, pela renovação das leis de desamortização nas Ordenações Afonsinas¹²¹, etc., mas também pelas queixas apresentadas em Cortes, e pela vontade de dificultar a exploração das terras das igrejas, mediante a recusa da cedência de mancebos para o trabalho ou retirando-lhos, a título de mobilização¹²², etc.

Mais importante, porém, é a acção dos mosteiros titulares de coutos, pelo que, se isto, por um lado, significa redução do poder de intervenção do monarca, por outro implica um poder supletivo, que alivia a Coroa de muitos encargos na organização dos espaços, exploração da terra, realização de obras públicas, administração da justiça e da vida interna do couto, numa perspectiva que poderemos chamar *para-concelhia*, apoiada numa base hierárquica da fonte do poder. Quer isto dizer que, não obstante a vida dos coutos estar organizada à semelhança dos concelhos, a diferença radical encontra-se na origem ou fonte do poder, que nos concelhos reside no povo, devendo, por isso, considerar-se de raiz

¹²⁰ A.D.B., *Colecção cronológica*, antiga cx. 23, s.n.

¹²¹ A.D.B., *Cartas do Cabido*, livro 1, n.º 1.

¹²² A.D.B., *Col. ecção cronológica*, antiga cx. 23, s. n. Ver também concordata de 1427. Cf. *A Arquidiocese de Braga no século XV*, p.79.

democrática, e nos coutos monásticos e de sés episcopais deriva directamente dos seus titulares (abades, priores, cabidos e prelados) para os respectivos subalternos, transmitindo-se por via descendente, por contraposição à via electiva, ascendente, típica dos municípios de instituição régia.

Conhecemos várias dezenas de situações desta natureza e a variedade das situações orgânicas internas das mesmas, o que nos permitiu abordar com segurança os aspectos que acabamos de apresentar¹²³.

Nesta complexa realidade, haverá que incluir também o caso das Ordens Militares e algumas situações de senhorialismo eclesiástico em que o caso de Braga pode ser paradigmático, até porque D. Afonso V, em 1472, acabou por pressionar o arcebispo D. Luís Pires a aceitar o senhorio de Braga¹²⁴, que o prelado e o Cabido não pretendiam. É que o monarca considerava preferível receber as compensações anuais, pagas pela jurisdição da cidade e couto de Braga, fixadas no contrato celebrado com D. João I e as correcções de natureza económica feitas, por D. Duarte, em 1436¹²⁵, a continuar com a jurisdição da cidade e do couto de Braga, cujas obras públicas teria de suportar, não obstante a falta de recursos financeiros de proveniência local, circunstância que tornava a Câmara Municipal verdadeiramente incapaz de governar a cidade e o seu termo, como se verificava, havia décadas¹²⁶.

Estas realidades não podiam deixar de ter reflexos na esfera do poder civil, não só pela redução do poder económico que elas representavam, pelo controlo da população, directamente dependente dos abades, priores, cabidos e prelados, e pelas dificuldades que levantavam no plano judicial, por exemplo, em relação ao direito de asilo, para não falar já dos aspectos militares, quer na atribuição de armas, quer nos casos de mobilização, de que os preparativos de Alfarrobeira são um bom exemplo, bem documentado para o couto de Manhente, anexo à comunidade dos Cónegos Seculares de Vilar de Frades ou Lóios¹²⁷.

¹²³ MARQUES, José — *D. Afonso IV e as jurisdições senhoriais*, in *Actas das II Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval*, vol. IV, Porto, INIC-CHUP, 1990, pp. 1527-1566.

¹²⁴ A.D.B., *Gaveta de Braga*, n.º 23; A.N.T.T., *Gaveta 10*, maço 4, n.º 12.

¹²⁵ A.D.B., *Gaveta de Braga*, n.º 23.

¹²⁶ MARQUES, José — *D. Fernando da Guerra e o abastecimento de água à cidade de Braga no segundo quartel do século XV*, in «*Minia*», 2.ª Série, Ano III, n.º 4, 1980, pp. 127-128.

¹²⁷ A.D.B., *Fundo monástico-conventual*, L — 68 (antigo *Vilar de Frades*, livro 19), fl. 56. Ref. em *A Arquidiocese de Braga no século XV*, pp. 887 e 948.

3 — As paróquias quatrocentistas: suas funções e problemática específica.

Se o estudo dos mosteiros na sua globalidade levanta muitas dificuldades, a situação é muito mais complexa em relação às paróquias, dado o seu elevado número e a falta de estudos específicos realizados, de âmbito diocesano, com excepção dos casos de Braga, Porto e, parcialmente, do Entre Minho e Lima, integrado na actual diocese de Viana do Castelo.

E contudo, a paróquia era a célula fundamental e o campo específico para o exercício da accção pastoral da Igreja, constituído sobre uma base territorial, coincidente com cada uma das parcelas em que foi dividido o território diocesano. Era, por isso, o espaço primordial para a concretização partilhada da sua tríplice missão de *reger, ensinar e santificar*, confiada aos párocos para a exercerem em união com o bispo diocesano e em contacto directo com os fiéis.

Ao abordarmos o problema das paróquias, no século XV, à semelhança do que fizemos com os mosteiros, prescindimos das discussões em torno da origem romanista das paróquias, que o próprio Mons. Miguel de Oliveira¹²⁸ inicialmente abraçou, por influência dos estudos de Imbart de la Tour e de W. Seston¹²⁹. Pelos estudos de Pierre David¹³⁰, do Pe. Avelino de Jesus da Costa¹³¹ e do Pe. Domingos A. Moreira¹³² dispomos de informação suficiente para distinguirmos entre as paróquias visigóticas e as paróquias saídas do moroso processo da Reconquista, e para sabermos que, não obstante a importância que tiveram as *paróquias próprias*, a sua esmagadora maioria está directamente articulada com o processo do povoamento, que o mesmo é dizer da ocupação e «ordenamento» do território, embora ao empregarmos o termo *recente* tenhamos consciência da distância cronológica e conceptual que nos separa da Idade Média.

É sabido que a razão fundamental da divisão das dioceses em terras, arcediagados ou arciprestados, embora o termo seja mais tardio,

¹²⁸ OLIVEIRA, Mons. Miguel — *As paróquias rurais portuguesas. Sua origem e formação*, Lisboa, União Gráfica, 1950.

¹²⁹ SANTOS, Cândido A. Dias dos — *O Censual da Mitra do Porto. Subsídios para o estudo da Diocese nas vésperas do Concílio de Trento*, Porto, Câmara Municipal, 1973, p. 52.

¹³⁰ *L' organization ecclésiastique du royaume suève au temps de Saint Martin de Braga*, in *Études historiques sur la Galice et le Portugal du IV^e au XII^e* Paris, Institut Français au Portugal, 1947, pp.1-82, sobretudo pp.19-44.

¹³¹ *O Bispo D. Pedro e a organização da diocese de Braga*, vols. I e II, Coimbra, 1959.

¹³² *Freguesias da Diocese do Porto.* I, 1973; II, 1987 -1988.

reside na estruturação do trabalho pastoral, na regulamentação do alcance territorial da jurisdição dos párocos e nas exigências administrativas eclesiásticas.

Destas estruturas se utilizou pela primeira vez o poder real, em larga escala e proveito próprio, nas *Inquirições* de 1220, não tendo dispensado o seu concurso nas de 1258, havendo, entretanto, a assinalar que, a partir da organização eclesiástica existente em 1220, o poder régio iniciou de forma visível a organização de uma estrutura própria, que teve um grande avanço nos trinta e oito anos decorridos entre as primeiras *inquirições gerais* (1220) e as de 1258, aumentando o número de julgados, mas diminuindo, geralmente, o número de paróquias (*collationes*) que integravam cada um.

Apesar do ensaio que fizemos para a área da antiga Arquidiocese de Braga — e empregamos o termo *antiga* para evocar os seus primitivos limites, conhecidos desde o século XI, progressivamente reduzidos à área actual — para o resto do País o estudo comparativo da divisão supra-paroquial eclesiástica com a que se foi criando no plano civil está por fazer e para esses tempos mais recuados só poderá ser viável para a zona a norte de Tejo, pois a parte sul aguardava ainda a hora da reconquista.

O primeiro rol das paróquias de Portugal, incluindo o chamado reino dos Algarves data dos anos 1320-1321 e foi organizado por ordem de D. Dinis, a fim de poder receber, durante três anos, a décima ou dízima dos benefícios eclesiásticos, como subsídio para a guerra contra os mouros¹³³. Este catálogo, apesar das vantagens que oferece tem de ser utilizado com algumas cautelas, que vão desde a rectificação de muitos nomes, à falta de distinção clara entre capelas e igrejas ou paróquias, bem como entre paróquias e mosteiros, embora saibamos que muitas vezes as igrejas dos mosteiros eram simultaneamente sedes da paróquias, etc.

Além desta fonte de 1321, com as reservas que é necessário ter presentes, só é possível avançar dados quantitativos para a Arquidiocese de Braga, para a Diocese do Porto e para o Entre Minho e Lima, cuja história ao longo do século XV conheceu diversas situações jurídicas, desde a fórmula de «Diocese de Tui na parte de Portugal», «Administração Eclesiástica de Valença», integração no «Bispado de Ceuta» e, e finalmente, integração na Arquidiocese de Braga, em 1514.

¹³³ Publicado por ALMEIDA, Fortunato — *História da Igreja em Portugal*. Nova Edição preparada e dirigida por Damião Peres, vol. IV, Porto-Lisboa, Livraria Civilização, 1971, pp. 90-144.

É certo que as fontes utilizadas são diferentes, mas são relativamente seguras. Assim, para Braga, para o século XV, a fonte que mais dados fornece são as *Confirmações de D. Fernando da Guerra*; para a Administração de Valença dispõe-se das *Confirmações de Valença do Minho* e para o Porto *urge* lançar mão da exaustiva investigação do Pe Domingos Azevedo Moreira¹³⁴, disposta em quadros sinópticos, em que ressalta também o *Censual da Mitra do Porto*, reencontrado e estudado por Cândido dos Santos¹³⁵.

Sem entrarmos em especificações desnecessárias neste momento, permitimo-nos oferecer alguns números expressivos do aumento de paróquias entre os séculos XIV e XVI, para podermos fazer uma aproximação ao século XV:

DIOCESES	ANOS				
	1320	1371	séc. XV	1512	1545
Braga	990		1058	1072	
Porto		369			426
Adm. de Valença	197				210

Uma análise dos valores deste quadro, entrando em linha de conta com o aumento de paróquias dentro dos intervalos cronológicos indicados permite obter os seguintes resultados, que parecem ter algum significado numa leitura comparativa:

DIOCESES	INTERVALOS EM ANOS	PARÓQUIAS CRIADAS
Braga	c. 140	68
Porto	141	57
Valença	225	13

Embora esta análise possa estar sujeita a eventual ligeira correcção, que, desde já, reputamos insignificante, podemos concluir que nas dioceses de Braga e do Porto, a criação de paróquias, em valores absolutos, é muito superior ao verificado em Valença; mas confrontando

¹³⁴ MOREIRA, Pe. Domingos — *Freguesias da Diocese do Porto...*, I e II partes, 1973 e 1987-88.

¹³⁵ SANTOS, Cândido — *O Censual da Mitra do Porto. Subsídios para o estudo da Diocese nas vésperas do Concílio de Trento*, Porto, Câmara Municipal, 1973.

estes resultados com o número de paróquias de cada uma destas dioceses, num intervalo sensivelmente igual de 140 anos, em termos percentuais, o crescimento no Porto foi de 15.45%, muito superior ao crescimento verificado em Braga, que não ultrapassou os 6.9%. Por sua vez, o crescimento no Entre Minho e Lima, atendendo ao intervalo de 225 anos, foi muito reduzido.

Assunto bem mais complexo será propor uma interpretação justificativa correcta destes resultados. Sejam quais forem os factores propostos, não poderemos esquecer a accção devastadora das pestes, no período seguinte a 1320, e que, além da Peste Negra, o Entre Minho e Lima sofreu, entre outras, as de 1362¹³⁶ e de 1453¹³⁷, etc., conhecendo-se bem os efeitos nefastos das várias situações de contracção demográfica nos mosteiros e paróquias das dioceses nortenhas¹³⁸

No plano eclesiástico-administrativo, as paróquias destas dioceses do Norte, durante o século XV, tomado mais numa perspectiva social e não estritamente cronológica, sofreram rudes golpes demográficos, com reflexos documentalmente expressos na incapacidade de muitas delas sustentarem pároco próprio, chegando mesmo o Arcebispo D. Fernando da Guerra a escrever que seria um verdadeiro opróbrio, em tais condições, exigir o cumprimento da lei de residência.¹³⁹ Temos notícia de um significativo número de paróquias que ficaram completamente *ermas*; sabemos de outras, que estiveram anexadas durante bastantes anos; sendo, finalmente, outras unidas *in perpetuum* a alguma das limítrofes, expressão canónica sinónima de extinção pura e simples.

Tal estado demográfico e económico prestou-se a uma notável baixa dos cuidados pastorais de assistência religiosa, no aspecto da celebração da missa dominical, que algumas constituições sinodais chegam a quantificar em função do número de fregueses existentes, como fez D. Frei Justo Baldino para a sua diocese de Ceuta, visando concretamente o Entre Minho e Lima, eclesiasticamente governada a partir de Valença. Eis o quadro de referência, que foi possível elaborar¹⁴⁰.

¹³⁶ MARQUES, José — *A peste de 1362*. Estudo inédito do autor, elaborado a partir do livro 1.º das *Confirmações de Tui*, de 1352-1366, apresentado na Academia Portuguesa da História.

¹³⁷ MORENO, Humberto Baquero — *A epidemia de 1453-1454*, sep. de «Revista de Ciências do Homem» da Universidade de Lourenço Marques, série A, vol., I, 1968.

Ver o elenco das pestes dos séculos XIV e XV, em MARQUES, A.H. de Oliveira. *Portugal na crise dos séculos XIV e XV*, Lisboa, Editorial Presença, 1986, p. 20-22.

¹³⁸ Cf. MARQUES, José — *A Arquidiocese de Braga no século XV*, pp. 267-307.

¹³⁹ MARQUES, José - *O. c.*, p. 277.

¹⁴⁰ *Synodicon hispanum. II. Portugal*, pp. 454-455.

N.º de fregueses	N.º de missas por semana
Menos de 15	de 15 em 15 dias
15	todos os domingos
25	domingos e 5ª-feiras
35	domin., 5ª-feira e outro
45	4 missas por semana
55	5 missas por semana
60 ou mais	6 missas por semana

Neste contexto, muitas paróquias, mercê do direito de padroado, episcopal, monástico, régio, de leigos, de municípios, e de muitas situações de co-padroado, etc. foram confiadas a clérigos minoristas e de ordens sacras, que nem sempre respeitavam as exigências canônicas de se promoverem ao presbiterado, com grave detrimento da cura pastoral e da instrução religiosa que devia ser ministrada ao povo cristão, de si já tão reduzida, com a agravante de ser primeiro ministrada em latim e depois em vernáculo, tudo isto motivos por que lhe era muito difícil passar do cumprimento formal a uma autêntica vivência religiosa, que, no desrespeito da disciplina eclesiástica, nos escândalos do clero, em alguns casos - embora raros - de acesso a benefícios paroquiais por comprovada simonia, não encontrava o estímulo necessário ao progresso espiritual.

Este fenómeno das anexações está estudado para Braga no século XV, está em estudo para a Administração Eclesiástica de Valença, em relação à centúria de quatrocentos, e é bem conhecido para a diocese do Porto, nas vésperas do Concílio de Trento. Quanto a Braga, foi possível verificar documentalmente que o Prelado, D. Fernando da Guerra, a partir de certa altura, preferiu anexar as paróquias a outras que estivessem servidas por um presbítero a confiá-las a minoristas ou clérigos de ordens sacras, que retardavam a sua promoção ao presbiterado acabando muitos deles por serem privados desses benefícios, que não podiam servir convenientemente.

Em muitos casos, a anexação era feita a um mosteiro, que assumia os encargos pastorais através de algum monge comissionado para o exercício das funções paroquiais, geralmente reduzidas ao mínimo, já que a frequência dos sacramentos não era prática corrente, nessa altura.

Qual o papel das paróquias na administração civil?

São escassas as informações sobre este ponto de vista, convindo ter presente que tanto a organização municipal como o poder régio não se encontravam em condições de poderem prescindir das estruturas paroquiais como suporte importante da acção administrativa.

A elas se recorria quando era necessário publicitar determinações eclesiásticas ou civis, actos que, geralmente, faziam os párocos ou os curas a partir do próprio altar ou os mensageiros à porta das igrejas, nos adros ou sob os alpendres, lugares, com frequência, escolhidos para reuniões de âmbito paroquial.

Na publicação de ordens superiores, os mensageiros percorriam geralmente os roteiros ou itinerários seguidos nas visitas pastorais, processo que permaneceu nos séculos seguintes, como demonstram os livros paroquiais destinados à cópia integral das mensagens veiculadas pelos mensageiros¹⁴¹.

Ao longo da Idade Média, e do século XV, não faltaram lançamentos de *pedidos e empréstimos públicos*, recolhas de dízimas e outros tributos para a guerra, para as diversas cruzadas coordenadas pelos monarcas, etc. Escasseiam, é certo, informações sobre os mecanismos utilizados para a recolha de tais verbas. Por isso mesmo, já arquivamos em estudo anterior as referências disponíveis, acerca da recolha da primeira prestação do pedido de 400.000 libras, autorizado nas Cortes de Coimbra de 1385 e, depois, nas Cortes de Lisboa de 1389, o mesmo acontecendo com metade de uma dízima votada nas Cortes de 1397, a título de subsídio de guerra, recolhida no primeiro semestre do ano seguinte, em Braga, em Penafiel de Bastuço, e em diversas paróquias das terras de Faria, Lanhoso, Mestre-escolado, Vilariga, Guimarães, Neiva, etc., com indicação exacta dos quantitativos pagos¹⁴².

Pelas queixas apresentadas por D. Lourenço Vicente a D. João I contra os *recadadores e recebedores* das quantias autorizadas, geralmente

¹⁴¹ É o que se verifica, por exemplo, num dos livros do Arquivo Paroquial da freguesia de Rouças, do arciprestado de Melgaço, com o aviso régio do Príncipe D. João, futuro D. João VI, de 1807, em relação à entrega dos livros, considerados findos após vinte anos de uso, e à sua consulta para fins de recenseamento militar, face ao receio das invasões napoleónicas, que viriam a concretizar-se pouco depois.

No A.D.B., existe ainda uma dessas cartas circulares, que tendo sido expedida por D. Fernando da Guerra, em 29 de Maio de 1459, foi publicada à porta das igrejas paroquiais de Ponte de Lima, em 3 de Junho seguinte, da de Barcelos, no dia 4, e da de Vila do Conde, no dia 5 (A.D.B., *Colecção cronológica*, antiga cx. 30, s.n.).

¹⁴² MARQUES, José — *Braga na crise de 1383-1385*, Braga, 1985, pp. 18-19.

com grande sacrifício do povo e sentido da responsabilidade colectiva, perante o bem comum, ficamos a saber que não faltavam abusos e extorsões, por parte destes oficiais e até de *porteiros* e *sacadores*, irregularidades que o monarca se propunha corrigir, obrigando-os a devolverem o que tinham levado a mais, indevidamente¹⁴³.

Além destas intervenções de alcance administrativo, por razões de ordem militar, conhecemos também como o bispo auxiliar de Braga pregava a bula de cruzada, inclusive com intuítos expressos de contribuir para a cruzada contra os turcos por volta de 1460, e como alguns membros do clero se dispunham a coadjuvá-lo em tão nobres funções.

Estas breves notas, além de exemplificarem a importância social e administrativa das paróquias no plano eclesiástico e civil, poderão servir de estímulo à recolha de todas as informações que surgirem neste domínio.

4 — As manifestações conciliaristas e suas repercussões específicas

Os mosteiros e as paróquias, pela sua própria natureza, são instituições a que a sociedade não se pode considerar alheia. Não admira, por isso, que os aspectos considerados desagradáveis ou mesmo negativos da vida dos seus membros e da própria instituição em si mesma se repercutam positiva ou negativamente na sociedade que os redeia, edificando-a ou mesmo escandalizando-a, como mais acima demonstrámos, mediante dados documentais, do que se passou na vida da Igreja em Portugal, no século XV.

Paralelamente a estas realidades, que atingiam os fiéis de forma directa e bastante alargada, ocorreram no seio da Igreja situações graves, que não era tão fácil divulgar, mercê da sua natureza, predominantemente teológica. Referimo-nos às doutrinas e práticas conciliaristas, pela gravidade doutrinária, que encerram, e pelas suas consequências práticas, felizmente, sem as funestas consequências, que poderiam ter desencadeado.

Em última instância, a essência desta questão reside na defesa da superioridade das decisões colectivas do concílio ecuménico sobre a autoridade do Romano Pontífice, sucessor de Pedro, incumbido pelo próprio Jesus Cristo de confirmar os seus irmãos na Fé. Por outras palavras, podemos dizer que esta posição doutrinária decorre de um erro

¹⁴³ *Ibidem*,

teológico de base, que consiste em olvidar que a autoridade do concílio ecuménico depende do facto de ter sido convocado legitimamente pelo Papa ou, ao menos, de ter sido aprovada por ele a sua reunião, bem como os respectivos decretos¹⁴⁴.

A teoria *conciliarista*, frontalmente oposta à constituição monárquica da Igreja, surgiu nos anos de 1380-1381, isto é, nos primeiros anos do Cisma do Ocidente, sob a designação de *via synodi*, proposta pelos professores alemães Gelnhause e Langenstein, que a consideravam como o método mais correcto para se pôr termo ao Cisma. Posteriormente defendida na Universidade de Paris por homens como Pedro d'Ailly e o próprio Gerson, desenvolveu-se e generalizou-se durante o Grande Cisma do Ocidente e teve bastantes sequazes por ocasião dos grandes Concílios Ecuménicos da primeira metade do século XV, sobretudo dos de Constança, Basileia, Ferrara-Florença-Roma. Entre os seus nefastos resultados conta-se a realização do conciliábulo de Pisa (1409)¹⁴⁵, que, embora de boa fé, mas numa atitude anticanónica, introduziu uma realidade nova, ao tentar, em vão, a deposição do papa Gregório XII e do antipapa Bento XIII, e procedendo, à eleição de Alexandre V, em 1409. Desta forma, surgiu a *tríplice obediência*, a que só o concílio de Constança pôs termo, em Novembro de 1417, depois de uma intensa actividade, em que o rei Segismundo da Alemanha (1410-1437) muito se empenhou, conseguindo-se que Gregório XII resignasse, depois de ter declarado legítima a reunião do Concílio de Constança, até então decorrendo numa situação anticanónica; João XXIII, que prometera resignar recusou-se a fazê-lo, pelo que o Concílio, legitimamente o depôs, em 20 de Maio de 1415, o mesmo fazendo, a Bento XIII — o espanhol Pedro de Luna¹⁴⁶, que, em 1383, tinha estado, como enviado de Castela e do antipapa de Avinhão, na célebre reunião ou assembleia de Santarém¹⁴⁷.

Do concílio de Constança, saíu também o compromisso de que o concílio se reuniria de 7 em 7 anos, o que, de certo modo, constituía uma vitória real, embora discreta, para os conciliaristas. É certo que, nas circunstâncias concretas em que este concílio decorreu e se pôde encerrar,

¹⁴⁴ Ver o *Código de Direito Canónico*. Ed. anotada, a cargo de Pedro Lombardia e Juan Ignacio Arrieta. Trad. portuguesa a cargo de José A. Marques, Braga, Edições Theologica, Braga, 1984, Cânones 337-341.

¹⁴⁵ LLORCA, Bernardino — *O. c.*, p. 409.

¹⁴⁶ LLORCA, Bernardino — *Manual de História Eclesiástica*. Tradução revista e adaptada por B. Xavier Coutinho, vol. II, Porto, Edições Asa, 1960, pp. 406-407.

¹⁴⁷ BAPTISTA, Júlio César — *Portugal e o Cisma do Ocidente*, in «Lusitania Sacra» Revista do Centro de Estudos de História Eclesiástica, Lisboa, [1ª série], vol. I, 1956, pp. 143 ss.

este compromisso quase se pode considerar um «mal menor», que os padres conciliares acabaram por aceitar como tal. O novo e legítimo pontífice, Martinho V (o Cardeal Colonna), consciente do perigo que esta exigência representava, conseguiu evitar a sua reunião¹⁴⁸, mas Eugénio IV teve de o convocar para Basileia, onde foi aberto, em Julho de 1431, a fim de continuar a reforma da Igreja. Temendo, porém, pela segurança da assembleia conciliar, em Basileia, tentou transferi-la para Bolonha, originando-se, então, um grave contencioso com o aguerrido grupo conciliarista, que prosseguiu a oposição ao Papa, preocupado com a forma como o Concílio parecia orientar-se no debate sobre a «*reformatio in capite*». Anos mais tarde, Eugénio IV, que pretendia a *união dos orientais*, que, apesar de terem solicitado o apoio do Romano Pontífice, recusavam deslocar-se a Basileia, aproveitou a circunstância para transferir o concílio para Ferrara, onde recebeu o Imperador e o Patriarca do Oriente, sem, contudo, ter obtido os resultados desejados. Daí o concílio foi transferido para Florença e, finalmente, para Roma¹⁴⁹.

4. 1. — *Que impacto teve esta situação em Portugal, particularmente na clerezia?*

A resposta a esta complicada questão exige, em nosso entender, uma distinção muito clara entre dois tipos de posições: primeiro, relativamente à *origem do Cisma*, com a eleição do antipapa Clemente VII, e à conseqüente tentativa de deposição de Urbano VI, e, depois, quanto à atitude ou posição assumida pelos prelados portugueses, face ao *conciliarismo* vigente.

Pensamos que nestes dois casos, embora no primeiro se trate de matérias de âmbito mais restrito, confinadas, essencialmente, ao plano teológico e da hierarquia, se pode afirmar que o seu impacto na sociedade portuguesa, ao nível do povo, foi diminuto, nos tempos imediatos ao início do Cisma, ao contrário do que se viria a verificar a partir da crise

¹⁴⁸ Sobre este assunto, veja-se COSTA, António Domingues de Sousa — *Leis atentatórias das liberdades eclesiásticas e o papa Martinho V contrário aos concílios gerais*, in *Studia historico-ecclesiastica*. Festgabe für Prof. Luchsius G. Spätling, O.F.M., herausgegeben von Isaac Vásquez, O.F.M., Rom, Pontificium Atheneum Antonianum, 1977, pp. 505-592.

¹⁴⁹ LLORCA, Bernardino — *O. c.*, pp. 408-411. Para uma informação mais circunstanciada sobre esta problemática, veja-se o nosso estudo *A Arquidiocese de Braga no século XV*, pp.94-102.

de 1383-1385, sobretudo quando a desorganização operada em muitas instituições eclesiásticas, como cabidos, colegiadas e até mosteiros, passou a ser generalizada e notória.

Bem sabemos que, em muitos casos, as motivações políticas assumem o principal ónus justificativo da referida desorganização, mas em documentação coeva ou pouco posterior não faltam menções da fidelidade ao antipapa de Avinhão como motivo determinante do exílio, que muitos tiveram de escolher, mesmo que, em diversos casos a opção política a favor de D. Beatriz e do rei de Castela constitua a causa mais genuína do abandono da Pátria¹⁵⁰

Tem-se relacionado também as posições a favor ou contra o Papa de Roma, Urbano VI, e do antipapa de Avinhão, Clemente VII, e dos respectivos sucessores de ambos, conforme as posições políticas assumidas pelas diversas nações no conflito internacional da Guerra dos Cem anos, o mesmo se podendo dizer acerca de Portugal e de Castela, envolvidos na 3.^a guerra fernandina e, pouco depois, na guerra da Independência, sem se divulgar o seu verdadeiro entrosamento teológico-religioso e político, há décadas explicitado no já citado estudo de Júlio César Baptista, a que vamos aludir parcialmente.

Apesar das posições anteriores, convém observar que, após o termo da desta 3.^a guerra fernandina, veio a Portugal Pedro de Luna, como legado do antipapa de Avinhão, numa tentativa de atrair D. Fernando para a causa avinhonesa, durante a assembleia reunida em Santarém, em 23 de Fevereiro de 1383.

Nessa reunião, Pedro de Luna esforçou-se por convencer os e membros da delegação portuguesa de que o papa legítimo era o de Avinhão, afirmação fortemente contestada pelos prelados e teólogos portugueses, *contrapondo que os cardeais que procederam à eleição de Clemente VII não mereciam crédito, nem como testemunhas dos factos invocados, nem como promulgadores da pretensa deposição de Urbano VI, porque se contradiziam e invocavam um poder que o direito canónico não lhes conferia e, além do mais, eram parte interessada no processo em causa. Com efeito:*

— tinham anunciado a toda a cristandade que elegeram o arcebispo de Bari por ser um varão justo e merecedor da dignidade papal;

¹⁵⁰ MARQUES, José — *Clérigos portugueses exilados e beneficiados em Castela Nova e na Andaluzia nos finais di século XIV*, in «Revista de Ciências Históricas» da Universidade Portucalense, Porto, vol. 4, 1989, pp.177-194.

— vindo meses depois dizer que tinha sido eleito sob pressão popular contradizem-se, pois anteriormente não tinham invocado tal circunstância;

— o Sacro Colégio, uma vez feita a eleição deixou de ter qualquer poder sobre o Pontífice e, por isso, também não podiam arrogar-se o direito de o depor:

— para mais, os cardeais dissidentes, eram parte no processo, porque tendo sido privados das suas dignidades e benefícios, na sequência da sua rebelião, estando, agora, a defender interesses pessoais e a tentar esbulhar Urbano VI de direitos legítimos, em cuja posse pacífica estivera durante bastante tempo, sem qualquer contestação dos referidos cardeais, sobretudo de origem francesa.

Por sua vez os juristas portugueses: Rui Lourenço, deão de Viseu, Gil Dossém, Frei Lobo e Frei Vicente corroboraram com uma argumentação bem estruturada, as ideias defendidas pelo prelado português, rebatendo as afirmações do legado Pedro de Luna, que teceu a sua argumentação em torno do pressuposto de que o mini-colégio eleitoral, que abriu uma situação de cisma¹⁵¹, merecia crédito, em razão de sua *autoridade, da veracidade do seu conhecimento e da necessidade do Direito*, a que os nossos juristas objectaram de forma clara e contundente:

— Quanto à autoridade, que o facto de os cardeais se terem comparado aos levitas do Velho Testamento e aos Apóstolos é inconsequente; o seu conhecimento não tinha por que ser superior ao dos outros, antes pelo contrário, maior seria o dos intervenientes nos tumultos; a necessidade do Direito, isto é, a necessidade de acreditar nos cardeais como fundamento do voto eleitoral é admitida pelos nossos juristas, mas aplicam-na ao caso da eleição de Urbano VI, antes da cisão do colégio cardinalício, rejeitando o segundo documento, este elaborado pelos cardeais eleitores de Clemente VII, que se esqueciam, intencionalmente, de que, após a eleição de Urbano VI, tinham anunciado « *ao mundo que ele fora legitimamente eleito* »¹⁵².

A eleição de Pedro de Luna em Pavia, veio agravar a situação até 1415, dando novo impulso ao conciliarismo.

¹⁵¹ «*Lusitania Sacra*», I, pp. 149-151.

¹⁵² BAPTISTA, Júlio César - *Portugal e o Cisma do Ocidente*, in «*O.c.*», p. 156.

Apesar disso, o rei de Castela e Leão, no intuito de contribuir para a união no seio da Igreja — «*pro unione Sancte Matris Ecclesie*» — acabaria por enviar também os seus embaixadores ao concílio de Constança¹⁵³:

Por sua vez, após diversas vicissitudes, os delegados de D. João I, em nome dos quais subiram à tribuna, no dia 5 de Junho de 1416, o doutor Gil Martins e o mestre (*magister*) Antão Martins, que proclamaram a fidelidade do Rei de Portugal¹⁵⁴. No momento oportuno, a representação portuguesa foi solenemente saudada pelo cardeal diácono, D. Francisco, do título de S. Cosme e S. Damião, que chegou, inclusive, a anunciar ao Concílio a conquista de Ceuta, feita meses antes, no ano de 1415¹⁵⁵.

Não obstante ter sido oficialmente conseguida a unidade de Igreja, são conhecidas as vicissitudes ocorridas em torno das propostas de realização de novos concílios, com a periodicidade de sete anos, acordada em Constança. Martinho V conseguiu evitar a sua concretização, mas Eugénio IV teve de o convocar para Basileia, para 1430, e suportou a oposição ligada à tentativa frustrada de transferência para Bolonha, e à reacção violenta do grupo conciliarista, que levou Eugénio IV a conservá-lo em Basileia, onde, finalmente, chegaram os legados do arcebispo D. Fernando da Guerra (o deão de Braga, Rui Dias, e João de Segóvia), tendo os embaixadores de D. João I participado somente na segunda sessão. Dos embaixadores do Rei conhece-se apenas o nome de D. Luís do Amaral, bispo de Viseu.

Após a morte de D. João I, o arcebispo de Braga conservou os mesmos representantes, ao passo que os embaixadores de D. Duarte passaram a ser os seguintes: D. Afonso, conde de Ourém, sobrinho do Rei, D. Antão, bispo do Porto, os doutores Vasco Fernandes de Lucena e Diogo Mangancha, os teólogos Frei João de S. Tomé, agostinho, e Frei Gil Lobo, franciscano. Depois de passarem por Bolonha a fim de prestarem homenagem ao Papa e testemunharem a fidelidade portuguesa

¹⁵³ Esses embaixadores foram: — «D. Domingos de Maldonados, bispo de Cuenca, D. João, bispo de Badajoz, Fernando Peres de Ayala, cavaleiro, governador-mor da Biscaia e conselheiro do rei, Martinho Fernandes de Córdova, também grande senhor, prepósito dos pagens do rei» Nesta caminhada para a paz e a união, também o «Infante filho de D. Henrique, rei de Aragão, mestre da Ordem de Santiago» enviou por seus embaixadores «D. Diogo de Soto e D. Garcia Vergara, cavaleiros da ordem de Santiago». Na nota 4, observa que não há coincidência entre os nomes destes embaixadores e os nomes indicados nas crónicas conciliares. (NASCIMENTO, Aires Augusto - *Livro dos Arautos*. Estudo codicológico, histórico, literário. Texto crítico e tradução, Lisboa, 1977, p. 226.

¹⁵⁴ NASCIMENTO, Aires Augusto — *O. c.*, pp.329 e 332-339.

¹⁵⁵ NASCIMENT, A.A. — *O. c.*, p. 330.

à ortodoxia, dirigiram-se para Basileia, onde chegaram em 2 de Dezembro de 1436, sendo apenas integrados no Concílio na véspera de Natal.

Surge, então, uma situação nova: o bispo de Viseu incorporou o grupo dos conciliaristas.

Por sua vez, Eugénio IV iniciou o *diálogo com Orientais*, que tinham enviado uma embaixada a pedir apoio, transfere o concílio para Ferrara e envia uma delegação a Constantinopla, em que foram também integrados: Rui Dias, D. Antão Martins, bispo do Porto, Luís Eanes, estudante de Direito em Bolonha, Lopo Álvares — obviamente elementos da plena confiança do Papa — merecendo referência, como expressão desta mesma realidade, a carta que Rui Dias escreveu de Constantinopla, a Antão Rodrigues a informando-o das diligências inúteis da embaixada *conciliarista*, em Constantinopla, para atrair a atenção dos gregos¹⁵⁶, pois não conseguiram demovê-los da decisão já tomada de virem a Ferrara, na companhia da embaixada enviada por Eugénio IV, contando-se entre eles o imperador João Paleólogo e o patriarca José.

Na embaixada *conciliarista* integrou-se também o bispo de Viseu, D. Luís do Amaral, que era um dos elementos mais activos do grupo conciliarista, que, assim, ficou conhecido na História como a única voz dissonante no quadro da fidelidade portuguesa ao Romano Pontífice.

Os grandes objectivos desta fase do concílio, em Ferrara, eram conseguir:

- União entre as Igrejas Oriental e Ocidental;
- Reforma da Igreja Universal;
- A paz do povo cristão.

O concílio reabriu, em Ferrara, no dia 8 de Janeiro de 1438, mas os gregos só chegaram no dia 8 de Fevereiro de 1438. A sua vinda, se por um lado foi um êxito para a embaixada de Eugénio IV, por outro acicatava os *conciliaristas*, mas, infelizmente, a desejada união das duas igrejas não se concretizou.

Neste período houve uma intensa correspondência tanto dos *conciliaristas*, como da parte de Eugénio IV com o arcebispo de Braga, D. Fernando da Guerra, que uns e outros disputavam para seu apoiante:

¹⁵⁶ Cf. *Portugaliae Monumenta Histórica*, vol. II, Braga-Porto, 1970, pp. CCXI-CCXIII.

— Os *conciliaristas* eram virulentos e responsabilizavam Eugénio IV de todos os males que afectavam a Igreja;

— da parte de Eugénio IV, solicitavam ao prelado bracarense que mandasse aplicar os decretos já aprovados, que convocasse os outros prelados para o Concílio e que o acompanhassem, pois a presença dos portugueses era necessária, dado os jogos de forças instalados entre os padres conciliares, incondicionalmente fiéis a Eugénio IV e os conciliatistas. O metropolitano de Braga, D. Fernando da Guerra, não pôde deslocar-se a nenhuma das sessões conciliares por absoluta falta de recursos materiais, mas a sua fidelidade ao Pontífice Romano ficou sempre bem expressa através dos seus representantes no concílio.

Em todo este contexto, são verdadeiramente impressionantes as notícias da alegria causada pelas boas novas da vinda e da chegada dos Orientais, dos actos solenes com que foram recebidos e da esperança fundada da união, que, lamemtavelmente, não se concretizou, valendo a pena ler com especial atenção a correspondência arquivada em Braga, de que já divulgámos algumas passagens, aguardando, entretanto, a oportunidade de publicar na íntegra essas preciosas fontes¹⁵⁷.

Após o regresso dos Orientais, o Concílio viria a ser transferido para Florença e, finalmente, para Roma, pairando insistentemente a ameaça *conciliarista*, receio que afectou mais a alta clerezia e a própria autoridade régia do que a população, à qual dificilmente terão chegado, de imediato, informações sobre estes assuntos.

5 — CONCLUSÕES

No termo desta exposição, em que procurámos revelar alguns aspectos da maior importância na vida da Igreja em Portugal, durante o século XV, impõe-se apresentar algumas conclusões que ajudem a compreender, o tempo ou no mundo do Infante D. Henrique, sob o ponto de vista eclesiástico, parecendo-nos oportuno assinalar as seguintes:

— Ressaltar a urgente necessidade de se estudar a História de Portugal, tanto quanto possível, na sua totalidade, sem qualquer alergia à História da Igreja, pois, sem esta dimensão, o conhecimento do nosso passado ficará gravemente mutilado e distorcido, como acontece em obra

¹⁵⁷ MARQUES, José — *A Arquidiocese de Braga no século XV*, pp. 95-101.

colectiva recente, sendo verdadeiramente impressionante a aparência de falta de informação — se não se trata de intencionais omissões, o que seria bem pior - sobre temas fundamentais da nossa história e da nossa cultura.

— É incontestável que há *sombras* nas instituições eclesiásticas portuguesas do século XV, como se verifica em relação aos mosteiros, mas, paralelamente, há um conjunto de instituições novas, marcadas por um verdadeiro espírito de reforma e ânsias de missão, que prepararam a reforma católica do século XVI e a gesta da evangelização que viria a desenvolver-se intensamente, a partir dos meados de quinhentos.

E para que não fiquem dúvidas ou falsas ideias acerca das relações entre o Poder Real e a Igreja ao longo do século XV, é necessário deixar bem claro que monarcas como D. João I, D. Duarte, o Regente D. Pedro, D. Afonso V e até D. João II tomaram posições face à vida da Igreja, que obrigaram a Hierarquia a assumir posições colectivas e até individuais, contraditórias de hipotéticas alianças entre o trono e o altar ou entre a cruz e a espada, fáceis de elaborar numa perspectiva literária, mas, em muitas ocasiões, imensamente distantes da realidade dos factos, como já tivemos ocasião de demonstrar¹⁵⁸. Note-se, contudo, que, a não ser uma posição mais ousada atribuída pelo Arcebispo de Braga a D. Duarte, em fase de corte de relações entre eles, não se detectam desvios no plano da ortodoxia da Fé.

Durante a centúria em estudo, as paróquias, que constituíram o meio adequado à renovação catequética e espiritual no seio das igrejas diocesanas, mercê das crises demográficas, económicas e sociais, cujas raízes mergulham no século XIV, passaram também por uma fase difícil, que ainda não é conhecida em toda a sua extensão e profundidade, mercê da falta de estudos, relativos à maior parte das dioceses portuguesas, neste período.

Apesar do vigor com que o *conciliarismo* se fez sentir ao nível da Hierarquia, e não obstante se ter verificado um caso de adesão episcopal à linha favorável à supremacia do concílio sobre a autoridade pontifícia, os fiéis não parecem ter sido afectados pela violenta movimentação observada, nesta *matéria*, durante a primeira metade do século XV ou, se preferirmos, simultânea à vida do Infante D. Henrique.

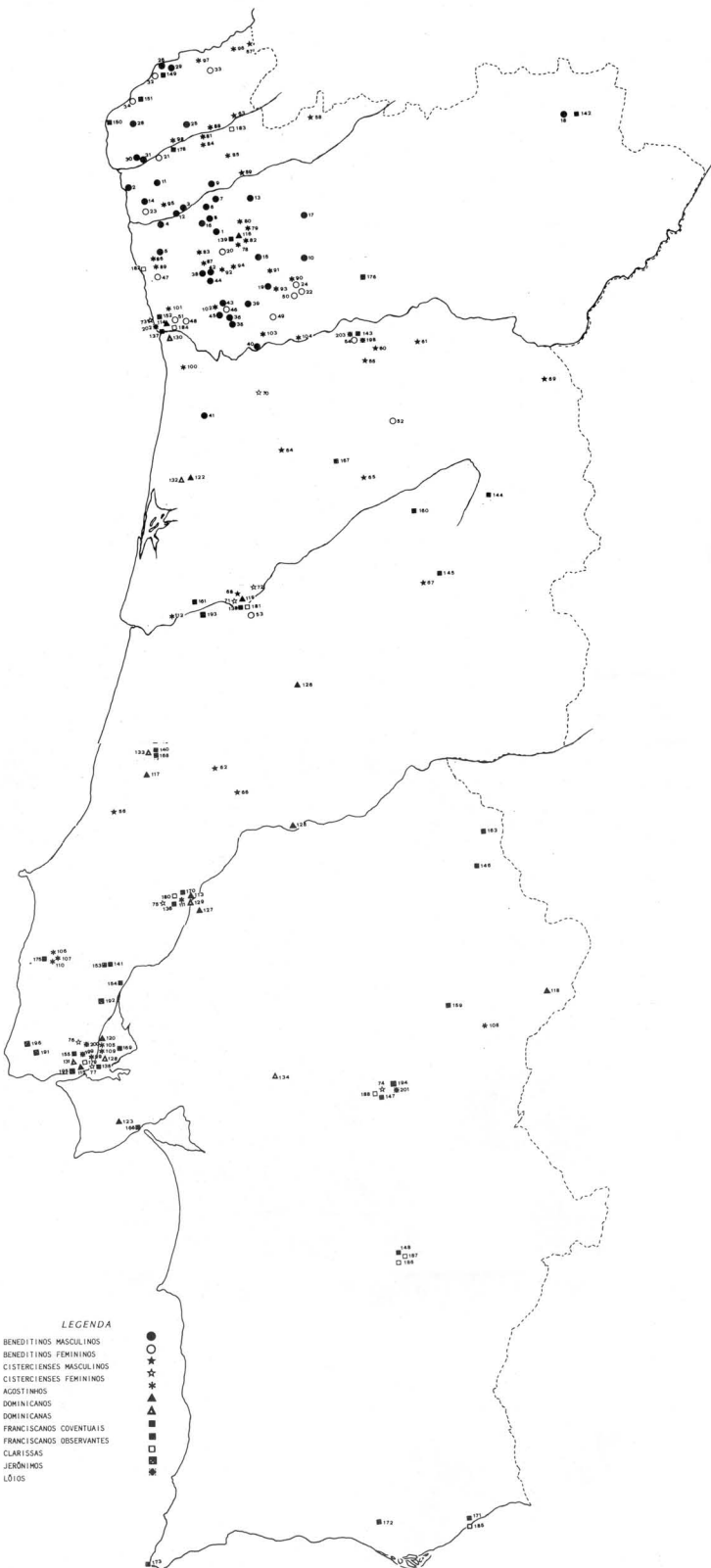
— No entanto, a doutrina surgida durante o Cisma, consubstanciada na *via subtractionis*, documenta-se no grupo social afecto ao 1.º Duque

¹⁵⁸ À maneira de síntese, veja-se o nosso estudo *O Poder Real e a Igreja em Portugal na Baixa Idade Média*, in «Bracara Augusta», Braga, vol. 44, n.º 96 (109), 1993, pp. 7-44.

de Bragança, embora sem grande influência, quando no auge do conflito com o prelado bracarense, pretendia induzir certas populações a desobedecerem ao Arcebispo de Braga.

Nesta intervenção, de acordo com o plano inicial, não nos preocupámos com a biografia, nem com a obra do Infante D. Henrique, nem com a acção missionária, que deveria ser a actividade específica da Igreja nesse período, mas não deixamos de a ter, de algum modo presente, quando referimos a fundação de mosteiros ou conventos em Ceuta, Tânger, etc., circunstâncias que, só por si, exprimem uma fonte de preocupações que havia de continuar a acompanhar a nossa expansão marítima até ao Oriente e ao Brasil, sem olvidarmos as ilhas atlânticas.

MOSTEIROS E CONVENTOS — 1392-1506



OS JESUÍTAS, CONFESSORES DA CORTE PORTUGUESA NA ÉPOCA BARROCA (1550-1700)

Por João Francisco Marques

O cargo de confessor de el-rei na corte portuguesa foi, até à morte de D. Manuel I, ocorrida em 1527, exercido predominantemente por franciscanos, dominicanos e jeronimitas¹. Na verdade, a dinastia de Avis, que governará o reino a partir dos finais do século XIV, vê incumbir-se da consciência do rei D. João I, seu fundador, um filho espiritual do *poverello* de Avis, Fr. João da Barroca, que o acompanhou na conquista africana de Ceuta, marco iniciador da expansão ultramarina lusa, e lhe assistiu à morte². A outro franciscano, Fr. Gil Lobo, coube desempenhar a função junto do sucessor, D. Duarte, o rei letrado e melancólico, colaborando na redacção de *O Leal Conselheiro*³. Ateve-se

¹ Ver João Francisco MARQUES, «Franciscanos e Dominicanos Confessores dos Reis Portugueses das duas Primeiras dinastias — Espiritualidade e Política», in *Revista da Faculdade de Letras — Línguas e Literaturas Anexo V — Espiritualidade e Corte em Portugal, Sécs. XVI-XVIII*, Porto, 1993, 53-60.

² Cf. Fernando da Soledade, *História Serafica Cronológica da Ordem de S. Francisco na Provincia de Portugal*, III, Lisboa, Manoel Joseph Lopes Ferreyra, 1705, 28.

³ Cf. *Ibidem*; Ruy de PINA, *Chronica do Senhor Rey D. Duarte*, in *Crónicas de Rui de Pina*, Porto, Lello & Irmão — Editores, 1977, 491-492, 500; D. DUARTE, *Leal Conselheiro*, ed. João Morais Barbosa, Lisboa, Imprensa Nacional — Casa da Moeda, 1982, 396, 407-408; João Francisco MARQUES, *D. Duarte e a complexidade de um breve reinado. A consciência do monarca e as responsabilidades do confessor régio*, Viseu, Câmara Municipal, 1995.

ainda a religiosos da ordem franciscana seu filho D. Afonso V que, para além dos confessores e capelães-mores do paço, como D. Rodrigo de Noronha e Fernão Álvares Cardoso, gente de nobre estirpe de sua privança e conselho, confiou em particular a sorte da alma e as disposições do testamento a Fr. João de S. Mamede que o encorajaria no projecto de se encerrar, no termo da vida ralado de desilusões, no cenóbio franciscano de Torres Vedras, não longe de Lisboa, «pera nelle servir a Deos em hábito secular»⁴. A presença de S. Francisco continua a prevalecer junto de seu filho, D. João II, na pessoa do confessor Fr. João da Póvoa, sete vezes provincial, a quem ordenou, ao aperceber-se da aproximação da morte, que lhe escrevesse o instrumento de suas últimas vontades⁵.

Na corte, porém, a outros religiosos entregaram altas figuras os segredos da consciência e a orientação espiritual das suas vidas. O frade dominicano João Dias foi o confessor da filha de D. Afonso V, a princesa D. Joana, que morreu em odor de santidade no convento de Jesus, em Aveiro, onde tem seu túmulo⁶. O trinitário espanhol, Fr. Miguel Contreras, que passa por inspirador das misericórdias, foi-o de D. Leonor, esposa de D. João II, que as instituiu e logo se espalharam pelo país inteiro numa obra de assistência ímpar, durante séculos ajustada às estruturas e às necessidades sociais⁷.

O rei D. Manuel teve por confessores, durante grande parte do seu reinado, os franciscanos João da Póvoa e Diogo da Silva, que morreu arcebispo de Braga⁸, e Fr. Jorge Vogado, dominicano⁹. De entre seus

⁴ Cf. Fernando da SOLEDADE, *Op. cit.* em (2), 155-156; António Caetano de SOUSA, *História Genealógica da Casa Real*, ed. Lopes de Almeida e César Pegado, III, Coimbra, Atlântida Editora, 1947, 12, 24, 37, 61; Damião de GOES, *Crónica do Príncipe D. João*, ed. crít. Graça Almeida Rodrigues, Lisboa, Universidade Nova, 1977, 215.

⁵ Cf. Manoel da ESPERANÇA, *Historia Serafica*, Lisboa, Antonio de Craesbeck de Mello, 1666, 494; A. C. de SOUSA, *Op. cit.*, 80-81; Manuela MENDONÇA, *D. João II — Um Percurso Humano e Político nas Origens da Modernidade em Portugal*, Lisboa, Editorial Estampa, 1991, 286, 464-466.

⁶ Cf. A. C. de SOUSA, *Op. cit.*, 56.

⁷ Cf. Fortunato de ALMEIDA, *História da Igreja em Portugal*, ed. Damião Peres, II, Porto/Lisboa, Livraria Civilização, 1968, 496-497; André Ferrand de ALMEIDA, «As Misericórdias», in *História de Portugal*, dir. José Mattoso, III — No Alvorecer da Modernidade, Lisboa, Círculo dos Leitores, 1993, 530-540.

⁸ Cf. Damião de GOES, *Chronica d'El-Rei D. Manuel*, Lisboa, ed. Mello d'Azevedo, 1911, 86; Christopher LUND, *Anedotas Portuguesas*, Coimbra, Livraria Almedina, 1980, 161-162.

⁹ Cf. António do ROSÁRIO, *Notícia de Frades Pregadores em Serviço Diplomático. Séculos XIII-XVIII*, Separata de 'A Diplomacia na História de Portugal', Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1990, 27. Foi confessor de sua segunda mulher e cunhada D. Maria, filha dos Reis Católicos, o jeronimita Fr. Gabriel, prior da Berlenga. Cf. A. C. de SOUSA, *Op. cit.*, 136.

filhos, o infante D. Duarte houve por director de consciência a Fr. Miguel de Valença, monge de S. Jerónimo, ordem empenhada, a pedido do rei venturoso, na reorganização do ensino universitário e na difusão da cultura¹⁰, enquanto o de sua filha, a erudita infanta D. Maria, foi o célebre teólogo tridentino, Fr. Francisco Foreiro, frade dominicano¹¹, defensor de uma espiritualidade tocada pelo reformismo católico que incrementava a prática da confissão frequente e da comunhão, ao arbítrio do confessor, da oração mental e da devoção à Eucaristia e à Virgem, com particular apego à castidade¹².

Se, contudo, virtude e saber constituíam as qualidades que deviam adornar os escolhidos para o grave ministério de confessor régio, a notoriedade da pessoa e a preponderância da ordem religiosa nos círculos do paço acresciam, como elementos de preferência, a recomendar potenciais candidatos. A viragem decisiva, para o lado dos jesuítas, dá-se no reinado de D. João III, rei piedoso e culto, dominado pelo proselitismo religioso de expandir a fé cristã na Índias e restantes conquistas.

Com efeito, foi por intermédio de D. Diogo de Gouveia, o famoso principal do colégio parisino de Santa Bárbara, por onde passaram, ao cursar a universidade, Inácio de Loyola, Pedro Fabro e Francisco Xavier, que o monarca português teve notícia da Companhia de Jesus¹³. Na altura, gorado o objectivo de chegarem à Terra Santa, haviam-se espalhado alguns dos primeiros fundadores por várias cidades italianas a pregar com «grandissimo fruto» e aceitação. A carta do Doutor Gouveia, datada de 17 de Fevereiro de 1538 e dirigida a D. João III, falava do elevado número de conversões no Malabar de que tivera notícia e já transmitira a Mestre Simão Rodrigues, bolseiro português de Santa Bárbara, que partira de Paris com seis companheiros, a caminho de Roma, aonde o Papa Paulo III os chamava¹⁴.

¹⁰ Fr. Miguel de Valença e não Olivença, como por lapso se encontra em A. C. de SOUSA (*Op. cit.*, 253), possivelmente de origem espanhola, foi um reputado mestre espiritual e confessor da rainha D. Catarina e dos infantes seus cunhados, D. Luís, D. Maria e D. Duarte e sua mulher D. Isabel, bem como das filhas, a marquesa de Parma, D. Maria, e a duquesa de Bragança, D. Catarina. Cf. Cândido dos SANTOS, *Os Jerónimos em Portugal. Das origens aos fins do século XVII*, Porto, INIC/Centro de História da Universidade, 1980, 180-203.

¹¹ Cf. A. C. de SOUSA, *Op. cit.*, 274.

¹² Cf. *Ibidem*, 275.

¹³ Cf. Francisco RODRIGUES, «O Dr. Gouveia e a entrada dos jesuítas em Portugal (1540)», in *Brotéria*, II, fasc. VI (Junho 1926), 270; Georg SCHURHAMMER, *Francisco Javier. Su vida y su tiempo*, trad. cast., I, Bilbao, Ediciones Mensajero/Gobierno de Navarra, 1992, 701-727.

¹⁴ Cf. F. RODRIGUES, *Loc. cit.*, 270.

Segundo as informações do correspondente régio, estes varões, cujo principal era «hum Mestre Fabro homem docto e de mui grande vida e hum outro Inigo castelhano», seriam «hum bem inextimavel», se «se podessem aver para irem a India»¹⁵. Estimulado pelo alvitre, acabou D. João III por escrever ao seu embaixador em Roma, a fim de instigá-los a virem «à sua Côrte para irem evangelizar as conquistas de Portugal, onde tinham campo bem aparelhado e aberto às expansões do seu zelo»¹⁶. O representante diplomático do monarca, D. Pedro de Mascarenhas, já conhecia tão veneráveis padres, pois elegera Inácio de Loiola por confessor¹⁷. Como, no entanto, a decisão última pertencia ao Romano Pontífice, a cuja inteira obediência se tinham entregado por voto especial, havia que remeter-lhe a petição. Aquiesceu benevolmente Paulo III, mas só de dois era possível dispor: o português Simão Rodrigues e Francisco Xavier que, antes de meados de 1540, chegaram à capital lusa¹⁸. E assim se introduziu a Companhia de Jesus em terra portuguesa.

Enquanto, porém, esperavam o embarque para o Oriente, dedicaram-se, em Lisboa, ao trabalho espiritual com plena aceitação da corte e do povo que se lhes afeiçoou, a ponto de não os querer deixar partir¹⁹. Contudo, se Francisco Xavier, por sugestão de Inácio de Loiola, rumou para Goa, o P.^o Simão Rodrigues viu-se compelido a ficar no país, bem próximo de D. João III, que tinha instalado os inacianos numa dependência do palácio dos Estaus, ao Rossio²⁰.

A partir de então, os reis portugueses entregaram, na verdade, ao longo de duzentos anos, a sua consciência aos jesuítas que a dirigiram em momentos cruciais da vida política nacional²¹. E, desde esse momento, duas preocupações passaram a dominar os confessores régios: meter a virtude na corte e partilhar directa e indirectamente as deliberações do Conselho de Estado em épocas de dissídios internos, civis e religiosos. Ministério árduo, em que política e ambição se fundiam no quotidiano do paço onde, desde Simão Rodrigues, companheiro de Inácio de Loiola e

¹⁵ Cf. *Ibidem*, 271.

¹⁶ Cf. *Ibidem*, 274.

¹⁷ Cf. *Ibidem*, 273.

¹⁸ Cf. *Ibidem*, 274.

¹⁹ Cf. José Carlos Monteiro PACHECO, *Simão Rodrigues, iniciador da Companhia de Jesus em Portugal*, Braga, Editorial Apostolado da Oração, 1987, 94.

²⁰ Cf. *Ibidem*, 95.

²¹ Ver sobretudo: Francisco RODRIGUES, *História da Companhia de Jesus na Assistência de Portugal*, I-I, Porto, Livraria Apostolado da Imprensa, 1931, I-II, II-I (1938), II-II (1939), *passim*, e III-I (1944), 503-542, capítulo inteiramente consagrado aos confessores da corte portuguesa no séc. XVII, após a Restauração de 1640.

primeiro provincial luso, fervilhavam a intriga palaciana, a inveja das outras ordens religiosas e, não menos perniciosa, até a hostilidade dos próprios confrades.

Pode mesmo afirmar-se que os confessores dos príncipes e nobres da dinastia de Avis e os que lhes sucederam no século XVII seguiram, a par e passo, as vicissitudes da história portuguesa: a incrementação da observância monástica e a aplicação dos decretos tridentinos; a missão do Oriente e do Brasil, em que se distinguiram Francisco Xavier, Manuel da Nóbrega e José de Anchieta; o abatimento do império ultramarino; a perda e recuperação da independência pátria; a decadência dos costumes e o surto de uma espiritualidade renovada.

A vinda da Companhia de Jesus para Portugal coincide com o arranque decisivo da reforma católica, apoiada na esfera monástica e diocesana pelos últimos reis da segunda dinastia. Com efeito, os frades jerónimos, formados em Paris e Lovaina, como Brás de Barros e Diogo de Murça, incumbem D. João III de reorganizarem os estudos no seio da ordem, confiando-lhes depois a única universidade lusa que, em 1537, transfere definitivamente para Coimbra e sustenta com os opulentos rendimentos dos cónegos regantes de Santa Cruz²². Segundo Marcel Bataillon, o plano de estudos concebido trairá a nítida preocupação de preparar um clero idóneo para as tarefas pastorais e, em particular, capaz de dirigir as almas dos fiéis²³. A teologia dogmática, de escopo doutrinariamente tomista, e o direito canónico ajustavam-se à feição de uma ética individual e social, voltada menos para a especulação teórica do que para os casos de consciência e inspirada pela prática no contacto com as populações. Se a base humanista desta formação é cuidada, a teologia bíblica desperta um interesse tão notório que se traduz pelo aparecimento de uma pléiade de cultores, alguns de consagrado renome²⁴.

Quando, em Abril de 1540, o P.^o Simão Rodrigues surge em Lisboa não era nem um desconhecido nem vinha desabonado de credenciais para participar no movimento reformista que se desenvolvia lento mas sem

²² Ver: José Sebastião da Silva DIAS, *A Política Cultural da Época de D. João III*, I-II, Coimbra, Faculdade de Letras/Instituto de Estudos Filosóficos, 1969, 567-622; Cândido dos SANTOS, *Op. cit.* em (10), 116-134.

²³ Cf. Marcel BATAILLON, «L'Implantation de la Compagnie de Jésus au Portugal», in *Études sur de Portugal au temps d'humanisme*, Coimbra, Acta Universitatis Conimbricensis, 1952, 286.

²⁴ Cf. *Ibidem*; Manuel Augusto RODRIGUES, *A Cátedra de Sagrada Escritura na Universidade de Coimbra. Primeiro Século (1537-1640)*, Coimbra, Faculdade de Letras/Institutos de Estudos Históricos Dr. António Vasconcelos, 1974, 9-14.

detença. De ascendência nobre, servira na capela real como pagem do deão D. Diogo Ortiz Villegas. Aos 17 anos, partira com destino a Paris, como bolseiro do Colégio de Santa Bárbara, havendo-se graduado em artes, na universidade, em 1533, e recebido ordens sacras 4 anos volvidos. Afeiçoou-se-lhe logo D. João III, tocado pela sua humildade e porte edificante que mal conseguiam esconder uma temperamental irrequietude. Movia-se sem dificuldade entre o povo como no meio da gente fidalga. Votado com total entrega de si mesmo a um apostolado capaz de convocar conversões espectaculares, preocupava-se com assegurar vocações para o projecto de evangelização das Índias portuguesas²⁵. O colégio de Jesus que em Coimbra fundara, em 1542, logo se encheu de moços estudantes destinados a tão árdua missão²⁶.

O rei estimava-o, ouvindo-o e abrindo-se com ele, a ponto de tê-lo perto de si para se aconselhar sobre coisas do serviço de Deus e do seu próprio, gerando-se entre eles tal intimidade que quase de igual para igual se chegavam a comunicar²⁷. A corte era o palco habitual da sua acção. Fácil em grangear amizades, estabeleceu-as firmes com altas figuras da corte, como D. João de Lencastre, duque de Aveiro, que o escolheu para seu confessor, e D. António de Ataíde, conde de Castanheira e valido do monarca. No dobrar do ano de 1550, a fidalga D. Guiomar Coutinho falava elogiosamente das virtudes e serviços com que o P.^e Simão Rodrigues engrandecera a Companhia, como aliás toda a corte reconhecia²⁸.

A notoriedade, porém, do primeiro provincial português dos jesuítas alcançara assinalável relevância, pois fora-o também o de toda a história da Companhia de Jesus que, ao ser-lhe doado o convento lisboeta de Santo Antão-o-Velho, conseguira a primeira casa própria. Daí partiram os 12 companheiros que abriram o Colégio de Coimbra, seu primeiro estabelecimento de formação no mundo²⁹. Com a nomeação, para bispo desta diocese, de D. João Soares, eremita de Santo Agostinho, pressionou D. João III o P.^e Rodrigues, para que aceitasse ser o mestre de doutrina cristã e confessor do herdeiro da coroa, o malgrado príncipe do mesmo

²⁵ Cf. F. RODRIGUES, *Op. cit.* em (21), I-II, 302-327; J. C. M. PACHECO, *Op. cit.* em (19), 101-106.

²⁶ Cf. F. RODRIGUES, *Op. cit.*, 517-521.

²⁷ Cf. *Ibidem*, II-II, 24.

²⁸ Cf. *Ibidem*, 13.

²⁹ Cf. *Ibidem*, I-I, 281-327 e I-II, 465-467; J. C. M. PACHECO, *Op. cit.*, 114-116.

nome³⁰. Para o instruir nas letras profanas, pensava o soberano em Damião de Góis, entretanto chamado a Évora onde a corte se encontrava. Pesava, todavia, sobre o célebre humanista e amigo de Erasmo suspeitas de simpatias luteranas. Simão Rodrigues conhecia-o pessoalmente desde que, em 1538, se haviam encontrado e discutido em Pádua³¹. A par das intenções régias, por certo desaconselharia a nomeação por considerá-la perigosa para a alma do príncipe.

As hesitações e escrúpulos em aceitar o exercício das funções para que D. João III o queria nomear, se, por um lado, o atormentavam ao reconhecer que «as cortes não podem muito agradar a quem delas não pretende aumentos temporais», por outro desvaneciam-se ao pensar nas vantagens daí resultantes para as obras materiais da Companhia³². Pedido o parecer de Inácio de Loyola, a resposta sublinhava que à vontade de Sua Alteza não restava mais que obedecer³³. Jogou-se assim conscientemente o crédito da instituição, de modo a executar-se o lema do seu fundador, apostado na reforma espiritual da sociedade do seu tempo, em estreita colaboração com o poder constituído, se ortodoxamente católico: a cada membro da ordem, se não convinha procurar cargos que envolvessem honras e dignidades, não seria de recusá-los, quando se tratasse de servir o rei.

Graves problemas afligiam então o monarca: o perigo turco-muçulmano, o criptojudaísmo, o reformismo evangélico, a manutenção das praças do norte de África — sorvedouro de pessoas e bens — e a missionação dos espaços africanos, asiáticos e americanos sujeitos à soberania portuguesa³⁴. Por causa da Índia, donde lhe chegavam notícias

³⁰ Cf. F. RODRIGUES, *Op. cit.*, I-II, 19-23.

³¹ Ver: Domingos MAURÍCIO, «Damião de Góis e a Inquisição», in *Brotéria*, XXVI, 2 (Fevereiro 1938), 186-192; F. RODRIGUES, I-II, 23-29; Amadeu TORRES, *Noese e Crise na Epistolografia Latina Goisiana, I. As Cartas Latinas de Damião de Góis*, Introdução, texto crítico e versão, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian/Centro Cultural Português, 1982, 298.

³² Cf. F. RODRIGUES, *Op. cit.*, I-II, 19-21.

³³ Cf. *Ibidem*, 20-21.

³⁴ Acerca das missões no além-mar português, no espaço africano e asiático, antes da entrada dos jesuitas, ver entre outros: António da Silva REGO, *História das Missões do Padroado Português do Oriente. Índia*. 1.º vol. (1500-1542), edição fac-similada da 1.ª (1949) Braga, Comissão Diocesana dos 5 Séculos de Evangelização e Encontro de Culturas, 1993; António BRÁSIO: «Descobrimento, Povoamento e Evangelização das Ilhas de Cabo Verde»; «Os Proto-Missionários do Congo», in *História e Missiologia*, Luanda, Instituto de Investigação Científica de Angola, 1973, 126-163, 173-186; *A acção missionária no período henriquino*, Lisboa, Comissão Executiva do Quinto Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1958; João Francisco

do apostolado florescente de Francisco Xavier³⁵, fizera D. João III evacuar Alcácer-Ceguer, Arzila, Safim e Azamor e retivera apenas Ceuta, Tânger e Mazagão³⁶. Para atalhar o incremento do judaísmo e possíveis contágios erasmianos e luteranos, pressionara Roma a introduzir nos seus reinos o Tribunal do Santo Ofício; para incrementar a reforma das ordens religiosas mostra-se pessoalmente empenhado na prática da letra e do espírito das primitivas regras de beneditinos, franciscanos, dominicanos, jerónimos, eremitas agostinianos, crúzios e carmelitas; para disciplinar e melhorar a escolha de titulares necessários ao exercício da justiça e cargos eclesiásticos criou a Mesa da Consciência e Ordens; para atenuar o rigor do direito penal derogou leis demasiado severas e aliviou a rigidez das coimas que oneravam as populações, lutando desta forma contra a acumulação de benefícios em poucos, a fim de abrir a esperança de emprego a muitos mais; para acorrer, dentro de um espírito de solicitude social, às carências dos desfavorecidos velava com particular acuidade pela assistência a orfãos, a nobres em situação de pobreza envergonhada e a mulheres públicas e arrependidas; para se colocar numa posição de árbitro imparcial nos diferendos entre reis católicos, como Francisco I e Carlos V, furtava-se habilmente a intervir, não manifestando a sua inclinação pela causa de qualquer dos contendores, mas antes fomentando a concórdia que só favorecia o aumento das forças da catolicidade contra os inimigos da Igreja e os interesses e desígnios do papado em hora de renovação e de ameaça³⁷. Contexto este demasiado

MARQUES, «Os Mártires de Marrocos e Raimundo Lulo e a Evangelização Portuguesa no Norte de África até ao século XVI», in *Congresso Internacional Bartolomeu Dias e a sua Época. Actas*, V, Porto, Universidade/Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1989, 343-368.

³⁵ Acerca do apostolado de S. Francisco Xavier na Índia, ver Georg SCHURHAMMER, *Op. cit.* em (13), II (Índia-Indonésia 1541-1547), III (Índia 1547-1549).

³⁶ Ver: David LOPES, «Os portugueses em Marrocos no tempo de D. João III: decadência do domínio português», in *História de Portugal*, dir. Damião Peres, IV, Barcelos, Portucalense Editora, 1932, 78-129; Queiroz VELLOSO, *D. Sebastião 1554-1578*, Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, 1945, 90-93; Torquato de Sousa SOARES, «Algumas observações sobre a política marroquina portuguesa», in *Revista Portuguesa de História*, X (1962), 543-552.

³⁷ Ver entre outros: Alfredo PIMENTA, «O Império», in *D. João III*, Porto, Livraria Tavares Martins, 1936, 23-67; Queiroz VELLOSO, *D. Sebastião*, 91-93; Domingos MAURÍCIO, «D. João III», in *Verbo. Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*, 11, Lisboa, Editorial Verbo, 1971, cols. 599-603; Joaquim Veríssimo SERRÃO: «D. João III», in *Dicionário de História de Portugal*, dir. Joel Serrão, II, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1965, 615-620, *História de Portugal*, III — *O século de ouro*

complexo, a reflectir estruturas económicas, sociais, religiosas e culturais em mudança; consentâneo, porém, com a preservação de valores morais e institucionais, sem referir os problemas que conjunturalmente surgiam. Era natural, pois, que, envolvendo estes assuntos inúmeras implicações do foro da consciência, o soberano necessitasse do constante e prudente conselho de pessoas com quem se pudesse abrir e confiar.

A entrada em Portugal dos jesuítas proporcionara a D. João III o apoio de espíritos novos capazes de aconselhá-lo no foro íntimo. Mesmo conservando o seu confessor habitual, o franciscano observante da província da Piedade, Fr. Diogo da Silva, que depois nomeou bispo de Ceuta e inquisidor-geral, não seria de estranhar que solicitasse, como o fez na Páscoa de 1552, o P.^e Simão Rodrigues para preparar a sua confissão, detendo-se com ele largo tempo, a fim de tratar também de muitas coisas particulares de sua consciência³⁸. Para Inácio de Loyola, o monarca era considerado «entre os príncipes cristãos o primeiro e mais principal instrumento de sua Providência para levar adiante as coisas da Companhia» que era, como afirmava, toda de sua Alteza real³⁹.

A confissão quis o rei fazê-la, na altura, com o P.^e Luís Gonçalves da Câmara, nobre e jesuíta também, que, embora moço, era de singular cultura e austeridade⁴⁰. Aconteceu mesmo que, durante a estadia do companheiro em Roma, de 1552 a 1554, foi indigitado para substituí-lo, como mestre e confessor, junto do príncipe herdeiro D. João, mas a que só acedeu sob preceito de obediência a seu superior hierárquico⁴¹. Presumindo, porém, o P.^e Câmara que o monarca o pretendesse para seu confessor ordinário, escreveu a Inácio de Loyola, temeroso de um cargo não desejado. Jovem como era, esperava que o Geral interferisse junto de D. João III, demovendo-o do propósito. Na carta então escrita, sublinha o conceito que na corte se fazia de tão grave ministério, porta de futura e obrigatória promoção: «este ofício é tido cá por coisa de muita honra, e todos se persuadem que quem é confessor do rei há de subir a dignidades

(1495-1580), Lisboa, Editorial Verbo, 1978, 34-58; A. H. de Oliveira MARQUES, *História de Portugal*, I, Lisboa, Edições Ágora, 1972, 359-368; Joaquim Romero de MAGALHÃES, «D. João III», in *História de Portugal*, III, cit. em (7), 530-540.

³⁸ Cf. F. RODRIGUES, *Op. cit.*, I-II, 15.

³⁹ Cit. por J. C. M. PACHECO, *Op. cit.* em (19), 128/129. Ver também a carta do fundador da Companhia de Jesus ao rei de Portugal, datada de Roma a 15.03.1545, in Ignace de LOYOLA, *Ecrits*, trad. et présentés sous la dir. de Maurice Giuliani, Paris, Desclée de Brouwer, 1991, 680-681.

⁴⁰ Cf. F. RODRIGUES, *Op. cit.*, I-II, 499.

⁴¹ Cf. F. RODRIGUES, *Op. cit.*, I-I, 447-448 e I-II, 68-90.

mais elevadas (...). Os negócios que carregam sobre um confessor são muitos e de tal qualidade, que é impossível fazê-los sem descontentar a muitos»⁴². Receava, no fundo, o regresso, agora na condição de responsável pela consciência do rei e do seu sucessor, ao ambiente do paço onde tinha tantos parentes, e tantas ocasiões de volver às coisas do mundo.

Era, porém, vontade firme do soberano eleger para director de sua consciência um membro da Companhia e dos mais recomendados.

A festa do Corpo de Deus, a 16 de Junho de 1552, foi a ocasião propícia para repetir a diligência e o provincial Diogo Miron, de nacionalidade castelhana, foi o escolhido⁴³. As objecções esboçadas para esfriar a pretensão permitem-nos ver sublinhados o estatuto supranacional do jesuíta e o perfil espiritualista da missão da Companhia de Jesus, bem como descortinar as intrigas e invejas que a rápida ascensão dos membros da ordem na corte começava a gerar.

Ante as cautelosas escusas do P.^o Miron, incrustadas no pano de fundo de humilde e edificante modéstia, e destinadas a amolecer o devoto monarca, respondeu D. João III que o pertencer à Companhia era de si suficiente para não ser considerado estrangeiro. De resto, o espírito do instituto mandava a todos ouvir de confissão e a ele em particular, por senti-lo bem aparelhado para escutar tudo o que lhe dissesse. Silenciando propositadamente o cortejo de murmurações sobre os padres jesuítas, que eram acusados de pretenderem estes lugares e o favor e privança dos príncipes, Diogo Miron fez notar, contudo, que se retirariam maiores bens, se fossem dispensados desse trabalho, porque disso resultaria mais frutuosa edificação do próximo e maior glória de Deus. De notar que a opinião dos membros da Companhia, então ouvidos, era unânime em corroborar semelhante proceder⁴⁴. Não pensava assim Inácio de Loyola, por motivos óbvios que se enquadravam numa estratégia da evangelização em causa. Na verdade, continuava a manter o que antes expusera ao P.^o Luís Gonçalves da Câmara quando, em nome da santa obediência, lhe ordenara que aceitasse ser o confessor do príncipe D. João. E, constituindo o rei «todo o bem da Companhia», importava, a fim de melhor servi-lo, que nunca, sem especial permissão de suas altezas, se afastasse para longe da corte⁴⁵. Falava aqui a experiência do homem pragmático que sentia quão importante era obedecer nesta como em qualquer outra honesta vontade do monarca. Além disso, sendo o soberano de tão notório

⁴² Cf. *Ibidem*, 497-501.

⁴³ Cf. *Ibidem*, 498-501.

⁴⁴ Cf. *Ibidem*, 499.

⁴⁵ Cf. *Ibidem*.

procedimento cristão, não se deveriam inquietar com a matéria de confissão de D. João III; e, se os afligia haverem de se pronunciar sobre negócios impertinentes, a via de entendimento, obtida por mútuo consenso, os levaria a destringar sem ambiguidades os assuntos em que se havia ou não de intrometer o confessor. De resto, se a vida no Paço era caminho de cruz — acentuava Inácio de Loyola num encorajamento paternal, em sintomia com a espiritualidade que esposara como regra de acção — importava aceitá-la com paciência numa plena sujeição à vontade divina⁴⁶.

Fora assim que o P.^o Simão Rodrigues havia feito. De facto, conformara-se ao viver da corte, como lhe exigiam as funções de mestre e confessor do príncipe. Se não pretendia lucros materiais, resultara desta inserção na rotina do quotidiano do paço uma privilegiada oportunidade de aperfeiçoamento pessoal e apostolado: a exercitação da via ascética que lhe permitia contrariar a própria vontade e servir a Deus na penitência, a ponto de considerar ser tudo isso bem pouco, mesmo que se lhe quebrassem e despedaçassem os ossos; a convivente influência entre os membros da família real e altos dignitários, como o Duque de Aveiro, o Conde de Castanheira, braço direito do monarca, e o Conde de Sortelha, pai do jesuíta Gonçalo da Silveira, missionário e mártir no reino africano de Monomotapa, em 1561, e entre os moços fidalgos que o rei deu ao príncipe D. João quando, em 1549, lhe montou casa própria; o apoio material para as fundações da Companhia em Lisboa; a obra de assistência mantida com desvelo, junto dos doentes do Hospital de Todos-os-Santos, dos pobres dos tugúrios das congostas de Alfama e Mouraria onde a prostituição se enquistara, dos presos da Inquisição e das masmorras públicas da capital; a edificação do Colégio de Jesus de Coimbra que, em 1556, seria anexado ao das artes; e, por último, a modelação da alma do herdeiro régio que o levou a escrever, a fim de ajustá-la conscientemente às exigências éticas do poder, um breve compêndio de normas orientadoras — 14 preceitos da arte de bem governar, afastada do maquiavelismo e segundo os ditames da verdade e da justiça⁴⁷.

O ânimo generoso, embora emotivo, de Simão Rodrigues, pedra angular do edifício da Companhia a actuar no momento em que as constituições se elaboravam e o espírito inaciano que as enformava se ia assimilando, deu origem a graves dissensões na florescente província

⁴⁶ Cf. Carta de Inácio de Loyola citada por F. RODRIGUES, I-II, 500.

⁴⁷ Simão Rodrigues escreveu um breve memorial intitulado: *Lembrança que o príncipe Xpão deve ter*. Compõe-se de 14 normas preceptivas ou regras com que o mestre pensava formar o discípulo na arte de bem governar, de que há uma cópia coeva no códice 'P. Sim. Rodrig. Prim. Ord. e Reg. in Portugallo', Mss. S. J. Lus. 107, f. 89-89v. Cf. F. RODRIGUES, I-II, 19-23.

lusa⁴⁸. Tudo parece haver-se desenhado bem cedo quando Inácio de Loyola, em 1544, envia a Portugal Pedro Fabro, para se informar, alertado pelos rumores que a Roma lhe chegavam sobre a obediência e o ambiente religioso vivido pelas florescentes comunidades de noviços. As vocações cresciam entre os filhos da nobreza cortesã. Há que recordar: Luís Gonçalves da Câmara, futuro mestre de D. Sebastião; João Nunes Barreto, que será Patriarca da Etiópia; Manuel da Nóbrega, primeiro provincial do Brasil. Daqui passara a Companhia à vizinha Espanha, com o apoio do monarca e facilitada pelo casamento da princesa D. Maria, filha de D. João III, com Filipe II, o herdeiro de Carlos V. A ideia tivera-a Simão Rodrigues a quem o rei português e a rainha Catarina de Áustria animam a escrever, em Janeiro de 1555, ao Geral, falando-lhe da possibilidade de a Companhia proliferar em Castela, «terra de muitos estudos e muito doutor». O régio enlace era, por isso, oportunidade ideal para se introduzir jesuítas no séquito da infanta, o que seria como o abrir de «uma grande porta para grande serviço de Nosso Senhor»⁴⁹.

O fervor exaltado dos primeiros noviços portugueses e o gosto pronunciado pelas humilhações corporais, penitências públicas e pregações de grande espectacularidade barroca não deixavam de impressionar os povos e despertar vocações jovens⁵⁰. Surge, então, por parte de outras religiões, que não concebiam ordem conventual sem obrigatoriedade do coro e votos solenes, uma resistência e mesmo hostilidade, à acção que os inicianos desenvolviam⁵¹.

O inquisidor-geral, Cardeal D. Henrique, manda proceder a inquirições e dão-se as primeiras defecções com uma ponta de público escândalo⁵². Para orientação dos súbditos, o P.º Simão Rodrigues elaborou, em 1546, as *Regras*, súmula estimada por Inácio de Loyola, que aproveitou-as para as impor a toda a Companhia de Jesus⁵³. Nos finais do ano seguinte, o primeiro Geral manda a Portugal com Araoz, seu parente por

⁴⁸ Cf. *Ibidem*, I-I, 330-337.

⁴⁹ Cf. *Ibidem*, 398-404.

⁵⁰ Cf. *Ibidem*, cap. V, 328-374.

⁵¹ Cf. *Ibidem*, 337-354.

⁵² Tendo sido apresentada uma denúncia ao Tribunal do Santo Ofício, o Cardeal mandou proceder a cuidada averiguação sobre estes excessos de misticismo de que Fr. Diogo de Murça, reitor da Universidade de Coimbra, foi o inquiridor. Cf. *Ibidem*, 332-333.

⁵³ Cf. J. C. M. PACHECO, *Op. cit.* em (19), 117-122. Antes de 15 de Janeiro de 1556, quando o P. Luís Gonçalves da Câmara regressou a Portugal, num momento em que a Companhia de Jesus atravessava uma fase de perturbação interna, para ajudar o Provincial, entregou-lhe Inácio de Loyola um *Aviso* normativo, a fim de orientá-lo. Cf. Ignace de LOYOLA, *Ecrits*, cit. em (39), 973-977.

afinidade, o Dr. Miguel de Torres, e entrega-lhe um escrito normativo fundamental, cuja orientação virá a ser decisiva na estruturação dos jesuítas dos dois reinos peninsulares⁵⁴.

O conflito que se abre entre Simão Rodrigues e os colaboradores castelhanos deve inserir-se, ao que parece, no desenvolvimento paralelo de duas tendências — rigorista e moderada — que sempre se manifestam e entrecrocaram no seio das ordens religiosas, mormente no período de formação. De saúde débil e dividido entre as tarefas específicas das suas funções oficiais na corte e as de provincial, o P.^e Rodrigues vê escapar-se-lhe o controle da situação, perdendo apoio a sua directiva. A propósito, Marcel Bataillon escreveu: «Les Jésuites, à cette date 1547, malgré leur efforts pour se poser en école de perfection religieuse, ne semblent pas répondre pleinement aux espoirs qu'ils ont fait naître. On établit entre eux et les Capucins un parallèle qui ne tourne pas toujours à leur avantage. Dans leur Collège de Coimbre, un mouvement de défection s'esquisse en faveur du Convent des capucins de S. António dos Olivais. A la Cour, de Duc de Bragança proteste véhément contre la captation de son frère D. Teotónio, qui eut peut-être l'ambition de devenir de Borgia portugais. On sait comment saint Ignace tranche dans le vif, provoque une crise d'épuration, sacrifie Rodrigues sans reculer devant la sécession de D. Teotónio et de nombreuses recrues nobles. On a étudié cette crise moins comme un conflit de personnes que comme un conflit de tendances, et comme un témoignage de l'art avec lequel la Compagnie surmonte ses contradictions internes. Elle est un ordre d'Apôtres, chose neuve et hardie»⁵⁵.

As dificuldades, no entanto, são vencidas sem fazer perigar o apoio do quadro do poder temporal necessário para a execução do grande e último desígnio: a maior glória de Deus. Não recuando perante a pressão de pessoas e famílias nobres, por vezes intervenientes directos na matéria, a Companhia mantém contraditoriamente uma posição de influência ímpar junto do monarca, na medida em que procura mostrar-se desinteressada de todo o controle político. A direcção da consciência régia e dos grandes próceres da corte continuaria a ser a alavanca primeira dessa influência.

Os anos finais do reinado de D. João III, porém, foram assinalados por acontecimentos que lhe causaram profundo desgosto e não menor inquietação. Com efeito, em 1554, morre o príncipe D. João e deixa em vias de nascer o futuro D. Sebastião. Na sequência do processo levantado contra os lentes do Colégio das Artes suspeitos de heresia, os humanistas

⁵⁴ Cf. J. C. M. PACHECO, *Op. cit.* em (19), 109.

⁵⁵ Cf. Marcel BATAILLON, *Op. cit.* em (23), 287.

Jorge Buchanan, João da Costa e Diogo de Teive, a grande instituição propedêutica, patamar para o ingresso nas faculdades maiores da Universidade de Coimbra, acaba por ser entregue aos jesuítas⁵⁶. Pesou na decisão o prestígio da Companhia e a fulgurante ascendência da ordem alcançados na sociedade portuguesa e a conquista plena do ânimo do rei e do conselho de estado. Aliás, a penetração dos padres no círculo da família real progredia com segurança através da escolha do confessor e director espiritual.

Depois da morte do eremita de Santo Agostinho, o espanhol Fr. Francisco de Vila Franca, em Março de 1555, que já sucedera no cargo ao jerónimo Fr. Brás de Barros, a rainha, D. Catarina de Áustria, que o rei ouvia com particular atenção sobre os negócios do reino levados ao seu conhecimento, optou por substituí-lo pelo jesuíta castelhano Dr. Miguel de Torres, provincial da Andaluzia e conhecedor de Portugal desde 1551, quando viera como visitador⁵⁷. Com o afastamento do P.^e Simão Rodrigues, cabia ao P.^e Diogo Mirón, na altura responsável pela província portuguesa, solicitar ao Geral o envio do eleito. Serviu-se este, contudo, do comissário para a península ibérica, Francisco de Borja, que entrara para a Companhia de Jesus, após ficar viúvo, mantendo todavia as prerrogativas de duque de Gândia e a enorme influência política de que disfrutava na corte dos dois reinos⁵⁸. Anuiu Santo Inácio para comprazer à rainha e na linha que traçara para as relações com os monarcas católicos. Em Setembro daquele ano, já Miguel de Torres se encontrava em Lisboa, a fim de dar assistência à soberana, mas com a recomendação de se não imiscuir nos assuntos do estado nem promover os interesses materiais da ordem⁵⁹. Era uma resposta prudente à onda de acusações e rumores que a propósito da Companhia circulavam. De notar que a rainha, que se confessava amiúde e comungava uma vez por mês, dava particular apoio à prática de uma reforma católica, na preparação de ministros idóneos, por meio da cadeira de moral, mantida no convento lisboeta de S. Domingos a suas expensas e destinada a 30 clérigos, para que assistissem no confessional e no pastoreio de almas⁶⁰. Passou ainda

⁵⁶ Ver Mário BRANDÃO, *A Inquisição e os Professores do Colégio das Artes*, II-I, Coimbra, Acta Universitatis Conimbricensis, 1969, cap. II — «Os processos na Inquisição contra os mestres bordaleses», 109-1028.

⁵⁷ Cf. A. C. SOUSA, *Op. cit.* em (4), III, 387; F. RODRIGUES, *Op. cit.*, I-II, 494-496.

⁵⁸ Cf. F. RODRIGUES, *Op. cit.*, I-II, 494-495.

⁵⁹ Cf. *Ibidem*, 495.

⁶⁰ Cf. *Ibidem*, 496.

esse ano o Dr. Torres a ser investido no governo da província lusa. E de tal modo se tornou imprescindível a D. Catarina que, enviuvando e tendo sido incumbida das tarefas da regência, pediu-lhe esta que voltasse logo de Roma, onde, em 1558, fora chamado, pela falta que lhe fazia para sua consciência⁶¹.

Durante 16 anos exerceu o P.^o Miguel de Torres o múnus, e três problemas de especial melindre teve de enfrentar enquanto prestou assistência espiritual à soberana: a discreta diligência de Carlos V, seu irmão, na tentativa de assegurar a união dinástica em favor do filho, o príncipe D. Carlos, caso viesse a falecer sem sucessor D. Sebastião, na altura com três anos; a educação deste, como herdeiro da coroa; e a orientação política do reino na menoridade do neto⁶². Da delicada missão, que importava manter sob rigoroso sigilo, foi incumbido o jesuíta Francisco de Borja, a pretexto de visitar, como comissário geral, os colégios portugueses. Reconheceu, com assentimento de D. Catarina, ser impraticável o negócio, pois havia, como óbice maior, os direitos do infante D. Luís, irmão de D. João III e ainda vivo⁶³. A união das duas coroas ibéricas era uma mútua tentação multi-secular, constante ameaça à autonomia política dos dois reinos e origem de graves disputas e cobiças de que, em 1580, Portugal haveria de ser vítima. O povo odiava a ideia e até dos púlpitos, em 1558, se falou contra os castelhanos⁶⁴.

A escolha do mestre de D. Sebastião, para se conformar à vontade do marido, aceitou D. Catarina, contrariamente ao que no íntimo desejaria, que recaísse num membro da Companhia de Jesus⁶⁵. O cardeal Infante D. Henrique, já então ligado aos jesuítas, inclinava-se para o P.^o Luís Gonçalves da Câmara, como de facto veio a suceder. Era, no entanto, já notória uma intensa corrente contra os inacianos por se temer que, a partir de então, mais se intromettessem nas coisas do estado⁶⁶.

Pouco depois D. Catarina entrega a regência ao cunhado, alegando necessidade de repouso e vontade de tratar exclusivamente da alma⁶⁷. Encoraja-a o confessor que, tendo ido a Roma para assistir à Congregação Geral, dá parte aos superiores do pedido da rainha a fim de que o P.^o Gon-

⁶¹ Cf. *Ibidem*.

⁶² Cf. *Ibidem*, 488.

⁶³ Cf. *Ibidem*, 491-493; Queiroz VELLOSO, 26-34.

⁶⁴ Cf. F. RODRIGUES, *Op. cit.*, I-II, 490.

⁶⁵ Cf. *Ibidem*, 503-504.

⁶⁶ Cf. *Ibidem*, 504.

⁶⁷ Cf. Queiroz VELLOSO, *Op. cit.*, 48.

çalves da Câmara fosse enviado para a corte portuguesa⁶⁸. Na verdade, embora cordiais na aparência, eram com efeito tensas as relações entre D. Catarina e D. Henrique. Tem-se atribuído os motivos profundos do atrito ao temperamento altivo e autoritário da soberana e à protecção dada a pessoas e interesses castelhanistas. De facto, correu na altura a intenção da viúva de D. João III querer voltar para terra espanhola. Abrindo-se com o P.º Miguel de Torres, escreveu-lhe este de Coimbra, onde no momento se encontrava, expondo os inconvenientes da partida e os não menores da permanência na corte, pelo que se atrevia a aconselhá-la a voltar as costas ao mundo como fizera Carlos V, seu irmão⁶⁹. Não se agradaria muito a rainha da sugestão e, quando julgou oportuno, mudou de confessor. Tomou, então, desde 1571 até ao fim da vida, o dominicano Fr. Francisco de Bobadilha que virá a ser um dos seus testamenteiros⁷⁰.

A segunda metade do século XVI viu irromper, em Portugal, o problema de um rei-menino, desejado antes de nascer, pedido ao Céu com lágrimas e orações de um povo em transe que temia a cada momento perder com a sua morte a autonomia política, como veio tragicamente a suceder.

Para o criar, porém, entendeu-se ser melhor retirá-lo ao carinho e influência da mãe que, viúva, castelhana e bisonha, era vista na corte com suspeição⁷¹. A questão crucial logo surgida era a da educação do príncipe que conviria entregar a portugueses. Teria D. João III, como se diz, pretendido que o neto fosse confiado à ordem inaciana?

O escolhido, P.º Luís Gonçalves da Câmara, jesuíta muito virtuoso e culto, fora bolsheiro português no Colégio parisiense de Santa Bárbara e estudara na Universidade de Coimbra⁷². Aceite a indicação da rainha pelo Cardeal D. Henrique, podia dizer-se que o infante seria criado com o leite da Companhia de Jesus⁷³.

⁶⁸ Cf. F. RODRIGUES, *Op. cit.*, 504.

⁶⁹ Cf. Queiroz VELLOSO, *Op. cit.*, 139-140.

⁷⁰ Cf. *Ibidem*, 140.

⁷¹ Cf. *Ibidem*, 13, 18.

⁷² Sobre o P. Luís Gonçalves da Câmara, confessor e mestre de D. Sebastião, ver: F. RODRIGUES, *Op. cit.* I-I, 447-448 e I-II, 501-513; Queiroz VELLOSO, *D. Sebastião*, ed. cit. em (36), 89-109 e passim; Roger TANDONNET, «Introduction», in Louis Gonçalves da CAMARA, *Memorial*, Paris, Desdée de Brouwer, 1966, 10-28; Francisco de Sales de Mascarenhas LOUREIRO, *O P.º Luís Gonçalves da Câmara e D. Sebastião*, Coimbra, separata de «O Instituto», CXXXVI (Coimbra 1973), 57 p.

⁷³ Cf. F. RODRIGUES, *Op. cit.*, I-II, 509. É um dito atribuído a Francisco de Borja com o qual estavam de acordo o P. Araoz e Bustamante, jesuítas espanhóis.

Entretanto, D. Sebastião, ainda com 6 anos, confessou-se a primeira vez ao jesuíta Amador Rebelo e, ao sair dos seus pés, teria afirmado nunca haver sentido tanta alegria, nem poder imaginar que houvesse alguém capaz de cometer um pecado mortal⁷⁴. Começava a manifestar-se a sua religiosidade devota, centrada na eucaristia e na Virgem, no amor ao Pontífice Romano e na reza do ofício. Mestre e confessor de D. Sebastião, viu o P.^o Luís Gonçalves da Câmara crescer o príncipe na virtude, a ponto de, em 1566, escrever: «Temos papa e rei santo, desejoso de dilatar a fé e converter o Oriente e preocupado com a reformação dos costumes»⁷⁵. Nos *Pensamentos* que ia escrevendo num livro, e o P.^o Câmara, por certo, teria aprovado, antes de tomar o governo em 1570, nota-se o rigor, para consigo próprio, a preocupação da justiça, o amor ao culto divino e à Companhia⁷⁶. Murmuravam os cortesãos, condenando a acumulação dos cargos na mesma pessoa. É certo que o ofício de mestre findaria quando o rei atingisse 14 anos, enquanto o de confessor poderia manter-se. Na corte, os dois partidos moviam-se e o da rainha-avó pressionava mesmo o P.^o Miguel de Torres para que fosse dado ao rei outro confessor não jesuíta, sendo substituído, numa solução de equilíbrio de forças, por Fr. Luís de Montoia, agostinho e espanhol⁷⁷.

Ressentiu-se o P. Luís da Câmara com a decisão, mas um ou dois anos depois, por diligências do Cardeal Infante, voltou a ocupar o seu antigo cargo, tendo Montoia pedido para deixar a corte. Ao escrever para Roma, ao Geral, o P.^o Gonçalves da Câmara desabafa sobre as dificuldades de confessor do rei: o largo tempo, 2 ou 3 horas de cada vez, para o ouvir sobre problemas de sua consciência e as portas abertas no reino ao demónio, precavendo-se até de não pedir nada para os colégios da Companhia, nem para os parentes⁷⁸. D. Sebastião estimava-o sinceramente e seguia a sua orientação rigorista. Não tolerava mesmo privar-se por tempo algum de sua companhia, o que criava fortes invejas.

Extremavam-se assim as posições dos círculos afectos à rainha-avó e ao Cardeal Infante. O confessor, acusado de ser instrumento de D. Henrique, era responsabilizado pelos desacertos do governo e até pela perda das boas qualidades do jovem monarca. Pressionavam-se o Geral e o Papa. A carta anónima, que na altura circulou, atribuída falsamente

⁷⁴ Cf. F. RODRIGUES, *Op. cit.*, II-II, 257.

⁷⁵ Cf. *Ibidem*, 258.

⁷⁶ Cf. QUEIROZ VELLOSO, *Op. cit.* em (36), 116.

⁷⁷ Cf. F. RODRIGUES, *Op. cit.*, 266-267.

⁷⁸ Cf. *Ibidem*, 268, 274-276.

ao célebre humanista e bispo de Silves, D. Jerónimo Osório, reflecte esse clima de intrigas e disputas e visava afastar da corte o jesuíta⁷⁹.

Já em 1571, quando a cegueira o atacara mais forte, Luís da Câmara tenta fazer-se substituir no cargo de confessor pelo P.^e Gaspar Maurício, reitor da Universidade de Évora⁸⁰. De resto, as tentativas vinham de trás; remontando a 1568, mas sem que os provinciais fossem receptivos⁸¹. Manter-se-ia, pois, até 1574, sempre bem aceite pelo rei, embora pairasse a suspeita de que lhe continuava a influir no ânimo. Aconteceu mesmo, em dado momento, que os confessores régios eram todos jesuítas: Miguel de Torres, o de D. Catarina; Leão Henriques, o do Cardeal; e Luís da Câmara, o do Rei. Ironizava-se em público que, apesar disso, não havia acerto no reino⁸². Delatavam-nos nas conversas, nas cartas familiares e diplomáticas, em escritos burlescos e satíricos. A virulência atingia, em particular, os irmãos Câmara: o confessor e um outro, Martim da Câmara, sacerdote secular e antigo reitor da Universidade de Coimbra, a quem o soberano fizera escrivão da puridade e seu valido⁸³. E, no entanto, a verdade passava ao largo.

Com efeito, no segundo ano do reinado de D. Sebastião, o P.^e Luís da Câmara advertiu-o acerca da administração do reino. Daí resultou uma série de leis tocantes ao bom governo; deslocou-se a alguns pontos do país; mandou proceder a inquirições sobre direitos e justiça; promulgou os decretos tridentinos; publicou uma pragmática acerca dos trajés⁸⁴. Preocupava-se muito com fazer cristandade, como imperiosa e suprema obrigação dos monarcas portugueses. Lembra-o no *Memorial* entregue a D. Luís de Ataíde, quando este embarca para o oriente, em 1568; e, no ano seguinte, ao escrever-lhe, pede instantemente que o informe de «quantos baptismos solenes se fizerão»⁸⁵.

Dois graves problemas, porém, dominaram a década final do seu reinado que trouxeram a nação suspensa e a empurraram para o fatídico

⁷⁹ Cf. *Ibidem*, 275-276; Queiroz VELLOSO, *Op. cit.*, 134-138. O confessor é acusado de faltas cometidas pelo príncipe e responsável por tê-lo feito perder as suas boas qualidades. A carta anónima ia ao encontro dos que encorajava D. Catarina, apostada em afastá-lo da corte.

⁸⁰ Cf. Francisco RODRIGUES, *Op. cit.*, II-II, 280-281.

⁸¹ Cf. *Ibidem*, 281-283.

⁸² Cf. *Ibidem*, 306.

⁸³ Cf. Queiroz VELLOSO, *Op. cit.*, 119.

⁸⁴ Cf. F. RODRIGUES, *Op. cit.*, II-II, 344-348.

⁸⁵ Cf. Queiroz VELLOSO, *Op. cit.*, 118.

abismo: o do casamento e o da jornada de África onde o inditoso monarca se perdeu.

Temerário, voluntarioso, desprezador dos conselhos dos ministros prudentes, «sem os quaes — escreveu, a propósito, António Caetano de Sousa num comentário de recorte barroquista — de ordinário são muy duvidosos nos Príncipes os acertos e resoluções publicas», ninguém o detinha⁸⁶. Criado «com fumos de imperador de Marrocos», exclamou o jesuíta Luís Álvares no sermão pregado em suas exéquias, as histórias que lhe contavam de épicas façanhas de África entonteciam-no⁸⁷. Ao confessor repetia a ideia fixa: estou pensando em conquistar Marrocos. E em um livro que ofereceu aos jesuítas da casa Professa de S. Roque, em Lisboa, D. Sebastião escrevia: «Padres rogay a Deos que me faça muito inteiro, muito zeloso de dilatar a sua Santa Fé, por todas as partes do mundo»⁸⁸.

A obsessão que morbidamente se apoderou do jovem rei, a ponto de se julgar cavaleiro de Deus e defensor da sua honra, lançou-o na mira da conquista de Fez e do domínio do Mediterrâneo, caminho aberto para a coroação imperial em Jerusalém — o início do 5.º Império. Escutando apenas quem o lisonjeasse e apoiasse, empreendeu, em 1574, passar à África para ensaiar o complexo e difícil projecto em jornada exploratória. Ao ver que seus avisos prudentes não conseguiam movê-lo de ir a Marrocos, pediu-lhe o P.º Luís Gonçalves da Câmara para passar algum tempo em Coimbra, sendo substituído pelo P.º Gaspar Maurício como confessor⁸⁹. Adoeceu caído em depressão, enquanto a tuberculose o minava. Por ordem médica regressou a Lisboa. O rei ainda foi visitá-lo a Santo Antão, mas, a 15 de Março de 1575, morreu⁹⁰. Numa visível prova de afecto, que na verdade lhe nutria, chorou sinceramente o desaparecimento do P.º Luís da Câmara, mais do que o de D. Aleixo de Meneses, seu velho e fiel aio⁹¹.

O nuncio Caligari, severo para com o confessor de D. Sebastião, autorizava as acusações que se lhe faziam, pois, sendo próximo do rei, era julgado agindo por ele, como aliás o próprio provincial, Jorge Serrão,

⁸⁶ Cf. António Caetano de SOUSA, *Op. cit.* em (4), 347.

⁸⁷ Cf. João Francisco MARQUES, *A Parenética Portuguesa e a Dominação Filipina*, Porto, INIC/Centro de História da Universidade, 1986, 3; Francisco RODRIGUES, *Op. cit.*, II-II, 261-265; Queiroz VELLOSO, *Op. cit.*, 90-93.

⁸⁸ Cf. F. RODRIGUES, *Op. cit.*, II-II, 259.

⁸⁹ Cf. Queiroz VELLOSO, *Op. cit.*, 206.

⁹⁰ Cf. *Ibidem*; F. RODRIGUES, *Op. cit.*, II-II, 269-270.

⁹¹ Cf. Queiroz VELLOSO, *Op. cit.*, 97.

parecia admitir⁹². Contudo, o geral Francisco de Borja, que viera à corte de Lisboa no séquito do Cardeal Alexandrini, pronunciara-se pela inconsistência das razões para atacá-lo⁹³. A afeição do rei fora sempre o obstáculo maior às tentativas para o afastar, nada resultando as estratégias esboçadas por D. Catarina nesse sentido. E, se esta mudou de confessor, conservando D. Sebastião e D. Henrique os seus, fê-lo por opção política⁹⁴. Com efeito, a orientação espiritual de seu novo diretor de consciência, Fr. Francisco de Bobadilha, não seria diferente da que recebia do P.^o Miguel de Torres, pois o dominicano pertencia à tendência reformista de Luís de Granada e Bartolomeu dos Mártires, próxima da jesuítica⁹⁵.

Não eram, porém, os responsáveis da Companhia de Jesus insensíveis à onda crescente de murmurações que os hostilizavam. Na reunião provincial de superiores e delegados das casas professas, em 1572, chegou a debater-se o afastamento dos confessores régios. Os rumores culpavam os jesuítas de os pressionarem com pedidos para o monarca. Pensou-se mesmo em proibir-lhes que mantivessem correspondência com os confessores que continuaram em seus cargos para bem do reino, da fé e dos costumes⁹⁶.

Quando o P.^o Luís da Câmara, homem controverso, mas de invulgar perfil, se retirou, a influência da Companhia na corte diminuiu. O sucessor estava longe de possuir as qualidades do confessor e mestre D. Sebastião que, de resto, se afastara atraído pela saúde e desgaste psicológico. Percebia-se, no entanto, que nem dominava o rei, nem os meandros do paço. O irmão, Martim da Câmara, conhecedor dos negócios do estado e de uma dedicação absoluta ao monarca, se bem que de natureza despótica e agressiva altivez, sem a presença do P.^o Luís Gonçalves, mostrou-se impotente para ultrapassar a teia urdida pela coligação de fidalgos onde se encontravam os experientes e sagazes D. Álvaro de

⁹² Cf. F. RODRIGUES, *Op. cit.*, II-II, 382-383, 387-388.

⁹³ Cf. *Ibidem*, 388.

⁹⁴ Cf. *Ibidem*, 296.

⁹⁵ Cf. José Adriano de Freitas CARVALHO, «O contexto da espiritualidade portuguesa de Fr. Bartolomeu dos Mártires, o.p. (1514-1590)», in *Bracara Augusta*, XLII (1990), 121.

O dominicano Bobadilla chegou a Portugal em 1543 e integrou-se no círculo de Fr. Bartolomeu dos Mártires, da mesma ordem, futuro arcebispo de Braga. Cf. *Ibidem*, 101-131.

⁹⁶ Cf. F. RODRIGUES, *Op. cit.*, II-II, 387-389.

Castro, Pedro de Alcáçova Carneiro, Cristóvão de Távora e Manuel Quaresma⁹⁷.

Atingira, no entanto, D. Sebastião a vintena de anos e inquietava-se a corte e a nação, numa apreensão cada vez mais dramática, ante a nenhuma apetência que manifestava pelo matrimónio. O reino pedia-lhe e necessitava de um herdeiro, para afastar o perigo da união dinástica encabeçada por Castela e sempre detestada. E este foi o outro problema grave que os confessores régios tiveram de enfrentar.

Misógeno era D. Sebastião, circunstância agravada pelo rigorismo em que religiosamente decorrera a sua educação com um enaltecimento particular da castidade. Compreensível, aliás, atendendo à mentalidade jesuítica do P.^e Luís da Câmara e ao combate à licenciosidade de costumes que os padres da Companhia, mal entrados no paço, desencadearam sem tréguas. Introduzir a virtude na corte era um lema de acção apoiado por livros de devoção, práticas espirituais, associações pias e assídua assistência do e no confessionário. Tarefa difícil, quando se atenta na metáfora que considerava constituir a virtude para a corte o que o bafo resultava para o cristal⁹⁸. A nortear a formação dos leigos de nobre estirpe era notório o zelo apostólico dos jesuítas preocupados com as «chacotadas» — assim se chamava a numerosa e folgazã juventude que enxameava os paços reais⁹⁹. E o resultado viu-se, a ponto de se dizer, em imagem de ressaibo barroco, que a corte mais parecia um convento de reformados.

A agravar a tendência misógena, estaria uma doença congénita ou adquirida por contágio indirecto que alguns mais alarmistas consideravam incapacitá-lo para gerar. Os jesuítas da corte andariam bem informados sobre o que se passava e, mormente por tocar ao seu foro de confessor, o P.^e Luís da Câmara, a quem o físico-mor, o Dr. Sebastião Rodrigues, irmão do primeiro provincial, Simão Rodrigues, forneceria, por certo, pertinentes esclarecimentos¹⁰⁰.

⁹⁷ Cf. *Ibidem*, 389-391; Queiroz VELLOSO, *Op. cit.*, 206-215.

⁹⁸ «O Paço [...] de certo modo é para a virtude o que é o bafo para o cristal». Trata-se de um comentário referido pelo cronista jesuíta, P. António Franco (1662-1732), a propósito do célebre confessor régio de D. Pedro II, o P. Manuel Fernandes, referido por F. RODRIGUES, *Op. cit.*, III-I (195), 536.

⁹⁹ Cf. Baltazar TELLES, *Chronica da Companhia de Iesu na Provincia de Portugal*, I, Lisboa, 1645, P. 1, liv. II, cap. XXIX; Queiroz VELLOSO, *Op. cit.*, 45; F. RODRIGUES, *Op. cit.*, II-II, 483-485.

¹⁰⁰ Cf. Queiroz VELLOSO, *Op. cit.*, 101-108, 151-187; F. RODRIGUES, *Op. cit.*, II-II, 313-340; J. C. Monteiro PACHECO, *Op. cit.*, em (19), 15.

Deve-se sublinhar, todavia, que o director espiritual, apesar da delicadeza e complexidade de que se revestia o casamento do monarca, houve-se com a discrição e o apoio de alguém que media toda a gravidade do problema. Por ocasião de um achaque sofrido pelo rei, e antes de acompanhá-lo a Sintra, em Julho de 1571, indo despedir-se da rainha-avó, D. Catarina, promete-lhe que, de futuro, aconselharia D. Sebastião, com o maior empenho, a tratar-se e, se ele resistisse, lhe suspenderia a absolvição¹⁰¹. Mas, perante as presuntivas noivas — a francesa Margarida de Valois, a germânica Ana de Áustria e a ainda muito jovem Clara Eugénia, filha dilecta de Filipe II, que sempre jogou calculadamente na matéria —, o soberano demonstrou um interesse meramente protocolar. E os jesuítas andaram, uma vez mais, na boca dos murmuradores.

Na carta que, a 6 de Março de 1576, o embaixador D. João da Silva, escreveu ao rei de Castela, seu amo, insinua-se com intencionalidade: «Criaronle los de la Compañia afeandole tanto el trato con las mujeres como un pecado de energia, y debió aquella doctrina de maneira, que no haze diferencia de lo que es gentileza y virtude a lo que es ofensa de Dios; y assi sospecho que poderia ser no aver en el este defecto que se teme»¹⁰². Era o fantasma da impotência, no recôncavo dessa frigidez sexual atribuída a psicológica causa, oriundo de uma mentalidade cultural que o rigor tridentino difundira.

Resultaram, por isso, lamentavelmente infrutíferos todos os esforços para que se casasse. Nem a vontade dos Papas, nem as diligências da avó, nem o interesse calculista de Filipe II, nem o desejo unânime e implorativo do reino tiveram qualquer positivo efeito, esbarrando em evasivos adiamentos, pretextos e esquivas circunstanciais, a dar a impressão, como informou o embaixador espanhol D. Fernando Carrillo, que «falar-lhe em matrimónio era falar-lhe na morte»¹⁰³. E esta sobreveio, a 4 de Agosto de 1578, na trágica batalha de Alcácer-Quibir onde perdeu a vida com o então confessor, o P.^e Gaspar Maurício, que caiu prostrado pela cutilada de um alfange mourisco enquanto assistia a um moribundo¹⁰⁴.

Sem herdeiro directo, a coroa foi cingida por seu tio, doente e eclesiástico, o cardeal D. Henrique. Era, de há muito, confessor deste, o jesuíta P.^e Leão Henriques de quem o núncio Caligari não tinha lisonjeira

¹⁰¹ Cf. Queiroz VELLOSO, *Op. cit.*, em (36), 109.

¹⁰² Cf. *Ibidem*, 112.

¹⁰³ Cf. *Ibidem*, 186.

¹⁰⁴ Cf. F. RODRIGUES, *Op. cit.*, II-II, 363. De nome Gaspar, assinava Maurício (= Maurício Serpe) sem outro apelido, sendo assim nomeado em geral nos documentos da época. Cf. *Ibidem*, I-I, 449-450.

opinião, pois dele, de Luís da Câmara e de Gaspar Maurício dizia serem pessoas de doutrina e outras qualidades menos que medíocres¹⁰⁵. Juízo precipitado e comprometido.

O confessor do velho e purpurado arcebispo de Évora acompanhou-o no curto e atormentado governo, erichado de dificuldades, a que se sobrepunha a da sucessão, a todo o momento iminente. Pressionaram-no, porém, religiosos e povo, a que persuadissem o rei a casar-se, pedindo ao papa dispensa do voto de celibato, com redução ao estado laico¹⁰⁶. E invocavam para tal a via da consciência. O P.^c Leão Henriques era pessoa experimentada. Foi o último reitor do colégio do Espírito Santo e o primeiro da Universidade de Évora, fundada em 1559, sob a protecção e o mecenato do Cardeal, voltada para a formação de quadros eclesiásticos e gente idónea para a evangelização do Alentejo e do Algarve¹⁰⁷. D. Henrique, que a princípio teria visto com desconfiança a Companhia de Jesus e a sua rápida ascensão na corte, sentiu-se, a breve trecho, captado pela sua espiritualidade renovada, tornando-se um dos seus mais fervorosos amigos. O historiador Queiroz Veloso, autor de uma rigorosa análise de natureza política deste período conturbado da sociedade portuguesa, escreveu: «O erro capital de D. Henrique foi a excessiva protecção concedida aos jesuítas, aliás contra vontade do país. As riquezas que possuíam, tão contrárias aos seus humildes inícios, irritaram a opinião pública»¹⁰⁸. O capítulo 22, votado nas cortes de 1562-1563, é bem significativo: «Que a Ordem da Companhia, que hora he muito diferente do que mostrou no princípio, pelo muito que pedem, e tem, que vivão de esmolos, (...) e que não tenham próprio ou se desfaça de todo, e que tome a renda»¹⁰⁹. As propostas dos representantes do povo, contudo, não foram seguidas e o Cardeal, senhor de imensa fortuna e grande poder, dotou generosamente os colégios jesuíticos de Coimbra, Braga, Évora e Lisboa. Austero, reservado e casto, qualidade de que ninguém duvidava, tanto mais para assinalar quanto era de licenciosidade o tempo em que se vivia, e não muito comum entre o clero.

Condenando desde sempre a iniciativa guerreira do sobrinho em África, quando o viu avançar decididamente para a jornada de Alcácer-Quibir retirou-se da corte para se entregar com maior disponibilidade à

¹⁰⁵ Cf. *Ibidem*, II-II, 383.

¹⁰⁶ Cf. Queiroz VELLOSO, *A Perda da Independência, I. O Reinado do Cardeal D. Henrique*, Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, 1946, 103-104.

¹⁰⁷ Cf. F. RODRIGUES, *Op. cit.*, I-I, 448-449.

¹⁰⁸ Cf. Queiroz VELLOSO, *D. Sebastião*, ed. cit. em (36), 86.

¹⁰⁹ Cf. *Ibidem*, 86-87.

direcção do Santo Ofício e ao pastoreio da sua extensa arquidiocese de Évora¹¹⁰. Comendatário titular da abadia cisterciense de Alcobaça aí recebeu a notícia da catástrofe de 4 de Agosto de 1578 que deixou o país sem rei, morta ou cativa a melhor nobreza do reino, a nação depauperada em vidas e riquezas e o povo em estado de choque, desorientado e dividido no rumo futuro a seguir¹¹¹.

Os dois imediatos e difíceis problemas a resolver eram: recuperar a população portuguesa do trauma, bem como os captivos que lograram escapar e jaziam nas masmorras marroquinas e evitar a união dual¹¹². A melhor solução, neste último caso, seria dar ao país um herdeiro que o jovem e imprudente D. Sebastião não conseguira proporcionar-lhe, assegurando a continuidade dinástica e a soberania plena.

Árduo e complexo era o resgate dos reféns com os tesouros públicos e privados exauridos, mas de uma premência política e psico-social de ímpar acuidade. Os esforços desenvolvidos com esse fim foram paralelos: o dos particulares, numa diversificação anárquica, ditada pelo desespero e expediente imaginativo dos familiares; e o da coroa, coadjuvada pela intervenção de Filipe II e seus agentes.

De uma dedicação extrema mostrou-se, na emergência, o elemento eclesiástico numa missão caritativa que constituía imperiosa obra de misericórdia e razão cimeira, por exemplo, da ordem dos trinitários¹¹³. Além de que muitas dezenas de clérigos, regulares e seculares, haviam acompanhado a Alcácer-Quibir o exército real. Nesta circunstância, tiveram os jesuítas também uma actuação de relevo. As ligações que tinham com famílias fidalgas e o enraizamento de norte a sul do país permitem-nos imaginar as solicitações que sofreriam nesse sentido. Vemos assim que o Dr. Pedro Martins, mais tarde 2.º bispo do Japão, aprisionado no campo fatídico, celebrava com outro padre missa e demais actos de culto, inculcando alento e esperança, nas cidades de Fez e

¹¹⁰ Cf. Amélia Maria Polónia da SILVA, *O Cardeal Infante D. Henrique, Arcebispo de Évora. Um Prelado no Limiar da Viragem Tridentina*, Porto, Faculdade de Letras, dissertação policopiada, 1989.

¹¹¹ Cf. F. RODRIGUES, II-II, 393; Queiroz VELLOSO, *Op. cit.*, em (105), 6-7.

¹¹² Ver os caps. I e II de Queiroz VELLOSO, *O Reinado do Cardeal D. Henrique*.

¹¹³ O clero regular, em particular a Ordem da Santíssima Trindade, instituída para resgate dos captivos mostrou-se dedicadamente empenhada nesta humanitária missão. Cf. Queiroz VELLOSO, *Op. cit.* em (105), 31-35.

Marrocos, para onde haviam sido levados prisioneiros portugueses¹¹⁴. Deve recordar-se também o jesuíta italiano, Alexandre Vallareggio, que acompanhara a expedição e caíra prisioneiro. Vivera na Índia e Japão, entregue à evangelização dos infiéis, e, tendo grangeado a simpatia dos mouros e judeus, conseguira a sua própria liberdade e a de outros padres inacianos. Através da credibilidade alcançada, libertara alguns fidalgos e conseguira dos credores a permissão para vir a Portugal negociar as dívidas dos resgatados. De regresso a África, levou consigo o jesuíta António de Brito que será, pouco depois, vitimado pelas febres, prosseguindo sózinho na piedosa missão, até morrer de peste, em Ceuta, com 50 anos de idade¹¹⁵.

Eram depressivas as notícias chegadas ao reino sobre a venda de portugueses na Mauritânia. Soldados dos tercios e muitos dos não combatentes eram traficados em Argel e noutros lugares da Berberia por turcos que os mantinham escondidos, cansados de esperar pelo resgate. Posta a corte ao corrente do que se passava, D. Henrique, de acordo com o Provincial da Companhia, escolheu o P.^e Amador Rebelo, que fora mestre de primeiras letras de D. Sebastião, dando-lhe 14 mil cruzados para redimir os infelizes¹¹⁶. Acompanhou-o o P.^e André Álvares; e de Valência, onde trocaram o dinheiro por objectos de fácil venda, passaram a Argel, libertando a muitos, alguns mesmo em perigo de apostatar¹¹⁷. E a operação arrastar-se-ia por mais de dúzia e meia de anos, o que permitiu avaliar as grandes clareiras de mortos que a infausta batalha abria na sociedade portuguesa.

O problema, porém, mais espinhoso que atormentou o velho Cardeal-Rei, envolvendo o seu confessor jesuíta, Leão Rodrigues, foi o do casamento. Deve dizer-se que, embora isso contrariasse a sua maneira de ser, hábitos e formação, D. Henrique bateu-se convictamente por obter a autorização papal que o desobrigasse do voto impeditivo de contrair matrimónio¹¹⁸. Na verdade, logo bem cedo, a pouco mais de um mês da confirmação do trágico desaparecimento de D. Sebastião, pressionado pelos representantes da Câmara de Lisboa, escreveu, a 24 de Setembro de 1578, a Filipe II, seu sobrinho: «Estou tã detreminado de cõprir as obrigações deste cargo de Rei e[m] q[ue] me n(osso) sõr pos, q[ue] chego a tratar de casar, cousa tã estranha a vida q[ue] dantes tinha, pedindo-mo,

¹¹⁴ Cf. *Ibidem*, 369-371; Queiroz VELLOSO, *Op. cit.*, 33-35.

¹¹⁵ Cf. Queiroz VELLOSO, *Op. cit.*, 34.

¹¹⁶ Cf. *Ibidem*, 34-35.

¹¹⁷ Cf. *Ibidem*, cap. III; F. RODRIGUES, II-II, 395-400.

¹¹⁸ Cf. Queiroz VELLOSO, *Op. cit.*, 97.

e acõselhãdomo as principais pessoas e as cõ q[ue] me deuo acõselhar, e os oficiais do gouerno desta Cidade, e[m] nome della, e os procuradores do pouo»¹¹⁹.

Na mira estavam, como presuntivas consortes, a Rainha-viúva de França e a filha da Duquesa de Bragança, sua sobrinha. As ordens dadas ao embaixador de Portugal em Roma, D. João Gomes da Silva, a 28 de Outubro de 1578, eram para apressar o Papa na concessão¹²⁰. Por sua vez, na carta que escreveu a Gregório XIII, encarecendo o pedido, invoca o bem dos vassallos, as obrigações como rei, os grandes inconvenientes que adviriam. Estas as razões, acentua, pelas quais os principais destes reinos querem que case e lhes dê um herdeiro «que quietamente os possa governar e ser Rey delles»¹²¹.

Seria, pois, natural que o enlace do Cardeal fosse o assunto corrente das conversas e audiências com os mais íntimos. E o confessor estava no centro sensível por onde passavam a aceitação e as iniciativas do monarca, a fim de tornar viável o que se pensava ser a melhor solução portuguesa para o destino da coroa, pautando o recto esclarecimento da sua consciência.

Pelo Natal de 1578, os vereadores do município lisboeta procuraram o P.^o Leão Henriques e queixaram-se da indecisão do monarca que, por seu intermédio, acedeu em recebê-los, prometendo para breve resolver o assunto a contento de todos¹²². Não descansa, contudo, Filipe II, nem seus agentes em Portugal, com destaque para o sagaz Cristóvão de Moura, fidalgo português ao seu serviço. Com o fim de se encontrar com o célebre Fr. Luís de Granada, o rei de Castela mandou partir para Lisboa o dominicano e pregador régio Fernando de Castilho que, sob o pretexto de beijar a mão a D. Henrique, tenta dizer-lhe que «ni deue ni puede tratar de casarse»¹²³. Ao mesmo tempo, entrega-lhe uma carta de Filipe II na qual se pede ao tio que «lo crea» como a si mesmo e «en lo que sobre ele dixere»¹²⁴. Permitiu-se, então, o frade dominico expor ao Cardeal as razões teológicas e morais que lhe vedavam o matrimónio. Contrapôs o rei: que, casando, cumpria o seu dever de consciência como soberano; que Portugal só deveria ser governado por rei natural do país; que se

¹¹⁹ Cf. *Ibidem*, 100-101.

¹²⁰ Cf. *Ibidem*, 103.

¹²¹ Cf. *Ibidem*, 103-104; F. RODRIGUES, II-II, 396.

¹²² Cf. Queiroz VELLOSO, *Op. cit.*, 104.

¹²³ Cf. *Ibidem*, 105.

¹²⁴ Cf. *Ibidem*, 105-109.

impediriam assim guerras intestinas com pretendentes; que sempre, por isso, guardara a castidade; que lhe desse o memorial para responder¹²⁵.

Alimentava o Cardeal-Rei a esperança de corresponder aos votos dos súbditos, encorajado com a opinião do médico, que o tratava, de que podia ter filhos «como quantos hay en Portugal»¹²⁶. Reuniu o seu conselho privado, em que tinha assento o arcebispo de Lisboa, D. Jorge de Almeida, a fim de contrabater o memorial castelhano que paternalmente rematava com o ambíguo protesto de Filipe II de só querer «al bien, honor, reputación, vida y alma» do tio¹²⁷.

No texto da resposta, em que colaboraram o confessor Leão Henriques e o provincial dos jesuítas, Dr. Jorge Serrão, todos os argumentos eram rebatidos, remetendo-se para o Papa a decisão última¹²⁸. Como portugueses e conhecedores das sensibilidades e opiniões correntes face à delicada matéria de que poderia estar suspensa a continuidade da independência política, não lhes restava aos representantes da Companhia outra solução que a de sancionarem e apoiarem tal arrazoado.

Ao escrever, a 30 de Janeiro de 1759, para o secretário de estado espanhol, António Perez, confessa Fr. Fernando de Castilho que não conseguira demover o Cardeal, a quem a febre não largava, embora se julgasse de fera saúde, tratar do seu casamento «tan entre paredes que solo dos Teatinos [os jesuítas] basten»¹²⁹. Nessa altura, o rei participou ao conselho de estado que estava decidido a casar-se e convocaria cortes a 10 de Março, acrescentando Cristovão de Moura, ao dar a notícia ao amo, que D. Henrique «no le passa por el pensamiento que Portugal se puede juntar à Castilla, y tiene pareceres que le aseguran que todo es licito lo que hiciera en defensa de la patria»¹³⁰. Era a doutrina da razão de estado a ecoar como *suprema lex*, a coonestar actos de consciência na sua dimensão ético-religiosa.

O papa Gregório XIII hesitava prudentemente entre as pressões de Filipe II, a vontade da nação portuguesa e a falta de unanimidade dos canonistas que o aconselhavam¹³¹. A raridade, se não mesmo o ineditismo de uma dispensa do género da pretendida, o precedente que criaria e a

¹²⁵ Cf. Na carta de Fr. Fernando a Filipe II diz-se ser esta a opinião do médico particular do Cardeal D. Henrique, o judeu Barbosa. Cf. *Ibidem*, 106, n. 27.

¹²⁶ Cf. *Ibidem*, 109.

¹²⁷ Cf. *Ibidem*, 110-112.

¹²⁸ Cf. *Ibidem*, 115.

¹²⁹ Cf. *Ibidem*, 116.

¹³⁰ Cf. *Ibidem*, 118-121.

¹³¹ Cf. *Ibidem*, 120.

jurisprudência canónica que a fundamentaria, por certo, teórica e concretamente lhe causavam fundadas apreensões. Mas, bem informado, como deveria estar, sobre o estado de saúde do decrépito rei, preferiu arriscar o adiamento do veredicto.

Na incerteza, porém, Filipe II agia em Roma através do seu embaixador, D. João de Zúñiga, que faz saber ao soberano que mandara chamar o P.^o Gil González Davila, assistente de Espanha junto do Geral da Companhia, para combinarem o melhor meio de conseguir que Everardo Mercuriano proibisse os jesuítas portugueses de intervirem nos negócios da sucessão, entregando-lhe uma carta do rei nesse sentido¹³². Prometeu o Geral escrever pessoalmente ao Provincial e ao confessor de D. Henrique, ordenando-lhes que não se envolvessem na questão. Horas depois, levava o P.^o Gil ao diplomata as duas missivas; e Zúñiga considerou pelas cópias que estavam «como se puede desear»¹³³. Filipe II apertava o assédio à coroa portuguesa. As cartas foram endereçadas para Madrid ao P.^o Francisco de Porres, em premeditada e hábil estratégia¹³⁴. Comentando o facto, a 24 de Fevereiro de 1579, Cristovão de Moura confessava ao amo que se sentia apreensivo e julgava-as mesmo de «poco provecho por esta gente estar muy embarazada en el negocio de Berganza»¹³⁵. Foi então que o rei se apressou a enviar a Lisboa o P.^o Luís de Gusmán que conhecia pessoalmente o confessor Leão Henriques. O jesuíta castelhano era provincial de Toledo e «persona de qualidade»¹³⁵. Levava cartas para o Superior da Casa Professa de S. Roque e partira «con cubierta de haver pedido o Duque de Ossuna», embaixador na corte de Lisboa, «una persona religiosa como la suya para tenerle en su compañía esta cuaresma para sus confesiones y comunicacion de cosas de consciencia»¹³⁷. Chegado à capital depois de 2 de Abril, a sua missão não resultou e teve de regressar, apontando-se como razão o facto dos jesuítas portugueses recearem que a visita fosse interpretada como sinal do favor dado pelos padres às pretensões de Castela, quando lhes importava mostrarem-se em consonância com a vontade do Cardeal-Rei¹³⁸.

¹³² Cf. *Ibidem*.

¹³³ Cf. *Ibidem*.

¹³⁴ Cf. *Ibidem*, 318;

¹³⁵ Cf. F. RODRIGUES, II-II, 408-409. Tratava-se do partido de D. Catarina, duquesa de Bragança, sério pretendente ao trono.

¹³⁶ Cf. Queiroz VELLOSO, *Op. cit.*, 318.

¹³⁷ Cf. *Ibidem*, 319.

¹³⁸ Cf. *Ibidem*, 319-320.

Mais se convenceram, então, Moura e Ossuna, de que os inacionos lusos estavam contra a união dinástica, culpando o confessor de D. Henrique, a quem se imputava grande responsabilidade nessa atitude.

A corte portuguesa estava cheia de espias castelhanos que corrompiam abertamente mesmo os que pareciam mais invulneráveis. Foi assim que, por conselho de Filipe II, o seu agente Cristovão de Moura aliciou o provincial dos dominicanos, Fr. António de Sousa, filho de Martim Afonso de Sousa, Governador da Índia, que se cobrira de glória e prestígio no oriente¹³⁹. Alcançado o apoio de «persona muy bien quista en todo el reino», o frade, protestando ambigualmente só mover-se pelo serviço a Deus e bem da pátria, garante, a 5 de Março de 1579, ao monarca castelhano: «Eu faço ca todo ho possível e aviso D. Cristovão de tudo que me parece e dalgu[m]as cousas muy importantes [...] Eu me parto esta semana dar hu[m]a volta por este reyno a visitar os mosteiros da minha Ordem. Creo q[ue] farei serviço a V. Mde. assy por meyo destes irmãos religiosos, como por ter em todas as terras parentes e conhecidos, ainda q[ue] nos fazem grãde falta os fidalgos cativos com quem eu podia mt.»¹⁴⁰. Era, pois, densa a teia que se armava, dentro e fora da corte, em que os religiosos, a coberto da função e parentesco, desempenhavam papel imprescindível na urdidura da estratégia filipina. A cidadela, porém, a conquistar era constituída pelos servidores do reino, como o escrivão da fazenda, o Dr. Francisco Serrão, irmão do provincial P.^e Jorge Serrão, e pelos conselheiros de D. Henrique, entre eles, o P.^e Leão Henriques, responsável pela orientação da sua consciência¹⁴¹. Desta forma recebeu também ele, por intermédio de Moura, uma missiva autógrafa de Filipe II, acompanhada da advertência oral, lisonjeira e intimidativa, da obrigação que tinha de «estorbar los grandes daños que podiam resultar de que seu amo no procediese en este negocio como V. M. le merecia»¹⁴².

Houve-se com dignidade o jesuíta na resposta que, a 12 de Abril, deu ao monarca castelhano. Confessa ter feito o que se lhe pedira, mas acrescenta, cortesmente, que tão só para lhe ser agradável. Entretanto acentua que D. Henrique está determinado a «fazer inteirissimame[n]te justiça e não ter outra cousa deante dos olhos senã deos purame[n]te e seu serviço de maneira que outro juiz no mu[n]do mais inteiro se nã pudera achar pera tudo, por mais que se buscasse que el rei»¹⁴³.

¹³⁹ Cf. *Ibidem*, 157.

¹⁴⁰ Cf. *Ibidem*, 157-158.

¹⁴¹ Cf. *Ibidem*, 158.

¹⁴² Cf. *Ibidem*, 162-163.

¹⁴³ Cf. *Ibidem*, 163.

Enquanto estava pendente de Roma o casamento do monarca, outro processo paralelo se desenvolvia de idêntica acuidade política: a indigitação, por decreto, da parte de D. Henrique, com o direito que lhe assistia como soberano, de um sucessor, caso morresse sem herdeiro, realidade bem prestes a consumir-se.

A luta dos pretendentes mais credenciados ir-se-ia travar na câmara do rei como nos debates das cortes, para Almeirim oportunamente convocadas. O controle dos apoiantes das facções era de crucial importância. Alegando, a 22 de Junho de 1579, que a presença dos candidatos, no conciliábulo e nas imediações, não era consentânea com a liberdade de julgar, D. Henrique ordena que nenhum podia residir a menos de 30 léguas da corte¹⁴⁴. Assim se fez: D. António, prior do Crato e filho presuntivo do infante D. Luís, postou-se próximo de Tomar; o duque de Bragança, D. João, representante de sua esposa D. Catarina, filha de D. Duarte, irmão do monarca, foi para Arraiolos; Filipe II encontrava-se no Escorial¹⁴⁵. Pura ficção jurídica, pois cada um actuava no palco onde os direitos se confrontavam através de seus agentes e apaniguados: D. António, pelo Bispo da Guarda; a duquesa de Bragança, por meio do arcebispo de Évora e seu tio, D. Teotónio; o monarca filipino, com Cristovão de Moura que se desdobrava diariamente entre os aposentos régios e as casas onde os braços da nação deliberavam. Queixava-se, no entanto, mais amargamente, o Prior do Crato por intermédio do agostiniano e superior do convento da Graça de Lisboa, Fr. Miguel dos Santos, ao nuncio Alexandre Frumento, de o tio lhe negar assento nas cortes, que lhe eram à partida adversas, e ser parte interveniente no processo da sua legitimação que decorria no foro canónico¹⁴⁶. Precipitou-se, contudo, com os calores estivais o estado de saúde do decrépito monarca.

Na manhã de 27 de Junho teve hemopetises e os médicos participaram ao confessor o receio que os dominava de um agravamento. Comunicou este o facto ao Cardeal, animando-o ante a ameaça do desenlace¹⁴⁷. Por esse tempo, a 28 do dito mês, os jesuítas Vásques e Molina escreviam a Gabriel de Zayas, secretário de estado, tornando-lhe patente a opinião contraditória de que os jesuítas se inclinavam pela Duquesa de Bragança,

¹⁴⁴ Cf. *Ibidem*, 212-213.

¹⁴⁵ Cf. *Ibidem*, 213.

¹⁴⁶ Cf. *Ibidem*, 212. Queiroz Velloso menciona aqui, erroneamente, Miguel dos Anjos por Miguel dos Santos, o provincial da Ordem dos Eremitas de Santo Agostinho que será enforcado em Madrid, a 19 de Outubro de 1595, por haver urdido a conjura do falso D. Sebastião, conhecido pelo pasteleiro de Madrigal.

¹⁴⁷ Cf. *Ibidem*, 213.

seguindo a preferência que o Cardeal-Rei lhe parecia dar¹⁴⁸. Na verdade, depreendia-se desta correspondência, enviada de Lisboa, que só um ou dois padres tinham culpa no mau serviço que a causa de Filipe II aparentava ter e que o P.^o Leão Henriques fazia junto de D. Henrique «el buen oficio en favor de Su Mde., estando por el la justizia»¹⁴⁹. O certo é que os jesuítas se houveram com prudência, ante a vontade do povo e as pressões dos pretendentes mais poderosos, sem deixarem no entanto de mostrar alguma simpatia por D. Catarina de Bragança que desejariam ver indigitada como herdeira. Os interesses da Companhia e as prescrições do Geral obrigavam-nos, contudo, a ser reservados e submissos à vontade do Cardeal-Rei a quem eram afeiçoados, mantendo-se em cautelosa expectativa¹⁵⁰.

Apreensivo mostrava-se Gregório XIII, na iminência do emprego da força contra Portugal, pois em caso de concretizar-se ficaria aquela nação arruinada e em perigo a religião católica, não só dentro do reino como no país vizinho¹⁵¹. Note-se que a sempre possível tentativa da parte do Cardeal D. Henrique para um entendimento entre a Duquesa de Bragança e Filipe II teria a apoiá-la o P.^o Jorge Serrão que, dizia-se, nesse sentido se deslocara a Almeirim¹⁵². A percepção, porém, de que o monarca espanhol viria a triunfar fazia com que os jesuítas redobrassem as cautelas.

No entanto, membros da Inquisição, como António Matos de Noronha, português ao serviço do Santo Ofício de Toledo, e o dominicano Fr. Vicente da Fonseca cooperavam com o plano filipino atinente à união das coroas¹⁵³. O primeiro veio a ser recompensado com o bispado de Elvas¹⁵⁴, e o segundo, sagrado em Madrid, com a arquidiocese de Goa, vindo mais tarde a ser comissário da bula da cruzada e inquisidor geral¹⁵⁵. Mais numerosos eram os portugueses envolvidos na campanha de peitar entre pessoas gradas apoios para a causa do rei castelhano em terra lusa. E as relações de amizade funcionavam para o efeito.

¹⁴⁸ Cf. *Ibidem*, 320-321.

¹⁴⁹ Cf. *Ibidem*, 321.

¹⁵⁰ Cf. F. RODRIGUES, *Op. cit.*, II-II, 402-407. O geral Mercuriano pediu ao Cardeal Rei para proibir os jesuítas de se exporem a murmurações e invejas dos inimigos e a obstar a que o seu confessor P. Leão Henriques se emiscuisse em assuntos seculares estranhos ao Instituto, ao que D. Henrique aquiesceu. Cf. *Ibidem*, 404-405.

¹⁵¹ Cf. Queiroz VELLOSO, *Op. cit.*, 324-325.

¹⁵² Cf. *Ibidem*, 339.

¹⁵³ Cf. *Ibidem*, 352-354.

¹⁵⁴ Cf. Fortunato de ALMEIDA, *História da Igreja em Portugal*, II, Porto-Lisboa, Livraria Civilização, 1968, 619-620.

¹⁵⁵ Cf. *Ibidem*, 700-701.

Ainda em Agosto de 1579, um clérigo secular, o licenciado e capelão régio, João Calvo de Padilha, ofereceu-se para vir a Portugal onde se dizia bem relacionado¹⁵⁶. Assim aconteceu. Em carta de 2 de Setembro escrevia a Filipe II, dando-lhe conta do trabalho e, a findar a missiva, falava dos jesuítas nestes termos: «Ando a las vueltas con los teatinos [jesuítas] y religiosos q[ue] siembran la mala simiente»¹⁵⁷. E, dois meses mais tarde, a 6 de Novembro, refere-se aos movimentos de D. António que, hostilizado notoriamente por D. Henrique, se julgava andar escondido na charneca (ribatejana?), mas cujo paradeiro ele seguia atento¹⁵⁸.

Por fim, a 16 de Janeiro de 1580, abriram as cortes de Almeirim, onde o Cardeal esteve presente, como uma múmia de crua palidez, com visíveis sinais de que a morte se avizinhava¹⁵⁹. E, de facto, a 31 de Janeiro, indeciso e amedrontado, e física e psicologicamente incapaz de qualquer deliberação corajosa, falecia sem nada ter resolvido em definitivo sobre o pleito sucessório.

Assistiram-lhe à morte os que, em vida, se lhe mantiveram fiéis. Entre os mais próximos, lá estavam os jesuítas Leão Henriques e Jorge Serrão, o franciscano Fr. Damião e o conhecido Fr. Luís de Granada que o estimava¹⁶⁰.

No testamento que fez, a 29 de Maio de 1579, e várias vezes retocou, há uma cláusula, observa com pertinência Queiroz Velloso, que talvez possa projectar alguma luz sobre os mistérios que rodeavam certos acontecimentos do seu reinado. Rezava textualmente: «Depois que for aberto meu testamento, o Padre Leam Henriques meu Confessor tomará [a] boeta, e dos seus escriptorios, e elle somente vera os papeis que nelles estam, e romperá, ou queimará logo os que lhe parecer, e dos outros, os testamenteiros ordenaram huma pessoa, que os veja, e aparte, e se poram no logar, que parecer aos Testamentateiros, que podem servir, e o mesmo se fará dos papeis, que foram do Infante D. Luiz, meu irmão, que Deos tem»¹⁶¹.

Incluiriam estes papeis anotações sigilosas e confidências íntimas que se refeririam ao desafortunado Prior do Crato, que o Cardeal aborrecia, pois, sendo eclesiástico, levava vida escandalosa e, por isso,

¹⁵⁶ Cf. Queiroz VELLOSO, *Op. cit.*, 354-355.

¹⁵⁷ Cf. *Ibidem*, 355.

¹⁵⁸ Cf. *Ibidem*, 357.

¹⁵⁹ Cf. *Ibidem*, 373.

¹⁶⁰ Cf. *Ibidem*, 397; F. RODRIGUES, *Op. cit.*, II-II, 416.

¹⁶¹ Cf. Queiroz VELLOSO, *Op. cit.*, 402-403.

banira de sua escolha? É de crer que a integridade moral do velho monarca o obstasse a prejudicar o sobrinho, estigmatizado com a bastardia; mas, a aversão que lhe votava, impedia de favorecê-lo.

A pessoa escolhida para auxiliar o confessor no cumprimento desta disposição foi o secretário de estado, Miguel de Moura. Na autobiografia que deixou, este servidor de D. Henrique escreveu: «E com elle [P.^o Leão Henriques] depois do fallecimento d'El-Rei vi os seus papeis particulares, o que Sua Alteza com suas doenças e trabalho não pode fazer, e queimámos os que pareceo, e a diligencia foi bem necessaria pelo que alli achei em que não he necessario dizer-se aqui mais; a qual fiz tanto que Nosso Senhor o levou para si, com que me detive na corte tres dias, e depois me fui logo fora della»¹⁶².

Morto sem herdeiro, talvez para seu alívio íntimo e a corresponder a profundo e secreto desejo — conforme sugere Fr. Luís de Granada, seu amigo e conselheiro de discreta privança —, a via do casamento não lhe foi aberta. Imerecido será, porém, considerá-lo um pusilânime¹⁶³. À repugnância do Papa em dispensá-lo do celibato, poderia andar ligada uma imagem de público ridículo, desprestigiante e gravosa para a igreja romana. Com efeito, em plena reforma católica, ainda que por legítimas e respeitáveis razões políticas, não deixaria de parecer algo ligeiro permitir o matrimónio a um velho decrépito e doente, piedoso e membro do colégio cardinalício, de dignidade episcopal ao longo de tantos anos fielmente assumida, e já com potência genésica, por certo, menos que improvável. Mergulhado neste dilema se sentiria o confessor, pesando a perplexidade de D. Henrique, a esvaiar-se de forças físicas e anímicas. Não se decidindo a indicar sucessor, por via de decreto, como a soberania que detinha o autorizava, declinou a deliberação que a nação lhe exigia na junta de governadores por si nomeada que acabou por sancionar os direitos de Filipe II à coroa portuguesa.

Protector das ordens religiosas, amparo da orfandade, esmoler e fomentador da cultura pela fundação de colégios, sobretudo jesuíticos, e pela instituição da Universidade de Évora, não poucos teriam motivos para lastimar o seu passamento. E a Companhia de Jesus pranteou-o justamente com sincera saudade.

Dois anos antes da morte, mandou o Cardeal erguer o seu mausoléu na capela-mor da universidade eborense onde, de resto, não chegou a ser tumulado¹⁶⁴. Volvidos tempos, mandaram abrir-lhe os jesuítas um epitáfio

¹⁶² Cf. *Ibidem*, 403.

¹⁶³ Cf. *Ibidem*, 405.

¹⁶⁴ Cf. *Ibidem*.

latino e possivelmente lá depositaram uma relíquia do seu corpo¹⁶⁵. Na verdade, quando Filipe II, já rei de Portugal, ordenou, em 14 de Dezembro de 1582, a execução de uma de suas últimas vontades, a de se transladarem os restos mortais para o templo do mosteiro de Belém, o P.^e Leão Henriques, seu confessor e testamenteiro, na companhia de três religiosos inacianos, dirigiu-se a Almeirim e, achando o corpo ainda inteiro, tirou-lhe o pé, sem coragem de desprender a cabeça ou o coração, como tanto desejaria. Meteu-o, em seguida, numa caixa forrada de setim carminado, resguardada por outra de madeira e, com a justificação de que assim o queria o Cardeal, depositou-o com decência no túmulo de Évora, acima indicado¹⁶⁶. Ninguém ousaria, de resto, contrariá-lo, sublinha Queiroz Velloso, embora o testamento seja omissivo a tal respeito, pois as mais de duas décadas, em que fora seu confessor e lhe ouvira segredos de alma e de estado, assim o autorizavam¹⁶⁷.

No período conturbado que a sociedade portuguesa viveu até Filipe II conseguir com o exército silenciar a resistência oposta pelo pequeno e desorganizado grupo de patriotas fiéis a D. António e ser jurado rei de Portugal, os jesuítas mantiveram a disciplina que lhes era hierarquicamente imposta para se absterem da política. O contrário do que sucedeu com os dominicanos¹⁶⁸. E, se exceptuarmos alguns casos notórios de contestação à soberania filipina, como o do célebre pregador Luís Álvares, o mais notável orador sacro do seu tempo, e do dramaturgo P.^e Luís da Cruz, o monarca castelhano foi até à morte geralmente acatado pelos jesuítas¹⁶⁹. O ensino e o apostolado nas cidades, as missões do interior e a evangelização no ultramar continuaram a ser as ocupações a que se entregavam com o maior zelo e dedicação.

Sem corte, Lisboa passou a contar com a presença de vice-reis; e, pelos palácios nobres da capital e solares da província, como pelo comércio marítimo e serviço militar nas colónias e alistamento nos tercios da Flandres e Alemanha, se distribuiu a fidalguia e a geração nascida após Alcácer-Quibir. Na capital do reino, os padres da Companhia dedicavam-se, sobretudo, à formação de jovens no Colégio de Santo Antão e às actividades pias e caritativas na e a partir da casa professa de S. Roque. Coimbra e Évora constituíam campo por excelência para as

¹⁶⁵ Cf. *Ibidem*, 406.

¹⁶⁶ Cf. *Ibidem*.

¹⁶⁷ Cf. *Ibidem*, 406-407.

¹⁶⁸ Cf. João Francisco MARQUES, *Op. cit.* em (87), 13, 90-91, 348-349 e passim.

¹⁶⁹ Cf. *Ibidem*, 90, 349-350 e passim.

suas actividades universitárias. Os colégios de S. Paulo em Braga e de S. Lourenço no Porto eram centros importantes para a educação da juventude e alfobre de vocações, como de apoio complementar ao clero diocesano¹⁷⁰. A direcção de consciência de prelados, nobres e burgueses era proporcionada através do confessorário, a que consagravam largo tempo.

Durante os sessenta anos que mediaram a recuperação política, conseguida pela revolta de 1 de Dezembro de 1640, Portugal fixou o olhar em Vila Viçosa onde, na casa ducal de Bragança, viviam as relíquias dos seus reis das quais havia de ressurgir a libertação da pátria. Acreditava-o a nação que considerava a descendência brigantina, filho e neto de D. Catarina, ilegítimamente esbulhados da coroa, segundo uma bem fundada facção da jurisprudência sucessória. Firmar-se-iam seus direitos ao trono numa prática radicada nas supostamente celebradas Cortes de Lamego, no tempo do rei fundador, o «Santo» D. Afonso Henriques, a quem Cristo crucificado aparecera e profetizara, nos campos de Ourique, a queda e a restauração do reino na linha de sua sucessão¹⁷¹. A opinião pública, ao longo de séculos, canonizara como histórica a lendária tradição¹⁷². O sebastianismo, assente no reaparecimento providencial de D. Sebastião, era o sustentáculo da crença messiânica lusa do advento do V império — a utopia que alimentava as esperanças da monarquia portuguesa livre e dominadora do mundo sob a égide da fé cristã¹⁷³. E, nesta lenta preparação dos espíritos para a nova era, os jesuítas desempenharam privilegiado papel¹⁷⁴.

A mais antiga relação conhecida da Companhia de Jesus com os Braganças — a maior e mais régia casa da nobreza de Portugal — datava dos tempos da sua entrada no reino, na pessoa de D. Teotónio, 5.º filho do duque D. Jaime. Estudante de humanidades em Coimbra, onde teve por colegas o infante D. Duarte, filho de D. João III, e D. António, prior do Crato, bastardo do infante D. Luís e futuro pretendente à coroa portuguesa, cursara teologia em Bordéus e Paris¹⁷⁵. Os inacianos chegaram

¹⁷⁰ Ver F. RODRIGUES, *Op. cit.*, I-II, 413, 427, II-I, 175-180.

¹⁷¹ Cf. João Francisco MARQUES, *A Perenética Portuguesa e a Restauração. 1640-1668*, Porto, Centro de História da Universidade, 1989, II, 92-113, 20-211, 238-239, 551-559, passim.

¹⁷² Cf. *Ibidem*, II, 20.

¹⁷³ Cf. J. F. MARQUES, *Op. cit.* em (171), II, passim; João Lúcio de AZEVEDO, *A Evolução do Sebastianismo*, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1947; José van den BESSELAAR, *O Sebastianismo-História sumária*, Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1987.

¹⁷⁴ Cf. J. F. MARQUES, *Op. cit.* em (87), 72-76, 173-176 e passim.

¹⁷⁵ Cf. António Caetano de SOUSA, *Op. cit.* em (4), V (1948), 376-389.

a contá-lo como noviço, à rebelia da vontade do seu irmão que entretanto sucedera ao pai na chefia do ducado¹⁷⁶. Seduzido pelo exercício de uma espiritualidade rigorista, Inácio de Loyola chamou-o a Roma e fez com que deixasse a ordem, evitando-se assim outros atritos e males¹⁷⁷.

Não perdeu, no entanto, D. Teotónio, com o incidente, o afecto à Companhia. Ligou-se a S. Carlos Borromeu, arcebispo de Milão, ao primaz de Braga, D. Fr. Bartolomeu dos Mártires, e a Fr. Luís de Granada¹⁷⁸. Moderado, desprendido e de vida reformada exemplar, o tio, Cardeal D. Henrique, nomeou-o seu coadjutor e, quando rei, seu sucessor à frente da arquidiocese eborense¹⁷⁹. À sua generosidade mecenática e interesse se deve a impressão das *Cartas* dos missionários jesuítas do Japão e da China, cujo apostolado favorecia com a sua ajuda, dedicando a obra ao geral Francisco de Borja e a Simão Rodrigues, o primeiro e controverso provincial luso¹⁸⁰. E se D. Catarina, sua sobrinha e herdeira, espoliada da coroa, não teve confessor jesuíta, houve-o a irmã desta, D. Beatriz, princesa de Parma, casada com o príncipe Rainúncio, que, ao sair de Portugal, fez-se acompanhar pelo P.º Sebastião de Moraes, seu director de consciência e futuro bispo do Japão¹⁸¹. Por sua vez, seu irmão D. Duarte, também afecto à Companhia, jaz tumulado no colégio jesuítico de Évora, debaixo da sepultura lavrada pelo Cardeal D. Henrique, seu tio¹⁸². Ligados cada vez mais estreitamente à casa de Bragança, passaram os jesuítas a dirigir a consciência dos duques. Na verdade, D. Teodósio, herdeiro de D. Catarina, após o afastamento do eremita de

¹⁷⁶ Cf. Pinharanda GOMES, *O Arcebispo de Évora Dom Teotónio de Bragança (Escritos Pastorais)*, Braga, ed. do Autor, 1984, 11.

¹⁷⁷ Cf. A. C. de SOUSA, *Op. cit.*, V, 376-378; F. RODRIGUES, *Op. cit.* em (21), I-I, 439-442 e II-II, 80-81; Marcel BATAILLON, *Op. cit.* em (23), 287-288; André RAVIER, *Ignace de Loyola fondé la Compagnie de Jesus*, Paris, Desclée de Brouwer, 1974, 160, 205, 221 e passim.

¹⁷⁸ Cf. Pinharanda GOMES, *Op. cit.*, 15-60; Maria Idalina Resina RODRIGUES, *Fray Luis de Granada y la Literatura de Espiritualidad en Portugal (1554-1632)*, Madrid, Universidad Pontificia de Salamanca/Fundacion Universitária Espanhola, 1988, 627.

¹⁷⁹ Cf. A. C. de SOUSA, *Op. cit.*, V, 378-384; Fortunato de ALMEIDA, *Op. cit.* em (154), II, 623.

¹⁸⁰ *Cartas que os Padres e Irmãos da Companhia de Jesus escreveram dos Reynos do Iapão e China aos da mesma Companhia da Índia, e Europa*, Évora, Manoel de Lyra, 1598, 2 ts. de 4+481 e 267 fls. O «Parecer» de D. Teotónio para impressão encontra-se datado de 26.03.1586. Existe uma edição publicada no Japão, in *Classica Japonica*. Ver Pinharanda GOMES, *Ap. cit.* em (176), 103.

¹⁸¹ Cf. A. C. de SOUSA, *Op. cit.*, III, 263.

¹⁸² Cf. *Ibidem*, 259.

Santo Agostinho, Fr. João de Pina, em 1621, escolheu para seu confessor o P.^o Manuel Álvares que o acompanhou até à morte e foi executor dos seus legados e obras pias¹⁸³. Aliás, os elos com a Companhia de Jesus estreitam-se mais ainda quando o duque D. Teodósio fundou em Vila Viçosa uma casa professa¹⁸⁴. Dedicou-lhe intencionalmente a obra *Comentários ao Livro dos Reis* o exegeta, grande orador do seu tempo e criador dos conceitos predicáveis, o jesuíta Francisco de Mendonça¹⁸⁵. Nas exéquias celebradas em sua honra, na vila ducal, pregaram-se dois sermões fúnebres cujos textos correram logo impressos. Os autores, Bartolomeu Guerreiro e André Gomes, ambos inacianos, semearam-nos de entusiásticos encómios à casa de Bragança e alusões ao passado glorioso da monarquia lusa, de forma a manter viva a esperança de ver naquele tronco régio restaurada a autonomia pátria¹⁸⁶. O mesmo acontecia no teatro de colégio que os jesuítas cultivavam obrigatoriamente nos actos académicos festivos ou celebrações religiosas e profanas de assinalável significado e importância. Assim, na entrada solene que fez em Évora, por ocasião da visita ao Marquês de Ferreira, em Agosto de 1636, o P.^o Gaspar Correia, pregando no recebimento do duque D. João, prognosticou-lhe a realeza num trocadilho barroco de feliz recorte¹⁸⁷. E, na ida à Universidade, ouviu o panegírico do P.^o Francisco Freire e assistiu à representação da tragicomédia *Eustachius Venator* da autoria do P.^o André Fernandes a quem, mais tarde, já rei, viria a ter como seu confessor¹⁸⁸. Aqueles e outros jesuítas, de resto, não pouco sofreram por

¹⁸³ Cf. *Ibidem*, VI (1949), 292-293.

¹⁸⁴ Cf. F. RODRIGUES, II-I, 111-119.

¹⁸⁵ *Comentarii in quattuor Libros Regum*, 3 ts., Conimbricæ, 1621, Eboræ, 1624 e 1631. O 1.^o tomo foi publicado pelos jesuítas da Universidade de Évora e dedicado ao malogrado Infante D. Duarte, irmão de D. João IV, realçando a sua ascendência real. Cf. F. RODRIGUES, III-I, 332-333. O P.^o Francisco de Mendonça viveu de 1573 a 1621.

¹⁸⁶ *Sermam que pregou o P. Andre Gomes da Companhia de Iesus. Nas Sumptuosas Exequias [...] ao [...] Senhor D. Theodosio segundo, Duque de Bragança [...] em Palmella aos II. do mes de Dezembro de 1630*, Lisboa, António Alvarez, 1631, 1+12 fls: *Sermam que fez o R. P. Bertolameu Guerreiro da Companhia de Iesu, nas exequias [...] ao [...] Principe D. Theodorio, segu[n]do Duque de Bragança em Villaviçosa [...] em 29 de Novembro de 632*, Lisboa, Mathias Rodrigues, 4+28 fls. Cf. J. F. MARQUES, *Op. cit.* em (87), 370-371, 373.

¹⁸⁷ O relato desta visita, escrita pelo jesuíta António Pereira, em 1637, encontra-se no cód. 29 da B.G.U.C. (fls. 1-93) e foi publicado por Maria Luísa LEMOS, «A Literatura Autonomista no século XVII, através do códice 29 da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra», in *Boletim da B.G.U.C.*, XL (1985), 95-207.

¹⁸⁸ Cf. Claude-Henri FRÉCHES, *Le Theatre Neo-Latin au Portugal (1550-1745)*, Paris-Lisboa, Nizet/Bertrand, 1964. 486-493.

causa do seu patriotismo alentador da convergência da opinião pública em identificar o «desejado» com o «encoberto» no retiro da tapada de Vila Viçosa — a mansão da casa de Bragança¹⁸⁹.

Quando a revolta de 1640, que ajudaram a incrementar, se despoletou, os padres da Companhia foram os primeiros a sustentá-la: no púlpito, através de um grupo de pregadores notáveis¹⁹⁰; na diplomacia, com Inácio de Mascarenhas, embaixador à Catalunha, então também amotinada, e irmão de D. João de Mascarenhas, conde de Santa Cruz e um dos conjurados¹⁹¹; na literatura apologético-panfletária, com o Dr. Gregório de Almeida, pseudónimo do P.^e João de Vasconcelos, autor dessa espécie de Bíblia da revolução que é a famosa *Restauração de Portugal Prodígiosa*¹⁹². Na altura, contudo, emerge, entre todos, o génio de António Vieira, orador, diplomata, estadista e «profeta» da nação restaurada. Vindo do Brasil em 1641, torna-se de imediato o braço direito do rei que o ouve no conselho de estado¹⁹³. Pregador da corte, o jesuíta é o enviado de confiança em missões difíceis, embora de desfechos pouco felizes, e torna-se o arquitecto visionário da ideologia do 5.^o império vaticinado por Deus a Portugal a partir de uma perspectivização providencialista da história que servirá de pretexto para levá-lo aos cárceres da inquisição de Coimbra¹⁹⁴. Conselheiro e devotado servidor da rainha D. Luísa de Gusmão, durante a regência, como aliás o fora do rei seu esposo, mas sem alcançar a mesma notoriedade, acaba na regência de D. Pedro II, por regressar definitivamente a terras brasileiras onde se formara e missionara¹⁹⁵.

Teve D. João IV, por director de consciência, Fr. Agostinho dos Anjos, eremita de Santo Agostinho¹⁹⁶. Falecido, porém, o malgrado príncipe herdeiro D. Teodósio, que tivera por mestre de matemáticas o jesuíta flamengô Cosmander e fora grande devoto de S. Francisco Xavier, o monarca tomou para si o confessor que lhe havia escolhido, o P.^e André

¹⁸⁹ Cf. J. F. MARQUES, *Op. cit.* (171), II, 147-165.

¹⁹⁰ Cf. F. RODRIGUES, *Op. cit.*, III-I, 391-394.

¹⁹¹ Cf. F. RODRIGUES.

¹⁹² Cf. J. F. MARQUES, *Op. cit.*, II, 403.

¹⁹³ Cf. *Ibidem*, 407-414 e *Op. cit.* em (87), 389-393, contendo bibliografia essencial a que se deverá acrescentar: Margarida Vieira MENDES, *A Oratória Barroca de Vieira*, Lisboa, Editorial Caminho, 1989.

¹⁹⁴ Ver Raymond CANTEL, *Prophétisme et Messianisme dans l'oeuvre d'António Vieira*, Paris, Ediciones Hispano-Americanas, 1960, 43-64.

¹⁹⁵ Cf. Lúcio de AZEVEDO, *História de António Vieira*, II, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1921, 223-309.

¹⁹⁶ Cf. A. C. de SOUSA, *Op. cit.* em (4), VII (1951), 5. O Infante D. Duarte, irmão de D. João IV, que morreu em Milão encarcerado à ordem de Castela, teve por confessor um jesuíta alemão. Cf. *Ibidem*, VI, 346, 350-351.

Fernandes, bispo eleito do Japão e amigo do P.^e António Vieira, que acabará por lhe assistir à morte¹⁹⁷. Da rainha D. Luisa de Gusmão foi, depois do dominicano Fr. Domingos do Rosário¹⁹⁸, o jesuíta P.^e João Nunes¹⁹⁹. Do mesmo modo, de sua filha D. Catarina de Bragança, rainha de Inglaterra, os P.^{es} António Fernandes e Manuel Pires²⁰⁰. Foram, igualmente sacerdotes da Companhia, tanto o último de D. Afonso VI, o P.^e António da Fonseca que o viu morrer²⁰¹, como o da rainha Maria Francisca de Sabóia, o francês François de Villes que conduziu o controverso processo da anulação do seu casamento canónico²⁰². Mas o mais célebre confessor da corte, durante o reinado dos três primeiros reis da dinastia de Bragança, foi o P.^e Manuel Fernandes que dirigiu a consciência de D. Pedro II durante 25 anos, ou seja, desde 1668 a 1692, quase até ao fim do século, se bem que de forma a haver recebido contundentes críticas, mesmo da parte dos confrades da sua ordem²⁰³. O rei pedia-lhe, nas juntas a que assistia e no conselho do estado, o primeiro voto, expondo-o, por isso, a situações ingratas que ele próprio também não podia ou cuidava de evitar²⁰⁴. À morte deste, ocorrida em 1693, o monarca teve como director de consciência, até falecer a 9 de Dezembro de 1706, o inaciano Sebastião de Magalhães (1635-1709),

¹⁹⁷ Cf. F. RODRIGUES, *Op. cit.*, III-I, 187, 506. O cientista João Pascasio Ciernans foi conhecido pelo nome de *Cosmander*.

¹⁹⁸ Cf. Edgar PRESTAGE, *Frei Domingos do Rosário. Diplomata e Político (1595-1662)*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1926.

¹⁹⁹ Cf. F. RODRIGUES, *Op. cit.*, III-I, 504.

²⁰⁰ Cf. *Ibidem*, 541-542. Esta princesa custeou a construção de uma casa para a formação dos missionários jesuítas na Índia. Cf. A. C. de SOUSA, *Op. cit.*, VII, 186.

²⁰¹ Cf. F. RODRIGUES, *Op. cit.*, 526.

²⁰² Cf. *Ibidem*, 522-528. Depois da morte do P. François de Villes, em 1680, sucedeu-lhe outro jesuíta, Pierre Pomereau, que após a morte da Rainha (1683), foi o confessor de sua filha Isabel. Este religioso escreveu uma biografia do P. de Orleans, impressa em Paris, em 1696, e traduzida em italiano por seu confrade Carlos Jacinto Ferreiro. Cf. A. C. de SOUSA, *Op. cit.*, VII, 411, 415. O confessor da segunda esposa de D. Pedro II, a austríaca Maria Sofia, foi o jesuíta alemão Leopold Fuess que era também o preceptor do eleitor palatino Wilhelm von Platze traduziu para latim o V tomo dos *Sermões* do P. António Vieira. Depois da sua morte, outro jesuíta, o português Miguel Dias, ocupou esse cargo e veio a assistir à sua morte, em 4.08.1699. Cf. A. C. de SOUSA, *Op. cit.*, VIII (1949), 415-417; F. RODRIGUES, *Op. cit.*, III-I, 540-541.

²⁰³ Cf. F. RODRIGUES, *Op. cit.*, III-I, 528-537.

²⁰⁴ Cf. Nomeado deputado da Junta dos Três Estados, em 1677, importante posto no Conselho de Estado, entre os jesuítas que o contestaram encontra-se o P. António Vieira que chegou a escrever ao Geral para lhe expressar a sua indignação. Cf. *Ibidem*, 528.

professor de Teologia no Colégio de Santo Antão, que estava consciente do «cargo tão perigoso e árduo»²⁰⁵ e fundadas razões tinha para assim pensar. Na verdade, talvez por volta de 1684, D. Pedro II, a seguir à morte de seu irmão, Afonso VI, e antes de tomar o título de rei, consultara-o na qualidade de sacerdote e teólogo sobre o propósito de renunciar à coroa, a favor de sua filha, a infanta D. Isabel, então na «idade pupillar» de 15 anos e com casamento prometido a Amadeu II, duque de Salóia, e de ausentar-se para o Brasil, se o bem público o aconselhasse. A par do confessor P.^o Manuel Fernandes, fora o P.^o Sebastião de Magalhães uma das três pessoas que sigilosamente o regente quisera ouvir. A resposta deu-a num extenso e fundamentado «papel secreto», mostrando-se terminantemente contrário à intenção do príncipe²⁰⁶. Quando responsável pela consciência do soberano, não conseguiu evitar, porém, murmúrios e queixas de confrades ao Geral por tratar de assuntos profanos, referentes à condução do estado, como conselheiro régio, sabendo-se, no entanto, que gozava da estima e confiança do soberano, a quem serviu com inteira dedicação²⁰⁷.

Em suma: ministério ingrato e complexo — o de confessor régio — a exigir méritos e qualidades invulgares por constantemente solicitado e objecto de incompreensões que acabavam por reflectir-se na instituição de que era membro representativo. Justo será, no entanto, reconhecer que, no período que cobre o primeiro século e meio da existência da Companhia de Jesus em Portugal, a sua actuação, embora controversa e amiúde fortemente polémica ao dirigir as consciências reais e as de altos dignatários do poder político, deparou com problemas de acentuada gravidade e particular melindre.

²⁰⁵ Cf. *Ibidem*, 538.

²⁰⁶ Ver João Pereira Gomes, «Tentativa de D. Pedro II para renunciar a coroa», in *Brotéria*, LVII, fasc. 1 (Julho 1953), 43-59.

²⁰⁷ Cf. F. RODRIGUES, *Op. cit.*, 538-539.

MESTRES E PILOTOS DAS CARREIRAS
ULTRAMARINAS
(1596-1648)

SUBSÍDIOS PARA O SEU ESTUDO

Por Amélia Polónia

1. Objecto e objectivos de análise

O tema enunciado em epígrafe foi, ao longo de décadas, objecto de trabalho de investigadores que pontuaram com investigações inéditas no contexto historiográfico da sua época. Entre os que abordaram esta matéria importa que refiramos, em particular, Sousa Viterbo e Frazão de Vasconcelos¹, os quais contribuíram para o compulsar de dados informativos sobre centenas de técnicas que tornaram possíveis as navegações portuguesas da era de Quinhentos e de Seiscentos.

Ao retomarmos esta matéria que mereceu ainda a atenção de outros especialistas, entre os quais se contam os nomes do Comandante Teixeira da Mota e de Luís de Albuquerque, fazemo-lo, fundamentalmente, por um imperativo documental. Com efeito, se os novos métodos de trabalho

¹ Veja-se, respectivamente, *Trabalhos Náuticos dos Portugueses. Séculos XVI e XVII*, ed. fac-simil. do exemplar de 1898, Lisboa, I.N.-C.M., (1988) e *Pilotos das Navegações Portuguesas dos Séculos XVI e XVII*, Lisboa, Ed. subsidiada pelo Instituto de Alta Cultura, 1942.

em historiografia não se compadecem com a subserviência a fontes pontuais que se cruzam no caminho do «descobridor» acidental ou esforçado, cremos que existem documentos cujo conteúdo informativo justifica, por si só, que sobre eles nos debrucemos de forma detalhada e que a eles votemos um tratamento sistemático.

É neste grupo que situamos os chamados *Livros das Ementas*, parte integrante do Núcleo Antigo do A.N.-T.T., que concretizam, em si próprios, uma unidade documental. Em número de 15, distribuídos por um período que vai de 1527 a 1656, comportam, todavia, um hiato temporal de 41 anos que medeia o 1.º livro, de 1527, do 2.º, datado de 1568. O Livro 3 define, com clareza, a função destas «ementas»:

«Livro da ementa que é das cartas e desembargos que vão em nome del rei nosso senhor que não são asinadas per Sua Magestade, mas per seus offeçiaes a que pertencem, e não podem pasar pela chancelaria até não serem vistas per Sua Magestade as forças delas que se asentão neste livro, onde Sua Magestade asina ao pé de cada lauda, e as que á por ben que não pasem, se riscão...»²

Neles se integram registos de ordem diversa, desde as moradias e foros de criados e fidalgos da casa real, à atribuição de cargos e officios cujo exercício depende da concessão régia. Entre estes, deparamo-nos com nomeações para cargos de natureza técnico-científica, cuja atribuição está condicionada a um exame prévio. Assim acontece com os cirurgiões, boticários, os construtores de astrolábios e agulhas de marear, os cartógrafos, ou os pilotos e mestres das carreiras ultramarinas. É a estes últimos que votaremos o presente estudo.

Em número de 554 e dispersos pelos livros 5 a 14, iniciam-se esses registos no ano de 1596 e terminam em 1648. Se atendermos ao conteúdo do *Regimento do Cosmógrafo-Mor*, de 1592 encontraremos uma explicação plausível para a primeira data citada. Com efeito, nele se estipula:

«Ey por bem que nenhu dos offeçiaes acima nomeados (*pilotos, sotapilotos, mestres, contramestres e guardiães*), daquelles que de novo ouuerem entrar nos ditos officios, daqui endiante possa usar de seu officio sem primeiro ser examinado e aprouado na mesa do almazem (...) o qual se não entenderá nos que já agora seruem, por se auer que tem bastante curso de mar, e o que lhe faltar na speculativa poderão alcançar acodindo a lição quando o poderem fazer...»³

² Arquivo Nacional — Torre do Tombo (A.N.-T.T.) — *Livros das Ementas*, Lv. 3, fl. 1.

³ Cf. *Regimento do Cosmógrafo Mor*, publ. RIBEIRO, António Silva — «A Hidrografia nos Descobrimentos Portugueses», Lisboa, Publ. Europa-América, (reed. 1994), pp. 242-243.

Daqui se infere que o referido Regimento abre uma nova etapa na forma de habilitação dos náuticos portugueses para a realização das viagens marítimas, introduzindo a obrigatoriedade de exame prévio à sua nomeação. Como suporte desta ilacção, note-se, ainda, que não se encontram quaisquer referências a estes exames em documentos anteriores a essa data, como sublinha Teixeira da Mota⁴. O início dos referidos registos no ano de 1596 poderá ser compreendido neste contexto.

Sujeitos às particularidades dos escrivães, estes obedecem, de resto, a uma ordem e a um conteúdo informativo uniformes e criadores de uma homogeneidade favorável ao seu tratamento estatístico. Entre os dados presentes em cada registo sobre os exames efectuados, contam-se, respectivamente:

1. A menção à junta de examinadores, ou ao seu principal agente;
2. O nome do candidato;
3. O officio específico em que obteve aprovação: piloto, sotapiloto, mestre ou meste e piloto;
4. O local de residência e, excepcionalmente, o da naturalidade;
5. A carreira ou carreiras para que foi habilitado;
6. A data do exame ou de atribuição da respectiva carta.

A transcrição do primeiro desses registos ilustra esta tipologia:

«E a Vossa Magestade por bem que Manoel Gonçalvez morador nesta cidade de Lixboa possa daqui en diante usar do officio de sotapiloto da carreira da India, assi e da maneira que o elle deve ser, e con todas as liberdades, privilegios, proes, e percalços que ao dito officio pertencem, porquanto foi examinado na mesa do Almazem como despoem o Regimento sendo presente o provedor delle, por Joam Baptista Lavanha cosmographo mór, e por Manoel Monteiro, Damião Ribeiro e João Ramos pilotos da dita carreira en Lixboa a xiii de Março de bc lxxxxbi pello dito cosmographo mór»⁵

Atendendo à natureza e especificidade da fonte, os objectivos do presente artigo prendem-se, assim, com a possibilidade de apresentar alguns subsídios sobre três áreas essenciais de trabalho: 1. a análise dos mecanismos de formação, exame e nomeação dos náuticos portugueses; 2. a evolução diacrónica das nomeações, tendo em conta a sua inserção

⁴ Cf. MOTA, A. Teixeira da — *Os Regimentos do Cosmógrafo-Mor de 1559 e 1592 e as origens do ensino náutico em Portugal*, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical, 1969 (Série «Separatas», n.º 51).

⁵ A.N.-T.T. — *Livros das Ementas*, Lv. 5, fl. 25v.

nas várias carreiras ultramarinas; 3. a distribuição dos examinados por áreas geográficas, procurando ponderar o peso relativo das várias localidades do litoral português no que a esta matéria concerne. Com efeito, se atendermos a que se trata de exames centralizados, apenas realizados em Lisboa, mais precisamente na Mesa do Armazém da Casa da Guiné⁶, as notícias coligidas na nossa fonte ganham, pois, representatividade sobre o universo nacional.

Finalmente, o teste da fiabilidade da documentação pode ser feito pelo confronto de alguns dos dados nela registados com uma outra relação de pilotos examinados pelo Cosmógrafo-Mor Manuel de Figueiredo e publicada por Frazão de Vascelos sem menção da fonte de que foi extraída⁷. Do cotejo dos elementos apresentados pelas duas fontes se infere da exaustividade dos registos dos *Livros das Ementas*, os quais reproduzem, sem falhas, os coligidos noutra fonte para os anos de 1609 a 1611.

Explicitadas estas coconsiderações preliminares, centremo-nos, desde já, na primeira área de análise referida.

2. Mecanismos de exame e de nomeação

Do que da fonte se pode inferir, o exame era efectuado por uma junta que compreendia o Provedor dos Armazéns e Armadas, o Cosmógrafo-Mor do reino e dois ou mais pilotos com experiência na carreira a que o examinando se propunha. Note-se que esta constatação apenas documenta, ainda que parcialmente, o estipulado no *Regimento do Cosmógrafo-Mor*, de 1592⁸, que igualmente menciona, como examinadores, o Patrão-Mor e o Piloto-Mor.

O mesmo prevê, de resto, o *Regimento das Cousas Commuas e Geraes dos Officiaes dos Armazens*⁹, compilado apenas em 1674, mas elucidando, ao que cremos, práticas que lhe são anteriores. Na matéria referente às atribuições do Provedor dos Armazéns e Armadas, estipula-se, no título XIII¹⁰, *Que o Provedor mandará examinar os Pilotos, que*

⁶ Cf. Cap.º do *Regimento do Cosmógrafo-Mor*, publ. in «loc. cit.», p. 245.

⁷ VASCONCELOS, Frazão de — *Pilotos das Navegações Portuguesas*, pp. 97-103.

⁸ Carta de piloto dada a Manuel Vicente do Amaral, em Lisboa, a 20 de Fevereiro de 1609. A.N.T.T. — *Chancelaria de Filipe II*, Lv. 26, fl. 9v.

⁹ Cf. CAMPOS, José Roberto Monteiro dos, compil. — *Systema ou Collecção dos Regimentos Reaes*, Tomo III, Lisboa, Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1785, pp. 1-127.

¹⁰ Cf. Idem — *Ibidem*, pp. 1-21.

houverem de ir nas náus da Índia, e Armadas, e mais gente do mar que se assentar. O conteúdo específico do referido capítulo elucidar-nos-á, porventura, com maior clareza:

«...o Provedor terá particular cuidado de mandar examinar perante si pelo Cosmografo mór, Patrão mór e quatro pilotos de maior experiencia, os Pilotos, Sotapilotos, Mestres, Contra-mestres e Guardiães, que houverem de ir nas taes náos da India e Armadas...»¹¹

Advirta-se, porém, que só em casos esporádicos todos os examinadores referidos são, na nossa fonte, nomeados, limitando-se os registos, na maioria das vezes, a mencionar o Provedor das Armadas e, em todos eles, o Cosmógrafo-Mor. É com base no carácter sistemático desta última menção que nos propomos tentar reconstituir, na diacronia, o exercício desta função pelos seus vários titulares. Assim, os exames efectuados pelos vários Cosmógrafos-Mores escalonam-se da forma sistematizada no quadro 1.

Quadro 1

Distribuição cronológica dos exames em função do cosmógrafo-examinador

Anos	Cosmógrafo-examinador	N.º examinados
1596-1606	João Batista Lavanha	69
1606-1622	Manuel de Figueiredo	320
1619	João Batista Lavanha	9
1623-1633	Valentim de Sá	60
1633-1635	António de Maris Carneiro	14
1636-1640	Valentim de Sá	8
1638-1640	António de Maris Carneiro	24
1641-1642	Luís Serrão Pimentel	14
1643	António de Maris Carneiro	18
1644-1648	Luís Serrão Pimentel	18
Total		554

¹¹ Cf. Idem — *Ibidem*, p. 15.

As informações reunidas merecem-nos algumas observações. Importa, em primeiro lugar, que nos aproximemos, com maior rigor, às personalidades acima referidas e, em segundo lugar, que compreendamos o porquê das interrupções e retoma das suas funções¹².

De João Batista Lavanha sabe-se que era de ascendência judaica, teria servido já a D. Sebastião, mas é no período filipino que definitivamente singra na sua carreira, tendo desenvolvido actividades profissionais, quer em Madrid, quer em Lisboa¹³. Com efeito, para além da sua nomeação para o exercício do cargo de Cosmógrafo-Mor do reino de Portugal, feita ainda em vida de Tomás d'Orta, seu titular, por carta de 12 de Fevereiro de 1591¹⁴, e da carta de tomada de posse efectiva, datada de 10 de Julho de 1596¹⁵, pudemos identificar outros registos que a ele se reportam. O primeiro refere-se à sua nomeação para o cargo de engenheiro do reino de Portugal, e data de 1586¹⁶, enquanto os restantes se prendem com a autorização para ler, em Lisboa, a cátedra de Matemática¹⁷ e com o seu provimento, feito por Filipe II, em 9 de Março de 1618, no cargo de cronista-mor do reino, em substituição, e por falecimento de Fr. Bernardo de Brito¹⁸. Esta última nomeação merece-nos, de resto, algumas considerações. Na verdade, para além de referidos os seus préstimos

¹² Se exceptuarmos os estudos sobre João Batista Lavanha, a bibliografia sobre esta matéria é escassa e as informações que pudemos reunir não são, também, abundantes.

¹³ Cf., entre outros, DOMINGUES, Francisco Contente — LAVANHA, João Baptista in *Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses*, dir. Luís de Albuquerque, s.l., Círculo de Leitores, (1994), vol. II, pág. 586-589; VASCONCELOS, Frazão de — *Subsídios para a História da Carreira da Índia no Tempo dos Filipes*. Separata do «Boletim Geral do Ultramar», Lisboa, 1960, pp. 92-96; CORTESÃO, Armando — *Cartografia e Cartógrafos Portugueses dos Séculos XV e XVI*, Lisboa, Seara Nova, 1935, vol. II, pp. 298-360; VITERBO, Sousa — *op. cit.*, pp. 171-183 e CORTESÃO, A. e MOTA, A. Teixeira da — *Portugaliae Monumenta Cartographica*, ed. fac-simil., Lisboa, Imprensa Nacional — Casa da Moeda, 1987, vol. IV, pp. 63-76.

¹⁴ A.N.-T.T. — *Chancelaria de Filipe I*, Lv. 24, fl. 76-76v.. Este documento, assim como os que se citam nas notas 12 a 15, encontram-se já referenciados por Armando Cortesão in *op. cit.*, pp. 298-306 e publicados por VITERBO, Sousa — *op. cit.*, Parte I, pp. 174-178. As citações feitas neste artigo seguiram, no entanto, o original, que se cita.

¹⁵ A.N.-T.T. — *Idem*, Lv. 31, fl. 181v-182.

¹⁶ A.N.-T.T. — *Idem*, Lv. 17, fl. 78.

¹⁷ Carta régia de Lisboa, 12 de Fevereiro de 1591. A.N.-T.T. — *Idem*, Lv. 24, fl. 76v.

¹⁸ A.N.-T.T. — *Cancelaria de Filipe II*, Lv. 42, fl. 71v-72. Com este registo articula-se um outro, de 10 de Agosto de 1618 que lhe atribui o vencimento anual de 100.000 reais (Cf. *Chanc. Filipe II*, Lv. 44, fl. 22v).

como Cosmógrafo-Mor do reino, é invocado, no documento, o seu empenho «... na cumpusição da quarta decada de João de Baros que imprimio...»¹⁹. Trata-se, portanto, de uma personalidade multifacetada, na qual parece conviver uma formação técnica e matemática com o «... talento (...) e estilo historico que a expriência tem mostrado que no dito João Bautista se achão juntamente...»²⁰, qualidades que o elevariam ao título de Cronista-Mor do reino de Portugal.

As suas actividades no campo da náutica, da história, da genealogia, da cartografia, da roteirística, da hidráulica, ou mesmo da tratadística de construção naval traçam, de facto, o retrato de uma personagem polivalente, que conseguiu singrar nas esferas da corte, e mesmo obter o título de cavaleiro da Ordem de Cristo, apesar da sua ascendência judaica²¹.

Seriam, de resto, estas outras atribuições que, desviando João Batista Lavanha do exercício efectivo das suas funções de Cosmógrafo-Mor, levaram Filipe II a nomear para esse cargo Manuel de Figueiredo, enquanto durasse a ausência do seu titular²².

Seguidor de Lavanha neste domínio específico, parece tê-lo sido também na publicação de obras que se situam no domínio da roteirística e da arte náutica²³.

Responsável pelo maior número dos exames recenseados, com actividade registada, como vimos no quadro 1, desde 1606 a 1622, Manuel de Figueiredo foi substituído no cargo, sem dele nunca ter tomado posse efectiva. Com efeito, ainda em vida de João Batista Lavanha, é Valentim de Sá provido na serventia do ofício, por carta régia de 6 de Janeiro de 1623²⁴, tendo exercido funções pelo menos até 1633.

¹⁹ A.N.T.T. — Idem, Lv. 42, fl. 71v.

²⁰ Cf. Idem — *ibidem*.

²¹ Cf., entre outros, DOMINGUES, Francisco Contente — *op. cit.*; ALBUQUERQUE, Luís de — *Para a História da Ciência em Portugal*, Lisboa, 1973; BARATA, João da Gama Pimentel — «*O Livro Primeiro de Architectura Naval de João Baptista Lavanha...*» «Ethnos», VOL. IV, 1965; CORTESÃO, Armando — *op. cit.*, vol. II, pp. 289-360.

²² Carta régia de Lisboa, 15 de Julho de 1608. A.N.T.T. — *Chancelaria de Filipe II*, Lv. 18, fl. 318v.

²³ Entre elas poderemos citar a *Hidrografia e Exame de Pilotos... com os Roteiros de Portugal para a Índia e Malaca...*; o *Roteiro e Navegação das Índias Ocidentais* e ainda a *Cronografia. Relatório dos Tempos*. Vide, sobre esta matéria, COSTA, A. Fontoura da — *A Marinharia dos Descobrimentos*, 4.^a ed., Lisboa, 1983; Albuquerque, Luís de — FIGUEIREDO, Manuel de in *Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses*, vol. I, p. 423; VITERBO, Sousa — *op. cit.*, Parte I, p. 115.

²⁴ A.N.-T.T. — *Chancelaria de Filipe III*, Lv. 23, fl. 338v.

Dele se sabe, ainda, que também se dedicara, na senda dos seus antecessores, à publicação de obras no domínio da náutica, entre as quais alguns regimentos²⁵.

António de Maris Carneiro, moço fidalgo da casa real é nomeado para o exercício do cargo em 6 de Junho de 1631²⁶, o qual retoma, no reinado de D. João IV, mais precisamente, em 4 de Março de 1641, através de uma carta régia que não fazendo qualquer referência à sua anterior nomeação, copia, em pormenor, a carta de Filipe III²⁷. Em ambas se faz referência ao exercício do cargo, previsto nas mesmas condições já usufruídas por João Batista Lavanha e D. Manuel de Meneses. Esta menção a D. Manuel de Meneses como Cosmógrafo Mor causa-nos, de resto, algum embaraço, tanto por este não surgir mencionado em qualquer dos registos compulsados, quanto por não nos ter sido possível identificar nenhum alvará ou carta régia que o nomeie para o cargo. Com efeito, D. Manuel de Meneses substituiu, de facto, João Batista Lavanha, mas no cargo, aliás vitalício, de Cronista-Mor do reino, como se verifica na carta datada de 11 de Outubro de 1625, passada após a morte deste²⁸.

Note-se, ainda, que no mesmo período de tempo, António de Maris Carneiro é empossado também nas funções de Desembargador da Relação da cidade do Porto²⁹ e de Auditor da Gente de Guerra, em Lisboa³⁰. O intervalo de tempo que medeia entre as 1.^a e 2.^a nomeações e o exercício de funções cumulativas, desde 1641, determinam, portanto, que a serventia do cargo fosse desempenhada, efectivamente, por um terceiro, fosse ele Valentim de Sá (1636-1640), ou Luís Serrão Pimentel (1641-1642 e 1644-1647). Tendo este último exercido satisfatoriamente o cargo, é nomeado como titular do mesmo, por impedimento do seu proprietário, em 13 de Julho de 1647³¹.

Quanto aos motivos que teriam determinado o afastamento de António de Maris Carneiro do cargo em referência, em 1646, assim como quanto à polémica que rodeia a sua naturalidade, são assuntos que, neste

²⁵ Cf. ALBUQUERQUE, Luís de — SÁ, Valentim de in *Dicionário de História dos Descobrimentos*, vol. II, pág. 957-958 e VITERBO, Sousa — *op. cit.*, Parte I, pp. 280-281.

²⁶ A.N.-T.T. — *Chancelaria de Filipe III*, Lv. 25, fl. 247.

²⁷ A.N.-T.T. — *Chancelaria de D. João IV*, Lv. 10, fl. 68-68v.

²⁸ A.N.-T.T. — *Chancelaria de Filipe III*, Lv. 30, fl. 254v-255.

²⁹ Carta régia de 16 de Abril de 1641. A.N.-T.T. — *Idem*, Lv. 10, fl. 115.

³⁰ Carta régia de 23 de Maio de 1641. A.N.-T.T. — *Idem*, Lv. 10, fl. 132v-133.

³¹ A.N.-T.T. — *Chancelaria de D. João IV* — Lv. 18, fl. 298v. Cf. VITERBO, Sousa — *op. cit.*, Parte I, pp. 287-288.

momento, nos abtemos de aprofundar, limitando-nos, nesta conformidade, a remeter para os trabalhos que deles tratam³².

Importa, por fim, e no que se refere a António de Mariz Carneiro, que se sublinhe tratar-se, uma vez mais, de um titular que exerceu actividades conhecidas no domínio da literatura náutica. Da sua autoria parecem ser dois regimentos, um da carreira da Índia, outro da carreira do Brasil, ainda que com valor e originalidade questionáveis³³.

Esta tendência, comum aos vários Cosmógrafos-Mores parece, de resto, surgir como uma extensão necessária das atribuições que lhes cabiam. Para além de definidas nos respectivos regimentos, essas funções eram-no também nos alvarás ou cartas régias que empossavam os seus titulares. Assim acontece na carta que autoriza João Batista Lavanha a ler a cátedra de Matemática «... com declaração que terá cuydado de ler aos pillotos e gente do mar a dita mathematica e lhe dará lição e examinará as cartas e estromentos de marear...»³⁴. Ou na que lhe dá a posse efectiva do cargo de Cosmógrafo, na qual se estipula que «...sera obrigado a requerer onde pertencer que se lhe reforme o regimento do dito carego de cosmograffo mor no que toca as cartas de marear e estromentos de navegação obrigando o no tal regimento a ter conferência com os pylotos e mestres das naaos e navios açerca da dita navegação...»³⁵.

A estas incumbências acrescem as de examinar os pilotos e mais gente da navegação, como claramente se especifica no regimento, ou nas cartas de piloto registadas em chancelaria³⁶. É, sem dúvida, do desempenho desta última função que resulta a referência sistemática ao Cosmógrafo-Mor nos registos compulsados.

Por outro lado, se nos ativermos às informações sobre esta matéria, sistematizadas na listagem geral de nomeações (Anexo A), perceberemos que o exercício do cargo pelos seus vários titulares se reflectiu nas próprias designações atribuídas às carreiras para que os pilotos e mestres eram nomeados. Com efeito, estas variavam, não simplesmente ao longo dos tempos, mas em íntima articulação com os períodos em que determinado cosmógrafo exercia as suas funções.

³² Vide, entre outros, NEVES, Joaquim Pacheco das — *António de Mariz Carneiro*. «Boletim Cultural C. M. V. Conde», Nova Série, n.º 3, Março 1989, pp. 5-11 e VASCONCELOS, Frazão de — *Subsídios para a História da Carreira da Índia no Tempo dos Filipes*, pp. 108-110; VITERBO, Sousa — *op. cit.* Parte I, pp. 205-206; Parte II, pp. 228-230; CORTESÃO, A. e MOTA, Avelino Teixeira da — *op. cit.*, Vol. V, pp. 64-65 e 122-123.

³³ Cf. ALBUQUERQUE, Luís de — *op. cit.*, vol. I, pág. 202.

³⁴ A.N.-T.T. — *Chancelaria de Filipe I*, Lv. 24, fl. 76v.

³⁵ A.N.-T.T. — *Idem*, Lv. 24, fl. 76v.

³⁶ Vide *supra*.

Assim, com João Batista Lavanha, e no que se refere às carreiras de África e do Brasil encontramos formulações muito díspares, envolvendo nomeações que vão desde «Ilhas e Brasil», a «Angola, Brasil, S. Tomé e Ilhas», ou «Ilhas, S. Tomé, Congo, Angola e Brasil», passando por outras emergências, mais ou menos englobantes, que não importa referir exaustivamente³⁷. O que gostaríamos de sublinhar é o facto de, pelo contrário, as nomeações feitas por Manuel de Figueiredo corresponderem, neste domínio, a uma muito maior homogeneidade, a qual se verifica no carácter repetitivo e quase inalterado das designações das carreiras, que quase se esgotam, se exceptuarmos a carreira da Índia, na formulação de: «Carreira das Ilhas, Guiné, S. Tomé, Angola e Brasil», ainda que com variantes muito pontuais, ou com as extensões, que analisaremos posteriormente, aos destinos do Rio da Prata e das Índias de Castela.

A nomeação de Valentim de Sá, parecendo aumentar o grau de variabilidade das designações, não altera, no entanto, significativamente a tendência enunciada. A primeira fase de exames feitos por António de Maris, pelo contrário, rompe, de novo, a homogeneidade, para, num segundo momento, se chegar, com ele e com Luís Serrão Pimentel à formulação que congrega, com algumas excepções, menções aos destinos de «Brasil, Angola, S. Tomé, Cabo Verde e Ilhas». Do significado virtual destes dados falaremos depois. O que aqui procuramos apontar é a existência de uma ligação provável entre dois factores: as designações específicas dadas às carreiras com destino à África e Brasil, por um lado, e os períodos de exercício de actividades de determinados cosmógrafos, por outro. Esta articulação não nos parece, de facto, descabida, não esquecendo embora a possibilidade de outros factores, de natureza conjuntural, nela poderem, também, interferir.

Feitas estas considerações prévias, importa que passemos à análise concreta dos dados recolhidos, tendo agora como objecto de tratamento os técnicos examinados: as suas atribuições específicas e a distribuição cronológica e geográfica das suas nomeações.

3. Distribuição cronológica das nomeações por carreiras

Em função dos vectores apontados, só uma distribuição diacrónica das nomeações será capaz de revelar algumas tendências. Assim, as 554 menções recenseadas conhecem a distribuição anual que o gráfico 1 apresenta, revelando alguns aspectos que importa evidenciar.

³⁷ Vide listagem em Anexo A.

Em primeiro lugar, existem hiatos temporais sem qualquer registo efectuado, como acontece em 1601, 1604/05, 1631 e 1647. Não sabemos, todavia, se essa ausência corresponde à inexistência real de exames ou de nomeações, ou a simples falhas no seu registo. Em segundo lugar, a linha traçada evidencia a existência de 5 períodos bem demarcados no que se refere ao número de exames efectuados. Foi, de resto, com base nas tendências apuradas nesta primeira distribuição dos dados que delineamos a divisão por períodos em que se baseia toda a análise a realizar em torno da evolução diacrónica dos registos. A uma opção metodológica que tivesse subjacente uma distribuição artificial dos números por períodos homogéneos (por décadas, por exemplo), preferimos, pois, um escalonamento que respeitasse as linhas tendenciais evidenciadas no gráfico 1.

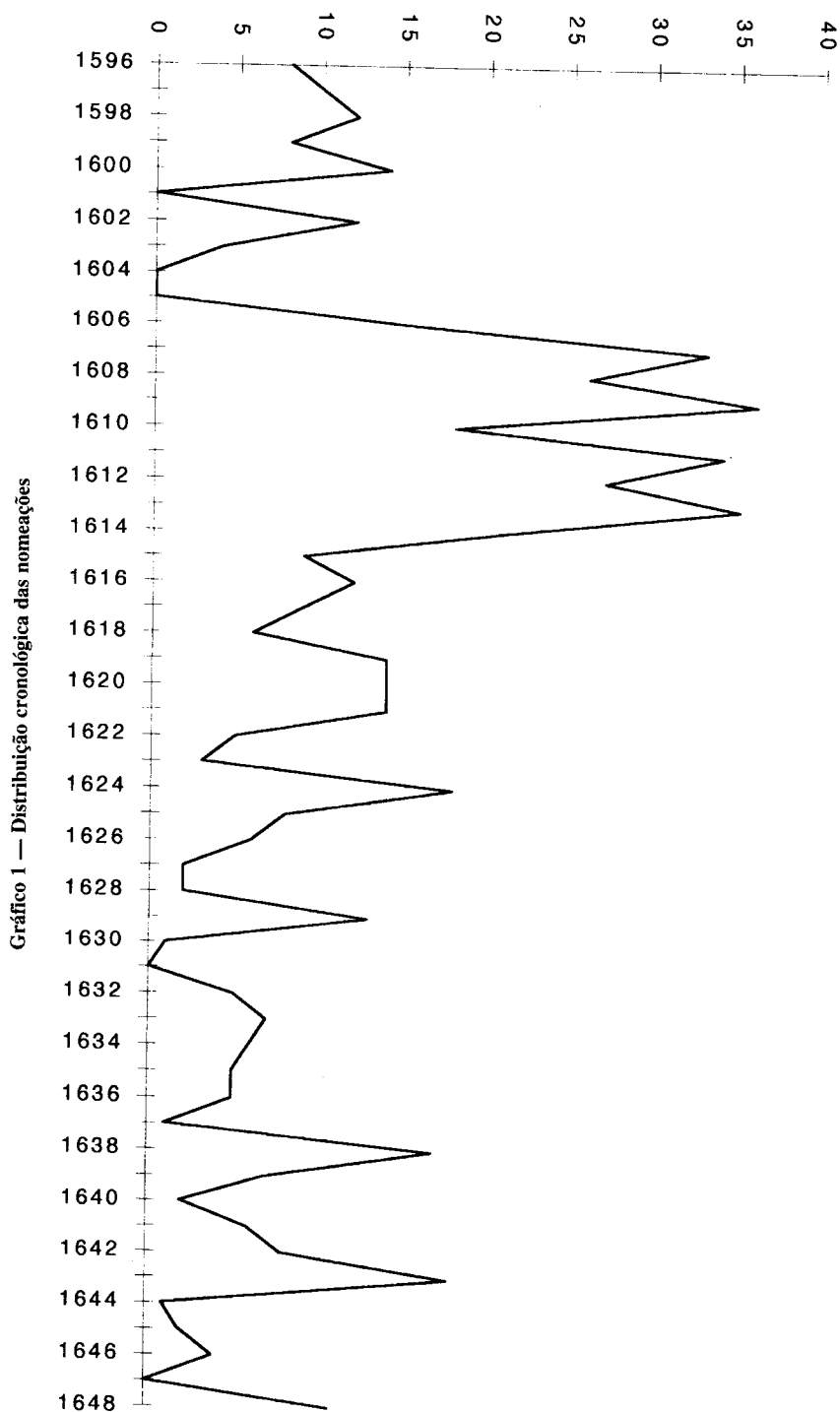
O quadro 2 especifica esses períodos e as respectivas tendências, cuja compreensão é tributária de contextos históricos que referiremos ao longo deste estudo. A partir dele se verifica que ao período inicial de 1596-1605, se sucede um curto período de 9 anos (1606-1614) somando um total de 245 nomeações, afirmando uma inequívoca tendência ascendente que, todavia, reflui. Com efeito, nos 34 anos subsequentes — de 1615 a 1648, apenas se contam 241 examinados, isto é, um número menor que o somado nos 9 anos anteriores.

Quadro 2

Distribuição cronológica das nomeações

Períodos	Números	%	Média anual
1596-1605	68	12,3	6,8
1606-1614	245	44,2	27,2
1615-1629	135	24,4	9
1630-1637	30	5,4	3,75
1638-1648	76	13,7	6,9
Total	554	100	

Note-se que o momento de viragem, correspondente à década de 20, mas já anunciado desde 1615, convive com um período de dificuldades vivido pelo Império Português, cumulativamente, na África, Índia e Brasil, cifrando-se numa crise que atinge o seu auge na década de 30,



precisamente aquela em que o número de exames realizados é o mais reduzido de todo o período considerado. Registemos as apenas 30 nomeações recenseadas entre 1630 e 1637, apontando para uma média anual de 3,75 exames. Os anos subsequentes (1638 a 1648) parecem anunciar uma tendência de relativa recuperação, compreensivelmente quebrada em 1640. Só o recenseamento de dados para os anos seguintes, que a fonte não proporciona, poderia, no entanto, comprovar a consolidação dessa tendência.

As circunstâncias ligadas à integração de Portugal no Império Espanhol, agitado por dificuldades de vulto, quer no contexto europeu, quer no ultramarino, não deverão ser estranhas aos dados apurados, solidários do avolumar da crise vivida na década de 30. São conhecidos, para esta década, os desafios sistemáticos à supremacia marítima e ao domínio colonial ultramarino ibérico, levados a cabo, em particular, pela Inglaterra e pela Holanda. O incremento dos ataques às colónias do continente americano e às frotas e armadas, portuguesas e espanholas é, de resto, apenas um dos sinais visíveis dessa conjuntura. A intensidade e os pontos nevrálgicos dessas investidas variaram, no entanto, ao longo do tempo, condicionando, ao que cremos, o volume do tráfego marítimo e, portanto, os próprios ritmos de nomeação de técnicos para as diferentes carreiras.

Os quadros 3 e 4 concretizam, a partir do nosso universo de análise, uma primeira aproximação a esta questão. Note-se que as designações que apresentamos no quadro 3 sob o item «carreiras» correspondem a uma tipificação feita tendo em conta, tanto os destinos finais, quanto as escalas intermédias declaradas. O levantamento específico das designações concretas contidas na fonte encontra-se registado, de forma exaustiva, no Anexo A.

Com efeito, ainda que seja consensual a assumpção de que, nos séculos a que nos referimos, existiam duas carreiras ultramarinas — a das Índias e a das Américas³⁸, aqui utilizamos a designação de «carreira»

³⁸ Vide, sobre esta matéria, o artigo síntese de MATOS, Artur Teodoro de — *As escalas do Atlântico no Século XVI*. Separata da «Revista da Universidade de Coimbra», Vol. XXXIV, 1988, pp. 157-183, assim como as obras aí citadas: MOTA, Avelino Teixeira da — *Ilha de Santiago e Angra de Bezequiche, escalas da carreira da Índia*. «Do Tempo e da História», Lisboa, Vol. II, 1968, pp. 143-149; RAU, Virgínia, e outros — *Les escales de la «Carreira da Índia» (XVI^e-XVII^e siècles)*. Separata de «Les Grands Escales (Temps Modernes)», Bruxelles, Ed. de la Librairie Encyclopédique, 1972 e ALBUQUERQUE, Luís de — *Escalas da Carreira da Índia*. Lisboa, Junta de Investigação Científica Tropical, 1978 (Série «Separatas», n.º 110).

Quadro 3

Distribuição das nomeações — Totais por carreiras

Códigos	Carreiras	N.º de cartas	%
A	Índia	38	6,9
B	África/Brasil	11	2
B/F	África/Brasil/Índias de Castela	11	2
C	Ilhas/Brasil	15	2,7
D	Ilhas/África	3	0,5
D/F	Ilhas/África/Índias de Castela	5	0,9
E	Ilhas/África/Brasil	330	59,6
E/F	Ilhas/África/Brasil/Índias de Castela	136	24,5
E/G	Ilhas/África/Brasil/Terranova	2	0,4
E/I	Ilhas/África/Brasil/Outros	1	0,2
H	África	1	0,2
J	Sem menção	1	0,2
	Total	554	100%

aplicando-a a outras variantes, identificadas no referido quadro. Fazemo-lo por 3 motivos:

1.º porque assim vêm mencionadas na fonte, reflectindo, ao que cremos, uma intencionalidade clara de diferenciação;

2.º porque aquilo que identificam não são simples variações de escalas de uma mesma rota, mas destinos que, de facto, se individualizam;

3.º porque, ainda quando identificam o mesmo destino final — por exemplo, o Brasil — mencionam escalas intermédias que atribuem ao percurso diversas finalidades de tráfico. Assim, os códigos B, C ou E, tendo um mesmo destino final, sugerem, no entanto, pelas escalas respectivas, possibilidades de tráfico comercial que integram ou excluem o resgate de escravos.

De acordo com esta leitura, a minúcia na menção a itinerários passíveis de ser percorridos por cada um dos técnicos examinados poderá ser entendida como um sinal de exercício de um poder efectivo que condicionava as possibilidades de circulação e tráfico e, como tal, deve

ser respeitada. Tornando-se, todavia, inoperacional trabalhar, em termos gráficos, com tantas variantes, condensaremos os dados, para esse fim, reduzindo as nossas variáveis a seis, tendo em conta, apenas, o destino final declarado: Índia, Brasil, Índias de Castela, África, outros destinos e destinos não identificados.

De resto, as diversas designações apontadas, excluindo a da carreira da Índia, mais não são do que variantes de um mesmo percurso: o que definiu e alimentou o comércio triangular entre o Continente, África e Brasil, com eventuais extensões às Índias de Castela (Códigos E e F). Note-se, por fim, que das restantes designações, apenas as que fazem menção a «África e Brasil» (Código B) e a «Ilhas e Brasil» (Código C) adquirem algum significado, com 10 e 15 registos, respectivamente. As outras não atingem, em conjunto, 1% do total, como é notório através da leitura do quadro 3.

Quadro 3.1.

Distribuição das Nomeações — Totais por carreiras

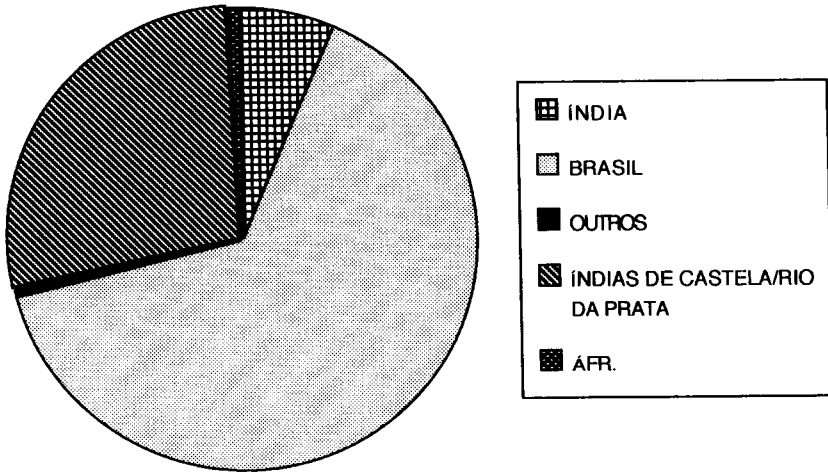
Destino Final	N.º de cartas	%
Índia	38	6,9
Brasil	356	64,3
Índias de Castela/Rio da Prata	152	27,4
África	4	0,7
Outros	3	0,4
S/ menção	1	0,2
Total	554	100

Reordenemos, então, os dados compulsados nesse quadro de acordo com o novo critério apontado. Apresentando os totais de nomeações por destinos finais das carreiras consideradas, o quadro 3.1. reflecte alguns indícios que importa salientar. Note-se, em primeiro lugar, que o peso atingido pelas carreiras que têm como destino final o Brasil assume valores sem equivalência em qualquer dos outros itinerários, como se pode constatar também no gráfico 2.

Se tivermos, ainda, em consideração que, na sua maior parte (ainda que não na totalidade, como teremos oportunidade de referir), as nomeações para a carreira de Índias de Castela e do Rio da Prata pressupõem escalas

Gráfico 2

Distribuição das nomeações por carreiras



obrigatórias no Brasil, os itinerários que abrangem, isolada ou cumulativamente, os percursos que ligam o Continente, através das Ilhas, à África e ao Brasil, exibem o valor de 92,5%. Se compararmos este número com o obtido para a carreira da Índia: 38 nomeações em 554, correspondendo a apenas 6,9% do total, facilmente se depreende a posição de superioridade assumida por aquela carreira. A distribuição destes valores totais pelos sucessivos períodos considerados, feita no quadro 4, contribuirá, porventura, para uma maior especificidade de análise.

Importa notar que a variação da tendência que apontamos, situada em 1615, é claramente motivada pelas alterações verificadas nas nomeações efectuadas para as carreiras que ligavam a África ao Brasil: de uma média de nomeações anual de 19,1 verificada no período de 1606 a 1614, sucedem-se os valores de 2,1 e 0,5 nomeações/ano no períodos subsequentes, como se pode inferir dos dados apresentados no quadro 4³⁹.

³⁹ Note-se que as diferentes amplitudes cronológicas compreendidas em cada um dos períodos considerados limitam as possibilidades de comparação da representatividade das tendências apuradas, devendo este pressuposto ser tido em conta na análise de todos os quadros e gráficos que contemplem uma distribuição cronológica dos resultados apurados.

Quadro 4

Distribuição cronológica das nomeações — Totais por carreiras

Carreiras	1596-1605	1606-1614	1615-1629	1630-1637	1638-1648	Total
Índia	10	18	5	5	0	38
Brasil	55	172	62	4	63	356
Índias de Castela	0	54	66	20	12	152
África	2	0	1	1	0	4
Outros	0	1	1	0	1	3
S/ menção	1	0	0	0	0	1
Total	68	245	135	30	76	554

O gráfico de distribuição anual das nomeações por carreiras (Gráfico 3) evidencia, de resto, essa mesma tendência. Note-se que aos anos de prevalência notória da carreira do Brasil, se sucede um decréscimo que atinge um momento crítico nos anos de 1625 a 1637, evidenciado por uma linha que nos revela a quase ausência de exames e nomeações para itinerários com esse destino.

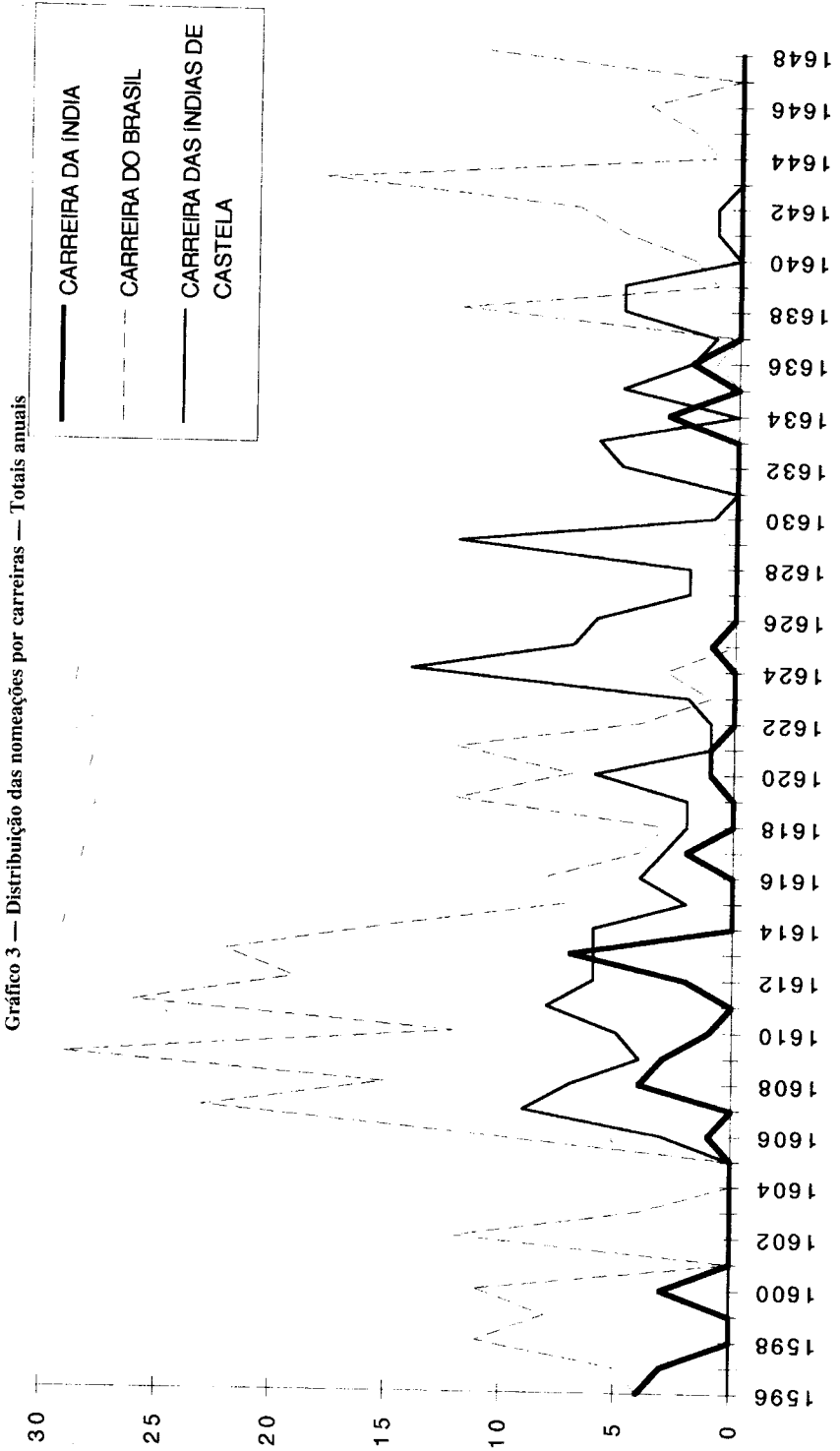
Relevante será, porventura, o facto de as carreiras que envolvem as Índias de Castela não apontarem para a mesma tendência: o decréscimo só acontece na década de 30, e numa percentagem menos significativa do que a anteriormente assinalada, como se pode verificar no mesmo gráfico. Afigura-se-nos, de resto, pertinente, uma reflexão mais detalhada sobre estes percursos que introduziam os mestres e pilotos portugueses em áreas reservadas, no Tratado das Tordesilhas, ao domínio espanhol.

Assim, dos 554 náuticos recenseados, 152 foram examinados para rotas que envolvem destinos situados nos domínios hispânicos, datando a primeira menção de 1606 e a última de 1642⁴⁰. Correspondendo a 27,4% do total, as nomeações de pilotos para as carreiras de: 1. Índias de Castela; 2. Rio da Prata, 3. Índias de Castela e Rio da Prata são, respectivamente, de 128, 9 e 15⁴¹.

O facto de estes destinos se apresentarem como prolongamento de rotas que têm como escalas as Ilhas Atlânticas, mas principalmente, Guiné, S. Tomé e Angola, reconhecidos pólos fornecedores ou entrepostos

⁴⁰ Vide OSSWALD, Helena e SILVA, Amélia M. Polónia da — *No reverso do Tratado das Tordesilhas — Portugueses nas Índias de Castela durante o período da união dinástica*. «Vértice», II Série, Novembro-Dezembro 1994, pp. 45-54.

⁴¹ Cf. Idem — *Ibidem*.

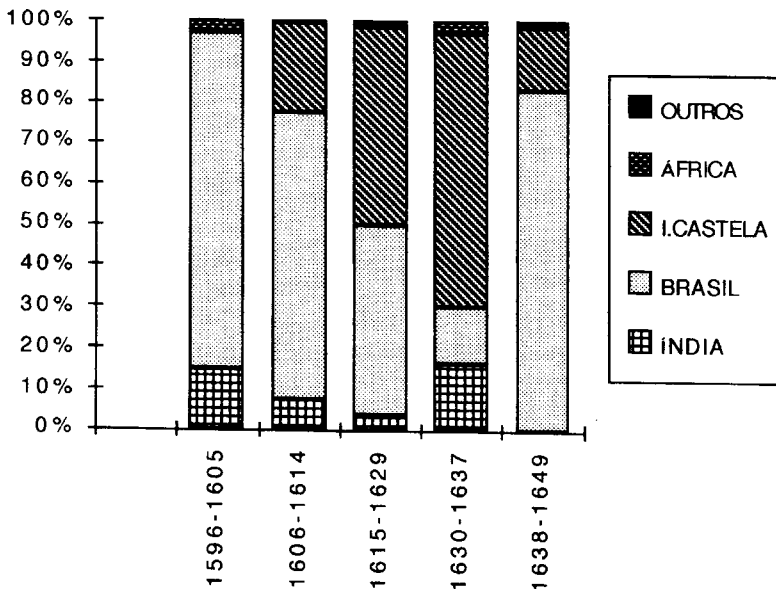


de escravos, parece indicar uma das finalidades prováveis das nomeações para estas carreiras: assegurar o tráfico de escravos entre a África e as colónias espanholas na América. Se aceitarmos a explicação, adiantada por C. R. Boxer, segundo a qual as Índias de Castela se teriam tornado um destino preferencial dos fornecedores de escravos portugueses, em relação ao Brasil⁴², facilmente se compreenderia o facto de se manter a pujança das nomeações para estes destinos, mesmo quando tendem a decair as nomeações para as carreiras de África/Brasil.

Na verdade, é ainda de assinalar o facto de apenas nas décadas de 20 e 30 se verificarem nomeações para percursos que, passando por África e Índias de Castela, excluam o Brasil: 4 registos em 1621-30 e 6 em 1631-40 documentam o que dizemos. A instabilidade vivida nesta colónia portuguesa em consequência das investidas sucessivas dos holandeses, que culminam com a invasão de Pernambuco em 1630 pode ser, por certo, apontada como explicação provável para o facto, evidenciado no gráfico 4.

Gráfico 4

Distribuição cronológica das nomeações por carreiras — Leitura percentual



⁴² Cf. BOXER, C. R. — *O Império Marítimo Português. 1415-1825*, Lisboa, Ed. 70, (1992).

Importa, por fim, que reflitamos sobre a evolução da carreira da Índia, perceptível nos dados apontados no quadro 4 e representados no mesmo gráfico: às 10 nomeações verificadas em apenas 9 anos (1596-1605); 18 no período seguinte (1606-14); contrapõem-se apenas 5 entre 1615-29; 5 em 1630-37 e nenhuma de 1638 a 1648. A alteração gradual do contexto em que vive, nesse período de tempo, o império português, condicionado por circunstâncias que limitam a sua pujança, seja no Brasil, seja no Oriente, explica, sem dúvida, este declínio manifesto da carreira da Índia, já evidenciado em outros trabalhos sobre esta matéria⁴³. São, de resto, numerosos, os indícios que documentam as preocupações do poder central, suscitadas por esse declínio. Limitar-nos-emos a indicar um deles, decorrente de uma das consultas feitas, em 1610, no Conselho da Fazenda:

«Por ser tempo de se nomearem a V. Mgd pillottos e sotta Pillottos para as tres naaos q este anno hão de hir a Yndia, se tratou de buscar os mais sufficientes Pillottos que ouesse tirando as informações necessárias para de todos se dar conta a V. Mgd e por se esperar a uinda de alguns nauios q do Brasil e mais conquistas costumão vir neste tempo se dilatou a nomeação por haver falta de Pillottos da carreira da India e ser forsa de lançar mão dos q ha do Brasil e Angola...»⁴⁴

Se, quanto ao número de nomeações, as carreiras da Índia e da África/Brasil se diferenciam entre si, igual diversidade é perceptível quanto ao tipo de ofícios para que são nomeados os técnicos que as integram.

4. Distribuição das nomeações por ofícios

Antes de procedermos à análise dos resultados apurados, convém que brevemente se explicitem os conteúdos funcionais próprios de cada um dos cargos referidos na fonte: piloto, sotapiloto, mestre e mestre e piloto. Desconhecendo a existência de qualquer código legislativo que

⁴³ Vide, entre outros, VASCONCELOS, Frazão de — *Subsídios para a História da Carreira da Índia no Tempo dos Filipes e AMES, Glenn Joseph — The Carreira da India. 1668-1682: Maritime Enterprise and the Quest for Stability in Portugal's Asian Empire*. «The Journal of European Economic History», Vol. 20, n.º 1, Spring 1991, pp. 7-27; LOPES, António; FRUTUOSO, Eduardo; GUINOTE, Paulo — *O movimento da carreira da Índia nos séculos XVI e XVII*, Lisboa, 1992 (Separata da Revista *Mare Liberum*, n.º 4, 1992).

⁴⁴ Cit. in VASCONCELOS, Frazão de — *Subsídios para a História da Carreira da Índia...*, pp. 26-27, nota 18.

concretize, com especificidade, as respectivas atribuições, só o manuseamento de documentação coeva, de tipologia diversa, e o recurso a regimentos vários — do Cosmógrafo-Mór, do Provedor das Armadas ou das Casas da Índia e Mina⁴⁵, poderão fornecer alguns subsídios para esta matéria.

Importa, em primeiro lugar que se diga que os ofícios de piloto e sotapiloto envolvem responsabilidades de natureza náutica, compreendendo ainda funções de orientação técnica das tripulações. O articulado relativo às matérias em que deveriam ser examinados comprova o que dizemos:

«Que derrotas deuem levar nas viagens que fizerem e que mudanças deuem fazer nellas por razão dos tempos, correntes e aguagens que ha em diferentes partes, e de que modo terão pera tornar a su direito caminho. As mesmas aguagens e correntes em que paragem e lugar as acham e quanto e atee onde durão, e assy os uentos geraes e monções.

O que deuem fazer nos contrastes do mar, de uentos contrarios e tormentas. Porque sinaes conhecem as ditas tormentas, segundo a paragem onde se achão.

Que digão as entradas, saidas, signaes, conhecenças, sondas, qualidade de fundo e marés de todos os portos de sua viagem, e assi das costas de que hão uista na sua nauegação.

Como entendem as sangraduras da Nao e o abatimento que lhe deuem dar conforme o uento.

Que declarem todas as diferenças que lhe faz a agulha de marear na sua viagem»⁴⁶.

Em suma, aquilo que a estes náuticos se exige é, entre outras coisas, o conhecimento de regimes de ventos e correntes e das derrotas calculadas em função dos mesmos; o domínio dos procedimentos a tomar em caso de tormentas ou ventos contrários; a capacidade de prever as tempestades anunciadas; o conhecimento da meteorologia nas diferentes regiões e, ainda, o domínio de informações sobre tipos de fundos e marés nos portos e costas das respectivas carreiras.

⁴⁵ Cf., respectivamente, COSTA, Avelino Fontoura da — *Os Regimentos dos Cosmógrafos Mores...*; *Regimento das Couzas Commuas e Geraes dos Officies dos Armazens*, publ. CAMPOS, José Roberto Monteiro dos, compil. — *op. cit.*, vol. III, fl. 1-21; *Regimento das Cazas das Índias e Mina*, publ. Damião Peres, Coimbra, Universidade, 1947 e *Regimento da Casa da Índia. Manuscrito do Século XVII existente no Arquivo Geral de Simancas*, int. e pref. de Francisco Mendes da Luz, Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1992.

⁴⁶ Cf. Cap.º 14 do *Regimento do Cosmógrafo-Mor*, publ. in «loc. cit.», p. 244.

Os pilotos surgem, assim, como responsáveis pela condução da embarcação a bom porto, sendo, nessa conformidade, punidos por eventuais insucessos, envolvendo naufrágios ou quaisquer outros danos que tenham na origem causas a eles imputáveis. Numerosos «autos de diligências» feitos pelo Conselho Ultramarino documentam esta outra faceta do exercício profissional destes cargos⁴⁷. Aos sotapilotos caberiam, por certo, e como se infere da documentação coeva, funções de coadjuvantes dos pilotos nessas tarefas e responsabilidades, sendo verosimil a possibilidade de os substituírem, em caso de necessidade.

As informações relativas aos vencimentos cabíveis a cada um destes oficiais parecem corroborar essa clara subalternidade. Assim, o alvará de 11 de Março de 1652, relativo aos ordenados a pagar à *gente de mar e navegação das armadas da carreira da Índia* prevê, como remuneração dos pilotos, o valor de 120.000 reais de ordenado por cada viagem de ida e volta, acrescido da possibilidade de trazerem 2 caixas de mercadoria no valor de 200.000 reais/cada, 2 escravos, isentos de pagamento de direitos à Casa, 15 fardos de canela (equivalentes a 15 quintais) e ainda, 30.000 reais, a descontar nos direitos a pagar na «Mesa das Drogas» referentes a mercadorias transportadas a título pessoal. Em contrapartida, aos sotapilotos era garantido um vencimento de 21.600 reais (à razão de 1.200 reais/mês, num cálculo que tinha como base o tempo previsto de 18 meses de ausência) e, nas mesmas condições dos pilotos, o transporte de 1 caixa de mercadoria no valor de 200.000 reais, 2 escravos, 13 fardos de canela e 25.000 reais de desconto na «Mesa das Drogas»⁴⁸.

A disparidade é óbvia, em particular no que se refere ao vencimento básico previsto. Esta diferença substancial de regalias poderá, de resto, ser tomada como sugestiva de uma desejável progressão do ofício de sotapiloto a piloto. Isto não parece ter sido impeditivo, no entanto, pelo menos no decurso do século de XVII, de uma troca de papéis, em viagens sucessivas, podendo um náutico embarcado numa viagem com o cargo de piloto vir a ser nomeado, na seguinte, como sotapiloto. Isso mesmo documentam os registos de nomeações destes náuticos

⁴⁷ Vd., entre outros — VASCONCELOS, Frazão de — *Pilotos das Navegações Portuguesas...*, *passim*.

⁴⁸ Documento apenso ao *Regimento das Cazas da Índia e Mina*, publ. Damião Peres (Coimbra, Universidade, 1947).

pelo Conselho Ultramarino, alguns deles citados e publicados por Frazão de Vasconcelos⁴⁹.

Se as relações entre estes ofícios são de afinidades funcionais, ainda que exercidas em diferentes níveis hierárquicos, já ao cargo de «mestre» cabem incumbências diversas. No que toca às retribuições auferidas, porém, este ofício é equiparado ao de piloto, cabendo-lhe, em rigor, as mesmas regalias, seja de vencimento, seja de privilégios. Isso mesmo se prevê, quer no alvará de 1652⁵⁰, já referido, quer no Regimento da Casa da Índia, de data posterior a 1633⁵¹.

Quanto às atribuições inerentes ao cargo, é ainda o *Regimento do Cosmógrafo-Mor* que acerca delas nos elucida. Com efeito, o interrogatório a efectuar aos mestres, contramestres e guardiães das embarcações inclui questões sobre «*A Fabrica da Nao e nome de todos seus aparelhos e exarceas, e o que nisto aurerão mister pera ir bem garneçida a sua Nao, e assy de gente pera a marear, e como deuem ocupar no seruiço della. E que bastimentos serão necessarios pera ella e modo que deuem ter em arrumar e alojar os ditos bastimentos, artelharia e monições e as mercadorias. E que farão quando se encontrarem com o imigo pera se defenderem e offenderem. E como se hão de auer nas uigias e dar da bomba e cousas semelhantes*»⁵².

Aos mestres cabiam, pois, responsabilidades sobre pessoas e bens, e ainda sobre a administração das mercadorias transportadas na ida e na volta, afirmando-se como plenos representantes dos senhorios dos navios, fossem eles o rei, ou particulares.

Na verdade, esta questão remete-nos para uma outra, fundamental para a análise da representatividade dos dados. Com efeito, cremos poder afirmar que os exames realizados eram-no, não só aos homens de

⁴⁹ VASCONCELOS, Frazão de — *Pilotos das Navegações Portuguesas...* Não podemos, no entanto, afirmar que esta fosse uma tendência generalizada. Veja-se, por exemplo, o caso de Domingos Luís Parola, sotapiloto do galeão S. Lourenço em 1649 e identificado por António Francisco Cardim, em 1651, como tendo sido já piloto mor da armada real de D. Fradique de Toledo quanto este fora recuperar a Baía. Note-se, porém, que o facto de se tratar de nomeações para diferentes carreiras (Índia e Brasil, respectivamente) pode, eventualmente, justificar a ocorrência.

⁵⁰ Cf. *Regimentos das Casas das Índias e Mina*, publ. Damião Peres, p. 153.

⁵¹ Cf. *Regimento da Casa da Índia...*, int. e pref. Francisco Mendes da Luz, p. 77. Apesar desta igualdade retributiva, documentada, pelo menos para 1674, o *Regimento do Cosmógrafo Mor*, de 1592, estipula exigências diferentes conforme os cargos a que os candidatos se propõem. Assim, o cap.º 12 exige, para habilitação a exame, a prévia realização de 6 viagens para o ofício de piloto, 5 para o de sotapiloto, 4 para o de mestre, 3 para o de contramestre, e 2 apenas para o de guardião. Cf. *Regimento do Cosmógrafo Mor*, publ. in «loc. cit.», p. 242.

⁵² Cf. *Regimento do Cosmógrafo Mor*, publ. in «loc. cit.», p. 244.

navegação responsáveis pelos destinos das armadas régias, mas também de frotas particulares. É o que se pode deprender do articulado do *Regimento do Provedor das Armadas*, compilado em 1674, no qual, depois de definidas as exigências do exame a efectuar, se prevê:

«... esta mesma forma de exame hei por bem se observe, e use com os Pilotos, e mais Officiaes dos navios mercantes, procedendo o dito Provedor contra os que não forem examinados a prizão, e dará conta no meu Conselho»⁵³.

Do bom desempenho destes ofícios dependia, pois, o êxito das dispendiosas viagens ultramarinas, de iniciativa régia ou particular e com destinos marcados para a África, Índia ou América. O controle da capacidade técnica e das habilitações destes técnicos afirma-se, assim, como preocupação central do poder régio e revela-se no cuidado que se deveria investir no seu exame. É o mesmo *Regimento* que o explicita:

«E porque se segue grande damno a minha Fazenda, e vidas de meus vassallos, dos naufragios que as naões da India, e Armadas fazem, que muitas vezes são de falta de sciencia de Pilotos, e Officiaes de mar dellas: o Provedor terá particular cuidado de (os) mandar examinar perante si e pelo Cosmografo mór (...), examinando tambem as cartas de marear, se são assignadas pelo Cosmografo mor, e as Agulhas, e Instrumentos nauticos, e achando ser tudo conforme o Regimento do Cosmografo mor, e que elles tem as partes necessárias para as taes occupaões, lhe passará o Cosmografo mor suas cartas de examinação, que serão tambem assignadas pelo Provedor para constar assistio ao dito exame (...) e não sendo os taes Officiaes capazes os não admitirá, ainda que alguns dellles sejam mais antigos no serviço das naões da India, e Armadas; no que terá grande cuidado, com pena de me haver por muito mal servido, quando se pratique o contrario...»⁵⁴

⁵³ Cf. *Regimento das Cousas Commuas e Geraes aos Officiaes dos Armazens*, publ. CAMPOS, J.R.M. — op. cit., p. 15. Atendendo à data do Regimento poderão subsistir algumas dúvidas acerca da applicabilidade desta determinação a anos anteriores, a que a nossa fonte se refere. O número de nomeações para as carreiras do Brasil e das Índias de Castela parece corroborar, no entanto, a forte possibilidade de essa abrangência ser anterior à data do diploma. Lembremos que nestas rotas dominava a iniciativa particular, não devendo as armadas régias absorver um número tão significativo de técnicos como os registados nos «Livros das Ementas».

⁵⁴ Cf. *Ibidem*, p. 15. Com efeito, só os exames parecem ter sido garante de controle efectivo de habilitações. Veja-se o caso, paradigmático, de Marçal Luís que em 1617 se candidata a um lugar de piloto da armada que nesse ano partiria para a Índia, descobrindo-se, então que, servindo já há cerca de 27 anos, como mestre e piloto de navios seus que navegavam «para as partes do Brasil», não sabia ler nem escrever, apesar de esse ser um atributo essencial, exigido pelos próprios regimentos régios. É o facto não foi impeditivo da sua nomeação como piloto em 1618 e igualmente em 1621. Cf. VASCONCELOS, Frazão de — *Pilotos das Navegações Portuguesas...*, pp. 42-47.

Pensamos ser este o fundamento que assiste aos registos dos *Livros das Ementas*, materializando estes a indicação para que se possa dar provimento efectivo a esses homens nos respectivos ofícios, após um exame bem sucedido. Passemos, pois, à análise dos dados fornecidos pela fonte em análise.

Dos técnicos de navegação nela citados, 421 obtiveram o ofício de «mestre e piloto», 97 o de «piloto», 22 o de «sotapiloto» e 14 o cargo de «mestre» das embarcações das carreiras para que eram nomeados. Numa tentativa de compreender eventuais factores condicionantes do panorama acima traçado, procuraremos fazer a sua distribuição, quer pelos períodos sucessivos já apontadas, quer pelas diferentes carreiras e suas variantes. O quadro 5 apresenta os dados apurados para a primeira dessas abordagens

Quadro 5

Distribuição cronológica das nomeações por ofícios

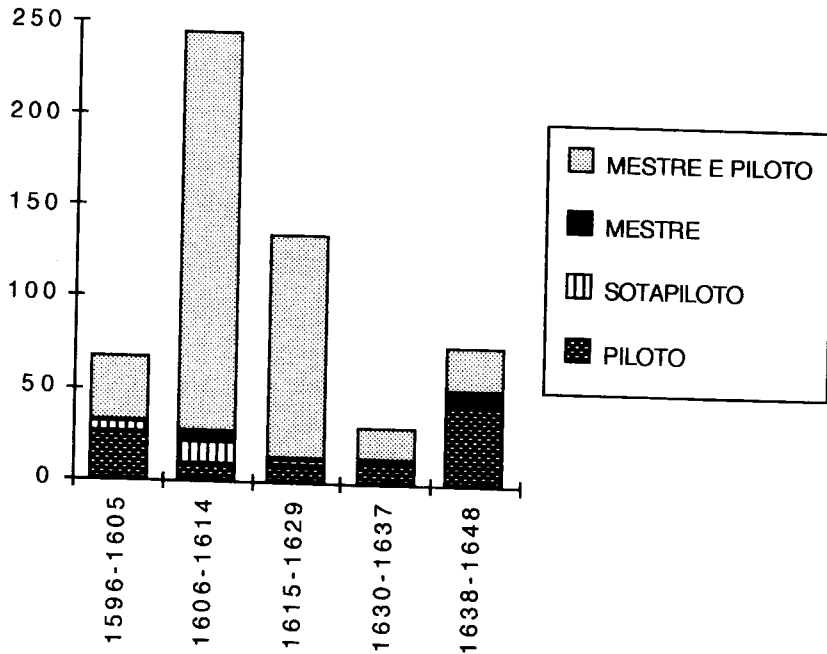
Períodos	Piloto	%	Sotapiloto	%	Mestre	%	Mestre e Piloto	%	Total	%
1596-1605	25	36.8	7	10.3	0	0	36	52.9	68	100
1606-1614	9	3.7	12	4.9	5	2	219	89.4	245	100
1615-1629	9	6.7	3	2.2	0	0	123	91.1	135	100
1630-1637	11	36.7	0	0	1	3.3	18	60	30	100
1638-1648	43	56.6	0	0	8	10.5	25	32.9	76	100
Total	97	17.5	22	4	14	2.5	421	76	554	100

Dos números apontados, bem como das percentagens que lhes correspondem, igualmente representados no gráfico 5, poderemos extrair algumas conclusões, a saber: em primeiro lugar, a maior percentagem de nomeados distribui-se pelas categorias de «piloto» e «mestre e piloto», conhecendo os ofícios de «sotapiloto» e de «mestre» percentagens pouco significativas na totalidade dos dados. A assinalar, ainda, a ausência de nomeações de sotapilotos nas décadas de 30 e 40 de Seiscentos, o mesmo acontecendo com as de mestres nos períodos de 1596-1605 e 1615-29.

Se procedermos a uma leitura vertical das percentagens apuradas, facilmente é perceptível, quer uma oscilação do número de pilotos, quer uma tendência, por um lado, de predomínio, por outro, de tendencial progressão na diacronia, das nomeações para «mestre e piloto» que, no entanto, conhece uma curva descendente desde a década de 30, com manifestos ganhos para os «pilotos». Estes dados, por si só, são, todavia,

Gráfico 5

Distribuição cronológica das nomeações — Totais por ofícios



insuficientes. Apenas um cruzamento destas constatações com os dados já sistematizados quanto à evolução por carreiras (quadro 4 e gráfico 3) e à distribuição de examinados por cosmógrafos (quadro 1), e com os apresentados no quadro 6, referentes à distribuição de ofícios por carreiras, poderão apontar para algumas possibilidades de interpretação.

A primeira constatação a sublinhar, e que é patente no gráfico 6, prende-se com a ausência de ofícios de «mestre» e «mestre e piloto» na carreira da Índia, dela sendo igualmente exclusivo o cargo de «sotapiloto», a quem cabiam funções de coadjuvante e auxiliar do piloto, como vimos. O primeiro destes dados não é, todavia, relevante. A referência ao ofício de «mestre» é globalmente ausente da fonte. As 14 menções identificadas no espaço de 53 anos não podem ser tomadas como representativas, nem reveladoras de tendências.

As preocupações dos registos parecem centrar-se num outro grupo de homens do mar: os técnicos de navegação. Neste domínio, as informações acima veiculadas deverão ser compreendidas, por um lado, a partir das especificidades técnicas que caracterizam a carreira da Índia,

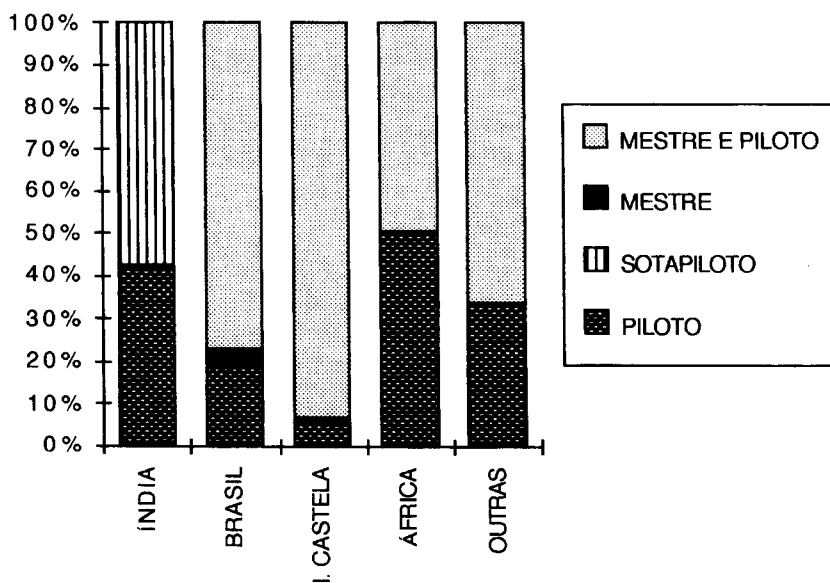
Quadro 6

Distribuição das nomeações por ofícios — Totais por carreiras

Carreiras	Piloto	%	Sotapiloto	%	Mestre	%	Mestre e Piloto	%	Total	%
Índia	16	42.1	22	57.9	0	0	0	0	38	100
Brasil	69	19.4	0	0	12	3.4	275	77.2	356	100
Índias de Castela	8	5.3	0	0	2	1.3	142	93.4	152	100
África	2	50	0	0	0	0	2	50	4	100
Outras	1	33.3	0	0	0	0	2	66.6	3	100
S/ menção	1	100	0	0	0	0	0	0	1	100
Total	97	17.5	22	4	14	2.5	421	76	554	100

Gráfico 6

Distribuição de ofícios por carreiras — Leitura percentual



as quais motivariam, até pela duração da viagem, a presença de um auxiliar de pilotagem⁵⁵. Por outro lado, o próprio regime de comércio dominante nessa rota no período considerado, segundo o qual caberia à coroa a nomeação dos náuticos e o apresto das naus e aos contratadores a sua exploração comercial⁵⁶ implica, à partida, uma clara dissociação de funções.

Note-se, de resto, que a superioridade percentual do ofício de «mestre e piloto» parece dever-se à sua presença dominante nas carreiras que fazem Ilhas, Guiné, S. Tomé, Angola e Brasil (Código E), ou na sua extensão às Ilhas de Castela (Código E/F), as quais abarcam 80 e 94,8%, respectivamente. Do mesmo modo que a tendência descendente que verificamos nessas nomeações para as décadas de 20, 30 e 40 parece acompanhar idêntico refluxo para as nomeações totais para as referidas carreiras (Vide Quadro 4).

Uma vez mais, o tipo de comércio que domina estas rotas, e o facto de os principais responsáveis pelo apresto de frotas com esses destinos serem entidades particulares, não deverão ser factores alheios aos valores apurados. Sendo estes reveladores de uma tendencial aglutinação de funções diversas num mesmo indivíduo (que era, frequentemente, o próprio senhorio ou um dos senhorios da embarcação), apontam para soluções que parecem responder a duas prioridades paralelas: o desejo de economia dos investidores, e a ânsia de se proporcionar técnicos de navegação em número suficiente para responder às crescentes necessidades de tráfego.

Esta última ilacção é, de resto, comprovada através do conteúdo de um *Regimento* de 1626, no qual especificamente se recomenda «...*que os mestres sejam examinados na arte de piloto...*»⁵⁷. Esta deliberação não inicia, no entanto, uma tendência, antes a sustenta e a utiliza estrategicamente. Note-se que já no período de 1606-1614 as nomeações

⁵⁵ Note-se que as estipulações normativas sobre esta matéria prevêm, inclusive, exigências diversas conforme o candidato se propõe à carreira da Índia, ou às das Ilhas, Brasil, Guiné, ou outras, estipulando-se que, entre o júri dos exames deveriam estar, no primeiro caso, 6 pilotos dos mais experimentados, enquanto que no segundo, apenas 4. — Cf. Cap.º 13 do *Regimento do Cosmógrafo-Mor*. Publ. «loc. cit.», p. 243.

⁵⁶ Vd. sobre esta matéria, GODINHO, Vitorino Magalhães — *Os Descobrimientos e a Economia Mundial*, 2.ª ed., Lisboa, Ed. Presença, (1987), vol. III, pp. 53-69.

⁵⁷ Cit. in VASCONCELOS, Frazão de — *Subsídios para a História da Carreira da Índia no Tempo dos Filipês*, p. 8.

para «mestre e piloto» exibem o valor de 89,4% do total, subindo para 91,1% no período seguinte (1615-1629), em que este regimento se integra (Cf. Quadro 5).

Se compararmos, por outro lado, tendo como base o quadro 6, a evolução conhecida das indigitações para as diversas carreiras nas décadas de 30 e 40, fica, de igual modo, claro que o aumento percentual das nomeações para o cargo de «piloto» verificado nesse período de tempo não se fica a dever a uma progressão das nomeações para a carreira da Índia, mas antes a uma maior percentagem de exames de pilotos para as carreiras que tocam as Ilhas Atlânticas, a África e o Brasil (Código E), em detrimento do ofício de «mestre e piloto», revelando, assim, uma inversão da tendência anteriormente enunciada para estas rotas.

Atendendo às já referidas especificidades de cada cargo, que atribuem ao piloto funções especificamente técnicas e de navegação, envolvendo profundos conhecimentos náuticos, e ao mestre funções mais orientadas para encargos de administração e gestão interna da embarcação, estará o facto apontado ligado a opções de uma política de nomeações que deliberadamente pretenda separar cargos com definições funcionais diferentes, mas que haviam andado, até aí, aglutinados? E será que essa é uma política consistente, motivada por modificações conjunturais ligadas às carreiras em causa, e ao tipo de navegação e comércio que viabilizam ou o facto corresponde apenas às alterações no protagonismo de determinado(s) cosmógrafo(s)? Lembremos que as décadas de 30 e de 40 são as que conhecem maior descontinuidade no exercício dessas funções, asseguradas, sucessivamente, por Valentim de Sá, António de Maris Carneiro e Luís Serrão Pimentel (Vide Quadro 1).

Sem pretendermos esgotar esta matéria, pensamos ser, ainda, oportuna uma última observação, desta feita às menções, escassas, a cargos e profissões desempenhados pelos examinandos ao tempo da sua nomeação. Na verdade, a fonte é globalmente omissa neste aspecto particular: 497 registos, correspondentes a 89,7% do total não lhes fazem qualquer referência. Dos restantes, 54 dos candidatos são apresentados como mareantes, 2 como capitães e 1, como moço de câmara.

Estes dados remetem-nos para uma outra reflexão, que se nos afigura pertinente, acerca do perfil sócio-profissional dos candidatos a técnicos de navegação. Com feito, dos resultados obtidos parece ser perceptível uma tendência para a especialização, a qual transformaria muitos mareantes em pilotos. Todavia, não sendo este percurso exclusivo, que outras vias existiriam para se atingirem os ofícios em análise? A possibilidade de uma mera formação teórica parece-nos

ser de excluir. Com efeito, entre as funções do Cosmógrafo-Mor estavam, como vimos, as de examinar as cartas e instrumentos de marear e as de ter «... *cuidado de ler aos pillotos e gente do mar a dita mathematica...*»⁵⁸.

O capítulo 11 do *Regimento do Cosmógrafo Mor* é igualmente explícito nesta matéria. Nele se lê:

«E porque as navegações e viagens que destes Reinos se fazem são muitas e diuersas e pera tam diferentes partes (...) e são enformado que pera segurança de tam lógicas e importantes viagens he necessario ajudarse esta arte da nauegação com auer lição della pera a ouuirem de sua liure uontade os pilotos, sotapilotos, mestres, contramestres, guardiaes a cujo cargo está o gouerno das ditas viagens e nauegação de cuja insufficiencia e falta de experiencia procedem muitos dos desastrosos sucessos dellas — mando que daqui endiante se lea hua lição de Mathematica pera os ditos officiaes ouuirem algus cursos della...»⁵⁹

Ou seja, a formação ministrada era-o já à «gente do mar». Por outro lado, o *Regimento* de 1626, já citado, é igualmente, claro acerca da permeabilidade existente entre os vários cargos ligados à navegação. Nele se lê:

«E porque a falta q ha de Pilotos experimentados pera a carreira da India he grande conuem a meo servisso dar se toda a ordem e fazer toda a diligencia possiuel pera que se criem e fação em bastante numero e ate pera ser o piloto mais caleficado he necessario q seja marinheiro hey per bem e mando que daqui por diante não sejam admitidos aos cargos de estriinqueiro, guardiães ou contramestres das naos da carreira da India senão pessoas que saibam tomar o Sol e cartear a respeito que ouuer de seruir e que os mestres sejam examinados na arte de piloto, o que muito emcomendo ao meo cons^o da faz.da e ao dito Prou.or dos almazens que o faça asi excitar com todo o efeito que for posiuel»⁶⁰.

De resto, de igual modo importante para a ascensão a um cargo de mestre ou piloto, seria, certamente, a ascendência familiar, criando-se gerações de profissionais que, em determinada localidade, ligavam o seu nome às actividades de navegação. Dessa matéria trataremos a seguir.

⁵⁸ Cf. Carta régia de 12.Fevereiro.1591. A.N.-T.T. — *Chancelaria de Filipe I*, Lv. 24, fl. 76v.

⁵⁹ Cf. *Regimento do Cosmógrafo Mor*, publ. «loc. cit», p. 241.

⁶⁰ Cit. in VASCONCELOS, Frazão de — *Subsídios para a História da Carreira da Índia no tempo dos Filipes*, p. 8.

5. Distribuição das nomeações por localidades

A riqueza da fonte que analisamos é tributária, em grande medida, do facto de mencionar, na maioria dos casos, o local de residência do candidato, colmatando, assim, uma falha em que a maior parte da documentação produzida pela administração central incorre: a de se abster de referir, em actos de nomeação, de atribuição de cargos ou de privilégios a gente do mar, a proveniência geográfica dos visados. Pelo contrário, os *Livros das Ementas*, no que se refere aos registos em análise,

Quadro 7

Distribuição das nomeações — Totais por localidades

Localidade	Nomeações	%	Localidade	Nomeações	%
Algarve	1	0,2	Leça	42	7,6
Almada	2	0,4	Lisboa	142	25,6
Atouguia	12	2,2	Matosinhos	33	6
Aveiro	14	2,6	Mondego	17	3,1
Azurara	4	0,8	Pederneira	4	0,8
Buarcos	7	1,3	Peniche	73	13,2
Cabo Verde	1	0,2	Porto	31	5,6
Cales-Castela	1	0,2	Póvoa de Varzim	1	0,2
Caminha	9	1,7	Seixal	1	0,2
Cascais	10	1,8	Sesimbra	24	4,3
Esgueira	1	0,2	Setúbal	9	1,6
Esposende	2	0,4	Sevilha	1	0,2
Ilha da Madeira	22	4	V. Conde	20	3,6
Ilha do Faial	2	0,4	V. N. Gaia	1	0,2
Ilha do Príncipe	1	0,2	V. N. Portimão	2	0,4
Ilha de S. Tomé	1	0,2	Viana	31	5,6
Ilha Terceira	7	1,3	Vila do Redondo	2	0,4
Lagos	3	0,6	Sem menção	20	3,6
Total				554	100

fazem-no em 96,4% dos casos, permitindo delinear uma distribuição das nomeações por localidades, a qual sistematizamos no quadro 7.

Dos dados compulsados, representados também no Mapa 1, algumas deduções serão possíveis. Parece-nos, porém, mais esclarecedora uma perspectiva que aglutine as menções por núcleos de portos, definidos em função da sua posição geográfica, que passaremos a definir no quadro 8.

Quadro 8

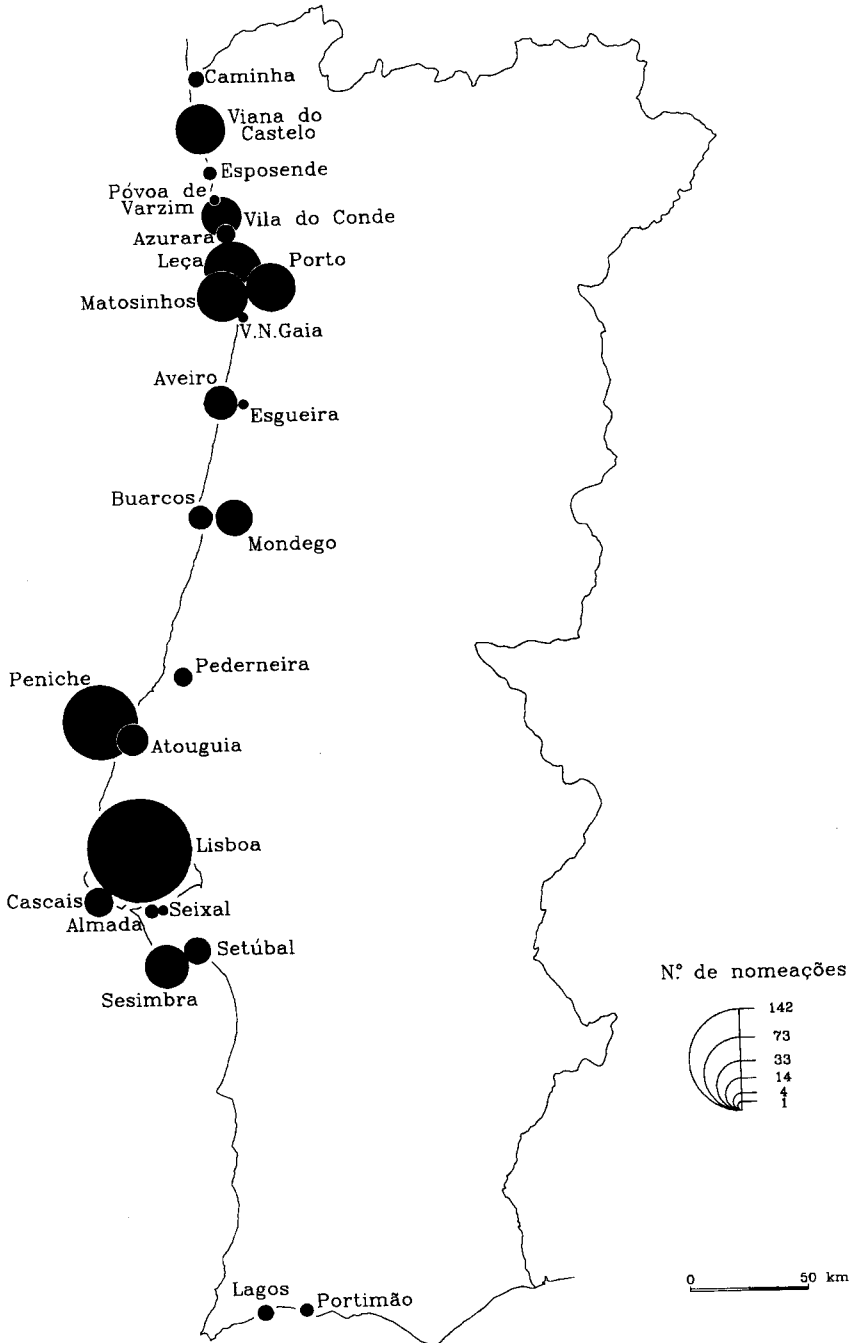
Distribuição das nomeações — Totais por núcleos de portos

Núcleos de portos	Nomeações	%
Viana/Caminha	40	7,5
V. Conde/Esposende/Azurara/Póvoa	27	5,1
Porto/Leça/Matosinhos	107	20,1
Aveiro/Esgueira	15	2,8
Mondego/Buarcos/Redondo	26	4,9
Peniche/Atouguia/Pederneira	89	16,7
Lisboa/Cascais	152	28,6
Margem Sul do Tejo/Setúbal/Sesimbra	36	6,8
Algarve	6	1,1
Ilhas Atlânticas	34	6,4
Total	532	100

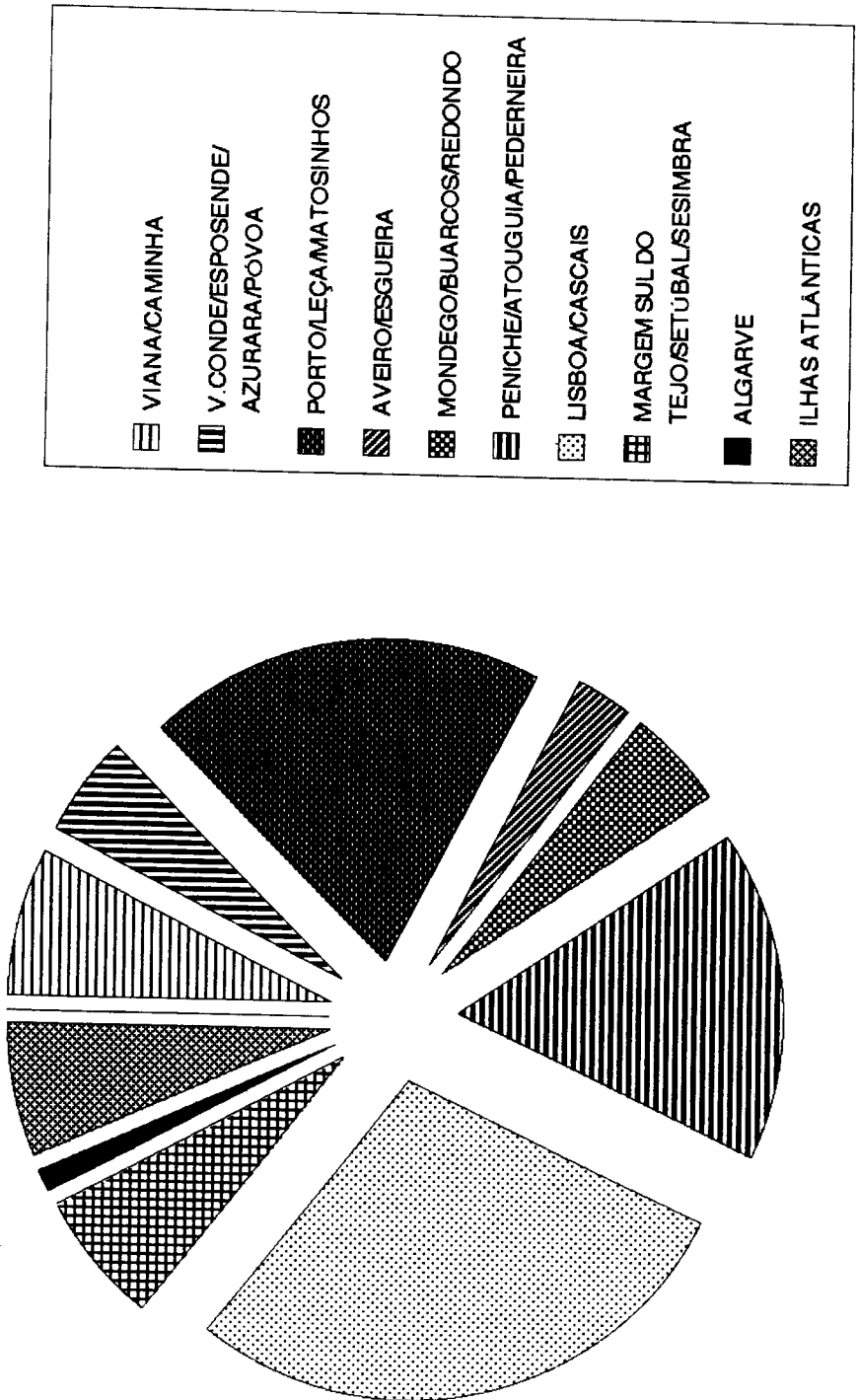
Da leitura dos dois quadros precedentes e do gráfico que os acompanha (gráfico 7), torna-se notória a consabida macrocefalia de Lisboa: cerca de 1/4 das nomeações aí se concentram. De notar, no entanto, que a Lisboa deveriam afluir, em busca de melhores condições de acesso a cargos e privilégios, técnicos provenientes dos mais variados pontos do país, que aí fixavam residência. A menção à naturalidade dos candidatos elucidar-nos-ia sobre esta matéria. Essa referência é, porém, quase inexistente: apenas acontece em 2 casos — aqueles que se reportam a indivíduos naturais do país, mas residentes, respectivamente em Castela e em Sevilha. Atente-se, ainda, que esta concentração tem como reverso a pouca representatividade de portos que lhe são próximos. Cascais congrega 10 nomeações, e Sesimbra 24, estando Almada, Seixal e Setúbal presentes, mas apenas com 12 registos no total.

Mapa 1

Distribuição das nomeações por localidades



Distribuição das nomeações — Totais por núcleos de portos



Outro pólo com significado é o que rodeia Peniche, e que compreende Atougua e Pederneira, alcançando um total de 89 nomeações, com cerca de 17% do total. Os núcleos que se centram na Foz do Mondego, que abrange Buarcos e Redondo do Mondego, outrora vila, e o de Aveiro/Esgueira são os únicos pólos representativos antes de se atingir o Entre-Douro-e-Minho, sem, contudo, somarem os valores apurados para Peniche.

Rumando para Norte, afigurou-se-nos pertinente distinguir, na província de Entre-Douro-e-Minho, 3 pólos distintos: o da cidade do Porto com os 2 portos satélites de Leça e Matosinhos; o de Vila do Conde/Azurara/Póvoa de Varzim/Esposende; e o de Viana/Caminha. O tratamento específico da área do Porto justifica-se pelo carácter urbano que a caracteriza e pelo facto de se tratar, afinal, da segunda cidade que então o país alimentava de gente, atingindo concentrações demográficas sem paralelo nos restantes portos de Entre-Douro-e-Minho. Por uma questão de organização, plenamente justificada, a nosso ver, aí incluímos também os dados conhecidos para Vila Nova de Gaia. A individualização de Vila do Conde/Esposende de Viana/Caminha deve-se a especificidades manifestas nos dados a tratar, de que adiante falaremos.

No que à primeira destas sub-áreas respeita, importa sublinhar que o peso por ela assumido: 107 nomeações, correspondentes a cerca de 20%, não se deve, de forma determinante, aos contributos da cidade do Porto, que apresenta apenas 31 registos, mas ao somatório de Leça, com 42 e Matosinhos, com 33 menções⁶¹. Esta constatação, que parece já sugerida por outros dados⁶², apenas corrobora, quer a importância destes dois portos nortenhos, quer o papel determinante que desde meados do século XVI e por todo o século XVII assumiram como catalizadores do tráfico marítimo que se dirigia à cidade do Porto, como alternativa às dificuldades sentidas com o progressivo assoreamento da barra do Douro.

Por outro lado, se os números apurados para os dois restantes sub-núcleos, encabeçados por Viana e Vila do Conde não são despidiendos (40 e 27 nomeações, respectivamente), eles ganham, todavia, outro significado se somados aos da área do Porto. O produto dessa soma: 174,

⁶¹ Note-se, de resto, que a fonte não diferencia de forma clara os dois portos referindo-se-lhes, por vezes como «Leça de Matosinhos», ou «Matosinhos de Leça». Nestes casos optamos pela a designação que primeiro aparecia.

⁶² Ver, sobre esta matéria, o recenseamento de embarcações existentes em alguns portos de Entre Douro e Minho em 1552. A.N.-T.T. — *Corpo Cronológico*. Parte 1.^a. Maço 87, Doc. 115. Publ. in «*Archivo Historico Portuguez*», Vol. II, 1904, pp. 243-253.

supera o número obtido para Lisboa/Cascais (152) e aproxima-se do somatório destes com os portos da margem Sul do Tejo e os de Setúbal e Sesimbra (Total: 188). Isto é, apesar da macrocefalia de Lisboa, capital de um império ultramarino, criadora de assimetrias significativas em qualquer avaliação por áreas, os portos de Entre-Douro-e-Minho alcançam, em conjunto, valores que os colocam em posição de destaque no que se refere a mestres e pilotos que fornecem para as navegações ultramarinas.

Esta constatação parece ser, de resto, corroborada pelos dados apresentados, quer por F. Ribeiro da Silva⁶³, quer por Frédéric Mauro⁶⁴, e extraídos das matrículas de gente de mar efectuadas, por ordem régia, nos anos de 1617 e 1620, respectivamente⁶⁵.

Posição de destaque parecem assumir, ainda, na nossa fonte, as ilhas e arquipélagos Atlânticos — Madeira, Açores, Cabo Verde, S. Tomé, ou a Ilha do Príncipe, os quais congregam 34 nomeações. A importância da Madeira e dos Açores, em particular da Ilha Terceira, como escalas fundamentais de reabastecimento ou refúgio de embarcações das carreiras que sulcavam o Atlântico⁶⁶ poderão justificar o envolvimento que pudemos documentar. Com efeito, o seu perfil de entrepostos marítimos surge como responsável pela concentração de actividades e serviços de apoio logístico, nas quais se integram os ofícios ligados à navegação, de que aqui falamos.

⁶³ SILVA, Francisco Ribeiro da — *O Corso Inglês e as Populações do Litoral Lusitano*. «Actas do Colóquio Santos Graça de Etnografia Marítima», Póvoa de Varzim, 1985, vol. III, pp. 333-334.

⁶⁴ MAURO, Frédéric — *Portugal, o Brasil e o Atlântico (1570-1670)*, Lisboa, Ed. estampa, 1989, vol. I, p. 107.

Para uma avaliação do peso relativo de cada núcleo de portos na navegação ultramarina na primeira metade do séc. XVI veja-se o trabalho, recentemente publicado, de Ana Maria Ferreira — *Problemas Marítimos entre Portugal e a França na primeira metade do século XVI*, Redondo, Patrimonia, 1995, no qual se quantificam, numa perspectiva de distribuição geográfica, os dados disponíveis sobre embarcações atacadas por corsários franceses. A análise comparativa desses dados com os até agora compulsados para a segunda metade do século XVI e primeira metade do século XVII, fá-la-emos num outro lugar.

⁶⁵ Arquivo Geral de Simancas, SP. 1552, fls. 458 e 553-553v. e SP 1474m, pp. 335-336 (9 de Maio de 1620).

⁶⁶ Vide, sobre esta matéria, MATOS, Artur Teodoro de — *op. cit.*; VIEIRA, Alberto — *A Madeira na Rota dos Descobrimentos e da Expansão Atlântica*. Comunicação apresentada à VI Reunião Internacional de História da Náutica e da Hidrografia, Sagres, 12-17 de Outubro de 1987; SOUSA, João José de — *Galeões da Prata no Funchal (1542)*. «Atlântico. Revista de temas culturais», Funchal, 5, 1986.

Os números registados para Cabo Verde parecem radicar numa explicação diversa. Lembremos que os seus habitantes haviam obtido, em 1466, o privilégio de resgatar escravos na costa da Guiné fronteira ao arquipélago, contribuindo para o instituir como um dos mais importantes entrepostos negreiros Quinhentistas. O mesmo se diga de S. Tomé que, desde finais do século XVI, teria beneficiado dos frequentes ataques a Santiago, provocando uma deslocação para Sul de um dos pólos nucleares do tráfego de escravos⁶⁷.

Posição de somenos importância é a perceptível para o Algarve, de cujos portos provêm apenas 6 náuticos, atingindo um valor percentual próximo da unidade. Pelo conhecimento que obtivemos do tratamento de dezenas de livros de receita e despesa das praças do Norte de África e da feitoria portuguesa na Andaluzia, os mestres algarvios parecem ter-se especializado, pelo menos na primeira metade do século XVI, em outros itinerários, de menor curso, nomeadamente naqueles que ligavam o reino ou a feitoria da Andaluzia a Ceuta, Tânger, Arzila, Mazagão e a outras praças marroquinas⁶⁸.

Antes de prosseguirmos a nossa análise, importa que nos detenhamos ainda no caso particular de Lisboa e Porto, cidades para as quais surgem algumas referências às áreas de residência dos examinados, confirmando os núcleos que na topografia das duas cidades mais forneciam gente do mar. Assim, em Lisboa, deparamo-nos com 29 referências, distribuindo-se do seguinte modo: 23 em Alfama, 5 na Boavista (Alto da Boavista) e 1 na Rua da Caldeira, enquanto que, para o Porto, as 11 menções se centram em Miragaia (3), Massarelos (6) e S. João da Foz (2), freguesias «marítimas» por natureza.

A perspectiva global que até agora traçámos, não atendendo a especificidades assumidas por cada localidade ou núcleo de portos, não se revela ainda suficiente para uma cabal avaliação da matéria que nos propomos analisar. Para tanto, procederemos a uma distribuição dos dados apurados, quer segundo a evolução diacrónica (Quadro 9), quer em função das carreiras identificadas (Quadro 11). Complementares o primeiro desses quadros com um outro, que agrupa os dados apresentados por núcleos de portos, facilitando, assim, uma perspectiva mais englobante (Vd. Quadro 10).

⁶⁷ Vide, MATOS, Artur Teodoro de — *op. cit.*

⁶⁸ Vide, sobre esta matéria, o trabalho de Manuel Henriques Corte-Real — *A feitoria portuguesa na Andaluzia (1500-1532)*, Lisboa, Instituto de Alta Cultura, 1967, o qual não responde, todavia, a esta questão, já que não discrimina a naturalidade ou local de morada dos mestres responsáveis pelo transporte de mercadorias em direcção aos destinos por nós referidos.

Quadro 9

Distribuição cronológica das nomeações — Totais por localidades

Localidade	1596-1605	1606-1614	1615-1629	1630-1637	1638-1648	Total
Algarve		1				1
Almada		2				2
Atouguia		9	3			12
Aveiro	3	3	4		4	14
Azurara			1	3		4
Buarcos		7				7
Cabo Verde		1				1
Cales-Castela			1			1
Caminha		3	6			9
Cascais		4	5	1		10
Esgueira			1			1
Esposende	2					2
Ilha da Madeira	1	15	5		1	22
Ilha do Faial					2	2
Ilha do Príncipe			1			1
Ilha de S. Tomé	1					1
Ilha Terceira		1	4	2		7
Lagos	1	1	1			3
Leça	2	19	14	2	5	42
Lisboa	35	69	19	7	12	142
Matosinhos	4	12	11	1	5	33
Mondego		14	3			17
Pederneira			3	1		4
Peniche		35	16	6	16	73
Porto	2	6	11	1	11	31
Póvoa de Varzim					1	1
Seixal		1				1
Sesimbra	7	12	4		1	24
Setúbal	1	6	2			9
Sevilha				1		1
V. Conde	7	9	1		3	20
V. N. Gaia					1	1
V. N. Portimão		2				2
Viana	1	4	15	3	8	31
Vila do Redondo		2				2
Sem menção	1	7	4	2	6	20
Total	68	245	135	30	76	554

Quadro 10

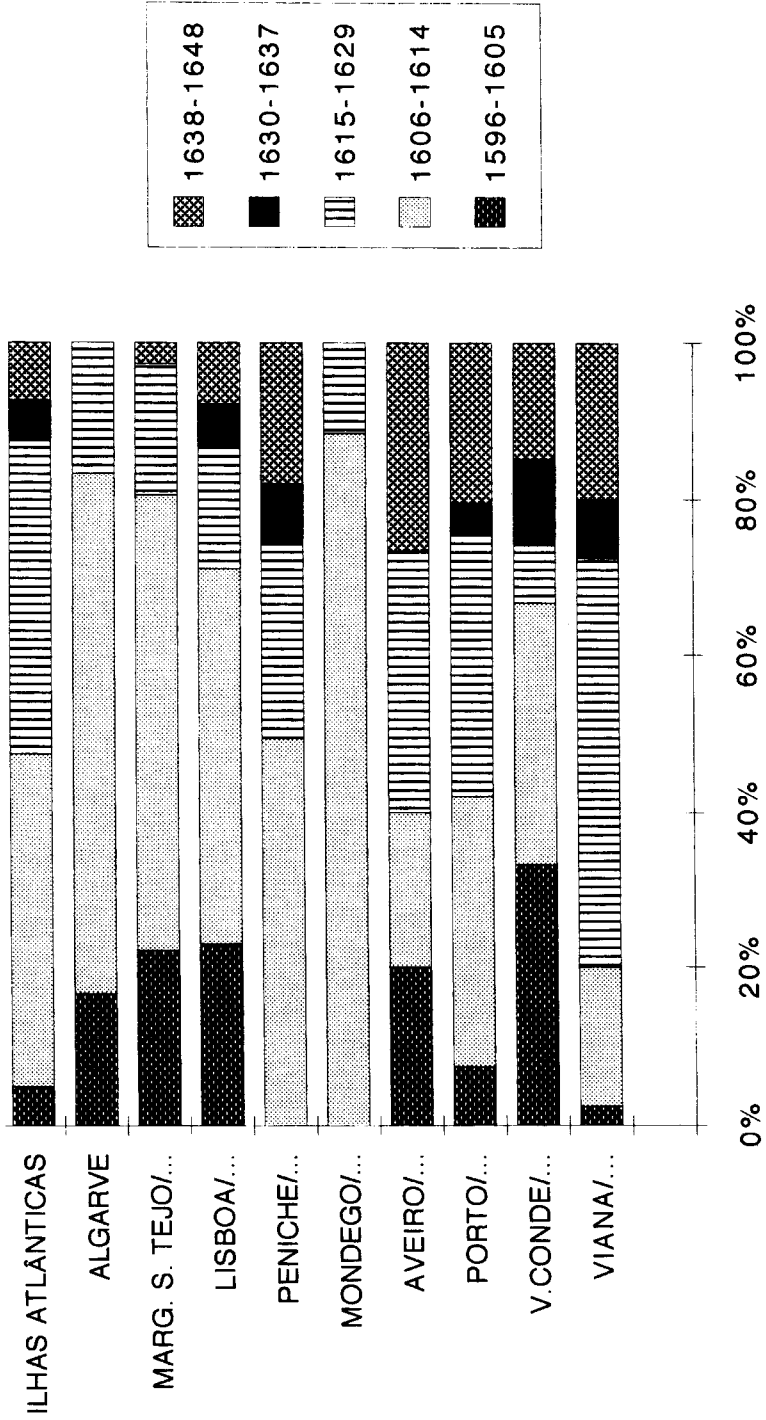
Distribuição cronológica das nomeações — Totais por núcleos de portos

Núcleos de Portos	1596	1606	1615	1630	1638	Total
	1605	1614	1629	1637	1648	
Viana/Caminha	1	7	21	3	8	40
V. Conde/Esposende/Azurara/Póvoa	9	9	2	3	4	27
Porto/Leça/Matosinhos	8	37	36	4	22	107
Aveiro/Esgueira	3	3	5		4	15
Mondego		23	3			26
Peniche/Atouguia/Pederneira		44	22	7	16	89
Lisboa/Cascais	35	73	24	8	12	152
Margem S. Tejo/Setúbal/Sesimbra	8	21	6		1	36
Algarve	1	4	1			6
Ilhas Atlânticas	2	17	16	2	3	34
Total	67	238	130	27	70	532

Da leitura de ambos será de referir, em primeiro lugar que, nas localidades que apresentam números com algum significado, as tendências expostas coincidem, salvo exceções, com a linha geral já enunciada: nítida progressão no período de 1606-14, assumindo um sentido descendente desde então, e uma recuperação sugerida desde 1638. Isso mesmo reflectem os totais apresentados por áreas. Todas elas, à excepção da segunda de Entre-Douro-e-Minho, conhecem os seus pontos altos nessas mesmas fatias cronológicas (Vd. Gráfico 8). A excepção apontada deve-se, de resto, ao caso específico de Vila do Conde que apresenta o maior número de nomeações (7) no último decénio do século XVI. O que se sabe sobre o envolvimento desta localidade nas actividades de navegação ultramarina⁶⁹, confirma, de resto, a tendência enunciada, que se revela, como dissemos, específica, não só no contexto de Entre-Douro-e-Minho, mas na globalidade do país.

⁶⁹ Estes e outros aspectos afins serão pormenorizadamente tratados na investigação, em curso, sobre o porto de Vila do Conde no século XVI.

Gráfico 8 — Distribuição cronológica das nomeações por núcleos de portos — Leitura percentual



De notar, ainda, o facto de, no período de 1630-1637, momento crítico nas relações marítimas com o império ultramarino, em particular no que se refere à rota do Brasil, serem as localidades do Norte do país aquelas que apresentam um valor relativo mais significativo: 10 nomeações num total de 27. A privilegiada ligação destes portos com a carreira das Índias de Castela, a que de seguida nos referiremos, poderá constituir uma das chaves de leitura desta tendência.

Será de sublinhar, por outro lado, que algumas localidades surgem apenas nas décadas de maior pujança, desaparecendo depois dos registos, como acontece com as que rodeiam a foz do Mondego, ao contrário de outras, que surgindo embora num momento mais tardio, se mantêm na continuidade, como acontece com a zona de Peniche, ou as Ilhas Atlânticas.

Os dados apurados ganharão, todavia, outro significado se os cruzarmos com uma distribuição feita por carreiras, procurando apurar eventuais ligações privilegiadas de cada localidade ou área com determinada carreira. O peso específico que cada área assume em relação a cada carreira pode ser avaliado no quadro 11 e nos gráficos 9 a 11.

Quadro 11

Distribuição das nomeações por núcleos de portos — Totais por carreiras

Núcleos de portos	Índia	Brasil	I. Castela	África	Outros	Total
Viana/Caminha		19	21			40
V. Conde/Esposende/Azurara/Póvoa	1	13	12	1		27
Porto/Leça/Matosinhos	1	73	32	1		107
Aveiro/Esgueira		14	1			15
Mondego/Buarcos/Redondo		21	4		1	26
Peniche/Atouguia/Pederneira		68	21			89
Lisboa/Cascais	25	95	32			152
Margem Sul Tejo/Setúbal/Sesimbra	1	25	7	1	1	35
Algarve	1	1	4			6
Ilhas Atlânticas		20	13	1		34

Iniciando as nossas observações pela carreira da Índia, é notório que apenas Lisboa colhe uma parcela significativa das nomeações (25 num total de 38). As restantes, encontram-se dispersas por várias localidades

Distribuição das nomeações por carreiras e núcleos de portos

Gráfico 9

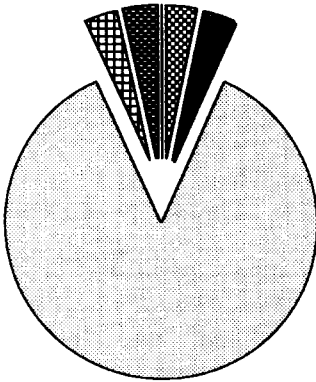


Gráfico 10

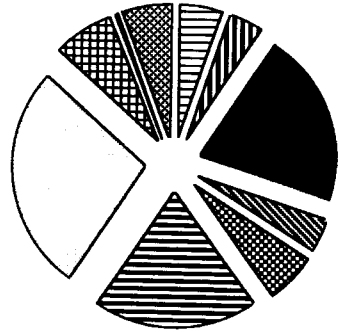


Gráfico 11

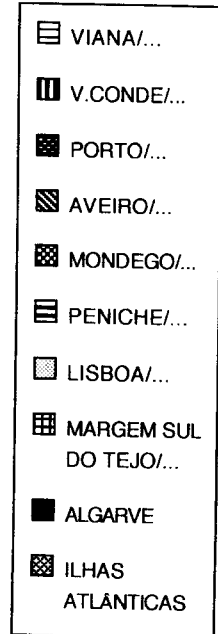
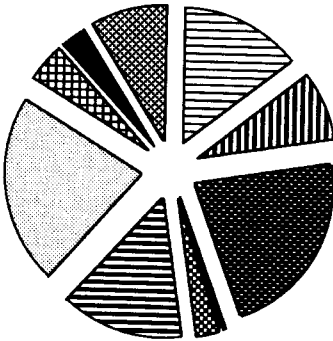


Gráfico 9 — Carreira da Índia
 Gráfico 10 — Carreira do Brasil
 Gráfico 11 — Carreira das Índias de Castela

do país, nomeadamente Almada, Lagos, Porto e Vila do Conde, sem que qualquer delas ultrapasse 1 nomeação. Lembremos, a este propósito, que os 9 registos relativos a esta carreira que não fazem menção à proveniência geográfica dos candidatos introduzem alguma dificuldade a uma cabal avaliação desta matéria.

Em segundo lugar, é perceptível a apetência de algumas localidades por destinos quase exclusivos. Assim acontece com as da bacia do Mondego, que apresentam 26 nomeações, das quais 25 se situam na carreira de Ilhas, África e Brasil, com alguma extensão às Ilhas de Castela; as de Aveiro, em que 14 em 15 registos conhecem os mesmos destinos; e as de Peniche que concentram 100% das nomeações na mesma carreira, as quais são, de resto, dominantes na maioria das localidades. Os gráficos de representação proporcional que apresentamos para cada área e carreira ilustram isso mesmo (Vide gráficos 9 a 11).

Curioso será assinalar que são as pequenas localidades aquelas que mais preenchem as nomeações para percursos pouco contemplados, como sejam os de África/Brasil (Código B), Ilhas/Brasil (Código C), Ilhas/África (Código D); Ilhas/África/Índias de Castela (Código D/F), ou os que rumam à Terra Nova ou a outros destinos não identificados (Códigos E/G e E/H, respectivamente). Os casos de Esposende, Vila do Conde, Mondego, Setúbal, Sesimbra ou a Ilha do Príncipe documentam o que se afirma.

Importará, ainda que nos detenhamos, de novo, sobre o caso específico das nomeações que têm como destino as Índias de Castela, sobre o qual nos debruçamos já mais detalhadamente⁷⁰. Como se pode constatar, à excepção de Lisboa e Peniche, com 30 e 18 náuticos nomeados, concentrando, respectivamente, 20 e 12% deste universo particular, são os portos de Entre Douro e Minho que, em conjunto, apresentam a maior percentagem de pilotos nomeados para esses itinerários (Vide gráfico 11). Assim, o somatório dos portos de Azurara, Caminha, Leça, Matosinhos, Porto, Vila do Conde e Viana atinge o montante de 62 mestres e pilotos correspondente a 41,6% do total. Pelo contrário, toda a região a sul de Lisboa, em conjunto, não ultrapassa os 12 casos. De notar, ainda, o envolvimento de um número total de 11 examinados provenientes das Ilhas Atlânticas: 6 da Ilha da Madeira, 4 da Ilha Terceira, 1 de Cabo Verde, e outro da Ilha do Príncipe, assim como de 2 outros residentes, respectivamente, em Castela e Andaluzia. O facto

⁷⁰ Vd. OSSWALD, Helena e SILVA, Amélia M. Polónia — *op. cit.*

de os espaços insulares referidos se constituírem como entrepostos de navegação ou de tráfico de escravos não será, por certo, estranho a esta constatação.

Se as conclusões que temos vindo a apontar radicam, fundamentalmente, numa análise estatística, imprescindível ao tratamento das centenas de registos compulsados, outras observações, de natureza mais qualitativa, parecem ser também sugeridas pela fonte tratada. Referimo-nos, em particular, à possibilidade de identificar, para algumas das localidades estudadas, a existência de prováveis «gerações de náuticos» que ligam um nome de família, ou uma alcunha, à história das navegações.

Assim parece acontecer com os «Netos», identificados no Mondego (Figueira da Foz) e em Buarcos, cujos registos se sucedem:

- António Neto (Nomeação em 06.09.1609);
- André Neto (Nomeação em 30.03.1610);
- Pedro Neto (Nomeação em 24.09.1614);
- João Neto (Nomeação em 22.09.1616).

Ou com os «Faleiros», também do Mondego, cujas menções datam de 02.04.1612 e 11.05.1616, a saber: Vasco Fernandes Faleiro e Domingos Rodrigues Faleiro.

Ou ainda com os «Casados» de Viana: Francisco Maciel Casado e Manuel Casado de Moraes, com cartas, respectivamente, em 05.11.1624 e 13.08.1633.

A localidade em que esta «tradição familiar» se torna mais patente é, no entanto, Peniche, terra em que os «Viana» e os «Quaresma» pontuam com 5 e 4 nomeações, a saber:

- Marcos Viana (Nomeação em 26.06.1610);
- Francisco Viana (Nomeação em 03.10.1611);
- Pedro Viana (Nomeação em 16.05.1626);
- Domingos Viana (Nomeação em 20.05.1636);
- Manuel Viana (Nomeação em 09.09.1641), e:
- Francisco Franco Quaresma (nomeação em 26.06.1610);
- Pedro Quaresma (Nomeação em 11.05.1613);
- Miguel Quaresma Portugal (Nomeação em 12.07.1613);
- Jacome Quaresma (nomeação em 11.05.1624).

Indícios pontuais de uma problemática mais lata, que envolve políticas matrimoniais concertadas, visíveis através de estudos da família e da história local, a que em particular nos vocacionamos, estes

apontamentos sugerem tão só a necessidade de o estudo do fenómeno de expansão e projecção ultramarina no Portugal de Quinhentos e Seiscentos ser focalizado numa perspectiva local e interna, tão frequentemente esquecida por uma história que privilegia a gesta dos descobrimentos, em detrimento da análise da projecção interna desses fenómenos.

6. Significado e representatividade dos dados — alguns vectores de problematização

Aquilo que pretendemos ao longo deste estudo foi apenas potenciar os dados recolhidos numa fonte privilegiada e deles extrair as ilacções que se nos afiguraram legítimas. Muitas pistas ficaram por explorar e muitas questões por responder. Assim aconteceu com o último ponto tratado, no qual tentamos aproximar-nos a uma avaliação do peso proporcional que as várias localidades costeiras do país assumiam no conjunto das actividades de navegação para o Ultramar. Afirmamos, todavia, a consciência do carácter limitado da nossa abordagem, ela própria condicionada pela falta de monografias que, para este período de tempo, permitissem contextualizar os dados recolhidos e avaliá-los à luz dos números da demografia, da mobilidade geográfica, da história das famílias, ou da projecção ultramarina conhecida para cada caso, confirmando ou invalidando, as conclusões a que nos fosse permitido chegar.

Abstivemo-nos, assim, intencionalmente, de fazer neste estudo quaisquer outras leituras ou considerações acerca do envolvimento particular de cada localidade nas navegações ultramarinas, já que elas só poderiam ser desenvolvidas, com seriedade, se as tendências apuradas fossem confrontadas com esses outros dados, de que não dispomos para a maioria das terras citadas. Desta forma, poderemos ter calculado o peso relativo de Azurara, Lisboa, Buarcos ou Peniche, em termos nacionais, mas isso nada nos diz acerca do significado interno, para cada uma delas, dos números apresentados. Isto é, as 20 nomeações registadas para Vila do Conde poderiam, proporcionalmente, revelar um maior envolvimento desse porto de mar no tráfego ultramarino, do que as 31 de Viana, ou as 142 de Lisboa. E isto se diga a título meramente exemplificativo.

Se nos detivemos, ainda, no significado virtual dos dados coligidos, importa que se sublinhe que os números apontados são meramente indicativos, podendo não revelar o número de náuticos de facto existente em determinada localidade, nesse período de tempo. Assim acontece, por exemplo, em Vila do Conde, terra para a qual recenseámos, dentro dos

mesmos limites cronológicos, um número de pilotos muito superior ao apresentado pelas nomeações contidas nos *Livros das Ementas*. Isso não deverá, no entanto, pôr em dúvida a representatividade da fonte no aspecto particular que nos propunhamos tratar: o das nomeações oficiais de técnicos de navegação para as carreiras ultramarinas portuguesas.

ÍNDICE DOS MAPAS, QUADROS E GRÁFICOS

MAPAS

- MAPA 1 — Distribuição das nomeações por localidades

QUADROS

- QUADRO 1 — Distribuição cronológica dos exames em função do cosmógrafo examinador
QUADRO 2 — Distribuição cronológica das nomeações
QUADRO 3 — Distribuição das nomeações — Totais por itinerários
QUADRO 3.1. — Distribuição das nomeações — Totais por carreiras
QUADRO 4 — Distribuição cronológica das nomeações — Totais por carreiras
QUADRO 5 — Distribuição cronológica das nomeações por ofícios
QUADRO 6 — Distribuição das nomeações por ofícios — Totais por carreiras
QUADRO 7 — Distribuição das nomeações — Totais por localidades
QUADRO 8 — Distribuição das nomeações — Totais por núcleos de portos
QUADRO 9 — Distribuição cronológica das nomeações — Totais por localidades
QUADRO 10 — Distribuição cronológica das nomeações — Totais por núcleos de portos
QUADRO 11 — Distribuição das nomeações por núcleos de portos — Totais por carreiras

GRÁFICOS

- GRÁFICO 1 — Distribuição cronológica das nomeações
GRÁFICO 2 — Distribuição das nomeações por carreiras
GRÁFICO 3 — Distribuição das nomeações por carreiras — Totais anuais

- GRÁFICO 4 — Distribuição cronológica das nomeações por carreiras —
Leitura percentual
- GRÁFICO 5 — Distribuição cronológica das nomeações — Totais por ofícios
- GRÁFICO 6 — Distribuição de ofícios por carreiras — Leitura percentual
- GRÁFICO 7 — Distribuição das nomeações — Totais por núcleos de portos
- GRÁFICO 8 — Distribuição cronológica das nomeações por núcleos de portos
— Leitura percentual
- GRÁFICO 9 — Carreira da Índia. Distribuição das nomeações por núcleos de
portos
- GRÁFICO 10 — Carreira do Brasil. Distribuição das nomeações por núcleos de
portos
- GRÁFICO 11 — Carreira das Índias de Castela. Distribuição das nomeações
por núcleos de portos

FONTES E BIBLIOGRAFIA

1. Fontes

- A.N.-T.T. — *Livros das Ementas* — Lv. 1-15
A.N.-T.T. — *Chancelaria de Filipe I* — Lv. 17, 24, 31
A.N.-T.T. — *Chancelaria de Filipe II* — Lv. 18, 26, 42, 44, 48
A.N.-T.T. — *Chancelaria de Filipe III* — Lv. 10, 23, 25, 30
A.N.-T.T. — *Chancelaria de D. João IV* — LV. 10, 18
A.N.-T.T. — *Corpo Cronológico*. Parte 1.^a Maço 87, Doc. 115. Publ. in «Archivo Historico Portuguez», Vol. II, 1904, pp. 243-253

Regimento da Casa da Índia, int. e pref. de Francisco Mendes da Luz, Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1992.

Regimento das Cazas das Índias e Mina, publ. Damião Peres, Coimbra, Universidade, 1947.

Regimento das Couzas Commuas e Geraes dos Officies dos Armazens, publ. José Roberto Monteiro dos Santos, compil. — «Systema ou Collecção de Regimentos Reaes», Lisboa, Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1785, vol. III, fl. 1-127.

Regimento do Cosmógrafo Mor, publ. RIBEIRO, António Silva — «A Hidrografia nos Descobrimentos Portugueses», Lisboa, Publ. Europa-América, (reed. 1994), pp. 242-243.

2. Bibliografia Citada

- ALBUQUERQUE, Luís de — *Escalas da Carreira da Índia*, Lisboa, Junta de Investigação Científica Tropical, 1978 (Série «Separatas», n.º 110)
— *Para a História da Ciência em Portugal*, Lisboa, 1973
ALBUQUERQUE, Luís de, dir. — *Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses*, 2 vols., s.l., Círculo de Leitores, (1994)
AMES, Glenn Joseph — *The Carreira da India. 1668-1682: Maritime Enterprise and the Quest for Stability in Portugal's Asian Empire*. «The Journal of European Economic History», Vol. 20, n.º 1, Spring 1991, pp. 7-27.

- BARATA, João da Gama Pimentel — «*O Livro Primeiro de Architectura Naval de João Batista Lavanha...*». «Ethnos», Vol. IV, 1965.
- BOXER, C. R. — *O Império Marítimo Português, 1415-1825*, Lisboa, Ed. 70, (1992).
- CORTESÃO, Armando — *Cartografia e Cartógrafos Portugueses dos Séculos XV e XVI (Contribuição para um estudo completo)*, Vol. II, Lisboa, Seara Nova, 1935.
- CORTESÃO, Armando e COSTA, A. Fontoura da — *Portugalliae Monumenta Cartographica*, 6 vols., ed. fac-simil., Lisboa, Imprensa Nacional — Casa da Moeda, 1987.
- COSTA, A. Fontoura da — *A Marinharia dos descobrimentos*, 4.ª ed., Lisboa, 1983.
- FERREIRA, Ana Maria Pereira — *Problemas marítimos entre Portugal e a França na primeira metade do século XVI*, Redondo, Patrimonia, 1995.
- GODINHO, Vitorino Magalhães — *Os Descobrimentos e a Economia Mundial*, 4 vols., Lisboa, Presença, (1987).
- LOPES, António; FRUTUOSO, Eduardo; GUINOTE, Paulo — *O movimento da carreira da Índia nos séculos XVI e XVII*, Lisboa, 1992 (Separata da Revista *Mare Liberum*, n.º 4, 1992, 78 págs.).
- MATOS, Artur Teodoro de — *As escalas do Atlântico no Século XVI*. Separata da «Revista da Universidade de Coimbra», Vol. XXXIV, 1988, pp. 157-183.
- MAURO, Frédéric — *Portugal, o Brasil e o Atlântico (1570-1670)*, Lisboa, Ed. Estampa, 1989, vol. I.
- MOTA, A. Teixeira da — *Os Regimentos do Cosmógrafo-mor de 1559 e 1592*, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical, 1969 (Série «Separatas», n.º 51).
- MOTA, A. Teixeira da — *Ilha de Santiago e Angra de Bezequiche, escalas de carreira da Índia*. «Do Tempo e da História», Lisboa, Vol. II, 1968, pp. 143-149.
- NEVES, Joaquim Pacheco das — *António de Mariz Carneiro*. «Boletim Cultural da Câmara Municipal de Vila do Conde», Nova Série, n.º 3, Março 1989, pp. 5-11.
- OSSWALD, Helena e SILVA, Amélia M. Polónia da — *No reverso do Tratado das Tordesilhas — Portugueses nas Índias de Castela durante o período da união dinástica*. «Vértice», II Série, Novembro-Dezembro 1994, pp. 45-54.
- RAU, Virgínia, e outros — *Les escales de la «Carreira da Índia» (XVI^e-XVII^e siècles)*. Separata de «Les Grands Escales (Temps Modernes)», Bruxelles, Ed. de la Librairie Encyclopédique, 1972.
- RIBEIRO, António Silva — *A Hidrografia nos Descobrimentos Portugueses*, Lisboa, Publ. Europa-América, (reed. 1994).
- SILVA, Francisco Ribeiro da — *O curso inglês e as populações do litoral lusitano (1580-1640)*. «Actas do Colóquio Santos Graça de Etnografia Marítima», Póvoa de Varzim, 1985, vol. III, pp. 311-336.
- VASCONCELOS, Frazão de — *Pilotos das Navegações Portuguesas dos Séculos XVI e XVII*, Lisboa, Ed. Subsidiada pelo Instituto de Alta Cultura, 1942.
- VASCONCELOS, Frazão de — *Subsídios para a História da Carreira da Índia no tempo dos Filipes*. Separata do «Boletim Geral do Ultramar», Lisboa, 1960.
- VITERBO, Sousa — *Trabalhos Náuticos dos Portugueses. Séculos XVI e XVII*, Lisboa, I.N.-C.M., (1988).

ABREVIATURAS

- A.N.-T.T. — Arquivos Nacionais — Torre do Tombo
- A — Angola
- Aç — Açores
- Ant — Antilhas
- B — Brasil
- C.G. — Costa da Guiné
- C.V. — Cabo Verde
- Can — Canárias
- Cart — Cartagena
- G — Guiné
- I — Índias de Castela
- M — Mina
- Mad — Madeira
- R.P. — Rio da Prata
- S.T. — S. Tomé
- T.N. — Terra Nova

ANEXO A

LISTAGEM GERAL DE NOMEAÇÕES DE PILOTOS, SOTAPILOTOS, MESTRES E MESTRES E PILOTOS DAS CARREIRAS ULTRAMARINAS (1596-1648)

(FONTE: A.N.-T.T. — Livros das Ementas — Lv. 1 a 14)

Liv	Folio	Data	Nome	Carta	Carreira	Cód.	Morada
5	235V	1596.03.13	Manuel Gonçalves	Sotapiloto	Índia	A	Lisboa
5	235V	1596.03.13	João Pires	Sotapiloto	Índia	A	Lisboa
5	236	1596.03.13	António Gomes	Piloto	Índia	A	Lisboa
5	236	1596.03.13	António Teixeira	Sotapiloto	Índia	A	Lisboa
6	5	1596.05.18	Hilário Ferreira	Piloto	A/M/S.T./G/B	B	Esposende
6	25	1596.12.17	Mateus Dias	Piloto	Ilhas/B	C	Lisboa
6	26	1596.12.20	Francisco Fernandes	Piloto	A/S.T./B	B	V. Conde
6	26	1596.12.20	João Ramos	Mestre e Piloto	A/B/S.T./Ilhas	E	Lisboa
6	35	1597.03.19	Manuel Alvares	Piloto	Índia	A	Lisboa
6	35	1597.03.19	Adão Fernandes	Sotapiloto	Índia	A	Lisboa
6	35	1597.03.19	Baltasar Leitão	Sotapiloto	Índia	A	Lisboa
6	41	1597.04.15	André Afonso	Piloto	C.V./M	J	Setúbal
6	54	1597.09.17	Manuel Dias	Piloto	Ilhas/B	C	Lisboa
6	54	1597.09.17	Bento Pereira	Piloto	Ilhas/G/M	D	Esposende
6	58	1597.10.08	Bartolomeu Jorge	Piloto	Ilhas/S.T./Congo/A/B	E	V. Conde
6	58	1597.10.08	Gaspar Dias	Piloto	A/S.T./B	B	V. Conde
6	86	1597.12.29	António Fernandes	Piloto	M/S.T./B/Ilhas	E	V. Conde
6	86	1598.01.14	Gaspar Moreira	Piloto	Ilhas/B	C	Lisboa

Liv	Folio	Data	Nome	Carta	Carreira	Cód.	Morada
6	96	1598.03.02	João Martins	Piloto	Ilhas/B/A	E	Matosinhos
6	96	1598.02.18	Manuel Preto	Mestre e Piloto	Aç/Can/Mad/C.V.	D	Sesimbra
6	109	1598.05.30	Domingos Barbosa	Piloto	Ilhas/B/A/S.T.	E	Aveiro
6	102	1598.02.25	Pedro Tomé Rabasco	Piloto	S.T./A/B	B	Lisboa
6	116	1598.07.08	Pedro Francisco	Piloto	Aç/Can./Mad/C.V./B	E	Lisboa
6	116	1598.07.14	Gonçalo Fernandes	Piloto	Ilhas/M/S.T./A/B	E	V. Conde
6	116	1598.07.17	Sebastião Gonçalves da Costa	Mestre e Piloto	Ilhas/B	C	Viana
6	118	1598.07.29	António Lopes	Piloto	Ilhas/B	C	Lisboa
6	119	1598.08.14	Pedro Luís	Mestre e Piloto	Ilhas/B	C	Lisboa
6	122	1598.10.19	António Lourenço	Piloto	Ilhas/B	C	Lisba
6	159	1599.11.04	Luís Gonçalves	Mestre e Piloto	Ilhas/B	C	Lisboa
6	153	1599.10.15	Domingos Pires	Mestre e Piloto	B/A	B	Porto
6	154	1599.10.22	Simão Prestes	Mestre e Piloto	Ilhas/B	C	Lisboa
6	158	1599.11.11	Estevão Rodrigues	Mestre e Piloto	Ilhas G/S.T./A/B	B	Sesimbra
6	162	1597.12.29	Gaspar Dias	Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B	E	V. Conde
6	163	1599.12.13	Manuel Carvalho	Mestre e Piloto	Ilhas/B	C	Sesimbra
6	163	1599.12.13	António Gonçalves Passarinho	Piloto	Ilhas/S.T./B	E	Sesimbra
6	163	1599.12.13	Manuel Pires	Piloto	Ilhas/B	C	Matosinhos

Liv	Folio	Data	Nome	Carta	Carreira	Cód.	Morada
6	166	1599.12.16	Gonçalo Afonso	Mestre e Piloto	Ilhas/B/S.T.	E	
6	169	1600.01.28	Diogo Neto Farinha	Mestre e Piloto	Ilhas/M/S.T./B	E	Sesimbra
6	169	1600.01.17	Salvador Branco	Piloto	B/S.T./Ilhas	E	Matosinhos
6	169	1600.01.24	Pedro Fernandes	Mestre e Piloto	Ilhas/B/A	E	Lisboa
6	172	1600.02.04	Domingos Luís	Piloto	Ilhas/M/S.T./B	E	Lisboa
6	179	1600.03.01	Sebastião Carvalho	Mestre e Piloto	Ilhas/B/A	E	Lisboa
6	179	1600.03.03	Domingos Anes	Mestre e Piloto	Ilhas/B/A	E	Matosinhos
6	181	1600.03.08	Diogo Gil	Sotapiloto	Índia	A	Lagos
6	181	1600.03.08	Pantaleão Gomes	Sotapiloto	Índia	A	Porto
6	181	1600.03.10	João Freire	Piloto	Índia	A	Lisboa
6	181	1600.03.14	Jorge Francisco	Mestre e Piloto	Ilhas/B/M	E	Lisboa
6	182	1600.03.14	Francisco Luís	Mestre e Piloto	Ilhas/B	C	Lisboa
6	182	1600.03.14	Manuel Francisco	Mestre e Piloto	Ilhas/B/S.T.	E	V. Conde
6	189	1600.03.27	Sebastião Rodrigues Marques	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./B	E	Sesimbra
6	189	1600.04.07	João André	Mestre e Piloto	Ilhas/G/M/B	E	Aveiro
7	18	1598.01.07	Sebastião Fernandes	Mestre e Piloto	Ilhas/C.V./B	E	Lisboa
7	157	1602.09.26	Manuel Pires	Mestre e Piloto	Ilhas/G/B	E	Sesimbra
7	157	1602.09.24	André Pereira	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B	E	Lisboa

Liv	Folio	Data	Nome	Carta	Carreira	Cód.	Morada
7	157	1602.09.25	Estevão Dias	Mestre e Piloto	Ilhas/B	C	Lisboa
7	156	1602.09.11	Domingos Fernandes	Mestre e Piloto	Ilhas/B	C	Lisboa
7	156	1602.09.09	Mateus Jorge	Mestre e Piloto	Ilhas/B/A	E	Lisboa
7	163	1602.10.19	Domingos Alvares	Mestre e Piloto	Ilhas/B/G	E	Lisboa
7	163	1602.10.11	Gaspar Gonçalves	Mestre e Piloto	Ilhas/G/A/B	E	Leça
7	163	1602.10.19	Manuel Fernandes	Mestre e Piloto	Ilhas/G/B	E	Lisboa
7	163	1602.10.19	João Gomes	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B	E	Leça
7	165	1602.11.16	Domingos Rodrigues	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B	E	Ilha S. Tomé
7	171	1602.12.17	Sebastião Dias	Mestre e Piloto	Ilhas/B	C	Aveiro
7	174	1602.12.24	Francisco Martins	Mestre e Piloto	Ilhas/G/B	E	Ilha da Madeira
7	174	1603.01.16	Pedro Martins	Mestre e Piloto	Ilhas/G/B	E	Lisboa
7	179	1603.01.18	Pedro Marques	Mestre e Piloto	Ilhas/G/A/B	E	Lisboa
7	179	1603.01.30	Domingos Martins	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./B	E	Lisboa
7	179	1603.01.30	Francisco D'Azevedo	Mestre e Piloto	Ilhas/G/B	E	Lisboa
8	153	1606.02.08	Bento Luís	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B	E	Lisboa
8	156	1606.02.14	Pedro Gonçalves	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B	E	Setúbal
8	156	1606.02.04	Gaspar Luís	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B	E	Matosinhos
8	156	1606.02.16	Gonçalo da Rocha	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B/R.P.	E/F	V. Conde

Liv	Folio	Data	Nome	Carta	Carreira	Cód.	Morada
8	158	1606.02.04	Salvador Jorge	Mestre e Piloto	Ilhas/G/B	E	Matosinhos
8	161	1606.03.04	Vicente Rijo	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B/R.P.	E/F	V. N. Portimão
8	169	1606.04.20	Gregório Pires	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B/R.P.	E/F	Leça
8	183	1606.09.07	Jerónimo Dias	Mestre e Piloto	Ilhas/C.V./G/S.T./A/B	E	Porto
8	185	1606.09.28	André Fernandes	Mestre e Piloto	Ilhas/C.V./G/S.T./A/B	E	Lisboa
8	185	1606.10.02	Estevão Eanes	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B	E	Atouguia
8	185	1606.10.02	Jorge Vaz	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B	E	Atouguia
8	184	1606.10.18	Manuel Martins	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B	E	Algarve
8	188	1606.10.14	Francisco Fernandes	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B	E	Lisboa
8	188	1607.11.07	Luis Ferreira de Sousa	Piloto	Ilhas/G/S.T./A/C.V./B	E	Almada
8	191	1606.11.28	João Baptista Martins	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B	E	
8	197	1607.01.08	Fernão de Vargas	Mestre	Ilhas/G/S.T./A/B	E	Lisboa
8	204	1607.03.20	Paulo Pires Maciel	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B	E	Viana
8	213	1607.05.26	Sebastião Martins	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B	E	Lisboa
8	213	1607.06.15	Sebastião Fernandes	Mestre	Ilhas/C.V./G/S.T./A/B	E	Lisboa
8	213	1607.06.28	Diogo Rodrigues	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B	E	Lisboa
8	213	1607.06.21	Manuel Martins	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B	E	Lisboa
8	213	1607.06.21	Gonçalo Eanes	Mestre e Piloto	Ilhas/G/A/B	E	Viana

Liv	Fólio	Data	Nome	Carta	Carreira	Cód.	Morada
8	216	1607.07.14	Fausto Pires	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B	E	Setúbal
8	216	1607.07.17	Tomé Afonso	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B	E	Aveiro
8	220	1607.08.27	Bartolomeu Gonçalves	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B	E	Lisboa
8	220	1607.08.27	Domingos Luís, o Cativo	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B	E	Lisboa
8	220	1607.08.28	João Folgueira	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B/R.P./I	E/F	V. Conde
8	221	1607.09.18	Manuel Gonçalves Regucifeiro	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B	E	Leça
8	222	1607.09.17	Francisco Prestes	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B	E	Lisboa
8	222	1607.09.06	António Neto	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B	E	Mondego
8	222	1607.08.18	Sebastião Vogado	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B/I	E/F	Sesimbra
8	222	1607.08.18	Luís do Olival	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B/R.P./I	E/F	Sesimbra
8	225	1607.10.27	Tomás Luís de Sea	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B/I	E/F	Mondego
8	226	1607.10.18	António Álvares de Ordem (sic)	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B/T.N	E/G	Mondego
8	226	1607.10.20	Sebastião de Prol	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B/R.P.	E/F	Matosinhos
8	226	1607.08.30	António Luís	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B/R.P.	E/F	Lisboa
8	226	1607.10.26	João Preto Vaz	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B	E	Sesimbra
8	226	1607.09.12	Domingos Rodrigues	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B/R.P.	E/F	Lisboa
8	226	1607.10.26	Vicente Vidal	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B	E	Sesimbra
8	228	1607.11.15	António Ribeiro	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B	E	Aveiro

Liv	Folio	Data	Nome	Carta	Carreira	Cód.	Morada
8	228	1607.11.12	Manuel Francisco de Sousa	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B/I	E/F	Vila dos Redondos
8	229	1607.11.12	Fernão Miguel de Sousa	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B/I	E/F	Mondego
8	229	1607.11.07	António Castanho	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B	E	Mondego
8	231	1607.12.05	Julião Nascentes	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B	E	Setúbal
8	231	1607.12.03	Simão Álvares	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B	E	Peniche
8	232	1607.12.11	Fernão Gomes	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B	E	Mondego
8	236	1608.01.09	Estevão Eanes	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B	E	Atouguia
8	237	1608.01.12	António de Freitas	Sotapiloto	Índia	A	Lisboa
9	10	1608.02.27	António Rodrigues dos Santos	Piloto	Índia	A	
9	10	1608.03.07	Miguel Luís	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B	E	Lisboa
9	10	1608.03.06	João Ribeiro	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B/R.P./I	E/F	Ilha da Madeira
9	17	1608.04.25	Domingos de Azevedo	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B/R.P.	E/F	Lisboa
9	17	1608.05.05	Gaspar Dias	Piloto	Ilhas/A/B	E	Lisboa
9	17	1608.04.22	Sebastião Fernandes	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B	E	Lisboa
9	19	1608.05.14	António Marques	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B/I	E/F	Lisboa
9	19	1608.05.05	Gonçalo Luís	Mestre e Piloto	Ilhas/G/A/B	E	Lisboa
9	22	1608.06.07	Sebastião de Sequeira	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B	E	Lisboa
9	22	1608.06.10	Sebastião Sintrão	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B/I	E/F	Lagos

Liv	Folio	Data	Nome	Carta	Carreira	Cód.	Morada
9	34	1608.07.10	Pascoal Luís	Mestre	Ilhas/G/S.T./A/B	E	Lisboa
9	34	1608.07.12	Domingos Gonçalves	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B	E	Lisboa
9	37	1606.02.28	Sebastião Prestes	Piloto	Índia	A	Lisboa
9	37	1607.11.12	Sebastião Dias	Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B	E	Lisboa
9	37	1608.07.21	Simão Ferreira o Moço	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B	E	Peniche
9	37	1608.08.09	António Martins	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B	E	Lisboa
9	39	1608.09.20	Agostinho Martins Cravo	Sotapiloto	Índia	A	Lisboa
9	39	1608.09.18	Francisco Martins Cravo	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B	E	Lisboa
9	39	1608.09.18	António Gomes	Mestre e Piloto	Ilhas/C.V./G/S.T./A/I	D/F	Cabo Verde
9	39	1608.09.24	Bartolomeu Fernandes Correia	Sotapiloto	Índia	A	Lisboa
9	41	1608.10.29	Francisco Álvares	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B	E	Porto
9	41	1608.10.30	Francisco Vaz Figueira	Mestre e Piloto	Ilhas/S.T./G/A/B	E	Atouguia
9	43	1608.11.10	Jerónimo Martins	Mestre	Ilhas/G/S.T./A/B/I	E/F	Lisboa
9	43	1608.11.10	Rui Filipe	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B/I	E/F	V. N. Portimão
9	45	1608.12.01	Sebastião Rodrigues	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B	E	Setúbal
9	45	1608.11.28	João Martins	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B	E	Atouguia
9	58	1609.01.29	Francisco dos Santos	Mestre e Piloto	Ilhas/G/B	E	Cascais
9	63	1609.02.18	Agostinho de Faria	Sotapiloto	Índia	A	Lisboa

Liv	Folio	Data	Nome	Carta	Carreira	Cód.	Morada
9	63	1609.02.20	Manuel Vicente de Amaral	Sotapiloto	Índia	A	Lisboa
9	66	1609.02.17	Luís Carvalho	Sotapiloto	Índia	A	Lisboa
9	66	1609.02.27	Manuel Soares	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B	E	Lisboa
9	73	1609.04.25	Cristóvão Afonso	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B	E	Buarcos
9	73	1609.04.30	Francisco Gomes	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B	E	Ilha da Madeira
9	76	1609.05.14	Álvaro Rodrigues, o Santo	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B	E	Mondego
9	76	1609.05.26	Luís Fernandes Ferreira	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B	E	Leça
9	79	1609.08.07	Vicente Pinheiro	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B	E	Lisboa
9	79	1609.06.26	Mateus Palhano	Mestre e Piloto	Ilhas/G/B	E	Atouguia
9	79	1609.06.16	Manuel Rodrigues	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B	E	Sesimbra
9	79	1609.06.16	Bartolomeu Dias Prestes	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B	E	
9	83	1609.07.10	Leonardo Afonso	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B	E	Peniche
9	83	1609.07.15	Domingos Pires	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B	E	Lisboa
9	83	1609.07.15	Romão Rodrigues	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B	E	Sesimbra
9	85	1609.08.03	André Luís	Mestre	Ilhas/G/S.T./A/B	E	Lisboa
9	85	1609.08.26	Manuel Gonçalves Mealhada	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B	E	Leça
9	85	1609.08.12	Amador Lousado	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B	E	Peniche
9	85	1609.08.12	António Franco Madeira	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B	E	Peniche

Liv	Folho	Data	Nome	Carta	Carreira	Cód.	Morada
9	88	1609.09.14	António Álvares Curado	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B	E	Redondo Mondego
9	88	1609.09.24	Cristóvão Vaz	Mestre e Piloto	Ilhas/G/B	E	Peniche
9	88	1609.09.30	Manuel Jorge	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B	E	Leça
9	88	1609.10.05	Pedro Fernandes	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B	E	Aveiro
9	90	1609.10.08	Manuel Gonçalves	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B	E	Lisboa
9	90	1609.10.10	Gaspár Fernandes Carrasco	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B	E	Lisboa
9	90	1609.10.16	Francisco Tomé	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B	E	Matosinhos
9	91	1609.10.12	António Domingues	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B	E	Sesimbra
9	91	1609.10.17	António Maio	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B/R.P./I	E/F	V. Conde
9	91	1609.10.17	João de Campos	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B/R.P./I	E/F	V. Conde
9	91	1609.10.17	Mateus Barbosa	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B/R.P./I	E/F	V. Conde
9	94	1609.09.25	João Moreira	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B	E	Lisboa
9	94	1609.11.09	Pedro Correia	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B	E	Ilha da Madeira
9	94	1609.11.12	Manuel Álvares	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B	E	Porto
9	96	1609.11.10	Domingos Vieira	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B/I	E/F	Lisboa
9	123	1610.03.30	André Neto	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B	E	Buarcos
9	130	1610.05.21	António Luís	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B	E	Atouguia
9	130	1610.05.28	Manuel Pereira	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B	E	Lisboa

Liv	Folho	Data	Nome	Carta	Carreira	Cód.	Morada
9	130	1610.06.09	Domingos Salvado	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B/R.P./I	E/F	Lisboa
9	131	1610.05.10	Nicolau Lopes	Mestre e Piloto	Ilhas/G/B	E	Lisboa
9	134	1610.06.26	Belchior Palhano	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B	E	Peniche
9	134	1610.06.26	Francisco Franco Quaresma	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B	E	Peniche
9	134	1610.06.26	Marcos Viana	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B	E	Peniche
9	135	1610.06.26	Domingos Vicente Durão	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B	E	Peniche
9	138	1610.07.10	António Vicente	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B/I	E/F	Sesimbra
9	138	1610.08.06	Luís Marques	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B	E	Peniche
9	138	1610.08.06	Artur Martins	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B	E	Peniche
9	142	1610.09.16	Salvador de Sousa	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B	E	Peniche
9	142	1610.09.17	Francisco Rodrigues	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B/I	E/F	Lisboa
9	146	1610.10.20	Francisco de Oliveira	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B/R.P./I	E/F	Leça
9	147	1610.11.08	Luís do Rego	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B	E	Cascais
9	156	1610.12.01	Salvador Rodrigues	Piloto	Índia	A	
9	156	1610.12.06	Roque Álvares	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B/I	E/F	Lisboa
9	165	1611.01.07	Pedro Martins	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B	E	Atouguia
9	172	1611.03.02	António Dias	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B/R.P./I	E/F	Lisboa
9	172	1611.03.04	António Pires	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B/I	E/F	Matosinhos

Liv	Folho	Data	Nome	Carta	Carreira	Cód.	Morada
9	172	1611.02.14	Domingos Fernandes	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B	E	Viana
9	174	1611.03.09	Manuel Fernandes «Franceses»	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B	E	Mondego
9	178	1611.03.11	Domingos Gonçalves	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B	E	Ilha da Madeira
9	178	1611.03.17	João Ribeiro	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B	E	Matosinhos
9	181	1611.04.16	Francisco Gonçalves	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B	E	Lisboa
9	181	1611.04.25	Brás Fernandes	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B	E	Buarcos
9	181	1611.04.16	Francisco Franco	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B	E	Peniche
9	182	1611.04.13	Luís Vaz	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B	E	Peniche
9	182	1611.04.13	João Jorge	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B	E	Atouguia
9	189	1611.06.15	Jorge Pires de Leça	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B/I	E/F	Porto
9	189	1611.06.07	António Pires	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B/I	E/F	Matosinhos
9	189	1611.06.14	Bartolomeu Gonçalves	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B/I	E/F	Leça
9	192	1611.07.13	Fernão Nunes	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B	E	Peniche
9	192	1611.07.18	António Álvares	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B	E	Peniche
9	195	1611.04.08	António Vicente Cochado	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B	E	Peniche
9	194	1611.07.23	João Salvadores Carneiro	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B/I	E/F	V. Conde
9	194	1611.08.06	Gonçalo de Abreu	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B	E	Buarcos
9	196	1611.07.27	Lourenço Gomes	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B	E	Leça

Liv	Folio	Data	Nome	Carta	Carreira	Cód.	Morada
9	196	1611.08.25	Francisco Fernandes	Mestre e Piloto	Ilhas/G/B	E	Peniche
9	196	1611.08.26	Manuel Correia	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B	E	Matosinhos
9	196	1611.08.30	Álvaro Rodrigues D'Anadia	Mestre e Piloto	Ilhas/G/A/B	E	Buarcos
9	203	1611.09.16	Roque Gonçalves D'Alheira	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B	E	Matosinhos
9	203	1611.09.28	Jerónimo Monteiro	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B/I	E/F	Lisboa
9	203	1611.09.28	Pedro Ribeiro	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B	E	Lisboa
9	203	1611.10.03	Francisco Viana	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B	E	Peniche
9	204	1611.10.03	António Gorjão	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B	E	Peniche
9	204	1611.10.03	Francisco Jorge	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B	E	Peniche
9	209	1611.11.23	Bartolomeu Fernandes	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B	E	Lisboa
9	209	1611.12.10	Paulo João	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B/I	E/F	Lisboa
9	209	1611.12.19	Pedro Martins	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B	E	Lisboa
9	212	1611.11.07	Bartolomeu Dias Coutinho	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B	E	Lisboa
9	212	1612.01.04	Manuel Rodrigues Rua	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B	E	Lisboa
9	212	1612.01.23	Manuel Duarte	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B/I	E/F	Lisboa
9	217	1612.02.23	Manuel Afonso Centeiro	Piloto	Índia	A	
9	217	1612.02.23	Domingos Soares	Piloto	Índia	A	
9	217	1612.01.25	Francisco Vaz o Calvo	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B	E	Peniche

Liv	Folio	Data	Nome	Carta	Carreira	Cód.	Morada
9	220	1612.04.02	Vasco Fernandes Faleiro	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B	E	Mondego
9	220	1612.04.02	Gaspar Aires	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B	E	Mondego
9	220	1612.04.06	António Rodrigues	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B	E	Ilha da Madeira
9	221	1612.04.09	Marcos Lopes	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B	E	Peniche
9	225	1612.05.04	Sebastião Rodrigues	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B	E	V. Conde
9	225	1612.05.11	Bartolomeu Martins	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B	E	Lisboa
9	228	1612.05.17	Gaspar Fernandes	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B	E	Ilha da Madeira
9	228	1612.06.01	Manuel Ribeiro	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B	E	V. Conde
9	231	1612.06.28	Luís Gonçalves Palhano	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B	E	Peniche
9	231	1612.07.09	Pantaleão Gonçalves Morado	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B/I	E/F	Leça
9	231	1612.07.09	Domíngos Gonçalves	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B	E	Porto
9	231	1612.07.11	Luís Martins	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B	E	Cascais
9	237	1612.08.17	António Martins Seixas	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B	E	Viana
9	240	1612.09.17	Roque Fernandes	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B/I	E/F	Seixal
9	240	1612.09.13	Pedro Fernandes, o Fole	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B	E	Ilha da Madeira
9	240	1612.09.19	Francisco Afonso	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B	E	Leça
9	246	1612.03.03	Pedro da Silva	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B	E	Lisboa
9	246	1612.11.19	Lourenço Rodrigues	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B/I	E/F	Lisboa

Liv	Folio	Data	Nome	Carta	Carreira	Cód.	Morada
9	250	1612.12.03	Gonçalo Eanes do Casal	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B	E	Caminha
9	250	1612.12.11	Francisco Pires Fidalgo	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B/I	E/F	Caminha
9	253	1613.01.29	Roque Álvares	Sotapiloto	Índia	A	Lisboa
9	253	1613.01.28	João Salvador	Sotapiloto	Índia	A	V. Conde
9	253	1613.01.29	Manuel Cacho	Sotapiloto	Índia	A	Lisboa
9	253	1613.01.28	António Fernandes	Sotapiloto	Índia	A	Lisboa
9	253	1613.02.01	Matias Fernandes	Sotapiloto	Índia	A	Almada
9	256	1613.02.09	Gaspar Pires Cadime	Piloto	Índia	A	
9	256	1613.01.29	Pedro Rodrigues	Sotapiloto	Índia	A	Lisboa
9	256	1613.02.08	Domingos Lopes	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B	E	Porto
9	262	1613.03.20	António Lopes	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B/I	E/F	Ilha da Madeira
9	265	1613.05.11	Álvaro Nunes	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B	E	Peniche
9	266	1613.05.11	Pedro Quaresma	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B	E	Peniche
9	266	1613.05.14	João Afonso André	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B	E	Mondego
9	266	1613.05.14	Aires Eanes	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B	E	Mondego
9	268	1613.05.20	Domingos Francisco	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B	E	Mondego
10	8	1613.06.26	Simão Luís	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B	E	Lisboa
10	8	1613.07.11	António Franco	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B	E	Sesimbra

Liv	Folio	Data	Nome	Carta	Carreira	Cód.	Morada
10	9	1613.07.12	Miguel Quaresma Portugal	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B	E	Peniche
10	12	1613.08.01	Sebastião Gomes, o Cacho	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B	E	Sesimbra
10	12	1613.08.03	Francisco Gomes	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B	E	Peniche
10	13	1613.08.01	Álvaro Vaz Berião (Sic)	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B/I	E/F	Setúbal
10	13	1613.08.01	Sebastião do Olival	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B	E	Sesimbra
10	13	1613.08.02	Fernão Martins	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B	E	Peniche
10	13	1613.06.17	Manuel Rodrigues	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B	E	Ilha da Madeira
10	13	1613.07.22	Pantaleão Gonçalves	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B/I	E/F	Leça
10	16	1613.08.14	Manuel Fernandes Galeto	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B/I	E/F	Ilha da Madeira
10	16	1613.08.14	Luis António	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B/I	E/F	Lisboa
10	16	1613.07.22	Gaspar Luís	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B	E	Lisboa
10	17	1613.06.17	Manuel Rodrigues Cavalinho	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B	E	Ilha da Madeira
10	23	1613.08.17	Miguel Caxia	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B/I	E/F	Peniche
10	23	1613.09.24	Manuel Afonso	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B	E	Leça
10	26	1613.06.28	Gaspar Afonso	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B	E	Leça
10	26	1613.11.14	Gonçalo Fernandes	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B	E	Matosinhos
10	28	1613.10.15	Martim Gonçalves Roubão	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B	E	Setúbal
10	28	1613.12.04	António Mendes	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B	E	Ilha da Madeira

Liv	Folio	Data	Nome	Carta	Carreira	Cód.	Morada
10	34	1614.02.04	Álvaro Rodrigues	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B/R.P.	E/F	Sesimbra
10	35	1612.05.16	António Rodrigues	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B	E	Lisboa
10	40	1614.02.17	Lourenço André Gramaxo	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B	E	Leça
10	44	1614.04.28	António Simões	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B	E	Peniche,
10	44	1614.04.29	Diogo Dias	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B	E	Peniche
10	44	1614.04.19	António Durão	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B	E	Peniche
10	44	1614.04.07	António Pires Caldeira	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B	E	Leça
10	46	1614.05.23	Manuel Álvares de Sete	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B	E	Leça
10	50	1614.06.16	João Rolão	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B	E	Mondego
10	50	1614.06.05	Manuel Tomé	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B	E	Matosinhos
10	53	1614.07.17	Domingos Gonçalves Vaz	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B	E	Caminha
10	53	1614.04.21	Henrique Luís	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B/R.P./I	E/F	Ilha Terceira
10	53	1614.04.18	José Rodrigues	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B/I	E/F	Ilha da Madeira
10	54	1614.06.11	Pedro Vaz	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B	E	Ilha da Madeira
10	54	1614.07.14	António Martins	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B	E	Cascais
10	58	1614.08.12	António Afonso Dalfane(sic)	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B/R.P./I	E/F	Leça
10	58	1614.08.13	Domingos Gonçalves Betarda	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B	E	Ilha da Madeira
10	58	1614.08.12	Francisco Mendes	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B/I	E/F	Buarcos

Liv	Folho	Data	Nome	Carta	Carreira	Cód.	Morada
10	60	1614.08.12	Francisco Gonçalves Marim	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B	E	Matosinhos
10	62	1614.09.24	Pedro Neto	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B	E	Buarcos
10	68	1614.11.28	Francisco Rodrigues Coutinho	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B/I	E/F	Lisboa
10	69	1615.01.14	Diogo Gomes Marinho	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B	E	Sesimbra
10	84	1615.06.02	Gaspar Rodrigues	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B	E	Viana
10	84	1615.06.02	João Álvares Madris	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B	E	Viana
10	93	1615.08.07	Salvador Fernandes	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B	E	Mondego
10	97	1615.08.22	Leonardo Vaz Figueira	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B	E	Peniche
10	99	1614.05.05	Leonardo Tristão	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B	E	Peniche
10	100	1615.10.01	João Pires Santiago	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B/I	E/F	Matosinhos
10	110	1612.11.08	Manuel Gonçalves	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B/I	E/F	Leça
10	112	1615.12.16	Manuel Mendes, o Duro	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B	E	Ilha da Madeira
10	113	1615.12.19	Vicente Gomes	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B	E	Ilha da Madeira
10	113	1616.01.04	Gaspar Gonçalves do Casal	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B	E	Caminha
10	113	1616.01.04	Diogo Fernandes da Cruz	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B	E	Caminha
10	113	1615.12.16	Domingos Gonçalves	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B/R.P.	E/F	V. Conde
10	125	1616.05.05	Manuel Luís D'Ávila	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B	E	Leça
10	125	1616.05.11	Domingos Rodrigues Faleiro	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B	E	Mondego

Liv	Folio	Data	Nome	Carta	Carreira	Cód.	Morada
10	128	1616.05.27	Baltasar Lopes	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./R.P./I	D/F	Ilha do Príncipe
10	132	1616.07.06	Miguel Luis	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B/I	E/F	Lisboa
10	132	1616.07.15	André Rodrigues	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B	E	Sesimbra
10	135	1616.08.03	Gonçalo Maio	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B/R.P./I	E/F	Matosinhos
10	137	1616.08.22	Domingos Martins	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B	E	Peniche
10	141	1616.09.22	João Neto	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B	E	Mondego
10	144	1616.11.09	Manuel Francisco Pontilha	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B	E	Leça
10	144	1616.11.09	João Gomes	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B/I	E/F	Lisboa
10	161	1617.02.17	André Luis Guerreiro	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B/I	E/F	Leça
10	161	1617.02.23	Manuel André Vareiro	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B/I	E/F	Lisboa
10	166	1617.03.10	Matias Figueira	Piloto	Índia	A	
10	166	1617.03.11	Duarte de Bastos	Sotapiloto	Índia	A	Lisboa
10	175	1613.06.03	André Afonso	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B	E	Leça
10	181	1617.08.28	Domingos Jorge	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B	E	Peniche
10	181	1617.09.06	Gabriel Fernandes	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B/I	E/F	Cales - Castela
10	186	1617.10.18	João Gonçalves Marinhas	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B	E	Caminha
10	186	1617.10.11	Francisco Mendes Monteiro	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B	E	Leça
10	191	1617.11.14	Manuel Vaz	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B	E	Ilha da Madeira

Liv	Folho	Data	Nome	Carta	Carreira	Cód.	Morada
10	201	1618.03.01	António Ferreira	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B/I	E/F	Lagos
10	205	1618.02.08	Domingos João	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B	E	Leça
10	213	1618.06.26	Manuel Gonçalves	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A	D	Porto
10	225	1618.10.19	António Manso	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B	E	Cascais
10	225	1618.10.19	Francisco Homem	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B	E	Cascais
10	225	1618.11.20	Luis Gonçalves	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B/I	E/F	Lisboa
10	235	1619.01.13	Francisco Duarte	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B	E	Porto
10	235	1619.01.30	Simão Jorge	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B	E	Aveiro
10	242	1619.03.08	José da Costa	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B	E	Porto
10	238	1619.02.23	Jorge Fernandes	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B/I	E/F	Cascais
10	238	1619.02.09	Manuel André Correia	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B/I	E/F	Porto
10	238	1619.02.22	Ambrósio Dimis	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B	E	Peniche
11	12	1609.07.20	António da Rosa	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B	E	Lisboa
11	12	1619.07.24	Gaspar Luis	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B	E	Matosinhos
11	12	1619.07.26	Manuel Nunes	Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B	E	Viana
11	12	1619.07.20	Estevão Eanes	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B	E	Peniche
11	13	1619.07.31	Manuel Fernandes Rosa	Piloto	G/A/B	B	Leça
11	13	1619.08.06	Gaspar Dias	Piloto	Ilhas/G/A/B	E	Aveiro

Liv	Folho	Data	Nome	Carta	Carreira	Cód.	Morada
11	13	1619.08.12	Manuel André	Piloto	Ilhas/G/B	E	Porto
11	20	1619.09.09	Pantaleão Ribeiro	Piloto	G/S.T./A/B	B	Lisboa
11	20	1619.10.08	António Luís Barreiro	Piloto	G/A/B	B	
11	26	1620.01.15	Domingos Luís	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B/I	E/F	Lisboa
11	26	1620.01.23	António Rodrigues Cunha	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B	E	Lisboa
11	34	1620.02.21	António Pires Prior	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B/I/R.P.	E/F	Porto
11	34	1620.02.28	Francisco Álvares	Sotapiloto	Índia	A	Lisboa
11	51	1620.05.26	Domingues Rodrigues	Mestre e Piloto	Ilhas/G/C.V./ANT/CART/I	D/F	Lisboa
11	51	1620.06.01	António Luís	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B	E	Leça
11	51	1620.06.01	Francisco Álvares Nobre	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B	E	Matosinhos
11	54	1620.08.06	João Preto	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B/I	E/F	Leça
11	54	1620.08.12	Gaspar Martins Terra	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B/I	E/F	Viana
11	54	1620.07.14	João Sarmento	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B	E	Sesimbra
11	54	1620.07.10	Gaspar Dias	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B	E	Sesimbra
11	54	1620.08.17	Pedro Ferreira	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B/R.P.	E/F	Caminha
11	59	1620.09.04	Domingos Luís	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B	E	Cascais
11	59	1620.10.08	Francisco Gonçalves	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B	E	Leça
11	73	1621.01.25	João Correia	Sotapiloto	Índia	A	Lisboa

Liv	Folho	Data	Nome	Carta	Carreira	Cód.	Morada
11	87	1621.06.03	Sebastião Rodrigues	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B	E	Ilha Terceira
11	87	1621.06.19	João de Almeida	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B	E	Pederneira
11	87	1621.06.26	Pedro Gonçalves Fontão	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B	E	Porto
11	93	1621.09.27	Manuel Martins	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B/I	E/F	Matosinhos
11	91	1621.07.15	Bartolomeu de Oliveira	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B	E	Leça
11	91	1621.08.11	Francisco Martins	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B	E	Caminha
11	91	1621.07.16	Gaspár Maciel Antão	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B	E	Viana
11	91	1621.08.09	Domingos Pires	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B	E	Leça
11	91	1621.09.06	António Fernandes	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B	E	Peniche
11	94	1621.09.08	Pedro Maio Linhares	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B	E	Matosinhos
11	96	1621.11.10	Roque Gonçalves Freire	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B	E	Lisboa
11	97	1621.11.16	Manuel Simões	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B	E	Aveiro
11	101	1621.12.02	Manuel de Barros	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B	E	Matosinhos
11	106	1622.02.02	Francisco Figueira	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B	E	Atouguia
11	117	1622.03.12	Vicente Dias	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B	E	Atouguia
11	122	1622.04.12	Manuel Martins	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B	E	Esgueira
11	124	1622.04.21	Manuel André	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B/I	E/F	Aveiro
11	124	1622.04.30	Manuel da Silva	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B	E	Porto

Liv	Folio	Data	Nome	Carta	Carreira	Cód.	Morada
11	167	1623.12.04	Gonçalo Rodrigues	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B/I	E/F	Viana
11	167	1623.12.05	Domingos Fernandes	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B	E	Lisboa
11	168	1623.12.06	Manuel de Vilas Boas	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B/I	E/F	Lisboa
11	190	1624.04.30	Afonso Gonçalves Frade	Mestre e Piloto	Ilhas/G/B	E	Matosinhos
11	190	1624.04.30	Francisco Gonçalves Cardão	Mestre e Piloto	Ilhas/C.V./M/G/A/B/I	E/F	Matosinhos
11	194	1624.05.11	Jacome Quaresma	Mestre e Piloto	Ilhas/C.V./G/A/B	E	Peniche
11	194	1624.05.31	Gonçalo Fernandes Correia	Mestre e Piloto	M/G/A/B/I	B/F	Viana
11	194	1624.05.21	Gomes Rodrigues	Mestre e Piloto	Ilhas/C.V./G/M/A/B/T.N.	E/G	Setúbal
11	197	1624.06.11	Francisco Gonçalves	Mestre e Piloto	Ilhas/C.V./G/S.T./A/B/I	E/F	Leça
11	197	1624.06.14	Sebastião Gonçalves	Mestre e Piloto	Ilhas/C.V./G/S.T./M/A/B/I	E/F	Ilha da Madeira
11	200	1624.08.02	Pedro Cadena	Piloto	Ilhas/G/C.V./A/B/I	E/F	
11	203	1624.07.29	Manuel Rangel	Mestre e Piloto	Ilhas/M/G/S.T./A/B/I	E/F	Leça
11	203	1624.08.16	Francisco Monteiro	Mestre e Piloto	Ilhas/C.V./G/M/A/S.T./B/I	E/F	Peniche
11	203	1624.08.09	Luís Pires	Mestre e Piloto	Ilhas/S.T./G/B	E	Cascais
11	206	1624.09.14	Cristóvão Afonso	Mestre e Piloto	Ilhas/G/M/S.T./A/B/I	E/F	Lisboa
11	206	1624.09.13	Francisco da Paz	Mestre e Piloto	A/B/I	B/F	Azurara
11	206	1624.09.02	João Jorge	Mestre e Piloto	Ilhas/G/A/S.T./B/I	E/F	Atouguia
11	210	1624.09.30	Simão Vaz	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B/I	E/F	Peniche

Liv	Folio	Data	Nome	Carta	Carreira	Cód.	Morada
11	213	1624.11.05	Francisco Maciel Casado	Mestre e Piloto	C.V./C.G./B/I	B/F	Viana
11	213	1624.11.05	Pedro Lopes Teles	Mestre e Piloto	C.V./C.G./B/I	B/F	Viana
11	215	1624.10.01	Domingos Gonçalves	Mestre e Piloto	Ilhas/C.V./M/S.T./A/B/I	E/F	Peniche
11	222	1625.03.07	Clemente Dias	Mestre e Piloto	Ilha/C.V./A/M/S.T./B/I	E/F	Leça
11	224	1625.03.06	António Heitor	Piloto	Índia	A	
11	242	1625.10.20	Gaspar Rodrigues da Costa	Mestre e Piloto	Ilhas/M/S.T./A/B/I	E/F	Viana
11	243	1625.10.11	Estevão Rodrigues Congro	Mestre e Piloto	Ilhas/G/A/S.T./B/I	E/F	Setúbal
11	243	1625.11.21	Bernardo Pires Crespo	Mestre e Piloto	Ilhas/M/A/S.T./B/I	E/F	Viana
11	243	1625.11.21	Pedro Mendes de Gondar	Mestre e Piloto	Ilhas/C.V./G/A/M/B/I	E/F	Viana
11	243	1625.11.21	Francisco de Castro	Mestre e Piloto	Ilhas/C.V./S.T./M/G/A/I	D/F	Porto
11	249	1626.03.03	Luís Franco Bito	Mestre e Piloto	Ilhas/C.V./M/G/S.T./A/B/I	E/F	Peniche
11	252	1626.03.16	Diogo Dias	Mestre e Piloto	Ilhas/C.V./M/A/S.T./B/I	E/F	Peniche
11	252	1626.03.14	António Vaz	Mestre e Piloto	Ilhas/C.V./G/A/M/S.T./B/I	E/F	Peniche
11	260	1626.05.16	Pedro Viana	Mestre e Piloto	Ilhas/C.V./M/A/S.T./B/I	E/F	Peniche
11	261	1626.06.06	Manuel Fernandes	Mestre e Piloto	Ilhas/M/G/S.T./A/B/I	E/F	Ilha da Madeira
11	273	1626.11.11	Baltasar Martins	Mestre e Piloto	Ilhas/C.V./G/M/A/S.T./B/I	E/F	Peniche
11	275	1625.12.20	Francisco Álvares	Mestre e Piloto	Ilhas/C.V./M/G/A/S.T./B/I	E/F	Viana
11	279	1627.02.07	Manuel Tourinho	Mestre e Piloto	Ilhas/C.V./G/A/S.T./B/I	E/F	Viana

Liv	Folio	Data	Nome	Carta	Carreira	Cód.	Morada
12	8	1627.05.31	João Rodrigues	Mestre e Piloto	Ilhas/C.V./G/M/S.T./A/I	D/F	Viana
12	47	1628.08.01	Francisco de Freitas	Mestre e Piloto	Ilhas/C.V./G/S.T./A/I	E/F	Caminha
12	47	1628.08.16	Manuel Gonçalves Rafael	Mestre e Piloto	Ilhas/C.V./G/S.T./M/A/I	E/F	Porto
12	60	1629.03.08	Domingos Afonso	Mestre e Piloto	Ilhas/C.V./G/S.T./M/A/I	E/F	Lisboa
12	66	1629.03.24	Domingos de Prol	Mestre e Piloto	Ilhas/C.V./G/S.T./A/I	E/F	Lisboa
12	68	1629.03.26	Manuel Ramos	Mestre e Piloto	Ilhas/C.V./G/M/S.T./A/I	E/F	Porto
12	73	1629.06.22	Mateus Mendes	Mestre e Piloto	Ilhas/C.V./G/M/S.T./A/I	E/F	Pederneira
12	73	1629.06.22	Bento Martins Santiago	Mestre e Piloto	Ilhas/C.V./G/M/S.T./A/I	E/F	Matosinhos
12	73	1629.06.15	Manuel Pinheiro	Mestre e Piloto	Ilhas/C.V./G/M/S.T./A/I	E/F	Ilha Terceira
12	75	1629.06.20	Belchior Martins	Mestre e Piloto	Ilhas/C.V./G/M/S.T./A/I	E/F	Peniche
12	75	1629.07.11	Francisco de Aguiar	Mestre e Piloto	Ilhas/C.V./G/S.T./M/A/I	E/F	Lisboa
12	75	1629.07.11	Jerónimo da Maia	Mestre e Piloto	Ilhas/G/M/S.T./A/I	E/F	Matosinhos
12	76	1629.07.04	Francisco Baião	Mestre e Piloto	Ilhas/C.V./M/G/S.T./A/I	E/F	Pederneira
12	76	1629.07.26	João Rodrigues	Mestre e Piloto	Ilhas/C.V./M/S.T./A/I	E/F	Lisboa
12	78	1629.09.20	Francisco Gonçalves	Mestre e Piloto	Ilhas/C.V./G/M/S.T./A/I	E/F	Ilha Terceira
12	83	1629.12.20	Manuel Godinho	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B	E	Ilha Terceira
12	88	1630.02.04	Domingos de Torres Esbaga (sic)	Mestre e Piloto	Ilhas/C.V./S.T./M/A/I	E/F	Viana
12	140	1632.02.12	Bartolomeu Franco	Mestre e Piloto	Ilhas/G/M/S.T./A/I	E/F	Peniche

Liv	Folio	Data	Nome	Carta	Carreira	Cód.	Morada
12	145	1632.03.15	João da Costa	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B/I	E/F	Sevilha
12	151	1632.05.04	Manuel Afonso Faiscas	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B/I/R.P./C.V./M	E/F	Azurara
12	157	1632.07.03	Manuel de Bacelas	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B/I/M/C.V.	E/F	Ilha Terceira
12	160	1632.10.12	António Lopes	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./A/B/I/M	E/F	Peniche
12	169	1633.03.02	Lourenço Vaz	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./C.V./M/A/B/I	E/F	Peniche
12	170	1633.03.04	Cristóvão Gomes	Mestre e Piloto	Ilhas/G/C.V./S.T./M/A/B/I	E/F	Peniche
12	179	1633.06.10	Nicolau Pires	Mestre e Piloto	B/A/S.T./I	B/F	Matosinhos
12	180	1633.07.07	Gaspar Álvares	Mestre e Piloto	Ilhas/S.T./A/B/I	E/F	Leça
12	182	1633.08.13	Manuel Casado de Moraes	Mestre e Piloto	B/A/S.T./C.V.	B/F	Viana
12	187	1633.09.27	Manuel Rodrigues	Mestre e Piloto	Ilhas/B/A/G/S.T./I	E/F	Peniche
12	187	1633.10.20	Gaspar Martins	Piloto		H	Ilha Terceira
12	192	1634.02.06	João Ribeiro	Piloto	B/A/C.V./S.T./Ilhas	E	Lisboa
12	193	1634.03.06	Rafael Coelho	Piloto	Índia	A	
12	193	1634.03.06	António da Costa de Lemos	Piloto	Índia	A	
12	193	1634.03.07	António Monteiro	Piloto	Índia	A	Lisboa
12	203	1634.05.05	Francisco Fernandes	Piloto	B/A/S.T./C.V./Ilhas	E	Lisboa
12	207	1634.08.12	Domingos Brusco	Piloto	B/A/S.T./C.V./Ilhas	E	Pederneira
13	23	1635.06.27	Manuel André	Mestre e Piloto	B/A/S.T./C.V./Ilhas	E/F	Azurara

Liv	Folio	Data	Nome	Carta	Carreira	Cód.	Morada
13	24	1635.06.27	António Gonçalves	Mestre e Piloto	A/B/S.T./C.V./Ilhas	E/F	Azurara
13	27	1635.07.27	Aleixo do Rego	Piloto	B/A/S.T./M/C.V./I	B/F	Cascais
13	44	1636.05.23	Manuel Pereira de Abreu	Piloto	Índia	A	Lisboa
13	44	1636.04.29	Gabriel Vieira	Piloto	G/B	B	Porto
13	45	1636.05.20	Domingos de Viana	Mestre e Piloto	Ilhas/G/C.V./S.T./A/M/B/I	E/F	Peniche
13	45	1636.05.23	André Pires	Piloto	Índia	A	Lisboa
13	49	1636.11.02	Tomé Pires	Mestre e Piloto	Ilhas/C.V./G/M/S.T./A/B/I	E/F	Lisboa
13	52	1637.02.21	Francisco Nogueira	Mestre e Piloto	Ilhas/C.V./G/S.T./A/B/I	E/F	Leça
13	60	1635.12.22	José Armas	Mestre e Piloto	A/B/S.T./G/C.V./I	B/F	Viana
13	60	1635.12.22	António Gomes Madeira	Mestre	B/A/S.T./Ilhas	E/F	Lisboa
13	70	1638.04.28	Bernardo Pires	Mestre e Piloto	Ilhas/C.V./M/A/B/I	E/F	Peniche
13	74	1638.06.30	Francisco Álvares Seixas	Mestre e Piloto	B/G/S.T./C.V./A/I	B/F	Viana de Caminha
13	75	1638.07.16	Gaspar Pires	Mestre	B/A/C.V./S.T.	B	Viana
13	76	1638.08.21	Domingos Fernandes de Paredes	Piloto	B/A/S.T./C.V./Ilhas	E/F	
13	76	1638.08.21	Manuel Dias	Piloto	B/A/S.T./C.V./Ilhas	E/F	Ilha da Madeira
13	76	1638.08.21	Manuel Agostinho	Piloto	B/A/C.V./S.T./I	B/F	
13	77	1638.09.17	Amaro Machado	Piloto	B/A/S.T./C.V./Ilhas	E	Ilha do Faial
13	77	1638.09.17	Gregório Luís	Piloto	B/A/S.T./C.V./Ilhas	E	Ilha do Faial

Liv	Folio	Data	Nome	Carta	Carreira	Cód.	Morada
13	77	1638.09.24	Simão Álvares Mouzinho	Piloto	B/A/S.T./C.V./Ilhas	E	Peniche
13	77	1638.09.22	Manuel Gonçalves	Piloto	B/A/S.T./C.V./Ilhas	E	Aveiro
13	80	1638.11.05	Manuel Cardia	Piloto	B/A/S.T./C.V./Ilhas	E	Leça
13	80	1638.10.15	António Dias	Piloto	B/A/S.T./C.V./Ilhas	E	Porto
13	80	1638.10.16	António Pires Valadares	Piloto	B/A/S.T./C.V./Ilhas	E	Porto
13	81	1638.10.16	Bento de Almeida	Mestre	B/A/S.T./C.V./Ilhas	E	
13	81	1638.10.21	Sebastião Henriques	Piloto	B/A/S.T./C.V./Ilhas	E	Viana
13	81	1638.10.20	Bento de Araújo	Mestre	B/A/S.T./C.V./Ilhas	E	Viana
13	82	1638.10.11	Cristóvão Correia	Piloto	B/A/S.T./C.V./Ilhas	E	Porto
13	94	1639.06.17	Manuel Rodrigues	Piloto	B/A/Índia (sic) outras partes	E/I	
13	96	1639.10.20	Gaspar Domingues	Mestre e Piloto	B/A/S.T./C.V./Ilhas	E/F	Viana
13	96	1639.10.20	João Pires Castro	Mestre e Piloto	B/A/S.T./C.V./Ilhas	E/F	Viana
13	96	1639.11.04	Lourenço Jorge	Mestre e Piloto	B/A/S.T./C.V./Ilhas	E	Leça
13	97	1639.11.14	Manuel Mendes Madeira	Piloto	Ilhas/G/S.T./C.V./A/B/I	E/F	
13	97	1639.11.04	Manuel André	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./C.V./A/B/I	E/F	Leça
13	98	1639.11.05	Baltasar Alves	Mestre e Piloto	Ilhas/G/S.T./C.V./A/B/I	E/F	Viana
13	117	1640.10.27	Sebastião de Barros Freire	Piloto	Ilhas/A/S.T./C.V./B	E	Sesimbra
13	118	1640.10.27	Francisco da Silva	Piloto	A/B/S.T./C.V./Ilhas	E	Leça

Liv	Folio	Data	Nome	Carta	Carreira	Cód.	Morada
14	14	1641.09.09	Manuel Viana	Piloto	Ilhas/G/C.V./M/S.T./A/B/I	E/F	Peniche
14	18	1641.10.12	João Gonçalves Lima	Piloto	B/A/S.T./C.V./Ilhas	E	Porto
14	19	1641.10.12	Manuel Ferreira Lima	Piloto	A/B/S.T./C.V./Ilhas	E	Matosinhos
14	19	1641.10.14	Bento Fernandes	Piloto	A/B/S.T./C.V./Ilhas	E	Aveiro
14	19	1641.10.14	Francisco Vieira	Piloto	A/B/S.T./C.V./Ilhas	E	Porto
14	19	1641.10.14	Pedro Álvares	Piloto	A/B/S.T./C.V./Ilhas	E	Aveiro
14	36	1642.01.04	Manuel Henriques Tourinha	Piloto	B/M/A/Ilhas	E	Viana
14	36	1642.01.07	Manuel João	Piloto	B/M/A/Ilhas	E	Aveiro
14	36	1642.04.25	João Pestana	Piloto	B/A/S.T./C.V./I	B/F	V. Conde
14	46	1642.07.18	Manuel Martins Lousado	Piloto	B/A/S.T./C.V./Ilhas	E	Peniche
14	46	1642.07.21	Manuel Gonçalves Rio	Piloto	A/C.V./S.T./B/Ilhas	E	Porto
14	47	1642.07.18	Agostinho Franco Madeira	Piloto	B/A/S.T./C.V./Ilhas	E	
14	47	1642.07.18	André Luís	Piloto	B/A/S.T./C.V./Ilhas	E	Peniche
14	47	1642.07.21	Ventura Rodrigues	Piloto	B/A/S.T./C.V./Ilhas	E	Lisboa
14	79	1643.11.06	Manuel Fernandes Varzim	Piloto	B/A/S.T./C.V./Ilhas	E	Póvoa de Varzim
14	79	1643.11.06	António Vaz	Mestre e Piloto	B/A/S.T./C.V./Ilhas	E	Porto
14	80	1643.11.06	Gaspar Ribeiro	Piloto	B/A/S.T./C.V./Ilhas	E	Leça
14	80	1643.11.06	Manuel Fernandes Póvoa	Mestre e Piloto	B/A/S.T./C.V./Ilhas	E	Porto

Liv	Folio	Data	Nome	Carta	Carreira	Cód.	Morada
14	80	1643.11.06	João Sarmento	Mestre e Piloto	B/A/S.T./C.V./Ilhas	E	Peniche
14	80	1643.10.27	António Dias	Piloto	B/A/S.T./C.V./Ilhas	E	Peniche
14	81	1643.11.04	Manuel Fernandes	Piloto	B/A/S.T./C.V./Ilhas	E	V. N. Gaia
14	81	1643.11.06	Pedro do Lago	Piloto	B/A/S.T./C.V./Ilhas	E	Lisboa
14	81	1643.11.04	Cristóvão Dias	Piloto	B/A/S.T./C.V./Ilhas	E	Porto
14	81	1643.11.04	Francisco Rodrigues	Piloto	B/A/S.T./C.V./Ilhas	E	Peniche
14	82	1643.11.04	Salvador António	Piloto	B/A/S.T./C.V./Ilhas	E	Matosinhos
14	87	1643.12.10	Lourenço Pereira	Piloto	A/B/S.T./C.V./Ilhas	E	Lisboa
14	87	1643.12.10	Francisco de Lima	Mestre e Piloto	A/B/S.T./C.V./Ilhas	E	Lisboa
14	87	1643.12.10	João Luís Bravo	Mestre	A/B/S.T./C.V./Ilhas	E	Lisboa
14	87	1643.12.04	Miguel Luís Carneiro	Mestre	A/B/S.T./C.V./Ilhas	E	Lisboa
14	87	1643.12.10	António de Loureiro	Mestre	A/B/S.T./C.V./Ilhas	E	Lisboa
14	88	1643.12.03	Domingos Quaresma	Mestre	A/B/S.T./C.V./Ilhas	E	Lisboa
14	88	1643.12.04	Mateus Rodrigues	Mestre	A/B/S.T./C.V./Ilhas	E	Lisboa
14	104	1644.11.25	Jerónimo da Silva	Mestre e Piloto	A/B/S.T./C.V./Ilhas	E	Peniche
14	117	1645.04.10	Manuel da Fonseca	Mestre e Piloto	A/B/S.T./C.V./Ilhas	E	Lisboa
14	124	1645.05.29	Domingos Simões	Piloto	A/B/S.T./C.V./Ilhas	E	Peniche
14	131	1646.01.03	Domingos Vaz Mendes	Piloto	A/B/S.T./C.V./Ilhas	E	Peniche

Liv	Folio	Data	Nome	Carta	Carreira	Cód.	Morada
14	147	1646.11.14	João Domingues	Piloto	A/B/S.T./C.V./Ilhas	E	Matosinhos
14	147	1646.11.08	Álvaro Martins	Piloto	A/B/S.T./C.V./Ilhas	E	Peniche
14	178	1646.08.29	João Gonçalves Marim	Mestre e Piloto	A/B/S.T./C.V./Ilhas	E	Matosinhos
14	178	1648.08.29	António Rangel	Mestre e Piloto	A/B/S.T./C.V./Ilhas	E	Porto
14	179	1648.09.11	Pedro Domingos Machado	Mestre e Piloto	A/B/S.T./C.V./Ilhas	E	Peniche
14	180	1648.09.24	Francisco Domingues Negrão	Mestre e Piloto	A/B/S.T./C.V./Ilhas	E	Peniche
14	180	1648.10.09	Gaspar Migueis	Mestre e Piloto	A/B/S.T./C.V./Ilhas	E	Porto
14	180	1648.10.03	Lourenço Domingues Durão	Mestre e Piloto	A/B/S.T./C.V./Ilhas	E	Peniche
14	180	1648.10.21	Manuel da Cunha	Mestre e Piloto	A/B/S.T./C.V./Ilhas	E	V. Conde
14	180	1648.10.21	Manuel Lourenço	Mestre e Piloto	A/B/S.T./C.V./Ilhas	E	Matosinhos
14	183	1648.10.31	António Mendes Bocanegra	Mestre e Piloto	A/B/S.T./C.V./Ilhas	E	Peniche
14	183	1648.10.31	Domingos Gonçalves	Mestre e Piloto	A/B/S.T./C.V./Ilhas	E	Lisboa
14	184	1648.10.31	João Lopes Anjinho	Mestre e Piloto	A/B/S.T./C.V./Ilhas	E	Lisboa
14	184	1648.11.11	António João	Mestre e Piloto	A/B/S.T./C.V./Ilhas	E	V. Conde

A MISERICÓRDIA DE SANTA MARIA DA FEIRA

BREVE NOTÍCIA HISTÓRICA

por Francisco Ribeiro da Silva

1 — Introdução

Em 1496 o teólogo Diogo Lopes Rebelo escrevia e dedicava ao Rei D. Manuel I um pequeno livro no qual, para além de definir a natureza e os fundamentos do poder régio, se permitia dar-lhe alguns conselhos sobre a arte de bem governar, dos quais transcrevo o seguinte:

«Sendo o rei o pai da Pátria e dos que nela moram, não lhes deve impor grandes encargos, mas aliviá-los, acarinhá-los, e nutri-los, para que de alma e coração estejam prontos às armas, e inclinados a prestar-lhe sempre todo o amor e serviço»¹.

Ao Rei como Pai da Pátria cabia teoricamente a protecção aos mais desprotegidos e carecidos. Mas os meios de que dispunha não eram ilimitados e não chegavam para tudo. Pobres e enfermos eram um desafio constante à magnificência real mas também um agulhão na consciência dos cristãos a quem se ensinava que não era possível amar a Deus sem amar o próximo, sobretudo os mais carecidos.

¹ REBELO, Diogo Lopes, *Do governo da república pelo Rei*, Lisboa, 1951, p. 129.

Entendia-se, pois, que socorrer os necessitados era uma incumbência do Rei mas constituía também um dever de cada cristão individual. Mas não só. As comunidades locais organizadas, isto é, os concelhos e as Câmaras municipais inscreviam a assistência no rol das suas competências e atribuições.

A combinação e a convergência destes diversos patamares do poder e do dever foram suficientemente inventivas para encontrar formas e instrumentos institucionais de resposta às carências dos mais desprotegidos. Assim desde os tempos medievais foram nascendo por todo o Reino, ou melhor, por todos os reinos cristãos, confrarias, irmandades e corporações que, mais ou menos apoiadas pelos poderes constituídos, encontravam meios para fundarem albergarias, hospitais, gafarias, mercearias e obras semelhantes de caridade cristã e de solidariedade social.

É neste enquadramento e como fruto das várias convergências que, no meu entender, se deve situar o nascimento das Misericórdias e a rápida proliferação que conheceram em Portugal. Entre 1498 (data da fundação da Misericórdia de Lisboa) até 1525 (ano da morte de Dona Leonor) fundaram-se dezenas de Misericórdias, correspondendo a um desejo manifestado por D. Manuel: *folgariamos muito que em todas as cidades, villas e lugares principais de nossos reinos se fizesse a dita confraria*².

2 — A fundação

A fundação da Misericórdia da Feira não ocorreu seguramente nesta primeira fase. Vaz Ferreira, em 1946, apontava o ano de 1594 como a data de fundação³. Mas o apoio documental de que se socorria era frágil. Consistia inicialmente numa série de algarismos (1594) que aparecem e felizmente se conservam num documento do Arquivo da Misericórdia da Feira. Mas essa provável data acha-se isolada no início da folha 4, aliás muito gasta, de um caderno a que faltam os primeiros folios e o assunto não tem continuidade e por isso tanto podia ser relativa à fundação da Misericórdia como a outro evento qualquer relativo à Confraria.

Mas Vaz Ferreira achou meios de reforçar a valia da data de 1594: é que no *Livro de Treslado dos Estatutos de 1756* escreveu-se uma frase

² SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal*, vol. III, Lisboa, 1978, p. 353.

³ FERREIRA, Vaz, *Misericórdia da Feira. Quando foi instituída* in «Correio da Feira», ano 50, n.º 2482 (15 Junho 1954), artigo que seria republicado no volume *Ferro Velho — II*, Sanra Maria da Feira, 1989, p. 319.

que veio em auxílio da sua tese: «...com estes santos fundamentos foi principiada neste Reyno e corte de Lisboa a Irmandade da Santa Misericórdia a cuja imitação foi outra instituída nesta vila a que o senhor Rey D. Manoel fez merese ampliar os privilegios concedidos a de Lisboa no anno de 1594».

Esse documento fornecia um argumento suplementar: *E o Papa Clemente que governa a Igreja de Deos no anno de 1596 lhe concedeo hua bulla de indulgencia com o que animados os irmãos forão contenuando thé o prezente tempo com grande fervor...*⁴

Apesar disso nem todos aceitavam como indiscutível o ano de 1594 como tempo da fundação. Porquê? Pela simples razão de que o documento que o afirma, além de não o provar peremptoriamente e de legitimar dúvidas pela alusão extemporânea a D. Manuel, é datado de 1654, isto é, foi redigido 60 anos depois. Não admira, por isso, que numa tese de licenciatura defendida na Faculdade de Letras do Porto em 1973 se tenha afirmado que «somos obrigados a pôr certas reservas até porque não existem documentos coevos que as confirmem à luz da verdade histórica»⁵.

Por outro lado, a outorga de uma bula de indulgências por parte de Clemente VIII era difícil de justificar porque até 1654 a Confraria da Misericórdia da Feira parece não ter usufruído de um instrumento importante que era o Compromisso (ou, se preferirmos, os Estatutos). E por isso, foi-se arrastando penosamente sem qualquer dinamismo: «grande embaraço», «frieza na devoção e assistência», «pouco ajudada com esmolas dos fieis» são expressões utilizadas na documentação que nos fazem pensar que os primeiros anos de vida da Misericórdia não foram particularmente gloriosos. Provavelmente a sua sobrevivência devia-se à protecção da Condessa da Feira, Dona Joana Forjaz Pereira de Meneses e Silva que foi Provedora durante vários anos e já o era em 1632.

Como quer que seja, estamos em condições de poder asseverar definitivamente que a intuição de Vaz Ferreira foi feliz e que a Confraria da Misericórdia da Feira existe, pelo menos, desde 1594. Nas buscas que efectuamos no Arquivo Nacional da Torre do Tombo pudemos encontrar não o documento da sua fundação mas o alvará que concede à Misericórdia da Feira os privilégios da de Lisboa. Esse diploma foi outorgado por Filipe II e ostenta a data de 18 de Novembro de 1594.

Tratando-se de um documento fundamental para a História desta

⁴ Arquivo da Misericórdia de Santa Maria da Feira (AMSMF), *Livro de Treslado dos estatutos — 1756*, fl. 2.

⁵ VITORINO, António Ferreira, *Elementos para a História da Santa Casa da Misericórdia da Vila da Feira*, (dactilog.) Porto, 1973, p. 23. Os documentos publicados nesta dissertação foram de grande utilidade para este nosso trabalho.

Instituição o qual legitima de uma vez por todas as comemorações do 4.º Centenário, não podemos deixar de o transcrever aqui:

«Alvara para a Misericórdia da Feira usar dos privilegios da de Lisboa.

Eu elRey faço saber aos que este alvara virem que por mo enviarem pedir por sua petição o provedor e Irmãos da Mya da villa da feyra ey por bem e me praz que elles possam usar e usem dos privilegios côcedidos á mya desta cidade de Lix.a en tudo aquillo em que elles se puderem aplicar á mya da dita villa e mando as justiças a que o conhecimento disto pertemcer que cumprão e guardem este alvara como se nelle contem o qual hei por bem que valha como carta sem embargo da ordenaçam do 2.º livro, tit. XX que o contrario dispoem. Miguel Couceyro o fez em Lisboa a xbiiij de nov.bro de bcbFiiij. Pedro da Costa o fiz escrever.»⁶

Quer dizer: em 1594 seguramente a Misericórdia da Feira contava com um Provedor e alguns Irmãos. Desde quando exactamente? Isso parece-nos impossível vir a descobrir-se.

A seguir a este, o documento mais antigo que se conhece relativo à Misericórdia e que se conserva no Arquivo da Mesma é de 1632. Trata-se da compra de um foro anual de 25 rasas de pão (10 de centeio e 15 de Milho) pelo qual a Instituição pagou ao vendedor Pedro Lopes 50\$000 reis — dando este como garantia do cumprimento da sua parte a hipoteca de um campo e de um quintal.

3 — Os primeiros Estatutos

Os primeiros estatutos conhecidos e submetidos à aprovação régia ostentam a data de 19 de Abril de 1654. Mas, pelo que ficou afirmado acima, a Confraria da Misericórdia da Vila da Feira existia e desenvolvia actividade muito antes dessa referência cronológica. Aliás, em 1632, a Mesa regularmente constituída por um Provedor (neste caso uma Provedora, a Condessa Dona Joana, um Escrivão e um Tesoureiro) comprou a um tal Pedro Lopes um foro anual de 25 rasas de pão, para cuja garantia ele, vendedor, como dissemos, hipotecou uma cortinha e um campo chamado do Tabolado que possuía na vila.

Talvez valha a pena referir aqui que antes da Confraria da Misericórdia, fora erigida na Feira outra Confraria, com objectivos

⁶ Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Chancelaria de Filipe I, *Privilégios*, L. 4, fls. 68/68v.

semelhantes, sita na ermida de Nossa Senhora do Campo, cujos documentos de registo de bens remontam a 1567. Desses bens, em data que não podemos apontar com rigor, foi herdeira e sucessora a Confraria da Misericórdia. Admitimos até que a história das origens da Irmandade da Misericórdia da Feira possa estar profundamente ligada a esta e que a relativa nebulosidade do seu nascimento tenha algo a ver com a que lhe foi anterior.

De qualquer forma, ao fim de vários séculos de existência, pode-se afirmar que a Misericórdia da Feira marcou positivamente a terra de Santa Maria e gozou do apoio permanente e do carinho das gentes do Condado, a começar pelos seus titulares bem secundados pela nobreza, pelo clero e pelos trabalhadores. O seu dinamismo está bem patente no património imobiliário que ainda hoje é visível e de que destaco a magnífica Igreja.

Mas, embora de modo menos evidente e menos acessível, tal dinamismo pode-se depreender da documentação que ainda resta e que é necessário preservar. Aliás, parte dela foi aproveitada pelo dr. António Vitorino para a elaboração de sua tese de licenciatura em 1973 a que acima fizemos referência. O estudo da documentação é uma forma importante, não só da sua preservação, mas sobretudo de perpetuação da memória histórica.

É verdade que muitos papéis importantes desapareceram, nomeadamente os referentes aos primeiros dois séculos de vida da instituição. Mas ainda nos ficou uma razoável quantidade de folios de algum interesse: requerimentos de admissão e listas de irmãos que supomos bastante completas, ainda que lacunares quanto a algumas informações cronológicas e da sua procedência paroquial. Possuímos muitos elementos sobre os bens, receitas e despesas da Confraria, inclusive sentenças judiciais contra certos que se recusavam a honrar compromissos e obrigações firmadas por antepassados. Dispomos dos estatutos de 1654 e de várias reformulações a que posteriormente foram sujeitos. E sobretudo dispomos de razoável e diversificada documentação para o século XIX. A História do Condado e do Concelho podem recolher aí valiosos subsídios.

4 — O quadro social

O quadro de irmãos das Misericórdias estruturava-se na dualidade social que caracterizava a sociedade europeia da época. A distinção comum de nobres e plebeus transplantou-se para as Confrarias da Misericórdia cujos aderentes ou Irmãos eram arrumados em dois grupos: os de maior e os de menor condição.

Os Irmãos de maior condição da Confraria da Misericórdia da Feira eram concretamente os nobres locais, os tabeliães e outros funcionários administrativos de algum status social, o capitão-mor do condado, todos os padres independentemente da sua procedência social. Deve dizer-se que a Misericórdia da Feira sempre contou muitos clérigos entre os seus associados.

Os irmãos de menor condição eram normalmente lavradores, alguns mercadores e oficiais dos ofícios mecânicos.

Diga-se desde já que esta peculiaridade das Misericórdias fornece aos historiadores informações excelentes sobre a mobilidade e sobre o escalonamento social. Com efeito, alguém que tivesse entrado como irmão de menor condição e que, entretanto, tivesse melhorado o seu status económico e social no interior da sociedade civil, depressa se recusaria na Misericórdia a exercer tarefas que lhe competiam como irmão plebeu que estruturalmente continuava a ser. Daí os conflitos que os Livros de Lembranças das Misericórdias registam e que acabavam normalmente na expulsão desses irmãos. Conflitos que, no fundo, são de natureza social e não tanto de desobediências às normas, como parecem à primeira vista. Um exemplo: em 1754, Dionísio Ferreira da Silva fora demitido porque desobedecera a uma ordem do Provedor que o mandara pegar na tumba de um irmão defunto. Porquê a recusa? Provavelmente porque o recalcitrante achava que tal serviço não se coadunava com as suas pretensões sociais.

Cada Confraria da Misericórdia tinha um número certo de irmãos. O estabelecimento do *numerus clausus* obedecia em cada caso às necessidades previsíveis para o serviço social a prestar: o Compromisso da Feira de 1654, procurando atingir o ponto de equilíbrio entre o excesso e a escassez, fixa o número de 80, metade nobres e metade plebeus.

Para além do número, as Irmandades estabeleciam também alguns pré-requisitos para a admissão que eram mais ou menos comuns a todas. No caso da Feira, quanto aos nobres, deviam ser

- dos mais qualificados;
- residentes na vila ou num raio de 2 léguas (10 Km.), mas por razões pragmáticas dar-se-ia prioridade aos que vivessem mais próximo.

Quanto aos plebeus, deviam ser

- lavradores. Só entrariam oficiais mecânicos (isto é, artífices) se faltassem lavradores;
- residentes na vila ou nas suas vizinhanças.

O preenchimento de outros pré-requisitos de ordem moral era

condição determinante para a aceitação ou rejeição. Era essencial não estar marcado por certas máculas. Assim não era admitido quem:

- tivesse servido qualquer ofício infame;
- houvesse cometido crime que merecesse pena vil, nomeadamente crime de lesa-majestade, falso testemunho, furto ou outros semelhantes;
- fosse concubinário, secreta ou publicamente;
- fosse insolente ou perturbador da quietação pública;
- fosse menor de 25 anos.

Mas o perfil do futuro Irmão não era definido apenas nem principalmente pela negativa. Só era admitido quem fosse honesto, sensato, equilibrado, de bons costumes, caridoso, capaz de obedecer e, se possível, abonado de bens para melhor socorrer o próximo. Algumas Misericórdias, como por exemplo a do Porto, exigiam ainda que o candidato soubesse ler e escrever. Não era o caso da nossa, como se depreende não só dos estatutos de 1654 mas sobretudo da análise das assinaturas apostas nos documentos das quais muitas são de cruz.

O pertencer ao sexo feminino não constituía condição impeditiva. De facto, a Condessa da Feira, Dona Joana Forjaz Pereira Meneses e Silva, não só foi recebida como Irmã como exerceu durante vários anos o cargo máximo da Irmandade que era o de Provedor, neste caso de Provedora. O ingresso de mulheres estendeu-se a outras: entre 1756 e 1759 foram admitidos quatro casais: precisamente marido e mulher, tal como acontecera, de resto, com a Condessa, cujo marido foi também Irmão.

A admissão de mulheres na nossa Misericórdia em pleno século XVII, a admissão de casais como tais, e sobretudo a eleição de uma irmã para o cargo de topo, deve ser realçada e sublinhada como atitude avançada e progressista. Não é que não se conheçam atitudes semelhantes noutros sítios. Por exemplo, na Misericórdia da segunda cidade do país que era o Porto, já no fim do século XVI foram admitidas como Irmãs duas mulheres. Mas são-no em circunstâncias excepcionais: uma era enfermeira e a outra fizera doações substanciais à Confraria.

5 — Processo de admissão

Quem desejasse entrar para Irmão, devia começar por dirigir o seu requerimento ao Provedor, devidamente assinado ou, no caso de não saber escrever, autenticado com o sinal identificativo próprio. Nesse documento, devia prestar todas as informações pessoais: onde morava e

donde era natural, nome da mulher, nome dos pais e dos sogros, nome dos avôs.

Devia também explicar as razões por que entendia que o seu perfil e as suas qualidades correspondiam ao que se exigia a um Irmão.

Recebido o requerimento, o Provedor e os Mesários deviam recolher informações que lhes permitissem julgar acerca da veracidade dos dados contidos no mesmo. A admissão era finalmente sujeita a votação na Mesa, não sendo exigida a unanimidade mas apenas a maioria de votos para a admissão ou rejeição.

Não sabemos se, na prática, os requisitos estatutários foram sempre observados. No entanto, temos notícia que entre 1680-1699 foram admitidos 64 novos irmãos o que equivale a uma renovação de 80% dos efectivos. Destes, 21 eram moradores na vila. Os restantes 43 viviam nas diversas freguesias do Condado, algumas delas bem distantes. Vejamos:

São Félix	— 1	São Jorge	— 1
Espargo	— 2	Travanca	— 1
Arrifana	— 1	São João de Ver	— 4
Duas Igrejas	— 1	Pigeiros	— 2
Fornos	— 3	Sanfins	— 1
Silvalde	— 3	Nog. ^a do Cravo	— 1
Guisande	— 4	Vale	— 2
Mosteirô	— 1	Oleiros	— 1
Lobão	— 4	Gião	— 3
Escapães	— 5	Fiães	— 1
		Souto	— 1

Entre 1721 e 1760 entraram 41 novos irmãos. O desmembramento administrativo do Condado ainda não fora iniciado mas o recrutamento indicava as tendências centralizadoras da cabeça do mesmo Condado, aliás consentâneo com o espírito dos estatutos: nada menos de 36 viviam na Vila.

E os cinco que restavam moravam perto, com a curiosa excepção de Sandim. Vejamos:

Romariz	— 1
Oleiros	— 1
Sandim	— 1
Fornos	— 1
Sanfins	— 1

A admissão não era uma caminhada sem retorno. Quemquer podia demitir-se ou ser demitido. Vale a pena recordar as causas que podiam levar à expulsão.

- Prejudicar por qualquer modo a Confraria;
- Ser culpado de suborno nas eleições para Provedor;
- Revelar segredos da Irmandade;
- Rejeitar cargos para que se foi indigitado;
- Cometer omissões culpáveis no exercício dos mesmos;
- Desobedecer a ordens do Provedor;
- Dar mais que 3 faltas nos seguintes casos:
 - funeral de irmãos e seus familiares;
 - eleições de Provedor e da Mesa;
 - sufrágio anual pelos Irmãos no dia de fiéis defuntos.

— Desflorar donzela, sendo solteiro e não casar com ela, no caso de serem ambos da mesma condição social, mesmo que lhe arranjasse e pagasse o casamento; se o culpado de desfloramento fosse casado seria riscado apenas no caso de se negar a indemnizar a queixosa. Achamos curiosa esta pormenorização seiscentista que, aliás, desaparecerá de outros regulamentos. Longe de constituir uma nota mórbida julgo que a referência reproduz bem certos traços da mentalidade e da moral da época e as concepções de reparação jurídica.

O próprio Provedor poderia ser riscado de Irmão: bastava que não exigisse ao Tesoureiro a prestação atempada de contas; neste caso, se houvesse desfalque, cumulativamente o Provedor seria obrigado a pagar do seu bolso as verbas em falta.

Na prática, temos conhecimento de alguns irmãos, tanto nobres como plebeus, que foram riscados pelos motivos mais inesperados: em 1755 o padre Manuel Alves de Sá fora expulso por ter ameaçado dar um bofetão em público a um determinado irmão; um tal Damião de Pinho fora riscado porque procurava aliciar testemunhas numa acção que se propunha mover contra a Santa Casa⁷. Um certo Padre Bento José de Freitas não chegara a ser riscado porque a Mesa, quando se preparava para o fazer concluiu que «nem he nem nunca foi irmão por ser falso à Caza»⁸.

6 — Obrigações pessoais dos irmãos

Um dos capítulos interessantes dos estatutos de 1654 é o que se refere às obrigações dos irmãos. Parte desses deveres já os descrevemos acima. Sem pretender abusar da paciência dos ouvintes, resumi-los-emos aqui:

⁷ AMSMF, *Livro dos accents das entradas dos irmãos da Mj.^a desta villa da Feira feyto no anno de 1709*, fl. 34.

⁸ AMSMF, *Livro dos accents...*, fl. 36.

- 1.º — aceitação incondicional de qualquer cargo para que fosse eleito ou nomeado;
- 2.º — obediência ao Provedor e aos Mesários no que respeitava ao serviço da Misericórdia;
- 3.º — a já referida obrigação de acompanhar os defuntos à sepultura com as vestes próprias da Misericórdia e com velas, com as excepções acima enunciadas;
- 4.º — comparência na Misericórdia no dia da visitaçãõ de Nossa Senhora, dia 2 de Julho, para eleição do Provedor e dos demais Mesários;
- 5.º — comparência nos rituais fúnebres pelos irmãos no dia de Fiéis.

7 — O processo eleitoral

Foi dito que a eleição anual dos órgãos dirigentes da Misericórdia tinha lugar em dia da Visitaçãõ de Nossa Senhora ou seja no dia 2 de Julho.

Mas o que é curioso assinalar aqui é que a eleição se fazia por sufrágio indirecto, isto é, o que a Assembleia eleitoral fazia era escolher dez de entre eles, cinco nobres e cinco plebeus.

Estes dez eram os verdadeiros eleitores. Para tal, seriam divididos em grupos de dois, um nobre e um plebeu, os quais se reuniam em segredo e votariam nos nomes que achassem mais convenientes para os cargos, obrigando-se a não revelar em quem haviam votado. A quebra do segredo era causa justa de expulsão.

Pretendia-se que a eleição se fizesse o mais livremente possível e sem qualquer tipo de suborno. As preocupações de transparência eram bem reais. No entanto, recomendava-se que o Provedor fosse recrutado de entre os irmãos mais nobres e ricos e de ânimo não avarento, antes propício a deixar avultada esmola para a Irmandade.

As cinco listas seriam recolhidas pelo Provedor cessante que, na presença da Mesa, conferia todos os votos e dava as instruções ao escrivão para elaborar a acta dos resultados, após o que eram destruídas as listas feitas pelos eleitores.

A proclamação dos resultados era feita pelo Capelão, sendo empossados logo de seguida os novos corpos gerentes.

Conhecemos o nome de grande parte dos Provedores: na generalidade trata-se de nobres, clérigos, letrados, militares. Tal como noutros lugares, muitos dos que desempenharam este cargo, vieram a exercer funções de topo na Câmara municipal, o que equivale a dizer que o estudo da aristocracia local dos tempos passados não pode prescindir do Arquivo da Misericórdia.

8 — Os fins e objectivos

Os objectivos da instituição são os indicados pelos sentidos da palavra misericórdia, explicados, aliás no preâmbulo dos estatutos de 1756: clemência e piedade de Deus (que tiveram sua máxima e definitiva expressão na redenção dos homens) e realização prática das 14 obras de misericórdia que são a expressão última e radical da caridade evangélica. Os pobres e os doentes, os presos e os peregrinos e viandantes foram o objecto preferencial dos cuidados das Misericórdias.

As atenções com os pobres eram bem acauteladas nos estatutos, cujo capítulo VII (versão de 1654) determinava que anualmente se elessem 24 esmoleres, metade de nobres e outros tantos mesteirais, servindo cada par no seu mês. A sua função principal era a de socorrer os necessitados, podendo ser punidos pecuniariamente se faltassem às suas obrigações. Que necessitados?

Os pobres que a Misericórdia socorria estavam inscritos em um rol fornecido pelo Escrivão. À frente de cada nome constava o quantitativo da esmola que cabia a cada qual bem como a duração da ajuda: se perpétua, se temporária. As visitas domiciliárias deviam ser realizadas com toda a pontualidade sem adiamentos. A diminuição da esmola por iniciativa do esmoler, fosse qual fosse a justificação, (os estatutos insinuam a eventualidade de o esmoler guardar para si o dinheiro dos pobres) era sempre inadmissível. Abusos ou negligências não eram toleradas nem pela letra nem pelo espírito do compromisso.

O rol dos pobres a socorrer podia ser sempre acrescentado. Aliás, os esmoleres deviam averiguar acerca da existência de necessitados nas suas freguesias e propor à Mesa as ajudas adequadas e possíveis.

Refira-se ainda que para além dos pobres socorridos na sua casa, havia distribuição de esmolos aos mendigos à porta da Misericórdia em dias fixos da semana. Nas quartas-feiras santas era oferecida uma esmola especial, provavelmente mais generosa.

Quanto aos doentes e aleijados, a documentação permite-nos conhecer que em tempos seiscentistas fora fundado um pequeno hospital que nos meados do século XVIII já se considerava velho e, por isso, fora substituído por um novo que se pretendia «asseado e limpo»⁹. Aliás, dos estatutos da Irmandade constava a eleição anual de um visitador do hospital cuja obrigação prioritária era a de a visitar diariamente os pobres doentes (só os pobres é que procuravam o Hospital) e indagar e satisfazer as suas carências. Para além disso, competia-lhe apoiar na saída os que

⁹ AMSMF, *Livro dos accentos...*, fl. 31.

obtivessem alta. Cabia-lhe mais prover o hospital de roupas e medicamentos. Finalmente devia fiscalizar a assiduidade do médico e cirurgião. Não se pense que os doentes socorridos no Hospital eram apenas os do Condado. Como a vila se achava no caminho de Aveiro para o Porto muitos eram os viandantes que ali buscavam ajuda.

As alusões aos presos pobres são também uma constante nas contas dos Tesoureiros: para além de ajudas ocasionais e individuais, na quarta-feira santa de cada ano, desde tempos imemoriais oferecia-se aos encarcerados uma boa refeição colectiva.

Os cuidados quotidianos com os presos carenciados eram também atribuições dos esmoleres. Mas ao esmoler nobre era confiada prioritariamente a obrigação de fornecer meios para que os acusados por feitos crime fossem libertados tão depressa quanto possível. Mas antes de desencadear qualquer acção de ajuda, devia certificar-se de que os presos eram realmente carenciados.

Havia, no entanto, dois ou três tipos de presos que os estatutos de 1654 excluem deste tipo de assistência:

- os que, tendo desflorado donzelas, se recusassem a casar com elas, podendo-o fazer;
- os que estivessem presos por não terem cumprido degredos a que tivessem sido condenados;
- os que se achassem presos por dívidas cíveis vultuosas.

Outra obrigação dos esmoleres para com os presos do rol era a da visita de rotina aos domingos e quartas-feiras com a esmola respectiva. Se encontrassem algum doente fariam saber isso ao médico para que o tratamento fosse iniciado sem demora.

Não se pense, porém, que as ajudas e a boa vontade eram suficientes para resolver os problemas que a instalação dos presos punha. Em 1782 o Provedor e Mesários, no intuito evidente de obterem um subsídio suplementar da parte da Rainha D. Maria I, pintaram o quadro das condições humanas dos encarcerados com cores muito carregadas: dormiam no soalho sobre uma esteira, sem outro agasalho que as suas rotas e mal cheirosas vestes, morrendo aos poucos mais do que vivendo; uma parte deles achava-se tão debilitada que nem sequer tinha forças para se chegar às grades da cadeia para pedir uma esmola aos transeuntes; alguns pouco mais comiam do que um magro caldo de couves que diariamente lhe oferecia um determinado benfeitor; muitos definhavam na prisão por dívidas pequenas que não tinham meios de satisfazer nem a Misericórdia os podia ajudar. As lamúrias tiveram algum sucesso pois a Rainha, depois de averiguar os factos por consulta ao Ouvidor do

Condado, ordenou que se dessem à Instituição 60\$000 réis anuais para camas e alimentação dos aprisionados.

Os peregrinos que calcurreavam os caminhos das terras de Santa Maria em itinerário para outras paragens, não eram despedidos sem ajuda. A incumbência do cuidado com estes andarilhos tão específicos que eram os peregrinos pertencia ao próprio Provedor que devia fornecer cartas de guia de peregrino e a esmola que julgasse conveniente. No caso de o peregrino não poder ou não dever andar a pé, a Misericórdia pagaria mesmo o aluguer de uma cavalgadura que os levavam até Grijó limite do Condado.

Mas a acção da Misericórdia não se limitava ao mundo dos vivos. O enterramento dos defuntos fazia parte do elenco das obras que os cristãos deviam praticar e o culto dos mortos constituiu um sinal verdadeiramente distintivo do papel sócio-religioso das Misericórdias. Aliás, uma das obrigações mais marcantes dos associados consistia no dever de acompanhar à sepultura os irmãos falecidos — os quais tinham o direito de ser conduzidos à última morada na tumba da Misericórdia, precedida da sua bandeira.

Mas não apenas os irmãos: a obrigação estendia-se igualmente ao dever de participar no funeral de suas mulheres e filhos e outros parentes. E a lista dos motivos de escusa era bem escassa: doença, ausência, administração de sacramento, obra pia inadiável ou cumprimento de igual obrigação noutra Irmandade em que estivesse inscrito antes de pertencer à da Misericórdia.

Apenas uma ressalva: se o defunto tivesse sido morador em local de distância superior a 1/2 légua da vila, os da vila não seriam obrigados a comparecer; do mesmo modo, se o defunto morasse na vila, seriam dispensados os que vivessem a mais de 1/2 légua da mesma.

Não acabavam aqui as obrigações para com os irmãos defuntos. Havia ainda a satisfação das missas e outros sufrágios em contrapartida pelos legados pios e doações em favor da Misericórdia. E para além disso tinham que comparecer nos sufrágios que obrigatoriamente se celebravam em dia de fiéis defuntos. Acrescente-se que as obrigações do capelão da Misericórdia (eleito anualmente) giravam todas à volta das cerimónias e dos sufrágios fúnebres.

9 — Receitas e bens da Misericórdia

Para cumprir este ambicioso e abrangente programa de solidariedade social a Confraria, para além de pessoas, precisava de dinheiro e de géneros. De onde lhe vinham as receitas? Não era certamente dos cofres do Estado.

1.º — Das jóias e ofertas dos Irmãos. Pelo menos a partir de 1654, todo o novo Irmão, ao entrar, contribuía com uma taxa mínima de 500 réis a título de esmola.

2.º — Das doações de beneméritos: era relativamente frequente que os mais endinheirados, irmãos ou não, deixassem em testamento alguma oferta: em finais do século XVII, Manuel Lobato Pinto e sua mulher legaram o donativo anual de 2 alqueires de centeio, 3 de milho e uma galinha. Pela mesma época, Francisca de Almeida, viúva de Bartolomeu Pinto Gramaxo deixara 1 alqueire de centeio e uma galinha. Mais substancial fora a lembrança da Condessa Dona Inês de Castro que doara a tença de 5\$000 réis a cobrar no Almojarifado de Aveiro.

Outras vezes os doadores, a troco de actos de sufrágio, legavam casas ou campos cujas rendas ou foros a Misericórdia passava a receber: assim, em 1692, João Dias e sua mulher, de Oliveira de Azeméis, ofereceram à Confraria as suas casas exigindo em contrapartida a celebração de 24 missas por ano. Em 1766, Gabriel Dias da Costa, de Romariz, deixou à Misericórdia a substancial quantia de 400\$000 reis.

3.º — Das aplicações de capital: os empréstimos a juros eram relativamente frequentes, oscilando a taxa a cobrar pelos empréstimos entre 5% e 6,6%.

4.º — Dos foros comprados pela própria Misericórdia ou adquiridos em virtude de legado ou doação.

5.º — Das ltuosas das propriedades aforadas pela Misericórdia as quais, curiosamente, haviam deixado de ser constituídas pela jóia mais digna que o foreiro possuísse à data da sua morte (como era por exemplo na altura da reforma manuelina dos forais) e se haviam transformado numa modesta quantia em dinheiro ou na entrega de uma ave de capoeira (frango ou galinha).

6.º — Das esmolos recolhidas na missa dominical das diversas freguesias do Condado pelos chamados mamposteiros da Misericórdia, cujos termos de tomada de posse são frequentes na documentação que se conservou. Não faltava quem quisesse ser nomeado mamposteiro pois tal cargo proporcionava pequenos privilégios como, por exemplo, ser poupado a ofícios públicos indesejados como era o de quadrilheiro.

7.º — Dos subsídios dos poderes públicos como aconteceu com a oferta da Rainha Dona Maria I a que acima fizemos menção. Mas não se pense que tais subsídios saíam directamente do erário régio: neste caso eram retirados dos sobejos das sisas, isto é, dos impostos de consumo pagos pela população local.

Temos notícias de que outras formas se inventaram para angariar fundos: uma era a de recorrer a peditórios pelas ruas da vila. Outra era a prática comum de o mordomo da Igreja caminhar à frente dos funerais,

tangendo uma campanha e estendendo a salva a quem quisesse contribuir para as obras da Misericórdia. (capítulo 8.º dos estatutos de 1654)

No conjunto, as rendas fixas da Misericórdia da Feira em 1696, eram constituídas pelo seguinte:

— 21\$900 reis em dinheiro			
— cereais:	milho	41,5	alqueires
	trigo	34	»
	centeio	13,5	»
	pão meado	6	»
— aves de capoeira			
	4 galinhas		
	2 frangos		

Os foros em cereal, em animais de criação ou em géneros podiam ser convertido em dinheiro segundo tabelas fixadas pela Misericórdia e que é possível conhecer através dos documentos que a instituição ainda conserva.

Meio século depois, as doações haviam aumentado e o rol de bens possuídos pela Misericórdia estendia-se muito para além da vila: Oliveira de Azeméis, Sanfins, Fornos, Espargo, Souto, Milheirós de Poiares, Canedo, Válega, Mosteirô são nomes de freguesias que constam da documentação.

10 — Conclusão

A História e os Historiadores são acusados por vezes (e não sem razão) de perpetuarem apenas a memória dos poderosos e dos senhores deste mundo. É um provérbio popular muito conhecido aquele de que «dos fracos não reza a História». Provavelmente essa é uma fatalidade imposta pelos materiais de que o Historiador dispõe. Grande parte dos documentos de que podemos lançar mão, não retratam senão as posições e a situação dos que mandavam e comandavam.

No entanto, no que se refere a estas Instituições de solidariedade social, o ditado é um pouco injusto: os documentos da Misericórdia tratam dos fracos, dos humildes, dos desprotegidos, dos marginais que a consciência cristã, não obstante o egoísmo da natureza humana, jamais pôde ignorar.

O problema é que pode acontecer que ainda neste caso a perspectiva

da pobreza e da miséria nos seja oferecida pelos olhos e pela pena dos mais favorecidos pela fortuna. Mesmo assim, a história do sofrimento humano e das carências de muitos bem como a resposta que as sociedades foram dando para a resolução ou atenuação desses problemas passa obrigatoriamente pelo estudo das instituições de solidariedade social que são ao mesmo tempo e contraditoriamente espelho da vileza e da nobreza da condição humana.

Hoje em dia os Estados assumem como obrigação fundamental que lhes é própria a protecção aos mais débeis e carenciados. Mas se aos servidores e responsáveis por essas instituições estatais ou mesmo municipais, falta o espírito e a dedicação que presidiu à criação das Misericórdias, suspeito que o aparente avanço e fartura de meios não passa de uma fachada bonita que esconde a ausência total de humanismo que no fundo é o que é preciso preservar.

A UNIVERSIDADE BRACARENSE

(Duas notícias históricas inéditas
sobre os Estudos Gerais Bracarenses)

Por Aurélio de Oliveira

Entre os autores e memorialistas bracarenses (seus naturais, ou que sobre Braga escreveram) figura em destaque Inácio José Peixoto. E isto não obstante toda a sua obra ter permanecido inédita na sua quase totalidade. Na verdade, só muito recentemente veio à luz um dos seus escritos as suas *Memórias Particulares* (um diário, por vezes bem pormenorizado da vida bracarense a que se juntam alguns fastos nacionais e notas que do estrangeiro aqui chegaram de 1740 a 1808¹).

Disse alguém que sobre aquele memorialista quis já iniciar o estudo (pelo certo do personagem e da obra) que Inácio José Peixoto «escreveo muitos escriptos do maximo interesse historico, archeologico e para a Historia ecclesiastica do Arcebispado e para o projecto da Reforma do Breviario (e) importantíssimas apostilhas de direito civil e canonico»².

¹ *Memórias Particulares de Inácio José Peixoto. Braga e Portugal na Europa do século XVIII*. Estudo introdutório de Luís A. Oliveira Ramos. Leitura de José Viriato Capela (coord.). Braga, 1992.

² *Apontamentos biográficos do dezembargador Inácio José Peixoto*. Bibl. P. Municipal de Braga, Ms 849⁷, infelizmente incompletos. Apenas iniciados. Seguramente extraviado e perdido o restante texto.

Mas não apenas nestes campos deixou obra de mérito. A sua produção alargou-se a outros domínios tendo deixado também obra de poesia e de teatro³. Polígrafo polifacetado, cujo verdadeiro valor e alcance se desconhece ainda na sua quase totalidade. Todavia, o seu interesse não repousará apenas na sua alargada e polifacetada produção literária. O seu papel, a sua actividade e influência junto do grande Arcebispo D. Fr. Caetano Brandão, está, na verdade, por determinar. Mas pelos indícios, (e como já o dissemos) parece-nos ter sido de primordial importância. No conjunto da actividade e da obra do Arcebispo, Inácio José Peixoto constituiu-se numa presença constante e diária que urge estudar e seguir com atenção⁴. Foi, na verdade, um íntimo colaborador do Arcebispo, exerceu na Cúria os mais importantes cargos e responsabilidades. Foi seguramente seu conselheiro, tendo sido até ao fim do então incompreendido e até vilipendiano Arcebispo, um fiel, confiante e amigo servidor.

Já em trabalhos anteriores (mais recentemente quando abordámos alguma das obras de D. Frei Caetano Brandão), para além dessas memórias de Inácio José Peixoto (e de outros) nos servimos também doutros acervos documentais que mais directamente respeitavam quer à figura quer à obra daquele Prelado. Entre eles o Manuscrito N.º 495 da Biblioteca Pública Municipal de Braga.

Este códice constitui, sem dúvida, para a história da vida e da acção do Arcebispo uma peça importante. Trata-se, na verdade, de uma alargada colectânea de documentos e escritos. Uns de autoria do próprio Arcebispo, outros a ele referentes, de diversa autoria. Destes, alguns, por si directamente encomendados. Peças importantes sobre assuntos diversos. Variada correspondência de, e para o Arcebispo.

São tudo cópias de originais, aqui colegidos e ordenados pelo mesmo punho como se depreende do mesmo tipo de letra da primeira à última página. Trata-se, pois, de um códice de consulta necessária para o conhecimento quer da obra quer da personalidade daquele Prelado (a conjugar, e a completar, naturalmente, com outras fontes). De alguns dos

³ Para a sua vida e obra, remetemos, para a Introdução das *Memórias Particulares* cit. supra.

⁴ Aurélio de Oliveira, *D. Frei Caetano Brandão e o I Certame Agro Industrial*. Conferência proferida em Braga em Abril de 1992 no âmbito da «Comemoração do Bicentenário da Fundação do Colégio de S. Caetano». Depois publicada na Rev. «Itinerarium» Ano XXXVIII. N.ºs 143-144. Braga 1992.

informes aí contidos nos servimos já, tendo inclusive, daí extractado já também algumas peças⁵.

Ora aqui nesta colectânea documental (directamente respeitante a D. Frei Caetano Brandão) estão lançadas duas *Memórias* sobre os Estudos Gerais bracarenses. A primeira da autoria de Inácio José Peixoto (Memória essa, aliás, que como a maior parte dos outros seus escritos se julgava perdida ou extraviada). A segunda, directamente consagrada ao Colégio do Seminário de autor desconhecido, ou melhor dizendo, ainda não identificado, pois apenas se encontra referenciado pelas iniciais A.J.M.G. Tratar-se-á, pois, de outro dos colaboradores do Arcebispo. Ambas ostentam a mesma data: 1 de Agosto de 1805, a indiciar que ambas terão sido remetidas e presentes ao Arcebispo na mesma altura.

São seguramente trabalhos encomendados pelo Arcebispo, e o seu objecto, para além da informação documental propriamente dita, é habilitá-lo a agir e a actuar no sector dos estudos e da formação cultural dos seus subordinados. A segunda, visa mesmo fornecer ao Arcebispo os meios mais recomendáveis para a obtenção de fundos que permitisse manter e alargar a acção do Colégio de S. Pedro.

São sabidas as suas grandes preocupações pedagógicas e educacionais, que desde o início da sua actividade Pastoral quis pôr em marcha e em prática, quer em Braga quer em terras várias do seu arcebispado⁶.

Por permanecerem desconhecidas, delas vimos dar notícia, trazendo assim também à luz mais um dos escritos de Inácio José Peixoto (que a par de outros, como dissemos, se julgava extraviado ou perdido).

São relativamente curtas e sucintas tais memórias, mas mesmo assim não deixam de ter o seu interesse, como peças fundamentais para a História do Ensino Público Superior no País e em Braga em particular.

Para além da divulgação de mais um escrito histórico de Inácio José Peixoto, não deixarão as suas memórias de virem a contribuir para uma maior informação sobre os estudos bracarenses no século XVI e nos tempos subsequentes. Braga, de facto, teve papel de relevo no conjunto

⁵ Aurélio de Oliveira. *O Trono e o Altar na mesma Cruzada. (Algumas considerações a propósito da correspondência entre Pina Manique e D. Fr. Caetano Brandão)*, Porto 1987.

— *D. Fr. Caetano Brandão e o I Certame Agro-Industrial* ed. cit.

⁶ Sobre isto escreveram vários, mas ultimamente, em particular José Carlos Gonçalves Peixoto. Vide *Pensamento social e pedagógico de D. Fr. Caetano Brandão*. Braga — 1991.

do contexto cultural e pedagógico do País no século XVI. Papel e importância que só não se avolumou e desenvolveu condignamente nos tempos posteriores (ou imediatos) por motivos de disputas de primazia entre as mais escolas e, naturalmente, condicionada pela política centralizadora da Coroa, manifestamente convertida pela solução (única) coimbrã. Mas Braga, ombreou então, seguramente com as Escolas de Lisboa, e depois de Coimbra, vindo a constituir-se como uma verdadeira Universidade, a cujos Estudos Gerais acudiram Mestres de fama e, depois, uma numerosa população estudantil.

Em algumas alturas chegou o seu número a atingir volumes consideráveis, avultando sobremaneira no conjunto da restante população urbana. Particularmente numerosos eram os que aí afluíam de todo o Norte.

Logo nos seus inícios essa população estudantil dos Estudos Gerais ultrapassava os 400 estudantes provenientes de todo o Entre-Douro e Minho, Trás-os-Montes e até da Galiza⁷. Na primeira metade do século XVII eram particularmente numerosos os que aqui acorriam das terras de Guimarães (e de outras mais do interior⁸. Ainda que não usufruindo do seu lustre anterior continuou, essa população estudantil, a crescer e a impor-se no corpo social da cidade. A meados do século XVIII, os alunos destes Estudos Gerais subiam a mais de mil, número que devemos considerar de vulto no contexto estudantil de então⁹. Não indo a população global da cidade além dos 12.500-13.000 habitantes, só este colégio capitalizaria cerca de um décimo de toda a população urbana¹⁰. Uma «verdadeira universidade aonde concorrião estudantes de todo o Arcebispado e de fora delle»¹¹ e «onde todos trajavam como os da Universidade de Coimbra»¹².

Na origem destes Estudos Gerais Bracarenses está essa figura ímpar de Prelado que foi D. Diogo de Sousa. Homem de Renascimento, uma vez Arcebispo de Braga quis para aqui transportar todo aquele ambiente humanista, com o qual contactara directamente em Roma como também em Paris e Salamanca. Peça fundamental dessa ilustração seria, pois, uma

⁷ J. Sebastião da Silva Dias, *Braga e a Cultura Portuguesa do Renascimento*. Coimbra, 1972 (referindo testemunho directo de Marcial de Gouveia).

⁸ Aurélio de Oliveira, *Municipalismo e integração económica*, Braga 1988. Cf. Arq. Municipal de Braga. Lv. de Vereações N.º 1809 fl. 83 v.-84 v.

⁹ Bernardino José de Sena Freitas, *Memórias de Braga*. T. V, Braga, 1890 f. 435 (extractando dados do P.º Luís Cardoso).

¹⁰ Idem. Passim.

¹¹ Cf. Inácio José Peixoto, *Memória* N.º 1.

¹² Ibidem.

digna Escola ou Colégio para Estudos Superiores. Projecto amadurecido longamente vem a ter finalmente, a sua concretização em 1531.

Estes estudos Gerais ou Colégio das Artes, como D. Diogo lhes chamou, organizar-se-ia depois segundo o modelo coimbrão. Não deixa, porém, de ser curiosa a prioridade desta intenção e depois concretização que antecede bastante a criação do célebre Colégio das Artes de Coimbra. A titularidade e o objectivo da fundação deste tipo de Colégios Universitários parece, pois, ter sido primeiramente experimentado aqui em Braga e por mão desse notável arcebispo que foi D. Diogo de Sousa (alvitre, aliás apresentado ao Monarca como solução e alternativa à saída de bolseiros). A intenção similar de D. João III em fundar esses colégios parece datar tão só de 1542¹³.

O seu fundador desaparecia rapidamente, — logo no ano seguinte de 1532 — deixando a sua obra incompleta. «Morte que tem aparências de catástrofe para o futuro escolar da cidade»¹⁴. Caberá ao seu sucessor — o Infante D. Henrique — consolidá-la e alargá-la. Logo no ano imediato de 1533 ficaria como Administrador temporal e espiritual do Arcebispado (embora só anos depois viesse a tomar posse da Mitra como Prelado).

Todavia, para além da sua fundação (e ainda do papel relevante que nela tem o Infante D. Henrique) a sua fama maior anda certamente ligada a dois nomes grandes do Humanismo português e europeu: Nicolau Clenardo e João Vaseu. Com mestres e personalidades tão insígnies os Estudos Gerais Bracarenses atingem rapidamente fama e notoriedade.

Por pouco tempo, porém. O ambiente começava a turvar-se rapidamente¹⁵. O Infante D. Henrique deixava a Mitra em 1540. Com D. Diogo de Sousa e com a primeira fase henriquina, ia-se essa primeira lufada de ar fresco favorável às novas ideias e do Humanismo e do Renascimento.

A Mitra Bracarense daí a 1550 não tem qualquer tipo de continuidade de política cultural (ou outra) dada a constante renovação de Prelados até à chegada de D. Fr. Baltazar Limpo em 1550. (O primeiro Inquisidor Geral, Fr. Diogo da Silva viria mesmo a tornar-se Metropolitana de Braga) ainda que tendo já, nessa altura, desistido do cargo. Mas passará então —

¹³ Mário Brandão, *O Colégio das Artes*, Coimbra, 1933.

— *A Inquisição e os Professores do Colégio das Artes*. Coimbra, I, 1948.

¹⁴ J. S. da Silva Dias, ob. cit. 19.

¹⁵ Nome de vulto foi ainda o de Marcial de Gouveia, o qual, porém, gravemente se deslustraria pelo seu turtuoso comportamento, nas contendas ideológicas de então. «Homem de ruim carácter» escreveu Mário Brandão (Cf. *A Inquisição e os Professores do Colégio das Artes*. Coimbra, 1948, I, 299. Cf. do mesmo *O Colégio das Artes*, Coimbra, 1933, I. 642-644.

esse mesmo Controle Geral — para as mãos do Infante D. Henrique — que por sua vez acabava de deixar a Mitra bracarense)! Pior talvez que a ausência de uma directriz cultural e educativa consentânea com os objectivos do fundador é, seguramente, esta alteração do clima e das atitudes mentais (de que a própria Corte é seguramente a maior responsável)¹⁶ a grande causadora da reviravolta operada. Os tempos da tolerância vão desaparecer. Surgirão as crispções, as suspeitas e, finalmente, as perseguições que vão atingir, então, alguns dos maiores vultos do nosso humanismo, particularmente aqueles que mantiveram ou mantinham relações ou contactos com o estrangeiro. Se efectivamente o eram — como Clenardo e Vaseu — os receios e preocupações seriam naturalmente maiores.

Todo esse ambiente, como se sabe veio a culminar nos tristes episódios que levaram ao fecho do Colégio das Artes de Coimbra em 1549 (e à sua entrega a uma direcção ideológica completamente diferente)¹⁷. Por aquilo que representa e pelos efeitos que esse episódio teve na sorte e no destino desse primeiro humanismo português — 1549 — é, de facto, um marco decisivo e indelével na História da Cultura (e do Pensamento) em Portugal.

A inegável protecção e estima de que beneficiaram esses altos nomes do humanismo, inclusivé por parte do Infante D. Henrique enquanto Arcebispo (que não se poupou a esforços e influências para os atrair às «suas» Escolas de Braga) iriam desaparecendo pouco a pouco. São sabidas as dificuldades e o abandono a que foi votado Clenardo aquando da sua digressão a Marrocos (talvez já aí uma atitude de hostilidade se não mesmo de autêntica perseguição). Essa atitude face a Clenardo por parte dos mais altos responsáveis, tem que integrar-se, seguramente, nesse ambiente geral adverso que se viveu junto das principais Escolas Superiores do País. O colégio bracarense teria seguramente sentido também os seus efeitos (bastaria recordar-se o papel e comportamento do Mestre Marcial de Gouveia). Não tenho, por isso, grandes dúvidas em afirmar que a saída de Vaseu logo em 1550, a seguir ao «fecho» do Colégio das Artes em Coimbra em 1549 — e à perseguição mais sistemática e generalizada em relação a alguns humanistas — terá

¹⁶ J. S. da Silva Dias, *Correntes de Sentimento Religioso em Portugal*, Coimbra, 1960, 2 vols.

— *A Política Cultural da Época de D. João III*, Coimbra, 1969.

¹⁷ À nota supra juntar também Mário Brandão (nas duas obras já citadas). O problema, como se sabe, atingirá todos os limites do ultramontanismo ideológico. E é aí, precisamente, que Marcial de Gouveia se deslustra como homem e como humanista.

a ver com toda esta situação. Factos e caminhos preocupantes que naturalmente terão «aconselhado» Vaseu a não se demorar por mais tempo no «seu» Colégio que, com Clenardo, criara e depois dirigira com competência e notório renome por espaço de doze anos. A tudo acresceria também já uma certa má fé, e segura desconfiança do próprio monarca.

Mas paremos por aqui estas breves considerações. Outros com outra competência já delas falaram, e outros certamente o farão — e para Braga em particular, pois me parece que este «Colégio das Artes» de D. Diogo de Sousa ainda o merecerá¹⁸.

Deixemos, por agora, o leitor com essas duas notícias históricas inéditas, a que apensamos uma outra já impressa e que directamente respeita às diligências de D. Diogo de Sousa a quando da fundação do Colégio.

Como referimos a primeira dessas memórias é da autoria de Inácio José Peixoto. A segunda de autor, para já, não identificado (certamente outro colaborador de D. Frei Caetano Brandão) que assina apenas com as iniciais A.J.M.G.. Finalmente, uma carta cujo autor é o próprio D. Diogo de Sousa. Nela dá conta da Fundação do Colégio das Artes e das diligências por si efectuadas e em curso para o efeito¹⁹.

¹⁸ Remetemos para a bibliografia que existe sobre este assunto, particularmente J. S. da Silva Dias e deste, *Braga e a Cultura Europeia do Renascimento*. Coimbra, 1972, e respectivas bibliografias.

¹⁹ Monsenhor J. Augusto Ferreira, (nos *Fastos Episcopais* T. II. 886-88), transcreve esta carta, conforme cópia que dela encontrou em manuscritos de Inácio Jozé Peixoto. Não diz quais mas presumo que nas *Memórias dos Arcebispos... em algumas reflexões críticas para se notarem na História Ecclesiástica do Sr. D. Rodrigo da Cunha Ms. inédito*. É possível, até, que esse transcrito se tenha feito de cópia. O «original», porém, guarda-se ainda no Arquivo Distrital de Braga. É a transcrição desse «original» que aqui reproduzimos seguindo a leitura definitiva de Prof. P.º Avelino de Jesus Costa, como consta do Apêndice Documental ao seu trabalho sobre o grande Arcebispo de Braga do Renascimento: *D. Diogo de Sousa, novo fundador da Cidade de Braga*. in «O Distrito de Braga». Ano de 1961). Com a devida vénia.

I

Memória N.º 1

Ex.^{mo} e Rev.^{mo} Snr. Detremina V. Ex.^{cia} que eu examinando os Archivos desta Igr.^a e da Sua Mitra faça hua Memoria abreviada da origem dos Estudos publicos desta Cid.^e, sua instituição, seu fundo, sua permanencia athe que se entregarão p.^a a ademenistração dos Jezuitas extintos: seu estado q.^{do} se extinguirão aquelles e o q depois se tem seguido athe o prezente. O Arcebispo D. Diogo de Souza teve em vistas no tempo do Snr: Rei D. Manoel o estabelecer hum Collegio de Estudos nesta Cid.^e: não pode concluir esta boa obra athe aos annos de 1531 e então he q deo o primr.^o plano p.^a as Escolas: assim consta de hua Carta sua. Sabese porem, e ainda existem monum.^{tos} viziveis disto, e que elle fundou a antiga Igr.^a de S. Paulo q veio a ser no tempo dos Jezuitas, a Aula das duas Cadeiras de Theologia Moral: hoje para em poder das Religiozas Urselinas, a Caza ja desfigurada do que foi.

O Serenissimo Snr. Cardeal Rui D. Henrique emq.^{to} foi Arceb.^o de Braga proseguio o entento do seu Benemerito Antecessor: no anno de 1539 deo forma ao Collegio dos Estudos, declaramente q p.^a acodir a ignorancia dos Povos e evitala nos Ecclez.^{os}, e principalm.^{te} nos podres de Arcebispado, e satisfazer as obrigaçoens do seu Ministerio Pastoral estabelecia cazas junto à Capella de S. Paulo para ahi se ensinar: mandou vir / Mestres de Paris estrangeiros os melhores q pode encontrar delles foi Nicolao Clenardo m.^{to} celebre pela Arte que deixou de Lingoa Grega: unio então ao dito Collegio a Igr.^a de S. Maria de Negrellos, q se achava vaga, a de S. Julião de Valpassos quando vagasse, e q erão ambas de sua colocação ordinaria, e o Mosteiro de Vemieiro. O objecto da instituição do Collegio foi ensinar-se gratuitam.^{te} Gramática, Retorica, Filozophia, e Theologia aos Estudantes e Clerigos do Arcebispado principalmente pobres; rezervou porem o dito Serenissimo Snr. p.^a si perpetuam.^e e p.^a seus sucessores o regimem e administração do Collegio, emcorporando-o na Sua Meza Arcebispal, a q.^m o unio, e destinando a aplicar-lhe athe a quantia de Seis centos ducados, Salvo o Beneplacido da Sé Apostolica. Erigio em titulo de Beneficio hum Presbítero Capellão na Igr.^a de S. Paulo destinado p.^a os Estudos dos Estudantes e Clerigos pobres principalm.^{te} tomou o Collegio posse da Igreja de Negrellos em 1541.

O Arcebispo D. Fr. Baltazar Limpo em 1553 pelas gravissimas cauzas q considerou, q farão a falta de Doutrina q havia nos Povos, a pobreza da terra, e q os que se ordenavão, e havião de Ordenar p.^a o futuro não tinhamo possibilid.^{es} p.^a hirem estudar fora, e q havendo Mestres

asalariados, não terião escuza de estudar: respeitando tambem a q esta Santa Igreja / era Metropole, e Primaz das Hespanhas a q não so concorrião subditos, mas sufragamos, e q havendo nesta Cid.^e m.¹⁰ concurso de Cauzas Ecclezi^{as} e Seculares, cumpria haver nella bons letrados, continuando os bons dezejos de seus Antecessores, e aperfeiçoando-os p.^r ter augmentado a sua Mitra em Rendas; por isso unio p.^a sempre por sua Authorid.^e Ordinir.^a a sua Camara de Mazedo ao dito Collegio: Creou Reitor e Consilheiros de m.^{mo} e fez ao seu Provizor Reitor perpetuo do m.^{mo} Collegio: ordenou duas cadeiras de Theologia com oitenta mil reos em cada hum anno; duas de Canones com outros oitenta mil rs duas de gramatica com cincoenta mil rs, duas de Artes com sesenta mil rs, e hum Capellão q dezia Missa com Comemoração dos Reis e dos Prelados, regulou emfim toda a direcção dos estudos, a q ficou a dar Estatutos, rezervando a si a emenda, correcção e vezitação e pedio a S. Mag.^e e a seus Sucessores conservassem obra tão pia, e necessaria por serem participantes das Missas e Oracoens q se mandavão dizer no Collegio isto consta por documentos.

O veneravel D. Fr. Bartholomeu dos Martyres seu sucessor no Arcebispado ratificou a união da Camara de Mazedo, e a separou da sua Meza na conformid.^e do mesmo. E em Abril de 1562 vagando o Canonicato do chantrado a que era unida a Igreja de S. Maria de Ferr.^{os} nos suburbios desta Cidade / com sua Annexa S. Marinha da Portella foi unida p.¹⁰ Serenissimo Snr. Cardeal Inf.te D. Henrique como Legado a latere ao d.^o Collegio p.^a se conseguir o q tambem se tinha precenciado. Mas he de notar e saber q o d.^o veneravel Prelado D. Fr. Bartholomeu / de cuja Beatificação se trata presentem.^e na Curia Romana / no anno de 1560 no mez d' Agosto nesta Cid.^e celebrou hum contrato com o P.^e D. Franc.^{ec} de Borja Proc.^{cor} Geral da Companhia, depois Santo Canonizado, e com o seu substituído o P.^e D. Ignacio d' Azevedo p.^o aceitar o Concerto q elle d.^o Arcebispo fizesse àcerca do Collegio e Escollas q queria commeter ao ensino da Comp.^a. Fez então o Arceb.^o Doação da Capella de S. Paulo, seus Estudos e anexas à dita Companhia p.^a os administrarem, e governarem cumprindo com os encargos e obrigacoes q lhes declarou, e entre as condicoens do contrato era de terem os P.^{es} lentes de Humanid.^e e Lingoa Latina com trez substitutos: hum curso de Artes havendo doze Estudantes, hua contínua Lição de cazos de consciencias: e não querendo os P.^{es} ter buscarião Pessoa de forra, a que darião quarenta mil rs. e não abuscando nem a pondo a poria o Arcebispo, e finalm.^e todas as mais clauzulas do regimen dos Estudos sobre Beneplacito Sedis Apostolica et non alias. Contra esta a / a que o veneravel Arcb.^o fez dos bens da sua Mitra em 4 de Setbr.^o do m.^{mo} anno protestou o Cabbido Bracarense com fortissimas razoins, que talvez

profeticamente receou: não queria consentir se entregasse o Collegio feito e concluido e dotado ja a huns homens estranhos, e q não erão subditos dos Prelados: e declararão q se o Arceb.º insistisse na sua vontade não ficaria prejudicada em couza alguma p.^a o futuro esta Prelazia, pois se faria sem consenso do Cabb.º a Doação.

O Veneravel Prelado q não foi então Profeta, ou talvez os Jezuitas ja poderosos conseguirão Cartas Regias para que consentisse e approvasse o Cabb.º aquela instituição do Collegio e annexação das Rendas de Mazêdo e q a Snr Rainha, então Reg.^{lc} louvava e approvava m.^{to}: assim consta da Carta de 4 de 7br.º de 1560: = escreveo tambem o Serenissimo Cardeal Infante ao Deão hua Carta, outra ao Cab.º em 20 d'Outbr.º de 1560: mas o Cabb.º nunca dezistio do seu sentim.^{to} como se colhe de outra carta do anno de 1562 — o que tudo se acha conservado no Cartorio e Archivo do R.^{mo} Cabb.º aonde eu fui achar e descobrir estas importantíssimas notícias. O Arcebispo como inestio na sua rezolução passou Provizão aos Jezuitas para entrarem no regimen dos Estudos desta / cidade. Tenho feito memoria da origem dos Estudos athe se entregarem aos Jezuitas: seu fundo q então forão as Igr.^{as} e Camara de Mazêdo, que tenho dito.

Confirmou o S.^{to} P.^o Pio 4.^o esta instituição e trespasse dos Estudos p. hua Bulla do mez de 8 b.º de 1563 em q vem a clauzula = Adonera illi impozita Commodo debes sustentanda = reformou-se as Unioens de Mazedo e a doação do Cabb.º e nesta confirmação esta a dos Estudos = Invin contractus = e foi a Bulla de motu proprio e certa sciencia de Sua Santidade: note-se ser o contracto feito entre a Se Bracarense e o Coll.º: as Igr.^{as} em q falla são som.bte Negrellos, Mazedo e Vimieiro.

Com o Collegio dos Jezuitas entrou tanto no gosto e consentim.^{to} do Respeitavel Prelado, q.^{tas} tambem então se esperavão as grandes utilidades de instroção da mocid.^o pelos ditos Jezuitas, em 18 de Abril de 1564 unio o Arceb.º D. Fr. Bartholomeu dos Martyres ao Collegio as Igr.^{as} de Remelhe, e de Pereira p.^a hua Lição de Theologia com a expressa clauzula de q não se cumprindo, ficaria relaxada e desfeita a união, e os Prelados q depois fossem com liberdade de ordenar e prover as Igr.^{as} e no anno Seg.^{to} de 1565 desobrigou o Collegio porem lhe confirmou as ditas Igr.^{as}.

No anno de 1565 — inteirou ao Collegio de tudo o que se lhe devia da Camara de Mazedo / extinguiu a Igr.^a de Moldis a favor do m.^{mo} em 1568 lhe unio os meios fructos de Villar de Forno. Em 1575 conseguirão os Jezuitas União do Mosteiro de Roris com breve do Papa, e o Serenissimo Cardeal D. Henrique foi o Juiz Executor. Com este fundo em Igrejas principiou a Companhia a administrar o Coll.º: mas os Arcebispos sempre tiverão a Suprema direcção delle como se vê de algumas

Provisoes dos Arceb.^{os} D. Affonso Furtado de Mendonça e de D. Agostinho de Castro.

O Veneravel Arçeb.^o D. Fr. Bartholomeu não dotou e augmentou o fundo, mas à sua custa fez o grande Templo de S. Paulo q ainda hoje existe. Do antigo Collegio se fez o Patio dos Estudos com cinco Aulas p.^a Gramatica, Humanidades, duas p.^a Artes e duas p.^a Theologia Moral, e assim continuarão athe a fatal extinção da Socied.^e q aconteceu no principio do Pontificado de Serenissimo Snr. D. Gaspar.

Pode-se dizer q era Braga como hua Universidade a ella concorrião estudantes de todo o Arcebispado, e de fora d'elle os ordinandos aprendião e se instruião nos Cazos, e Theologia Moral, depois de terem aprendido grammathica, Rethorica e Filozophia: todos trajavão como os da Universidade, e por ordem dos Arcebispos havia p.^a cohibir os maos, Meirinhos deputados e subordinados ao Perfeito dos Estudos: a estas Aulas concorrião os collegiaes do Seminario de S. Pedro, sem terem necessidade de outros// Mestres, e por isso as rendas deste seminario ainda suprião a sua despeza o que hoje não acontese.

Seguirão-se à extinção Sequestro em todos os bens e Igrejas dos Jezuitas, confundirão tudo sem distincção do que possuirão como administradores obrigados a em cargos no q possuirão como Snr.^{es}: a Mitra por então não expôz os seus direitos p q não os examinou, ou p q algumas cauzas seguidas a pedirão: mas a Camara da cid.^e sentindo a grande perda da educação publica não deixou de representar a S. A. o Serenissimo Snr. D. Gaspar o direito q tinha a sua Mitra para recuperar os seus bens, e existe no Archivo a propria Representação Subscripta pelos Veriadores e Juiz de Fora.

Hé constante q o serenissimo Snr. D. Gaspar intentou recuperar os seus direitos: o necessid.^e da Igr.^a de Braga o não ser possivel q o seu clero fosse a estudar à Universidade de Coimbra, a necessidade dos Mestres no tempo da Ordenação e continuação das Aulas para a instrução dos q se applicão aos Concursos, e finalm.^e todos aqueles motivos q concorrerão para q para o Papa Pio 4.^o confirmar a União de Mazedo e de outras Igr.^{as} particularm.^e respeitantes a este Arcebispado e Cidade, não se podem dizer completos na Universidade de Coimbra.

He certissimo que / athe ao prez.^e não chegou a exhibir-se em publico aos Prelados desta Igr.^a a Bulla da applicação das Rendas do Collegio de Braga à Universidade: tem-se visto as dos Collegios de Evora e de Coimbra, mas não deste de Braga: parece impossivel com prejuizo gravissimo de 3.^o se applicuem à Universid.^e as Rendas de Mazedo proprias da Mitra, e de q os Jezuitas erão administradores som.^e, não senhores e não se sabe p q lei podesse entrar no confisco decimal da Igr.^a de Braga, q não foi Ré de delicto algum.

Tambem he p. notar q supposto o Arceb.º D. Fr. Balthazar Limpo q unio as suas Igr.^{as} e a sua Camara de Mazedo desse p^a cauza o terem-se augmentado as Rendas da Mitra, como sem duvida estava augmentado então pelas Camaras de Valença, pelos votos, e pela integrid.^e das Rendas: hoje não he assim: os Arcebispos não tem metade de q então tinham: a Patriarchal lhe levou as terças libres de encargos de modo q duas partes q ficão à Mitra não fazem hua metade livre. O Arceb.º D. Fr. Bartholomeu p^a fundar o Mosteiro dos Dominicicos de S. Cruz de Vianna unio-lhe as Rendas q a sua Mitra tinha no Mosteiro do Salvador da Torre, e assim diminuirão as da Mitra. No actual Governo de V. Ex.^{ca} levantarão-se todos os q lhe pagavão votos e fez esto mais de / dez mil cruzados de diminuição a sua Renda: tem a sua Mitra Sentenças, Alvarás, Provizoens, Decretos, posse emmemorial p^a esta Renda, mas repartida por mais de 40\$ devedores, não chegarão as Rendas p^a Letigios.

He por isso ao q parece q a Mitra de Braga he mais credora q devedora a Universid.^e de Coimbra e q talvez este Real Corpo Academico não perceberá em particular de outros Bispos do Reino o q percebe da de Braga nas suas Igr.^{as} e Camaras.

Lembro-me offererecer-lhe a metade dos votos p q de boa m^e se lhe largara isto p^a com os grandes poderes q tem exigir e defender esta Renda, que os seus Mestres impugnarão p hua parte e sem escrupulo algum levavão pela outra. Hé o que posso informar a V. Ex.^{ca} Braga 1 de Agosto de 1805 o Dez.^{or} Proc.^{dor} Geral da Mitra Ignaceo Joze Peixoto.

II

Memória N.º 2

Ex.^{mo} e Rev.^{mo} Snr. Ordena-me V. Ex.^{cia} q lhe manifeste hum meio pelo qual se possam augmentar as Rendas do Seminário de S. Pedro com proporção aos uteis e Santos fins a que elle se destina: eu vou satisfazer ao preceito de V. Ex.^{cia} e prescindindo do justificado meio q eruditam.^e patenteou a V. Ex.^a a Dez.^{or} Proc.^{cer} Geral da Mitra vou lembrar outro justo, facil, e que nada / grava ao Publico. tal he a quadruplicar a taxa com q todos os Beneficios forao gravados na fundação do Seminario, q não he esta proporcionada ao actual rendimento dos m.^{mos}.

O Venerável D. Fr. Bartolomeu dos Mártires recolhendo-se do Sagrado Concílio de Trento onde ao m.^{mo} tempo q immortalizou o seu nome encheo de honra e gloria a Portugal, cuidou logo em fundar hum Seminário em execussão do que se havia disposto no m.^{mo} Concilio na

ses. 23.6.18 de Reforma e foi este o primeiro Seminário das Hespanhas. Prezidindo ao Concílio Bracharense 4.º nelle em Acta 5.ª e 14 decretou o numero de cem alumnos p.^a habitarem o m.^{mo} Seminário, numero sufficiente naquelle tempo mas talvez lemitado em o prz^o em q a população se tem consideravelm.^e augmentado. Procurou stabelecer-lhe Renda, e uzou dos meios q o m.^{mo} Concílio prescreveo, gravando os Beneficios deste Arcebisado pois q p.^a utilidade de todos era fundado o m.^{mo} Seminário. Não prescreveo o Concílio em q.^{to} havião de ser gravados os Beneficios. A Sagrada Congregação a 3 de Setbr.^o de 1650 approvou a taxa de dous p. cento. Pignat. t. 1 Cons. 416. A mesma Congregação a 25 de Fevereiro de 1602 tinha approvado a taxa de Cuatro p. Cento. Pignat t. 9 Cons. 81 n 16 e ja Clemente 8 a 7 de 8 b.^o a 1562 haverá concedido aos / Bispos que se podesse fazer a taxa de meia décima e vem a ser de cinco p cento. Gare de Benef. p. 12 c.2, n. 107.

Foi m.^{to} moderada a taxa de que rezou o dito Venerável Fundador, porque gravava os beneficios em dous p cento depois de abatidas todas as despezas dos m.^{mos} como refere Fr. Luís de Souza na sua vida Liv. 3 c 2 e veio a importar ao todo a q.^{ta} de 1.233\$181 rs quantia esta m.^{to} sufficiente nesse tempo p.^a sustentar hum grande numero de Alumnos, porq todos os fructos forão estimados em m.^{to} mais, e o dr.^o não augmentou o seu valor antes a m.^{to} Ouro lhe fez perder a estimação: he necessario hoje ao menos oito vezes mais dinr.^o de que naquelle tempo era necessario p.^a sustentação do Seminário.

Sim Ex.^{mo} Snr. nesse tempo rendia este Arcebisado vinte mil cruzados. Fr. Luis de Sousa supra. L. 1 cap. 13 e hoje entrando a terça p^{te} dos fructos q libre de todas as despesas recebe a S.^{ta} Igr.^a Patriarcal, e q por isso vale mais ou menos tanto q.^{to} V. Ex.^a recebe nas duas partes, Cento e Sessenta mul Cruzados, oito vezes mais do q rendia em tempo da fundação: não se acrescentarão novas rendas, antes diminuirão, e o m.^{mo} aconteceo em todos os mais Beneficios, e este tão consideravel augmento procedeo do valor dos fructos de que se compoem os mesmos Beneficios.

Daqui duas / couzas vizivem.^e se manifestão: 1ª que a insubsistencia do Seminario procede de que o seu fundo foi estabelecido em dr.^o que se não augmentou o seu valor, e estimação, antes diminuiu: ao m.^{mo} passo q os fructos forão estimados em mais: 2ª que a taxa então feita não tem proporção algua com o actual rendim.^{to} dos Beneficios taxados, e portanto não terei duvida em affirmar q a quantia taxada se deve augmentar, proprozição esta q p.^a ser conforme a metade de Cónclio he justa e praticavel, e por assim o exigir a necessidade do Seminario, he necessaria; Se se augmentar a quantia taxada oito vezes, não serião hoje os Beneficios gravados em mais do q forão na fundação do Seminário

pelo sobredito Exemplar dos Prelados: o seu rendim.^{to} he hoje certam.^e oito vezes mais do q era em tempo q forão taxados: Mas eu não lembraria tanto; seja quadruplicada, acrescera aos Benefícios hum limitado onus, e o Seminário podera sustentar mais alguns Alumnos, ainda q não tantos q.^{tos} prescreve o Concílio Bracarense, e ainda assim nem os Benef.^{os} a serem prezentem.^e gravados em menos de metade do q forão na fundação do Semindr.^o, pois vem a ser gravados em hum p. cento, abatidas as despezas, e ainda me atrevo a affirmar, m.^{to} menos do q hum p. cento: esta verdade se faria evidente se eu fizesse menção da limitada taxa dos Benefícios cujos rendim.^{tos} são notorios, então de necessid.^e se confessaria q a taxa quadruplicada ainda não corresponde a hum p. cento do seu actual rendim.^{to} Augmente-se pois a q.^{ta} taxada na forma sobredita e vira ella a importar anualm.^e quatro contos novecentos trinta e dous mil sete centos e vinte e quatro reis. Saptisfaça-se no S. João o dobro do q ate o prez.^e se pagava, e no Natal de cada hum anno outra igual q.^{ta} e nestes dois terminus se vem a saptisfazer toda a q.^{ta} taxada e seu augmento. Trez forão os Benef.^{os} simplicis q se união ao sobred.^o Semindr.^o, o rendim.^{to} dos quais cresceo como os mais Benefícios, não falo no tenue rendim.^{to} q elles tinham ao tempo da União: hoje o de Trute se acha arrendado por duzentos mil reis, o do Fojacal p. cem e o de Bulhente por oitenta mil rs. vindos todos trez arrender prezentem.^e trezentos e oitenta mil reis: tem mais de Juro Real quatro centos e vinte e tres mil sete centos e trinta e cinco reis q ha seis annos se lhe não tem pago, e por isso se deve 2.541\$810 rs.

Sim Ex.^{mo} Smr., com a taxa dos Benefícios augmentada, com o rendim.^{to} de trez Benefícios simplicis unidos, e com o Juro Rial em se lhe pagando, se pode sustentar hum maior numero d' Alumnos, excedendo m.^{to} o insignificante numero de doze q ha annos unicam.^e tem: nem estes m.^{mos} se poderião conservar se V. Ex.^{ca} não tivesse como tem pago a huns Mestres todo o salario, e outros augmentado o q recebem do Seminario, e concorrido tambem p.^a as mais despezas delle: m.^{tas} das Despezas são iguais, ou se jao m.^{tos} ou poucos os Alumnos, tanto custa a conservação de hua Caza em que havitão / doze com q he habitada / tanto importa o salário do Abb.^e q ensina doze, como da m.^{ma} Caza q he habitada por cem, e do M.^e q tem cem Discipulos.

Este meio que lembro a V. Ex.^a não excede as facultades ordin.^{as} de V. Ex.^a. Depois de erectos os Semindr.^{os} quando as suas Rendas não são sufficientes, podem os Smr.^{es} Bispos unir-lhes Benefícios simplicis, procedem da m.^{ma} forma q na creação, Corr. Prax. Benef. Lib. 4, C. 4 n.^o 19 mas aonde haja Bebef.^{os} simplicis, q estejam nestes termos! Podem igualm.^{te} augmentar a taxa nas circumstancias em q se achã o Semindr.^o de S. Pedro.

Monac. Form. tto 2 Form. 2 n.^o 7. O modo ordin.^{to} de augmentar na

forma sobred.^a a taxa, seria proceder V. Ex.^a a isso com os Deputados que prescreve o Concilio: não tem V. Ex.^a obrigação de seguir os votos dos m.^{mos} mas só de ouvir o seu concelho. V. Ex.^a tem hua longa experiencia do que são votos Canonicaes, q.^{to} nelles se procura contrariar os projectos os mais justificados dos seus Prelados: sabe q entre elles custuma ser a razão do decedir, o q sem emprudencia se deve esperar tudo barulhado, e nada concluido; igualm.^{te} se deve esperar repugnancia em m.^{tos} dos Beneficiados em satisfazerem o q lhes acresczer: evitar-se-hião estes inconvenientes, se S.A.R. aprovando o q venho a delembzar ensinasse a V. Ex.^a q sem Deputados inuteis nas actuaes circumstancias quadruplicasse a taxa dos Beneficios a favor do Seminário e a mesmo Snr. com a sua Authorid.^e Rial a corroborasse Decretando o q se precedesse p^a a sua execução como se tem feito athe o prez.^{te}. Deve-se esperar isto de S.A.R. pois q não ha q.^m ignore q.^{to} o d.^o Sr. Protege a Igr.^a e promove o seu augm.^{to} e esplendor. Tenho satisfeito como me foi possivel ao q V. Ex.^a me ordenou. Braga 1 de Ag.^{to} de 1805 = A.J.M.G.

(*Arq. Distr. de Braga. MS. 495 fl. 168-183*)

III

Carta de D. Diogo de Sousa

1531, Janeiro, 5, Braga — *D. Diogo de Sousa comunica a António Lopes o seu plano de fundação de estudos públicos em Braga e pede-lhe que procure no estrangeiro mestres idóneos para eles.*

Antonio Lopez, Amiguo

Quero vos dar conta de hum movimento em que estou posto o qual me parece muito serviço de Deus. E creio que asy parecera a vos e a todos e nam he novo em minha vomtade mas ha mais de XX annos que comecey de emtrar nele, o qual he em soma este: Desejey muito de fazer hum collegio aquy¹ d Artes e Theologia e pus mão na obra com consintimento e prazer del Rey que Deus aja. Oferecerom se cousas por omde nom ouve efeyto, agora me torna a renovar esta vomtade, e porque o tempo he tam turbulemtto como vedes quero dar algum principio a meu pemsamento

¹ Corrigido de *daquy*.

e o mes e a fim dara Deus adiante se lhe aprouver. E o principio quero que seja este: parece me bem de buscar dous mestres de ler e esprever muy bons, os quaes emsinem nesta cidade a toda pessoa dela e de fora que quizerem apremder, e am de emsinar a todos em geral de graça, sem lhe levarem hum so reall² em todo o anno nem de preço de mes nem de anno nem de esportulas ou pitamças que lhe dem as festas somente ham de emsinar gratis e eu pagar todo seu trabalho e industria, e dar lhe casas e escolas.

It. Quero por esta maneira acima dita ordenar dous mestres de Grammatica que emsinem continuamente nesta cidade sem levarem nenhua paga disso como digo dos que am de emsinar a ler e esprever.

It. Quero ordenar mais dous homens letrados leigos ou religiosos que emsinem aquy Logica e Artes, e estes receberey religiosos ou seculares ou creligos. E pera os religiosos averey emtanto licença de seus prelados, e logo do papa, pera que estem aquy e ensinem e sejam sometidos a minha obediencia e emquamto aquy estiverem e emsinarem e que nenhum prelado outro³ posa emtemder neles nem em sua vida e obras e alem de lhe dar aquilo que seja rezom e honesto terey lembrança de os prover na Igreja daquella maneira que me melhor parecer segumdo seu serviço e qualidade de suas pesoas, afora o ordenado de seu asemto, pago cada anno aas terças ou como eles quizerem.

It. Vos emcomemdo muito que logo me busqueis nese estudo dous ou tres homens religiosos, clerigos ou seculares que queiram acceptar de virem aquy por aquelle preço que seja honesto, do qual ham de ser tam bem pagos de mim como vos sabeis que eu pago a todos afora a esperamça que lhes dou de os beneficiar. E porque vos conheceis minhas obras e vida, mas ou bõas quaes ellas sam, escuso de vos aconselhar o que lhes aveis de dizer de mim e a comfiamça do que lhe prometer. Tratay este negocio por Deus principalmente e depois por me servir e por merecerdes de Deus mais merce polo que fizerdes nelle do que por me servir.

It. Vos lembro que lhe deis comta de Braga como he a mais sam cidade e terra que ha em Espanha indistimtamemte, chea de toda-las augoas fomes frutas pescados e carnes lenha e pam e vinho e todo outro mantimento omde nam ha doemça nem corrupçam de ares como no paraíso terreall. E day graças a Deus por se vos oferecer obra em que ele ha de ser tam comtemte e ele⁴ tam satisfeyto. E vos aveis de vir qua a estar

² Seguem-se as palavras *de graça*, que foram traçadas.

³ *Sic.*

⁴ O sentido pede *eu* em vez de *ele*.

e ajudar a este serviço seu e tamanho bem de Braga e da Republica e Damtre Douro e Minho.

It. Me disseram que estava nese estudo hum mestre Amrrique portuges regemte. Falay com elle de minha parte e dizei lhe que aimda que me nam conheça que por suas letras e pola fama que dele tenho que ele me conhecera quando lhe comprir pera lhe fazer merce e homrra, que vos mamdo e esprevo que lhe amostreis esta carta emcomemdamdo lhe da minha parte que⁵ dee conselho e ajuda de sua pesoa ou doutra pera esta obra, scilicet, escolhendo pesoas que sejam aptas e necessarias pera esta obra que digo e se elle quisesse fazer mudamça pera mim eu a acceptarey com muy boa vomtade, e recebera de mim merce e homrra e mais vira pera sua natureza e terra do que ha de ser muy comtemte, e creio que de mim fara outro tamto.

It. Falay a Luis Dominguez porque [e] homem de [quem] tenho muito conhicimento e lhe faço cada anno merce como vos sabeis, afora a que tenho feita a seu irmão de officios e beneficios e de tudo vos emformay e mamday larga reposta nomeamdo as pesoas e asy suas vomtades, se ho puderdes mamdar por este portador.

De Braga oje 5 de Janeiro 1531.

(*Arq. Distr. Braga. Gav. das Cartas. Carta XXXVI. Vide nota 19*).

⁵ Pequena rasura, correspondente talvez a vos.

TRANSFORMACIONES EN ASTURIAS DURANTE EL PRINCIPADO DE ISABEL, FUTURA REINA CATOLICA

por M.^a Isabel del Val Valdivieso
Universidad de Valladolid

1. — Asturias a mediados del siglo XV

En 1467 y 1475 los asturianos presentan a quien consideran su rey dos cuadernos de peticiones¹. Leyendo uno y otro se toma conciencia de la importancia de los acontecimientos que tuvieron lugar en el tiempo que

¹ Se trata de las peticiones presentadas al príncipe-rey don Alfonso en 1467 cuya respuesta está fechada en Ocaña el 20 de enero (publicadas por Martínez Marina, *Teoría de las Cortes*, T.III, pp. 68-80, y por la R.A.H. en *Memorias de Enrique IV de Castilla*, T. II, Madrid 1835-1913, pp. 528-536), y del cuaderno de peticiones al que responden los Reyes Católicos el 6 de abril de 1475 (publicado por Uría Rúa, "Respuesta de los Reyes Católicos a las peticiones de la Junta General del Principado de Asturias en el año 1475", en *Estudios sobre la Baja Edad Media asturiana*, Oviedo 1979, pp. 142-152). En el primer caso, los procuradores son Juan de Caso y Fernando Alvarez de la Ribera, y en el segundo Juan de Caso, Fernando Alvarez de la Ribera, Martino de Quirós y Fernando Alonso de Jove. Nótese que Caso y Quirós pertenecen a parcialidades traicionalmente enfrentadas (los segundos dan nombre a una de ellas, mientras los Caso pertenecen a la de Miranda), y que los Quirós son opuestos a los Quiñones (véase Cuartas Ribero, *Oviedo y el principado de Asturias a fines de la Edad Media*, Oviedo 1983, pp. 10-17).

separa su redacción, dadas las notables diferencias que se observan en su contenido; este hecho debe responder, sin duda, a un cambio en los problemas y condiciones del principado.

Los diez y nueve capítulos presentados en 1467 al príncipe-rey Alfonso ponen de manifiesto, en primer lugar, la preocupación de los peticionarios por conservar su situación jurídica y permanecer bajo su autoridad. Aunque hay que matizar estos deseos, teniendo en cuenta el gran poder que en el principado tiene en estos momentos el conde de Luna, enfrentado con Enrique IV, y por tanto interesado en que este monarca permanezca alejado del poder asturiano.

La confirmación de los privilegios del Principado y de las mercedes individuales de que hasta ese momento habían gozado los más notables habitantes del mismo, así como la concesión de nuevas dádivas en beneficio de aquellos que habían respaldado la causa de Alfonso frente a su hermanastro, son otros tantos puntos de interés que destacan en el capitulado. Se hace también referencia a la situación inmediatamente anterior, a los recientes conflictos que han tenido lugar con motivo de las aspiraciones reales de don Alfonso. En este sentido lo más destacado es la referencia a los perjuicios que algunos habitantes de Asturias sufrieron como consecuencia de los desmanes cometidos por los seguidores de Enrique IV, así como el daño que se derivaba para todo el principado de las concesiones de hidalguía hechas por éste en beneficio de sus partidarios.

Las preocupaciones económico-fiscales que aquejan a los asturianos en ese momento quedan patentes: a la referencia indirecta contenida en el asunto de la hidalguía hay que sumar la petición de que la alcabala quede establecida en un maravedí de cada quince; la solicitud de que no se sitúen nuevas mercedes, otorgadas a foráneos, sobre las alcabalas asturianas; las referencias al precio de la sal, así como la reclamación de la fundación de un nuevo alfolí, en Pravia.

También se refieren a las instituciones de poder: se solicita que Asturias tenga representación en Cortes; que se mantenga un único alcalde mayor; que se ponga remedio a los abusos que cometen los oficiales de justicia, y que se haga realidad el deseo de no tener corregidor.

Con ser todo esto importante, lo más destacado es el enorme poder que el conde de Luna parece tener en esa fecha, así como el clima de división, violencia y estorsión que parece haber dominado en el Principado hasta el momento de la redacción del capitulado, y que se espera solucionar mediante la intervención de don Alfonso.

No parece arriesgado proponer que la causa de esa alterada situación por la que parece haber pasado, o estar pasando, el Principado no es otra que la guerra que divide al reino desde que en 1465 los enemigos de

Enrique IV declararan a éste depuesto y proclamaran en su lugar a don Alfonso. Como en otras áreas norteñas, la lucha por el poder, que protagoniza la alta nobleza castellana, reaviva las querellas locales que enfrentan a los bandos nobiliarios asturianos. Seguramente la pequeña nobleza local, deseosa de mejorar su posición, y sin escrúpulos a la hora de hacerlo a costa de sus iguales, aprovecha la contienda general, y, con el pretexto de apoyar a uno u otro bando en litigio, busca acrecentar sus rentas, bien mediante privilegios concedidos por aquel a quien obedecen y defienden, bien apropiándose violentamente de las propiedades y derechos de los integrantes de la parcialidad opuesta².

El otro aspecto que destaca claramente a lo largo de la lectura del documento que nos ocupa, es el enorme poder que en ese momento tiene el conde de Luna (Diego Fernández de Quiñones), y la confianza que en él parece tener don Alfonso. En efecto, éste recurre al conde y hace dejación de sus atribuciones a favor del Quiñones, repetidamente y en asuntos de gran interés y trascendencia. Es el conde quien jura, en nombre de Alfonso, que Asturias no saldrá del realengo, y el que establece el precio de la sal y rebaja la presión de la alcabala; por otra parte don Alfonso cede parte de su poder en favor del de Luna para que sea éste quien organice la actuación de la alcaldía mayor (es el propio conde el que ocupa ese oficio) y la solicitada representación asturiana en Cortes; y sobre todo hay que llamar la atención sobre el hecho de que es don Diego el encargado de señalar a qué personas, por haber defendido la causa del infante, debe confirmarles sus mercedes o/y concederle otras nuevas. No cabe duda, pues, de que con el consentimiento de Alfonso, el verdadero dueño de Asturias es Diego Fernández de Quiñones.

En realidad, a través de la guerra civil, se está dirimiendo, entre otras cosas, el control del Principado, no sólo entre Alfonso y Enrique IV, sino entre éste y Quiñones. El conflicto viene de lejos³, desde que Enrique era

² Alguna noticia sobre los bandos asturianos en este momento puede verse en Uría, "Contribución al estudio de las luchas civiles y el estado social de Asturias en la segunda mitad del siglo XV" en *Homenaje a D. José M^a Lacarra de Miguel*, T. IV, Zaragoza 1977, pp. 285-305.

³ Enrique IV destituyó a Pedro Suárez de Quiñones nombrando en su lugar al conde de Valencia de don Juan, Juan de Haro. Pero en 1446 don Pedro vuelve a desempeñar el cargo. Al no resignarse el de Valencia a perder tan destacado oficio, estalla la lucha armada entre Quiñones y Haros. De momento triunfan los segundos: Juan de Haro vuelve a figurar como merino mayor de Asturias, mientras don Pedro va a parar a la prisión de la fortaleza de Roa. No obstante los Quiñones que no se resignan, continúan la resistencia frente a Enrique IV y su merino, consiguiendo llegar a una solución pactada, que se logra merced a la intervención de Juan Pacheco a favor del de Luna. De esta forma en 1462 Diego Fernández puede tomar posesión del disputado

príncipe de Asturias. Ya entonces, al intentar hacer valer sus derechos choca con los Quiñones, quienes tienen tal poder en el área asturiana que, cuando el príncipe pide apoyo a sus vasallos para recuperar aquello que a su juicio le tenían irregularmente ocupado, los asturianos son remisos a obedecer por temor a que, de ser derrotado Enrique, la venganza del conde de Luna fuera desastrosa para ellos⁴. A partir de este momento se suceden las sustituciones y luchas en torno a la merindad mayor del principado, principal instrumento de dominación en poder de los Quiñones. Se inicia así un nuevo período en el que la oposición es ejercida por el conde de Valencia de Don Juan, apoyado por Enrique IV. Esto permite que las distintas parcialidades asturianas, apoyando a uno u otro contendiente, diriman sus diferencias⁵.

oficio, aunque por poco tiempo, ya que enseguida vuelve a aflorar la desconfianza enriqueña. En esta ocasión el monarca, consciente de la necesidad que tiene de conservar la fidelidad asturiana, obtiene la renuncia de don Diego a cambio de 150.000 maravedís. La querrela, a pesar de todo, se mantiene, y, cuando en 1465 los nobles rebeldes coronan a don Alfonso, el Quiñones se alinea en este bando. De esta forma consigue recuperar el poder perdido sobre Asturias, al ser repuesto en todos sus antiguos oficios, derechos, mercedes, posesiones y rentas por el infante. Este conseguía así, no exactamente controlar el Principado, por supuesto, pero sí tener a su favor a quien dominaba en el mismo, lo que para su causa era un apoyo fundamental. (Puede verse Benito Ruano, "La merindad y alcaldía mayores de Asturias a mediados del siglo XV", *Asturiensia Medievalia*, 3, 1979, pp. 273-329; C. Alvarez Alvarez, *El condado de Luna en la Baja Edad Media*, León 1982, pp. 179-180; Carballo, *Antigüedades y cosas memorables del Principado de Asturias*, Madrid 1695, pp. 441-441).

⁴ Risco, *España Sagrada*, T. XXXIX, pp. 207-210.

⁵ Aunque la situación sea ya diferente, todavía durante el reinado de los Reyes Católicos, y en los primeros años del siglo XVI, el de Valencia de Don Juan intentará volver de nuevo al principado, ahora como corregidor. Esta posibilidad es considerada tan peligrosa por los asturianos que, a comienzos de la desimosexta centuria se dirigen a la corona para evitar una vez más el nombramiento. Declaran que el conde *ha procurado e procurado otras veces de ser corregidor del dicho principado, puede aver diez años poco mas o menos, e ovo promisiones para ello, las quales, como quiera que fueron obedesçidas, el dicho principado suplico dellas e no lo resçibio por corregidor porque no convenia a serviçio de vuestra alteza*. E insisten en el mantenimiento de su criterio, según el cual ese nombramiento no debe hacerse *puesto que el dicho conde sea cavallero, hablando con la reverençia e acatamiento que devo, e sin perjuyzio del dicho conde, non concurren en el las cualidades e condiçiones que de derecho se requieren para que pueda ni deva ser juez en el dicho principado por que los que han de ser jueçes han de ser elegidos sin parcialidad e sin sospecha e que no tengan afeçion a unos e odio y enemistad a otros e no han de esperar intereses en los lugares que han de govarnar ni pretender derecho alguno dellos* Justifican su juicio señalando que el conde declara públicamente y sin recato que *es duque de Gijon e señor de Pravia e de Cangas e de Tineo deziendo que pretende derecho a ellas por aver seydo de sus antepasados*, cuando, según dice el procurador del principado, aquellos fueron justamente

El segundo documento al que antes me refería — el cuaderno de peticiones presentado a los Reyes Católicos en 1475 — muestra una situación, al menos en parte, diversa. En el mismo se solicita que sean confirmados los *privillejos, cartas e mercedes franquezas e libertades e esençiones e fueros e buenos usos e costunbres*; que se haga justicia respecto a todo tipo de violencia que los habitantes de Asturias han tenido que soportar a lo largo de los últimos cuatro o cinco años; que sean restituidos los maravedís que el conde de Luna usurpó a algunos asturianos para poder ocupar el Principado en nombre de don Alfonso; que se ponga orden en el reparto de mercedes para evitar los frecuentes choques, *tomas e represarias* a que da lugar la circunstancia de que su concesión se ha hecho de tal manera que *ay tres o quatro personas que cada una dellas dise que es suya la dicha merçed*; y que se ponga coto a los desmanes cometidos por el duque de Valencia de Don Juan que, pretextando pertenecerle los concejos de Gijón y Pravia, abusa de su poder y ha establecido un nuevo portazgo en el camino real, en el término de Santa Cristina.

Todo esto enlaza con las alteraciones bélicas y los conflictos que quedaban reflejados en el documento anterior, pero, con ser importantes, se trata en este caso de aspectos secundarios. Lo que destaca en el documento de 1475 es que de su contenido se desprende el “triunfo” del corregidor y una intensa preocupación por los asuntos económicos y los abusos señoriales.

En efecto, en varias de sus respuestas, los Reyes Católicos se refieren ya al corregidor como un oficial con derechos y poder reconocidos en el Principado, mientras que los procuradores de Asturias no hacen ninguna referencia al corregidor y su poder. La actitud asturiana puede interpretarse como una aceptación tácita de lo que parece inevitable: la existencia y actuación de este oficial en el territorio asturiano, como en otras zonas del reino. Por su parte los reyes, dispuestos desde el primer momento a hacer triunfar esa figura en todas partes, aprovechan la oportunidad que les brinda la respuesta a las peticiones para ir introduciéndole como algo natural: le dejan encomendado el ejercicio de

expulsados de esa tierra en beneficio de los intereses de la corona. Precisamente es esa expulsión la que explica el *odio y enemistad capital* que dicen tiene el conde *contra las personas del dicho principado que le fueron contrarios ... (y la) afeçion e amor devido e mucha obligaçion con aquellos que fueron de su parcialidad* (A.G.S., Cámara de Castilla, Pueblos, leg. 2, fol. 214; el documento, sin fecha, parece ser de los primeros años del siglo XVI).

la justicia, así como la solución de los conflictos con los nobles, y de aquellos que puedan surgir en el cobro de las deudas existentes en el pago de alcabalas.

La actividad económica, a diferencia de lo que sucedía ocho años antes, parece ser una de las grandes preocupaciones en la Asturias del comienzo del reinado de los Reyes Católicos. Por supuesto, la fiscalidad y la actuación de los arrendadores, en especial lo relacionado con la alcabala y los pedidos y monedas, es uno de los aspectos tratados a lo largo del documento.

Los intereses ganaderos son también objeto de atención, refiriéndose los procuradores a la necesidad de proteger las cabezas descaminadas, que irregularmente son tomadas en beneficio propio por merinos y alguaciles. Pero lo que parece necesitar mayor respaldo, y constituir el principal objeto de atención para los asturianos del momento -quizá sería más preciso decir para los asturianos habitantes en las villas-, es la actividad mercantil en general⁶, destacando claramente lo referente a un producto, la sal. Dado que este es el producto más importante del comercio asturiano, no es extraño que ahora, como en 1467, los procuradores se refieran al mismo. Esta vez se atiende a su importación, al tiempo que se vuelve a solicitar la concesión de un nuevo alfolí, ahora para Gijón⁷.

Por lo que se refiere al comercio en general, dejando de lado todo lo relacionado con la alcabala, hay que señalar que se solicita, en primer lugar, la exención del diezmo de la mar para *toda legumbre que se entiende de cosas de comer e de beber que se carga e descarga sobre el mar*; y también, que la mercancía *que de la mar saliere*, teniendo dueño conocido, no pueda ser *demandada por quiebra* por los merinos y alguaciles (para saber si ese dueño existe o no, los bienes rescatados debían de ser guardados durante un año, y darse a conocer públicamente su hallazgo). También se solicita amparo frente al corso, haciendo mención expresa a Francia, Inglaterra y Portugal, claros rivales de la navegación castellana. Y, por último, se llama la atención sobre uno de

⁶ Sobre el comercio asturiano puede verse Uría Rúa, "Avilés y Oviedo en el comercio Atlántico de la Edad Media (ss.XIII-XVI)", en *Estudios sobre la Baja Edad Media asturiana*; J. I. Ruiz de la Peña, *El comercio ovetense en la Edad Media*, Oviedo 1990.

⁷ Sobre la sal asturiana puede consultarse González García / Ruiz de la Peña, "La economía salinera en la Asturias medieval", *Asturiensia Medievalia*, 1, 1974, pp.11 y ss.

los métodos de estorsión nobiliario, la imposición de peajes⁸, entorpecedores de la actividad mercantil terrestre.

Esta última cuestión nos pone en contacto con el tercer aspecto que destaca en el documento citado, referente a la situación asturiana a la llegada al trono de los Reyes Católicos. Se trata de la insolencia nobiliaria, que se plasma en la comisión de graves y repetidos abusos sobre los pecheros. Sin duda el fin de la guerra civil en 1468, y la vuelta a una situación de enfrentamiento latente, hizo que la nobleza local tuviera que centrar su actividad, de cara a conseguir mejorar el volumen de su renta, en los recursos que por sí misma pudiera obtener en el Principado, bien de sus iguales, bien mediante la estorsión de los *hombres llanos*⁹. Se quejan los procuradores de las múltiples violencias que protagonizan los hidalgos y caballeros, amparados en sus fortalezas, castillos y casas fuertes. Típicos abusos señoriales todos ellos, que ponen de manifiesto la virulencia de la lucha de clases en un momento en el que la nobleza, ante la necesidad de rehacer y acrecentar su renta, no duda en recurrir a métodos tradicionales, apropiándose prerrogativas de poder que no le corresponden.

Es decir, en los ocho años que separan la redacción ambos documentos, las circunstancias parecen haber cambiado en Asturias. De un larvado enfrentamiento nobles-pecheros, camuflado por la lucha Quiñones-Haro, o por el enfrentamiento Enrique IV-Don Alfonso, hemos pasado a una oposición abierta entre ambos, que lleva a los segundos, quizá debido en parte al empuje urbano, a buscar amparo en la corona.

Por otra parte se observa también la pérdida de poder del conde de Luna. Si en 1467 don Diego aparece como el máximo exponente del principado, en 1475 no es citado en ningún caso en relación con el poder, es más, las menciones que de él se hacen se refieren a asuntos de la anterior guerra civil, y a la existencia de problemas con los asturianos, derivados de las posesiones y derechos que el conde tenía en Asturias. Y por si esto no fuera suficientemente expresivo, nos encontramos con las ya señaladas referencias al corregidor, quien claramente restaba autoridad y recursos tanto al merino como al alcalde mayor, oficios, ambos, desempeñados por el Quiñones.

⁸ A este respecto puede verse el trabajo de Ruiz de la Peña sobre "Aranceles de portazgo en las rutas del comercio astur- leonés a finales de la Edad Media", en *Les Spagnes médiévales. Aspects économiques et sociaux* (Niza 1983), donde se hace referencia a la arbitraria recaudación de portazgos que se hacía en determinados lugares del Principado, lo que motivó la intervención de los Reyes Católicos en 1496.

⁹ A esto se refiere Carvallo, ob. cit., p. 446.

Tan importantes cambios tienen lugar, precisamente, durante el período en el que la titularidad del principado de Asturias recae en la futura Isabel I. La política seguida por ésta, y la decidida voluntad de paz de Enrique IV, conducen, durante ese período, a un aplacamiento general del enfrentamiento bélico, que permanecerá soterrado hasta 1475. Las diferencias existen, y Asturias, como todo el reino, sigue dividido en dos bandos a favor o en contra del monarca, pero por el momento las armas permanecen guardadas, aunque estén siempre al alcance de la mano. Por otra parte Isabel nunca logró tener realmente de su parte a Diego Fernández de Quiñones. Quizá esto le animó desde el principio a tomar las medidas necesarias para recortar el poder del conde. Por supuesto procurará mantenerlo a su favor, por lo que no adoptará ninguna decisión claramente contraria a sus intereses, pero en ningún momento le dará la libertad y confianza de que había disfrutado cuando Alfonso fué titular del Principado.

2. — Isabel, Princesa de Asturias

Tras la muerte de Alfonso el bando nobiliario, sin monarca que oponer a Enrique IV, sufre una aguda crisis que provoca su división; mientras Juan Pacheco y sus seguidores ven necesario llegar a un pacto que posibilite la restauración de relaciones amistosas con el rey, el arzobispo Carrillo y los suyos buscan desesperadamente un sustituto del príncipe-rey fallecido. En ese contexto, la infanta Isabel, pieza clave de todo el entramado político, demuestra una gran inteligencia política, y no tarda en hacer triunfar sus intereses, basculando entre una y otra postura nobiliaria.

Isabel acepta convertirse en cabeza del bando rebelde, pero opta por la moderación, lo que hace triunfar la postura de Pacheco. Comienzan así los contactos con don Enrique, y en septiembre de 1468 se alcanza el deseado acuerdo: La discutida hija de los reyes, Juana, pasa a ser simple infanta, y su lugar es ocupado por la hermanastra del rey, que pasa a ser reconocida legítima heredera del reino. Con la firma del pacto de Guisando en Castilla se impone de nuevo la paz¹⁰. Es cierto que se trata de una paz aparente, puesto que las espadas siguen en alto y el reino dividido en dos bandos, que van a salir nuevamente a la luz en el momento

¹⁰ Véase del Val Valdivieso, *Isabel la Católica princesa (1468- 1474)*, Valladolid 1974, especialmente pp. 61-115; y "La sucesión de Enrique IV", *Espacio, Tiempo y Forma*, Madrid 1991, pp. 43-78.

en que Enrique e Isabel rompan su amistad, como consecuencia del matrimonio de ésta¹¹; pero con todo, al quedar en suspenso el enfrentamiento armado, las circunstancias cambian.

Precisamente uno de los síntomas de ese cambio va a ser la agudización de los conflictos antiseñoriales, no solamente como respuesta a la generosa donación real de mercedes, sino también como consecuencia directa de la estorsión y abusos que los nobles, deseosos de ver aumentar su renta, protagonizan en perjuicio de los pecheros¹². Como ya he indicado antes, tras la firma del pacto de Guisando, al desaparecer parcialmente el velo que encubría esos enfrentamientos, la lucha nobles-pecheros (sean éstos campesinos o vecinos de los núcleos urbanos) se manifiesta en toda su crudeza, tal y como sucede en Asturias, a juzgar por el documento de 1475.

Inmediatamente después de la muerte de Alfonso, doña Isabel, que se proclama su heredera, comienza a titularse “princesa” en vez de infanta, si bien ese título todavía no le pertenece realmente, dado que, en rigor, la princesa es Juana. Es cierto que, considerándose heredera de su hermano Alfonso, podía haberse titulado “reina”, pero la herencia que ella pretende hacer valer no es esa, sino su derecho al trono castellano como sucesora legítima, en cuanto hija de Juan II, de su hermanastro Enrique IV. Para ello era preciso que éste aceptara esa sucesión. Las circunstancias son favorables a Isabel, pues el 18 de septiembre de 1468 es reconocida, oficialmente, princesa.

El cambio de titulación queda secuenciado en la lectura sucesiva del texto del pacto de Guisando (en el que Isabel siempre es tratada de infanta) y de los documentos que inmediatamente después envía al reino don Enrique, en los que ya la trata como princesa heredera.

Entre julio de 1468 y diciembre de 1474 Isabel utiliza siempre ese título, aunque en diversas formas. El 17 de octubre de 1469, cuando concede a Troilo Carrillo la villa de Atienza, encabeza el documento con la fórmula “princesa heredera e legítima sucesora de los reinos de Castilla e de Leon”¹³. Otras veces se titula “la princesa”, “princesa de Castilla e

¹¹ M. I. del Val Valdivieso, “Los bandos nobiliarios durante el reinado de Enrique IV”, *Hispania*, 130, 1975, pp. 249-293.

¹² M. I. del Val Valdivieso, “Resistencia al dominio señorial durante los últimos años del reinado de Enrique IV”, *Hispania*, 126, 1974, pp. 53-94, y también “Reacción de la nobleza vizcaína ante la crisis bajomedieval” en *En la España Medieval. Estudios en memoria del prof. D. S. de Moxó*, T. II, 1982, pp. 695-704.

¹³ A. G. S. (Archivo General de Simancas), Patronato Real, Mercedes Antiguas, leg. 59, fol. 1 (1469, 17 de octubre). Los demás documentos están publicados en M. I. del Val Valdivieso, *Resistencia al dominio* (doc. de 1473), y *Isabel la Católica*.

de Leon”, o “yo la princesa de Castilla”. Lógicamente, también se titula “princesa de Asturias”, ya que como heredera del trono le corresponde ese título y ese principado.

Así la titula también Enrique IV hasta 1470. Por eso, cuando en 1469 el rey de Castilla pacta con Alfonso V de Portugal el enlace de éste con Isabel, establece que *despues quel dicho señor rey de Portugal fuere desposado por palabras de presente con la dicha señora princesa doña Isabel, que luego se aya de llamar e yntitular e llame e yntitule principe de Castilla e de Leon, principe de Asturias, segund que los otros principes de Castilla se lo suelen llamar e yntitular*¹⁴.

Pero en 1470, en Valdelozoya¹⁵, el rey, tratando de infanta a Isabel, revoca el pacto de Guisando. A continuación reconoce como su heredera a Juana, a la que en adelante titulará princesa. Por ello, cuando acepta su boda con el duque de Guyena, introduce en el pacto una cláusula similar a la que había firmado al pactar el enlace de Isabel con el monarca portugués¹⁶.

A pesar del cambio que suponía la nueva postura adoptada por Enrique IV (explicada por éste como una consecuencia necesaria del acto de rebeldía que, según lo acordado en Guisando, había supuesto el matrimonio de su hermana con el heredero aragonés en octubre de 1469) Isabel seguirá considerándose legítima princesa de Asturias y utilizando, ese título.

Durante todo su período de princesa, pero sobre todo a partir de su matrimonio con Fernando de Aragón, Isabel orienta su política de acuerdo con su deseo de lograr el trono castellano, utilizando mecanismos que le permitan tanto mantener a su favor a los partidarios de la primera hora, como conseguir otros nuevos. Dadas las circunstancias, no parece extraño que, a pesar de sus dificultades económicas y políticas¹⁷, emplee

¹⁴ M. I. del Val Valdivieso, ob. cit., pp. 40-449. Véase también apéndice documental nº 2.

¹⁵ Los documentos de Valdelozoya, en que se revoca el pacto de Guisando y se reconoce princesa a Juana, fueron publicados por Sitges, *Enrique IV y la excelente señora llamada vulgarmente Juana la Beltraneja (1425-1530)*, Madrid 1912; pp. 212-225.

¹⁶ M. I. del Val Valdivieso, *Isabel la Católica*, p. 497.

¹⁷ En lo referente a las recompensas dinerarias, quizá convenga recordar aquí los graves y constantes problemas económicos de Isabel durante todo su principado. Buena prueba de ello son las nóminas de descargos de los años siguientes al final de la guerra de sucesión, como la que en 1491 debía de hacer efectiva Pinelo, en la que se reflejan deudas provenientes de aquel período, contraídas tanto por la vía del préstamo (en la nómina de 1491 se consignan 80.000 mrs. en favor de Abrahen Benasir, vecino de Aguilar, que realizó un préstamo a favor del príncipe Fernando, y 25.000 para Juan

la misma fórmula que el monarca, la concesión de favores de diverso tipo. La distribución de mercedes era inevitable, por lo que Isabel las otorga a favor de sus partidarios, si bien más que conceder nuevas mercedes o privilegios lo que hace es confirmar las otorgadas por sus antecesores¹⁸.

3. — La actuación de Isabel en Asturias

En el pacto de Guisando Isabel recibe de su hermano no sólo el título, sino también la donación efectiva del Principado de Asturias¹⁹. La nueva princesa da muy pronto los pasos necesarios para hacerse con tan preciada posesión, si bien, como enseguida veremos, la empresa se va a presentar salpicada de gruesos escollos.

El 12 de octubre se dirige ya al merino y al Principado, exigiendo que se le reconozca como titular del mismo. La toma de posesión se produjo más tarde, no sin tener que salvar antes ciertas dificultades. En ese acto actuaron como representantes de Isabel Diego Fernández de

de Medina el Romo, vecino de Medina de Rioseco, que también había prestado dinero a los reyes cuando eran príncipes) como por la de la no satisfacción de pagos debidos. En este último aspecto se mencionan, entre otras, las quitaciones que se adeudaban al alcaide de la fortaleza de Arévalo, Juan Alvar Hernández (35.000 mrs.), y a la barrendera Catalina de Toro (2.000 mrs.), así como las raciones que todavía no habían percibido Pedro de Hontiveros, repostero de estrados, marido de Catalina (9.694 mrs.), Teresa Pérez, panadera (11.800 mrs.), Pedro del Castillo, acemilero mayor (35.000 mrs.), y los herederos del maestresala Covarrubias (40.000 mrs.). En otra nómina de 1492 se consignan casos semejantes, entre ellos destacan también las raciones no pagadas, como las de los herederos del doctor Zamora (40.000 mrs.), de Luis de Baeza (2.000 mrs.) y del secretario Alonso de Avila (36.000 mrs.), los 22.000 mrs. del balletero de maza Juan de Avila, y los 5.000 mrs. de Andrés Vallón; en esta ocasión se ordena igualmente pagar a algunos acreedores, entre ellos Hernando Ordóñez (14.000 mrs.), Gómez Cola (20.000 mrs.) y Alonso González de Guadalajara (55.000 mrs.) (Las referencias de los préstamos proceden de A.G.S., Casa y Sitios Reales, leg. 44, fol. 33, nº 8 a 21; las restantes en A.G.S., Casa y Sitios Reales, leg. 43, nº 32).

¹⁸ Así lo hace en Asturias, donde en 1471, a petición de su abad, confirma al monasterio de Valdedios los 2.000 mrs. que tiene situados en la alcabala del vino de Villaviciosa (Jovellanos, *Colección de Asturias*, T. II, pp. 48-51). La misma postura parece adoptar respecto a los poderosos Quiñones: en 1470 confirma a Suero de Quiñones, hermano del merino mayor, 50.000 mrs., y otros 100.000 mrs a la condesa de Luna, Juana Enríquez, todos ellos situados en las alcabalas asturianas (M. I. del Val Valdivieso, *Isabel la Católica*, docs. nº 34 y 35, pp. 492-494).

¹⁹ Véase apéndice documental nº 1 y L. Suárez Fernández, *Los Reyes Católicos. La conquista del trono*, Madrid 1989, p. 28.

Quiñones y Juan Rodríguez de Baeza²⁰. Este último personaje, que parece gozar de la confianza de ambas partes, debía de ser claramente fiel a la nueva princesa, en cuyo nombre va a actuar en el Principado, al tiempo que sirve, al menos en alguna ocasión, de enlace entre ella y el merino mayor.

En el plano de la realidad material de los hechos, más allá de los símbolos de poder, la toma de posesión no suponía que Isabel pudiera ejercer como máxima autoridad asturiana. Para ello era preciso contar con los poderosos Quiñones, auténticos señores de ese territorio. La princesa, carente de los medios precisos para hacer valer su poder, y consciente al mismo tiempo de la necesidad de contar con Asturias y con el conde de Luna en su bando, actuará con enorme prudencia y gran habilidad política, lo que a la larga hará triunfar su voluntad.

Hay que esperar hasta 1471 para que la nueva princesa confirme los privilegios, usos, costumbres y mercedes de los asturianos; lo hace a través de sus representantes en el principado, el conde de Luna y Juan Rodríguez de Baeza, a los que autoriza —confirmando una decisión anterior de su hermano Alfonso— repartir, entre los caballeros y escuderos, hasta 140.000 mrs. en juro de heredad, al tiempo que les reconoce el poder suficiente para confirmar la reducción de la presión de la alcabala —manteniendo su tasación en 1 mr. de cada 15-, y para nombrar los procuradores en Cortes que fueron concedidos por don Alfonso²¹.

Estos hechos exigen una explicación respecto a lo tardío de la fecha, explicación que sin duda debe buscarse en torno al merino mayor de Asturias. En el texto del documento citado Isabel parece otorgar un notable poder a Quiñones, lo que no es nuevo, puesto que el 24 de enero de 1469 le ha confirmado ya como merino y alcalde mayor de Asturias con carácter hereditario²². Pero a pesar de esto la relación entre ambos no parece ser precisamente buena, y es esto, seguramente, lo que motiva el retraso con que se produce la toma de posesión del Principado en nombre de Isabel, así como los primeros problemas que ésta encuentra para hacerse con el poder sobre Asturias.

²⁰ Ruiz de la Peña, *Historia de Asturias*, T. 5, p. 242; del Val Valdivieso, *Isabel la Católica*, p. 102.

²¹ Jovellanos, ob. cit., pp. 47-48 (el documento debe ser de 1471, y no de 1461 como dice Jovellanos).

²² Véase E. Benito Ruano, *La merindad y alcaldía mayores*, donde se da esta noticia recogida del documento publicado por el Marqués de Alcedo, *Los merinos mayores de Asturias (del apellido Quiñones) y su descendencia. Apuntes genealógicos, históricos y anecdóticos*, T. II, Madrid 1928, pp. 144-149.

Ya he indicado que el 12 de octubre de 1468 Isabel se dirige a Diego Fernández de Quiñones ordenándole que le reconozca como princesa. La actuación decidida de Isabel en este caso es fruto de la tardanza que se estaba produciendo a este respecto, dado que, aunque había transcurrido casi un mes desde la firma del pacto de Guisando, don Diego y su familia no habían realizado aún el juramento que aquel acuerdo comportaba. Sin duda, el conde de Luna recela de las consecuencias que pudiera tener el pacto respecto a su futuro como merino de Asturias²³. Por el momento Isabel, que necesita del conde para hacer valer su derecho sobre el principado, toma las medidas necesarias para, tras comprender el origen del problema, tranquilizar a don Diego y atraerle a su servicio; aunque en breve comenzará a dar los pasos necesarios para hacerse con el control de Asturias, a costa, claro es, de su merino mayor.

Cobra así sentido, no sólo la orden citada, sino también las confirmaciones de don Diego como alcalde y merino mayor de Asturias, realizadas el 24 de enero de 1469 y el 9 de febrero de 1470, así como el que en julio de 1470 el conde tome posesión solemne de esos cargos, haciendo el mismo juramento que ya hiciera en 1466, cuando, por donación de Alfonso, recuperó esos cargos para su familia. De esta forma se hace también comprensible que Diego Fernández esperara hasta el 13 de noviembre de 1468 para reconocer heredera a Isabel²⁴.

El conde de Luna tenía importantes intereses que defender en Asturias. En primer lugar, el desempeño de las funciones de merino y alcalde mayor, ya que estos oficios le proporcionan amplísimos poderes sobre todo el territorio, y le permiten disfrutar de la tenencia de las fortalezas reales de toda la zona. A esto hay que añadir la posesión de Cangas y Tineo (donación hecha a su favor por Enrique IV al final de su reinado)²⁵, así como, entre otras cosas, los derechos que adquiere sobre los alfolíes, por donación de Alfonso, confirmada más tarde por los Reyes Católicos²⁶. Parece que es la defensa de todo ésto lo que hace que el conde

²³ El Principado también tuvo una actitud dubitativa en 1465 antes de decidirse por Alfonso (T. Azcona, *Isabel la Católica. Estudio crítico de su vida y su reinado*, Madrid 1993, p. 107).

²⁴ C. Alvarez Alvarez, *El condado*, pp. 273 y 205.

²⁵ C. Alvarez Alvarez, "Tenencia de fortalezas reales asturianas por la casa condal de Luna", *Asturiensia Medievalia*, 4, 1981, pp. 199-200.

²⁶ Hasta 1480 controla el de Avilés y los que con él se arriendan, es decir, todos los asturianos salvo Llanes, ya que el de Navia tiene régimen separado (González García / Ruiz de la Peña, ob. cit., pp. 75 y 99-128).

adopte una actitud recelosa respecto a la nueva princesa, en parte porque ésta ha pactado con un rey que, desde hacía largos años, se había mostrado decidido a arrebatarle el poder que tenía sobre Asturias²⁷.

Por su parte, la actitud también desconfiada de Isabel puede ser interpretada como un mecanismo de defensa frente a la postura del merino, pero también como la manifestación de su decidida voluntad de imponer una autoridad, que sabe muy bien que le será negada mientras don Diego mantenga las prerrogativas adquiridas durante el principado anterior.

Ahora bien, nada de esto impide que Isabel tome las medidas necesarias para frenar la ambición del conde de Luna; ni que, a pesar de todo, tras la muerte de Enrique IV, cuando ella es proclamada reina de Castilla y de León, Diego Fernández de Quiñones se mantenga a su lado²⁸.

Pero si todavía durante los años en que Isabel fue titular del Principado el Quiñones gozó de gran poder sobre el mismo, aunque su autoridad se viera menguada respecto al período anterior, ahora ese poder se va a ver drásticamente reducido, al ir perdiendo el conde, progresivamente, las bases del mismo. Ya durante los años anteriores, tal y como se desprende del documento de 1475 citado al principio, su autoridad se ha reducido tan notablemente que, al presentar sus demandas a los reyes, los procuradores asturianos no parecen tomarle en consideración. Pero, además, los reyes están ahora dispuestos a hacer valer sus derechos en Asturias sobre el poder del conde de Luna, de modo que, no sólo le ignoran casi totalmente en sus respuestas a esas peticiones,

²⁷ Esa desconfianza explica que en octubre de 1470, convencido por el marqués de Villena — viejo amigo y aliado — de que conviene a sus intereses, acepta reconocer heredera a la hija del rey. Pero, enseguida, temeroso de las represalias que Isabel pudiera adoptar (a todas luces parece evidente que la recién jurada doña Juana no podrá hacerse, al menos de momento, con el principado), se apresura a asegurar a aquella (es el 27 de noviembre de 1470) que mantendrá su servicio. Y también explica que en 1474, cuando gran parte de los nobles partidarios hasta entonces de la causa del monarca defienden ya los derechos sucesorios de Isabel, ésta se dirija al conde de Luna, y, recordando los servicios que le ha prestado, le prometa velar por el engrandecimiento de su casa, al tiempo que, apelando a su tradicional amistad con Pacheco, que desde 1470 se ha alejado de ella, le insta a seguir trabajando en pro del regreso de éste a su lado (M. I. del Val Valdivieso, *Isabel la Católica*, pp. 287, 337 y doc. n.º 46, pp. 509-510).

²⁸ El día 2 de enero de 1475 le encontramos en Segovia, donde ha acudido a recibir a Fernando de Aragón, y en abril de ese año consigue la confirmación de sus poderes al frente del Principado (C. Álvarez Álvarez, *El condado*, pp. 211-212).

sino que, sin enfrentarse abiertamente con él, ponen en práctica toda una serie de decisiones que culminarán con la anulación de su poder en este territorio.

Desde muy pronto los nuevos reyes se muestran decididos a imponer al reino el poder de los corregidores, y Asturias no va a ser una excepción. Precisamente este es el instrumento que les va a llevar a vencer sobre los Quiñones. El poder del merino choca frontalmente con el del corregidor, y si en un primer momento parece que este último no logrará hacer triunfar sus prerrogativas -los dos primeros que se nombran no llegan a poner pie en Asturias²⁹-, enseguida van a comenzar los roces entre ambos oficiales.

Aunque en 1477 los reyes habían donado Cangas y Tineo a su merino mayor en Asturias, ya en 1478 se perciben los primeros síntomas de la existencia de diferencias entre ambos. En ese año don Diego se aleja de los conflictos bélicos de la guerra de sucesión, y llega a tierra asturiana el corregidor Rodrigo Torres, quien provoca algunos problemas en relación con el conde de Luna³⁰. No obstante hay que esperar a la década de los '80, en especial los años siguientes al corregimiento de Luis Mejía, para que la caída de los Quiñones sea ya inevitable.

Las primeras luchas entre el corregidor y el merino, representando siempre el primero los intereses reales, surgen en torno a la tenencia de fortalezas asturianas, que ambos reivindican, y que acabará perdiendo el Quiñones en beneficio de aquel. Pasarán cinco años hasta que se alcance la solución final. En 1490 Diego Fernández de Quiñones pacta con los reyes su renuncia en favor de la corona de la tenencia de las fortalezas de Oviedo, Tineo y San Martín, del oficio de merino mayor de Asturias y de todos sus posibles derechos a las restantes fortalezas asturianas y a las villas de Cangas, Tineo, Llanes y Ribadesella; a cambio recibe de los reyes cinco millones de maravedís, y otros 60.000 mrs. por las tres fortalezas citadas, así como la libre posesión, con todos sus derechos, de los concejos de Babia de Suso y de Yuso³¹.

²⁹ Cuartas Rivero, "Los corregidores de Asturias en la época de los Reyes Católicos (1474-1504)", *Asturiensia Medievalia*, 2, 1975, p. 261.

³⁰ C. Alvarez Alvarez, *El condado*, pp. 246-247 y 217-218.

³¹ C. Alvarez Alvarez, ob. cit., pp. 255-256. Carvallo, ob. cit., pp. 449-450. En esa fecha las rentas de Cangas y Tineo arrendadas por la corona ascienden a 205.750 mrs., en 1491 a 291.584 mrs., y en 1493 a 354.056 mrs. (de los que están prometidos 6.400 mrs.) (Ladero Quesada, *La hacienda real en el siglo XV*, La Laguna 1973). El 30 de marzo de 1490 los reyes suscriben una cédula en la que se ordena librar al conde de Luna los 60.000 mrs. que le han prometido a cambio de la tenencia de las fortalezas asturianas (A.G.S., Diversos de Castilla, leg. 9, nº 46).

En este momento puede decirse ya que la corona, merced a la política desplegada por Isabel desde su acceso a la titularidad del Principado, controla este territorio, que el 20 de mayo de 1496 va a ser donado a su hijo el príncipe don Juan³²: *por quanto de costunbre antigua usada en estos nuestros reynos los reyes de gloriosa memoria nuestros progenitores que dellos an sydo que tenian fijo varon primerogenito heredero de sus reynos quando hera costituydo en alguna hedad despues de ser pasado de la hedad pupilar, acostunbraron ponerles e asentarles casa e darles prinçipado que toviesen e governasen e oviesen e levasen los frutos e rentas del para sustentacion de su estado en lo qual tovieron laudable consideracion por que fue dar cabsa que ellos se pudiesen experimentar para regir e governar los pueblos que toviesen en justia e quietud, queriendose guiar e guardar la dicha costunbre con vos el yllustrisymo prinçipe don Juan nuestro muy caro e muy amado hijo primogenito heredero de nuestros reynos e señorios, espeçialmente porque segund que es notorio.... por vuestros meritos soys digno de reçeibir de nos merçed e avere tener el dicho prinçipado mas conplidamente quel asi reçeibieron los prinçipes pasados en estos nuestros reynos, por ende.... vos fasemos merçed, graçia e donaçion pura e perfeta e acabada que es dicha entre bivos e non revocable para agora e de aqui adelante para en todas nuestras vidas de la nuestra çibdad de Oviedo que es prinçipado de Asturias, con todas las villas e logares, castillos e fortalezas de su prinçipado, segund que antyguamente estovieron e lo tovieron los dichos prinçipes, e con todas sus tierras e terminos e jurediçion e con todos los vasallos que en ellos y en sus terminos agora ay e oviere de aqui adelante con la justia e jurediçion çevil e criminal, alta e baxa, mero e misto ynperio e con los prados e pastos e abrevaderos e exidos e sotos e arboles e frutuosos e ynfrutuosos e montes e dehesas, rios, molinos e fuentes e aguas corrientes e estantes e manantes e con las escrivanias e alcaldas e alguaziladgos e regimientos e juderias (sic) e otros ofiçios e con los portadgos e serviçios e fueros e salinas e mrs.*

³² La sucesión de príncipes, tras el ascenso al trono de Isabel I, es el siguiente: En las cortes e Madrigal de 1475 fue jurada por princesa de Asturias Isabel, la primogénita, en defecto de varón (A.G.S., Patronato Real, juramentos y pleito-homenajes, leg. 7, fol. 60). En las Cortes de Toledo de 1480 es jurado Juan, que conserva el título hasta su muerte en 1497. Al año siguiente vuelve a ser jurada Isabel en Toledo; tras la muerte de ésta el título recae en su hijo Miguel, y posteriormente, tras el fallecimiento de éste, es jurada heredera la princesa doña Juana, en las Cortes de Toledo de 1502 (Véase Pérez de Guzmán, *El principado de Asturias, bosquejo histórico-documental*, Madrid 1880, p. 307, y Risco, ob. cit., T. XXXIX, pp. 215-216).

*e pan, pechos e derechos e alcavalas e terçias e otras qualesquier rentas e penas e calupnias e otras cosas que a nos con nuestra corona real perteneçen e pertenesçer pueden e deven*³³.

Dos meses largos después el nuevo príncipe recibe de su madre las preciadas villas de Cangas y Tineo³⁴. Comparando la situación asturiana de esta fecha con la existente en 1467, puede decirse que, sin variar las relaciones sociales dominantes, se han producido toda una serie de cambios que afectan a la correlación de fuerzas entre los integrantes de la nobleza. Esta, como consecuencia de la intervención de la corona, a la que no le interesa la continuación de las luchas locales tradicionales, se ve obligada a utilizar nuevas tácticas, más sutiles, para favorecer la expansión de su renta e ingresos. Por otro lado, esa reorientación de actitudes, forzada por la corona, ha sido posible merced, por una parte, a la imposición de la autoridad real por encima de cualquier otra — lo que se logra mediante la intervención del corregidor, que, como hemos visto, juega un papel destacado en el “derrocamiento” del merino mayor —, y por otra, al reparto más o menos equitativo de mercedes y rentas que la propia corona realiza entre sus fieles; no en valde, en la donación del principado de Asturias a don Juan, Isabel dice textualmente que se lo dona: *allende del sytuado e salvado que qualesquier yglesias e monesterios e personas han e tyenen por merçed en la dicha çibdad e su tierra e villas e lugares de su prinçipado por cartas de previllejo e otras provisiones e merçedes de los reyes antepasados o de nos, usadas e guardadas fazia oy dya de la data desta nuestra carta, questo queremos que lo ellos ayan e lieven e goçen.*

³³ A.G.S. Patronato Real, Mercedes Antiguas, leg. 59, fol. 10 (hay una copia posterior en leg. 58, fol. 27)

³⁴ *porque tengais con que mejor sustentar vuestra casa y estado, por la presente vos hago merçed y donacion pura, perfecta y acabada que es hecha entre vivos, de las mis villas de Cangas e Tineo, con las quatro sacadas e terminos e vasallos e jurisdiccion çevil e criminal, alta e vaxa, e mero e mixto inperio e con las fortalezas que en ellas ay y con todos los montes y prados e pastos e aguas, heredamientos, alcavalas e terçias e portazgos e salin e escrivanias e otros qualesquier ofiçios, rentas o pechos y penas y calunias e derechos e otras qualesquier cosas que a mi en las dichas villas e quatro sacadas, terminos e cada una dellas son devidas e pertenesçen e pertenesçer pueden e deven en qualquier manera, para que lo vos ayais por vuestro e gozeis dello como de vuestro propio y seais señor de todo ello como yo y los otros mis antecesores fasta aqui la avemos tenido y gosado, retiniendo como retengo en mi que yo pueda mandar faser la justia donde vos no la fisieredes y todas las otras cosas de soberania e que no se pueda apartar de mi corona real* (A.G.S., Patronato Real, Mercedes Antiguas, leg. 58, fol. 27).

APENDICE DOCUMENTAL

1. — 1468, septiembre 18, **Fragmento del pacto de los Toros de Guisando**, (Archivo General de Simancas, Diversos de Castilla, leg.9, n.º 66).

Yten que porque la dicha señora infante, acatado el grand debdo e amor que tiene con el dicho señor rey, e el deseo que sienpre tovo e tiene deste serviçio, a su señoria plase de la obedesçer e acatar como a su rey e señor e padre, e dexar e apartarse de todos otros caminos e cosas de quel dicho señor rey pudiese reçebir deserviçio e enojo, e por mano de su alteza resçebir toda merçed como de su señor e padre e non por otras vias algunas. E asy mismo al dicho señor rey plase de la aver e tener como a su hermana muy amada e como fija e su primera heredera e subçesora en estos dichos regnos e señorios despues de sus días; por ende al dicho señor rey plase darle e asignarle, e por la presente escriptura le da e asyguara por patrimonio con que pueda sostener e sostenga su persona e casa e real estado durante la vida del dicho señor rey el prinçipado de Asturias de Oviedo e las çibdades de Avila e Huete e Ubeda e Alcaras e las villas de Molina e Medina del Campo e Escalona, con sus fortalezas e juridiçion e señorío alto e baxo, çevil e criminal e con las rentas e otros pechos e derechos de las dichas çibdades e villas e de cada una dellas; e demas desto quel dicho señor rey aya de faser e faga dar e entregar e de e entregue realmente e con efetto a la dicha señora infante o a su çierto mandado la tenençia e posesion de todas las dichas çibdades e villas e de cada una dellas con todo lo suso dicho a su costa del dicho señor rey, e que la mandara dar e dara cartas de revocaciones de todas e qualesquier merçedes de vasallos e jurediçiones e salinas e mineros e pan e vino e otras cosas qualesquier asy de juro como de por vida, que estan sytuados e dados a todas e qualesquier personas en las dichas çibdades e villas e en sus tierras, desde el día desta santa crus de setienbre del año que paso de mill e quatroçientos e sesenta e quatro años en que estos movimientos se començaron; e sy por ventura la dicha villa de Escalona non se le diese, que la aya de dar e de Çibdad Real o la villa de Olmedo o Tordesillas, qual dellas fuere visto e acordado por el arçobispo de Sevilla e maestre de Santiago e conde de Plasençia con la dicha señora infante. E asy mismo quel dicho señor rey aya de dar e de a la dicha señora infante las ochoçientas e setenta mill maravedis que tenia situados en Soria e en Sant Viceynt de la Varquera e en el serviçio e montadgo e en Casarrubios e lo que esta por sytuar dellos que lo situen allende Ebro como le estava apuntado. E que la entrega de las dichas çibdades e villas

e de cada una dellas se aya de faser e faga a la dicha señora infante dentro de treynta dias primeros siguientes desde oy de la fecha desta escritura, a sy alguna o algunas dellas non se entregaren dentro deste dicho tiempo quel dicho señor rey sea obligado de dar a la dicha señora infante equivalençia dellas a vista e determinaçion de los dichos arçobispo e maestre e conde o qualquier dellos que estovieren presentes con el dicho señor rey e a contentaçion de la dicha señora infante dentro de quinse dias primeros siguientes, e que los dichos arçobispo e maestre e conde o los que dellos estovieren presentes al declarar de la dicha equivalençia fagan juramento e pleito e omenaje de la faser justamente e como vieren que segund Dios e sus conçiencias lo deven faser.

2. — 1468, septiembre 24, Casarrubios del Monte: **Enrique IV se dirige a Toledo, anunciando haber reconocido como heredera a su hermana Isabel, y solicitando el envío de procuradores.** (R.A.H., 9-30-7-6483, fol. 364).

Don Henrique por la gracia de Dios rey de Castilla, de Leon, de Toledo, de Gallisia, de Sevilla, de Cordova, de Murcia, de Jaen, del Algarve, de Algesira, de Gibraltar, e señor de Viscaya e de Molina, al concejo e alcaldes, alguasil, rexidores, cavalleros, escuderos, oficiales e omes buenos de la noble cibdad de Toledo, salud y gracia. Bien sabedes las divisiones e movimientos e escandalos acaescidos en estos mis regnos de quatro años a esta parte, e los mui grandes e intolerables males e dapnos que dello se han seguido a todos mis subditos e naturales e universalmente a toda la cosa publica de mis regnos, e como quier que en estos tiempos pasados yo siempre he deseado e trabajado e procurado de lo atajar y quitar e dar pas e sosiego en estos dichos mis regnos, no se ha podido en ello dar asiento ni conclusion fasta agora que por la gracia de Dios la muy ilustre princesa doña Ysabel mi muy cara e muy amada hermana se vino a ver conmigo cerca de la villa de Cadalso, donde yo estava aposentado, donde fueron ayuntados con nosotros los mui reverendos in Cristo padres don Alfonso Carrillo, arzobispo de Toledo, primado de las Españas, chancellor mayor de Castilla, e don Alfonso de Fonseca, arzobispo de Sevilla, e don Juan Pacheco, maestre de la orden de la cavalleria de Santiago, e don Alvaro Destuñiga, conde de Plasencia e justicia mayor, e los condes de Benavente e Miranda e de Osorno e el adelantado mayor de Castilla e los reverendos padres obispos de Burgos e de Coria e Gomes Manrique su hermano, todos del mi consejo, en las cuales vistas, estando ende presente el reverendo padre don Antonio de Veneris, obispo de Leon, legado de nuestro muy Santo Padre, la dicha princesa mi hermana me reconocio por su rey e señor natural de todos estos regnos e señorios, e me otorgo e fiso la obediencia e reverencia que devia, e me prometio e juro de me dar e tener e obedescer e servir e seguir en todos los dias de mi vida como a su rey e señor natural, e me otorgaron e fisieron la dicha obediencia e reverencia e prometieron de me haver e obedescer por su rey e señor natural en todos los dias de mi vida e non a otra persona alguna, e de me servir e seguir bien e leal e verdaderamente como buenos e leales vasallos e subditos e naturales mios; de lo qual todo me fesieron juramento pleito omenaje publica e solepnemente. E yo movido por el bien de la dicha pas e sosiego e bien de los dichos mis regnos, e por evitar toda la materia de escandalo e division dellos, e por el grand debdo e amor que siempre ove e tengo con la dicha princesa mi hermana, e porque ella esta en tal edad que mediante la gracia de Dios puede luego casar e haver generacion en manera que estos dichos mis regnos non queden sin haver en ellos lexitimos sucesores de nuestro linage, determine de la rescibir y tomar y la rescivi y tome por princesa e mi primera heredera e sucesora destos dichos mis regnos e señorios e por tal jure e nombre e intitule, e mande que fuese rescivida e nombrada e jurada por los sobredichos perlados e grandes e cavalleros que ende estavan

e por todos los otros de mis regnos e por los procuradores de las cibdades e villas dellos, por princesa primera heredera destos dichos mis regnos e por regna e señora dellos para despues de mis dias, el qual dicho juramento luego fesieron los dichos perlados e grandes e cavalleros que asi ende estavan; para lo qual todo el dicho legado por la abtoridad de la Santa Sede Apostolica relajo todos e qualesquier juramentos que en contrario e sobre la dicha sucesion e sobre todas las otras cosas suso dichas estoviesen fechos por qualesquier perlados e grandes e cibdades e villas e otras qualesquier personas destos dichos mis regnos e señorios en cualesquier manera, dispensando sobre todo ello plenariamente e interponiendo a ello su autoridad e decreto. E luego yo me volvi a la dicha villa de Cadahalso e conmigo la dicha princesa mi hermana e el dicho maestre de Santiago e los otros perlados e grandes que conmigo estavan. Lo qual todo acorde de vos lo notificar porques razon que lo sepades e dedes a Dios muchas gracias e loores que asi plugo de poner estos regnos en union e en toda pas e concordia por que vos mando que acatada la lealtad e fidelidad que me deveades como a vuestro rey e señor luego vos redudgades a mi servicio e obediencia e me reconoscades e juredes por vuestro rey e señor natural. E por quanto a suplicacion de la dicha princesa mi hermana con acuerdo de los dichos perlados e cavalleros e personas que han estado fuera de mi obediencia, todos los eximere de delitos pasados viniendo ellos al mi servicio e obediencia e entregandome e fasiendome entregar todas las dichas cibdades e villas e lugares e fortalezas que me tienen ocupadas, o por su causa o con su favor e ayuda me estan reveladas, los de allende de los puertos dentro de los quinze dias primeros siguientes, e los del Andalusia e del regno de Murcia dentro de treinta dias; lo qual les mando que asi fagan e cumplan dentro de los dichos terminos so pena de caer por ello en mal caso, e a perdimiento de todos sus bienes e vasallos e villas e logares e heredamientos e oficios e mercedes e maravedis que en mis libros tiene, e que todo ello fasiendo ello lo contrario por el mesmo fecho sea confiscado e aplicado para la mi camara e fisco; las quales dichas mis cartas por mi mandado han seido e son pregonadas e publicadas e fijadas en lugar publico en la dicha mi corte. Por ende vosotros fasiendolo asi dentro del termino yo por esta dicha mi carta remito e perdono a esa dicha cibdad e a los grandes e cavalleros e otras qualesquier personas vesinos e moradores della e a cada uno de vos e dellos todos los crimenes e delitos pasados del caso mayor al menor inclusive. E otrosi vos mando que luego vista esta mi carta juntos en buestro cavildo segund que lo avedes de uso e costumbre juredes a la dicha princesa mi hermana e mi primera heredera e sucesora en estos dichos mis regnos e señorios en la forma suso contenida; e que asi mismo enviades luego buestros procuradores con buestro poder bastante para que en su presencia en vuestro nombre le fagan el dicho juramento; a los quales dichos procuradores que asi enviaredes vos mando que dedes e otorguedes vuestro complido poder para que con los otros procuradores de mis regnos aya de estar e esten en las cortes que yo agora mando faser, e puedan entender en todas las cosas que en las dichas cortes se costumbran e obieren de tratar e faser e otorgar complideras a servicio de Dios e mio e bien e pas e sosiego de los dichos mis regnos. E por quanto como saveis en el año que paso de mill e quatrocientos e sesenta e seis años yo embie mandar que enviasedes a mi vuestros procuradores de cortes, los quales embiastes, e yo mande comenzar a platicar con ellos, e por las divisiones de los dichos mis regnos non se pudieron faser e acatar las dichas cortes, nin se pudo platicar nin concluir con los dichos procuradores todas las cosas para que fueron llamados, las quales yo agora mediante la gracia de Dios entiendo platicar e acavar e concluir con ellos en estas dichas cortes, yo vos mando que luego dedes e otorguedes el dicho vuestro poder bastante a los mis procuradores que por estonces emviastes e venieron a mi e non a otras personas algunas, certificandovos que si lo contrario fisieredes que non seran recebidos, e en

defecto vuestro yo mandare celebrar e acatar las dichas cortes con los dichos procuradores que asi el dicho año pasado a mi embiastes por virtud de los poderes que entonces les distes que ante mi fueron presentados. E los unos nin los otros non fagades ende al por alguna manera so pena de la mi merced e de caer por ello en mal caso, e de perder todas vuestras villas e lugares e vasallos e fortalezas e heredamientos e bienes e oficios e todos e qualesquier maravedis que en qualquier manera en los mis libros teneis, lo cual todo vosotros lo contrario fasiendo yo por el mesmo fecho desde agora para entonces confisco e aplico e he por confiscado e aplicado para la mi camara e fisco sin otra sentencia ni declaracion alguna, e demas por qualquier o qualesquier por quien fincare de lo asi facer e complir mando al ome que vos esta mi carta mostrare que vos emplase que parescades ante mi en la mi corte, do quier que yo sea, el concejo por vuestro procurador, e los cavalleros e oficios e las otras personas singulares personalmente, del dia que vos emplasare fasta quinse dias primeros siguientes so la dicha pena a cada uno, so la qual mando a qualquier escrivano publico que para esto fuere llamado que de ende al que la mostrare testimonio signado con su signo por que yo sepa como se cumple mi mandado.

E yo la dicha princesa doña Ysabel, primera heredera e sucesora en estos dichos regnos e señorios de Castilla e de Leon para despues de los dias del mui alto e mui poderoso rey mi señor hermano, vos ruego e mando que por servicio del dicho señor rey e mio vosotros fagais e cumplais e pongais luego en obra todo lo que su alteza por esta carta vos embia mandar, certificandovos que en ello me fareis agradable plaser e servicio, e creed que de lo contrario habra grande enojo e sentimiento e dare todo favor e ayuda para executar en vuestras personas e bienes las penas en que por ello incurrieredes.

Dada en la villa de Casarruvios del Monte a veinte e quatro dias del mes de setiembre año del nascimiento del nuestro señor Jesucristo de mill e quatrocientos e sesenta e ocho años. Yo el rey. Yo la Princesa. Yo Iohan de Oviedo, secretario del rey nuestro señor la fise escrevir por su mandado. Registrada. Chanceller.

PARA A HISTÓRIA DO PROTESTANTISMO EM PORTUGAL

por **João Francisco Marques ***

Como referenciar uma longa duração e contextualizá-la à volta de um acontecimento dinâmico, simultaneamente ponto de chegada e de partida, polarizador e desencadeador de radicais mudanças, que logo se podem conceptualizar, ao menos como expressão de ruptura com um statu quo, mas vão ganhando contornos definidos que se estruturam em seu desfiar diacrónico?

A tentativa de organizar uma cronologia específica é sempre um trabalho obviamente selectivo na linha das duas coordenadas estruturantes da história: o tempo e o espaço. E se, enquanto tal, nos aparece presa de fatal subjectividade por ligada a inevitáveis juízos de valor, a avaliação feita beneficia de um já seguro conhecimento da relação antecedente-consequente que o joeirar científico vai permitindo firmar com rigor. Referencia-se assim o que efectivamente sucedeu para ser inserido na construção desse perfil cronológico que parece não constituir senão uma amálgama de factos e uma tessitura sincrética. O ordenamento sequencial, no fio da datação, logo lhe dá, porém, uma inteligibilidade primeira em que se fundamenta e justifica a sua utilidade. Os acontecimentos apontados remetem para contextos múltiplos geradores de sincronias, a explicar o porquê de a História ser uma ciência social e, também, eminentemente concreta.

*A inserção no espaço recorta ainda mais o seu proveito a fim de se compreenderem as características próprias e o evoluir de um determinado movimento, analisado ao jeito do ideal-tipo weberiano. As ilações que permite uma cronologia, mesmo de evidente pendor subjectivo, e as associações que sugere, como ilustra o excelente trabalho de François Guichard incluído neste volume, aumenta a prestabilidade de que se reveste para o historiador, o investigador e o interessado em geral. Apenas se exige, como aquela que agora oferecemos sobre o protestantismo em Portugal, que seja criteriosa e rica num factual pormenorizado. De assinalar, porém, que não é este certamente um trabalho pioneiro, pois Eduardo Moreira, o incansável estudioso da Reforma em terras portuguesas, já, em *Vidas Convergentes* (393-404), o tentara. A soma, contudo, de fontes que lhe serviram de base e a variedade de eventos referenciados, que vêm até aos nossos dias, são motivos suficientes para a publicarmos.*

* Coordenador

CRONOLOGIA*

- 1508** — Carta de lei de D. Manuel a Jacob Crowberger — preâmbulo de inúmeras diligências contra livros considerados heréticos.
- 1520** — António Pereira Marramaque escreve várias obras manuscritas a de propaganda nitidamente evangélica.
- 1540**
- 1545** — Damião de Góis é denunciado à Inquisição como luterano, pelo jesuíta Simão Rodrigues.
- 1547** — Fernão de Oliveira, no seu regresso de Londres, tenta criar em Lisboa uma opinião cristã reformada.
— Fernão de Oliveira esteve preso, de 1547 a 1551, nos cárceres inquisitoriais, por evangélico.
- 1551** — Parte considerável das obras de Gil Vicente aparecem no Rol dos Livros defesos e ainda no Índice dos Livros Proibidos.
- 1552** — Um jovem inglês é queimado vivo em Lisboa.
- 1628** — Nasce João Ferreira de Almeida, no lugar de Torre de Tavares, em Mangualde.
- 1641** — Estabelece-se em Lisboa uma Igreja Holandesa Reformada.
— O Tratado luso-inglês reconhece a liberdade de consciência aos súbditos britânicos em Portugal, desde que exerçam a sua confissão em estreita intimidade.
- 1642** — João Ferreira de Almeida faz a sua profissão de fé na Igreja reformada de língua portuguesa existente em Batávia.
- 1658** — João Ferreira de Almeida, submetido a exame em matérias teológicas, veio a ser ordenado para o ministério pastoral em 16 de Outubro.

* Trabalho elaborado por: Joaquim Manuel Mendes Moreira, Maria Fernanda Ferreira de Oliveira Manarte, Maria Zita Freire Amado Ferreira da Costa e Sílvia Regina de Pinho Martins, no Seminário de História das Minorias Religiosas, do Mestrado de História Moderna, dirigido pelo Prof. João Francisco Marques.

- 1681** — É publicado em Amesterdão o Novo Testamento segundo a versão de Almeida, até hoje ainda não absolutamente substituída.
- 1682** — É publicado o Livro de Oração Comum para uso das igrejas portuguesas na Índia.
- 1686** — O cônsul britânico Maynard é chamado ao Tribunal do Santo Ofício, acusado de promover reuniões de culto anglicano numa casa, às Portas de Santo Antão, junto ao Rossio.
- 1706** — Os dinamarqueses mantêm, na costa de Coromandel, uma missão evangélica de língua portuguesa, entre 1706 e 1737.
- 1715** — Carta da colónia britânica em Lisboa, de 9 de Janeiro, ao seu embaixador Worsley, onde os fiéis anglicanos se queixam de rapto de filhos pela Inquisição.
- 1725** — Criação de um cemitério inglês, em Lisboa.
- 1730** — Os estrangeiros residentes só são ameaçados pela Inquisição em casos de Franco-Maçonaria.
- 1733** — Notícia da existência de uma loja maçónica em Lisboa, formada por protestantes, havendo uma outra constituída por católicos romanos.
- 1743** — É preso pela Inquisição de Lisboa, a 14 de Março, o reformado suíço Jean Coustos, sendo a custo libertado.
- 1744** — O mação João Baptista Richard, jovem de 26 anos, movido pela tortura renega a fé evangélica.
- 1746** — Francisco Xavier de Oliveira, o celebrado Cavaleiro de Oliveira, ingressa na Igreja Anglicana, em Londres, a 22 de Junho.
- 1751** — Francisco de Oliveira adere à Igreja Anglicana.
- 1753** — Termina a impressão da Bíblia, versão portuguesa de João Ferreira de Almeida.
- 1756** — Data da publicação, em Londres, de um dos mais célebres trabalhos do Cavaleiro de Oliveira: *Discours pathétique au sujet des calamités présentes arrivées au Portugal*.
- 1760** — O futuro Marquês de Pombal corta as relações com o Vaticano.

- 1761** — O «Cavaleiro de Oliveira» é queimado em efígie em Lisboa, pela Inquisição, a 20 de Setembro.
— Criação de um cemitério da Igreja Alemã.
- 1762** — Chega a Lisboa o generalíssimo Conde de Lippe, ilustre cristão luterano.
- 1766** — Sai do prelo a 1.ª edição da *Tentativa Teológica* do P.º António Pereira de Figueiredo, tida como «chavão» regalista.
- 1767** — O Cavaleiro de Oliveira convida ousadamente D. José I a reformar a Igreja Lusitana.
- 1772** — Começa a publicação da versão bíblica portuguesa do P.º António Pereira de Figueiredo, em Lisboa, principiando pelo *Testamento Novo*, a que se seguiram os *Salmos*, o *Genesis* e os restantes livros do *Testamento Velho*, conforme o texto da *Vulgata* latina.
- 1773** — Chega a Lisboa o pastor Muller, para pastorear a Comunidade luterana alemã.
- 1779** — O Conde de Oyenhausen ingressa espectacularmente na Igreja Romana, para casar.
- 1782** — Publica-se em Lisboa uma versão truncada do *Pilgrim's Progress* de Bunyan.
- 1783** — Howard visita as prisões de Lisboa, excepto, obviamente, a da Inquisição.
- 1788** — Morte misteriosa de D. Frei Inácio de S. Caetano, confessor da Rainha.
- 1790** — O P.º Pereira de Figueiredo conclui a sua famosa versão da Bíblia.
- 1791** — Cristiano Muller ingressa na Igreja Romana, estando já naturalizado português.
— Sai a 1.ª edição da *Análise da Profissão de Fé de S.S. Pio IV*, do P.º Pereira de Figueiredo.
- 1794** — Funda-se, em Lisboa, o Cemitério Britânico, que parece já existir desde 1725.
- 1798** — O Pastor sueco Ruders escreve (1798-1802) o diário: *Viagem em Portugal*.

- 1799** — Link, o sábio germânico, visita Lisboa e comenta o que observa.
- 1800** — É permitido um culto eucarístico de reformados suíços, em Lisboa, na «Memória», junto a Belém.
- 1801** — Carey baptisa em Serampore, na Índia, o negociante português Inácio Fernandes.
— O protestante inglês Mardoqueu Dove publica em Lisboa, onde reside, *O Reino da Poesia*.
- 1806** — Milhares de portugueses assistem a cultos evangélicos a bordo de um navio inglês, no Tejo.
- 1807** — O operariado de Lisboa pede a Napoleão uma lei que outorgue a liberdade de cultos.
— Desembarca em Macau o missionário Robert Morrisson, que ali jaz sepultado.
- 1808** — Primeira edição bíblica popular, em português, pela Sociedade de Londres.
— Ordem do exército de Wellington inculcando princípios de tolerância às suas tropas.
— Carta de Wellington em que refere as actividades de pregadores metodistas.
- 1809** — Encerra-se, em Java, a velha Igreja Evangélica Portuguesa.
— Regista-se, na Ilha da Madeira, a primeira distribuição bíblica, que ascendeu a vinte mil exemplares.
- 1810** — Tratado anglo-português: os residentes britânicos em Portugal podem possuir templos desde que não sejam reconhecíveis pelo seu aspecto exterior.
- 1811** — O pastor luterano Dose, que operara em Lisboa, defende em Hamburgo o bom nome de Portugal.
— O missionário Martyn, chegado do Oriente, insta em Londres por novas edições bíblicas portuguesas.
- 1812** — Está em Portugal, nas fileiras do exército, o sargento Alexandre Dallas, futuro clérigo.
- 1813** — Permite-se em Lisboa a abertura de uma sinagoga judaica, índice de tolerância.
- 1815** — O Rev. Benjamin Wood fala de só ter recebido doze Bíblias em Português.

- 1817** — O Dr. Bellermann pastoreia com brilho a comunidade evangélica alemã, Lisboa.
— A Marquesa de Alorna publica a *Paráfrase a vários Salmos* (reedição completa em 1844).
- 1818** — Dallas publica em Nova Iorque a sua obra *Felix Alvarez* sobre Portugal e Espanha.
- 1819** — O Rev. D. Rees escreveu sobre a distribuição de panfletos aos marinheiros dos barcos ancorados em Gibraltar, havendo entre eles alguns portugueses.
- 1821** — As Cortes Portuguesas extinguem o Tribunal da Inquisição e a Cúria Patriarcal protesta.
— Nasce em Vagos, Aveiro, a 6 de Junho, Manuel dos Santos Carvalho.
- 1822** — A Constituição Portuguesa, no seu Art.º 17.º, reconhece a existência de cultos dissidentes.
— Os quacros de Londres publicam em português um «Memorial» contra a escravatura.
— O P.º Dr. José M. da Veiga combate numa «Memória» famosa o celibato clerical.
- 1824** — Chega a Lisboa Arquibaldo Turner, que virá a fundar as Escolas de Chelas.
- 1825** — Garrett, emigrado, publica a 1.ª parte do *Portugal na Balança da Europa*.
- 1826** — A Carta Constitucional substitui a Constituição de 1822, que acusa menos tolerância.
- 1827** — O presbítero anglicano Dr. Kinsay visita Lisboa e estuda o clima religioso.
- 1828** — Reside na Figueira da Foz o quacro Duarte Backer, amigo dos liberais.
- 1830** — O Rev. Dr. Joseph Stinson pediu um exemplar de um Novo Testamento em português.
— Um sacerdote católico português pediu ao Rev. Stinson livros religiosos e mostrou interesse em ser informado da diferença entre as duas religiões.

- 1834** — Encerra-se o período absolutista, que desde 28 paralisara de facto as liberdades.
- Midosi, no *Manual do Cidadão*, defende a liberdade de crenças religiosas.
 - O Rev. Dr. Rule, pastor em Gibraltar, escreveu: «O Sr. Gomez vendeu apenas seis Bíblias ... mas afirma que na companhia de dois judeus amigos tem atravessado toda a Lisboa e feito os seus esforços para vender, mas até agora com pouco êxito».
- 1835** — Jorge Borrow, agente da Sociedade Bíblica Britânica, desembarca em Lisboa para criar agências de difusão da Bíblia.
- Criação de um Comité da Sociedade Bíblica em Lisboa, formado por Gomez y Togar, comerciantes ingleses e o português Libânio Gomes, tendo, para isso, contribuído o trabalho do Dr. Rule.
 - O Dr. Rule fala novamente num possível trabalho metodista em Portugal, afirmando haver tolerância.
- 1837** — Os emigrados portugueses, maltratados em Orense, só dos quacros obtêm atenção.
- Os britânicos em Lisboa recebem crianças portuguesas num colégio que fundaram.
 - O Governo manda adoptar provisoriamente um Código Penal, muito liberal para o tempo, da autoria do Dr. José Manuel da Veiga (ex-padre romano).
 - O *Panorama*, dirigido por Herculano, elogia as Escolas Dominicais e o ensino da Bíblia.
 - Um leigo presbiteriano escocês, de nome J. Halley, inicia no Funchal reuniões de oração.
- 1838** — Um Breve Apostólico, prejudicando o Padroado Português, não é aceite.
- O Dr. Kalley chega ao Funchal e resolve dedicar-se ao povo madeirense.
- 1839** — A sociedade Metodista de Gibraltar, que o Rev. Dr. Rule pastoreou, tinha um membro português, possivelmente o primeiro metodista, cujo nome não é conhecido.
- Tomás Boys obtêm em Lisboa dois auxiliares para a revisão da Bíblia, mas é traído.
 - D. Vicente Gomez y Togar, ex-padre católico espanhol exilado pelo Liberalismo e convertido ao anglicanismo, faz em Lisboa o culto inaugural de uma «Capela da Promulgação do Santo Evangelho de Jesus Cristo», a que assistem 110 pessoas.

- 1840** — O erudito quacro Luis Usos y Rio visita Lisboa e critica a vida portuguesa.
 — Kalley funda escolas e dispensários gratuitos, sendo louvado no ano seguinte pela Câmara do Funchal.
- 1842** — Na capela do Dr. Gomez celebra-se o casamento do ex-padre católico português Porfírio Carvalho e Melo com Maria Amália Baptista, filha de um negociante lisboeta.
 — Kalley prega no Funchal e compõe os primeiros hinos, ainda hoje cantados nos cultos protestantes.
 — O Governo de Lisboa, por portaria de 17 de Outubro, autoriza uma distribuição, nos Açores, de Bíblias de edição protestante.
 — Jorge Borrow publica a sua obra famosa *The Bible in Spain*, onde inclui Portugal.
- 1843** — É preso no Funchal o Dr. Kalley, invocando-se uma anacrónica lei de 1603.
 — A capela anglicana da Estrela, em Lisboa, é solenemente consagrada.

Janeiro

- Início das perseguições na Ilha da Madeira (até 1846), que levaram cerca de mil portugueses a fugir para os Estados Unidos e ilha da Trindade, onde organizaram igrejas presbiterianas.

Dezembro

- Kalley, preso em 26 de Julho, é posto em liberdade.
- 1844** — Pela primeira vez celebra-se no Funchal a Santa Ceia, segundo o rito presbiteriano pelo Rev. Julius Wood, em língua portuguesa; nela participaram 6 portugueses e 6 britânicos.
 — Nasce a 2 de Novembro Diogo Cassels, na freguesia de Massarelos, Porto. Filho de John Cassels e de Ethelinda Cassels. Era membro de uma numerosa família. Foi mais tarde cursar o Colégio de Peptown, condado de Derby, Inglaterra.
 — Violentas perseguições na Madeira (23 a 26 de Setembro), que levam ao encarceramento de dezenas de pessoas.
- 1845** — Chegada de um segundo missionário escocês: Hewitson.
 — Robert Kalley organiza a 1.^a congregação protestante portuguesa em solo nacional, a Igreja Presbiteriana do Funchal, que não teve existência legal.

1846 — São excomungados os dois primeiros presbiterianos portugueses, Vieira e Soares.

Agosto

— A residência de Kalley é assaltada, seus haveres destruídos e ele posto em fuga (9 de Agosto).

— Mais de 400 pessoas, por causa das perseguições religiosas, partiram da Madeira, nos navios «William» e «Lord Seaton», estabelecendo-se em Jacksonville e Springfield (Estado de Illinois, Estados Unidos).

1848 — Com o auxílio da sociedade luterana «Gustavo Adolfo» é criado o Colégio Alemão em Lisboa.

1849 — O Christian Knowledge Society de Londres imprime a Liturgia da Igreja Anglicana em língua portuguesa. A tradução foi feita por Eduardo de Moser, mais tarde conde de Moser.

1852 — É adoptado no País um Código Penal que elimina a liberdade de exercício de religião não-católica, contrariando a própria Carta Constitucional e servindo de justificativo para várias prisões de colportores.

— As autoridades fecham a Capela de Gomez y Togar, em Lisboa, na sequência da promulgação do Código Penal.

1853 — Dr. Kalley, casado em segundas núpcias, visita os imigrados na Trindade e Illinois.

1854 — Os eclesiásticos ingleses Oldknow e Neale observam, entre os emigrados portugueses, influências jansenistas.

— Regista-se nova saída de «calvinistas» madeirenses, num providencial navio inglês.

Julho

— Visto passado ao metodista inglês, Thomas Chegwin, que pouco depois chegou a Portugal para trabalhar nas Minas de Cobre do Palhal.

Dezembro

— Pio IX, pela bula *Ineffabilis Deus*, promulga a definição do dogma da Imaculada Conceição.

1855 — Acusação pública feita a evangélicos ingleses, em Lisboa, pela sua benemerência.

— O casal Kalley, em visita a Lisboa, toma contacto com igrejas/missões evangélicas de ingleses, norte-americanas e alemães.

- O Dr. Kalley inicia o trabalho evangélico no Brasil que se prolongará até 1872.
- Chega a Portugal outro leigo metodista, Eng.º John Ayres, da cidade de Leeds, que trabalhou como engenheiro no Porto durante trinta e cinco anos.
- Nasce, no Porto, Cândido Joaquim de Sousa.
- 1856** — Em Monserrate, Sintra, onde se instala, Lady Cook escreve obras morais e auxilia a Igreja evangélica.
- Chegada do capitão Joseph Ivey a Portugal, que primeiro trabalhará nas minas de Valongo, e, depois, nas minas do Palhal.
- 1857** — Alexandre Dallas visita em Lisboa cristãos reformados e obtém cooperação para a sua obra.
- 1858** — Kalley, residente no Rio desde 1855, organizou a Igreja Evangélica Fluminense.
- Nasce o Rev.º Frederick William Flower em Vila Nova de Gaia, e, no Porto, Wiliam Cassels, futuro bispo da China Ocidental.
- Diogo Cassels abandona os seus estudos em Inglaterra e regressa a Gaia.
- 1860** — Helena Roughton, inglesa de Lisboa, dinamiza as reuniões da comunidade de Togar.
- Thomas Chegwin enviou do Palhal seis libras e 115 shillings que acompanhou de uma carta à Sociedade Missionária Metodista em Londres (a 1.ª enviada de Portugal).
- Abertura de uma escola cristã na Cruz do Taboado, em Lisboa, por Helena Roughton, mãe do presbítero anglicano, Francis Roughton.
- 1861** — Fernando Mouzinho de Albuquerque e o Conde de Sobral denunciam, em Cortes, a obra evangélica.
- 1862** — Thomas Chegwin escreve uma segunda carta à sociedade, onde pedia informações acerca dos «nossos missionários, e do seu progresso em várias partes do mundo»
- Manuel Vieira, humilde emigrante de Barcelos, trabalha como colportor da Sociedade Bíblica.
- 1863** — É preso em Braga Manuel Vieira que em 1861, no Rio de Janeiro, abraçara a Reforma.
- Nasce a 16 de Novembro, na cidade de Abrantes, José Augusto dos Santos e Silva. Frequentou a Igreja Evangélica do Cascão, dirigida por Manuel dos Santos Carvalho.

- 1864** — Data deste ano ou do anterior uma missão evangélica da Sr.^a Roughton, separada da Igreja Anglicana.
- Thomas Chegwin acusa a recepção de doze exemplares do Novo Testamento.
 - Enviado pela Sociedade Bíblica de Londres, o rev.^o W.P. Tiddy, visita Lisboa, onde coloca como agente Francis Roughton.
 - Estabelece-se na rua dos Fanqueiros, em Lisboa, a agência e depósito da Sociedade Bíblica de Londres.
 - Manuel Vieira de Sousa, pregador da Bíblia, é preso (por denúncia do Arcebispo de Braga) e condenado a dois anos de prisão.
 - Chega a Lisboa o Cónego Godofredo Pope, como capelão da Comunidade Anglicana.
 - A publicação da Bula *Quanta Cura*, de Pio IX, que inclui o *Syllabus*, inquieta muitas consciências, sensíveis às condenações cominadas.
- 1865** — Uma sociedade missionária escocesa patrocina um clube reformado em Lisboa.
- Instalação em Lisboa da «Sociedade Filantrópica Evangélica», dirigida por um espanhol de nome Vasquez.
- 1866** — O colportor Vieira, agora liberto, recomeça a oferecer a Bíblia ao povo e, de novo, é preso e processado pelo Tribunal de Relação do Porto, continuando depois a sua actividade para incremento da difusão do movimento Evangélico no norte do país.
- Diogo Cassels inicia reuniões domésticas na quinta de S. Cristovão, Vila Nova de Gaia, proporcionando a trabalhadores a leitura das Escrituras.
 - Chega a Lisboa o pastor escocês Robert Stewart que funda a 1.^a Comunidade presbiteriana escocesa e dedica-se à evangelização dos lisboetas.
- 1867** — O Dr. João José da Graça edita um hinário de harmonia com as normas litúrgicas.
- Vem a Lisboa o Dr. Spencer, cunhado do Dr. Kalley, que labora nas «Assembleias de Irmãos».
 - Promulgação do primeiro Código Civil português que estabelece a liberdade religiosa.
 - O advogado Custódio José Vieira publica, sobre os processos dos colportores, Manuel Vieira de Sousa e Manuel Francisco da Silva, o opúsculo *Liberdade de Consciência*.

Agosto

- Protesto, em Cortes, pelo deputado Carlos Testa, contra a tolerância religiosa face às missões evangélicas ou congregações que então estavam a surgir.
 - Chega a Lisboa o célebre reformador e ex-padre católico espanhol, D. Angel Herreros de Mora, que, pelas suas ideias liberais e evangélicas, tinha sido obrigado — como o Dr. Gomez — a sair da Espanha para a América, iniciando cultos episcopalianos que virão a proporcionar a criação da Igreja Reformadora Espanhola.
 - É publicada a lei que institui o Registo Civil para os nascimentos, casamentos e óbitos que, no entanto, até 1878 se aplicou apenas aos não-católicos.
- 1868** — A. Teles, amigo do Bispo de Viseu, promove com outros conferências que são objecto de distúrbios.
- Carlos Testa interpela o Governo em Cortes a propósito das actividades protestantes.
 - Mora inicia em Lisboa cultos episcopalianos e funda uma Escola Dominical para crianças.
 - Frederica Smith promove reuniões domésticas para mulheres, no Porto, ao Bom Sucesso.
 - As autoridades locais suprimem os cultos particulares em S. Cristóvão, Gaia.
 - O reitor da Igreja paroquial de Oliveira do Douro ameaça Ana Francisca com excomunhão e proibição de vir a ser enterrada no cemitério, se não deixar de assistir à aula bíblica na freguesia de Mafamude.
 - Mr. Brown pede para que o primeiro catecismo seja impresso em Londres, a fim de evitar complicações.
 - Publica-se a 1.^a edição em português dos *Regulamentos da Sociedade dos Metodistas*, traduzidos por Diogo Cassels.
 - No Relatório Anual da Sociedade Missionária Metodista aparece a primeira indicação de que a Igreja Metodista poderia continuar em Portugal a sua obra de proclamação do Evangelho.
 - O Rev.º Angel Mora, a convite de Diogo Cassels, vem de Lisboa a Vila Nova de Gaia para administrar a Sagrada Comunhão a 5 pessoas numa casa particular.
 - São presos, durante 15 dias, por se manifestarem a favor do culto reformado, os gaienses José Pereira, José Gregório e José Bichão.
 - Diogo Cassels funda e preside à Associação Missionária Auxiliadora, que mais tarde terá o nome de «Liga», e inicia a Escola Dominical, vindo a ser preso a 27 de Junho.

Outubro

- Realiza-se o primeiro culto na Igreja do Torne, Vila Nova de Gaia.
- Morte de D. João de França Castro e Moura, bispo do Porto e um dos mais intolerantes opositores dos evangélicos.

Novembro

- Processo de Diogo Cassels, por ter mantido dois anos antes reuniões evangélicas em sua casa, em Gaia, sendo condenado a 6 anos de deportação, sentença que levou o seu advogado a interpor recurso.
 - Manuel Francisco da Silva foi condenado a dois anos de prisão, em Lamego, pelo crime de vender Bíblias.
- 1869** — Diogo Cassels, preso e afiançado no ano anterior, é absolvido na Relação do Porto e escreve um panfleto, *Uma ninhada de nulidades*, relacionado com o seu processo.
- Graça Aleixo, sindicante oficial da escola de Helena Roughton, faz o seu elogio.
 - Abre o Concílio do Vaticano I que se vai celebrar pela definição do dogma da infalibilidade pontifícia.

Fevereiro

- Morre John Cassels em Portugal, para onde tinha regressado de Inglaterra, juntando-se a seus filhos, Diogo e André Cassels.

Dezembro

- Início em Lisboa de cultos evangélicos de rito episcopal, numa sala adaptada a capela, na Rua da Conceição, próximo à Praça das Flores.
- 1870** — Realiza-se o primeiro funeral evangélico no Porto, vencidas sérias dificuldades.
- António de Matos, português naturalizado americano, inicia uma missão no Porto, num salão alugado pelo consul Fletcher, na Praça de S.ta Teresa, havendo assaltos com pedradas e tiros, numa provocação de ultramontanos.
 - Tem lugar na capela, onde o Dr. Gomez ministrou por 32 anos, em Lisboa, o último acto de culto — um baptismo.
 - Portugueses, membros da Igreja Fluminense, vêm exercer «colportagem» na sua terra.
 - O Governo do duque de Saldanha assina duas portarias, reconhecendo o direito de reunião (15 de Junho) e a Igreja Evangélica Espanhola (5 de Agosto).

- Protesto do Bispo Strossmayer, do Dr. Doellinger, e de D. António Alves Martins, Bispo de Viseu, contra a infalibilidade papal.
- O ex-padre católico João Joaquim Costa e Almeida casa e adere à Reforma portuguesa, entrando na Igreja Evangélica Espanhola.
- Organizam-se as 1.^{as} Igrejas institucionalizadas.
- Frederica Smith convida Diogo Cassels para pregar o Evangelho numa sala, próximo de sua casa, no lugar do Bom Sucesso (Porto).
- Conversão do Tenente Santos Ferreira, um dos melhores escritores evangélicos, que foi o fundador da Cruz Vermelha Portuguesa.

Março

- 1.^a pregação feita pelo pastor presbiteriano português Rev.^o António de Matos, na Capela metodista de Lisboa.

Dezembro

- Inauguração pelo Rev.^o Angel Mora da Igreja Evangélica Espanhola, na Rua da Conceição, à Praça das Flores (A partir de 1880, passou a designar-se de Igreja de S. Pedro).
- 1871** — Realiza-se em Lisboa o primeiro casamento civil de cristãos evangélicos.
- Chega ao Porto Robert Hawkey Moreton que, em breve, organiza a Igreja Metodista.
 - Os ex-padres católicos Rev. Henrique Ribeiro Ferreira d'Albuquerque, José Inácio Pinheiro e Manuel Jerónimo Cordeiro aderem à Reforma portuguesa, entrando na Igreja Evangélica Espanhola.
 - Manuel dos Santos Carvalho foi reconhecido como pregador secular licenciado e colportor da Igreja Metodista.
- 1872** — As Cortes rejeitam um projecto de lei do Bispo de Viseu que concedia a liberdade religiosa aos cultos não-católicos romanos.
- A Presbyterian Free Church of Scotland, por intermédio de Robert Stewart, adquire o Convento dos Marianos, às Janelas Verdes, em Lisboa, para uso de escoceses e portugueses.
 - Manuel Vieira é violentamente agredido, ao oferecer ao povo, em Braga, exemplares da Bíblia.
 - Uma comissão de senhoras luteranas auxilia, em Lisboa, Mora e a sua Igreja.
 - O ex-padre católico António Ferreira de Miranda, ex-abade de Anobra, diocese de Coimbra, adere à Reforma portuguesa.

- 1874** — É reconhecida no Porto a validade dos casamentos realizados na Igreja Metodista.
- Fundação e reconhecimento legal da Igreja Metodista do Porto com Robert Moreton e Diogo Cassels.
 - O ex-padre católico Manuel António Pereira adere à Reforma portuguesa, entrando na Igreja Evangélica Espanhola e torna-se o primeiro sacerdote romano a realizar o seu casamento como cidadão português.
 - Morre D. Vicente Gomez y Togar.
- 1875** — O presbiteriano António de Matos sai de Lisboa doente, para o Funchal, e aí desistirá da pregação evangélica por intimação do governador.
- Guilherme Dias começa a trabalhar com Moreton.
 - Os ex-padres católicos António Ribeiro de Mello e José Joaquim Rochouse aderem à Reforma portuguesa e entram na Igreja Evangélica Espanhola.
- 1876** — Manuel Santos Carvalho, depois de seis anos na Igreja Metodista do Porto, vai para Lisboa e torna-se ministro da Igreja Presbiteriana.
- Inicia a sua publicação o órgão interconfessional *A Reforma*, que durará até 1892. Como jornal político, ainda sai uma edição em 1894.
 - Herculano, em carta a Barros Gomes, persiste na discordância com o ultramontanismo.
 - Stewart substitui, em Lisboa, o agente geral da Sociedade Bíblica de Londres, Tugman.
 - Rendell actua na Figueira da Foz e outra terras, com mandato da missão de Mildmay.
 - Os presbiterianos abrem depósito bíblico e três escolas na Ilha da Madeira.
 - O engenheiro George Mackrow dá em Lisboa incentivo às «Assembleias dos Irmãos».
 - O diplomata britânico Morier inicia conversações cismontanas com D. Fernando e Herculano.
 - O Rev. Dr. José Joaquim Rochouse e o Rev. José Nunes Chaves (na Igreja de S. Paulo, Lisboa) aderem à Reforma portuguesa.
 - O ex-padre Manuel António Pereira Júnior fundou a Igreja de S. Paulo no Beco das Campainhas, à Boavista, em Lisboa.
 - Organiza-se, a partir de Janeiro, a Igreja da SS.^{ma} Trindade (em Rio de Mouro — Sintra), pelo Rev.º Costa e Almeida, ex-pároco católico romano da mesma freguesia.

— Surge a Igreja Episcopal Reformada, resultante da união de várias congregações, sob o «modelo» anglicano, elegendo Angel Herreros de Mora, que morre neste mesmo ano, como seu bispo, vindo a constituir o embrião da futura Igreja Lusitana.

1877 — O Rev. José Nunes Chaves, ex-padre católico, funda a Igreja de Jesus, em Lisboa.

— Jorge Robinson começa a sua obra benemérita, de evangelização e assistência social.

— Cândido de Sousa, professor metodista, adere à Igreja Lusitana, vindo para Lisboa.

— Aparece no Rio de Janeiro a versão de Rui Barbosa, de «O Papa e o Concílio», de J. Doellinger.

— O P.^e Guilherme Dias, na Igreja Metodista desde 1875, faz o sermão inaugural do Templo do Mirante, a 25 de Março.

— Publica-se, em Lisboa, *A Reforma do Papado*, primeiro volume duma «Biblioteca dos Velhos Católicos».

1878 — Henrique Ribeiro naturaliza-se espanhol, podendo assim suceder a Mora e a Melo na Igreja Espanhola.

— O Rei do Congo permite a missionários baptistas ingleses estabelecerem-se no seu território.

— Os protestantes votam a 1.^a vez nas eleições.

— O Regulamento do Registo Civil facilita o reconhecimento oficial dos cristãos dissidentes.

— Maxwell Wright inicia a sua evangelização no país, por meio de uma barraca, na feira de Alcântara.

— Abre-se no Funchal uma Missão Independente, germe do Metodismo Episcopal naquela ilha.

— Criação de uma Igreja Independente em Portalegre, reunida inicialmente em casa de Jorge Robinson, industrial naquela cidade.

— O Rev.^o Cândido Joaquim de Sousa ensina na Escola da Igreja de S. Paulo, em Lisboa.

— *A Reforma* é reconhecida como legal e passa a vender-se nas ruas.

Abril

— 1.^o baptismo feito pelo Rev.^o Moreton, no Templo do Mirante.

Junho

— Baptizado o 1.^o estrangeiro, na Igreja do Mirante.

Setembro

— O Cardeal D. Américo, Bispo do Porto, publica uma violenta pastoral contra os protestantes.

1879 — A imposição feita aos militares de assistirem à missa romana é censurada pelo jornal *Novidades*.

— Manuel António Meneses (de origem brasileira) vem a Lisboa e aí organiza o Consistório Presbiteriano, permanecendo sete anos.

— Santos Carvalho funda, em Lisboa, a Missão de Alfama, de carácter independente.

— Prisão de soldados que, invocando a sua crença evangélica, se negaram a confessar aos capelães regimentais em Lisboa e Porto.

— Guilherme Dias publica a Resposta à Instrução Pastoral do Bispo do Porto, cardeal D. Américo sobre o protestantismo, e o P.º Sena Freitas replica com o opúsculo *Crítica à Crítica*.

— Diogo Cassels e Robert Moreton logram obter de Londres o reconhecimento da Igreja Metodista do Porto.

— Entra em vigor o Código Civil, regulamentando o Registo Civil para os não-católicos.

Novembro

— O cónego irlandês Tomaz Pope dirige um grupo de sete clérigos e leigos que prepara a fundação da Igreja Lusitana «como tentativa de restauração, em feição tradicional, da primitiva Igreja nacional».

1880 — Maxwell Wright fixa-se em Ponta Delgada, onde inicia uma evangelização independente.

— Os obreiros evangélicos fazem uma representação às Cortes, queixando-se dos atropelos cometidos para com os seus mortos.

— Um sínodo solene, dirigido por Pope, marca a fundação da Igreja Lusitana, Católica, Apostólica, Evangélica (8 de Março).

Março

— Por ocasião da visita do Bispo da Igreja Mexicana de Jesus, reúne-se em Lisboa o 1.º Sínodo da Igreja Lusitana, sendo formulado e aprovado o Regulamento Geral da Igreja Lusitana, composto por XXXI artigos.

Abril

— A Igreja Lusitana convida as congregações evangélicas a unirem-se-lhe.

Maio

- A Congregação da Rua da Conceição, à Praça das Flores, fundada pelo Rev. Mora e presidida pelo Rev. Henrique Ribeiro Ferreira de Albuquerque, agrega-se à Igreja Lusitana, elegendo o seu presidente e a Augusto Carlos Vilas como representante ao sínodo diocesano.
- Rodrigues de Freitas entrega na Câmara de Deputados uma petição, encabeçada por Guilherme Dias, solicitando protecção para o exercício dos cultos e garantia de lugares (separados) para enterramento de não-católicos nos cemitérios, como era de lei.

Junho

- A Congregação Evangélica de Vila Nova de Gaia, por voto dos seus membros, resolve agregar-se à Igreja Lusitana.

Dezembro

- O Sínodo da Igreja Lusitana, reunido a 2 deste mês, sob a presidência do rev. Godofredo Pope, nomeia para a preparação de um livro de oração comum, uma comissão que compulsou a liturgia bracarense, moçárabe, romana e das Igrejas reformadas.
- 1881** — A Missão Suíça começa o seu apostolado na África Oriental Portuguesa, ao sul do Save.
- 1.^a visita a Portugal do arcebispo de Dublin (então Bispo de Meath e 1.^o membro do Conselho dos Bispos), Lord Plunket.
 - A convite do Sínodo da Igreja Lusitana, o Bispo Riley da Igreja Mexicana, Lord Plunket, Bispo de Meath, o Bispo Down, o Bispo de Clogher e (o futuro) Bispo Cabrera da Igreja Espanhola constituem um Conselho Provisório de Bispos.
 - Maxwell Wright visita os madeirenses refugiados em Illinois, Estados Unidos da América, desde a grande perseguição sofrida na Madeira.
- 1882** — João Joaquim Costa e Almeida, presbítero da Igreja Lusitana, é excomungado pelo arcebispo de Mitilene, D. António de Freitas Honorato.
- O Conselho dos Bispos e o Sínodo aprovam o «Livro de Oração Comum», a liturgia da Igreja Lusitana: as Epístolas, os Evangelhos, os Hinos de Louvor, as Glórias, os Credos Católicos, a maior parte das Colectas e algumas curtas Ladainhas que foram extraídas da liturgia da antiga Igreja Bracarense. São conservadas as antigas Estações Eclesiásticas.

— Guilherme Dias, com o produto de uma subscrição entre amigos, abre uma escola para crianças em terreno da Capela do Redentor.

1883 — Stewart é nomeado agente da Sociedade de Tratados Religiosos, realizando um bom trabalho.

— André Cassels constrói uma escola no Candal, Gaia.

— É inaugurada a Capela do Redentor, em S. Lázaro, Porto, construída a expensas de Diogo Cassels (15 de Abril).

— Diogo Cassels abre, em Outubro, a Escola do Torne.

— A 27 de Abril, morre em Lisboa, com 81 anos, Helena Roughton, pioneira e activista evangélica em Portugal que, em 1860, abriu uma escola para o ensino público diário.

1884 — Publica-se a 1.^a edição do *Livro de Oração Comum, administração dos Sacramentos e outros Ofícios Divinos*.

— Diogo Cassels é instituído diácono.

Fevereiro

— Inaugurada a Igreja do Bom Pastor, em Candal, Vila Nova de Gaia.

Junho

— Reunião em que o Rev. Robert Moreton apresentou oficialmente o novo ministro ajudante, Rev. John England, enviado pela Sociedade Missionária Metodista de Londres.

1885 — Início da construção da igreja nova da congregação de S. Pedro nas Taipas, em Lisboa, a expensas do benemérito John Cleif.

1886 — O novo Código Penal, da autoria de Veiga Beirão, pelo Art.º 130.º, considera crime o exercício de cultos dissidentes, reeditando a intolerância religiosa dos anteriores.

— Maxwell Wright publicou um folheto na inauguração da Ponte de D. Luís que teve uma tiragem de milhares de exemplares.

— Nasce Eduardo Moreira, grande estudioso do protestantismo em Portugal.

— A Congregação de S. Pedro passa para o Templo do Largo das Taipas (Lisboa).

1887 — Joaquim Augusto dos Santos e Silva funda, juntamente com outros, a «Associação de Socorros Mútuos Fraternidade Nacional».

- Surge a Cruz Vermelha Portuguesa, que teve como pioneiro mais destacado o Major Guilherme Santos Ferreira, membro da Igreja Lusitana.
- Guilherme Dias publica *O que é a Missa?*

- 1888** — No Porto, José Jones inicia uma Missão Baptista independente, de comunhão livre.
- Fundação da Missão Independente de Ponta Delgada, após o trabalho preparatório de Maxwell Wright.

Janeiro

- No Candal, Gaia, é inaugurada, a 6, a capela do Bom Pastor, construída a expensas de André Cassels.

Fevereiro

- Henrique Wright e Manuel Melim são presos na Vila de Santa Cruz, ilha da Madeira.
- 1889** — José Nunes Chaves deixa a Igreja Lusitana e inicia o seu pastorado na Igreja Presbiteriana.
- George Robinson, industrial inglês, instalado em Portalegre, combina pregação, educação e acção social.
 - A Congregação do Bom Pastor, formalmente organizada, elegeu uma junta paroquial e um representante ao Sínodo, agregando-se à Igreja Lusitana.
 - Guilherme Dias publica *A Confissão Auricular*.
- 1890** — O «ultimatum» britânico prejudica a obra evangélica, apesar de nada lhe dizer respeito.
- Funda-se no Rio de Janeiro a Sociedade de Evangelização do Brasil e Portugal, com delegação em Lisboa.
 - John Ayres retira-se para Inglaterra depois de trinta e cinco anos passados em Portugal .
- 1891** — Começa a publicação da «Bíblia Sagrada Ilustrada», editada por Herberto Cassels (irmão de Diogo Cassels, comerciante meto-
dista).
- O Rev. André Cassels é instituído diácono.
 - Santos Carvalho funda uma missão em Setúbal.
 - Surge o primeiro número do mensário evangélico para a infância *O Amigo da Verdade e da Infância*.
- 1892** — O P.º Santos Figueiredo, sacerdote católico romano, escreve ao seu Bispo e une-se à Igreja Metodista no Porto.

- Santos Carvalho, processado e preso, dá testemunho da sua crença no Tribunal e na Cadeia.
- As Igrejas da Península Hispânica são representadas no Grande Congresso da Igreja Velho Católica, celebrado em Lucerna, Suíça, pelo Rev. Cabrera, bispo eleito da Igreja Espanhola, e Lord Plunket, arcebispo de Dublin e presidente do Conselho dos Bispos da Igreja Lusitana Católica Apostólica e Evangélica.
- Guilherme Dias resigna e vai para o Brasil onde se dedicará à vida literária.

Maio

- Sermão sobre liberdade de consciência recitado pelo Rev.^{do} Joaquim dos Santos Figueiredo, na Igreja Metodista do Porto.

Setembro

- Início da publicação do boletim «Igreja Lusitana» que se estenderá até Novembro de 1923.

Dezembro

- Diogo Cassels é, a 8, ordenado presbítero pelo arcebispo de Dublin.

- 1893** — O rev. Pope é eleito bispo da Igreja Luistana mas recusa.
- Início da publicação do jornal *O Evangelista*, órgão da Igreja Lusitana até ao ano de 1900.
 - Falecimento de António Ferreira de Miranda, ex-sacerdote romano, que tinha sido encarregado da missão em S. José de Ribamar, Ericeira.
- 1894** — Alfredo da Silva, com outros jovens, funda no Porto a União Cristã da Mocidade, futura A.C.M.
- Frederico Flower é licenciado como pregador e ministro secular da Igreja Lusitana.
 - A Câmara de Gaia, presidida por Jaime Teixeira da Mota e Silva, mandou separar um quarteirão dentro do cemitério de Mafamude para os não católicos romanos.
 - Abre em Setúbal a Congregação do Espírito Santo, graças aos esforços de José Tavares Pinheiro.
 - Morre, a 24 de Dezembro, a terminar a pregação, o rev. José Nunes Chaves e sucede-lhe, no ano seguinte, na Igreja Presbiteriana, o rev. Santos Figueiredo.

Abril

- Inauguração do novo e actual templo do Torne, sob a designação de Igreja de S. João Evangelista.

Junho

- Convocação do «Sínodo da Igreja Lusitana, Catholica, Apostolica e Evangélica» com o propósito de eleger um bispo, que recaí, por unanimidade, no Rev.^{do} Godofredo Pope, doutor em Teologia.
- 1895** — O rev. João Joaquim da Costa e Almeida é processado em Sintra, com sua esposa, por ensinar doutrinas «heréticas», acabando por serem absolvidos.
- Júlio de Oliveira inicia na Estefânia, (Lisboa), uma missão doméstica, gérmen da Igreja Metodista.
 - Manuel de Melim regressa à Madeira, sua terra natal, e aí serve a Igreja Presbiteriana.
 - Diogo Cassels funda a «Sopa Económica».
 - Cassels recebe ordens de presbítero.
 - Em Vila Nova de Gaia é fundada uma União Cristã da Mocidade.
 - Alfredo Henrique da Silva entra para o ministério da Igreja Metodista.
 - A Câmara de Gaia constrói, em Fevereiro, um quarteirão no cemitério de Mafamude para enterramentos de não-católicos.
- 1896** — Fundação da União Cristã do Bonfim (6 de Julho).
- Diogo Cassels promove sessões comemorativas das vitórias portuguesas em África.
 - O rev. Joaquim dos Santos Figueiredo casa com Lavínia Augusta de Lemos na Igreja Metodista do Mirante (20 de Abril).
- 1897** — Funda-se a União Cristã da Mocidade Feminina do Candal (19 de Março).
- Morre o rev. João Joaquim da Costa Almeida (4 de Novembro), ministro da Igreja da Santíssima Trindade, em Rio de Mouro (Sintra).
- 1898** — O Rev. Santos Figueiredo ingressa na Igreja Lusitana.
- Santos e Silva funda a União Cristã da Mocidade de Lisboa e pastoreia a Igreja Presbiteriana.
 - Guilherme Jorge Smart inicia a actividade metodista episcopal, na Ilha da Madeira.

- Morrem os reverendos: Henrique Ferreira Ribeiro de Albuquerque (8 de Janeiro) e Augusto Ferreira Torres (13 de Agosto).
- Inauguração da Missão Metodista em Lisboa, no Bairro da Estefânia. O seu sucesso foi objecto de veemente protesto das autoridades eclesiásticas católicas, como do P.^o Sena Freitas e o P.^o Alçada de Paiva.

Julho

- Sai, do seminário diocesano do Porto, o terceiranista de teologia, Augusto Nogueira e pede para ser admitido na Congregação de S. João Evangelista, onde, no mês seguinte, faz a sua profissão de fé.

Novembro

- Celebração do 4.^o aniversário da União Cristã da Mocidade Portuguesa, na Capela Evangélica Metodista, presidida pelo Rev.^{do} Alfredo H. da Silva, sendo os Oradores: Moreton, Herbert Cassels, Frederico Flower, André Cassels, Diogo Cassels e Rev.^o Joaquim dos Santos Figueiredo.
- Alfredo Henrique da Silva recebe ordens de ministro, na Capela Evangélica Metodista do Porto.

Dezembro

- Fundação da União Cristã de Massarelos (8 de Dezembro).

1899

Janeiro

- Joaquim dos Santos Figueiredo é instituído presbítero da Igreja Evangélica de S. Paulo.

Mai

- Diogo Cassels é informado de que, em Setúbal, um evangelista filiado na Igreja Lusitana iria iniciar o culto todos os domingos. Na sede da Mocidade Católica, o padre Sena de Freitas profere uma Conferência em que aborda a questão da tolerância, considerando três espécies: a teológica, a individual e a civil.

Julho

- Faz exame de grego, na sede do curso superior de Letras, sendo aprovado com distinção, o Rev.^{do} Joaquim dos Santos Figueiredo tendo por examinadores Teófilo Braga, Epifânio Dias e Consiglieri Pedrosa.
- Fundação da União Cristã Evangélica da Mocidade, em Santa Catarina, Lisboa.

Agosto

- O periódico mensal «Egreja Lusitana» publica um artigo intitulado «Excomunhões Eclesiásticas», abordando excomunhões, enterros, batismos, atitudes dos padres, dificuldades vividas pelos protestantes.
- É publicado na «Voz Pública», uma referência à Conferência sobre o Padre António Vieira, realizada na Capela de S. João Evangelista.
- Sai em em «A Pátria», um artigo do Rev. Santos Figueiredo, protestando contra os impedimentos levantados a um enterro, segundo o rito da religião evangélica.

Outubro

- Sermão de Diogo Cassels negando a existência do purgatório.
- Surge em Lisboa, a 10, o primeiro número da *Revista Evangélica*, dirigida pelo ex-seminarista José Maia Barreto.

Novembro

- Semana da Oração Universal — Circular da Aliança Evangélica subscrita por ministros evangélicos de todas as partes do mundo, incluindo África, China e Brasil, pelo rev.º Robert Stewart, representante da Sociedade Bíblica em Lisboa e Robert Lithgw, pastor da Igreja Escocesa na capital, convidando os crentes a dedicar a semana de 7 a 14 de Janeiro de 1900 à oração.
- São reunidas as provas que confirmam que as Bíblias referentes à Portaria de 17 de Outubro de 1842, (oferecidas ao governador civil de Angra do Heroísmo), não continham livros apócrifos.
- No 5.º aniversário da União Cristã da Mocidade Portuguesa são distribuídos exemplares da edição monumental da Bíblia aos seguintes alunos: Adolfo Pinto, tecelão; Manuel Hilário Fabião, construtor de carruagens; Luis de Queiróz, cigarreiro; Miguel Maria Ribeiro, marceneiro e José de Oliveira Benfeito, carpinteiro.
- Conferência de James Searle, sobre a Paraíba do Norte, Brasil, na Escola do Torne, organizada pela União Cristã da Mocidade de Gaia.

1900*Janeiro*

- É mandado em paz pelo Juíz do Tribunal da Conceição, cidade de Ponta Delgada, António Garcia, evangelista acusado pelo padre Ferreira das Arrifas.

Agosto

— O Rev. Manuel Gonçalves de Sousa, ex-cónego doutoral da Sé de Luanda, filia-se na Congregação de S. João Evangelista.

- 1901** — O Juíz de Instrução Criminal ordena o encerramento, pela polícia, dos lugares de culto evangélico em Lisboa.
— Publicação do opúsculo do rev. José Maria Barreto, *Introdução da Reforma em Portugal*.

Janeiro

— António Lacerda, sacerdote católico romano, entra para a Igreja Evangélica.

Mai

— O Rev. Manuel Gonçalves de Sousa é nomeado professor da nova escola do Prado, lugar das Devesas, Gaia.

Julho

— Celebração do 2.º aniversário da União Cristã Evangélica de jovens do sexo feminino. Discursaram as unionistas Levia Figueiredo, Isménia Baptista e outras.

Agosto

— Aparece o primeiro número do *Bom Pastor*, órgão da Congregação do Candal (Gaia).

Outubro

- Organização de uma comissão de Propaganda na Igreja Evangélica do Bairro da Estefânia.
— As Escolas do Prado e do Torne contam 318 alunos.
— Chegada de Alfredo H. Silva, delegado português ao Jubileu da U.C.M. da América do Norte. Conferência no dia 8 sobre o Congresso Unionista de Boston a que assistiram 300 pessoas, e, no dia 11, Conferência sobre o Congresso dos Estudantes, em Northfield a que assistiram 200 pessoas.

Novembro

- Culto inaugural do 1.º Congresso das Uniões Cristãs da Mocidade de Portugal. Presença dos delegados de todas as uniões e ministros de todas as Igrejas Evangélicas.
— Sessão solene da União do Mirante, comemorativa do 7.º aniversário da sua fundação.

Dezembro

— Inauguração, no lugar do Prado-Devesas (Gaia), de uma escola

de instrução primária, sucursal da do Torne, com uma matrícula de 50 alunos.

- Reorganização da União de Lordelo, no Porto, sob a égide das Uniões Portuguesas.
- O Jornal de Notícias publica um artigo sobre «Escola do Torne», onde se dá conta que dada a abertura da escola (em 1883) foram já aprovados 586 alunos, ou seja, uma média de 31 por ano.

- 1902** — Chega ao Porto Rodolfo Horner, secretário-geral das Uniões Cristãs, procedente da Suíça.
- Por morte do Cónego Dr. Thomas Godofred Pembroke Pope, o rev. Cândido Joaquim de Sousa assume a presidência do Sínodo Lusitano.
 - Moreton sucede a Stewart (abandona Portugal) na agência das Sociedades de Tratados e Bíblica.
 - Jorge Grubb, famoso evangelista irlandês, realiza conferências muito assistidas, em Lisboa.
 - Igreja Lusitana, balanço: 105 membros comungantes e 7 à prova.
 - O periódico *Egreja Lusitana* anuncia o aumento da tiragem para 16 números anuais.

Janeiro

- É preso na cadeia de Albergaria-a-Velha, para cumprir uma pena de 20 dias, João Nunes Pinheiro, acusado de anunciar a salvação da graça e de espalhar alguns folhetos com textos da Sagrada Escritura. Foi denunciado pelo pároco de Frossos.

Junho

- 3.^a Reunião Bíblica na sede da União Cristã do Bonfim (Porto).

Julho

- As uniões de Lisboa enviam José Maria Barreto como representante ao Congresso Universal realizado em Genebra.
- Realização, em Génova, do Congresso Universal das Uniões Cristãs da Mocidade Feminina, com a participação de representantes de todos os países. Os trabalhos do Congresso foram exclusivamente dirigidos pela ala feminina.
- Visita do Comandante Boer Mostert às escolas e igrejas evangélicas.

Agosto

- O colportor Silva Zenhas é preso em Guimarães por difusão de Novos Testamentos e Bíblias.

- Presença em Portugal de Álvaro d' Almeida, secretário-geral das Uniões Cristãs Brasileiras e delegado ao Congresso Internacional de Cristiania.
- Comemoração do 2.º aniversário do grupo de Propaganda Evangélica da União do Bonfim, presidido por Armando Pereira de Araújo.
- Surge o primeiro número do órgão interconfessional *Luz e Verdade*, dirigido pelo Rev.^{dos} Armando Araújo, Frederico Flower e A. Fiandor.

Setembro

- Mary Cassels é nomeada membro delegado da Comissão Internacional das Uniões Femininas.

Outubro

- O Rev. Thomas Pelvertaft visita Portugal para tratar de assuntos referentes à Igreja Lusitana, tendo pregado nas congregações da Igreja.
- Partida para Beja do colportor Bráulio da Silva com a missão de difundir a mensagem evangélica.
- Isménia F. Baptista é nomeada membro delegado da Comissão Internacional das U. Femininas.
- A União de Massarelos abre um curso nocturno para analfabetos, bem como um Curso de Francês para os membros das diferentes uniões.
- Chegada a Portugal de Rodolph Horner, para o lugar de secretário-geral das Uniões Portuguesas.
- Abrem as escolas femininas na Escola do Prado, Gaia.

Novembro

- Abrem as aulas femininas na Escola do Prado, Gaia.
- J.P. da Conceição e H. Brandão organizam um culto ao ar livre, em Mangualde, a que assistem mais de 200 pessoas.
- George Searle difunde o evangelismo em Caminha, fundando classes bíblicas com o colportor H.Brandão.
- Inauguração da U.F. da Estefânia.

Dezembro

- Perseguição aos cultos evangélicos, em Setúbal, por fanáticos manobrados por jesuítas.

1903 — Charles Swan, cidadão inglês, missionário em Angola e por

longos anos hóspede de Silva Porto, em Belmonte, fixou-se nesta data em Lisboa.

—Augusto Nogueira regressa à Igreja Lusitana.

Janeiro

- Elaboração dos Estatutos da União da Figueira da Foz, baseados nos do Mirante.
- Presença em Portugal de Pierre Loze, evangelista suíço que fez uma conferência na Igreja do Mirante.
- Perseguição da Missão Metodista, na Madeira, por intolerantes tidos por jesuítas (invasão do culto, polémicas e apupos).
- George Grubb realiza reuniões nas Igrejas de Candal, Redentor e Mirante. O seu intérprete foi o evangelista Henrique Wright.
- Apedrejamento da Casa da Missão de Guimarães.
- Morte de George Searle, auxiliar de Diogo Cassels na fundação do Torne e promotor da construção da Capela e Escolas do Mirante.
- Reunião das diferentes comunhões evangélicas do Porto e Gaia na Capela do Redentor.
- Reunião do Sínodo Geral da Igreja Lusitana, na Igreja de S. Pedro, em Lisboa.

Fevereiro

- Fundação da Liga do Esforço Cristão, destinada à oração, difusão do Evangelho e colaboração nas obras da Igreja.

Março

- Bráulio José da Silva, colportor da Sociedade Bíblica de Londres, preso na cadeia de Loulé por andar a vender exemplares das Sagradas Escrituras.
- O Comité Internacional prorrogou por três anos a estadia de Rodolfo Horner em Portugal.

Abril

- Rodolfo Horner realiza uma Conferência sobre a Califórnia, na Igreja de S. João Evangelista, em Gaia.
- Inauguração da Nova Capela Evangélica, na freguesia de Ramalde, Porto, com mais de 200 lugares.
- Aprovação dos Regulamentos da 1.ª secção infantil da União de Jovens Cristãos (Janelas Verdes, Lisboa), cuja direcção foi assumida por D.B.O. Albuquerque.
- Mateus Z. Stober, missionário em Angola, realiza uma con-

ferência em Lisboa, debruçando-se sobre o atraso da missão e a falta de pregadores.

Maio

- Partida do colportor Silva Zenhas para o Minho.
- Chegada a Vila Nova de Gaia do Dr. João Harden, para dirigir o curso teológico da Igreja Lusitana, coadjuvado por Diogo Cassels e Frederico Flower, que se inicia a 11 desse mês e dura até 1907.
- Roberto Shields, missionário da Igreja Metodista Episcopal, funda na cidade de Luanda uma nova União Cristã da Mocidade.
- Partida de Rodolfo Horner para a Suíça.

Junho

- Presença dos Colégios Evangélicos no cortejo fúnebre de Almeida Garrett: Colégio Presbiteriano, Escola Evangélica do Bairro Estefânia, Colégio Evangélico Lusitano e Escola Evangélica Portuguesa.
- Manuel Pinto dos Santos (ex-abade de Anadia) escreve um artigo contra a confissão auricular, publicado no *Vanguarda*.
- Inauguração da Liga de Esforço Cristão, anexa à Igreja de S. João Evangelista, em Gaia, que foi presidida por Diogo Cassels.
- Bráulio da Silva, obrigado a retirar-se de Faro, segue para o Alentejo.

Julho

- António Carmezim da Silva realiza trabalho evangélico em Monção e Melgaço, sendo ameaçado e perseguido.

Agosto

- 2.º aniversário da Sociedade de Esforço Cristão na Calçada do Cascão, em Lisboa.
- 1.º aniversário da União Feminina de Chelas.
- Lançamento da 1.ª pedra da futura União Central do Porto, num terreno da Rua D. Carlos I.

Setembro

- Distribuição de milhares de exemplares do «Evangelho segundo S. João», no Porto.
- Os estudantes de Teologia da Igreja Lusitana distribuíram, entre os trabalhadores do Porto e Gaia, o folheto evangélico «100 dias de Indulgência».

- Abjuração do ex-padre José Júlio de Miranda e Castro em carta ao Bispo do Porto.

Outubro

- Bráulio da Silva parte para o Brasil. De regresso, o colportor evangeliza nos Açores, de onde volta à capital em Maio de 1904.

Novembro

- Na Madeira, consagração do presbítero Manuel Pinto Correia e dos diáconos João Franco, José Jerónimo Franco e Manuel Franco.

Dezembro

- 1.º registo civil em Espinho de um filho de Firmino Guedes e Ermelinda Pereira Guedes, a que assistiu o Rev.^{do} Alfredo da Silva.

1904 —

Janeiro

- Inauguração das Conferências Populares da União do Mirante, com o tema: «A mocidade e o porvir», por Robert Moreton.

Fevereiro

- Inauguração da União Cristã da Mocidade de Viana do Castelo, presidida por André Cassels.
- Escolhido o dia 14 de Fevereiro, pela Federação Universal dos Estudantes Cristãos, para o dia de oração pela Mocidade Académica.

Março

- Instituição da União Cristã de Lourenço Marques, com 12 membros fundadores.

Maio

- Chega a Portugal o Rev.^{do} Thomas Pulvertaft, 1.º secretário da Sociedade de Auxílio às Igrejas Episcopais de Espanha, e do Rev.^o Carlos Fison.

Junho

- Quermesse no Novo Salão do Torne a favor das Missões Cristãs na China, para onde fora William Cassels, consagrado, a 12 de Outubro de 1895, bispo *in partibus*.

Julho

- Os membros da Igreja dos Rebuscadores, durante um passeio a Braga, viram apreendidos pela polícia os «Tratados Evangélicos» que pretendiam distribuir.
- O colportor Bráulio difunde na Madeira 157 Bíblias, 87 «Novos Testamentos» e 700 «Porções de Escrituras».

Agosto

- Conferência sobre as perseguições religiosas, na Igreja de S. João Evangelista.
- 1905** — Realiza-se o 2.º Congresso das U.C.M. no Porto, no Salão Evangélico recentemente inaugurado.
- Reginald e Kate Young, casal canadiano, cria, no Porto, a primeira congregação baptista que dura até 1907.
 - Inicia-se o serviço religioso na Madalena, Gaia, sob a direcção de André Cassels.
 - Diogo Cassels cria um Banco Económico para tornar autosuficiente a Liga do Esforço Cristão.
 - Rodolfo Horner transfere-se para a U.C.M. de Lisboa, onde realiza uma obra admirável.
 - Assume a presidência do Sínodo Lusitano, por morte de Cândido de Sousa, o Rev.^{do} Santos Figueiredo.
 - Morrem os Rev.^{dos} Manuel António Pereira Júnior, que foi ministro da Igreja de S. Paulo, e Cândido Joaquim de Sousa (24 de Abril), presidente do Sínodo, sendo eleito, a 9 de Maio, para o substituir, Joaquim dos Santos Figueiredo.
 - Realiza-se, em Guimarães, o primeiro enterro evangélico.
- 1906** — Sai do prelo o *Manual Político do Cidadão Português*, de Trindade Coelho, reeditado em 1910, que regista 55 igrejas reformadas e 31 escolas evangélicas.
- III Aniversário da Liga do Esforço Cristão, realizado no salão do Torne, com alocação de Rodolpho Horner.
 - Augusto Nogueira nomeado professor da Escola do Torne.
 - O rev. Alfredo Joaquim de Castro, ex-prior da Madalena (Gaia), entra para a Congregação do Salvador do Mundo.
 - O rev. William E. Collins, bispo da Comunhão Anglicana, visita as capelas do Redentor (Porto) e S. João Evangelista (Gaia).
- 1907** — A Igreja Metodista de Lisboa, perdido o auxílio da Sociedade de Londres, adopta o congregacionalismo.

- Carlos Swan deixa a Missão em Angola, onde trabalhara, e funda a «Assembleia dos Irmãos» em Lisboa.
- O general Dantas Baracho defende, na Câmara dos Pares, os direitos cívicos dos protestantes.
- Um acórdão da Relação de Lisboa reconhece o direito de divulgação da chamada «Bíblia protestante».

Janeiro

- Morre, a 13, no Brasil, o rev. Guilherme Dias da Cunha.

Março

- Inaugurada uma Missão Evangélica no lugar do Outeiro, Oliveira do Douro, sob a direcção do pastor José Maria Leite Bonaparte.

Mai

- Um acórdão da relação de Lisboa anula a sentença condenatória da venda da chamada «Bíblia protestante».

Junho

- É inaugurado a 7, em Lordelo do Ouro, o edifício para a Missão e Escola Evangélicas, construído a expensas de Herbert Cassels e esposa.

Setembro

- Teve lugar, na cidade da Haia, o VII Congresso Internacional da Igreja Velho-Católica, com a presença de 7 bispos holandeses, alemães e suíços, um representante do bispo das Filipinas, o bispo eleito de Cleveland, o arcepestre da Áustria e muitos curas e grande número de leigos de todas as nações. O rev. Diogo Cassels representou Portugal.

Outubro

- O Rev. José Maria Leite Bonaparte oferece-se para professor do Colégio Lusitano, de Oliveira do Douro, Gaia, criado por iniciativa de membros da Liga do Esforço Cristão.

1908 — Constrói-se a 1.^a Igreja Baptista do Porto, por diligência de Zacarias Taylor, vindo do Brasil.

- A Liga Nacional de Instrução concede a Diogo Cassels a comenda de «Benemérito da Instrução», reconhecendo o trabalho desenvolvido no combate ao analfabetismo.

1909

Mai

- O 3.^o Congresso das U.C.M., na Sala Portugal da Sociedade de

Geografia de Lisboa, atinge pleno êxito. Nele esteve presente João Mott, futuro Prémio Nobel da Paz, e Cristiano Phildius, presidente da Comissão Mundial das U.C.M.

Julho

— Constitui-se a Associação Protestante Portuguesa.

1910

Outubro

- Surge o primeiro número de *Arauto Cristão*, da Congregação de Setúbal, dirigido pelo Rev. José Pereira Martins.
- Publicado, a 22, o Decreto que extingue o ensino da doutrina cristã nas Escolas Primárias e, a 29, o que reorganiza a Instrução Primária e declara a neutralidade do ensino em matéria religiosa.

Dezembro

- Em sessão camarária de 21 é deliberado mudar o nome de Rua do Torne para Rua Diogo Cassels.
- A Junta Paroquial de Santa Marinha, Gaia, acaba com o muro que separava, no cemitério, os católicos dos não católicos.

1911

Abril

- Entra em vigor o novo Código do Registo Civil que reconhece, em pleno, o direito de cada um às suas próprias crenças.
- É publicada, a 20, a Lei da Separação da Igreja do Estado.

- 1912** — A União Central da Mocidade de Lisboa anunciava cursos nocturnos de alemão, francês, inglês e esperanto.
- O poeta Afonso Lopes Vieira, numa conferência relativa a Gil Vicente, afirma: «Gil Vicente logrou reunir os dons dum jogral da Idade Média, dum artista da Renascença e dum filósofo da Reforma.»

Março

- Na União Central da Mocidade de Lisboa, foi fundada a patrulha original da Associação dos Escoteiros de Portugal.

1913

Janeiro

- Reabertura da Igreja de Jesus (Lisboa).

Fevereiro

- A congregação de Oliveira do Douro é incorporada na Igreja Lusitana sob a designação de Igreja de Cristo.

Setembro

- José Augusto dos Santos e Silva inaugurou a Igreja Evangélica de Braga, baptizando três irmãos. Foi aí feito o reconhecimento e consagração do pastor Eduardo Moreira e do diácono César Tibúrcio Abreu.
- 1914** — O pastor João Jorge de Oliveira administra o baptismo na Igreja Baptista de Viseu.
- 1915** — Leovigildo Sales obtém um lugar de pregador em Valezim, Ceia.
— No Diário do Governo de 15 de Novembro, é publicado um louvor a Diogo Cassels pelas suas actividades de benemerência.
- 1916** — Morre, aos 94 anos, Manuel dos Santos Carvalho, sucedendo -lhe, na direcção da Igreja Evangélica Portuguesa, José Augusto dos Santos e Silva.
— Em Espanha, morre o Bispo D. Juan Cabrera que muito colaborou com as Igrejas Evangélicas de Portugal.
— É inaugurado, a 13 de Fevereiro, na Rotunda da Boavista, Porto, o *Tabernáculo Baptista*.
- 1917** — Morre no Porto, a 14 de Março, o rev. Robert H. Moreton.
- 1918** — Hebert Cassels Júnior, filho de Herbert Cassels, é condecorado com a Ordem de Avis pelo seu comportamento na primeira guerra mundial.
- 1919** — Joaquim dos Santos Figueiredo é o presidente da Aliança Evangélica Portuguesa (até 1924) .
- 1920** — António Maurício, ordenado pastor, substitui o Rev. João Jorge Oliveira na Igreja Baptista do Porto
— Por esta data começa a dar-se conta da existência do Pentecostalismo em Portugal, intensamente combatido.
— Surge no Porto, em Outubro, o 1.º número do *Portugal Evangélico* e, ainda, o *Triângulo Vermelho*, fundado por Eduardo Moreira.

- 1921** — Durante a sua ida à Suíça, Diogo Cassels assiste, em Setembro, a duas sessões da Assembleia da Sociedade das Nações.
- 1922** — Eduardo Moreira representa Portugal nos congressos pedagógicos protestantes na Provença (França).
— Eduardo Moreira inicia o «Dia do Gaiato» na capital do Norte.
— Joaquim dos Santos Figueiredo é eleito Bispo da Igreja Lusitana, na reunião sinodal realizada no Porto.
- 1923** — Morre, a 7 de Novembro, Diogo Cassels.
— Augusto Nogueira assume a direcção da Escola do Prado.
— Criação das missões evangélicas de Santo Estêvão (em Azevedo de Campanhã, Porto), de Alcácer do Sal e a do Cristo Remidor (em Évora).
- 1924** — Surge uma nova «Liga Juvenil» no Prado (Gaia).
— Funda-se «O Cristão Lusitano», órgão da imprensa evangélica.
- 1925** — Morrem Wiliam Cassels e sua esposa Mary Louise Legg.
- 1926** — O Rev. António Maurício funda o mensário «O Semeador Baptista», órgão de evangelização e doutrina.
- 1927** — Nasce a Associação de Beneficência Evangélica da preocupação social do pastor José Augusto dos Santos e Silva, que mantém lares em Loures, Porto, Almeirim, Vila Franca de Xira, Lourel, Estremoz, Colares e Aveiro.
- 1930** — As comunidades protestantes fecham-se sobre si mesmas, devido à aliança entre a Igreja e o Salazarismo. Situação que dura a década de 30.
- 1931** — Morre, a 20 de Dezembro, André Cassels.
- 1932** — Criação da missão de Santiago Apóstolo no lugar da Arroiteia, em Valbom (Gondomar).
- 1933** — David R. W. Scott regressa à Escócia, após 13 anos de permanência em Portugal, como pastor da Igreja Escocesa de Lisboa.
- 1935** — É fundada, no Torne, a «Associação dos Antigos Alunos» a 1.^a em todo o país.

- 1936** — Cria-se a «Sociedade de Senhoras da Igreja do Prado».
- 1937** — Morre, a 18 de Agosto, Joaquim dos Santos Figueiredo.
- 1938** — O Governo Civil do Porto aprova os Estatutos da Igreja Metodista Portuguesa, permitindo uma maior autonomia em relação à Conferência Metodista de Londres.
— A memória de Diogo Cassels é perpetuada num busto em bronze, colocado no Jardim do Morro (Gaia).
- 1940** — Eduardo Moreira é eleito para o cargo de Superintendente da União das Igrejas Congregacionistas portuguesas.
- 1943** — Faleceu em Gaia o Rev. Frederick William Flower.
- 1944** — Criação da missão evangélica de Santo André, no Amora.
- 1945** — Eduardo Moreira demite-se do cargo de Superintendente e, dois anos depois, é ordenado diácono da Igreja Lusitana.
- 1947** — Os Estatutos da Igreja Evangélica Presbiteriana de Portugal são reconhecidos.
- 1948** — A Igreja Metodista organiza o seu 1.º Sínodo nacional.
- 1949** — Michael Testa, pastor presbiteriano americano, lança em Carcavelos o 1.º Seminário português protestante de Teologia, dotado de um curso de estudos completos.
— Cria-se, em Leiria, um Seminário para a formação dos ministros da Igreja Baptista.
— Três ministros da Igreja Lusitana destacam-se no mundo evangélico: o Rev. Eduardo Moreira vindo do Congregacionismo, o Rev. Dr. Daniel de Pina Cabral, advogado e o Rev. Dr. Luis Rodrigues Pereira, médico.
- 1952** — 1.º Sínodo Nacional da Igreja Presbiteriana.
— O rev. Daniel de Pina Cabral é nomeado ministro-auxiliar do Prado, onde permanecerá 10 anos.
- 1958** — O Rev. António Ferreira Fiandor é sagrado bispo da Igreja Lusitana.

1962 — O Rev. Daniel Pina Cabral transfere-se para a paróquia do Bom Pastor.

1966 — A Igreja presbiteriana compra um terreno em Buarcos, Figueira da Foz e um pastor americano que coopera com a Igreja, Frederico Bronkene, sugere a formação de um centro ecuménico.
— Morre, a 2 de Março, o cónego Augusto Nogueira.

1970 — Morre Guidi Waldemar de Oliveira, então presidente da Aliança Evangélica Portuguesa.

1971 — As Igrejas Lusitanas, Metodista e Presbiteriana fundam o Conselho Português das Igrejas Cristãs (COPIC).

1979

Janeiro

— Começa a editar-se *O Novo Despertar*, órgão diocesano da Igreja Lusitana.

Maior, 25-27

— Reúne, na Figueira da Foz, a 1.^a Assembleia Geral de Jovens Lusitanos, formalizando o recém-criado Departamento da Juventude da Igreja Lusitana (DJIL).

Junho, 16

— No Sínodo Diocesano, D. Fernando da Luz Soares é eleito Bispo Auxiliar.

1980

Março, 8

— Celebra-se na Catedral de S. Paulo, Lisboa, o centenário do primeiro Sínodo da Igreja Lusitana.

Maior, 1

— D. Fernando Soares, Bispo Auxiliar eleito, é sagrado em Vila Nova de Gaia, com a participação do bispo auxiliar do Porto, em representação do prelado da diocese, D. António Ferreira Gomes.

Maior, 2-3

— Reúne-se em Vila Nova de Gaia o 3.^o Congresso da Igreja Lusitana.

Julho, 5

- A Igreja Lusitana é oficialmente integrada na Comunhão Anglicana.

1981

Abril, 30-Maio, 2

- O Sínodo elege D. Fernando da Luz como Bispo Diocesano, sucedendo a D. Luís César Rodrigues Pereira, que resignou por limite de idade.

Outubro, 25

- Em Mem Martins, arredores de Lisboa, é inaugurada a Capela da Santíssima Trindade.

Dezembro, 8-9

- O Conselho Português de Igrejas Cristãs reuniu no Centro Ecuménico «Reconciliação», na Figueira da Foz (Buarcos), e pronunciou-se por um debate fraterno sobre as linhas de ecumenismo a seguir pelas igrejas evangélicas em face da igreja católica-romana prevalentemente maioritária no país.

1982

Maio

- O bispo Fernando Soares, pároco da igreja catedral de S. Paulo, acompanhado do Rev. Dr. Nelson Horta, deslocou-se à Nunciatura Apostólica, em Lisboa, a fim de apresentar respeitosos e fraternos cumprimentos, em nome da Igreja Lusitana, ao Papa João Paulo II, de visita a Portugal.

1983

Junho, 2-4

- O Sínodo Diocesano da Igreja Lusitana aprovou um plano de acção pastoral, a desenvolver no próximo quinquénio, que incluiu a revisão do Livro de Oração Comum, a criação de grupos de oração e estudo bíblico em casas particulares e/ou igrejas a instituição do «Dia de Trabalho para a Igreja» (Diocese).

1984

Março, 3

- A Comissão Permanente da Igreja Lusitana aprova uma declaração pública sobre o ensino de Religião e Moral nas escolas públicas, que foi publicada em *O Novo Despertar*.

Novembro, 6

- Morre D. Luís Pereira, bispo diocesano da Igreja Lusitana entre 1962 e 1981. A revisão litúrgica e o empenhamento ecuménico marcaram profundamente o seu episcopado.

1985

Novembro, 3-8

- A 3.^a reunião de Igrejas dos países de Expressão Portuguesa em África (RIPEPA) teve lugar na Cidade da Praia, Cabo Verde, com a participação de 40 representantes das Igrejas Evangélicas de Moçambique, Angola, Cabo Verde e Guiné.

1986

Novembro, 16

- É erigido, o novo templo da Paróquia da Sagrada Família, em Queluz.

1987

Abril, 12

- É erigido o novo templo da Paróquia de S. Tomé, em Castanheira do Ribatejo.

Outubro

- Leopoldo Figueiredo, reputado hinólogo da Igreja Lusitana, publica o livro «Cânticos espirituais» (Publicações Europa-América).

1988

Abril, 16

- A Comissão Permanente da Igreja Lusitana emite uma declaração sobre o novo projecto de lei laboral (Lei dos Despedimentos), publicada no «Novo Despertar».

Junho, 3-4

- Em Setúbal, sob o tema «150 anos de presença Protestante em Portugal», reuniu o Sínodo da Igreja Presbiteriana de Portugal, presidido pelo leigo João Sérgio Furtado. A sessão vibrou um golpe no caminho da unidade e do ecumenismo entre as três Igrejas Sinodais — a Lusitana, a Presbiteriana e a Metodista —,

ao resolver, unilateralmente, assumir a responsabilidade da gestão do Centro Ecuménico Reconciliação (CER) e ao relegar as outras duas igrejas para um papel secundário.

- A Igreja Lusitana cria o Centro Lusitano de Estudos Teológicos (CLET), cuja coordenação foi confiada ao Rev. Dr. Nelson Horta, visando a formação religiosa de Clérigos, Pregadores, Leitores, Catequistas ou, ainda, de qualquer pessoa que deseje aprofundar o seu conhecimento em ciências religiosas.

1989

Abril, 15

- Em importante Encontro Nacional realizado em Vila Nova de Gaia, celebram-se os primeiros dez anos do Departamento da Juventude da Igreja Lusitana. (DJIL).

Junho, 2-3

- Reuniu, em Braga, o Sínodo da Igreja Metodista.

Outubro

- Encerradas as actividades de ensino primário nas escolas do Torne e do Prado (Vila Nova de Gaia), prosseguindo a acção educativa e de animação social através da «Associação das escolas do Torne e do Prado».

1990

Fevereiro, 13

- A Aliança Evangélica Portuguesa, que congrega grande número de comunidades protestantes, informou em conferência de imprensa, realizada em Lisboa, ter sido recebida pelo Procurador-Geral da República e pelo Ministro da Justiça, a quem denunciaram a discriminação de que são vítimas em Portugal.

Junho, 12-16

- O 77.º Sínodo Diocesano da Igreja Lusitana aprova a possibilidade de ordenação de mulheres.

Junho, 12-13

- A Igreja Evangélica Presbiteriana reuniu o seu Sínodo Nacional, nas instalações do Centro Ecuménico Reconciliação, constatando a necessidade de readquirir um novo dinamismo eclesial.

1991*Junho, 13*

- Realizada a 1.ª Assembleia Geral da Associação das Escolas do Torne e do Prado, criada em Vila Nova de Gaia para prosseguir o trabalho educativo naquelas escolas.

Outubro

- Editada a «Liturgia da Igreja Lusitana», para substituir o antigo «Livro de Oração Comum» de 1884, cuja última edição saíra em 1928.

Outubro, 30-Novembro, 2

- O 78.º Sínodo Diocesano aprova um pedido de integração na Igreja Lusitana de uma comunidade cristã da Ilha de Jersey, Nova Inglaterra, criando-se assim a Missão Diocesana de S. Paulo.

1992*Fevereiro*

- Leopoldo de Figueiredo edita novo livro de música litúrgica — a cantata «O Varão de Dores», das edições Europa-América.

Fevereiro, 20

- 1.º Encontro Ecuménico, em Viseu, entre representantes máximos das Igrejas do COPIC — D. Fernando Soares (Lusitana), Rev. Ireneu Cunha (Metodista), Rev. José Salvador (Presbiteriana) e Rev. Manuel Cardoso (Secretário-Geral) — e a Comissão Episcopal da Doutrina da Fé da Igreja Católica Romana — D. António Monteiro (Bispo da Diocese), D. Jorge Ortiga (Bispo Auxiliar de Braga) e P.º Manuel da Rocha Felício (Secretário da Comissão) —, na sequência de diversos contactos anteriores e do Encontro de Santiago de Compostela, 5.º Ecuménico Europeu, deliberou promover os estudos confessionais e o apoio comum à resolução de problemas do interesse dos cristãos e dos cidadãos em geral, referentes à ecologia, direitos humanos, questões de justiça social e dos emigrantes dos PALOP (países africanos de língua oficial portuguesa) que trabalham em Portugal.

Abril, 26

- D. Luís Pereira é homenageado em Vila Franca de Xira, terra de

sua naturalidade, através de uma placa colocada no Hospital e a atribuição do seu nome a uma artéria daquela cidade.

1993

Abril, 3

- Reúne em Vila Nova de Gaia o 1.º Encontro de Mulheres da Igreja Lusitana, iniciando-se assim as actividades de mais um Departamento Nacional, o DMIL.

1994

Outubro, 2

- Visita de Frei João d'Alcaravetam, presbítero anglicano, que, após longos anos de serviço na Igreja Episcopal dos EUA, se encontra em Portugal a trabalhar na Igreja Lusitana como missionário.

Dezembro, 6

- Realização, no Centro Ecuménico Reconciliação, de mais um encontro ecuménico entre as Igrejas do COPIC (Lusitana Metodista, Presbiteriana) e a Igreja Católica Romana.

1995

Abril, 30-Maio, 1

- A Igreja Lusitana acolhe o 1.º Encontro Europeu de Bispos Anglicanos, realizado em Vila Nova de Gaia.

Maio, 6-7

- No âmbito das comemorações do centenário do templo de S. João Evangelista, realiza-se em Vila Nova de Gaia um colóquio histórico sobre as origens do protestantismo e a realidade desta localidade nos finais do século passado.

Novembro, 1

- O Arcebispo de Cantuária, Dr. George Carey, primeiro Arcebispo de Cantuária a visitar Portugal, deslocou-se para contactar de perto com a Igreja Lusitana e com o meio social em que se desenvolve a sua actividade, em particular o Bairro do Pêgo

Longo (Queluz), tendo-se encontrado com os representantes do Conselho Português das Igrejas Cristãs e a Conferência Episcopal Portuguesa e presidido a uma celebração ecuménica com o cardeal-patriarca de Lisboa, D. António Ribeiro, na Igreja do Sagrado Coração de Jesus, e dado uma conferência de Imprensa, com o lançamento de um livro de espiritualidade de sua autoria.

FONTES

I. Manuscritas e Impressas

Arquivo Histórico Diocesano da Igreja Lusitana, (ILCAE)

ASPEY, Albert — *Alguns Apontamentos* apresentados na celebração do 90.º Aniversário da inauguração do Templo do Mirante — 25 de Março de 1967, s/e

ASPEY, Albert — *Por Este Caminho*, Porto, Igreja Evangélica Metodista, 1971

Biblioteca «António Maria Candal», dir. Rev. André Cassels, 1.ª Série, Porto, 1908

CARDOSO, Manuel Pedro — *História do Protestantismo em Portugal*, s/e, Cadernos CER, 1985

CASSELLS, Diogo — *A Reforma em Portugal*, Porto, 1908

DIAS, Guilherme — *Sermão* recitado por ocasião da inauguração da abertura da Capella Evangélica Methodista Portuense em 25 de Março de 1877, Porto, Tip. de D. António Moldes, 1877, 29 p.

FIGUEIREDO, Santos — *Factos Notáveis da História da Igreja Lusitana*, Porto, 1909

GUICHARD, François — *Le Protestantisme au Portugal*, in “Arquivos do Centro Cultural Português”, volume XXVIII, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1990, pp. 455-482, {existe separata}

MOREIRA, Eduardo — *Notas Históricas sobre a origem das Igrejas Evangélicas em Portugal*, in «Revista de História», II n.º 6 (Lisboa, Abril-Junho 1913), p. 114-121

— *A Situação Religiosa de Portugal, conspecto e considerações*, Lisboa, Ed. Portugal Novo, 1935

— *Esboço da História da Igreja Lusitana*, Vila Nova de Gaia, Edição Sínodo da Igreja Lusitana Católica Apostólica Evangélica, 1949

- *Vidas Convergentes*, Lisboa, Ed. Papelaria Fernandes, 1958
- *Gil Vicente e a Reforma*, 1966, 8 p.
- *A Reforma Protestante e os seus antecedentes em Portugal*, Separata de «Língua e Cultura», III 1, Lisboa, Sociedade de Língua Portuguesa
- MOREIRA, Joaquim Manuel Mendes — *Origens do Episcopado em Portugal — O despertar da Igreja Lusitana* (Dissertação apresentada à F.L.U.P.), 2 vols., Porto, 1995
- PEIXOTO, Fernando Aníbal Costa — *Diogo Cassels, uma vida em duas margens* (Dissertação de Mestrado apresentada à F.L.U.P.), 2 vols. Porto, 1995
- TESTA, Michael P. — *Injuriados e Perseguidos. Panorâmica histórica da fé reformada em Portugal*, Montijo, 1977
- TUCKER, John T. — *Heróis da Cruz*, Lisboa, Junta Presbiteriana de Cooperação em Portugal, 1957

II. Periódicos

- O Comércio de Gaia*, ano VIII, n.º 374, 10 de Abril de 1938
- Ecclesia*, n.º 1 a 24, Janeiro de 1949 a Outubro de 1953
- Egreja Lusitana*, (1892- 1923)
- O Evangelista*, (1892 - 1900)
- Luz e Verdade*, (1902 - 1922)
- A Reforma*, (1877 - 1892)
- O Novo Despertar* — órgão da Igreja Lusitana Católica Apostólica Evangélica (1984, em publicação)

PARA A HISTÓRIA DO PROTESTANTISMO EM PORTUGAL

por **João Francisco Marques ***

Como referenciar uma longa duração e contextualizá-la à volta de um acontecimento dinâmico, simultaneamente ponto de chegada e de partida, polarizador e desencadeador de radicais mudanças, que logo se podem conceptualizar, ao menos como expressão de ruptura com um statu quo, mas vão ganhando contornos definidos que se estruturam em seu desfiar diacrónico?

A tentativa de organizar uma cronologia específica é sempre um trabalho obviamente selectivo na linha das duas coordenadas estruturantes da história: o tempo e o espaço. E se, enquanto tal, nos aparece presa de fatal subjectividade por ligada a inevitáveis juízos de valor, a avaliação feita beneficia de um já seguro conhecimento da relação antecedente-consequente que o joeirar científico vai permitindo firmar com rigor. Referencia-se assim o que efectivamente sucedeu para ser inserido na construção desse perfil cronológico que parece não constituir senão uma amálgama de factos e uma tessitura sincrética. O ordenamento sequencial, no fio da datação, logo lhe dá, porém, uma inteligibilidade primeira em que se fundamenta e justifica a sua utilidade. Os acontecimentos apontados remetem para contextos múltiplos geradores de sincronias, a explicar o porquê de a História ser uma ciência social e, também, eminentemente concreta.

*A inserção no espaço recorta ainda mais o seu proveito a fim de se compreenderem as características próprias e o evoluir de um determinado movimento, analisado ao jeito do ideal-tipo weberiano. As ilações que permite uma cronologia, mesmo de evidente pendor subjectivo, e as associações que sugere, como ilustra o excelente trabalho de François Guichard incluído neste volume, aumenta a prestabilidade de que se reveste para o historiador, o investigador e o interessado em geral. Apenas se exige, como aquela que agora oferecemos sobre o protestantismo em Portugal, que seja criteriosa e rica num factual pomenorizado. De assinalar, porém, que não é este certamente um trabalho pioneiro, pois Eduardo Moreira, o incansável estudioso da Reforma em terras portuguesas, já, em *Vidas Convergentes* (393-404), o tentara. A soma, contudo, de fontes que lhe serviram de base e a variedade de eventos referenciados, que vêm até aos nossos dias, são motivos suficientes para a publicarmos.*

* Coordenador

CRONOLOGIA*

- 1508** — Carta de lei de D. Manuel a Jacob Crowberger — preâmbulo de inúmeras diligências contra livros considerados heréticos.
- 1520** — António Pereira Marramaque escreve várias obras manuscritas a de propaganda nitidamente evangélica.
- 1540**
- 1545** — Damião de Góis é denunciado à Inquisição como luterano, pelo jesuíta Simão Rodrigues.
- 1547** — Fernão de Oliveira, no seu regresso de Londres, tenta criar em Lisboa uma opinião cristã reformada.
— Fernão de Oliveira esteve preso, de 1547 a 1551, nos cárceres inquisitoriais, por evangélico.
- 1551** — Parte considerável das obras de Gil Vicente aparecem no Rol dos Livros defesos e ainda no Índice dos Livros Proibidos.
- 1552** — Um jovem inglês é queimado vivo em Lisboa.
- 1628** — Nasce João Ferreira de Almeida, no lugar de Torre de Tavares, em Mangualde.
- 1641** — Estabelece-se em Lisboa uma Igreja Holandesa Reformada.
— O Tratado luso-inglês reconhece a liberdade de consciência aos súbditos britânicos em Portugal, desde que exerçam a sua confissão em estreita intimidade.
- 1642** — João Ferreira de Almeida faz a sua profissão de fé na Igreja reformada de língua portuguesa existente em Batávia.
- 1658** — João Ferreira de Almeida, submetido a exame em matérias teológicas, veio a ser ordenado para o ministério pastoral em 16 de Outubro.

* Trabalho elaborado por: Joaquim Manuel Mendes Moreira, Maria Fernanda Ferreira de Oliveira Manarte, Maria Zita Freire Amado Ferreira da Costa e Sílvia Regina de Pinho Martins, no Seminário de História das Minorias Religiosas, do Mestrado de História Moderna, dirigido pelo Prof. João Francisco Marques.

- 1681** — É publicado em Amesterdão o Novo Testamento segundo a versão de Almeida, até hoje ainda não absolutamente substituída.
- 1682** — É publicado o Livro de Oração Comum para uso das igrejas portuguesas na Índia.
- 1686** — O cônsul britânico Maynard é chamado ao Tribunal do Santo Ofício, acusado de promover reuniões de culto anglicano numa casa, às Portas de Santo Antão, junto ao Rossio.
- 1706** — Os dinamarqueses mantêm, na costa de Coromandel, uma missão evangélica de língua portuguesa, entre 1706 e 1737.
- 1715** — Carta da colónia britânica em Lisboa, de 9 de Janeiro, ao seu embaixador Worsley, onde os fiéis anglicanos se queixam de rapto de filhos pela Inquisição.
- 1725** — Criação de um cemitério inglês, em Lisboa.
- 1730** — Os estrangeiros residentes só são ameaçados pela Inquisição em casos de Franco-Maçonaria.
- 1733** — Notícia da existência de uma loja maçónica em Lisboa, formada por protestantes, havendo uma outra constituída por católicos romanos.
- 1743** — É preso pela Inquisição de Lisboa, a 14 de Março, o reformado suíço Jean Coustos, sendo a custo libertado.
- 1744** — O mação João Baptista Richard, jovem de 26 anos, movido pela tortura renega a fé evangélica.
- 1746** — Francisco Xavier de Oliveira, o celebrado Cavaleiro de Oliveira, ingressa na Igreja Anglicana, em Londres, a 22 de Junho.
- 1751** — Francisco de Oliveira adere à Igreja Anglicana.
- 1753** — Termina a impressão da Bíblia, versão portuguesa de João Ferreira de Almeida.
- 1756** — Data da publicação, em Londres, de um dos mais célebres trabalhos do Cavaleiro de Oliveira: *Discours pathétique au sujet des calamités présentes arrivées au Portugal*.
- 1760** — O futuro Marquês de Pombal corta as relações com o Vaticano.

- 1761** — O «Cavaleiro de Oliveira» é queimado em efígie em Lisboa, pela Inquisição, a 20 de Setembro.
— Criação de um cemitério da Igreja Alemã.
- 1762** — Chega a Lisboa o generalíssimo Conde de Lippe, ilustre cristão luterano.
- 1766** — Sai do prelo a 1.ª edição da *Tentativa Teológica* do P.º António Pereira de Figueiredo, tida como «chavão» regalista.
- 1767** — O Cavaleiro de Oliveira convida ousadamente D. José I a reformar a Igreja Lusitana.
- 1772** — Começa a publicação da versão bíblica portuguesa do P.º António Pereira de Figueiredo, em Lisboa, principiando pelo *Testamento Novo*, a que se seguiram os *Salmos*, o *Genesis* e os restantes livros do *Testamento Velho*, conforme o texto da *Vulgata* latina.
- 1773** — Chega a Lisboa o pastor Muller, para pastorear a Comunidade luterana alemã.
- 1779** — O Conde de Oyenhausen ingressa espectacularmente na Igreja Romana, para casar.
- 1782** — Publica-se em Lisboa uma versão truncada do *Pilgrim's Progress* de Bunyan.
- 1783** — Howard visita as prisões de Lisboa, excepto, obviamente, a da Inquisição.
- 1788** — Morte misteriosa de D. Frei Inácio de S. Caetano, confessor da Rainha.
- 1790** — O P.º Pereira de Figueiredo conclui a sua famosa versão da Bíblia.
- 1791** — Cristiano Muller ingressa na Igreja Romana, estando já naturalizado português.
— Sai a 1.ª edição da *Análise da Profissão de Fé de S.S. Pio IV*, do P.º Pereira de Figueiredo.
- 1794** — Funda-se, em Lisboa, o Cemitério Britânico, que parece já existir desde 1725.
- 1798** — O Pastor sueco Ruders escreve (1798-1802) o diário: *Viagem em Portugal*.

- 1799** — Link, o sábio germânico, visita Lisboa e comenta o que observa.
- 1800** — É permitido um culto eucarístico de reformados suíços, em Lisboa, na «Memória», junto a Belém.
- 1801** — Carey baptisa em Serampore, na Índia, o negociante português Inácio Fernandes.
— O protestante inglês Mardoqueu Dove publica em Lisboa, onde reside, *O Reino da Poesia*.
- 1806** — Milhares de portugueses assistem a cultos evangélicos a bordo de um navio inglês, no Tejo.
- 1807** — O operariado de Lisboa pede a Napoleão uma lei que outorgue a liberdade de cultos.
— Desembarca em Macau o missionário Robert Morrisson, que ali jaz sepultado.
- 1808** — Primeira edição bíblica popular, em português, pela Sociedade de Londres.
— Ordem do exército de Wellington inculcando princípios de tolerância às suas tropas.
— Carta de Wellington em que refere as actividades de pregadores metodistas.
- 1809** — Encerra-se, em Java, a velha Igreja Evangélica Portuguesa.
— Regista-se, na Ilha da Madeira, a primeira distribuição bíblica, que ascendeu a vinte mil exemplares.
- 1810** — Tratado anglo-português: os residentes britânicos em Portugal podem possuir templos desde que não sejam reconhecíveis pelo seu aspecto exterior.
- 1811** — O pastor luterano Dose, que operara em Lisboa, defende em Hamburgo o bom nome de Portugal.
— O missionário Martyn, chegado do Oriente, insta em Londres por novas edições bíblicas portuguesas.
- 1812** — Está em Portugal, nas fileiras do exército, o sargento Alexandre Dallas, futuro clérigo.
- 1813** — Permite-se em Lisboa a abertura de uma sinagoga judaica, índice de tolerância.
- 1815** — O Rev. Benjamin Wood fala de só ter recebido doze Bíblias em Português.

- 1817** — O Dr. Bellermann pastoreia com brilho a comunidade evangélica alemã, Lisboa.
— A Marquesa de Alorna publica a *Paráfrase a vários Salmos* (reedição completa em 1844).
- 1818** — Dallas publica em Nova Iorque a sua obra *Felix Alvarez* sobre Portugal e Espanha.
- 1819** — O Rev. D. Rees escreveu sobre a distribuição de panfletos aos marinheiros dos barcos ancorados em Gibraltar, havendo entre eles alguns portugueses.
- 1821** — As Cortes Portuguesas extinguem o Tribunal da Inquisição e a Cúria Patriarcal protesta.
— Nasce em Vagos, Aveiro, a 6 de Junho, Manuel dos Santos Carvalho.
- 1822** — A Constituição Portuguesa, no seu Art.º 17.º, reconhece a existência de cultos dissidentes.
— Os quacros de Londres publicam em português um «Memorial» contra a escravatura.
— O P.º Dr. José M. da Veiga combate numa «Memória» famosa o celibato clerical.
- 1824** — Chega a Lisboa Arquibaldo Turner, que virá a fundar as Escolas de Chelas.
- 1825** — Garrett, emigrado, publica a 1.ª parte do *Portugal na Balança da Europa*.
- 1826** — A Carta Constitucional substitui a Constituição de 1822, que acusa menos tolerância.
- 1827** — O presbítero anglicano Dr. Kinsay visita Lisboa e estuda o clima religioso.
- 1828** — Reside na Figueira da Foz o quacro Duarte Backer, amigo dos liberais.
- 1830** — O Rev. Dr. Joseph Stinson pediu um exemplar de um Novo Testamento em português.
— Um sacerdote católico português pediu ao Rev. Stinson livros religiosos e mostrou interesse em ser informado da diferença entre as duas religiões.

- 1834** — Encerra-se o período absolutista, que desde 28 paralisara de facto as liberdades.
- Midosi, no *Manual do Cidadão*, defende a liberdade de crenças religiosas.
 - O Rev. Dr. Rule, pastor em Gibraltar, escreveu: «O Sr. Gomez vendeu apenas seis Bíblias ... mas afirma que na companhia de dois judeus amigos tem atravessado toda a Lisboa e feito os seus esforços para vender, mas até agora com pouco êxito».
- 1835** — Jorge Borrow, agente da Sociedade Bíblica Britânica, desembarca em Lisboa para criar agências de difusão da Bíblia.
- Criação de um Comité da Sociedade Bíblica em Lisboa, formado por Gomez y Togar, comerciantes ingleses e o português Libânio Gomes, tendo, para isso, contribuído o trabalho do Dr. Rule.
 - O Dr. Rule fala novamente num possível trabalho metodista em Portugal, afirmando haver tolerância.
- 1837** — Os emigrados portugueses, maltratados em Orense, só dos quacros obtêm atenção.
- Os britânicos em Lisboa recebem crianças portuguesas num colégio que fundaram.
 - O Governo manda adoptar provisoriamente um Código Penal, muito liberal para o tempo, da autoria do Dr. José Manuel da Veiga (ex-padre romano).
 - O *Panorama*, dirigido por Herculano, elogia as Escolas Dominicais e o ensino da Bíblia.
 - Um leigo presbiteriano escocês, de nome J. Halley, inicia no Funchal reuniões de oração.
- 1838** — Um Breve Apostólico, prejudicando o Padroado Português, não é aceite.
- O Dr. Kalley chega ao Funchal e resolve dedicar-se ao povo madeirense.
- 1839** — A sociedade Metodista de Gibraltar, que o Rev. Dr. Rule pastoreou, tinha um membro português, possivelmente o primeiro metodista, cujo nome não é conhecido.
- Tomás Boys obtêm em Lisboa dois auxiliares para a revisão da Bíblia, mas é traído.
 - D. Vicente Gomez y Togar, ex-padre católico espanhol exilado pelo Liberalismo e convertido ao anglicanismo, faz em Lisboa o culto inaugural de uma «Capela da Promulgação do Santo Evangelho de Jesus Cristo», a que assistem 110 pessoas.

- 1840** — O erudito quacro Luis Usos y Rio visita Lisboa e critica a vida portuguesa.
 — Kalley funda escolas e dispensários gratuitos, sendo louvado no ano seguinte pela Câmara do Funchal.
- 1842** — Na capela do Dr. Gomez celebra-se o casamento do ex-padre católico português Porfírio Carvalho e Melo com Maria Amália Baptista, filha de um negociante lisboeta.
 — Kalley prega no Funchal e compõe os primeiros hinos, ainda hoje cantados nos cultos protestantes.
 — O Governo de Lisboa, por portaria de 17 de Outubro, autoriza uma distribuição, nos Açores, de Bíblias de edição protestante.
 — Jorge Borrow publica a sua obra famosa *The Bible in Spain*, onde inclui Portugal.
- 1843** — É preso no Funchal o Dr. Kalley, invocando-se uma anacrónica lei de 1603.
 — A capela anglicana da Estrela, em Lisboa, é solenemente consagrada.

Janeiro

- Início das perseguições na Ilha da Madeira (até 1846), que levaram cerca de mil portugueses a fugir para os Estados Unidos e ilha da Trindade, onde organizaram igrejas presbiterianas.

Dezembro

- Kalley, preso em 26 de Julho, é posto em liberdade.
- 1844** — Pela primeira vez celebra-se no Funchal a Santa Ceia, segundo o rito presbiteriano pelo Rev. Julius Wood, em língua portuguesa; nela participaram 6 portugueses e 6 britânicos.
 — Nasce a 2 de Novembro Diogo Cassels, na freguesia de Massarelos, Porto. Filho de John Cassels e de Ethelinda Cassels. Era membro de uma numerosa família. Foi mais tarde cursar o Colégio de Peptown, condado de Derby, Inglaterra.
 — Violentas perseguições na Madeira (23 a 26 de Setembro), que levam ao encarceramento de dezenas de pessoas.
- 1845** — Chegada de um segundo missionário escocês: Hewitson.
 — Robert Kalley organiza a 1.^a congregação protestante portuguesa em solo nacional, a Igreja Presbiteriana do Funchal, que não teve existência legal.

1846 — São excomungados os dois primeiros presbiterianos portugueses, Vieira e Soares.

Agosto

— A residência de Kalley é assaltada, seus haveres destruídos e ele posto em fuga (9 de Agosto).

— Mais de 400 pessoas, por causa das perseguições religiosas, partiram da Madeira, nos navios «William» e «Lord Seaton», estabelecendo-se em Jacksonville e Springfield (Estado de Illinois, Estados Unidos).

1848 — Com o auxílio da sociedade luterana «Gustavo Adolfo» é criado o Colégio Alemão em Lisboa.

1849 — O Christian Knowledge Society de Londres imprime a Liturgia da Igreja Anglicana em língua portuguesa. A tradução foi feita por Eduardo de Moser, mais tarde conde de Moser.

1852 — É adoptado no País um Código Penal que elimina a liberdade de exercício de religião não-católica, contrariando a própria Carta Constitucional e servindo de justificativo para várias prisões de colportores.

— As autoridades fecham a Capela de Gomez y Togar, em Lisboa, na sequência da promulgação do Código Penal.

1853 — Dr. Kalley, casado em segundas núpcias, visita os imigrados na Trindade e Illinois.

1854 — Os eclesiásticos ingleses Oldknow e Neale observam, entre os emigrados portugueses, influências jansenistas.

— Regista-se nova saída de «calvinistas» madeirenses, num providencial navio inglês.

Julho

— Visto passado ao metodista inglês, Thomas Chegwin, que pouco depois chegou a Portugal para trabalhar nas Minas de Cobre do Palhal.

Dezembro

— Pio IX, pela bula *Ineffabilis Deus*, promulga a definição do dogma da Imaculada Conceição.

1855 — Acusação pública feita a evangélicos ingleses, em Lisboa, pela sua benemerência.

— O casal Kalley, em visita a Lisboa, toma contacto com igrejas/missões evangélicas de ingleses, norte-americanas e alemães.

- O Dr. Kalley inicia o trabalho evangélico no Brasil que se prolongará até 1872.
- Chega a Portugal outro leigo metodista, Eng.º John Ayres, da cidade de Leeds, que trabalhou como engenheiro no Porto durante trinta e cinco anos.
- Nasce, no Porto, Cândido Joaquim de Sousa.
- 1856** — Em Monserrate, Sintra, onde se instala, Lady Cook escreve obras morais e auxilia a Igreja evangélica.
- Chegada do capitão Joseph Ivey a Portugal, que primeiro trabalhará nas minas de Valongo, e, depois, nas minas do Palhal.
- 1857** — Alexandre Dallas visita em Lisboa cristãos reformados e obtém cooperação para a sua obra.
- 1858** — Kalley, residente no Rio desde 1855, organizou a Igreja Evangélica Fluminense.
- Nasce o Rev.º Frederick William Flower em Vila Nova de Gaia, e, no Porto, Wiliam Cassels, futuro bispo da China Ocidental.
- Diogo Cassels abandona os seus estudos em Inglaterra e regressa a Gaia.
- 1860** — Helena Roughton, inglesa de Lisboa, dinamiza as reuniões da comunidade de Togar.
- Thomas Chegwin enviou do Palhal seis libras e 115 shillings que acompanhou de uma carta à Sociedade Missionária Metodista em Londres (a 1.ª enviada de Portugal).
- Abertura de uma escola cristã na Cruz do Taboado, em Lisboa, por Helena Roughton, mãe do presbítero anglicano, Francis Roughton.
- 1861** — Fernando Mouzinho de Albuquerque e o Conde de Sobral denunciam, em Cortes, a obra evangélica.
- 1862** — Thomas Chegwin escreve uma segunda carta à sociedade, onde pedia informações acerca dos «nossos missionários, e do seu progresso em várias partes do mundo»
- Manuel Vieira, humilde emigrante de Barcelos, trabalha como colportor da Sociedade Bíblica.
- 1863** — É preso em Braga Manuel Vieira que em 1861, no Rio de Janeiro, abraçara a Reforma.
- Nasce a 16 de Novembro, na cidade de Abrantes, José Augusto dos Santos e Silva. Frequentou a Igreja Evangélica do Cascão, dirigida por Manuel dos Santos Carvalho.

- 1864** — Data deste ano ou do anterior uma missão evangélica da Sr.^a Roughton, separada da Igreja Anglicana.
- Thomas Chegwin acusa a recepção de doze exemplares do Novo Testamento.
 - Enviado pela Sociedade Bíblica de Londres, o rev.^o W.P. Tiddy, visita Lisboa, onde coloca como agente Francis Roughton.
 - Estabelece-se na rua dos Fanqueiros, em Lisboa, a agência e depósito da Sociedade Bíblica de Londres.
 - Manuel Vieira de Sousa, pregador da Bíblia, é preso (por denúncia do Arcebispo de Braga) e condenado a dois anos de prisão.
 - Chega a Lisboa o Cónego Godofredo Pope, como capelão da Comunidade Anglicana.
 - A publicação da Bula *Quanta Cura*, de Pio IX, que inclui o *Syllabus*, inquieta muitas consciências, sensíveis às condenações cominadas.
- 1865** — Uma sociedade missionária escocesa patrocina um clube reformado em Lisboa.
- Instalação em Lisboa da «Sociedade Filantrópica Evangélica», dirigida por um espanhol de nome Vasquez.
- 1866** — O colportor Vieira, agora liberto, recomeça a oferecer a Bíblia ao povo e, de novo, é preso e processado pelo Tribunal de Relação do Porto, continuando depois a sua actividade para incremento da difusão do movimento Evangélico no norte do país.
- Diogo Cassels inicia reuniões domésticas na quinta de S. Cristovão, Vila Nova de Gaia, proporcionando a trabalhadores a leitura das Escrituras.
 - Chega a Lisboa o pastor escocês Robert Stewart que funda a 1.^a Comunidade presbiteriana escocesa e dedica-se à evangelização dos lisboetas.
- 1867** — O Dr. João José da Graça edita um hinário de harmonia com as normas litúrgicas.
- Vem a Lisboa o Dr. Spencer, cunhado do Dr. Kalley, que labora nas «Assembleias de Irmãos».
 - Promulgação do primeiro Código Civil português que estabelece a liberdade religiosa.
 - O advogado Custódio José Vieira publica, sobre os processos dos colportores, Manuel Vieira de Sousa e Manuel Francisco da Silva, o opúsculo *Liberdade de Consciência*.

Agosto

- Protesto, em Cortes, pelo deputado Carlos Testa, contra a tolerância religiosa face às missões evangélicas ou congregações que então estavam a surgir.
 - Chega a Lisboa o célebre reformador e ex-padre católico espanhol, D. Angel Herreros de Mora, que, pelas suas ideias liberais e evangélicas, tinha sido obrigado — como o Dr. Gomez — a sair da Espanha para a América, iniciando cultos episcopalianos que virão a proporcionar a criação da Igreja Reformadora Espanhola.
 - É publicada a lei que institui o Registo Civil para os nascimentos, casamentos e óbitos que, no entanto, até 1878 se aplicou apenas aos não-católicos.
- 1868** — A. Teles, amigo do Bispo de Viseu, promove com outros conferências que são objecto de distúrbios.
- Carlos Testa interpela o Governo em Cortes a propósito das actividades protestantes.
 - Mora inicia em Lisboa cultos episcopalianos e funda uma Escola Dominical para crianças.
 - Frederica Smith promove reuniões domésticas para mulheres, no Porto, ao Bom Sucesso.
 - As autoridades locais suprimem os cultos particulares em S. Cristóvão, Gaia.
 - O reitor da Igreja paroquial de Oliveira do Douro ameaça Ana Francisca com excomunhão e proibição de vir a ser enterrada no cemitério, se não deixar de assistir à aula bíblica na freguesia de Mafamude.
 - Mr. Brown pede para que o primeiro catecismo seja impresso em Londres, a fim de evitar complicações.
 - Publica-se a 1.^a edição em português dos *Regulamentos da Sociedade dos Metodistas*, traduzidos por Diogo Cassels.
 - No Relatório Anual da Sociedade Missionária Metodista aparece a primeira indicação de que a Igreja Metodista poderia continuar em Portugal a sua obra de proclamação do Evangelho.
 - O Rev.^o Angel Mora, a convite de Diogo Cassels, vem de Lisboa a Vila Nova de Gaia para administrar a Sagrada Comunhão a 5 pessoas numa casa particular.
 - São presos, durante 15 dias, por se manifestarem a favor do culto reformado, os gaienses José Pereira, José Gregório e José Bichão.
 - Diogo Cassels funda e preside à Associação Missionária Auxiliadora, que mais tarde terá o nome de «Liga», e inicia a Escola Dominical, vindo a ser preso a 27 de Junho.

Outubro

- Realiza-se o primeiro culto na Igreja do Torne, Vila Nova de Gaia.
- Morte de D. João de França Castro e Moura, bispo do Porto e um dos mais intolerantes opositores dos evangélicos.

Novembro

- Processo de Diogo Cassels, por ter mantido dois anos antes reuniões evangélicas em sua casa, em Gaia, sendo condenado a 6 anos de deportação, sentença que levou o seu advogado a interpor recurso.
 - Manuel Francisco da Silva foi condenado a dois anos de prisão, em Lamego, pelo crime de vender Bíblias.
- 1869** — Diogo Cassels, preso e afiançado no ano anterior, é absolvido na Relação do Porto e escreve um panfleto, *Uma ninhada de nulidades*, relacionado com o seu processo.
- Graça Aleixo, sindicante oficial da escola de Helena Roughton, faz o seu elogio.
 - Abre o Concílio do Vaticano I que se vai celebrar pela definição do dogma da infalibilidade pontifícia.

Fevereiro

- Morre John Cassels em Portugal, para onde tinha regressado de Inglaterra, juntando-se a seus filhos, Diogo e André Cassels.

Dezembro

- Início em Lisboa de cultos evangélicos de rito episcopal, numa sala adaptada a capela, na Rua da Conceição, próximo à Praça das Flores.
- 1870** — Realiza-se o primeiro funeral evangélico no Porto, vencidas sérias dificuldades.
- António de Matos, português naturalizado americano, inicia uma missão no Porto, num salão alugado pelo consul Fletcher, na Praça de S.ta Teresa, havendo assaltos com pedradas e tiros, numa provocação de ultramontanos.
 - Tem lugar na capela, onde o Dr. Gomez ministrou por 32 anos, em Lisboa, o último acto de culto — um baptismo.
 - Portugueses, membros da Igreja Fluminense, vêm exercer «colportagem» na sua terra.
 - O Governo do duque de Saldanha assina duas portarias, reconhecendo o direito de reunião (15 de Junho) e a Igreja Evangélica Espanhola (5 de Agosto).

- Protesto do Bispo Strossmayer, do Dr. Doellinger, e de D. António Alves Martins, Bispo de Viseu, contra a infalibilidade papal.
- O ex-padre católico João Joaquim Costa e Almeida casa e adere à Reforma portuguesa, entrando na Igreja Evangélica Espanhola.
- Organizam-se as 1.^{as} Igrejas institucionalizadas.
- Frederica Smith convida Diogo Cassels para pregar o Evangelho numa sala, próximo de sua casa, no lugar do Bom Sucesso (Porto).
- Conversão do Tenente Santos Ferreira, um dos melhores escritores evangélicos, que foi o fundador da Cruz Vermelha Portuguesa.

Março

- 1.^a pregação feita pelo pastor presbiteriano português Rev.^o António de Matos, na Capela metodista de Lisboa.

Dezembro

- Inauguração pelo Rev.^o Angel Mora da Igreja Evangélica Espanhola, na Rua da Conceição, à Praça das Flores (A partir de 1880, passou a designar-se de Igreja de S. Pedro).
- 1871** — Realiza-se em Lisboa o primeiro casamento civil de cristãos evangélicos.
- Chega ao Porto Robert Hawkey Moreton que, em breve, organiza a Igreja Metodista.
 - Os ex-padres católicos Rev. Henrique Ribeiro Ferreira d'Albuquerque, José Inácio Pinheiro e Manuel Jerónimo Cordeiro aderem à Reforma portuguesa, entrando na Igreja Evangélica Espanhola.
 - Manuel dos Santos Carvalho foi reconhecido como pregador secular licenciado e colportor da Igreja Metodista.
- 1872** — As Cortes rejeitam um projecto de lei do Bispo de Viseu que concedia a liberdade religiosa aos cultos não-católicos romanos.
- A Presbyterian Free Church of Scotland, por intermédio de Robert Stewart, adquire o Convento dos Marianos, às Janelas Verdes, em Lisboa, para uso de escoceses e portugueses.
 - Manuel Vieira é violentamente agredido, ao oferecer ao povo, em Braga, exemplares da Bíblia.
 - Uma comissão de senhoras luteranas auxilia, em Lisboa, Mora e a sua Igreja.
 - O ex-padre católico António Ferreira de Miranda, ex-abade de Anobra, diocese de Coimbra, adere à Reforma portuguesa.

- 1874** — É reconhecida no Porto a validade dos casamentos realizados na Igreja Metodista.
- Fundação e reconhecimento legal da Igreja Metodista do Porto com Robert Moreton e Diogo Cassels.
 - O ex-padre católico Manuel António Pereira adere à Reforma portuguesa, entrando na Igreja Evangélica Espanhola e torna-se o primeiro sacerdote romano a realizar o seu casamento como cidadão português.
 - Morre D. Vicente Gomez y Togar.
- 1875** — O presbiteriano António de Matos sai de Lisboa doente, para o Funchal, e aí desistirá da pregação evangélica por intimação do governador.
- Guilherme Dias começa a trabalhar com Moreton.
 - Os ex-padres católicos António Ribeiro de Mello e José Joaquim Rochouse aderem à Reforma portuguesa e entram na Igreja Evangélica Espanhola.
- 1876** — Manuel Santos Carvalho, depois de seis anos na Igreja Metodista do Porto, vai para Lisboa e torna-se ministro da Igreja Presbiteriana.
- Inicia a sua publicação o órgão interconfessional *A Reforma*, que durará até 1892. Como jornal político, ainda sai uma edição em 1894.
 - Herculano, em carta a Barros Gomes, persiste na discordância com o ultramontanismo.
 - Stewart substitui, em Lisboa, o agente geral da Sociedade Bíblica de Londres, Tugman.
 - Rendell actua na Figueira da Foz e outra terras, com mandato da missão de Mildmay.
 - Os presbiterianos abrem depósito bíblico e três escolas na Ilha da Madeira.
 - O engenheiro George Mackrow dá em Lisboa incentivo às «Assembleias dos Irmãos».
 - O diplomata britânico Morier inicia conversações cismontanas com D. Fernando e Herculano.
 - O Rev. Dr. José Joaquim Rochouse e o Rev. José Nunes Chaves (na Igreja de S. Paulo, Lisboa) aderem à Reforma portuguesa.
 - O ex-padre Manuel António Pereira Júnior fundou a Igreja de S. Paulo no Beco das Campainhas, à Boavista, em Lisboa.
 - Organiza-se, a partir de Janeiro, a Igreja da SS.^{ma} Trindade (em Rio de Mouro — Sintra), pelo Rev.^o Costa e Almeida, ex-pároco católico romano da mesma freguesia.

— Surge a Igreja Episcopal Reformada, resultante da união de várias congregações, sob o «modelo» anglicano, elegendo Angel Herreros de Mora, que morre neste mesmo ano, como seu bispo, vindo a constituir o embrião da futura Igreja Lusitana.

1877 — O Rev. José Nunes Chaves, ex-padre católico, funda a Igreja de Jesus, em Lisboa.

— Jorge Robinson começa a sua obra benemérita, de evangelização e assistência social.

— Cândido de Sousa, professor metodista, adere à Igreja Lusitana, vindo para Lisboa.

— Aparece no Rio de Janeiro a versão de Rui Barbosa, de «O Papa e o Concílio», de J. Doellinger.

— O P.^e Guilherme Dias, na Igreja Metodista desde 1875, faz o sermão inaugural do Templo do Mirante, a 25 de Março.

— Publica-se, em Lisboa, *A Reforma do Papado*, primeiro volume duma «Biblioteca dos Velhos Católicos».

1878 — Henrique Ribeiro naturaliza-se espanhol, podendo assim suceder a Mora e a Melo na Igreja Espanhola.

— O Rei do Congo permite a missionários baptistas ingleses estabelecerem-se no seu território.

— Os protestantes votam a 1.^a vez nas eleições.

— O Regulamento do Registo Civil facilita o reconhecimento oficial dos cristãos dissidentes.

— Maxwell Wright inicia a sua evangelização no país, por meio de uma barraca, na feira de Alcântara.

— Abre-se no Funchal uma Missão Independente, germe do Metodismo Episcopal naquela ilha.

— Criação de uma Igreja Independente em Portalegre, reunida inicialmente em casa de Jorge Robinson, industrial naquela cidade.

— O Rev.^o Cândido Joaquim de Sousa ensina na Escola da Igreja de S. Paulo, em Lisboa.

— *A Reforma* é reconhecida como legal e passa a vender-se nas ruas.

Abril

— 1.^o baptismo feito pelo Rev.^o Moreton, no Templo do Mirante.

Junho

— Baptizado o 1.^o estrangeiro, na Igreja do Mirante.

Setembro

— O Cardeal D. Américo, Bispo do Porto, publica uma violenta pastoral contra os protestantes.

1879 — A imposição feita aos militares de assistirem à missa romana é censurada pelo jornal *Novidades*.

— Manuel António Meneses (de origem brasileira) vem a Lisboa e aí organiza o Consistório Presbiteriano, permanecendo sete anos.

— Santos Carvalho funda, em Lisboa, a Missão de Alfama, de carácter independente.

— Prisão de soldados que, invocando a sua crença evangélica, se negaram a confessar aos capelães regimentais em Lisboa e Porto.

— Guilherme Dias publica a Resposta à Instrução Pastoral do Bispo do Porto, cardeal D. Américo sobre o protestantismo, e o P.º Sena Freitas replica com o opúsculo *Crítica à Crítica*.

— Diogo Cassels e Robert Moreton logram obter de Londres o reconhecimento da Igreja Metodista do Porto.

— Entra em vigor o Código Civil, regulamentando o Registo Civil para os não-católicos.

Novembro

— O cônego irlandês Tomaz Pope dirige um grupo de sete clérigos e leigos que prepara a fundação da Igreja Lusitana «como tentativa de restauração, em feição tradicional, da primitiva Igreja nacional».

1880 — Maxwell Wright fixa-se em Ponta Delgada, onde inicia uma evangelização independente.

— Os obreiros evangélicos fazem uma representação às Cortes, queixando-se dos atropelos cometidos para com os seus mortos.

— Um sínodo solene, dirigido por Pope, marca a fundação da Igreja Lusitana, Católica, Apostólica, Evangélica (8 de Março).

Março

— Por ocasião da visita do Bispo da Igreja Mexicana de Jesus, reúne-se em Lisboa o 1.º Sínodo da Igreja Lusitana, sendo formulado e aprovado o Regulamento Geral da Igreja Lusitana, composto por XXXI artigos.

Abril

— A Igreja Lusitana convida as congregações evangélicas a unirem-se-lhe.

Maio

- A Congregação da Rua da Conceição, à Praça das Flores, fundada pelo Rev. Mora e presidida pelo Rev. Henrique Ribeiro Ferreira de Albuquerque, agrega-se à Igreja Lusitana, elegendo o seu presidente e a Augusto Carlos Vilas como representante ao sínodo diocesano.
- Rodrigues de Freitas entrega na Câmara de Deputados uma petição, encabeçada por Guilherme Dias, solicitando protecção para o exercício dos cultos e garantia de lugares (separados) para enterramento de não-católicos nos cemitérios, como era de lei.

Junho

- A Congregação Evangélica de Vila Nova de Gaia, por voto dos seus membros, resolve agregar-se à Igreja Lusitana.

Dezembro

- O Sínodo da Igreja Lusitana, reunido a 2 deste mês, sob a presidência do rev. Godofredo Pope, nomeia para a preparação de um livro de oração comum, uma comissão que compulsou a liturgia bracarense, moçárabe, romana e das Igrejas reformadas.
- 1881** — A Missão Suíça começa o seu apostolado na África Oriental Portuguesa, ao sul do Save.
- 1.^a visita a Portugal do arcebispo de Dublin (então Bispo de Meath e 1.^o membro do Conselho dos Bispos), Lord Plunket.
 - A convite do Sínodo da Igreja Lusitana, o Bispo Riley da Igreja Mexicana, Lord Plunket, Bispo de Meath, o Bispo Down, o Bispo de Clogher e (o futuro) Bispo Cabrera da Igreja Espanhola constituem um Conselho Provisório de Bispos.
 - Maxwell Wright visita os madeirenses refugiados em Illinois, Estados Unidos da América, desde a grande perseguição sofrida na Madeira.
- 1882** — João Joaquim Costa e Almeida, presbítero da Igreja Lusitana, é excomungado pelo arcebispo de Mitilene, D. António de Freitas Honorato.
- O Conselho dos Bispos e o Sínodo aprovam o «Livro de Oração Comum», a liturgia da Igreja Lusitana: as Epístolas, os Evangelhos, os Hinos de Louvor, as Glórias, os Credos Católicos, a maior parte das Colectas e algumas curtas Ladainhas que foram extraídas da liturgia da antiga Igreja Bracarense. São conservadas as antigas Estações Eclesiásticas.

— Guilherme Dias, com o produto de uma subscrição entre amigos, abre uma escola para crianças em terreno da Capela do Redentor.

1883 — Stewart é nomeado agente da Sociedade de Tratados Religiosos, realizando um bom trabalho.

— André Cassels constrói uma escola no Candal, Gaia.

— É inaugurada a Capela do Redentor, em S. Lázaro, Porto, construída a expensas de Diogo Cassels (15 de Abril).

— Diogo Cassels abre, em Outubro, a Escola do Torne.

— A 27 de Abril, morre em Lisboa, com 81 anos, Helena Roughton, pioneira e activista evangélica em Portugal que, em 1860, abriu uma escola para o ensino público diário.

1884 — Publica-se a 1.^a edição do *Livro de Oração Comum, administração dos Sacramentos e outros Ofícios Divinos*.

— Diogo Cassels é instituído diácono.

Fevereiro

— Inaugurada a Igreja do Bom Pastor, em Candal, Vila Nova de Gaia.

Junho

— Reunião em que o Rev. Robert Moreton apresentou oficialmente o novo ministro ajudante, Rev. John England, enviado pela Sociedade Missionária Metodista de Londres.

1885 — Início da construção da igreja nova da congregação de S. Pedro nas Taipas, em Lisboa, a expensas do benemérito John Cleif.

1886 — O novo Código Penal, da autoria de Veiga Beirão, pelo Art.º 130.º, considera crime o exercício de cultos dissidentes, reeditando a intolerância religiosa dos anteriores.

— Maxwell Wright publicou um folheto na inauguração da Ponte de D. Luís que teve uma tiragem de milhares de exemplares.

— Nasce Eduardo Moreira, grande estudioso do protestantismo em Portugal.

— A Congregação de S. Pedro passa para o Templo do Largo das Taipas (Lisboa).

1887 — Joaquim Augusto dos Santos e Silva funda, juntamente com outros, a «Associação de Socorros Mútuos Fraternidade Nacional».

- Surge a Cruz Vermelha Portuguesa, que teve como pioneiro mais destacado o Major Guilherme Santos Ferreira, membro da Igreja Lusitana.
- Guilherme Dias publica *O que é a Missa?*

- 1888** — No Porto, José Jones inicia uma Missão Baptista independente, de comunhão livre.
- Fundação da Missão Independente de Ponta Delgada, após o trabalho preparatório de Maxwell Wright.

Janeiro

- No Candal, Gaia, é inaugurada, a 6, a capela do Bom Pastor, construída a expensas de André Cassels.

Fevereiro

- Henrique Wright e Manuel Melim são presos na Vila de Santa Cruz, ilha da Madeira.
- 1889** — José Nunes Chaves deixa a Igreja Lusitana e inicia o seu pastorado na Igreja Presbiteriana.
- George Robinson, industrial inglês, instalado em Portalegre, combina pregação, educação e acção social.
 - A Congregação do Bom Pastor, formalmente organizada, elegeu uma junta paroquial e um representante ao Sínodo, agregando-se à Igreja Lusitana.
 - Guilherme Dias publica *A Confissão Auricular*.
- 1890** — O «ultimatum» britânico prejudica a obra evangélica, apesar de nada lhe dizer respeito.
- Funda-se no Rio de Janeiro a Sociedade de Evangelização do Brasil e Portugal, com delegação em Lisboa.
 - John Ayres retira-se para Inglaterra depois de trinta e cinco anos passados em Portugal .
- 1891** — Começa a publicação da «Bíblia Sagrada Ilustrada», editada por Herberto Cassels (irmão de Diogo Cassels, comerciante meto-
dista).
- O Rev. André Cassels é instituído diácono.
 - Santos Carvalho funda uma missão em Setúbal.
 - Surge o primeiro número do mensário evangélico para a infância *O Amigo da Verdade e da Infância*.
- 1892** — O P.º Santos Figueiredo, sacerdote católico romano, escreve ao seu Bispo e une-se à Igreja Metodista no Porto.

- Santos Carvalho, processado e preso, dá testemunho da sua crença no Tribunal e na Cadeia.
- As Igrejas da Península Hispânica são representadas no Grande Congresso da Igreja Velha Católica, celebrado em Lucerna, Suíça, pelo Rev. Cabrera, bispo eleito da Igreja Espanhola, e Lord Plunket, arcebispo de Dublin e presidente do Conselho dos Bispos da Igreja Lusitana Católica Apostólica e Evangélica.
- Guilherme Dias resigna e vai para o Brasil onde se dedicará à vida literária.

Maio

- Sermão sobre liberdade de consciência recitado pelo Rev.^{do} Joaquim dos Santos Figueiredo, na Igreja Metodista do Porto.

Setembro

- Início da publicação do boletim «Igreja Lusitana» que se estenderá até Novembro de 1923.

Dezembro

- Diogo Cassels é, a 8, ordenado presbítero pelo arcebispo de Dublin.

- 1893** — O rev. Pope é eleito bispo da Igreja Luistana mas recusa.
- Início da publicação do jornal *O Evangelista*, órgão da Igreja Lusitana até ao ano de 1900.
 - Falecimento de António Ferreira de Miranda, ex-sacerdote romano, que tinha sido encarregado da missão em S. José de Ribamar, Ericeira.
- 1894** — Alfredo da Silva, com outros jovens, funda no Porto a União Cristã da Mocidade, futura A.C.M.
- Frederico Flower é licenciado como pregador e ministro secular da Igreja Lusitana.
 - A Câmara de Gaia, presidida por Jaime Teixeira da Mota e Silva, mandou separar um quarteirão dentro do cemitério de Mafamude para os não católicos romanos.
 - Abre em Setúbal a Congregação do Espírito Santo, graças aos esforços de José Tavares Pinheiro.
 - Morre, a 24 de Dezembro, a terminar a pregação, o rev. José Nunes Chaves e sucede-lhe, no ano seguinte, na Igreja Presbiteriana, o rev. Santos Figueiredo.

Abril

- Inauguração do novo e actual templo do Torne, sob a designação de Igreja de S. João Evangelista.

Junho

- Convocação do «Sínodo da Igreja Lusitana, Catholica, Apostolica e Evangélica» com o propósito de eleger um bispo, que recaí, por unanimidade, no Rev.^{do} Godofredo Pope, doutor em Teologia.
- 1895** — O rev. João Joaquim da Costa e Almeida é processado em Sintra, com sua esposa, por ensinar doutrinas «heréticas», acabando por serem absolvidos.
- Júlio de Oliveira inicia na Estefânia, (Lisboa), uma missão doméstica, gérmen da Igreja Metodista.
 - Manuel de Melim regressa à Madeira, sua terra natal, e aí serve a Igreja Presbiteriana.
 - Diogo Cassels funda a «Sopa Económica».
 - Cassels recebe ordens de presbítero.
 - Em Vila Nova de Gaia é fundada uma União Cristã da Mocidade.
 - Alfredo Henrique da Silva entra para o ministério da Igreja Metodista.
 - A Câmara de Gaia constrói, em Fevereiro, um quarteirão no cemitério de Mafamude para enterramentos de não-católicos.
- 1896** — Fundação da União Cristã do Bonfim (6 de Julho).
- Diogo Cassels promove sessões comemorativas das vitórias portuguesas em África.
 - O rev. Joaquim dos Santos Figueiredo casa com Lavínia Augusta de Lemos na Igreja Metodista do Mirante (20 de Abril).
- 1897** — Funda-se a União Cristã da Mocidade Feminina do Candal (19 de Março).
- Morre o rev. João Joaquim da Costa Almeida (4 de Novembro), ministro da Igreja da Santíssima Trindade, em Rio de Mouro (Sintra).
- 1898** — O Rev. Santos Figueiredo ingressa na Igreja Lusitana.
- Santos e Silva funda a União Cristã da Mocidade de Lisboa e pastoreia a Igreja Presbiteriana.
 - Guilherme Jorge Smart inicia a actividade metodista episcopal, na Ilha da Madeira.

- Morrem os reverendos: Henrique Ferreira Ribeiro de Albuquerque (8 de Janeiro) e Augusto Ferreira Torres (13 de Agosto).
- Inauguração da Missão Metodista em Lisboa, no Bairro da Estefânia. O seu sucesso foi objecto de veemente protesto das autoridades eclesiásticas católicas, como do P.^o Sena Freitas e o P.^o Alçada de Paiva.

Julho

- Sai, do seminário diocesano do Porto, o terceiranista de teologia, Augusto Nogueira e pede para ser admitido na Congregação de S. João Evangelista, onde, no mês seguinte, faz a sua profissão de fé.

Novembro

- Celebração do 4.^o aniversário da União Cristã da Mocidade Portuguesa, na Capela Evangélica Metodista, presidida pelo Rev.^{do} Alfredo H. da Silva, sendo os Oradores: Moreton, Herbert Cassels, Frederico Flower, André Cassels, Diogo Cassels e Rev.^o Joaquim dos Santos Figueiredo.
- Alfredo Henrique da Silva recebe ordens de ministro, na Capela Evangélica Metodista do Porto.

Dezembro

- Fundação da União Cristã de Massarelos (8 de Dezembro).

1899

Janeiro

- Joaquim dos Santos Figueiredo é instituído presbítero da Igreja Evangélica de S. Paulo.

Mai

- Diogo Cassels é informado de que, em Setúbal, um evangelista filiado na Igreja Lusitana iria iniciar o culto todos os domingos. Na sede da Mocidade Católica, o padre Sena de Freitas profere uma Conferência em que aborda a questão da tolerância, considerando três espécies: a teológica, a individual e a civil.

Julho

- Faz exame de grego, na sede do curso superior de Letras, sendo aprovado com distinção, o Rev.^{do} Joaquim dos Santos Figueiredo tendo por examinadores Teófilo Braga, Epifânio Dias e Consiglieri Pedrosa.
- Fundação da União Cristã Evangélica da Mocidade, em Santa Catarina, Lisboa.

Agosto

- O periódico mensal «Egreja Lusitana» publica um artigo intitulado «Excomunhões Eclesiásticas», abordando excomunhões, enterros, batismos, atitudes dos padres, dificuldades vividas pelos protestantes.
- É publicado na «Voz Pública», uma referência à Conferência sobre o Padre António Vieira, realizada na Capela de S. João Evangelista.
- Sai em em «A Pátria», um artigo do Rev. Santos Figueiredo, protestando contra os impedimentos levantados a um enterro, segundo o rito da religião evangélica.

Outubro

- Sermão de Diogo Cassels negando a existência do purgatório.
- Surge em Lisboa, a 10, o primeiro número da *Revista Evangélica*, dirigida pelo ex-seminarista José Maia Barreto.

Novembro

- Semana da Oração Universal — Circular da Aliança Evangélica subscrita por ministros evangélicos de todas as partes do mundo, incluindo África, China e Brasil, pelo rev.º Robert Stewart, representante da Sociedade Bíblica em Lisboa e Robert Lithgw, pastor da Igreja Escocesa na capital, convidando os crentes a dedicar a semana de 7 a 14 de Janeiro de 1900 à oração.
- São reunidas as provas que confirmam que as Bíblias referentes à Portaria de 17 de Outubro de 1842, (oferecidas ao governador civil de Angra do Heroísmo), não continham livros apócrifos.
- No 5.º aniversário da União Cristã da Mocidade Portuguesa são distribuídos exemplares da edição monumental da Bíblia aos seguintes alunos: Adolfo Pinto, tecelão; Manuel Hilário Fabião, construtor de carruagens; Luis de Queiróz, cigarreiro; Miguel Maria Ribeiro, marceneiro e José de Oliveira Benfeito, carpinteiro.
- Conferência de James Searle, sobre a Paraíba do Norte, Brasil, na Escola do Torne, organizada pela União Cristã da Mocidade de Gaia.

1900*Janeiro*

- É mandado em paz pelo Juíz do Tribunal da Conceição, cidade de Ponta Delgada, António Garcia, evangelista acusado pelo padre Ferreira das Arrifas.

Agosto

— O Rev. Manuel Gonçalves de Sousa, ex-cónego doutoral da Sé de Luanda, filia-se na Congregação de S. João Evangelista.

1901 — O Juíz de Instrução Criminal ordena o encerramento, pela polícia, dos lugares de culto evangélico em Lisboa.

— Publicação do opúsculo do rev. José Maria Barreto, *Introdução da Reforma em Portugal*.

Janeiro

— António Lacerda, sacerdote católico romano, entra para a Igreja Evangélica.

Mai

— O Rev. Manuel Gonçalves de Sousa é nomeado professor da nova escola do Prado, lugar das Devesas, Gaia.

Julho

— Celebração do 2.º aniversário da União Cristã Evangélica de jovens do sexo feminino. Discursaram as unionistas Levia Figueiredo, Isménia Baptista e outras.

Agosto

— Aparece o primeiro número do *Bom Pastor*, órgão da Congregação do Candal (Gaia).

Outubro

— Organização de uma comissão de Propaganda na Igreja Evangélica do Bairro da Estefânia.

— As Escolas do Prado e do Torne contam 318 alunos.

— Chegada de Alfredo H. Silva, delegado português ao Jubileu da U.C.M. da América do Norte. Conferência no dia 8 sobre o Congresso Unionista de Boston a que assistiram 300 pessoas, e, no dia 11, Conferência sobre o Congresso dos Estudantes, em Northfield a que assistiram 200 pessoas.

Novembro

— Culto inaugural do 1.º Congresso das Uniões Cristãs da Mocidade de Portugal. Presença dos delegados de todas as uniões e ministros de todas as Igrejas Evangélicas.

— Sessão solene da União do Mirante, comemorativa do 7.º aniversário da sua fundação.

Dezembro

— Inauguração, no lugar do Prado-Devesas (Gaia), de uma escola

de instrução primária, sucursal da do Torne, com uma matrícula de 50 alunos.

- Reorganização da União de Lordelo, no Porto, sob a égide das Uniões Portuguesas.
- O Jornal de Notícias publica um artigo sobre «Escola do Torne», onde se dá conta que dada a abertura da escola (em 1883) foram já aprovados 586 alunos, ou seja, uma média de 31 por ano.

- 1902** — Chega ao Porto Rodolfo Horner, secretário-geral das Uniões Cristãs, procedente da Suíça.
- Por morte do Cónego Dr. Thomas Godofred Pembroke Pope, o rev. Cândido Joaquim de Sousa assume a presidência do Sínodo Lusitano.
 - Moreton sucede a Stewart (abandona Portugal) na agência das Sociedades de Tratados e Bíblica.
 - Jorge Grubb, famoso evangelista irlandês, realiza conferências muito assistidas, em Lisboa.
 - Igreja Lusitana, balanço: 105 membros comungantes e 7 à prova.
 - O periódico *Egreja Lusitana* anuncia o aumento da tiragem para 16 números anuais.

Janeiro

- É preso na cadeia de Albergaria-a-Velha, para cumprir uma pena de 20 dias, João Nunes Pinheiro, acusado de anunciar a salvação da graça e de espalhar alguns folhetos com textos da Sagrada Escritura. Foi denunciado pelo pároco de Frossos.

Junho

- 3.^a Reunião Bíblica na sede da União Cristã do Bonfim (Porto).

Julho

- As uniões de Lisboa enviam José Maria Barreto como representante ao Congresso Universal realizado em Genebra.
- Realização, em Génova, do Congresso Universal das Uniões Cristãs da Mocidade Feminina, com a participação de representantes de todos os países. Os trabalhos do Congresso foram exclusivamente dirigidos pela ala feminina.
- Visita do Comandante Boer Mostert às escolas e igrejas evangélicas.

Agosto

- O colportor Silva Zenhas é preso em Guimarães por difusão de Novos Testamentos e Bíblias.

- Presença em Portugal de Álvaro d' Almeida, secretário-geral das Uniões Cristãs Brasileiras e delegado ao Congresso Internacional de Cristiania.
- Comemoração do 2.º aniversário do grupo de Propaganda Evangélica da União do Bonfim, presidido por Armando Pereira de Araújo.
- Surge o primeiro número do órgão interconfessional *Luz e Verdade*, dirigido pelo Rev.^{dos} Armando Araújo, Frederico Flower e A. Fiandor.

Setembro

- Mary Cassels é nomeada membro delegado da Comissão Internacional das Uniões Femininas.

Outubro

- O Rev. Thomas Pelvertaft visita Portugal para tratar de assuntos referentes à Igreja Lusitana, tendo pregado nas congregações da Igreja.
- Partida para Beja do colportor Bráulio da Silva com a missão de difundir a mensagem evangélica.
- Isménia F. Baptista é nomeada membro delegado da Comissão Internacional das U. Femininas.
- A União de Massarelos abre um curso nocturno para analfabetos, bem como um Curso de Francês para os membros das diferentes uniões.
- Chegada a Portugal de Rodolph Horner, para o lugar de secretário-geral das Uniões Portuguesas.
- Abrem as escolas femininas na Escola do Prado, Gaia.

Novembro

- Abrem as aulas femininas na Escola do Prado, Gaia.
- J.P. da Conceição e H. Brandão organizam um culto ao ar livre, em Mangualde, a que assistem mais de 200 pessoas.
- George Searle difunde o evangelismo em Caminha, fundando classes bíblicas com o colportor H.Brandão.
- Inauguração da U.F. da Estefânia.

Dezembro

- Perseguição aos cultos evangélicos, em Setúbal, por fanáticos manobrados por jesuítas.

1903 — Charles Swan, cidadão inglês, missionário em Angola e por

longos anos hóspede de Silva Porto, em Belmonte, fixou-se nesta data em Lisboa.

—Augusto Nogueira regressa à Igreja Lusitana.

Janeiro

- Elaboração dos Estatutos da União da Figueira da Foz, baseados nos do Mirante.
- Presença em Portugal de Pierre Loze, evangelista suíço que fez uma conferência na Igreja do Mirante.
- Perseguição da Missão Metodista, na Madeira, por intolerantes tidos por jesuítas (invasão do culto, polémicas e apupos).
- George Grubb realiza reuniões nas Igrejas de Candal, Redentor e Mirante. O seu intérprete foi o evangelista Henrique Wright.
- Apedrejamento da Casa da Missão de Guimarães.
- Morte de George Searle, auxiliar de Diogo Cassels na fundação do Torne e promotor da construção da Capela e Escolas do Mirante.
- Reunião das diferentes comunhões evangélicas do Porto e Gaia na Capela do Redentor.
- Reunião do Sínodo Geral da Igreja Lusitana, na Igreja de S. Pedro, em Lisboa.

Fevereiro

- Fundação da Liga do Esforço Cristão, destinada à oração, difusão do Evangelho e colaboração nas obras da Igreja.

Março

- Bráulio José da Silva, colportor da Sociedade Bíblica de Londres, preso na cadeia de Loulé por andar a vender exemplares das Sagradas Escrituras.
- O Comité Internacional prorrogou por três anos a estadia de Rodolfo Horner em Portugal.

Abril

- Rodolfo Horner realiza uma Conferência sobre a Califórnia, na Igreja de S. João Evangelista, em Gaia.
- Inauguração da Nova Capela Evangélica, na freguesia de Ramalde, Porto, com mais de 200 lugares.
- Aprovação dos Regulamentos da 1.ª secção infantil da União de Jovens Cristãos (Janelas Verdes, Lisboa), cuja direcção foi assumida por D.B.O. Albuquerque.
- Mateus Z. Stober, missionário em Angola, realiza uma con-

ferência em Lisboa, debruçando-se sobre o atraso da missão e a falta de pregadores.

Maio

- Partida do colportor Silva Zenhas para o Minho.
- Chegada a Vila Nova de Gaia do Dr. João Harden, para dirigir o curso teológico da Igreja Lusitana, coadjuvado por Diogo Cassels e Frederico Flower, que se inicia a 11 desse mês e dura até 1907.
- Roberto Shields, missionário da Igreja Metodista Episcopal, funda na cidade de Luanda uma nova União Cristã da Mocidade.
- Partida de Rodolfo Horner para a Suíça.

Junho

- Presença dos Colégios Evangélicos no cortejo fúnebre de Almeida Garrett: Colégio Presbiteriano, Escola Evangélica do Bairro Estefânia, Colégio Evangélico Lusitano e Escola Evangélica Portuguesa.
- Manuel Pinto dos Santos (ex-abade de Anadia) escreve um artigo contra a confissão auricular, publicado no *Vanguarda*.
- Inauguração da Liga de Esforço Cristão, anexa à Igreja de S. João Evangelista, em Gaia, que foi presidida por Diogo Cassels.
- Bráulio da Silva, obrigado a retirar-se de Faro, segue para o Alentejo.

Julho

- António Carmezim da Silva realiza trabalho evangélico em Monção e Melgaço, sendo ameaçado e perseguido.

Agosto

- 2.º aniversário da Sociedade de Esforço Cristão na Calçada do Cascão, em Lisboa.
- 1.º aniversário da União Feminina de Chelas.
- Lançamento da 1.ª pedra da futura União Central do Porto, num terreno da Rua D. Carlos I.

Setembro

- Distribuição de milhares de exemplares do «Evangelho segundo S. João», no Porto.
- Os estudantes de Teologia da Igreja Lusitana distribuíram, entre os trabalhadores do Porto e Gaia, o folheto evangélico «100 dias de Indulgência».

- Abjuração do ex-padre José Júlio de Miranda e Castro em carta ao Bispo do Porto.

Outubro

- Bráulio da Silva parte para o Brasil. De regresso, o colportor evangeliza nos Açores, de onde volta à capital em Maio de 1904.

Novembro

- Na Madeira, consagração do presbítero Manuel Pinto Correia e dos diáconos João Franco, José Jerónimo Franco e Manuel Franco.

Dezembro

- 1.º registo civil em Espinho de um filho de Firmino Guedes e Ermelinda Pereira Guedes, a que assistiu o Rev.^{do} Alfredo da Silva.

1904 —

Janeiro

- Inauguração das Conferências Populares da União do Mirante, com o tema: «A mocidade e o porvir», por Robert Moreton.

Fevereiro

- Inauguração da União Cristã da Mocidade de Viana do Castelo, presidida por André Cassels.
- Escolhido o dia 14 de Fevereiro, pela Federação Universal dos Estudantes Cristãos, para o dia de oração pela Mocidade Académica.

Março

- Instituição da União Cristã de Lourenço Marques, com 12 membros fundadores.

Maio

- Chega a Portugal o Rev.^{do} Thomas Pulvertaft, 1.º secretário da Sociedade de Auxílio às Igrejas Episcopais de Espanha, e do Rev.^o Carlos Fison.

Junho

- Quermesse no Novo Salão do Torne a favor das Missões Cristãs na China, para onde fora William Cassels, consagrado, a 12 de Outubro de 1895, bispo *in partibus*.

Julho

- Os membros da Igreja dos Rebuscadores, durante um passeio a Braga, viram apreendidos pela polícia os «Tratados Evangélicos» que pretendiam distribuir.
- O colportor Bráulio difunde na Madeira 157 Bíblias, 87 «Novos Testamentos» e 700 «Porções de Escrituras».

Agosto

- Conferência sobre as perseguições religiosas, na Igreja de S. João Evangelista.
- 1905** — Realiza-se o 2.º Congresso das U.C.M. no Porto, no Salão Evangélico recentemente inaugurado.
- Reginald e Kate Young, casal canadiano, cria, no Porto, a primeira congregação baptista que dura até 1907.
 - Inicia-se o serviço religioso na Madalena, Gaia, sob a direcção de André Cassels.
 - Diogo Cassels cria um Banco Económico para tornar autosuficiente a Liga do Esforço Cristão.
 - Rodolfo Horner transfere-se para a U.C.M. de Lisboa, onde realiza uma obra admirável.
 - Assume a presidência do Sínodo Lusitano, por morte de Cândido de Sousa, o Rev.^{do} Santos Figueiredo.
 - Morrem os Rev.^{dos} Manuel António Pereira Júnior, que foi ministro da Igreja de S. Paulo, e Cândido Joaquim de Sousa (24 de Abril), presidente do Sínodo, sendo eleito, a 9 de Maio, para o substituir, Joaquim dos Santos Figueiredo.
 - Realiza-se, em Guimarães, o primeiro enterro evangélico.
- 1906** — Sai do prelo o *Manual Político do Cidadão Português*, de Trindade Coelho, reeditado em 1910, que regista 55 igrejas reformadas e 31 escolas evangélicas.
- III Aniversário da Liga do Esforço Cristão, realizado no salão do Torne, com alocação de Rodolpho Horner.
 - Augusto Nogueira nomeado professor da Escola do Torne.
 - O rev. Alfredo Joaquim de Castro, ex-prior da Madalena (Gaia), entra para a Congregação do Salvador do Mundo.
 - O rev. William E. Collins, bispo da Comunhão Anglicana, visita as capelas do Redentor (Porto) e S. João Evangelista (Gaia).
- 1907** — A Igreja Metodista de Lisboa, perdido o auxílio da Sociedade de Londres, adopta o congregacionalismo.

- Carlos Swan deixa a Missão em Angola, onde trabalhara, e funda a «Assembleia dos Irmãos» em Lisboa.
- O general Dantas Baracho defende, na Câmara dos Pares, os direitos cívicos dos protestantes.
- Um acórdão da Relação de Lisboa reconhece o direito de divulgação da chamada «Bíblia protestante».

Janeiro

- Morre, a 13, no Brasil, o rev. Guilherme Dias da Cunha.

Março

- Inaugurada uma Missão Evangélica no lugar do Outeiro, Oliveira do Douro, sob a direcção do pastor José Maria Leite Bonaparte.

Mai

- Um acórdão da relação de Lisboa anula a sentença condenatória da venda da chamada «Bíblia protestante».

Junho

- É inaugurado a 7, em Lordelo do Ouro, o edifício para a Missão e Escola Evangélicas, construído a expensas de Herbert Cassels e esposa.

Setembro

- Teve lugar, na cidade da Haia, o VII Congresso Internacional da Igreja Velho-Católica, com a presença de 7 bispos holandeses, alemães e suíços, um representante do bispo das Filipinas, o bispo eleito de Cleveland, o arcebispo da Áustria e muitos curas e grande número de leigos de todas as nações. O rev. Diogo Cassels representou Portugal.

Outubro

- O Rev. José Maria Leite Bonaparte oferece-se para professor do Colégio Lusitano, de Oliveira do Douro, Gaia, criado por iniciativa de membros da Liga do Esforço Cristão.

1908 — Constrói-se a 1.^a Igreja Baptista do Porto, por diligência de Zacarias Taylor, vindo do Brasil.

- A Liga Nacional de Instrução concede a Diogo Cassels a comenda de «Benemérito da Instrução», reconhecendo o trabalho desenvolvido no combate ao analfabetismo.

1909

Mai

- O 3.^o Congresso das U.C.M., na Sala Portugal da Sociedade de

Geografia de Lisboa, atinge pleno êxito. Nele esteve presente João Mott, futuro Prémio Nobel da Paz, e Cristiano Phildius, presidente da Comissão Mundial das U.C.M.

Julho

— Constitui-se a Associação Protestante Portuguesa.

1910

Outubro

- Surge o primeiro número de *Arauto Cristão*, da Congregação de Setúbal, dirigido pelo Rev. José Pereira Martins.
- Publicado, a 22, o Decreto que extingue o ensino da doutrina cristã nas Escolas Primárias e, a 29, o que reorganiza a Instrução Primária e declara a neutralidade do ensino em matéria religiosa.

Dezembro

- Em sessão camarária de 21 é deliberado mudar o nome de Rua do Torne para Rua Diogo Cassels.
- A Junta Paroquial de Santa Marinha, Gaia, acaba com o muro que separava, no cemitério, os católicos dos não católicos.

1911

Abril

- Entra em vigor o novo Código do Registo Civil que reconhece, em pleno, o direito de cada um às suas próprias crenças.
- É publicada, a 20, a Lei da Separação da Igreja do Estado.

- 1912** — A União Central da Mocidade de Lisboa anunciava cursos nocturnos de alemão, francês, inglês e esperanto.
- O poeta Afonso Lopes Vieira, numa conferência relativa a Gil Vicente, afirma: «Gil Vicente logrou reunir os dons dum jogral da Idade Média, dum artista da Renascença e dum filósofo da Reforma.»

Março

- Na União Central da Mocidade de Lisboa, foi fundada a patrulha original da Associação dos Escoteiros de Portugal.

1913

Janeiro

- Reabertura da Igreja de Jesus (Lisboa).

Fevereiro

- A congregação de Oliveira do Douro é incorporada na Igreja Lusitana sob a designação de Igreja de Cristo.

Setembro

- José Augusto dos Santos e Silva inaugurou a Igreja Evangélica de Braga, baptizando três irmãos. Foi aí feito o reconhecimento e consagração do pastor Eduardo Moreira e do diácono César Tibúrcio Abreu.
- 1914** — O pastor João Jorge de Oliveira administra o baptismo na Igreja Baptista de Viseu.
- 1915** — Leovigildo Sales obtém um lugar de pregador em Valezim, Ceia.
— No Diário do Governo de 15 de Novembro, é publicado um louvor a Diogo Cassels pelas suas actividades de benemerência.
- 1916** — Morre, aos 94 anos, Manuel dos Santos Carvalho, sucedendo -lhe, na direcção da Igreja Evangélica Portuguesa, José Augusto dos Santos e Silva.
— Em Espanha, morre o Bispo D. Juan Cabrera que muito colaborou com as Igrejas Evangélicas de Portugal.
— É inaugurado, a 13 de Fevereiro, na Rotunda da Boavista, Porto, o *Tabernáculo Baptista*.
- 1917** — Morre no Porto, a 14 de Março, o rev. Robert H. Moreton.
- 1918** — Hebert Cassels Júnior, filho de Herbert Cassels, é condecorado com a Ordem de Avis pelo seu comportamento na primeira guerra mundial.
- 1919** — Joaquim dos Santos Figueiredo é o presidente da Aliança Evangélica Portuguesa (até 1924) .
- 1920** — António Maurício, ordenado pastor, substitui o Rev. João Jorge Oliveira na Igreja Baptista do Porto
— Por esta data começa a dar-se conta da existência do Pentecostalismo em Portugal, intensamente combatido.
— Surge no Porto, em Outubro, o 1.º número do *Portugal Evangélico* e, ainda, o *Triângulo Vermelho*, fundado por Eduardo Moreira.

- 1921** — Durante a sua ida à Suíça, Diogo Cassels assiste, em Setembro, a duas sessões da Assembleia da Sociedade das Nações.
- 1922** — Eduardo Moreira representa Portugal nos congressos pedagógicos protestantes na Provença (França).
— Eduardo Moreira inicia o «Dia do Gaiato» na capital do Norte.
— Joaquim dos Santos Figueiredo é eleito Bispo da Igreja Lusitana, na reunião sinodal realizada no Porto.
- 1923** — Morre, a 7 de Novembro, Diogo Cassels.
— Augusto Nogueira assume a direcção da Escola do Prado.
— Criação das missões evangélicas de Santo Estêvão (em Azevedo de Campanhã, Porto), de Alcácer do Sal e a do Cristo Remidor (em Évora).
- 1924** — Surge uma nova «Liga Juvenil» no Prado (Gaia).
— Funda-se «O Cristão Lusitano», órgão da imprensa evangélica.
- 1925** — Morrem Wiliam Cassels e sua esposa Mary Louise Legg.
- 1926** — O Rev. António Maurício funda o mensário «O Semeador Baptista», órgão de evangelização e doutrina.
- 1927** — Nasce a Associação de Beneficência Evangélica da preocupação social do pastor José Augusto dos Santos e Silva, que mantém lares em Loures, Porto, Almeirim, Vila Franca de Xira, Lourel, Estremoz, Colares e Aveiro.
- 1930** — As comunidades protestantes fecham-se sobre si mesmas, devido à aliança entre a Igreja e o Salazarismo. Situação que dura a década de 30.
- 1931** — Morre, a 20 de Dezembro, André Cassels.
- 1932** — Criação da missão de Santiago Apóstolo no lugar da Arroiteia, em Valbom (Gondomar).
- 1933** — David R. W. Scott regressa à Escócia, após 13 anos de permanência em Portugal, como pastor da Igreja Escocesa de Lisboa.
- 1935** — É fundada, no Torne, a «Associação dos Antigos Alunos» a 1.^a em todo o país.

- 1936** — Cria-se a «Sociedade de Senhoras da Igreja do Prado».
- 1937** — Morre, a 18 de Agosto, Joaquim dos Santos Figueiredo.
- 1938** — O Governo Civil do Porto aprova os Estatutos da Igreja Metodista Portuguesa, permitindo uma maior autonomia em relação à Conferência Metodista de Londres.
— A memória de Diogo Cassels é perpetuada num busto em bronze, colocado no Jardim do Morro (Gaia).
- 1940** — Eduardo Moreira é eleito para o cargo de Superintendente da União das Igrejas Congregacionistas portuguesas.
- 1943** — Faleceu em Gaia o Rev. Frederick William Flower.
- 1944** — Criação da missão evangélica de Santo André, no Amora.
- 1945** — Eduardo Moreira demite-se do cargo de Superintendente e, dois anos depois, é ordenado diácono da Igreja Lusitana.
- 1947** — Os Estatutos da Igreja Evangélica Presbiteriana de Portugal são reconhecidos.
- 1948** — A Igreja Metodista organiza o seu 1.º Sínodo nacional.
- 1949** — Michael Testa, pastor presbiteriano americano, lança em Carcavelos o 1.º Seminário português protestante de Teologia, dotado de um curso de estudos completos.
— Cria-se, em Leiria, um Seminário para a formação dos ministros da Igreja Baptista.
— Três ministros da Igreja Lusitana destacam-se no mundo evangélico: o Rev. Eduardo Moreira vindo do Congregacionismo, o Rev. Dr. Daniel de Pina Cabral, advogado e o Rev. Dr. Luis Rodrigues Pereira, médico.
- 1952** — 1.º Sínodo Nacional da Igreja Presbiteriana.
— O rev. Daniel de Pina Cabral é nomeado ministro-auxiliar do Prado, onde permanecerá 10 anos.
- 1958** — O Rev. António Ferreira Fiandor é sagrado bispo da Igreja Lusitana.

1962 — O Rev. Daniel Pina Cabral transfere-se para a paróquia do Bom Pastor.

1966 — A Igreja presbiteriana compra um terreno em Buarcos, Figueira da Foz e um pastor americano que coopera com a Igreja, Frederico Bronkene, sugere a formação de um centro ecuménico.
— Morre, a 2 de Março, o cónego Augusto Nogueira.

1970 — Morre Guidi Waldemar de Oliveira, então presidente da Aliança Evangélica Portuguesa.

1971 — As Igrejas Lusitanas, Metodista e Presbiteriana fundam o Conselho Português das Igrejas Cristãs (COPIC).

1979

Janeiro

— Começa a editar-se *O Novo Despertar*, órgão diocesano da Igreja Lusitana.

Maior, 25-27

— Reúne, na Figueira da Foz, a 1.^a Assembleia Geral de Jovens Lusitanos, formalizando o recém-criado Departamento da Juventude da Igreja Lusitana (DJIL).

Junho, 16

— No Sínodo Diocesano, D. Fernando da Luz Soares é eleito Bispo Auxiliar.

1980

Março, 8

— Celebra-se na Catedral de S. Paulo, Lisboa, o centenário do primeiro Sínodo da Igreja Lusitana.

Maior, 1

— D. Fernando Soares, Bispo Auxiliar eleito, é sagrado em Vila Nova de Gaia, com a participação do bispo auxiliar do Porto, em representação do prelado da diocese, D. António Ferreira Gomes.

Maior, 2-3

— Reúne-se em Vila Nova de Gaia o 3.^o Congresso da Igreja Lusitana.

Julho, 5

- A Igreja Lusitana é oficialmente integrada na Comunhão Anglicana.

1981

Abril, 30-Maio, 2

- O Sínodo elege D. Fernando da Luz como Bispo Diocesano, sucedendo a D. Luís César Rodrigues Pereira, que resignou por limite de idade.

Outubro, 25

- Em Mem Martins, arredores de Lisboa, é inaugurada a Capela da Santíssima Trindade.

Dezembro, 8-9

- O Conselho Português de Igrejas Cristãs reuniu no Centro Ecuménico «Reconciliação», na Figueira da Foz (Buarcos), e pronunciou-se por um debate fraterno sobre as linhas de ecumenismo a seguir pelas igrejas evangélicas em face da igreja católica-romana prevalentemente maioritária no país.

1982

Maio

- O bispo Fernando Soares, pároco da igreja catedral de S. Paulo, acompanhado do Rev. Dr. Nelson Horta, deslocou-se à Nunciatura Apostólica, em Lisboa, a fim de apresentar respeitosos e fraternos cumprimentos, em nome da Igreja Lusitana, ao Papa João Paulo II, de visita a Portugal.

1983

Junho, 2-4

- O Sínodo Diocesano da Igreja Lusitana aprovou um plano de acção pastoral, a desenvolver no próximo quinquénio, que incluiu a revisão do Livro de Oração Comum, a criação de grupos de oração e estudo bíblico em casas particulares e/ou igrejas a instituição do «Dia de Trabalho para a Igreja» (Diocese).

1984

Março, 3

- A Comissão Permanente da Igreja Lusitana aprova uma declaração pública sobre o ensino de Religião e Moral nas escolas públicas, que foi publicada em *O Novo Despertar*.

Novembro, 6

- Morre D. Luís Pereira, bispo diocesano da Igreja Lusitana entre 1962 e 1981. A revisão litúrgica e o empenhamento ecuménico marcaram profundamente o seu episcopado.

1985

Novembro, 3-8

- A 3.^a reunião de Igrejas dos países de Expressão Portuguesa em África (RIPEPA) teve lugar na Cidade da Praia, Cabo Verde, com a participação de 40 representantes das Igrejas Evangélicas de Moçambique, Angola, Cabo Verde e Guiné.

1986

Novembro, 16

- É erigido, o novo templo da Paróquia da Sagrada Família, em Queluz.

1987

Abril, 12

- É erigido o novo templo da Paróquia de S. Tomé, em Castanheira do Ribatejo.

Outubro

- Leopoldo Figueiredo, reputado hinólogo da Igreja Lusitana, publica o livro «Cânticos espirituais» (Publicações Europa-América).

1988

Abril, 16

- A Comissão Permanente da Igreja Lusitana emite uma declaração sobre o novo projecto de lei laboral (Lei dos Despedimentos), publicada no «Novo Despertar».

Junho, 3-4

- Em Setúbal, sob o tema «150 anos de presença Protestante em Portugal», reuniu o Sínodo da Igreja Presbiteriana de Portugal, presidido pelo leigo João Sérgio Furtado. A sessão vibrou um golpe no caminho da unidade e do ecumenismo entre as três Igrejas Sinodais — a Lusitana, a Presbiteriana e a Metodista —,

ao resolver, unilateralmente, assumir a responsabilidade da gestão do Centro Ecuménico Reconciliação (CER) e ao relegar as outras duas igrejas para um papel secundário.

- A Igreja Lusitana cria o Centro Lusitano de Estudos Teológicos (CLET), cuja coordenação foi confiada ao Rev. Dr. Nelson Horta, visando a formação religiosa de Clérigos, Pregadores, Leitores, Catequistas ou, ainda, de qualquer pessoa que deseje aprofundar o seu conhecimento em ciências religiosas.

1989

Abril, 15

- Em importante Encontro Nacional realizado em Vila Nova de Gaia, celebram-se os primeiros dez anos do Departamento da Juventude da Igreja Lusitana. (DJIL).

Junho, 2-3

- Reuniu, em Braga, o Sínodo da Igreja Metodista.

Outubro

- Encerradas as actividades de ensino primário nas escolas do Torne e do Prado (Vila Nova de Gaia), prosseguindo a acção educativa e de animação social através da «Associação das escolas do Torne e do Prado».

1990

Fevereiro, 13

- A Aliança Evangélica Portuguesa, que congrega grande número de comunidades protestantes, informou em conferência de imprensa, realizada em Lisboa, ter sido recebida pelo Procurador-Geral da República e pelo Ministro da Justiça, a quem denunciaram a discriminação de que são vítimas em Portugal.

Junho, 12-16

- O 77.º Sínodo Diocesano da Igreja Lusitana aprova a possibilidade de ordenação de mulheres.

Junho, 12-13

- A Igreja Evangélica Presbiteriana reuniu o seu Sínodo Nacional, nas instalações do Centro Ecuménico Reconciliação, constatando a necessidade de readquirir um novo dinamismo eclesial.

1991*Junho, 13*

- Realizada a 1.ª Assembleia Geral da Associação das Escolas do Torne e do Prado, criada em Vila Nova de Gaia para prosseguir o trabalho educativo naquelas escolas.

Outubro

- Editada a «Liturgia da Igreja Lusitana», para substituir o antigo «Livro de Oração Comum» de 1884, cuja última edição saíra em 1928.

Outubro, 30-Novembro, 2

- O 78.º Sínodo Diocesano aprova um pedido de integração na Igreja Lusitana de uma comunidade cristã da Ilha de Jersey, Nova Inglaterra, criando-se assim a Missão Diocesana de S. Paulo.

1992*Fevereiro*

- Leopoldo de Figueiredo edita novo livro de música litúrgica — a cantata «O Varão de Dores», das edições Europa-América.

Fevereiro, 20

- 1.º Encontro Ecuménico, em Viseu, entre representantes máximos das Igrejas do COPIC — D. Fernando Soares (Lusitana), Rev. Ireneu Cunha (Metodista), Rev. José Salvador (Presbiteriana) e Rev. Manuel Cardoso (Secretário-Geral) — e a Comissão Episcopal da Doutrina da Fé da Igreja Católica Romana — D. António Monteiro (Bispo da Diocese), D. Jorge Ortiga (Bispo Auxiliar de Braga) e P.º Manuel da Rocha Felício (Secretário da Comissão) —, na sequência de diversos contactos anteriores e do Encontro de Santiago de Compostela, 5.º Ecuménico Europeu, deliberou promover os estudos confessionais e o apoio comum à resolução de problemas do interesse dos cristãos e dos cidadãos em geral, referentes à ecologia, direitos humanos, questões de justiça social e dos emigrantes dos PALOP (países africanos de língua oficial portuguesa) que trabalham em Portugal.

Abril, 26

- D. Luís Pereira é homenageado em Vila Franca de Xira, terra de

sua naturalidade, através de uma placa colocada no Hospital e a atribuição do seu nome a uma artéria daquela cidade.

1993

Abril, 3

- Reúne em Vila Nova de Gaia o 1.º Encontro de Mulheres da Igreja Lusitana, iniciando-se assim as actividades de mais um Departamento Nacional, o DMIL.

1994

Outubro, 2

- Visita de Frei João d'Alcaravetam, presbítero anglicano, que, após longos anos de serviço na Igreja Episcopal dos EUA, se encontra em Portugal a trabalhar na Igreja Lusitana como missionário.

Dezembro, 6

- Realização, no Centro Ecuménico Reconciliação, de mais um encontro ecuménico entre as Igrejas do COPIC (Lusitana Metodista, Presbiteriana) e a Igreja Católica Romana.

1995

Abril, 30-Maio, 1

- A Igreja Lusitana acolhe o 1.º Encontro Europeu de Bispos Anglicanos, realizado em Vila Nova de Gaia.

Maio, 6-7

- No âmbito das comemorações do centenário do templo de S. João Evangelista, realiza-se em Vila Nova de Gaia um colóquio histórico sobre as origens do protestantismo e a realidade desta localidade nos finais do século passado.

Novembro, 1

- O Arcebispo de Cantuária, Dr. George Carey, primeiro Arcebispo de Cantuária a visitar Portugal, deslocou-se para contactar de perto com a Igreja Lusitana e com o meio social em que se desenvolve a sua actividade, em particular o Bairro do Pêgo

Longo (Queluz), tendo-se encontrado com os representantes do Conselho Português das Igrejas Cristãs e a Conferência Episcopal Portuguesa e presidido a uma celebração ecuménica com o cardeal-patriarca de Lisboa, D. António Ribeiro, na Igreja do Sagrado Coração de Jesus, e dado uma conferência de Imprensa, com o lançamento de um livro de espiritualidade de sua autoria.

FONTES

I. Manuscritas e Impressas

Arquivo Histórico Diocesano da Igreja Lusitana, (ILCAE)

ASPEY, Albert — *Alguns Apontamentos* apresentados na celebração do 90.º Aniversário da inauguração do Templo do Mirante — 25 de Março de 1967, s/e

ASPEY, Albert — *Por Este Caminho*, Porto, Igreja Evangélica Metodista, 1971

Biblioteca «António Maria Candal», dir. Rev. André Cassels, 1.ª Série, Porto, 1908

CARDOSO, Manuel Pedro — *História do Protestantismo em Portugal*, s/e, Cadernos CER, 1985

CASSELS, Diogo — *A Reforma em Portugal*, Porto, 1908

DIAS, Guilherme — *Sermão* recitado por ocasião da inauguração da abertura da Capella Evangélica Methodista Portuense em 25 de Março de 1877, Porto, Tip. de D. António Moldes, 1877, 29 p.

FIGUEIREDO, Santos — *Factos Notáveis da História da Igreja Lusitana*, Porto, 1909

GUICHARD, François — *Le Protestantisme au Portugal*, in “Arquivos do Centro Cultural Português”, volume XXVIII, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1990, pp. 455-482, {existe separata}

MOREIRA, Eduardo — *Notas Históricas sobre a origem das Igrejas Evangélicas em Portugal*, in «Revista de História», II n.º 6 (Lisboa, Abril-Junho 1913), p. 114-121

— *A Situação Religiosa de Portugal, conspecto e considerações*, Lisboa, Ed. Portugal Novo, 1935

— *Esboço da História da Igreja Lusitana*, Vila Nova de Gaia, Edição Sínodo da Igreja Lusitana Católica Apostólica Evangélica, 1949

- *Vidas Convergentes*, Lisboa, Ed. Papelaria Fernandes, 1958
- *Gil Vicente e a Reforma*, 1966, 8 p.
- *A Reforma Protestante e os seus antecedentes em Portugal*, Separata de «Língua e Cultura», III 1, Lisboa, Sociedade de Língua Portuguesa
- MOREIRA, Joaquim Manuel Mendes — *Origens do Episcopado em Portugal — O despertar da Igreja Lusitana* (Dissertação apresentada à F.L.U.P.), 2 vols., Porto, 1995
- PEIXOTO, Fernando Aníbal Costa — *Diogo Cassels, uma vida em duas margens* (Dissertação de Mestrado apresentada à F.L.U.P.), 2 vols. Porto, 1995
- TESTA, Michael P. — *Injuriados e Perseguidos. Panorâmica histórica da fé reformada em Portugal*, Montijo, 1977
- TUCKER, John T. — *Heróis da Cruz*, Lisboa, Junta Presbiteriana de Cooperação em Portugal, 1957

II. Periódicos

- O Comércio de Gaia*, ano VIII, n.º 374, 10 de Abril de 1938
- Ecclesia*, n.º 1 a 24, Janeiro de 1949 a Outubro de 1953
- Egreja Lusitana*, (1892- 1923)
- O Evangelista*, (1892 - 1900)
- Luz e Verdade*, (1902 - 1922)
- A Reforma*, (1877 - 1892)
- O Novo Despertar* — órgão da Igreja Lusitana Católica Apostólica Evangélica (1984, em publicação)

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM CIÊNCIAS DOCUMENTAIS — 10.º Aniversário

Balço e perspectivas futuras

por **Fernanda Ribeiro**

(Assistente do CECD da FLUP)

Elisa Cerveira

(Assistente convidada do CECD da FLUP)

Ana Gonçalves Azevedo

(Docente convidada do CECD da FLUP)

1. Introdução

Neste ano de 1995, cumpre-se o 10.º aniversário do Curso de Especialização em Ciências Documentais (CECD) da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP). Pareceu-nos oportuno assinalar a data, aproveitando para historiar um pouco sobre a sua evolução e reflectir sobre alguns aspectos que nos parecem de particular importância na conjuntura actual.

A formação dos profissionais na área das Ciências da Informação, abrangendo os bibliotecários (com variados perfis), os arquivistas, os documentalistas e os gestores de informação implica, quanto a nós, repensar o modelo em vigor para os actuais CECD, por forma não só a dar resposta a todas as frentes de trabalho que o mercado abre para aqueles profissionais, mas também como meio de criar as estruturas necessárias ao desenvolvimento da investigação científica, condição imprescindível à qualidade da docência.

2. Breve Historial

Em 25 de Julho de 1984, a Comissão Coordenadora de História do Conselho Científico da FLUP aprovou, por unanimidade, a proposta feita pelo Prof. Doutor José Marques (com data de 9 de Julho de 1984), no sentido da criação do Curso de Especialização em Ciências Documentais. A fundamentação da referida proposta baseava-se no interesse, já por várias vezes manifestado, em criar o Curso no Porto e na existência de um dispositivo legal — o Decreto-Lei 87/82 de 13 de Julho — para o seu enquadramento. A decisão viu os seus efeitos consagrados na Portaria n.º 852/85 de 9 de Novembro, a qual autorizou a Universidade do Porto, através da Faculdade de Letras, a ministrar o referido Curso.

Há já alguns anos que se vinha sentindo a necessidade de criação, no Porto, de um curso de formação no âmbito das Ciências Documentais, para responder à crescente escassez de profissionais desta área, que se verificava por toda a Zona Norte.

No ano lectivo de 1985/1986, a FLUP deu início ao 1.º curso com o *numerus clausus* de 20 alunos, 12 para a opção «Documentação e Biblioteca» e 8 para a opção «Arquivo». Bienalmente, têm sido abertas novas inscrições para um número sempre crescente de candidatos, tendo já chegado a atingir uma centena. Em 1989, o Senado autorizou o alargamento do *numerus clausus* para 30 alunos, aumento que tem vindo a reflectir-se sobretudo na opção «Documentação e Biblioteca», preferida por cerca de 70% dos candidatos. A partir de 1991, tem sido facilitada a formação a pessoas provenientes de Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, através de um regime de supranumerários.

Dentro de uma vasta área que vai de Aveiro a Bragança, os alunos que frequentaram o CECD têm encontrado, sem grande dificuldade, colocação em Bibliotecas, Serviços de Documentação e Arquivos, onde exercem funções técnicas e, em vários casos, acumulam funções directivas.

A partir de um quadro dos locais de trabalho, por Distritos, em que se distribuem os alunos que obtiveram formação entre os anos lectivos de 1985-86 e 1992-93 (Quadro 1) podemos verificar que o Distrito do Porto foi o que mais absorveu estes novos profissionais, logo seguido pelos de Braga, Aveiro e Viana do Castelo.

Distritos	N.º de alunos
Aveiro	7
Braga	11
Bragança	1
Porto	56
Viana do Castelo	7
Vila Real	5
Viseu	1
Outros	1
TOTAL	89

QUADRO 1

As capitais de distrito não são, contudo, os únicos centros empregadores destes técnicos especializados. Do quadro de distribuição dos mesmos alunos pelas diversas localidades de trabalho (Quadro 2) constata-se que existe uma efectiva repartição por 29 centros populacionais, na sua maioria sedes de concelho.

Localidades	N.º de alunos
Alijó	1
Arouca	2
Aveiro	2
Barcelos	1
Braga	3
Bragança	1
Caminha	1
Chaves	1
Espinho	1
Esposende	1
Felgueiras	2
Guimarães	3
Maputo (Moçambique)	1
Matosinhos	1
Ovar	1

Localidades	N.º de alunos
Paços de Ferreira	1
Ponte de Lima	1
Porto	43
Póvoa de Varzim	2
Santa Maria da Feira	1
Santo Tirso	1
Valongo	1
Viana do Castelo	5
Vila do Conde	2
Vila Nova de Famalicão	2
Vila Nova de Gaia	3
Vila Real	3
Vila Verde	1
Viseu	1
TOTAL	89

QUADRO 2

O funcionamento do Curso, no seu primeiro ano, dependeu fundamentalmente do empenhamento do Prof. Doutor João Marques, então Presidente do Conselho Directivo da FLUP, da acção do Prof. Doutor José Marques, que desde essa altura tem vindo a assegurar a coordenação do Curso e do apoio insubstituível, nos aspectos organizativos e na docência de algumas cadeiras, dado pelo Dr. João Leite, bibliotecário da Faculdade. Esse apoio, aliás, tem-se mantido ao longo dos anos e foi essencial para a prossecução do Curso, enquanto não se garantiu uma estabilidade ao nível do corpo docente.

Relativamente a este último aspecto, o CECD começou por recorrer, em grande parte, a pessoas exteriores à Faculdade, sobretudo a técnicos de bibliotecas e arquivos, sendo de salientar a colaboração dada, no primeiro ano, por docentes do CECD da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Esta situação tem vindo a alterar-se substancialmente, pois em 1987 foi admitida uma assistente estagiária para a opção de «Arquivo» (que apenas se manteve durante um ano), em 1989 outra assistente estagiária para a área de Indexação e, em 1992, uma outra para a área de Catalogação. Estas contratações vieram dar uma maior garantia do regular funcionamento do Curso, visto que permitiram

que várias cadeiras pudessem ser asseguradas, sem dependência das disponibilidades de técnicos de serviços alheios.

A aprovação da área de doutoramento na especialidade de «Ciências Documentais», através do Despacho 77/SEES/89-X, publicado no «Diário da República. 2.^a série», de 4/7/89, foi um outro factor que muito veio contribuir para a consolidação do Curso, graças à possibilidade que abriu de prossecução na carreira docente universitária. Actualmente, uma das assistentes encontra-se a preparar provas de aptidão pedagógica e capacidade científica e a outra, tendo já realizado as referidas provas em 1993, está inscrita como aluna de doutoramento.

Apesar destes passos importantes que, por um lado, permitem assegurar o normal funcionamento do Curso, e por outro lado, abrem caminho para o desenvolvimento de projectos de investigação, o CECD ainda conta com a participação de alguns docentes (sobretudo técnicos de BAD) exteriores à Faculdade de Letras, cujo empenhamento muito o tem dignificado. Conta também com o apoio de Professores das áreas de História, Sociologia e Latim, do quadro da Faculdade.

No que respeita às matérias leccionadas, elas têm seguido, naturalmente, o disposto na Portaria de criação do Curso. Como disciplinas de Opção, têm sido incluídas as seguintes: *Arquivos Administrativos e Latim*, no 1.^o ano; *Leitura Pública, Catalogação do Livro Antigo e Latim*, no 2.^o ano. No curso que actualmente decorre (1993-1995) foram, pela primeira vez, introduzidas uma disciplina de *Lógica*, no 1.^o ano (que não funcionou por insuficiência de alunos) e outra de *Gestão da Informação*, no 2.^o ano.

Com vista a satisfazer uma necessidade muito manifestada pelos alunos, desde 1993 foi incluída no Curso uma componente prática, para além da carga horária prevista por lei, a qual abrange essencialmente as técnicas de catalogação, indexação e informática (para a área de Documentação e Biblioteca) e a organização arquivística (para a área de Arquivo). Nos últimos dois meses do 2.^o ano do Curso, os alunos preenchem os seus tempos lectivos com a realização de trabalhos práticos na Biblioteca e no Arquivo da Faculdade.

O trabalho desenvolvido no Arquivo tem permitido a reorganização dos documentos produzidos pelos serviços administrativos, sua análise e posterior avaliação. O empenhamento dos alunos neste sector tem-se revelado muito significativo, pelo que o CECD sentiu capacidade para alargar a sua intervenção a outras Faculdades e serviços universitários, delineando para o efeito um projecto de gestão da informação no sistema de arquivo da Universidade do Porto. Tal projecto, assegurado por uma equipa interdisciplinar de arquivistas e historiadores, aguarda a concessão de financiamento e contará com o trabalho de recém-formados arquivistas

para o seu desenvolvimento, com vista à criação do Arquivo Histórico da Universidade do Porto.

3. A opinião dos discentes

Dado que, para se encetar qualquer processo com vista à reestruturação dos actuais CECD, ou sua substituição por outro modelo de formação, é necessário, entre outras coisas, proceder a um estudo das necessidades em termos de mercado de trabalho, decidimos avançar com duas iniciativas tendentes à avaliação do Curso do Porto. Assim, efectuámos no passado mês de Maio um inquérito por questionário (Anexo 1), aos actuais alunos, tendente a avaliar quer a qualidade dos docentes, quer a qualidade das cadeiras leccionadas. E, paralelamente, enviámos um outro inquérito aos ex-alunos do Curso (que o frequentaram desde o seu início até 1993) com o objectivo de recolher dados sobre a sua integração no mercado de trabalho e sobre a adequação do Curso às exigências do desempenho da profissão (Anexo 2).

3.1. Resultados do inquérito aos actuais alunos

Para além de permitir conhecer a opinião dos discentes sobre as várias disciplinas e respectivos docentes, opinião essa que é de particular relevância para cada um dos avaliados, o inquérito possibilitou uma análise global do Curso, em termos quantitativos. A síntese dos resultados apurados, que se apresenta nos gráficos do Anexo 3, mostra que, em termos globais, o Curso teve uma apreciação francamente positiva.

Apesar desta apreciação global, vários problemas foram detectados, designadamente quanto aos conteúdos programáticos de algumas cadeiras, o que nos permitirá, brevemente, fazer ajustes considerados necessários.

3.2. Resultados do inquérito aos ex-alunos

Desde 1985, ter-se-ão inscrito no Curso 100 alunos. Enviaram-se 85 cartas e obtiveram-se 24 respostas. Desconhece-se a percentagem de cartas que foram efectivamente recebidas dado que os endereços utilizados poderão não estar todos actualizados.

Obteve-se, pois, uma amostra de 24% em relação ao número total de alunos. Estes resultados não podem constituir uma amostra representativa pelo que devem suportar interpretações meramente indicativas.

*Avaliação quantitativa das respostas***RESPOSTAS POR CURSO¹**

Ano	N.º de respostas	N.º de alunos	%
1987	4	20	20
1989	7	20	35
1991	7	30	23,3
1993	6	30	20
TOTAL	24	100	24

QUADRO 3

RESPOSTAS POR ESPECIALIDADE

Especialidade	N.º de respostas	N.º de alunos	%
Bibliotecas/Documentação	20	60	30
Arquivos	4	40	10

QUADRO 4

A análise dos quadros 3 e 4 mostra uma percentagem de respostas que ronda sempre os 20%, mas que é largamente ultrapassada no curso de 1989, chegando aos 35%. A hipótese de explicação, a ser verificada, aponta para o facto de a maioria dos alunos que frequentaram esse curso estar já a trabalhar em Bibliotecas ou Serviços de Documentação aquando do ingresso, e se manterem actualmente na profissão. Daí, a maior facilidade na sua localização para envio dos questionários e um maior empenho nas respostas. Pelo contrário, o escasso número de respostas na opção de «Arquivo» poderá estar, eventualmente, relacionado com a maior dificuldade em entrar no mercado de trabalho e por isso existir mais desmobilização face ao Curso.

¹ É de lembrar que o CECD tem a duração de dois anos e, no Porto, abre bianualmente.

*Situação profissional dos inquiridos***LOCAIS DE TRABALHO**

Caraterísticas da unidade	N.º de respostas
Biblioteca Especializada	6
Biblioteca Universitária	6
Biblioteca de Leitura Pública	6
Arquivo Municipal	3
Outros	2
Arquivo Distrital	1
Biblioteca Escolar	0
TOTAL	24

QUADRO 5

Ressalta destes dados uma supremacia da colocação profissional na área das Bibliotecas Especializadas e Universitárias, seguida da das Bibliotecas de Leitura Pública. É de realçar o facto de as Bibliotecas Escolares continuarem a prescindir de pessoal especializado, bem como o de só terem sido identificadas duas ocupações em Centros de Documentação, incluídas em «Outros».

*Impacto do Curso na carreira profissional***SITUAÇÃO PROFISSIONAL AQUANDO DA ENTRADA NO CURSO**

Situação dos alunos	N.º de alunos	%
Não se encontravam a trabalhar de início na área BAD e ingressaram posteriormente na carreira	10	41,6
Subiram de categoria na carreira	9	37,5
Mantiveram a categoria	5	20,8
TOTAL	24	100

QUADRO 6

É interessante notar que a totalidade das respostas se refere a ex-alunos, que se encontram a trabalhar na área BAD, tendo o Curso servido para ingresso na carreira, progressão ou aprofundamento de conhecimentos.

*Avaliação das disciplinas***DISCIPLINAS MAIS VALORIZADAS**

Disciplina	Avaliação quantitativa	%
Indexação por Assuntos	23	95,8
Informática Documental	20	83,3
Organização, Planeamento e Administração	19	79,1
Catálogo	18	75
Arquivos Administrativos	6	25

QUADRO 7

Passando agora a analisar a valorização das diferentes disciplinas do plano curricular do Curso, e considerando que cada disciplina pode ser votada 24 vezes, verifica-se que as mais pontuadas são as 4 disciplinas básicas (as anuais), que vêm assim a sua importância reconhecida.

Entre as 17 disciplinas semestrais, *Arquivos Administrativos* foi a mais valorizada, facto que pode estar relacionado com a crescente importância da gestão documental, na área administrativa.

DISCIPLINAS MAIS DESVALORIZADAS

Disciplinas	Avaliação quantitativa	%
Sociologia da Informação	12	50
Tecnologia Documental	8	33,3
Organização, Planeamento e Administração	6	25
Metodologia da Investigação em Bibl. e Arq.	4	16,6
Catálogo	4	16,6

QUADRO 8

As justificações apresentadas para a penalização destas disciplinas são, expressamente, não a valorização da sua importância no plano curricular do Curso, mas a necessidade de rever, aprofundar e actualizar o seu conteúdo programático.

Sugestões para a reformulação do Curso

Área	Sugestões
Estrutura do Curso	Mais especializações: Ex: Leitura Pública, Centros de Documentação de empresas, etc. Estágio mais organizado e em locais diversificados Organização do Curso em licenciatura Organização de um mestrado Substituição de disciplinas, que se sobrepõem Carga horária excessiva Realização obrigatória de visitas e seminários
Novas matérias	Estudos de utilizadores Literatura infantil e juvenil Difusão da informação Gestão de organismos culturais Actividades de animação Técnicas de entrevista / questionário Marketing Formação aprofundada em novas tecnologias Teorias de gestão Técnicas de processamento documental Estatística; Métodos quantitativos Lógica
Conteúdos das actuais disciplinas e funcionamento	Aspectos básicos não são abordados Não actualidade Pouco aprofundamento Pouca prática Pouca teoria Maior diversidade dos exemplos nos programas informáticos Ensino na base do estudo de casos Adaptação à actual realidade social Cumprimento dos programas e dos horários

QUADRO 9

Do conjunto das sugestões apresentadas, são de realçar algumas que têm a ver com a estruturação e funcionamento do Curso. Por um lado, os ex-alunos, actuais profissionais, queixam-se da carga horária excessiva; por outro, solicitam mais prática, mais teoria, mais aprofundamento, mais conteúdos programáticos, etc.

Surge, face às sugestões apresentadas, a dúvida se as alterações a fazer estarão só relacionadas com mudanças ou actualizações de programas, ou se é efectivamente toda a estrutura de formação superior nesta área que

tem de ser revista. O desafio será, talvez, em função de perfis de competências e requisitos para o desempenho de funções e cargos neste domínio.

4. Constrangimentos actuais e perspectivas futuras

Os CECD das Faculdades de Letras de Coimbra, Lisboa e Porto são, como é sabido, aqueles que habilitam os técnicos superiores de BAD para ingressarem na respectiva carreira, na função pública². Contudo, a adequação da formação às exigências profissionais não deve ser, quanto a nós, a única directiva para definir os «currícula» dos referidos cursos.

O Decreto-Lei n.º 247/91, de 10 de Julho, que regulamenta as carreiras BAD, atribui aos técnicos superiores várias competências relativas ao planeamento e gestão dos serviços. Se é correcto defender que o enunciado de funções do referido decreto deverá espelhar-se nos «currícula» dos cursos de formação respectivos, pois só assim haverá uma correcta adequação da habilitação ao desempenho profissional, não será menos verdadeiro afirmar que a formação deverá ser mais rica e diversificada, contemplando outros aspectos para além das estritas exigências legais.

Em termos genéricos, pode parecer que não há nada a obstar aos planos curriculares dos CECD, pois contemplam as matérias consideradas fundamentais para o cabal desempenho das funções acima referidas. Mas, para analisar com mais profundidade a questão da formação dos técnicos superiores, não basta ponderar este aspecto. Há vários outros problemas que devem ser considerados.

Antes de mais, a formação superior dos técnicos ditos de BAD (que mais propriamente se deveriam designar por profissionais de informação, habilitados com um Curso de Ciências de Informação), que se considera especializada, é na verdade uma formação de base, pois, geralmente, não tiveram qualquer formação específica anterior. Esta questão condiciona, naturalmente, a profundidade e o desenvolvimento com que grande parte das matérias são abordadas.

Outro aspecto tem a ver com as especificidades dos serviços e a desejável formação em consonância com tais especificidades. Existem, como se sabe, diferentes tipos de bibliotecas, centros de documentação

² Existe, desde 1989, um CECD na Universidade Autónoma de Lisboa «Luís de Camões» mas, à luz da legislação, não confere a habilitação requerida para o ingresso na carreira BAD, da função pública.

e serviços de informação. Os arquivos são outra realidade distinta, que a própria legislação consagra ao distinguir as carreiras dos bibliotecários e documentalistas, das dos arquivistas. Ser bibliotecário numa biblioteca de Leitura Pública é necessariamente diferente de ser técnico documentalista num serviço de informação científica e técnica. Uma biblioteca patrimonial, com acervo rico em fundo antigo, manuscritos ou outras espécies valiosas exige, naturalmente, uma gestão diferente de uma fonoteca ou de uma biblioteca infantil. A par destes, vários outros exemplos poderiam ser referidos para ilustrar a diversidade de serviços que absorvem os técnicos formados pelos cursos de Ciências Documentais. É importante também lembrar que, para além da administração pública, hoje já existem, no sector privado e em empresas e organizações do sector público, inúmeros centros e serviços de documentação e informação, ou arquivos, que também constituem mercado de trabalho para os profissionais desta área.

É relativamente a esta disparidade de situações que nos merece alguma reflexão a estrutura curricular dos CECD. Querer responder cabalmente às necessidades de formação para tão vasto leque de situações, ainda por cima com um curso de apenas dois anos, em que se começa pelo mais elementar, resulta, a nosso ver, numa resposta insuficiente ou mesmo inadequada. Só a título de exemplo, podem-se referir os casos das bibliotecas públicas e dos serviços especializados, que constituem duas áreas bem diferenciadas, necessitando de matérias curriculares específicas, em conformidade. Contudo, a Leitura Pública, nos cursos em que existe, constitui uma disciplina de «opção», com a carga horária de 20 horas, manifestamente insuficiente; e, relativamente aos serviços especializados, não existe qualquer cadeira em que a sua problemática seja abordada. A área da informação científica e técnica é, hoje, um sector importante, como pode ser atestado pela qualidade de bibliotecas especializadas, centros de documentação e serviços de informação, que existem no nosso País. Por isso mesmo, o estudo das questões específicas que envolvem aquela área justifica uma abordagem própria.

Outro caso exemplar é o da Arquivística que, pela afirmação que tem feito como disciplina autónoma, com um objecto e um método próprios, carece de um «espaço» mais lato do que o que lhe é reservado nos actuais Cursos, não obstante as interligações com as outras áreas, no quadro das Ciências da Informação. Com a actual estrutura curricular, a formação dos arquivistas fica reduzida, na prática, apenas a um ano, numa situação de subsidiaridade relativamente à dos bibliotecários e documentalistas.

Para além das questões curriculares — de que apenas enunciamos alguns casos de desajustamentos —, outras se podem equacionar, quanto

ao funcionamento dos CECD. Parece-nos que um dos mais graves problemas se prende com as articulações das matérias que integram as várias disciplinas, devido, em grande parte, à situação dos docentes que leccionam nos mesmos Cursos. Tendo sido criada, apenas recentemente, a carreira docente universitária na área de Ciências Documentais, o que se traduz, como é óbvio, numa carência de pessoal docente de carreira (os Cursos de Coimbra e Lisboa possuem apenas um assistente cada um e o Curso do Porto dois), o regular funcionamento dos Cursos implica que as Universidades recorram a técnicos de diversos serviços para assegurarem a docência de parte significativa das disciplinas. Esta situação, pela falta de permanência dos docentes na escola, tem levado, no caso do Curso do Porto, a uma difícil articulação entre as várias matérias, gerando-se, por vezes, sobreposições de conteúdos programáticos ou lacunas imperdoáveis.

Como consequência da situação acima exposta, verifica-se ainda uma notória falta de produção teórica na área das Ciências da Informação, pois a investigação séria não se coaduna com uma situação de *part-time*, para além de 36 horas semanais de trabalho numa instituição. Assim, parece-nos que, enquanto as Universidades não puderem garantir um corpo docente de carreira para leccionar nos CECD (ou outros que se venham a criar), a formação nesta área irá sempre sofrer de deficiências várias, não se fazendo «escola», nem se podendo garantir, em simultâneo, uma linha de investigação científica, absolutamente indispensável à actividade docente.

Aquando da realização do 1.º Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, que decorreu no Porto em Junho de 1985, teve lugar uma sessão sobre «formação profissional», a que se seguiu uma Mesa-Redonda sobre o mesmo tema. Na comunicação apresentada pelas Dr.^{as} Maria Teresa Pinto Mendes e Maria do Rosário Pericão discutia-se já a formação superior em Ciências Documentais, sendo proposta uma hipotética estrutura para os respectivos cursos e graus académicos, desde a licenciatura até ao doutoramento³. Tal proposta visava, no essencial, garantir que a formação dos técnicos de Ciências Documentais pudesse vir a ser ministrada por docentes com qualificação académica avalizada, no seio da Universidade, tal como acontece com todas as outras áreas profissionais que requerem formação de nível superior.

³ Cf.: MENDES, Maria Teresa Pinto; PERICÃO, Maria do Rosário — *A Formação Superior em Ciências Documentais. Perspectivas de Mudança em Portugal*, in «CONGRESSO NACIONAL DE BIBLIOTECÁRIOS, ARQUIVISTAS E DOCUMENTALISTAS, 1.º, Porto, 1985 — *A Informação em Tempo de Mudança. Actas*», vol. 2, Porto, BAD, 1985, p. 345-366.

Parece que a proposta acima referida caiu no esquecimento e, não colheu, à época, grande adesão. Contudo, passados 10 anos, as questões da formação profissional estão a colocar-se com grande acuidade e têm sido já várias as manifestações expressas a favor de um modelo semelhante⁴.

Não é nossa intenção, a partir daqui, defender qualquer projecto para a formação na área das Ciências da Informação. Parece-nos que uma via de prosseguimento de estudos desde o ensino secundário até à formação superior do mais alto nível será um caminho desejável. O delinear de cursos e *curricula* terá de ser objecto de um estudo aprofundado, quer de realidades estrangeiras, particularmente a europeia, em termos de formação, quer das exigências do mercado de trabalho.

A realização da Mesa-Redonda sobre «Formação Profissional na Área BAD», que o CECD levou a efeito no passado dia 6 de Julho, na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, mais não foi do que uma forma de lançar o debate e de abrir vias para a concretização dos nossos anseios.

⁴ Veja-se, por exemplo, o caso da recém-criada licenciatura em História, com variante em Ciências Documentais, da Universidade Nova Lisboa (Despacho R/SAc/21/94, publicado no «Diário da República. 2.ª Série», de 3/1/95) ou as conclusões formuladas nas «Jornadas de Ciências Documentais. Formação e Ensino», realizadas em 20 e 21 de Abril de 1995, na Universidade Autónoma de Lisboa «Luís de Camões».

ANEXO 1

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM CIÊNCIAS DOCUMENTAIS

Questionário de Avaliação das Aulas

Este questionário destina-se a coligir informação que possa ser relevante para a melhoria das aulas e dos respectivos conteúdos, com vista à promoção da qualidade do ensino. Por isso, pedimos-lhe que responda individualmente e com a máxima sinceridade.

O questionário é anónimo. Por favor não se identifique.

Deverá preencher uma folha para cada cadeira que frequentou, identificando-a, bem como ao respectivo professor. O curso de 1993-1995 teve as seguintes cadeiras e docentes:

1.º ANO

Arquivos Administrativos	— Dr. ^a Fernanda Ribeiro
Bibliografia	— Dr. ^a Fernanda Ribeiro
Catálogo I	— Dr. ^a Elisa Cerveira
Indexação por Assuntos I	— Dr. ^a Fernanda Ribeiro
Informática Documental I	— Dr. João Leite
Instituição e Documentos	— Prof. Doutor José Amadeu Coelho Dias
Latim	— Dr. ^a Ana Paula Quintela
Metodologia da Investigação em Bibliotecas e Arquivos	— Dr. ^a Isabel Pereira Leite
Organização, Planeamento e Administração I	— Dr. ^a Elisa Cerveira
Sociologia da Informação	— Dr. ^{as} Paula Guerra e Luísa Veloso
Tecnologia Documental	— Dr. ^a Elisa Cerveira

2.º ANO

Arquivologia	— Dr. ^a Fernanda Ribeiro
Catálogo II	— Dr. ^a Elisa Cerveira
Catálogo do Livro Antigo	— Dr. ^a Maria de Fátima Vila Pouca e Cunha
Codicologia	— Prof. Doutor Aires Nascimento
Conservação e Restauro	— Dr. ^a Conceição Casanova
Diplomática	— Prof. Doutor José Marques
Fontes de Informação	— Dr. ^a Ana Maria Gonçalves
Gestão da Informação	— Dr. ^a Ana Maria Gonçalves
História do Livro	— Dr. ^a Maria de Fátima Vila Pouca e Cunha

Indexação por Assuntos II	— Dr. ^a Fernanda Ribeiro
Informática Documental II	— Dr. João Leite
Informática para Arquivos	— Dr. ^a Fernanda Ribeiro
Latim	— Dr. ^a Ana Paula Quintela
Legislação e Noções de Direito para Arquivos	— Dr. Rui Daniel Ferreira
Leitura Pública	— Dr. Henrique Barreto Nunes
Organização, Planeamento e Administração II (Arquivo)	— Dr. Manuel Real
Organização, Planeamento e Administração II (Biblioteca)	— Dr. ^a Elisa Cerveira
Palcografia	— Prof. Doutor José Marques

Obrigado pela sua colaboração

Cadeira: (mencione o nome completo)

Professor:

1. Clareza da exposição por parte do professor

Absoluta _____ Normal _____ Pouca _____ Nenhuma _____

2. Segurança do professor ao expôr ou explicar a matéria e/ou ao resolver os problemas

Absoluta _____ Adequada _____ Pouca _____ Nenhuma _____

3. Capacidade do professor para esclarecer as dúvidas que lhe são postas

Sempre _____ Normalmente _____ Poucas vezes _____ Quase nunca _____

4. Disponibilidade do professor para esclarecer dúvidas dentro e fora das aulas

Absoluta _____ Adequada _____ Pouca _____ Nenhuma _____

5. Grau de interesse e vivacidade das aulas

Muito _____ Algum _____ Pouco _____ Nenhum _____

6. Capacidade de relacionamento do professor com os alunos

Excelente _____ Boa _____ Reduzida _____ Nenhuma _____

7. Pontualidade do professor

Sempre _____ Normalmente _____ Poucas vezes _____ Quase nunca _____

8. A cadeira é, para si, interessante?

Bastante _____ Razoavelmente _____ Pouco _____ Nada _____

9. Grau de novidade da matéria

Total _____ Em grande parte _____ Pouca _____ Não existe _____

10. Adequação dos elementos de estudo fornecidos (bibliografia, apontamentos, etc.)

Absoluta _____ Razoável _____ Pouca _____ Não existe _____

11. Grau de dificuldade da matéria

Muito difícil _____ Difícil _____ Acessível _____ Fácil _____

12. Qualidade geral das aulas

Muito boa _____ Boa _____ Fraca _____ Má _____

13. Qualidade geral da cadeira

Muito boa _____ Boa _____ Fraca _____ Má _____

14. Adequação da carga horária

Demasiado extensa _____ Adequada _____ Reduzida demais _____

15. Qual foi a sua assiduidade às aulas desta cadeira?

Mais de 75% _____ Entre 75% e 50% _____ Entre 50% e 25% _____

Menos de 25% _____

OBSERVAÇÕES: (Reserve este espaço para fazer as sugestões, os comentários ou as críticas que entender sobre a cadeira em causa ou sobre quem a lecciona)

ANEXO 2**UNIVERSIDADE DO PORTO — FACULDADE DE LETRAS
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM CIÊNCIAS DOCUMENTAIS**

Dez anos após o início do Curso de Especialização em Ciências Documentais, está a proceder-se a uma avaliação do mesmo, no sentido da sua eventual reestruturação.

Muito agradecemos que, no prazo de uma semana, respondesse a este questionário e o devolvesse para a Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

- 1 — Nome: _____
- 2 — Local onde exerce a sua actividade profissional:
Nome da instituição: _____
Morada: _____
Telefone: _____ Fax: _____
- 3 — Características da instituição:
Biblioteca Leitura Pública _____ Biblioteca Especializada _____
Biblioteca Universitária _____ Biblioteca Escolar _____
Arquivo Distrital _____ Arquivo Municipal _____
Outra _____ Qual? _____
- 4 — Actividade profissional que exerce actualmente: _____

- 5 — Ano em que terminou o CECD: _____
- 6 — Actividade profissional que exercia quando iniciou o CECD: _____

- 7 — Quando iniciou o CECD já possuía alguma formação ou experiência de trabalho na área BAD? _____
- 8 — Do conjunto das disciplinas que compunham a estrutura curricular do Curso, apresente, por ordem decrescente de prioridade, cinco que tiveram mais importância para a sua actividade profissional:

- 1 _____
- 2 _____
- 3 _____
- 4 _____
- 5 _____

9 — No conjunto das disciplinas que considerou mais importantes, refira algumas insuficiências: _____

10 — Refira outras áreas que não foram consideradas no Curso e que a sua experiência revelou serem fundamentais na formação profissional a este nível: _____

11 — Indique agora algumas disciplinas que julgue desajustadas ao perfil do Curso:

- 1 _____
- 2 _____
- 3 _____
- 4 _____
- 5 _____

Justifique, por favor: _____

12 — Que sugestões gostaria de apresentar para a reformulação do Curso? _____

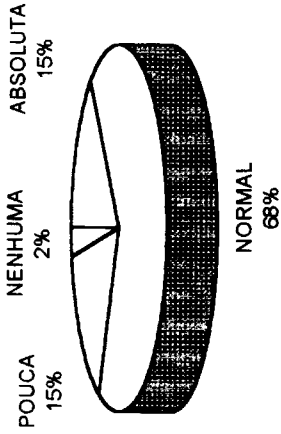
MUITO OBRIGADO

ANEXO 3

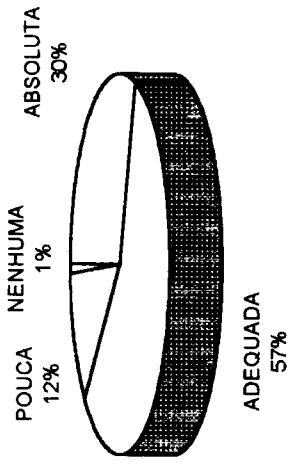
GRÁFICOS

Análise global do Curso

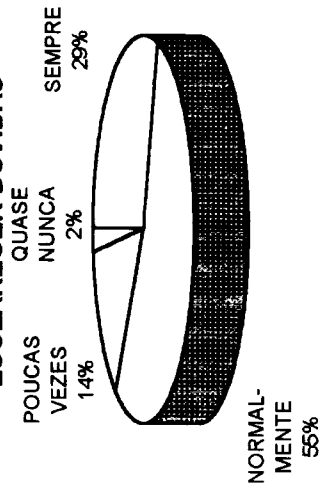
Questão 1 - CLAREZA



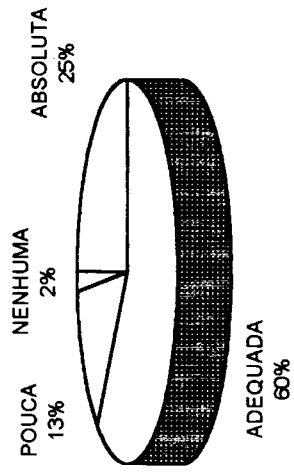
Questão 2 - SEGURANÇA



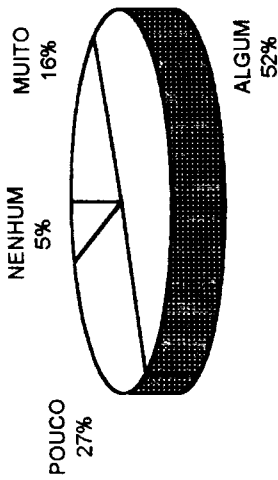
Questão 3 - CAPACIDADE PARA ESCLARECER DÚVIDAS



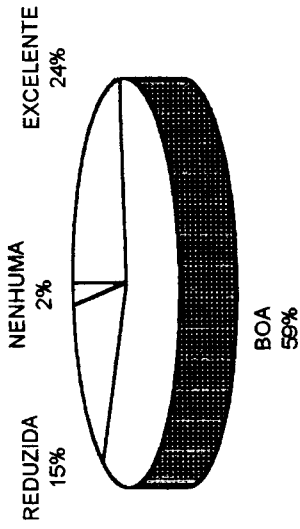
Questão 4 - DISPONIBILIDADE PARA ESCLARECER DÚVIDAS



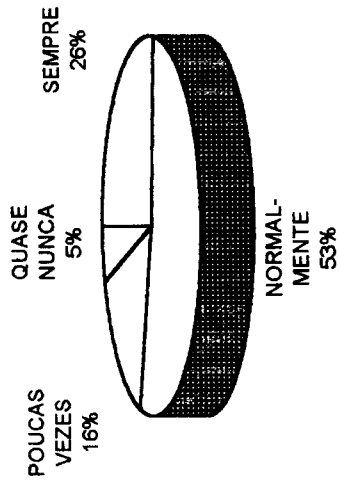
Questão 5 - INTERESSE E VIVACIDADE DAS AULAS



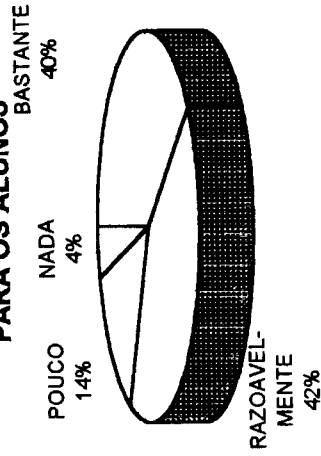
Questão 6 - CAPACIDADE DE RELACIONAMENTO



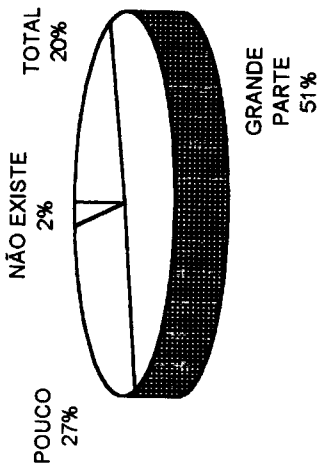
Questão 7 - PONTUALIDADE



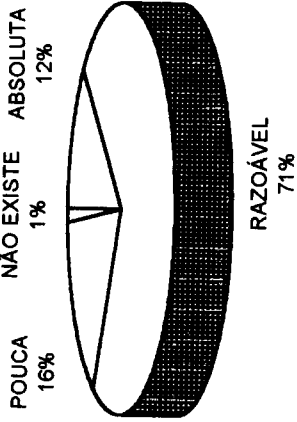
Questão 8 - INTERESSE DA CADEIRA PARA OS ALUNOS



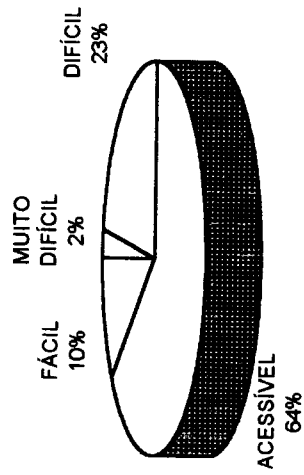
Questão 9 - NOVIDADE DA MATÉRIA



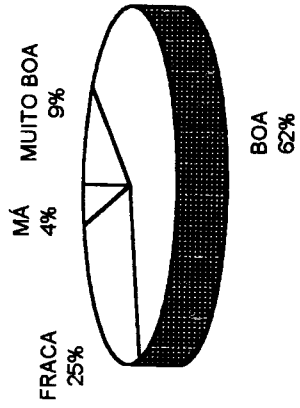
Questão 10 - ADEQUAÇÃO DOS ELEMENTOS DE ESTUDO



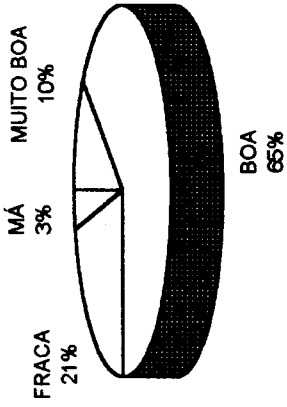
Questão 11 - GRAU DE DIFICULDADE DA CADEIRA



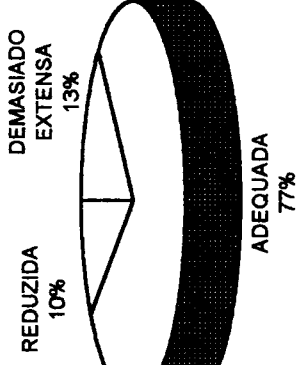
Questão 12 - QUALIDADE DAS AULAS



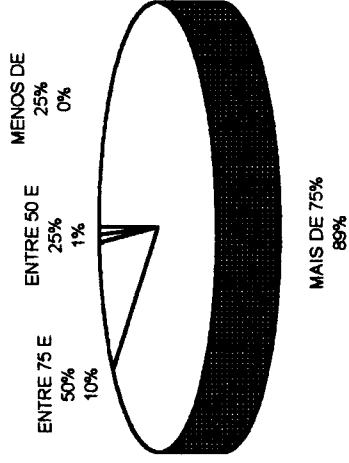
Questão 13 - QUALIDADE DA CADEIRA



Questão 14 - CARGA HORÁRIA DA CADEIRA



Questão 15 - PRESENCAS DOS ALUNOS



A EVOLUÇÃO DO HABITAT CASTREJO
E O PROCESSO DE PROTO-URBANIZAÇÃO
NO NOROESTE DE PORTUGAL
DURANTE O I MILÉNIO a.C.

Por **Armando Coelho Ferreira da Silva**
(Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras
da Universidade do Porto)

Resumo

O tema apresentado sobre *a evolução do habitat castrejo e o processo de proto-urbanização no Noroeste de Portugal* insere-se na sequência da investigação que vimos realizando no âmbito da Proto-história do Norte de Portugal (*in specie*: A. C. F. Silva 1981-82, 1983-84, 1986, 1990a, 1993, 1994; A. C. F. Silva — M. V. Gomes 1992; A. C. F. Silva — R. Centeno 1993) e pretende sintetizar os resultados obtidos sobre a originalidade das transformações ocorridas durante o primeiro milénio a. C. e grande parte do século I d. C., em que se torna manifesto um progressivo desenvolvimento, segundo etapas diferenciadas, de expressões de incipiente organização para formas urbanas.

Depois de uma breve nota introdutória de carácter historiográfico, proceder-se-á ao estudo do habitat castrejo, com análise da ocupação e organização do espaço, implantação e estruturação dos povoados no quadro das respectivas coordenadas geográficas, cronológicas e culturais.

Serão utilizados, como documentação preferencial, os resultados dos trabalhos por nós realizados, muitos deles em colaboração, designadamente com o nosso colega Prof. Rui Centeno, em estações arqueológicas representativas da cultura castreja do Noroeste de Portugal, designadamente no Castro do Coto da Pena e Cividade de Âncora (Caminha, Viana do Castelo), Cividade de Terroso (Póvoa de Varzim), Castro de Romariz (Santa Maria da Feira), Citânia de Sanfins (Paços de Ferreira), Santa Maria de Galegos (Barcelos), Castro de Cidadelhe (Mesão Frio) e Castro da Senhora da Guia (Baiões, S. Pedro do Sul).

A Cultura Castreja do Noroeste apresenta no quadro de Proto-história da Península Ibérica uma marcante personalidade que lhe é justamente conferida pela peculiaridade do tipo habitat (Est. I).

Revelada nos finais do século passado pelos trabalhos de F. Martins Sarmiento, um dos principais pioneiros da arqueologia portuguesa, na Citânia de Briteiros, a novidade da sua descoberta, segundo observações recentes, terá sido divulgada em primeira mão na revista *New Quarterly Magazine*, menos de um ano após o começo destas escavações.

E já nesta notícia de 1876, intitulada «The Lost City of Citânia» (Latouche 1993), julga-se que da autoria do cônsul britânico na cidade do Porto Oswald J. Crawford sob pseudónimo, estão contidos os principais elementos, que se tornaram esteriótipos desta cultura, tradicionalmente havida (desde as primeiras referências do 1.º volume da História de Portugal de Alexandre Herculano a Florentino López Cuevillas) como uma civilização céltica da Idade do Ferro sobretudo caracterizada pelo seu habitat fortificado de construções graníticas, que Orlando Ribeiro realçou como sendo uma das primordiais afirmações do atlantismo regional.

Progressivamente melhor definida em estudos posteriores, é nosso dever distinguir a actividade do Instituto Padre Sarmiento de Santiago de Compostela e de outros arqueólogos galegos do grupo «Nós» e, em Portugal, da Sociedade Martins Sarmiento, de Guimarães, da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia e do Instituto de Antropologia Dr. Mendes Corrêa, do Porto, e de outros arqueólogos, como Eugénio Jalhay, Afonso do Paço e Christopher Hawkes. Com a mais recente investigação, em que será justo destacar o papel desempenhado pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto, desde os primeiros trabalhos do Prof. Carlos Alberto Ferreira de Almeida, e também pela Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, as coordenadas geográficas, parâmetros cronológicos e componentes étnicas, técnico-económicas, sociais e culturais são hoje melhor conhecidas e problematizadas. À última geração caberá o mérito da cientificação do estudo da Proto-história regional, ultrapassando a fase descritiva dos trabalhos anteriores, com abertura para ensaios metodologicamente mais garantidos e de carácter mais interpretativo (especialmente: Silva 1986, Martins 1990, Peña Santos 1992, Queiroga 1992, Alarcão 1993).

Pode contabilizar-se, de momento, um número de cerca de um milhar de povoados fortificados para a generalidade do território do Norte de Portugal, cujo inventário estamos a elaborar desde a primeira lista, declaradamente provisória, de 1986 (Silva 1986, 19). O nosso trabalho poderá, entretanto, contar com contributos de âmbito regional,

designadamente relativos à bacia inferior do rio Lima (Almeida 1990), do curso médio do rio Cávado (Martins 1990), da bacia do Ave (Queiroga 1992, Dinis 1993), da região entre Douro e Vouga (Silva, A. M. S. P., 1994) e a região do Alto Tâmega (Amaral 1994) e de Trás-os-Montes Oriental (Lemos 1993), fazendo progredir significativamente a base de dados então apresentada. Resultando, em geral, de trabalhos académicos, alguns dos quais contaram com a nossa orientação e em que se torna notória a utilidade do nosso inventário, preparamos uma versão actualizada, após o termo da prospecção em curso na bacia do Minho, no vale do Neiva, no litoral minhoto, no Baixo Tâmega e na Beira Alta.

A sua cartografia permite visualizar, em imagem panorâmica, o perfil da ocupação das comunidades indígenas pré-romanas da região, que poderá servir de indicador para uma reflexão sobre um dos momentos mais importantes do seu processo demográfico, em que terão intervindo, para a optimização da escolha do habitat castrejo, além da altimetria, por representar um factor relevante em consideração ao seu carácter defensivo, a existência de condições estratégicas, propiciadas por posições mais ou menos destacadas, habitualmente relacionadas com a rede hidrográfica, que se tornava cumulativamente útil para a defesa, subsistência e comunicação das populações, e outros factores, designadamente razões de índole económica ou de ordem político-militar, conforme as circunstâncias.

Entre os resultados obtidos na investigação sobre esta cultura, há a considerar um vasto registo de influências de carácter exógeno que manifestam um quadro de relações de longo curso e suavizam a imagem de isolamento que, a partir de alusões clássicas, se foi divulgando como índice de uma área marginal. A complexidade e a natureza dos dados observados bastará como o melhor testemunho de que, mais que uma *finisterra*, esta zona geográfica foi eixo de comunicação e pólo de interesses e atracção.

Em estudos por nós anteriormente elaborados sobre o tema (Silva 1983-84, 1986, 1990, 1990a, 1991, 1993, 1994, Silva-Gomes 1992) vimos propondo, com base em elementos significativos do registo arqueológico, controlado por perfis estratigráficos e datações absolutas, a evolução do habitat castrejo segundo um esquema de periodização relacionável com o seu desenvolvimento interno e o discurso histórico peninsular em que se definem três fases (Est. II), cada qual com uma divisão interna, que cobrem globalmente o primeiro milénio a.C. e grande parte do século I d.C., respectivamente:

— uma *primeira fase*, correspondente à 1.^a metade do I milénio a.C., como sendo da sua formação, com emergência de povoados

fortificados no contexto do Bronze Final Atlântico, com relações continentais e mediterrânicas. A sua primeira parte (*IA*) situa-se entre 1000 e 700 a.C. e o seu desenvolvimento (*IB*) durante os séculos VII e VI a.C., revelando crescentes contactos interiores e meridionais;

— uma *segunda fase*, de afirmação do habitat castrejo em fácies regionais e sua hierarquização segundo critérios de predominância económica que denota, na primeira parte (*IIA*), com cronologia entre cerca de 500 e 200 a.C., estímulos continentais de teor post-hallstático ou dos Campos de Urnas da Idade do Ferro, migrações internas peninsulares, como as dos *Turduli Veteres*, e intercâmbios por via do comércio púnico; o seu desenvolvimento posterior (*IIB*), já sob os auspícios das primeiras importações itálicas, anuncia próximos contactos directos entre romanos e indígenas;

— e uma *terceira fase*, de proto-urbanização e reordenamento territorial no quadro da romanização, com relevância para critérios político-militares, que presumimos ter-se iniciado (*IIIA*) na sequência da campanha de Decimus Junius Brutus (138-136 a.C.) e se terá prolongado até à segunda metade do século I d.C., com referência às reformas flavianas na região, cuja nitidez se altera a meio da fase (*IIIB*), após a conquista e pacificação do Noroeste, com a adopção de modelos propostos pelo domínio romano.

* * *

Neste momento, pretendemos justamente reflectir sobre a especificidade da emergência destas nossas primeiras expressões urbanas patentes na ocupação e organização do espaço e na estruturação da *cidade castreja*, como resultado de um processo de longa duração, que contou com a assimilação de influências exógenas, que agiram como elemento dinamizador da evolução cultural indígena, sobretudo manifestas em numerosos registos tecnológicos e simbólicos como, v.g., o aperfeiçoamento da metalurgia do bronze na fase IA, introdução do trabalho do ferro, de técnicas de soldagem, filigrana e granulado e de motivos decorativos estampados, na fase IB; novos adereços como símbolos de hierarquização, na fase IIA; a introdução da roda de oleiro e de mós giratórias, na fase IIB e, a considerar em particular, no caso vertente, a introdução de modelos urbanísticos de tipo hipodâmico na fase III, em contexto de romanização.

Fase I

Não sendo de considerar, por descontextualizadas, referências ocasionais a favor da probabilidade de pervivência de povoamento em alguns castros desde o III milénio a.C. (Jorge 1990; Martins e Jorge 1992), o início deste processo começa a estar bem confirmado por numerosas datações absolutas no final da Idade do Bronze que calibradas, nos situam genericamente na transição do II para o I milénio a.C. (Carballo e Fábregas 1991, 257, 259), segundo as informações recolhidas em trabalhos recentes (Jorge 1990; Silva-Gomes 1992, Silva 1993), designadamente no Castro do Coto da Pena (Caminha), castros de S. Julião e Barbudo (Vila Verde), Castelo de Matos (Baião), Castro de Baiões (S. Pedro do Sul), Castro de sabnta Luzia (Viseu), Castro de S. Romão (Seia) e outros, tornando-se já possível uma caracterização sumária do habitat nesta fase arqueológica correspondente à etapa da sua formação, relacionada com um desenvolvimento excepcional da actividade metalúrgica.

Nos casos analisados verificou-se, em geral, uma implantação *ex novo* dos povoados em pontos estratégicos situados segundo uma diversidade topográfica, com realce para posições em remates de esporões, de altitude média, visando primordialmente o controlo das bacias fluviais, em relação com as zonas de aptidão agrícola e exploração de recursos naturais, nomeadamente mineiros, como o estanho e o ouro, e o acesso a vias de penetração e comercialização, revelando integração num sistema económico de largo espectro.

O estudo do povoamento em algumas das instâncias mencionadas revelou uma ocupação em superfície restrita, da ordem dos 600 m², como se calculou para S. Julião, Vila Verde, e raramente atingindo dois hectares, de que se aproxima a área do Castro de Baiões (S. Pedro do Sul).

E, apesar de serem reduzidas as informações que permitem, inferências sobre os espaços da vida quotidiana, encontra-se bem documentada a fixação no interior de povoados fortificados de diversos trabalhos domésticos e artesanais, com expressivo espólio de moagem, tecelagem, fundição e outros testemunhos, a comprovar uma actividade económica de componentes diversificadas, incluindo a recollecção, a caça, a pesca, a agricultura e a metalurgia.

De notar, em especial, o aparecimento, nesta fase, de sistemas defensivos, ainda que rudimentares, de muralhas de pedra (Coto da Pena; Baiões), talude e fosso (S. Julião), em clara evidência de início de fortificação dos povoados, característica que prevalecerá sobre o carácter aberto do habitat, ainda documentado como existindo em contem-

poraneidade (o que será natural admitir numa fase de transição), como parecem sugerir as datações de C14 de 770 e 760 a.C. relativas à Bouça do Frade (Baião), povoado aberto com alinhamentos de buracos de postes e estruturas de armazenamento em fossas/silos (Jorge 1988), ainda que outro registo arqueológico recomende cronologias da primeira etapa do Bronze Final, anteriores ao 1100/1000 a.C (Silva et alii 1993), para situações congéneres.

O testemunho da existência de construção também de pedra na arquitectura doméstica verificada no Coto da Pena, na fase IA, é outro elemento a considerar nesta análise, que, deste modo, contraria a afirmação corrente de que as estruturas mais antigas do habitat castrejo seriam exclusivamente de materiais perecíveis (Est. VIII, 1).

Com efeito, segundo os dados estratigráficos (Est. VIII, 2), em função da presença de materiais característicos e de uma datação obtida por uma análise de radiocarbono, se deverá concluir que as fundações de pelo menos uma das estruturas do Castro do Coto da Pena se reporta a um momento anterior à formação dos estratos mais antigos (06 e 05), que constituem, respectivamente, um piso de ocupação (06) sobreposto por uma espessa camada de concheiro (05), com ossos de vertebrados e moluscos associados a um grande núcleo de sementes e alguns objectos metálicos, cerâmica manual, incluindo fragmentos com paralelos na cerâmica de Baiões, e ainda mós de rebolo e numerosos pesos de rede e seixos afeiçãoados.

O piso de ocupação (06) é formado, no exterior desta estrutura, por uma fina camada de saibro arenoso sobre uma camada de regularização (07) que encosta à face Norte do muro, correspondendo-lhe no interior uma superfície de ocupação, em plano mais elevado, sobre uma camada de regularização mais espessa que no exterior.

A sua ocupação é datável do Bronze Final, por uma foicinha de talão, típica deste período, que foi exumada no interior, e por uma análise de C14 de um conjunto de sementes de *vicia faba*, do estrato do concheiro que se acumulou sobre a camada correspondente do exterior, que forneceu a datação de 2930 ± 100 B. P. (UGRA 200), com calibração a 2 sigmas entre 1410 e 900 a.C..

Esta construção tem planta alongada de perfil curvilíneo, com 6 m de comprimento máximo, na direcção N-S. e 4, 5 m de largura máxima (E-W), distinguindo-se das restantes estruturas descobertas no povoado, sendo natural que esta estrutura pétreia suportasse paredes de materiais perecíveis.

As referências a estruturas habitacionais de planta oval, como as que foram identificadas na Tapada da Ajuda, Lisboa, e no povoado de Neves II em Castro Verde, no Alentejo, não divergem destas observações,

indiciando afinidades de comportamento das comunidades indígenas da fachada atlântica.

Sem elementos bastantes que nos permitam decidir inequivocamente sobre o controverso problema da origem das casas redondas no estado actual da investigação, apesar da tendência curvilínea que referenciamos no Coto da Pena e dos indícios de plantas circulares no Castro de Baiões, confirmadas numa cabana do Castro S. Julião, não está ainda satisfatoriamente atestada a tipologia das habitações castrejas nesta sua primeira fase.

Consideramos, porém, a opção por plantas circulares como uma solução de tradição indígena, de fundo etnográfico, que se nos afigura de maior verosimilhança relativamente aos argumentos das teses difusionistas, que pretendem buscar a sua génese nos povoados meridionais da Idade do Bronze, donde esse elemento, que seria tipicamente mediterrânico, teria penetrado por intermédio da Extremadura em direcção a Soto de Medinilla, e daqui teria irradiado até ao Vale do Ebro e muito naturalmente também para o Noroeste, segundo a opinião de alguns investigadores, como Ch. Hawkes (1984).

Trata-se, em todo o caso, de uma solução que nada tem a ver com presumíveis características célticas, como vinha sendo afirmado desde as primeiras referências de Alexandre Herculano, uma vez que os celtas construíam segundo alinhamentos ortogonais.

Seja como for, não podemos deixar de considerar a importância deste primeiro registo arquitectónico de tendência para a progressiva petrificação das estruturas habitacionais castrejas, assinalando-lhe, desde os primórdios da sua formação, o carácter sedentário.

Sendo ainda poucos os testemunhos deste processo, a sua confirmação parece indesmentível face aos dados de arquitectura doméstica das recentes escavações do Castro de Torroso (Mós, Pontevedra) com várias construções de pedra, de planta circular, curvilínea e mista, datadas, por uma significativa série de análises por radiocarbono, dos séculos VII e VI a.C., a que se podem acrescentar outras referências galegas de construções pétreas, como as do Castro de O Neixón (Calo — Sierra 1983, 35), a par de registos de estruturas em materiais perecíveis documentados no Castro de Penalba, Castromao e A Lanzada.

Desconhecendo-se, no estado actual da investigação, as razões que presidiram à transferência das comunidades indígenas de aldeamentos dispersos para povoados implantados em posições naturalmente defensivas e fortificadas, parece evidenciar-se uma selecção de critérios estratégicos em que era garantida a subsistência das populações e a defesa e gestão dos recursos, particularmente relacionados com o domínio sistemático do território e dos mecanismos de produção e intercâmbio dos metais.

Segundo os elementos disponíveis para análise, que podemos exemplificar com dados recentes sobre o Vale do Ave, com 13 castros identificados (Est. IV, Dinis 1993), ou da sequência Castro de Baiões — Senhora do Castro — Santa Luzia — Castelo dos Mouros, na região de Viseu, supomos que, no termo desta fase, a generalidade da região esteja praticamente coberta por comunidades autónomas internamente hierarquizadas que, graficamente, poderiam reproduzir um esquema de justaposição, sem expressões de predominância como de tipo feudal (Alarcão 1993), adaptado de P. Le Brun (1987) para o Centro da Europa (Est. III, 1).

E ainda que se reconheça a difusão deste fenómeno por vastas zonas da Europa, a notória prosperidade do Noroeste peninsular (sobretudo manifesta nos numerosos depósitos de bronze e ouro, motivadora de cobiça) poderá ter encontrado no fenómeno castrejo resposta adequada aos desafios ora postos à organização da sociedade, gerando a necessidade de defesa com consequente incremento de hierarquização, acentuando, porventura, poder de certos chefados, não raro indiciados por numerosos bens de prestígio.

Poderá servir como testemunho deste condicionalismo o depósito de fundidor do Castro da Senhora da Guia, Baiões (S. Pedro do Sul), em ambiência em que podemos associar elementos característicos do mundo atlântico (mais evidentes nos artefactos metálicos tradicionais, tais como machados de talão de bronze e típicas jóias de ouro maciço), de origem continental (mais notórios na decoração cerâmica) e, em especial, com afinidades com o Mediterrâneo, bem documentadas sobretudo pela presença de objectos de natureza religiosa, que atestam contactos com o Próximo Oriente no período pré-colonial, com anetrioridade à instalação fenícia no Ocidente Peninsular.

Durante os séculos VII e VI a.C., com correspondência à fase IB, os dados adquiridos em escavações estratigráficas e estudo de materiais manifestam a sequência dos contactos registados no final da Idade do Bronze com incremento para as influências meridionais, que testemunham uma corrente de intercâmbios marcadamente litoral que se encontra compassadamente registada ao longo da nossa costa desde Castro Marim (Vila Real de Santo António), Monte Molião (Lagos), Alvor, Bensafrim e Rocha Branca (Silves), no Algarve; Sines, no Alentejo; Setúbal, Alcácer do Sal e feitoria fenícia de Abul, à foz do Sado; feitoria fenícia da Quinta do Almaraz (Almada), Lisboa e Alcáçova de Santarém, no estuário e curso do Tejo; feitoria fenícia de Santa Olaia, à foz do Mondego, e Conimbriga, para o interior; Baiões, no curso do Vouga; Baião, no vale do Douro, e Paços de Ferreira, nas imediações do Porto; Santo Estêvão da Facha, no curso

inferior do Lima; Coto da Pena, na foz do Minho, e outras estações costeiras da Galiza, como Santa Tecla, Torroso, Penalba, La Lanzada, Alobre e Neixón (Est. V).

Fase II

Por meados do I milénio a.C., certamente como resultado das perturbações acontecidas no Sul da Península após a batalha de Alalia ocorrida em 535 a.C., o Noroeste peninsular terá servido de palco aos episódios da expedição de Túrdulos e Célticos referida por Estrabão (3, 3, 5), hoje melhor esclarecida com os resultados das escavações arqueológicas realizadas na área dos *Turduli Veteres*, nomeadamente no castro de Romariz, Santa Maria da Feira (Est. IX, 1-2), e a partir da confirmação epigráfica da sua presença na margem esquerda do Douro, nas *tesserae hospitales* aparecidas no Castro da Senhora da Saúde, em Vila Nova de Gaia (Est. XVI, 1), de acordo com os textos de Pomponius Mela (3,8) e sobretudo Caius Plinius (4, 112-113).

Segundo Estrabão, viviam junto do Cabo *Nérion* (Finisterra) uns célticos (*Kéltikoi*), aparentados aos das margens do *Anas* (Guadiana), que para aí se teriam dirigido na sequência de uma expedição conjunta com túrdulos. «E dizem — acrescenta Estrabão — que, passado o rio Lima, os túrdulos desertaram», separando-se dos seus companheiros, após luta travada entre si. Tendo perecido o seu chefe, os túrdulos ficaram sem guia para regressar, dispersando-se pela região.

Pelos dados obtidos, sabemos agora com segurança que se estabeleceram na franja meridional da cultura castreja, a Sul do Douro, conferindo a esta área as diferenças verificadas em relação às zonas setentrionais, imprimindo-lhe a densidade de materiais de tradição púnica um facies paralelo ao de maior influência céltica para a área da Corunha, na Galiza. Duas referências cronológicas, obtidas por C14, em amostras procedentes de estratos inferiores de estações dessas áreas, respectivamente de 600 ± 100 a.C. no Castro de Romariz (Santa Maria da Feira) e 520 ± 100 a.C. no Castro de Borneiro (Coruña), também poderão apoiar a cronologia desta ocorrência em torno dos meados do I milénio a.C..

Sendo ainda prematuro estimar o alcance deste movimento, não se poderá, de qualquer modo, ignorar a amplitude do reordenamento territorial sequente às vicissitudes desta expedição, que terá resultado em verdadeiras formas de colonização de âmbito regional de acordo com as apetências e as aptidões desses agentes e os recursos naturais que certamente tinham por objectivo explorar, como será lícito supor em relação à exploração metalúrgica, designadamente de ouro e estanho, por

parte de um grupo que se terá implantado para interior, na Beira Alta (porventura epigraficamente identificados com os *Hiberi* numa inscrição da Queiriga) e a exploração do sal, de reconhecida importância económica nas sociedades proto-históricas, por parte de outro grupo instalado na Beira Litoral (possivelmente identificados com os *Hiberi* numa inscrição de Romariz).

Portadores de uma cultura superior, salientada nas fontes clássicas (v.g., Estrabão, 3, 16) devem estes povos ter promovido o progresso das comunidades indígenas, permitindo-nos consolidar a probabilidade de relacionar o desenvolvimento das influências mediterrânicas que nos é dado perceber neste processo evolutivo castrejo, em especial na área litoral, com a associação deste movimento migratório ao comércio púnico, tornando-se, assim, num valioso indicador do peso da colonização cartaginesa relativamente à influência grega no Mediterrâneo Ocidental e no mar exterior, conforme se pode deduzir dos dados regionais conhecidos, inclusivamente dos gráficos de frequência do espólio cerâmico do Castro de Romariz, com registos significativos da cerâmica de produção e/ou tradição púnica, com 26% sobre 74% de cerâmica indígena no estrato inferior (07) e, com 29% sobre 70,93% no estrato (05), que apenas forneceu 1 fragmento de cerâmica grega.

Das intervenções em povoados castrejos com ocupação identificada nesta fase, apesar de não se terem conseguido áreas suficientemente representativas para uma expressiva leitura antropológica, resultou de novo um quadro com certas diversidades na montagem das estruturas e na utilização dos modelos e da própria matéria-prima, conforme se deduz da análise concreta das situações por nós verificadas em especial no Castro do Coto da Pena, Caminha, na Cividade de Terroso, Póvoa de Varzim, e no Castro de Romariz, Santa Maria da Feira (Silva 1986) e também em Santo Estêvão da Facha (Almeida et alii 1981), Castro de São Julião, Vila Verde (Martins 1988, 1990), Castro de Penices e Castro das Ermidas (Queiroga 1992).

São, efectivamente, manifestas as particularidades destas estações, que se tornam mais salientes quando confrontados os elementos comuns registados a Norte do Douro com os da área a Sul deste rio, onde ainda não foram encontradas estruturas pétreas de habitação. Seja como for, é de observar, por ser um significativo elemento caracterizador da arquitectura castreja, a adopção sistemática da planta circular documentada no Coto da Pena (Caminha) e na Cividade de Terroso (Póvoa de Varzim) e também em Santo Estêvão da Facha (Ponte de Lima), com idênticas características construtivas de paredes pouco espessas de dois paramentos unidos por argamassa de saibro, sem utilização de pico de ferro e com estratos de ocupação de pisos finos.

Independentemente de peculiaridades regionais e das influências externas exercidas sobre o fundo indígena, em especial as que se definem como de cariz post-hallstático ou dos Campos de Urnas da Idade do Ferro, documentadas por materiais de origem continental, em cujos ambientes vêm sendo progressivamente reconhecidas representações arquitectónicas e soluções técnicas afins, o que parece não oferecer, jamais, dúvidas é de que a utilização da pedra como matéria-prima das construções castrejas, mais vulgarizada nesta fase, surge na continuidade de experiências regionais anteriores que, cada vez mais, se vêm atestando quer para os sistemas defensivos quer para as estruturas residenciais.

Alguns destes povoados, como o do Coto da Pena, S. Julião e certamente também a Cividade de Terroso, prolongam a ocupação anterior, sendo notório um alargamento da área, até aí demarcada por precários sistemas de defesa, denunciando crescimento populacional interno. Outros, como o Castro de Romariz, implantados em colinas aparentemente mais dependentes dos recursos do vale ou da planície, exemplificam casos de fundação desta fase, reforçando a imagem de um período de expansão demográfica, patente no incremento numérico de novas fundações relativamente à 1.^a fase observada, v.g. no Vale do Ave, onde ora se regista já dúzia e meia de povoados (Dinis 1993). Com origem num pequeno núcleo do Bronze Final, a Cividade de Terroso terá alcançado, neste período, uma superfície de cerca de 4 ha de área ocupada certamente como resultado da sua posição geográfica favorável ao intercâmbio de longa distância, podendo representar um caso de hierarquização no esquema da evolução do poder regional. Com idêntica localização costeira, favorável às funções de *port of trade*, se poderá relacionar o presumível desenvolvimento de *Cale*, no Morro da Sé do Porto, em situação que poderá ter sido reproduzida na entrada do Ave (no presumível Castro de S. João), do Cávado (Castro de S. Lourenço), do Lima (Citânia de Santa Luzia?), do Minho (Santa Tecla) e em outras escalas do interior, como o Castro de Penices e das Ermidas, no curso do Este, do Castelo de Faria e S. Julião no Vale do Cávado e o Coto da Pena, entre o Minho e o Coura.

Na sequência dos gérmens da fase anterior, é de admitir ter-se desenvolvido um processo de diferenciação hierarquizada afim ao do paradigma observado a respeito dos principados hallstáticos centro-europeus, em que o reforço do poder político se relacionava com o comércio de bens de prestígio como resultado de importações de longa distância (Est. III, 2), para usar uma sugestão de uma recente análise do Prof. J. Alarcão baseado no modelo interpretativo de Rowlands — Frankenstein (Alarcão 1992).

Em conformidade com este processo, em todos os casos analisados

se verifica um reforço de sistemas defensivos com a construção de fortes muralhas, como as que referenciámos no Castro de sabroso, na Cividade de Terroso, no Castro de Baiza (V. N. Gaia) e Castro de Romariz, devendo atribuir-se também a esta fase a introdução de formas complementares de defesa, com destaque para fossos e pedras fincadas de numerosos castros transmontanos, como os conhecidos do Castro de Carvalhelhos, relacionadas com influências da arquitectura militar da Meseta.

Escalonamos esta segunda fase em duas etapas que perspectivam um desenvolvimento do mundo indígena integrado num quadro de relações com influxos de procedência continental e contactos meridionais e mediterrânicos no âmbito das migrações túrdulas e do comércio púnico e, posteriormente, das primeiras influências itálicas.

Esta ordem de influências, cuja assimilação transparece nos dois grandes grupos de ourivesaria castreja desta fase, um interior transmontano, mais céltico, e outro litoral, mais mediterrânico, é-nos testemunhada por inúmeros outros materiais. As fíbulas tipo Sabroso e Santa Luzia, bem presentes na orla litoral, e as de tipo transmontano, sobretudo assinaladas na sua área epónima do interior, apoiam um horizonte desde há muito referenciado por Bosch-Gimpera (1932, 1975) como de natureza post-hallstática e mais recentemente como dos Campos de Urnas da Idade do Ferro (Zapatero 1985). Por sua vez, o horizonte mediterrânico é testemunhado por numerosas cerâmicas de procedência e/ou tradição púnica e algumas cerâmicas gregas e pré-campanienses que aparecem associadas a diversas formas de cerâmicas indígenas sempre de fabrico manual e com diversidade e riqueza decorativa denunciadora da vitalidade desta fase, que se vai simplificando na segunda parte deste período, na fase IIB. Neste passo, se percebeu o aparecimento do torno lento no fabrico da cerâmica indígena e se manifestou a chegada dos primeiros produtos da importação itálica, em especial cerâmica campaniense A, em conformidade com as transformações operadas no Mediterrâneo Ocidental, como resultado das guerras púnicas, a favor do domínio romano, que não tardará a impor-se a toda a Península.

Pelos dados da estratigrafia da Cividade de Terroso, atribuímos também a este momento (fase IIB) a introdução do átrio ou vestíbulo na casa castreja, como principal inovação das estruturas do habitat, enquanto sinal de especialização do espaço familiar, e que entendemos relacionar-se com a introdução da *casa-pátio*, de tipo mediterrânico, e ainda o uso das mós giratórias, que substituem doravante as mós de reboło muito numerosas desde o Bronze Final.

Fase III

A campanha de Decimus Junius Brutus (138-136 a.C), atestando os primeiros contactos directos entre romanos e populações indígenas, pelas proporções assumidas, segundo as fontes, e pelos estímulos criados e novas motivações e modelos propostos, deverá considerar-se responsável pelo termo desta fase e o início de uma nova etapa que, pelas estruturas aparentes, se manifestou como de padronização do habitat castrejo como fruto das novas relações estabelecidas doravante no *processus* da romanização.

É, com efeito, a este período que se reporta a generalidade dos conhecimentos vulgarizados sobre a cultura castreja a partir das escavações de grandes estações arqueológicas, como as citânias de Briteiros (Guimarães), Sanfins (Paços de Ferreira), Terroso (Póvoa de Varzim), S. Julião (Vila Verde), Santa Luzia (Viana do Castelo), Âncora (Caminha/Viana do Castelo), Santa Tecla (La Guardia, Espanha) e outras, que se tornaram modelos desta cultura.

Por força dos contactos cada vez mais sistemáticos com os romanos, por motivo das etapas da conquista peninsular, esta região terá assistido a profundas alterações de organização espacial, originando o surto de novas aglomerações proto-urbanas com polarização do conjunto das actividades de ordem defensiva, político-administrativa, económica e religiosa em *lugares centrais* de territórios demarcados, cujos limites alguns ensaios de modelização pretendem esclarecer (v.g., Silva 1986, Martins 1990, Alarcão 1992, Dinis 1993, Lemos 1993).

Uma análise feita a partir da Citânia de Sanfins, Paços de Ferreira, em função do meio ambiente e segundo princípios de determinação de hierarquias e zonas de influência dos centros urbanos, ao manifestar uma equidistância da ordem dos 25 km de Sanfins (Paços de Ferreira) a Briteiros (Guimarães), a Alvarelhos (Santo Tirso) e a Mozinho (Penafiel), e também a Eiras (V. N. Famalicão), a Bagunte (V. do Conde) e a Vandoma (Paredes), correspondente a uma jornada, sugere a consideração desta medida como um dos princípios de ordenamento regional dos povoados castrejos (Est. VI). Obedecendo a uma certa hierarquização, esses grandes povoados poderão ter desempenhado o papel de lugares centrais em posição de metrópoles de territórios demarcados, adstritos a grupos étnicos, alguns deles conhecidos por indicações epigráficas que apontam para a sua identificação com unidades suprafamiliares (designadas singularmente por *castellum*, ou pelo signo correspondente), inferiores aos *populi* ou *civitates*, identificados na organização social castreja (Est. VII, XVI).

Limitando a nossa observação às margens do Douro, com base na

importância da sua implantação e extensão de área ocupada e categorias urbanísticas, poderão ser reconhecidas na densidade da rede de povoamento da margem direita, de ocidente para oriente, vários lugares centrais de territórios bem dominados visualmente com uma média de uma dezena de povoados subsidiários definidos por acidentes geográficos, como a rede hidrográfica e a orografia, designadamente:

— o Castro de Alvarelhos, capital dos *Madequisenses*, entre Leça e Ave, do mar à Serra da Agrela e seus prolongamentos, configurando a *terra da Maia* dos tempos medievais;

— a Citânia de Sanfins, capital dos *Fidueneae*, no Vale do Vizela/Bacia do Alto Ferreira, embrião da *terra de Ferreira*;

— o Monte do Senhor dos Perdidos, em Felgueiras, como lugar central do Alto Sousa, a coincidir com a *terra de Sousa*.

Junto ao Douro, localizar-se-iam, no mesmo sentido, mais dois sítios com características de capitalidade:

— um no Castro de Vandoma, Paredes, lugar central dos *Calaeci*, no Baixo Ferreira e Baixo Sousa;

— outro no Monte Mozinho, Penafiel, capital dos *Anaeci*, no Baixo Tâmega, que perviverá na *terra de Anégia*.

Em geral, esta onomástica reporta-se, a crer na veracidade das etimologias dos etnónimos a uma matriz indo-europeia pré-céltica com ascendência provável, no caso, à etapa da sua formação no Bronze Final.

Na margem esquerda, poderão ser reconhecidos, pelas mesmas circunstâncias:

— o Castro do Monte Murado ou da Senhora da Saúde, em Vila Nova de Gaia, como cabeça do território dos *Turduli Veteres*, de origem não indo-europeia, que se terão associado a grupos indígenas com prováveis referências de influência céltica como os *Lancobrigenses*, ocupando a área correspondente à *terra de Santa Maria*;

— e, mais a Sul, o Castro de Ul, como lugar central de outro grupo eventualmente identificado com os *Haberi* mencionados numa epígrafe de Romariz, Santa Maria da Feira, certamente da mesma matriz não indo-europeia, assim contribuindo para uma maior diversidade regional.

Fenómeno similar ao da «civilização dos *oppida*», no quadro da organização político-social característica de numerosas sociedades não-clássicas de La Tène Final, que conta com numerosas expressões paralelas por toda a Europa, ter-se-á tratado, na prática, de um processo

de agrupamento em lugares altamente estratégicos de unidades castrejas menores, ou então como resultado de migrações internas provocadas pelas movimentações da ocupação peninsular, de que se destacam as campanhas sertorianas, as campanhas de César e, mais tarde, os momentos definitivos da conquista por Augusto significativamente documentados por achados numismáticos (Centeno 1987), em qualquer caso cumprindo a função de principados centralizados, liderados por chefes guerreiros cuja tutela ficou imortalizada na estatuária.

Continuando a ocupar alguns sítios estrategicamente privilegiados, vindos dos períodos anteriores, esta fase aparece também marcada pela fundação de vastas aglomerações, em que a homogeneidade do seu ordenamento e a inexistência de renovações de pisos confirmam o cumprimento, em breve lapso de tempo, de um plano de urbanização, como parece ser o caso da Citânia de Sanfins.

Ainda que detectadas novas fundações castrejas ao longo deste período, de que as mais características serão os chamados «castros agrícolas» (Almeida 1990), visando a exploração dos vales, e algumas outras relacionadas com a exploração mineira, que resultaram numa triplicação do número de povoados relativamente à primeira fase, como se pode observar, por exemplo, no Vale do Ave (Dinis 1993).

É natural que, simultaneamente, se tivesse assistido a um processo de substituição de pequenas unidades independentes, estabelecidas em pequenos castros, por agrupamentos com configurações mais expressivas, em que uma forte concentração demográfica terá implicado novas formas de organização arqueologicamente manifesta num novo ordenamento espacial. É pelo menos o que se pode deuzir da análise de grandes povoados como as citânias de Sanfins ou Briteiros, onde os alinhamentos quase ortogonais das suas ruas enquadram, como unidades modulares, vários núcleos autónomos de algumas habitações.

Uma leitura da organização urbana da Citânia de Sanfins fornece-nos, neste aspecto, um modelo paradigmático (Est. XII). Ocupando uma superfície intra-muros, de mais de 15 ha, superior à generalidade das cidades romanas de Portugal, e desenhando uma planta regularizada com distribuição organizada dos espaços privados e com função pública.

Configurando globalmente um esquema urbanístico congénere ao da cidade de Numância reconstruída após a conquista romana de 133 a.C., o espaço aparece ordenado em função de um arruamento central que corre no sentido Norte-Sul e se ramifica, ortogonalmente, em arruamentos transversais mais ou menos equidistantes, formando uma espécie de quarteirões ou bairros, subdivididos em unidades intermédias que integram em média quatro núcleos, cada qual constituído em geral por quatro a cinco unidades circulares e angulares convergentes para um pátio comum

quase sempre lajeado e com acessos próprios, ocupando uma área média entre 200 e 300 m² cercada por um muro, e que seria pertença de uma *família extensa*, interpretada epigraficamente como *domus* na Citânia de Briteiros.

A análise espacial de alguns destes núcleos, com características familiares bem definidas, na Cidade de Âncora, Caminha/Viana do Castelo (Est. X-XI), revelou-nos alguns destes conjuntos, um dos quais fazia compreender, em torno de um pátio lajeado central, com uma fonte ou cisterna, uma casa circular com lareira destinada a habitação, outra rectangular com forno interno e lareira, de função mista, e outra circular com vestíbulo (posteriormente alargada por sobreposição para uma forma basilical), com bancos de pedra ao redor dos muros e lareira central, para as festas familiares, segundo Estrabão 3, 3, 7 (Est. XI, 2). Este núcleo poderá ter incluído ainda um recinto funerário como o que apareceu no núcleo imediato, com composição congénere, repetindo globalmente o mesmo esquema.

A concretização de um programa de arqueologia experimental na Citânia de Sanfins (colab. R. Centeno), que inclui a reconstituição, em termos de volumetria e funcionalidade, de uma destas estruturas, permitirá observar, pela modularidade da composição e racionalidade da disposição e integração no povoado, as características urbanas destes conjuntos (Est. XIII).

Torna-se evidente um primeiro nível de influência romana na adopção do módulo *casa-pátio*, de tipo mediterrânico, com unidades circulares e rectangulares voltadas para um pátio central lajeado, que seria o único espaço aberto do conjunto arquitectónico.

Para a reconstrução volumétrica, procedeu-se ao levantamento das paredes sobre os alicerces arqueológicos das diversas estruturas, interpretando-se o funcionamento espacial com base em elementos originais, em especial, soleiras, ombreiras, padieiras, bases de poste central, prisões de gado, pias e mós de farinação.

Para a cobertura global do núcleo, foi particularmente estimada a existência de muros de suporte de travejamento e de delimitação de recintos, assim como o sistema de drenagem de águas pluviais e a superfície lajeada.

Na ênfase dada à estrutura com vestíbulo, além das nossas análises sobre o tema, particularmente realizadas na Cidade de Âncora (Silva 1981-82, 1986), foram considerados paralelos proto-históricos que entendemos adequados à distinção desta unidade, tendo sido utilizadas no cumprimento deste projecto matérias-primas, tecnologias e soluções artesanais.

O resultado desta reconstituição sugere o sentido da propriedade privada familiar e a salvaguarda da privacidade doméstica castreja, que outras propostas, como a de Martins Sarmiento para a Citânia de Briteiros e a reconstrução de Santa Tecla parecem ignorar.

O estudo axonométrico do núcleo do Castro de Romariz (Silva-Centeno 1993) evidencia aculturação de elementos claramente romanos que caracterizam um segundo nível de evolução ocorrida desde Augusto, documentando bem as mudanças do meio desta fase (III A/III B).

O espaço indígena, que continuou a integrar duas unidades circulares e uma rectangular, que terão conservado as mesmas funções, foi internamente reformulado substituindo as estruturas anteriores por um complexo policelular com características arquitectónicas romanas, nomeadamente notórias nos alinhamentos ortogonais e ângulos de construção, com cobertura de *tegula*, nas argamassas, rebocos e pinturas das paredes e noutros elementos, como um *cartibulum*, que se poderá interpretar como ajustado a funções indígenas ou mais provavelmente como adopção de comportamentos romanos.

De preferência a outras *rationes* de estimativa demográfica (v.g., Alarcão 1992), o carácter modular destas unidades poderá servir como índice de cálculo. Nestes termos, e considerando, por exemplo, a análise da superfície ocupada da Citânia de Sanfins, a sua população poder-se-á avaliar, com base na composição de uma família extensa, em mais de 3.000 habitantes, evidenciando a existência de uma grande densidade populacional, de acordo com o seu *status* de lugar central.

Destacando-se destas unidades de arquitectura doméstica, atendendo sobretudo ao seu dimensionamento e implantação no povoado, alguns edifícios sugerem uma função pública, eventualmente de carácter religioso, político ou simplesmente utilitário.

À primeira dessas funções poderá ter estado associado o complexo de grandes construções rectangulares, em localização central, na Citânia de Sanfins com espólio de natureza sagrada, designadamente duas aras anepígrafas, tendo sido interpretado com idêntica função um conjunto do Monte Mozinho. Pode ainda documentar-se em Sanfins um santuário rupestre situado extra-muros, com indicação etnonímica e teonímica identificadas, a reclamar particular atenção sobre os limites da área de ocupação e de serviços destas comunidades.

Um grande edifício de planta circular, com cerca de 11 m de diâmetro e bancos de pedra à volta dos muros, da Citânia de Briteiros, em posição excêntrica relativamente às unidades familiares, assim se diferenciando das construções similares mais reduzidas atrás mencionadas,

poderia ser o local de reuniões de um conselho de anciãos, quadrando bem com o funcionamento de um órgão de função política. A acrópole do Monte Mozinho, onde não foram referenciadas estruturas de habitação, poderia servir eventualmente para a mesma utilidade.

Os edifícios destinados a banhos públicos sobressaem pelo seu aparato e técnica construtiva como monumentos singulares do conjunto arquitectónico castrejo, de que se conhecem diversos exemplares por todo o Noroeste, desde o Norte da Galiza e Astúrias à margem esquerda do rio Douro, designadamente: Santa Maria de Galegos, em Barcelos, Briteiros em Guimarães, Eiras em Famalicão, Sanfins em Paços de Ferreira e Freixo no Marco de Canaveses.

Tomando a forma especial de construções hipogeias, com câmaras de grandes monólitos talhados e com ornamentação do tipo «Pedra Formosa» de Briteiros (que era, aliás, elemento de um deles), estão normalmente situados junto a fontes ou linhas de água nas zonas baixas dos povoados, tendo sido a sua função objecto de controvérsia, vulgarizados como «fornos crematórios», postos em relação com o rito funerário dos povos castrejos.

Esta e outras hipóteses, como a de santuários ou a de fornos de cozer pão ou cerâmica ou de fundição ou ainda de matadouros de animais, que lhes foram atribuídas sem o devido fundamento, devem ser abandonadas perante a consolidação da sua interpretação como balneários, envolvida de uma simbologia religiosa, convenientemente comprovada pela escavação do monumento de Santa Maria de Galegos Barcelos (Est. XIV-XV), que nos forneceu a planta mais acabada deste género de construções, bem como outros valiosos dados para análise, ultrapassando os dos paralelos referenciados na área castreja, de que são mais conhecidos os da Citânia de Briteiros e da Citânia de Sanfins.

Com efeito, esta solução tem a seu favor a particularidade da sua implantação soterrada, (para captação da água e manutenção do calor), a estrutura do monumento, que comporta todos os elementos necessários para a realização de banhos a vapor (forno, com chaminé, com inúmeros seixos rolados e outras pedras calcinadas sobre as quais era lançada água para provocar o vapor; câmara tipo estufa; ante-câmara aberta com bancos corridos) e banhos de água fria (grande pia no átrio; canalização e esgoto), em rigoroso acordo, aliás, com a passagem da *Geografia* de Estrabão (3, 3, 6) em termos de informação localizada.

O estudo do balneário castrejo do Freixo (Marco de Canaveses) mais reforçará esta função, ao evidenciar a sua substituição por umas termas romanas.

O paralelo, recentemente estabelecido com um monumento

congénere referenciado em Ulaca (Solosancho, Ávila), na Meseta, permitiu uma nova abordagem sobre as áreas de dispersão e o significado ideológico desta prática banear, ora interpretada em contexto de proto-celtização ou celtização relacionada com rituais iniciáticos dos guerreiros castrejos (Almagro Gorbea-Alvarez Sanchis 1993). Em nossa opinião, porém, dever-se-á tratar de banhos rituais de carácter medicinal, como os que se registam em textos sânscritos da medicina ayuer-védica com recurso a óleos, plantas e outros elementos, documentados em diversas áreas indo-europeias.

A tipicidade e constância dos elementos decorativos, por vezes havidos como meramente ornamentais, parecem suportar a sua interpretação simbólica num quadro de religiosidade de aparente relação aos três elementos de base dos humores vitais da tradição indo-europeia referida, designadamente: o *fogo*, princípio de combustão e fonte de energia, simbolizado em composições com base no círculo; a *água*, matéria comum a todas as secreções, representada por linhas ondulantes; e o *vapor* ou o *ar*, sopro da vida, significado porventura por SS.

Em qualquer caso, ainda que de cronologia mais recente, não se tratará de versões indígenas de termas romanas ou de qualquer *tópos* helenizante, nem deverá explicar-se por influência céltica, devendo reportar-se a uma matriz indo-europeia pré-céltica, por outras vias, designadamente epigráfica e linguística, também denunciada como componente da cultura indígena, reproduzindo instalações anteriores em matéria precível.

Esta fase proto-urbana de grandes povoados, evidentemente dirigidos por um poder central, patente no seu ordenamento geral, nas suas estruturas defensivas e de serviços públicos, conheceu importantes inovações tecnológicas, de que sobressai a generalização dos moinhos giratórios, certamente coincidentes com a da roda do oleiro, com aceitação integral nos povoados desta fase, denunciando uma forte organização do sistema de produção, e a vulgarização da metalurgia do ferro, que se tornou sistemática no fabrico de armas, instrumentos de construção, alfaias agrícolas e ferramentas artesanais.

Um conjunto das observações sobre uma vasta área ultimamente escavada na Citânia de Sanfins (colab. R. Centeno), com registo de instalações, instrumentos e escórias, parece evidenciar a ocupação de espaços por áreas artesanais, designadamente as que se dedicavam à actividade metalúrgica e à olaria, como que prenunciando a estruturação da cidade medieval.

Da combinação destes factores organizativos e técnicos terão surgido as primeiras formas epigraficamente documentadas de associação

profissional, constituídas por grupos de *artifices*, como os que se dedicavam à estatuária e com certeza a obras públicas, de maior cuidado, como os balneários com pedras esculpturadas e a construção de sistemas defensivos.

Nestas circunstâncias, entendemos que é no quadro de uma definição urbana, a que convirá a designação de proto-urbanismo, que deverão ser classificados estes grandes povoados castrejos do Noroeste peninsular, que obedecem maioritariamente aos requisitos que vêm sendo apontados pelos arqueólogos na sequência da definição de urbanismo apresentada por V. Gordon Childe em 1950 e recentemente revista (Wells 1988), considerando, sobretudo, a extensão em superfície, a densidade de população, a monumentalidade dos edifícios públicos, estilos artísticos próprios, a presença de especialistas dedicados a tempo inteiro ao artesanato e grupos organizados de artifices e ainda a existência de grupos dirigentes de carácter militar (Est. XVII).

A sua organização segundo um sistema político hierarquizado, com a integração de povoados menores sob o domínio de lugares centrais (Est. III, 3), terá sido determinada, a nosso ver, por razões político-militares originadas pela necessidade de uma estratégia de defesa sequente à campanha de Decimus Junius Brutus. Nesta perspectiva se terá enquadrado o recuo para uma certa interioridade e selecção de sítios com capacidade de grande concentração demográfica, que poderá explicar eventuais mudanças de hegemonia relativamente à fase anterior, como a presumível transição de *Cale* para Vandoma, do Castro do Padrão para a Citânia de Sanfins ou do Castro de Santo António de Afife para a Cidade de Ancora, com as consequentes implicações de ordem urbanística.

Poderá favorecer esta interpretação o registo deste padrão de povoamento apenas na área meridional castreja, a Sul da bacia do Rio Minho, justamente o limite da expedição desse general romano.

* * *

A observação das mudanças ocorridas no âmbito de um processo de longa duração com etapas bem definidas, que entendemos convenientemente suportadas por dados arqueológicos, representará uma distanciação face ao fixismo afirmado pelas interpretações mais antigas e uma diferença no estabelecimento de parâmetros cronológicos e culturais relativamente aos critérios de outros esquemas de periodização, ora mais monolíticos ora de mais curta duração, desejando relevar a complexidade da evolução do habitat castrejo face à linearidade de certos estereótipos.

A interpretação deste processo, com reconhecimento da intervenção de agentes exógenos, não pretende seguir com exclusividade modelos difusionistas ou meramente invasionistas ou migracionistas, mas, antes, realçar a originalidade da dinâmica interna das comunidades proto-históricas regionais.

BIBLIOGRAFIA

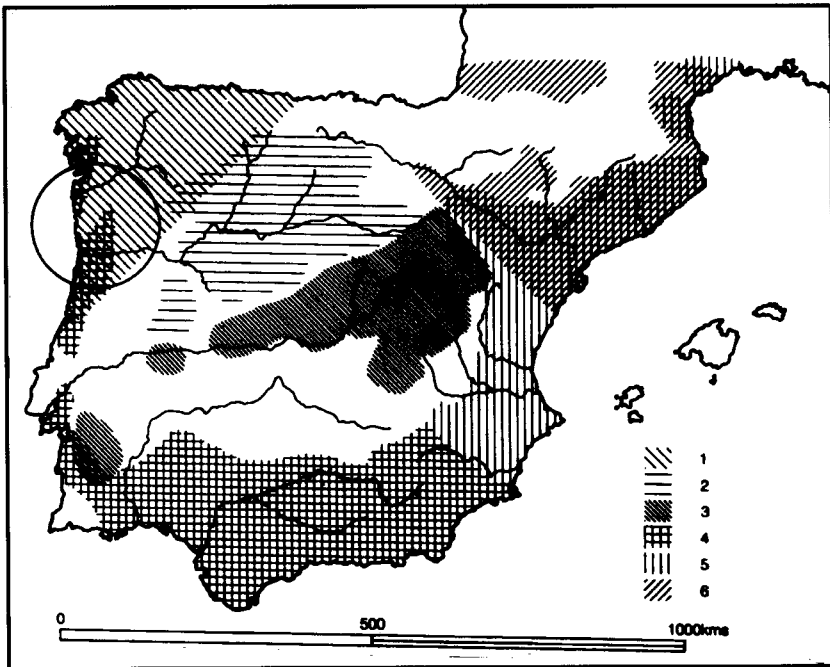
- ALARCÃO, J. (1987), A cidade romana em Portugal — A formação de «lugares centrais» em Portugal da Idade do Ferro à Romanização, *Cidades e História*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, p. 35-69;
- (1992), A evolução da cultura castreja, *Conimbriga*, 31, Coimbra, Instituto de Arqueologia, p. 39-71.
- ALMAGRO-GORBEA, M. (1986), Bronce Final y Edad del Hierro, *Historia de España I. Prehistoria*, Madrid, Gredos, p. 341-532.
- ALMAGRO-GORBEA, M. — Álvarez Sanchís, J. R. (1993), La «Fragua» de Ulaca: saunas castreñas y baños iniciáticos en el mundo céltico, *Cuadernos de Arqueología de la Universidad de Navarra*, 1, Navarra, p. 177-253.
- ALMAGRO-GORBEA, M. — Ruiz Zapatero, G., ed. (1992), Paleoetnología de la Península Ibérica, *Complutum*, 2-3, Madrid, Universidad Complutense de Madrid.
- ALMEIDA, C. A. B. (1990), *Proto-história e romanização da bacia inferior do Lima*, Viana do Castelo, Centro de Estudos Regionais (Estudos Regionais 7/8).
- ALMEIDA, C. A. F. (1983), Cultura castreja: Evolução e problemática, *Arqueologia*, 8, Porto, GEAP, p. 70-74.
- ALMEIDA, C. A. F. — SOEIRO, T. — ALMEIDA, C.A.B. — BAPTISTA, A.J. (1981), Escavações arqueológicas em Santo Estêvão da Facha, *Arquivo de Ponte de Lima*, 3, Ponte de Lima, sep.
- AMARAL, P. (1993), *O povoamento romano no vale superior do Tâmega*, Porto, Faculdade de Letras (diss. mestrado).
- AUDOUZE, F. — BUCHSENSCHUTZ, O. (1989), *Villes, villages et campagnes de l'Europe celtique*, Poitiers, Hachette.
- BRUN, P. (1987), *Princes et princesses de la Celtique*, Paris, Errance, Les Herpérides.
- CARO BAROJA, J. (1970), Organización social de los pueblos del Norte

- de la Península Ibérica en la Antigüedad, *Legio VII Gemina*, León, Diputación Provincial — Cátedra de San Isidoro, p. 7-62.
- CENTENO, R. (1987), *Circulação monetária no Noroeste de Hispânia até 192*, Porto, Sociedade Portuguesa de Numismática.
- DINIS, A. P. (1993), *Ordenamento do território da bacia do Ave no I milénio a.C.*, Porto, Faculdade de Letras (diss. mestrado).
- CHAMPION, T. — GAMBLE, C. — SHENNAN, S. — WHITTLE, A. (1988), *Prehistoria de Europa*, Barcelona, Crítica.
- FABIÃO, C. (1992), O povoamento proto-histórico e romano, in Mattoso, J., dir., *História de Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores, p. 76-299.
- HÖCK, M. (1986), *Studien zur sogenannten Castro — Kultur in Nord Portugal*, Marburg (diss. doutoramento).
- JORGE, S.O. (1988), *O povoado da Bouça do Frade (Baião) no quadro do Bronze Final do Norte de Portugal*, Porto, GEAP (Monografias Arqueológicas 2);
— (1990), Pré-história, IV. Desenvolvimento da hierarquização social e da metalurgia, *Nova História de Portugal*, 1, Lisboa, Presença, p. 163-251.
- KALB, Ph. (1978) Senhora da Guia, Baiões. Die Ausgrabung auf einer Hohensiedlung der Atlantischen Bronzezeit, *Madrider Mitteilungen*, 19, Heidelberg, p. 112-138.
- KOLB, F. (1992), *La ciudad en la Antigüedad*, Madrid, Gredos.
- LATOUCHE, J. (1993), The lost city of Citânia, *Boletim da Sociedade Martins Sarmento*, 2.^a Série, 13, Guimarães, 1993, p. 6-8 (trad.).
- LEMONS, F. S. (1993), *Povoamento romano de Trás-os-Montes Oriental*, Braga, Universidade do Minho (diss. doutoramento).
- LOPES, A. B. (1994), *A cerâmica do Castro da Senhora da Guia, Baiões, S. Pedro do Sul — Tecnologia e morfotipologias*, Porto, Faculdade de Letras (diss. mestrado).
- LÓPEZ Cuevillas, F. (1980), A cultura castrexa, in Otero Pedrayo, R., dir., *Historia de Galiza*, 3. *Prehistoria*, Madrid, Akal, p. 211-537, 595-651 (addenda).
- MALUQUER de Motes, J. (1975), Formación y desarrollo de la cultura Mcastreña, *Actas de las I Jornadas de Metodología Aplicada a las Ciencias Históricas*, Santiago de Compostela, 1973, Santiago de Compostela, p. 129-145.
- MARTINS, M. (1988a), *O povoado fortificado do Lago, Amares*, Braga (Cadernos de Arqueologia — Monografias, 1);
— (1988b), *A Citânia de S. Julião, Vila Verde*, Braga (Cadernos de Arqueologia — Momografias, 2);
— (1989), *O Castro de Barbudo, Vila Verde*, Braga (cadernos de Arqueologia — Monografias 3);

- (1990), *O Povoamento proto-histórico e a romanização da bacia do curso médio do Cávado*, Braga (Cadernos de Arqueologia — Monografias, 5);
- (1991), *O povoado de Santo Ovídio, Fafe*, Braga (Cadernos de Arqueologia — Monografias, 6).
- MARTINS, M. — JORGE, S. O. (1992), in Almagro-Gorbea — Ruiz Zapatero, ed. (1992), p. 347-372.
- PEÑA Santos, A. (1992), *Castro de Torroso, Mos, Pontevedra, a Coruña*, Xunta de Galicia (Arqueoloxía/Memorias 11).
- PEREIRA Menaut, G., ed., (1983), *Estudos de cultura castrexa e de historia antiga de Galicia*, Santiago, Universidade de Santiago de Compostela — CSIC, Instituto de Estudos Galegos Padre Sarmiento.
- QUEIROGA, F. M. V. R. (1992), *War and castros: New approaches to the Northwestern Portuguese Iron Age*, Oxford (diss. doutoramento).
- RENFREW, C. (1987), *Archaeology and language: The puzzle of Indo-European origins*, New York, Cambridge University Press (trad. castelhana: *Arqueología e language*, Barcelona, Crítica, 1990).
- RENFREW, C. — BAHN, P. (1991), *Archaeology: Theories, methods and practice*, London, Thames and Hudson (trad. castelhana: *Arqueología. Teorías, métodos y práctica*, Madrid, Akal, 1993).
- RIHLL, T. E. — WILSON, A. G. (1991), Modelling settlement structures in Ancient Greece: New approaches to the polis, in Richt, J. R. — Wallace-Hadrill, ed., *City and country in the Ancient World*, London and New York, p. 59-95.
- RYKWERT, J. (1976), *The idea of a town*, London, Faber and Faber.
- ROMERO MASIÁ, A. (1976), *El habitat castreño*, Santiago de Compostela, Colexio de Arquitectos de Galicia.
- SENNA-MARTINEZ, J. C. (1989), *Pré-história recente da bacia do médio e alto Mondego*, Lisboa, Faculdade de Letras (diss. doutoramento);
- (1991), The late prehistory of central Portugal: a first diachronic view, *American Anthropological Association Annual Meeting*, Chicago, American Press (paper).
- SILVA, A. C. F. (1981-82) Novos dados sobre a organização social castreja, *Portugalia*, Nova Série, 2-3, Porto, Instituto de Arqueologia, p. 83-94;
- (1983-84), A cultura castreja no Noroeste de Portugal: Habitat e cronologias, *Portugalia*, Nova Série, 3-4, Porto, Instituto de Arqueologia (Colóquio Inter-Universitário de Arqueologia do Noroeste), 1983, p. 83-94;
- (1986), *A cultura castreja no Noroeste de Portugal*, Paços de Ferreira, Museu Arqueológico da Citânia de Sanfins;

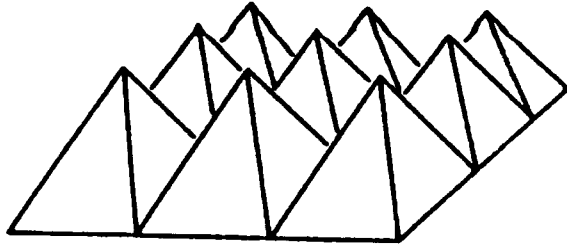
- (1990a), A Idade do Ferro em Portugal, *Nova História de Portugal*, 1, Lisboa, Presença, p. 257-341;
- (1990b), Influências orientalizantes na formação da cultura castreja do Noroeste peninsular, *Estudos Orientais*, 1, Lisboa, Instituto Oriental, p. 135-155;
- (1993), A cidade castreja. Análise de um processo de proto-urbanização, *A cidade — Jornadas inter e pluridisciplinares*, 2, Lisboa, Universidade Aberta, p. 11-26;
- (1995), Portuguese castros: The evolution of the habitat and the proto-urbanisation process, *Proceedings of the British Academy*, 86, Oxford, p. 263-289.
- SILVA, A. C. F. — Centeno, R. (1993), Habitat castrejo e aspectos de aculturação: A *domus* do Castro de Romariz, Santa Maria da Feira, *I Congresso de Arqueologia Peninsular*, Porto, SPAE (prep.).
- SILVA, A. C. F. — GOMES, M. V. (1992), *Proto-história de Portugal*, Lisboa, Universidade Aberta.
- SILVA, A. C. F. — RAPOSO, L. — SILVA, C. T. (1993), *Pré-história de Portugal*, Lisboa, Universidade Aberta.
- SILVA, A. M. S. P. (1994), *Proto-história e romanização no Entre Douro e Vouga litoral. Elementos para uma avaliação crítica*, Porto, Faculdade de Letras (diss. mestrado).
- SOEIRO, T. (1984), Monte Mozinho — Apontamentos sobre a ocupação entre Sousa e Tâmega, *Penafiel — Boletim Municipal da Cultura*, Penafiel, Câmara Municipal de Penafiel.
- VAZ, J. L. I. (1990), Quatro datações C14 para o Bronze Final português, II Colóquio Arqueológico de Viseu, Viseu, 1990 (prelo);
- (1993), *A civitas de Viseu. Espaço e Sociedade*, Coimbra, Faculdade de Letras (diss. doutoramento).
- WAGSTAFF, J. M. (1987), *Landscape and culture. Geographical and archaeological perspectives*, Oxford, Basil Blackwell.
- WELS, P. S. (1988), *Granjas, aldeas y ciudades: Comercio y orígenes del urbanismo en la protohistoria europea*, Barcelona, Labor.

ESTAMPAS

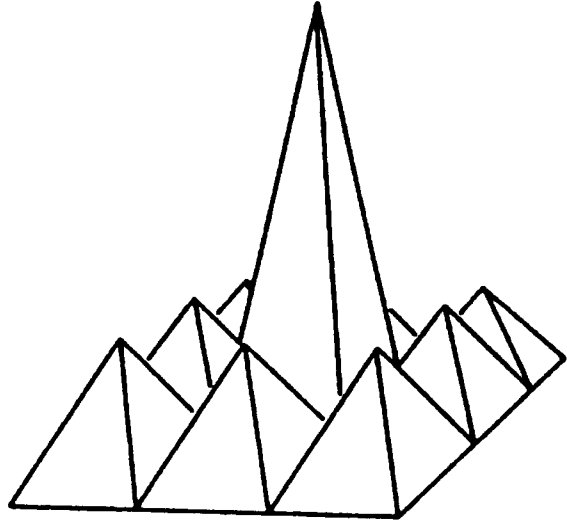


- 1 — Cultura castreja do Noroeste peninsular
com delimitação da sua área meridional
- 2 — Cultura do Douro
- 3 — Cultura do Tejo
- 4 — Cultura tartéssico/turdetana
área de influência predominantemente fenícia e púnica
- 5 — Cultura ibérica
área de influência predominantemente grega
- 6 — Área de influência dos Campos de Urnas (Taffanel IV)
(Sobre Schüle 1969, Karte 19)

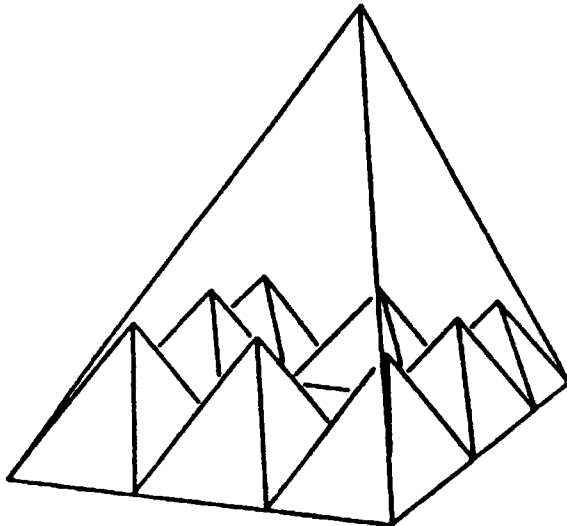
PERIODIZAÇÃO					REFERÊNCIAS HISTÓRICAS
SÉCULO	FASE	CENTRO DA EUROPA	NORTE DA EUROPA	ÁREA ATLÂNTICA	
1000				BF II	
		Ha B1 CU recentes I			
900	IA	Ha B2 CU recentes II		BF III	Colonização fenícia
		Ha B3 CU recentes III			
700	IB	Ha C	M VI	Hallstatt	535 Batalha de Alalia 509 1.º tratado Roma-Cartago
		Ha D			
600	IIA	A I La Tène	Ferro antigo	La Tène	348 2.º tratado Roma-Cartago 306 3.º tratado Roma-Cartago 279 4.º tratado Roma-Cartago 201 — fim da 2.ª Guerra Púnica
		B II C			
500	IIB		Ferro recente	Roma	155-138 Guerras Lusitanas 138-136 Campanha de
	IIIA	D III			
400	IIIB				
300					
200					
100					
0					
100					69-96 Dinastia dos Flávios



1



2



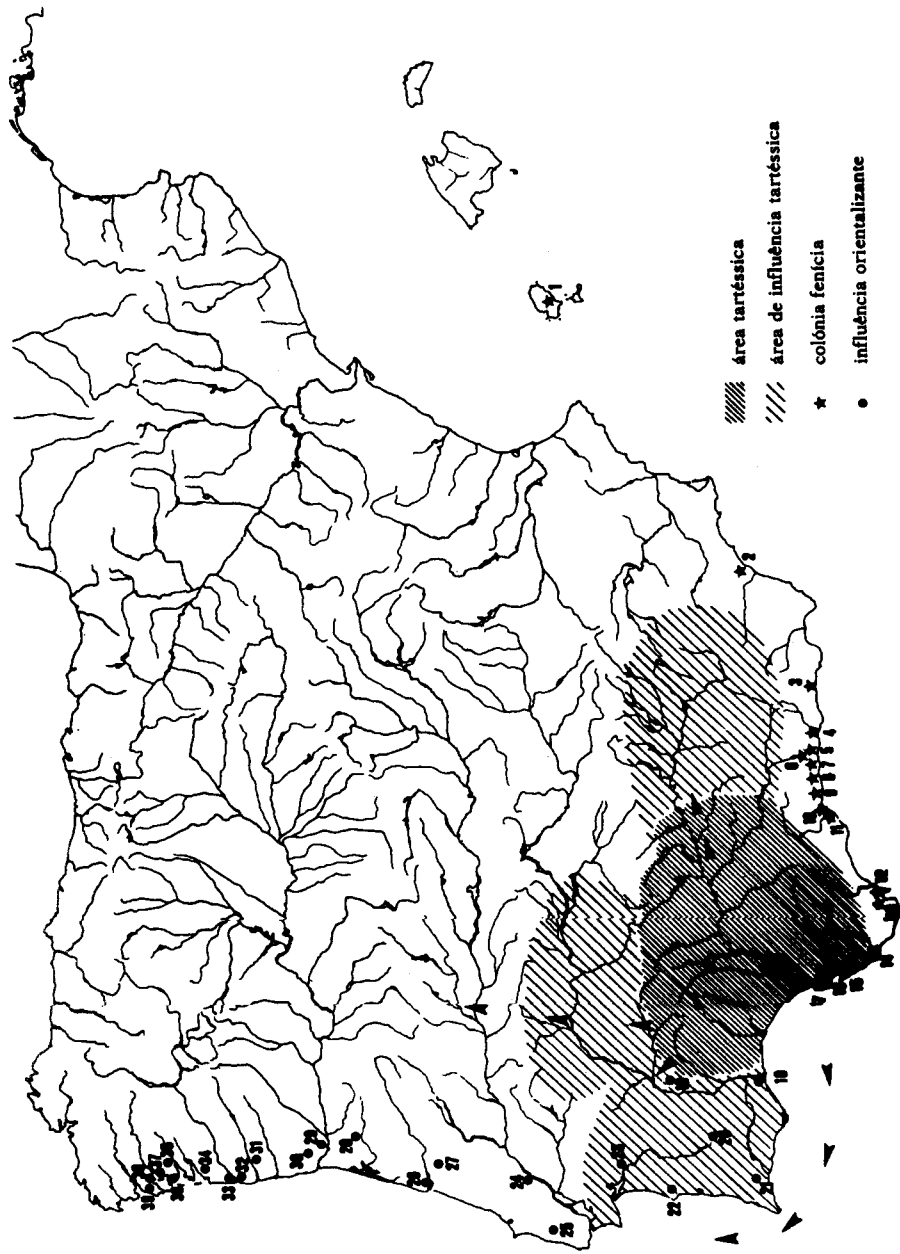
3

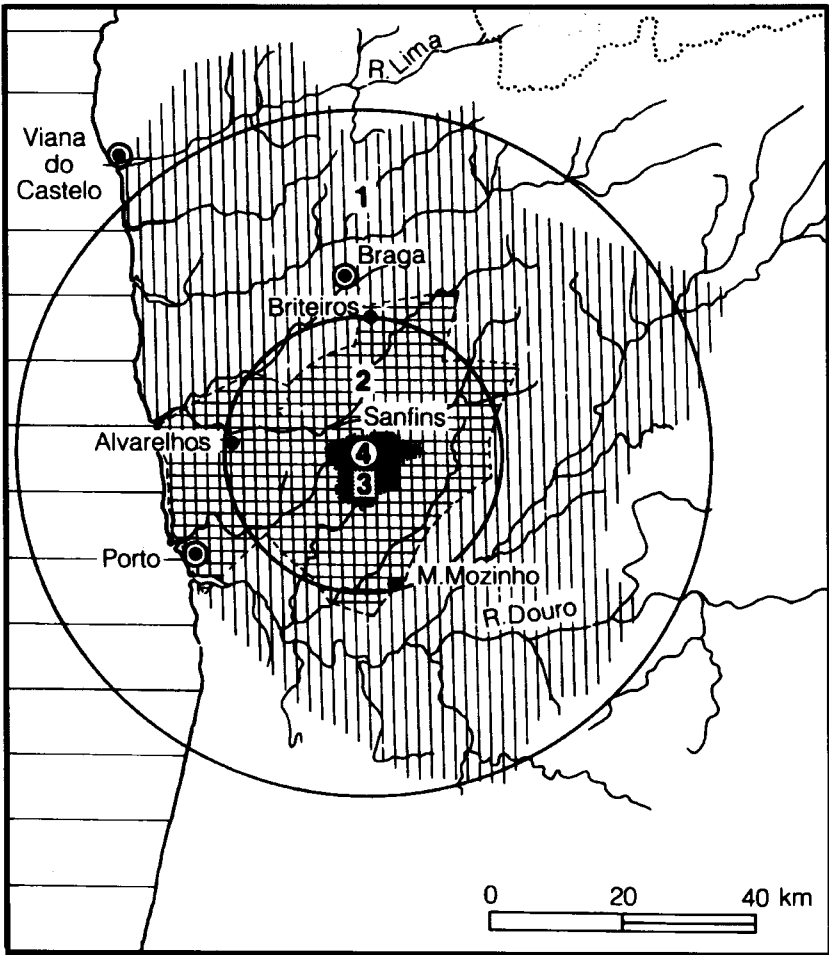
(Adap. P. Le Brun 1986)



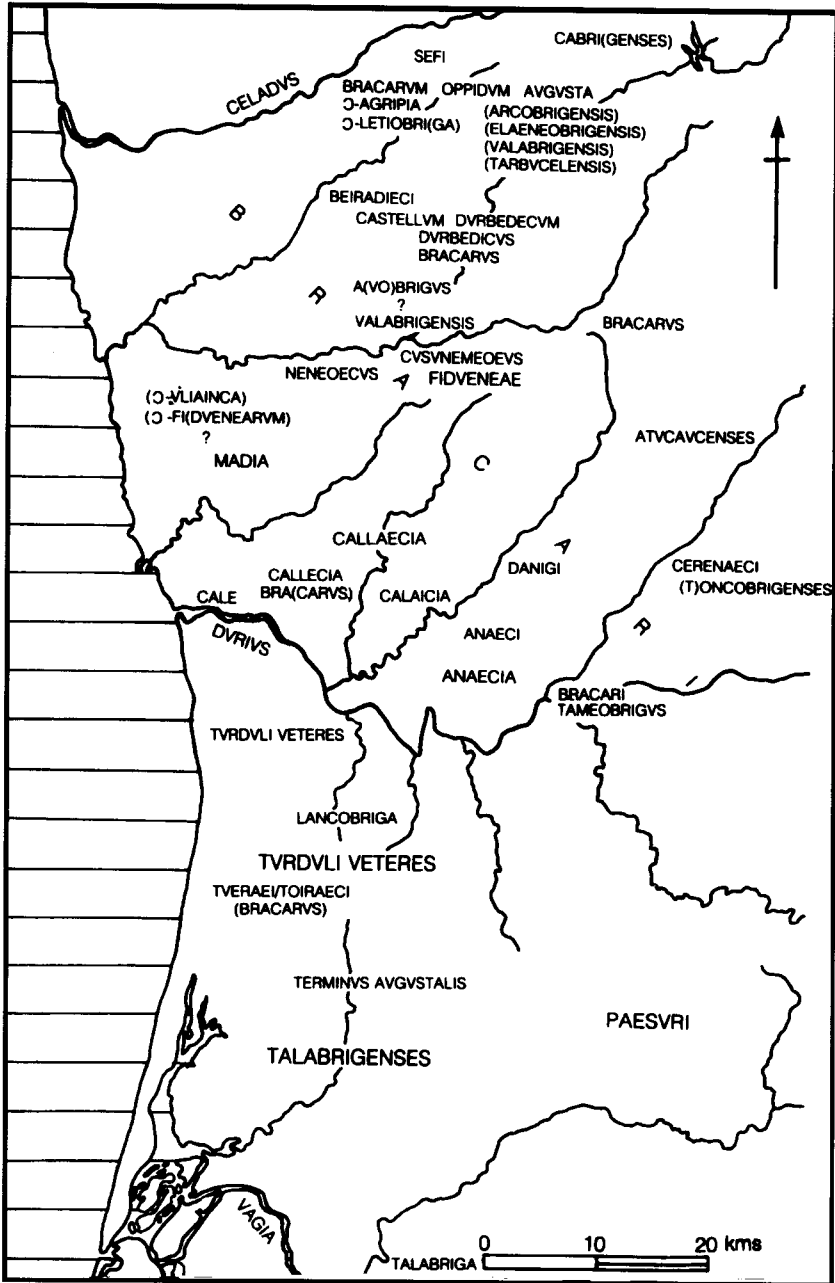
Análise espacial do habitat castrejo na bacia do Ave, fase I (Dinis 1993)

Oceanic Publishing

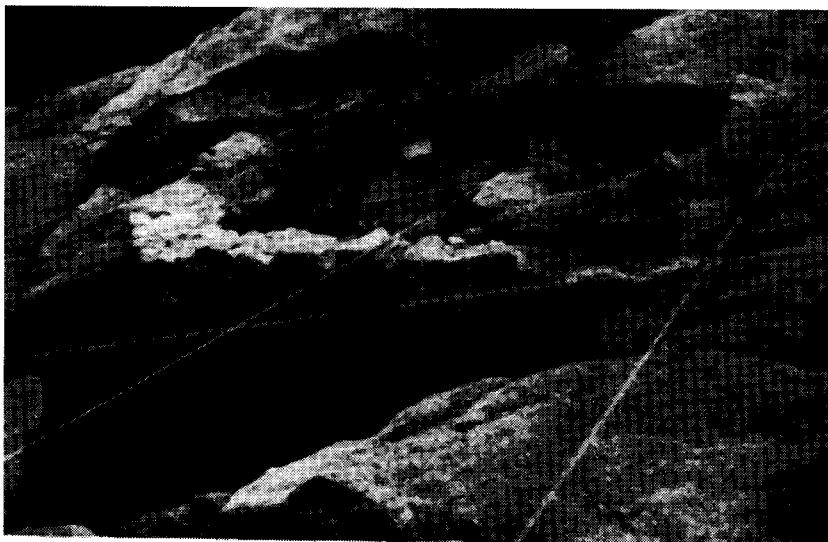




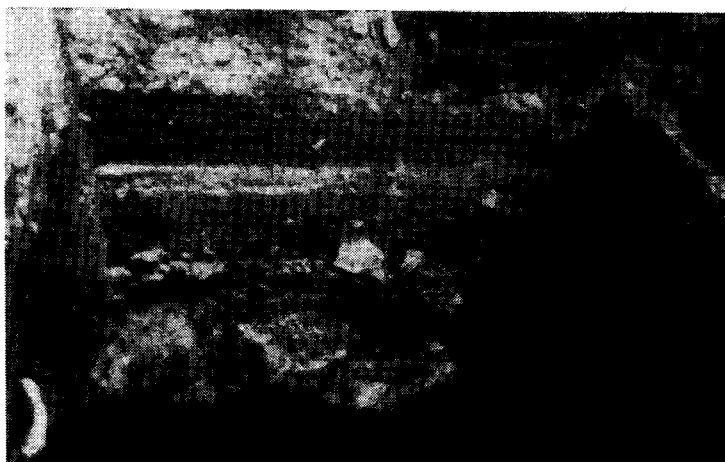
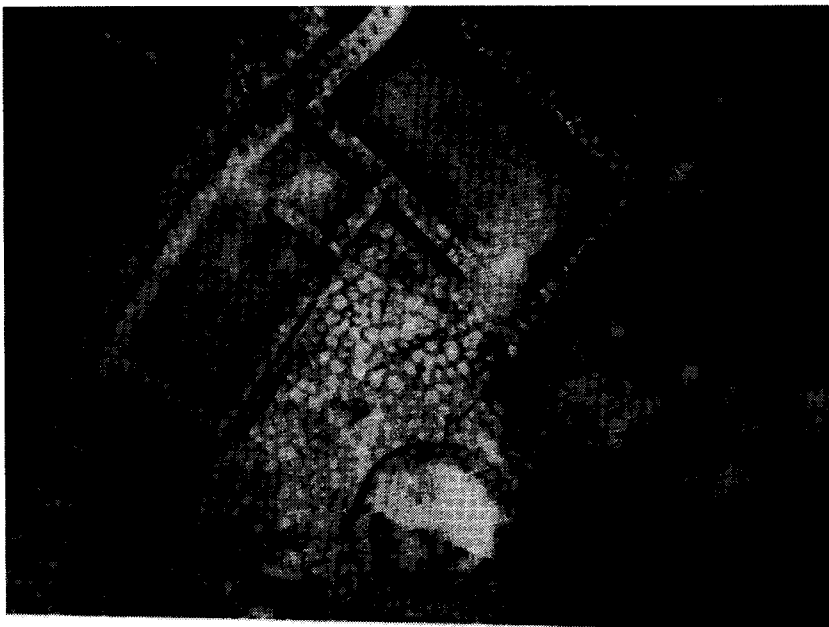
Área de influência da Citânia de Sanfins



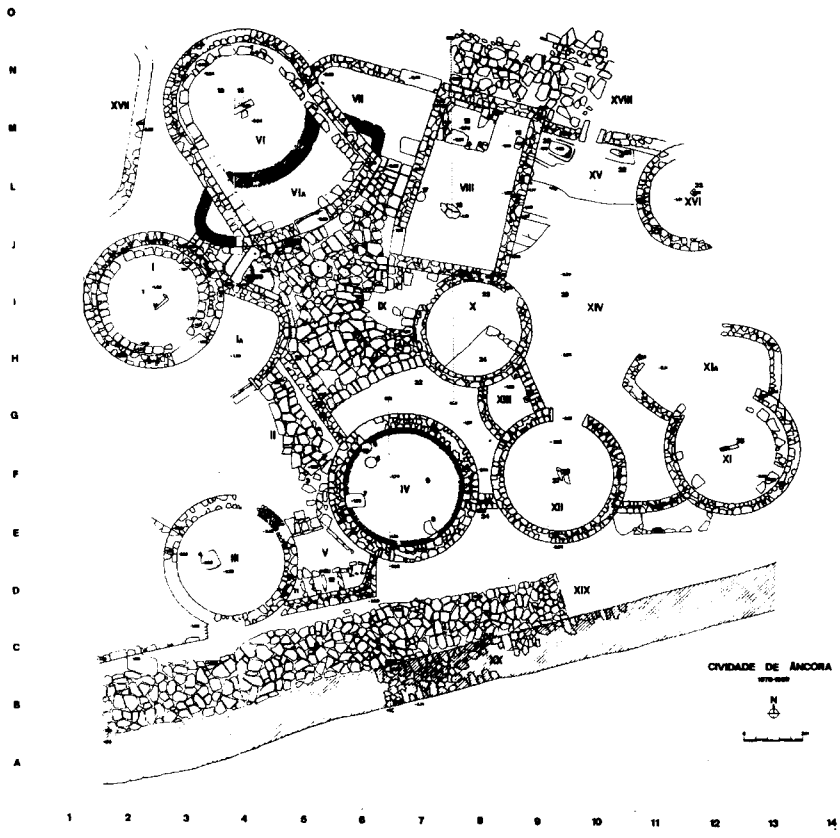
Referências étnicas regionais



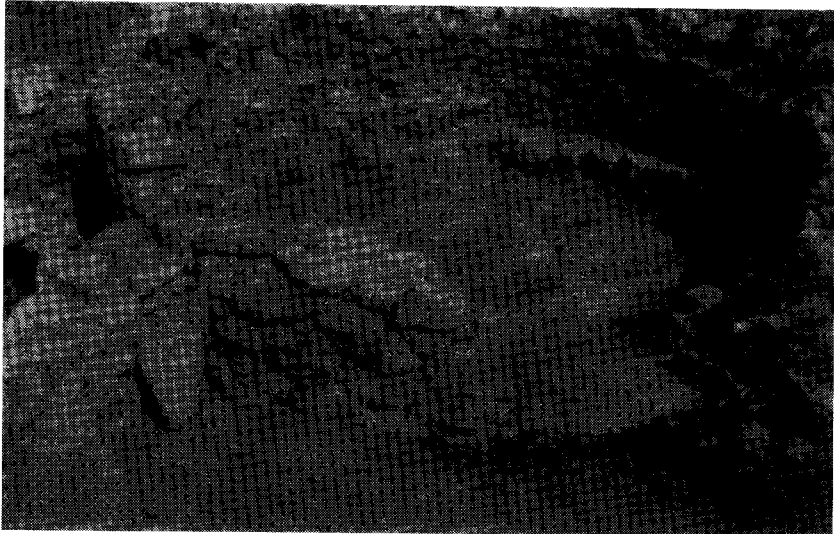
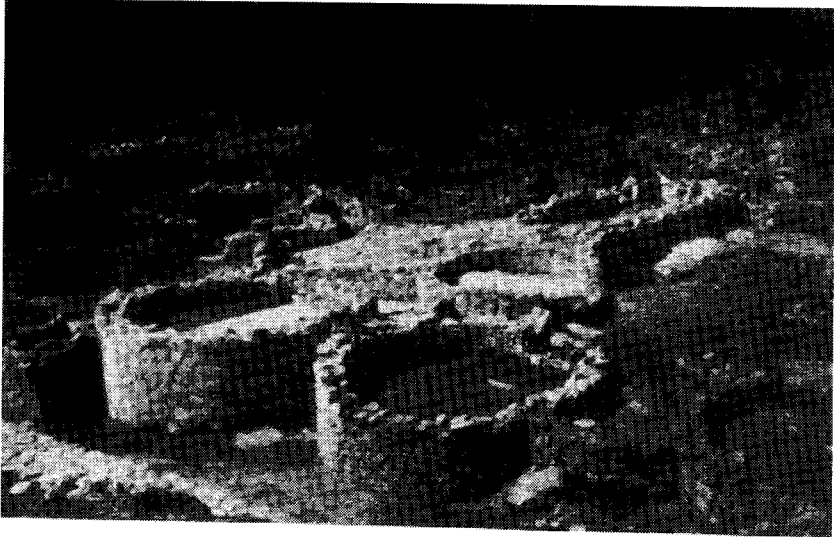
Castro do Coto da Pena (Vilarelho, Caminha): estruturas e corte estratigráfico



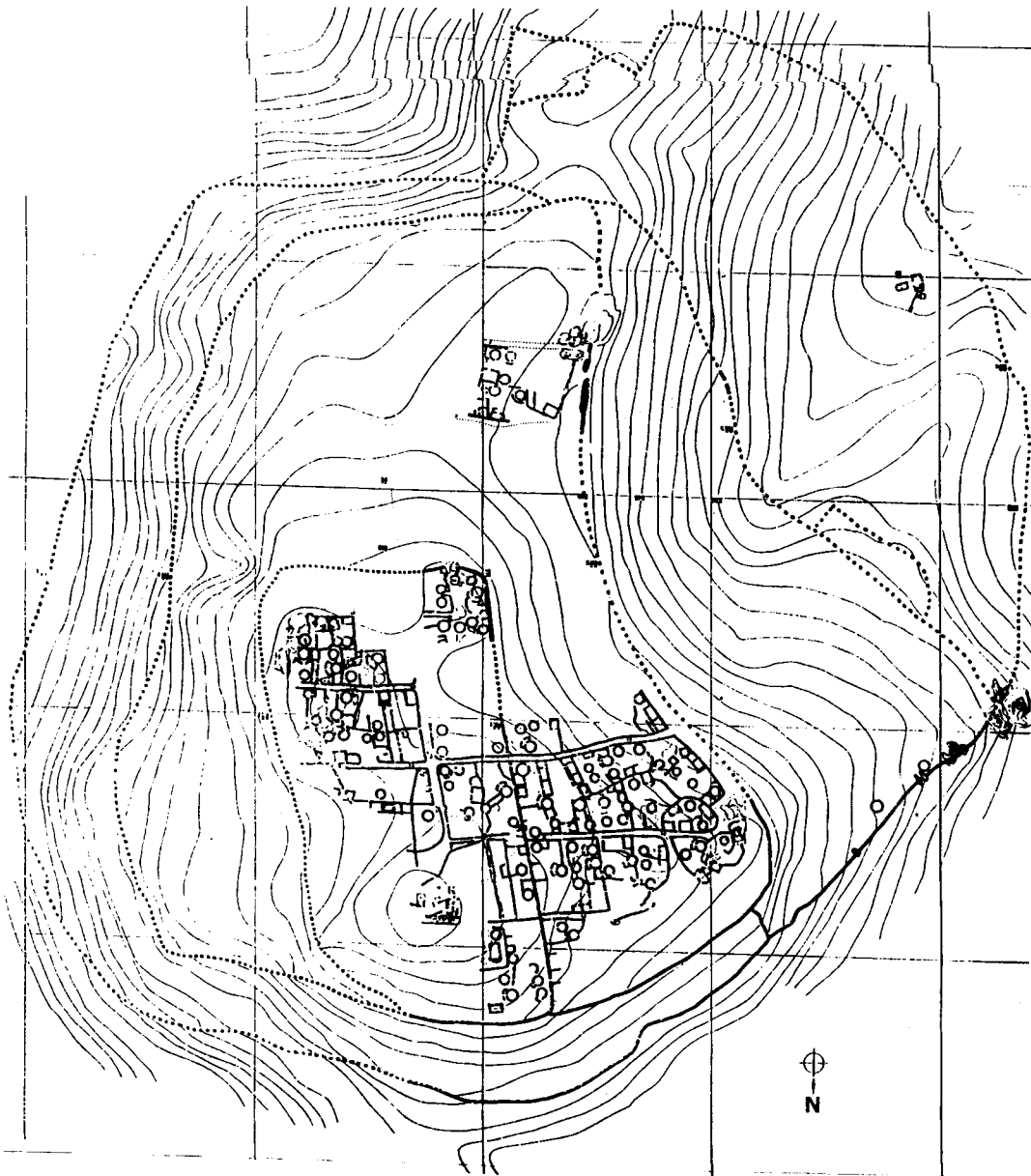
Castro de Romariz (Santa Maria da Feira): estruturas e corte estratigráfico



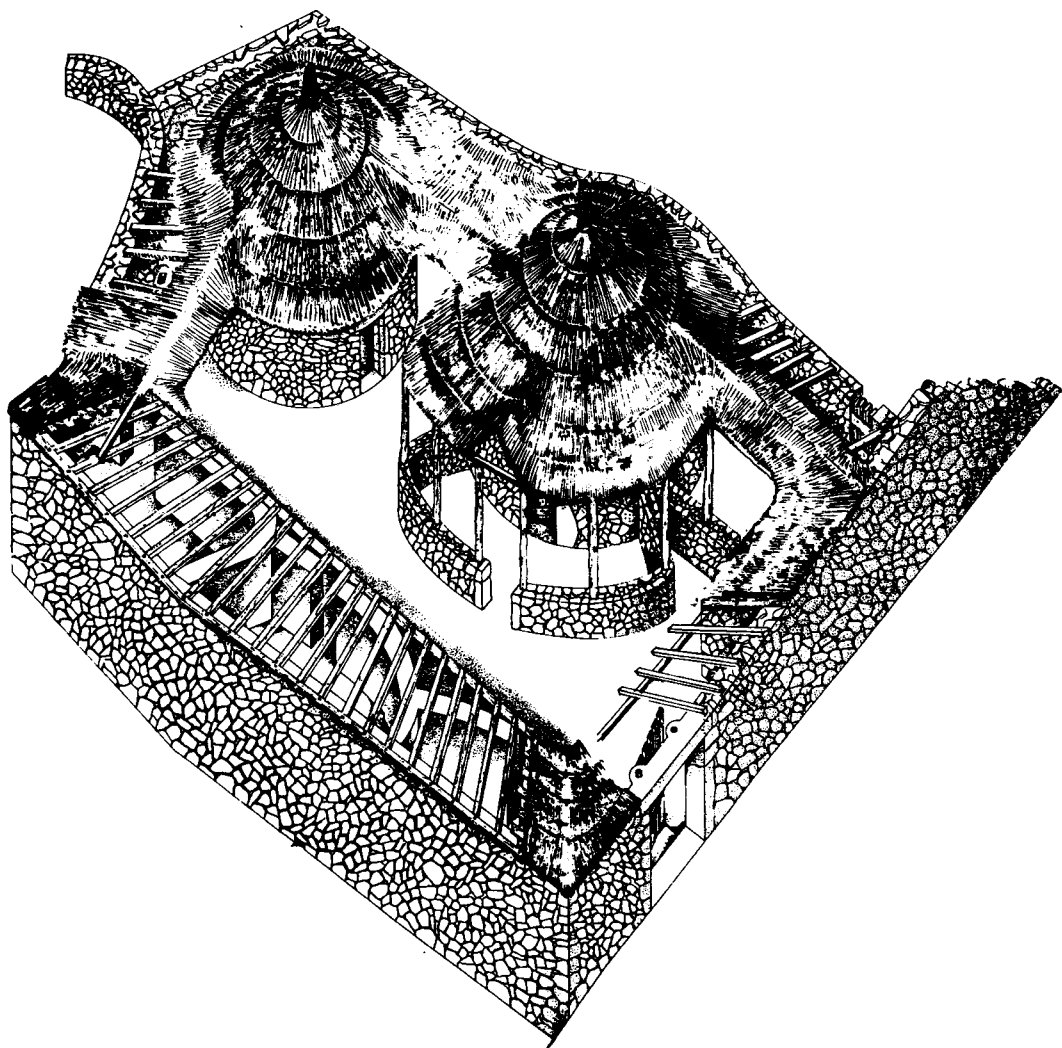
Cidade de Âncora (Caminha/Viana do Castelo): planta das escavações 1978-1982



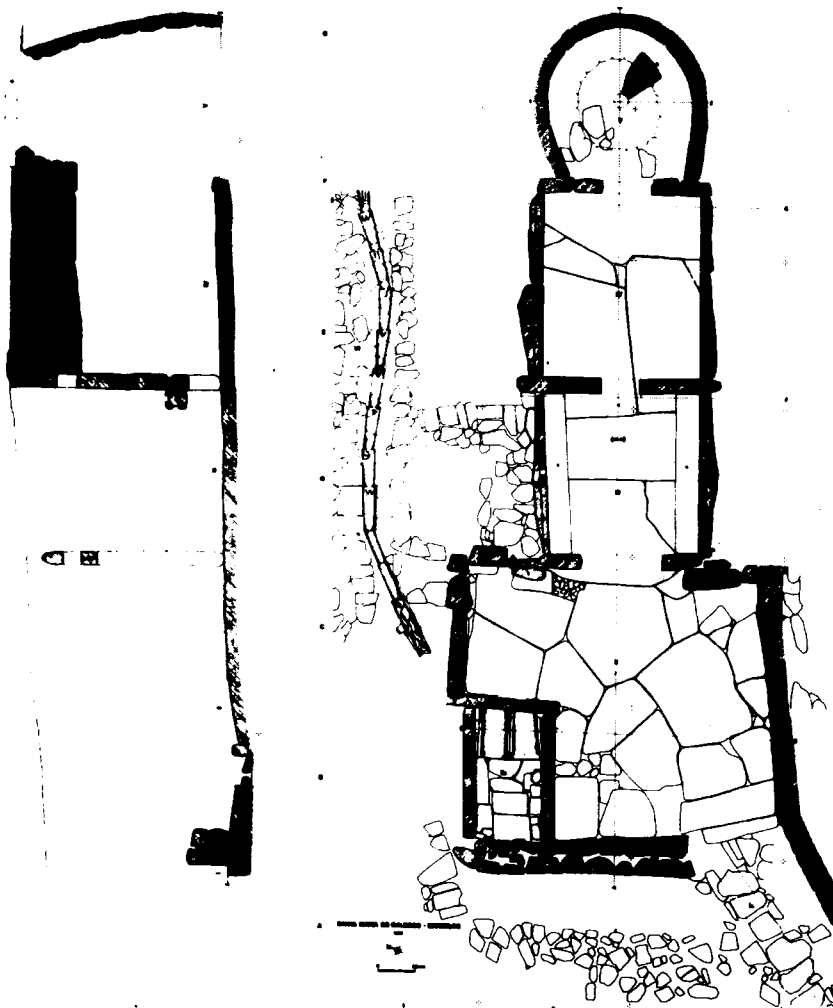
Cidade de Âncora (Caminha/Viana do Castelo): estruturas



Citânia de Sanfins (Paços de Ferreira): planta das escavações



Citânia de Sanfins (Paços de Ferreira): reconstituição de núcleo familiar



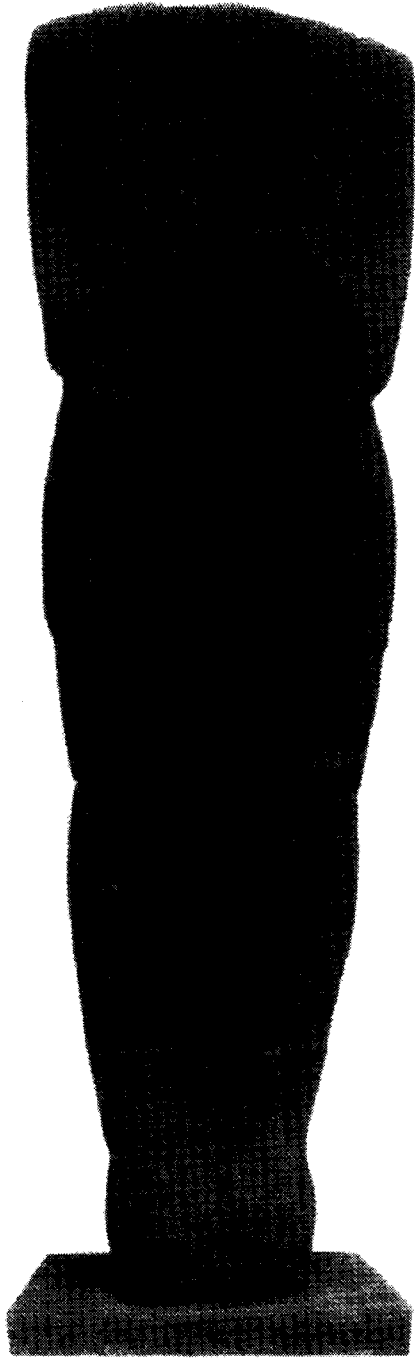
Balneário castrejo de Santa Maria de Galegos (Barcelos): planta e corte longitudinal



Balneário castrejo de Santa Maria de Galegos (Barcelos)



- 1 — Tessera hospitalis do Castro da Senhora da Saúde ou Monte Murado (Pedroso, Vila Nova de Gaia)
- 2 — Dintel de templo romano dedicado pelos Bracari (Alpendurada, Marco de Canaveses)



Guerreiro castrejo de Santa Comba de Basto

A ESTAÇÃO ACHEULENSE DO CASAL DO AZEMEL (BATALHA)

por João Pedro Cunha-Ribeiro*

1. Localização

A Estação Paleolítica do Casal do Azemel está situada a cerca de 1,5 km a WNW da Batalha, junto da estrada que desta vila se dirige para a povoação de Pinheiros, nas proximidades do lugar do Casal do Azemel. Administrativamente pertence à freguesia e concelho da Batalha.

As coordenadas UTM do local são as seguintes:

ND 29S 136 905

Em termos topográficos encontra-se implantada num planalto arenoso sobranceiro ao vale do rio Lena, localizado imediatamente a jusante da Batalha. Delimitado a norte pelo vale da ribeira da Várzea e a sul pelo da ribeira da Calvaria, ambas afluentes da margem esquerda do Lena, o planalto estende-se ao longo de 4 km de oeste para este, enquanto de norte para sul a sua largura máxima não ultrapassa os 3 km, atingindo junto da estação arqueológica uma largura de 2,5 km, dado que se desenvolve de forma irregularmente afunilada de SW para NE. É aliás também nesta última direcção que se orienta a inclinação de 1,5 % que o planalto apresenta entre a sua cota máxima de 162 m, situada a NW da povoação de Calvaria de Cima, e a curva de nível dos 100 m que o delimita abruptamente a este, ao longo do vale do Lena.

* Assistente de Pré-história e Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto e membro do respectivo Instituto de Arqueologia.

Na área da estação paleolítica o planalto surge-nos suavemente recortado por uma rede de drenagem formada por pequenas linhas de água, apenas activas em períodos de acentuada pluviosidade, que confluem para a ribeira de Calvaria. A jazida aparece assim situada a 120 m de altitude, nas imediações do topo de uma vertente inclinada para ENE, que se prolonga por cerca de 150 m na direcção de uma das pequenas linhas de água referidas, apresentando na totalidade um desnível máximo de 3 m.

À semelhança do que sucede actualmente um pouco por todo o planalto, também a zona da estação arqueológica se encontra amplamente florestada por eucaliptos e pinheiros. Nas suas imediações, para sul, surgem porém algumas áreas agricultadas, que predominam claramente na periferia do planalto, onde também se localizam preferencialmente os principais aglomerados populacionais, concentrados em particular ao longo da EN1, que corta o planalto de norte para sul junto do seu limite oriental, bem como em torno da estrada que da povoação da Jardoeira se dirige para Martingança, acompanhando de perto o bordo setentrional da plataforma.

Geologicamente o planalto corresponde a um antigo nível marinho pliocénico, constituído por uma “formação de areias e de grès argilosas com calhaus rolados, geralmente bem arredondados”¹. Na área da jazida a fácies dominante é claramente arenosa, apesar de nas bermas da estrada que liga o lugar do Casal do Azemel à povoação de Pinheiros se terem observado alguns cortes onde as areias intercalavam pequenos leitos de seixos rolados de dimensões reduzidas. O topo da formação surge porém frequentemente recoberto por uma formação superficial coluvionar de espessura relativamente variável².

¹ Cf. G. Zbyszewski, G. Manuppella e O. da Veiga Ferreira, *Carta Geológica de Portugal na escala de 1/50000. Notícia explicativa da folha 27-A (Vila Nova de Ourém)*, Direcção-Geral de Minas e Serviços Geológicos, Serviços Geológicos de Portugal, Lisboa, 1974, p. 8.

² Depósitos detríticos com características similares haviam já sido por nós assinalados na zona do Casal de Santa Maria, a norte de Parceiros, e na estação acheulense da Quinta do Cónego/Pousias (Cf. J. P. Cunha-Ribeiro, «Intervenção arqueológica na estação acheulense da Quinta do Cónego/Pousias (Cortes, Leiria)», *Portugália*, vol. XI-XII, Porto, 1990-1991 pp. 7-25 e J. P. CUNHA-RIBEIRO, «Contribuição para o estudo do Paleolítico do vale do rio Lis no seu contexto crono-estratigráfico», *Portugália*, vol. XIII-XIV, Porto, 1992-1993, pp. 7-137). Os próprios autores da Carta Geológica de Portugal na escala de 1.50000 da zona de Leiria, referiam aliás a presença de “areias superficiais, provenientes da lavagem das vertentes, e algumas areias eólicas que as acompanham, de idade quaternária indeterminada”, que incluíram cartograficamente no chamado “Quaternário indiferenciado” (Cf. C. Teixeira e G. Zbyszewski, *Carta Geológica de Portugal na escala de 1/50000. Notícia explicativa da folha 23-C (Leiria)*, Direcção-Geral de Minas e Serviços Geológicos, Serviços Geológicos de Portugal, Lisboa, 1968, p.13).

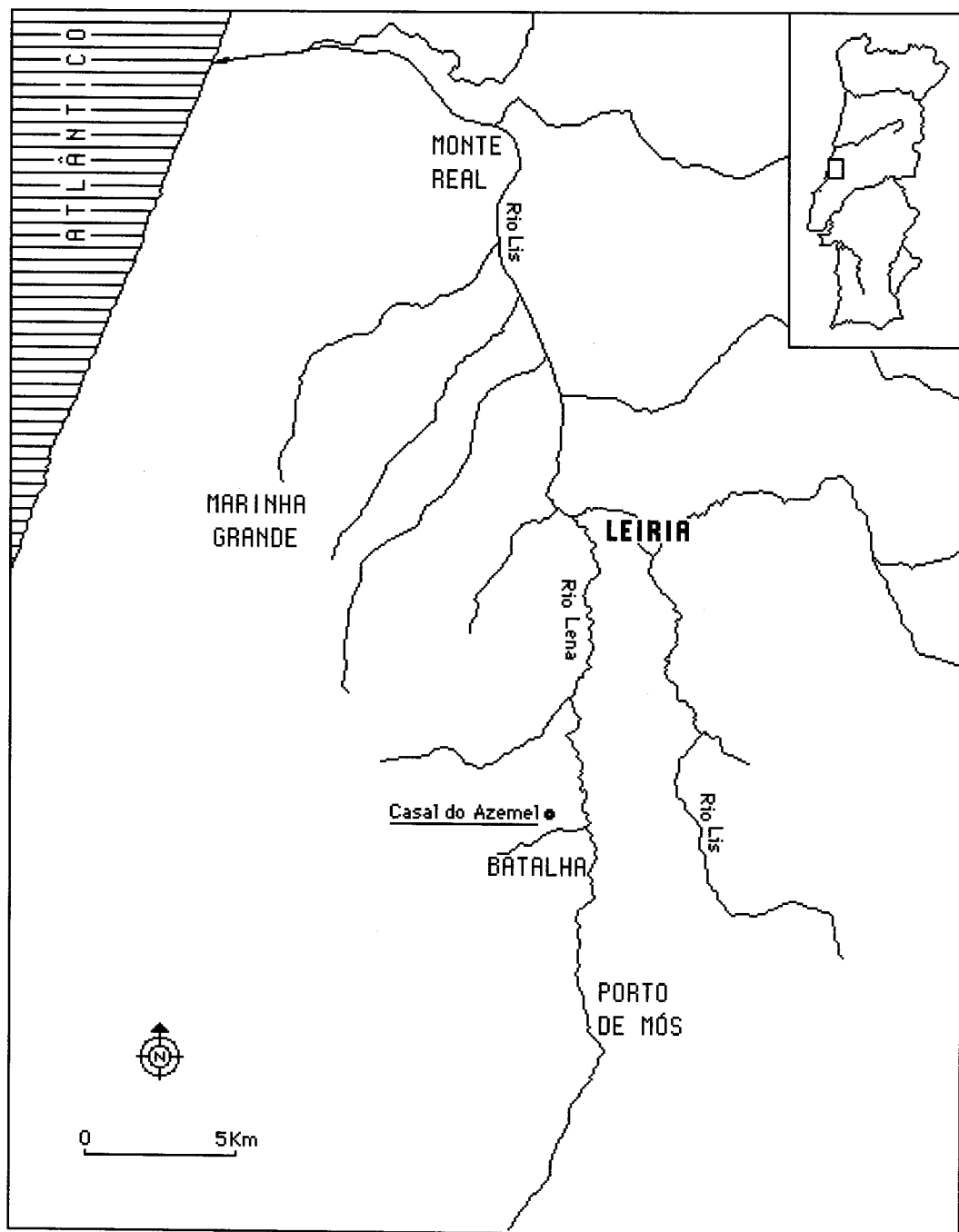


Fig. 1 — Localização da estação paleolítica do Casal do Azemel na bacia hidrográfica do rio Lis.

Ao longo do bordo do planalto, acompanhando os vales da ribeira da Calvaria, do rio Lena e da ribeira da Várzea, afloram formações detríticas mais antigas, atribuídas ao Cretácico e ao Jurássico. No primeiro caso trata-se de um depósito gresoso do Cenomaniano inferior que na zona da ribeira da Calvaria se prolonga para SW, enquanto o segundo se reporta ao Portlandiano, representado por “arenitos argilosos, mais ou menos consolidados, de cor acastanhada, esverdeada ou arroxeadas, com intercalações argilosas”³.

De assinalar também a presença de um antigo terraço do rio Lena, recentemente identificado na encosta do respectivo vale, a este da povoação da Jardoeira, aparentemente encaixado nos depósitos cretácicos aí existentes.

2. Breve resenha das investigações arqueológicas na região

A identificação de vestígios paleolíticos no vale do rio Lena remonta ao início do século, quando em 1909 Francisco Tavares Proença Júnior encontrou um biface nas imediações da Quinta da Cortiça, situada na margem direita do rio, a norte de Casal de Mil Homens⁴. Nova descoberta é realizada poucos anos mais tarde, em 1914, quando Mesquita de Figueiredo detectou um artefacto similar, “meio enterrado” num “pequeno outeiro que se levanta em frente da fachada principal do monumento” da Batalha⁵. Posteriormente, conhecem-se referências a achados similares efectuados na área de S. Jorge, a SW da vila da Batalha⁶, bem como a identificação de objectos líticos talhados na Quinta da Moura, a NE de Azóia, atribuídos pelos seus descobridores ao Mustierense⁷. Mais recentemente, Meneses Teixeira encontrou também

³ Cf. G. Zbyszewski, G. Manuppella e O. da Veiga Ferreira, *Carta Geológica de Portugal na escala de 1/50000. Notícia explicativa da folha 27-A (Vila Nova de Ourém)*, Direcção-Geral de Minas e Serviços Geológicos, Serviços Geológicos de Portugal, Lisboa, 1974, p. 19.

⁴ Cf. F. T. Proença Júnior, «Notícias Diversas. VII — Paleolítico de Leiria», *Materiaes para o Estudo das Antiguidades Portuguezas*, Ano I, n.º 2, Leiria, pp. 56-57.

⁵ Cf. A. Mesquita de Figueiredo, «Descobrimientos arqueológicos. II — Estação paleolítica da Batalha (distrito de Leiria)», *Gazeta de Coimbra*, n.º 340, Coimbra, 24 de Outubro de 1914, p.1.

⁶ Cf. Afonso do Paço, «Subsídios para uma nova Carta do Paleo e Mesolítico Português», *Revista da Faculdade de Letras de Lisboa*, III Série, n.º 10, p. 9.

⁷ Cf. C. Teixeira e G. Zbyszewski, *Carta Geológica de Portugal na escala de 1/50000. Notícia explicativa da folha 23-C (Leiria)*, Direcção-Geral de Minas e Serviços Geológicos, Serviços Geológicos de Portugal, p.92.

alguns materiais talhados na zona do Tojal, a este de S. Jorge⁸. No seu conjunto, estas referências reportavam-se contudo quase sempre a achados de superfície, dispersos ou compostos por um único objecto, o que levou os responsáveis por tais descobertas a limitarem-se a assinalar a sua ocorrência.

A existência de materiais paleolíticos na zona a NW do lugar do Casal do Azemel foi pela primeira vez detectada em 1978, quando um habitante da Batalha encontrou nas proximidades da jazida, na berma da estrada que se dirige para Pinheiros, um pequeno objecto lítico talhado. Comunicado o achado a Meneses Teixeira, este jovem arqueólogo da Batalha teve o ensejo de entre 1978 e 1979 aí recolher à superfície um pequeno conjunto de peças talhadas muito eolizadas, entre as quais se destacava a presença de artefactos que apontavam para a sua associação às indústrias acheulenses do Paleolítico inferior⁹.

Estas descobertas foram-nos amavelmente assinaladas por Meneses Teixeira em 1986, altura em que nos encontrávamos na região a desenvolver um trabalho de levantamento e prospecção das estações paleolíticas da bacia hidrográfica do rio Lis¹⁰. Na deslocação que então realizámos ao local, constatámos contudo que existiam condições geológicas e topográficas susceptíveis de terem possibilitado a preservação de vestígios arqueológicos associados aos depósitos coluvionares que se haviam desenvolvido na zona sobre a formação marinha pliocénica. Esta suspeita veio a ser plenamente confirmada com a abertura de sondagens, no decurso da primeira campanha de trabalhos realizada em Setembro de 1988. As escavações que desde então aí se desenvolveram anualmente

⁸ Comunicação pessoal do autor que muito agradecemos.

⁹ Numa série de pequenas notícias publicadas num jornal regional Meneses Teixeira, designando o local como Recta dos Pinheiros, refere a descoberta à superfície de materiais talhados que reporta ao Acheulense e à chamada "Pebble culture", considerando que no primeiro caso "não se integram em nenhum contexto estratigráfico", enquanto para os materiais mais antigos admite mesmo a sua associação ao nível marinho pliocénico (Cf. A. J. Meneses Teixeira, «Elementos da cultura material na estação paleolítica da Recta dos Pinheiros», *Jornal de Leiria*, n.º 2431, 2433, 2435 e 2437, Leiria 1984-1985)). A presença de vestígios pré-acheulenses está contudo longe de se poder aí confirmar, tanto mais que a ocorrência em Portugal de testemunhos arqueológicos tão antigos carece ainda de confirmação adequada (Cf. L. Raposo e J. R. Carreira, «Acerca da existência de complexos industriais pré-acheulenses no território português», *O Arqueólogo Português, Série IV*, vol. 4, Lisboa, pp. 7-20 e J. P. Cunha-Ribeiro, *Os primeiros habitantes*, «Nova História de Portugal», dir. de Joel Serrão e A. H. Oliveira Marques, vol. I, coordenação de J. Alarcão, Editorial Presença, Lisboa, 1990, pp. 15-74).

¹⁰ Cf. J. P. Cunha, Ribeiro, «Contribuição para o estudo do Paleolítico do vale do rio Lis no seu contexto crono-estratigráfico», *Portugália*, vol. XIII-XIV, Porto, 1992-1993, pp. 7-137.

abrangeram uma área total de 135 m² e revelaram uma elevada concentração de materiais líticos associada a um contexto estratigráfico complexo, mas suficientemente significativo para permitir considerar esta estação paleolítica como uma das mais importantes jazidas até hoje detectadas para o conhecimento das indústrias do Paleolítico inferior em Portugal.

Por último, refira-se a recente descoberta de uma indústria lítica encontrada associada a um terraço fluvial do rio Lena identificado nas imediações da povoação da Jardoeira, 1,5 km para ENE da Estação Paleolítica do Casal do Azemel¹¹.

3. Escavação

Quando em 1988 decidimos realizar uma primeira intervenção arqueológica na Estação Paleolítica do Casal do Azemel, pretendíamos, como já atrás se disse, verificar a possível existência de um nível arqueológico associado à coluvião que localmente afectava o topo do depósito pliocénico¹². A confirmação de uma tal hipótese permitiria explicar o aparecimento à superfície dos materiais arqueológicos, já que estes haviam sido detectados de forma algo concentrada, embora dispersos por uma área relativamente aplanada, cuja ligeira inclinação para ENE não deixava entrever a ocorrência de grandes revolvimentos. Por outro lado, com a observação de alguns cortes nas proximidades da jazida, situados nos escassos taludes da estrada adjacente, pode-se constatar a fina textura

¹¹ A identificação desta jazida arqueológica foi realizada em Agosto de 1991, em colaboração com Sérgio E. Monteiro Rodrigues, quando no final da 4.ª campanha de escavações na Estação Paleolítica do Casal do Azemel procedíamos ao levantamento geológico da zona envolvente. Cf. J. P. Cunha-Ribeiro e S. E. Monteiro Rodrigues, «Estação Paleolítica da Jardoeira (Batalha). Notícia preliminar», *Portugália*, vol. XI-XII, Porto, 1990-1991, pp. 139-141.

¹² As quatro campanhas de escavação que aí se efectuaram entre 1988 e 1991 foram devidamente autorizadas pelo então Instituto Português do Património Cultural, que subsidiou a sua realização nos três primeiros anos, apesar de as exíguas verbas atribuídas terem ficado sempre aquém das necessidades decorrentes dos planos de trabalho previstos de ano para ano, dadas as limitações financeiras com que a Secretaria de Estado da Cultura têm vindo a cercar a investigação arqueológica em Portugal. Justo será, no entanto, referir a forma empenhada com que o desenvolvimento dos trabalhos foi acompanhado pelo Director do extinto Serviço Regional de Arqueologia da Zona Centro, Dr. Beza Moreira, que anualmente se deslocou à estação arqueológica no decurso das escavações, bem como pela Dr.ª Ana Maria Leite da Cunha, Técnica Superiora dos mesmos serviços. Por último, resta-nos sublinhar o incedível apoio da Câmara Municipal da Batalha, que perante as limitações já referidas, se revelou imprescindível para a viabilização das várias campanhas de escavação.

dos elementos que integravam a coluvião, essencialmente compostos por areias, areões e alguns pequenos seixos rolados, o que também não era compatível com o desenvolvimento de fenómenos capazes de terem deslocado de forma significativa os vestígios arqueológicos, que integravam aliás um elevado número de peças com dimensões claramente superiores às dos constituintes da coluvião.

Como a relativa dispersão dos achados de superfície nos impedia de centrar a atenção numa área restrita, estabeleceu-se um eixo longitudinal com 70 m de comprimento, orientado no sentido SW-NE, de forma a acompanhar de perto a inclinação local do terreno. Nas suas extremidades definiram-se dois outros eixos perpendiculares, completados por um terceiro, também perpendicular, situado a 30 m do topo SW do eixo principal. Os três sectores formados pela intersecção dos vários eixos foram denominados, em função do seu posicionamento, como sector SW, sector intermédio e sector NE, tendo-se neles implantado inicialmente um total de 14 sondagens com 2 m de comprimento por 1 m de largura, separadas entre si por 2 m e localizadas alternadamente de ambos os lados dos eixos previamente estabelecidos.

Contudo, os resultados arqueológicos obtidos com a abertura simultânea das primeiras sondagens nos três sectores referidos, levaram-nos de imediato a uma alteração da estratégia de trabalho previamente delineada. Tendo-se localizado uma forte densidade de materiais nas duas primeiras sondagens escavadas no sector SW, optámos desde logo por concentrar aí os nossos esforços, enquanto nos restantes sectores nos limitámos a terminar as sondagens iniciadas, por forma a definir o desenvolvimento da estratigrafia ao longo da ligeira vertente em que se situa a jazida.

No sector SW, logo após a abertura das primeiras sondagens previstas, procurou-se alargar a escavação unindo as várias sondagens entre si e ampliando a área de intervenção junto da confluência do eixo maior com o eixo perpendicular aí situado, dado que se tratava da zona onde a concentração de materiais líticos talhados se havia revelado mais densa.

A importância arqueológica do local levou-nos aliás a substituir neste sector a numeração atribuída às sondagens por uma rede de quadrículas com 1 m de lado, referenciadas a uma letra do alfabeto de NW para SE e numeradas de SW para NE de maneira a permitir o futuro alargamento em todas as direcções da zona de escavações. Os materiais aí encontrados passaram dessa forma a ser associados a uma quadrícula identificada por uma letra maiúscula seguida por dois dígitos, tendo-se anotado para cada peça o seu posicionamento tridimensional no interior da respectiva quadrícula.

Com a escavação de uma área total de 26 m² no sector SW desta

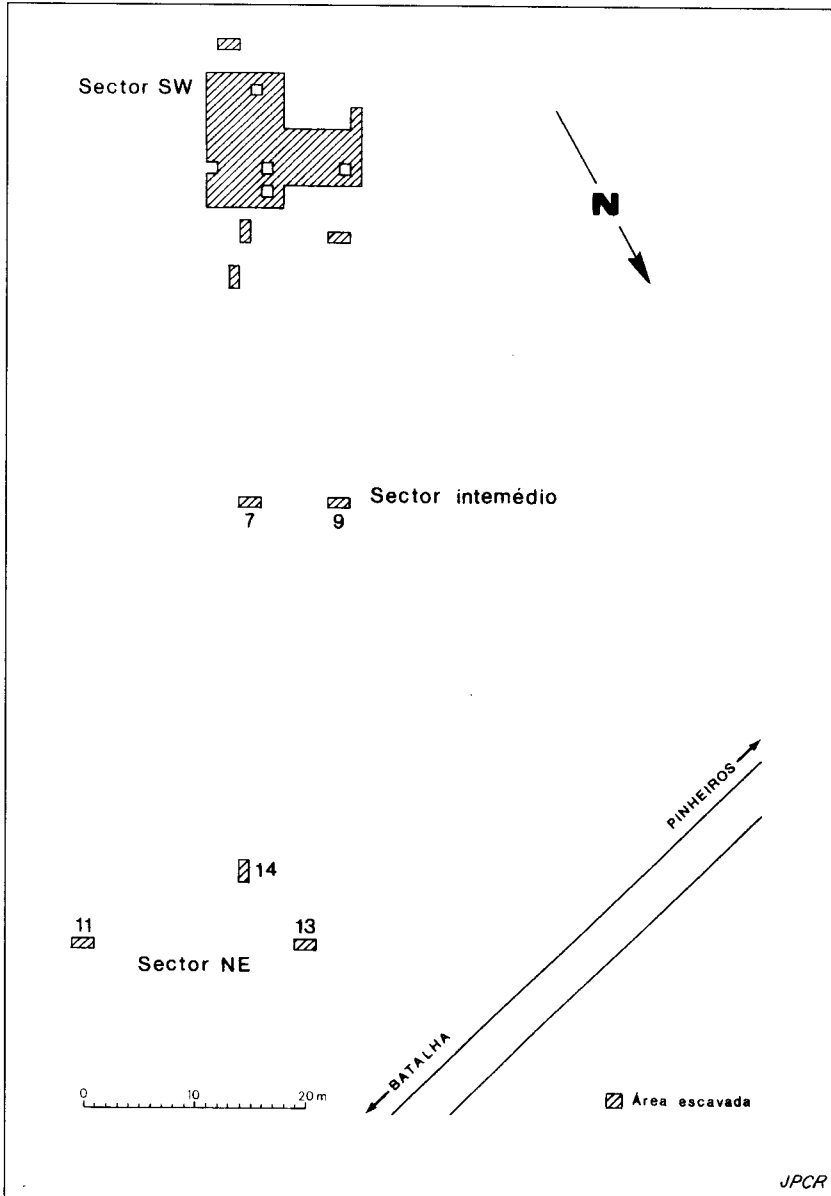


Fig. 2 — Planta dos diversos sectores da escavação realizada na Estação Paleolítica do Casal do Azemel. Os algarismos que acompanham cada uma das zonas intervenionadas nos sectores intermédio e NE correspondem à numeração original das sondagens aí implantadas.

estação arqueológica foi possível estabelecer a localização da zona central da jazida, tendo-se recolhido no decurso dos trabalhos mais de quatro centenas de peças talhadas claramente associáveis às indústrias líticas acheulenses do Paleolítico inferior, na sua grande maioria profundamente eolizadas. A análise da disposição em profundidade dos achados permitiu observar a sua integração na coluvião que localmente se desenvolve no topo do substrato pliocénico. O posterior revolvimento da coluvião, bem como a sua erosão superficial, determinaram a dispersão à superfície de um assinalável número de peças talhadas, embora algumas delas tenham sido reintegradas no delgado depósito subactual que recobre a coluvião.

A realização de intensas prospecções nas imediações da jazida no decurso das escavações permitiram aliás detectar à superfície mais de centena e meia de peças, em boa parte agrupadas em torno de duas áreas principais. A primeira localizada na própria área envolvente da escavação, enquanto a segunda surgia cerca de 100 m para ENE, curiosamente na direcção apresentada pela suave inclinação da vertente onde se situa a jazida.

Os resultados obtidos em 1988, permitindo constatar a inequívoca importância arqueológica desta estação paleolítica, impuseram obviamente a continuação dos trabalhos então iniciados, o que levou à realização de uma nova campanha de escavações em Agosto de 1989¹³. Propusemo-nos assim alargar a área intervencionada com o intuito de delimitar de forma criteriosa a zona central da jazida e criar condições que possibilitassem o desenvolvimento de um estudo mais significativo do espólio exumado, quer aumentando a amostragem disponível, quer permitindo a potencial identificação de associações significativas entre os achados. Por outro lado, a associação dos vestígios arqueológicos a um depósito coluvionar aconselhava também a ampliar a leitura estratigráfica para outras zonas

¹³ A direcção da campanha de escavações de 1988 foi da responsabilidade conjunta do autor e de Meneses Teixeira, tendo-se apresentado um resumo dos resultados obtidos numa nótula enviada para publicação na "Informação Arqueológica" desse mesmo ano e apenas dada à estampa na revista "Arqueologia" de 1992 (Cf. J. P. Cunha-Ribeiro e A. J. Meneses Teixeira, «Casal do Azemel (Batalha). Primeiras escavações», *Arqueologia*, 22, Porto, 1992, pp. 5-8.). Em 1989, embora estivesse prevista a continuidade da direcção conjunta, a orientação dos trabalhos acabou por ser assegurada pelo primeiro responsável, já que à última hora Meneses Teixeira neles decidiu não participar por se encontrar durante o mesmo período de tempo num campo de trabalho do F.A.O.J. A responsabilidade das campanhas subsequentes ficou a partir de então exclusivamente a nosso cargo.

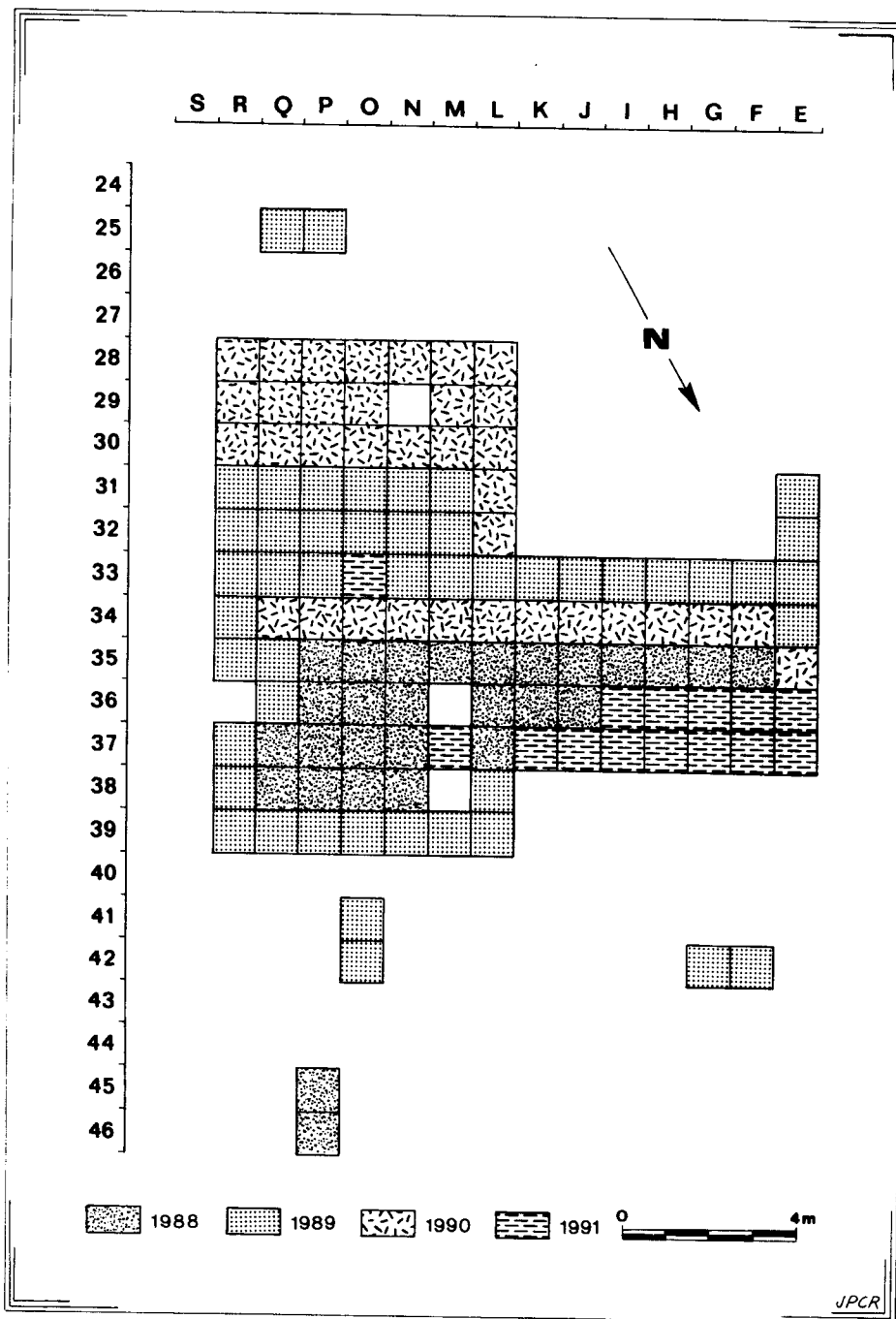


Fig. 3 — Quadriculagem do sector SW da escavação com a distribuição das áreas intervencionadas no decurso das quatro campanhas anuais de trabalho.

da jazida, já que a génese e desenvolvimento deste tipo de formações detríticas obedece a processos de sedimentação nem sempre muito explícitos.

Os trabalhos limitaram-se porém ao sector SW, onde tínhamos detectado em 1988 uma elevada densidade de materiais arqueológicos. Na tentativa de realizar uma escavação em área, susceptível de permitir assinalar a ocorrência de possíveis conexões entre o espólio a exumar, a escavação centrou-se inicialmente numa zona de 17 m², contígua à zona que se havia revelado mais significativa na anterior campanha, abarcando as quadrículas M-N/31-33, O31-32 e P-R/31-33. Paralelamente abriram-se quatro sondagens com 2 m de comprimento por 1 m de largura, situadas em zonas periféricas do sector SW da jazida (sondagens P-Q 25, E 31-32, F-G 42 e O 41-42), por intermédio das quais se pretendia delinear a expansão da área de maior concentração de achados.

Mas se o resultado das sondagens implantadas a SW, NE e E da escavação principal revelaram localmente uma rarefacção de espólio, já a abertura da sondagem E 31-32 indiciava o prolongamento para NW da zona com maior densidade de peças talhadas, o que determinou a subsequente escavação de E-L 33 e da quadrícula E 34. Por último, decidimos ainda alargar a escavação em torno da zona intervencionada em 1988, abrindo as quadrículas L 38-39, M-Q 39, R 37-39, Q 35-36 e R 34-35, com o objectivo de melhor definir a importância arqueológica desse sector, tendo em conta os dados obtidos nas sondagens mais próximas.

A escavação abrangeu assim uma superfície total de 46 m², permitindo reunir cerca de duas mil peças, cujo posicionamento no interior dos depósitos coluvionares foi cuidadosamente registado. No que se refere à estratigrafia, observámos em toda a área intervencionada a mesma disposição global que se havia identificado no decurso da campanha anterior, embora aqui e além se tivesse detectado ligeiras variações de fácies, um desenvolvimento algo diferenciado dos vários depósitos ou a ocorrência pontual de fenómenos de perturbação da estratigrafia, provocados pela cobertura vegetal antiga e recente.

Ainda durante esta segunda campanha de trabalhos, aproveitando a estadia em Portugal da Doutora Sheridan Bowman, responsável pelo *Research Laboratory* do Museu Britânico, procurou-se datar o depósito coluvionar mais antigo até então aí identificado pelo método da termoluminescência. A sequência estratigráfica localmente identificada sugeria a sua associação com a indústria lítica recolhida nesta jazida, embora num claro contexto secundário.

Os trabalhos foram realizados pessoalmente pela referida investigadora, que amavelmente aceitou a deslocar-se à Estação Paleolítica

do Casal do Azemel, tendo recolhido as amostras necessárias em dois pontos diferentes da área central da jazida, o corte M-N 33 NE e o corte Q 35 SW. Como este método de datação absoluta exige a permanência no local onde as amostras foram retiradas de pequenas sondas de controle da radioactividade natural aí existente, optámos por não prolongar a escavação para o sector L-Q 34.

Já a não abertura das quadrículas M 36-3, R 36 e O 33 ficou a dever-se ao facto de nelas se encontrarem implantadas eucaliptos de grande porte. Ora esta situação, para além de determinar o desenvolvimento de acentuados remeximentos, caso aí quiséssemos escavar obrigar-nos-ia a proceder ao abate das árvores, o que implicaria o pagamento de indemnizações aos proprietários que não eram compatíveis com os meios financeiros de que se dispunha.

Na campanha de escavações de 1990 havia-se inicialmente previsto a abertura de uma área de 120 m², com o objectivo de finalmente delimitar a expansão da zona central da jazida. Tratava-se naturalmente de um projecto ambicioso e de custos elevados, mas entendíamos que só uma tal medida nos permitiria desenvolver de forma significativa o nosso conhecimento desta importante estação paleolítica, potenciando a riqueza de informações nela contidas. As contingências decorrentes do respectivo financiamento obrigaram-nos a reduzir novamente os trabalhos a uma superfície de 35 m², privilegiando a continuação da escavação em área para S e SW e a abertura do sector intermédio definido pelas quadrículas F-Q 34, orientado no sentido NW-SE¹⁴.

Procurou-se porém não só registar as cotas tridimensionais de cada peça talhada no interior da quadrícula onde havia sido detectada, como também anotar o posicionamento relativo do seu eixo maior em relação à horizontal - vertical, oblíquo e horizontal. O objectivo era estabelecer a conexão existente entre o espólio arqueológico e os depósitos em que ele se encontrava integrado.

A escavação das quadrículas L 28-33, M 28-30, N 28, N30 e O-R 28-30 permitiu constatar a progressiva rarefacção de espólio para S e SW da área de maior concentração de vestígios arqueológicos, globalmente delimitada pelas quadrículas N-R/31-38, confirmando assim as observações efectuadas em 1989 na sondagem P-Q 25. Paralelamente, foi possível prolongar para esta zona o levantamento estratigráfico dos

¹⁴ A verba atribuída pelo Instituto Português do Património Cultural foi aliás apenas disponibilizada com um ano de atraso, pelo que tivemos de recorrer a um empréstimo para assegurar a realização dos trabalhos na altura prevista.

cortes definidos nas referidas áreas adjacentes abertas em anteriores escavações.

Como a escavação de E-K 33, apesar de ter permitido verificar o prolongamento para NW de uma elevada densidade de vestígios arqueológicos, não havia sido concludente na definição da estratigrafia existente, dado toda a área se encontrar fortemente perturbada por raízes provenientes dos grandes eucaliptos e numerosos pinheiros de pequeno porte implantados entre E 31-32 e L 28-32, optámos por prolongar a escavação para F-K 34¹⁵. Esta última área intervencionada foi porém posteriormente complementada pela abertura da quadrícula E 35, com o objectivo de melhor compreender a estratigrafia local.

Com efeito, sensivelmente a partir de G 34 pudemos constatar o aparecimento de uma pequena cascalheira de seixos rolados de reduzidas dimensões na base da coluvião, delimitando-a claramente do pliocénico subjacente. Por outro lado, verificou-se que a distribuição dos materiais arqueológicos se concentrava localmente de forma nítida na parte superior da coluvião, zona do depósito com uma textura arenosa claramente mais fina.

Dispondo de um reduzido apoio financeiro para a realização de uma 4.^a campanha de escavações em 1991, centrou-se a atenção dos trabalhos na análise do desenvolvimento da estratigrafia na zona NW da escavação¹⁶. Impunha-se aliás a observação cuidadosa da repartição local do espólio arqueológico, já que a datação entretanto obtida por termoluminescência para a coluvião tinha permitido concluir que a sua génese era claramente posterior à ocupação arqueológica testemunhada pelos materiais líticos que nele se integravam¹⁷. Ora, a distribuição dos objectos líticos talhados em F-G 34 e E 35 sugeria que a sua deposição ocorrera contudo numa fase posterior à formação da cascalheira observada na base do depósito coluvionar aí identificado.

¹⁵ Na escavação de 1988 a abertura das quadrículas F-G 35 correspondera à 1.^a sondagem realizada neste sector, o que nos levou a subestimar o valor de algumas das observações estratigráficas já então aí realizadas.

¹⁶ Para esta campanha de trabalhos dispusemos apenas do apoio da Câmara Municipal da Batalha, dado que o Instituto Português do Património Cultural não atribuiu em 1991 nenhum subsídio para o desenvolvimento de trabalhos arqueológicos.

¹⁷ Segundo uma carta enviada em Outubro de 1990 pelo Research Laboratory do British Museum, a datação da amostra proveniente da quadrícula M-N 34 revelou um valor de $4.88 \pm 0,46$ ka BP, enquanto a segunda amostra recolhida em Q 34 foi datada de $6.89 \pm 0,85$ ka BP. Trata-se em ambos os casos de valores claramente mais recentes do que aqueles que podem ser atribuídos à indústria acheulense detectada no interior do depósito coluvionar mais antigo aí identificado.

Os trabalhos orientaram-se assim para a escavação inicial de E-K 37, tendo-se posteriormente, após o desenho cuidadoso dos respectivos cortes estratigráficos, alargado a intervenção para as quadrículas E 36 e G-H 36. A escavação processou-se lentamente, de maneira a anotar com particular cuidado o posicionamento relativo de cada peça encontrada e a respectiva orientação no interior da quadrícula, o que se traduziu na abertura de uma área total de 11 m².

Os resultados revelaram-se porém bastante proveitosos, já que a análise da respectiva sequência estratigráfica, em conexão com a disposição dos objectos talhados aí registada, permitiu a compreensão das reais conexões existentes entre os vestígios arqueológicos detectados e os depósitos detriticos em que se encontram integrados.

Finalmente, procedemos ainda à escavação das quadrículas O 33 e M 37, dado que os temporais do inverno precedente tinham derrubado os pinheiros aí existentes. Pretendíamos dessa maneira colmatar as falhas existentes na ampla área de 114 m² aí intervencionada ao longo de quatro anos de consecutivas escavações, o que nos foi no entanto impossível de realizar em F 36, M 36, M 38 e N 29, dado que nas três primeiras quadrículas se encontram ainda implantadas árvores de assinalável porte, enquanto a última tinha sido destruída por escavações clandestinas efectuadas entre as campanhas de 1990 e 1991¹⁸.

4. Análise estratigráfica e distribuição dos vestígios arqueológicos

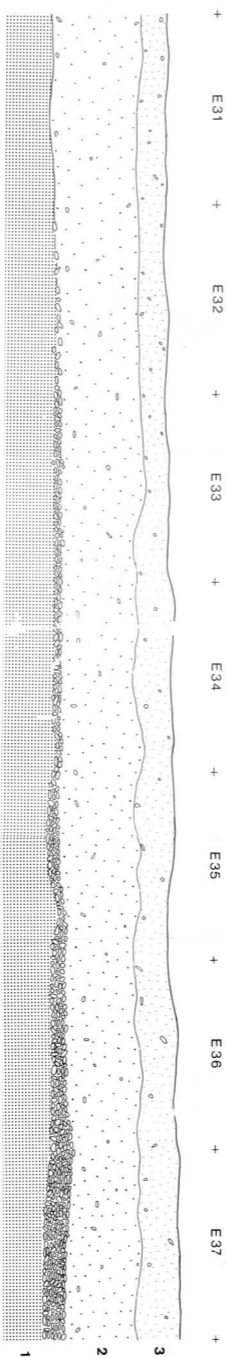
A estratigrafia desta estação paleolítica, embora aparentemente pouco complexa, revelou ao longo das campanhas de escavações aí realizadas diversos problemas interpretativos. Constituída essencialmente por formações do tipo coluvionar que localmente se desenvolveram sobre o topo do substrato pliocénico, nem sempre foi muito fácil estabelecer de forma precisa a sua individualização. Não só os mecanismos de formação

¹⁸ Ao longo das quatro campanhas de escavações realizadas na Estação Paleolítica do Casal do Azemel contamos com o apoio permanente de uma equipa constituída por Sérgio E. Monteiro Rodrigues, Maria Teresa Alcobia Maia, Ana Maria Dias Mascarenhas, Teresa Cristina Van Zeller Campos, Fátima Cacilda Duarte Rocha, Maria Teresa Lourenço Topa, Ana Cristina Carvalhinho e Paula Cristina Lopes. A experiência e conhecimentos destes nossos colaboradores revelou-se imprescindível para ultrapassar as múltiplas limitações com que nos deparámos. Participaram também na escavação diversos outros alunos da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, cujo empenho e dedicação muito nos apraz registar: Paulo Jorge Lima Gomes, José Borges, Luísa Trigo de Morais, Maria Manuela Costa Pinto e Vasco Machado Vaz.

CASAL DO AZEMEL (Batalha)

Corte E 31-37 NW

Estratigrafia e distribuição vertical dos artefactos líticos das quadriculas adjacentes em função do respectivo peso



deste tipo de depósitos detríticos são particularmente complexos, como também a frequente convergência de fácies evidenciada com o substrato pliocénico, obrigou muitas vezes a recorrer a pequenas diferenças de textura e coloração para determinar a sua correcta delimitação.

No conjunto da área intervencionada, incluindo as próprias sondagens abertas em 1988 nos sectores NE e intermédio, foi-nos possível estabelecer a seguinte sequência estratigráfica¹⁹:

Camada 1 - O nível pliocénico marinho surge aqui representado de forma homogénea por areias finas, integrando esporadicamente pequenos areões, mas sem nunca revelar uma listagem clara dos seus constituintes. Este depósito suporta um solo fersialítico degradado, caracterizado por um horizonte descolorado esbranquiçado e amarelo claro.

Camada 2 - Perfeitamente individualizada da camada superior em toda a área da escavação pela sua textura claramente mais arenosa e coloração amarelada, esta camada *corresponde a uma* coluvião que apresenta uma espessura que varia entre 40 e 80 cm. No seu interior surgem também quase sempre elementos mais grosseiros, constituídos por areões e pequenos seixos rolados achatados, maioritariamente em quartzo, distribuídos de forma aleatória.

Na extremidade NW da área de escavação surge na base desta camada uma cascalheira com uma espessura máxima que pouco ultrapassa os 10 cm nas suas zonas de maior desenvolvimento. Trata-se de um pequeno nível de pequenos seixos rolados, achatados e quase sempre em quartzo, que localmente assenta no nível pliocénico subjacente. À medida que nos afastamos para SE observa-se de forma gradual o rápido desaparecimento desta cascalheira, assistindo-se por vezes a um acentuado desenvolvimento das coluviões de textura arenosa.

Camada 3 - Corresponde a um depósito orgânico coluvionado, com uma textura arenosa e pulvorenta, entremeada por alguns seixos pequenos e areões de quartzo e quartzite dispersos no seu interior sem qualquer organização. Com uma espessura que raramente ultrapassa os 20 cm, esta

¹⁹ Os levantamentos e descrições estratigráficas realizadas no decurso de cada escavação foram posteriormente revistos por Jean-Pierre Texier, do Instituto do Quaternário da Universidade de Bordéus I, cuja valiosa orientação e apoio tem sido particularmente importante para o desenvolvimento das nossas investigações ao longo dos últimos anos (Cf. J.-P. Texier e J. P. Cunha-Ribeiro, «Les formations quaternaires du bassin du Lis: leur importance pour la chronostratigraphie de l'Acheuleen portugais», Cadernos de Arqueologia», Braga (no prelo),

camada é particularmente rica em raízes e apresenta genericamente uma coloração acinzentada.

A presença da camada 1 foi observada em toda a área escavada, incluindo nas sondagens abertas nos sectores NE e intermédio, registando-se uma relativa homogeneidade na sua coloração e textura dos respectivos constituintes. No que se refere à ocorrência de materiais líticos talhados, constatou-se que, embora normalmente em número inferior aos detectados na camada subjacente, eles surgem aqui dispersos aleatoriamente por toda a camada.

A sua espessura, com um valor médio de 20 cm, apresenta apenas variações pontuais, quase sempre resultantes da topografia do solo actual. A única discrepância foi localizada nas quadrículas F-H/36-37, onde ela ocupa uma bolsa profunda que se desenvolve de forma grosseiramente elíptica e com uma orientação NE-SW. Na sua zona de maior expansão a bolsa chega a atingir uma largura máxima de 1,70 m e uma profundidade de 90 cm, seccionando de forma particularmente abrupta as camadas subjacentes e encaixando-se no próprio substrato pliocénico. A descoberta no interior da bolsa, a uma cota por vezes bastante baixa, de materiais líticos talhados em associação com fragmentos de cerâmica histórica, testemunha bem a génese recente do depósito coluvionar em que se integra e a sua acentuada antropização.

A camada 2, como já atrás referimos, apresenta um desenvolvimento bastante mais diversificado. Na zona de maior concentração de vestígios e nas áreas adjacentes escavadas, globalmente delimitadas pelas quadrículas L-R/28-39 e J-K/33-37, assim como nas sondagens abertas nos sectores intermédio e NE, atinge uma espessura que varia entre 40 e 80 cm, assentando directamente no substrato pliocénico. Mas se localmente a sua distinção da camada superior não apresenta problemas de maior, a delimitação da base nem sempre se revelou fácil, já que o pliocénico não evidencia aí uma litagem clara dos seus constituintes ou uma diferenciação de textura muito nítida. Em consequência, fomos frequentemente obrigados a orientarmo-nos pelos limites aferidos nos cortes onde a existência de uma certa estruturação do nível marinho pliocénico tornava mais clara a definição dos respectivos limites, ou a apoiarmo-nos nos materiais arqueológicos detectados a uma maior profundidade, cuja presença testemunhava também a amplitude do coluvionamento.

Na extremidade NW da escavação, numa zona aproximadamente definida pelas quadrículas E-I/33-37, surge na base da camada 2 uma cascalheira composta por pequenos seixos rolados de morfologia marinha, claramente associáveis na sua origem ao depósito pliocénico subjacente.

A análise da distribuição dos vestígios arqueológicos na zona NW

da escavação permite visualizar a sua concentração na zona superior da camada 2, sendo muito rara a sua presença na respectiva zona inferior e encontrando-se de todo ausentes da cascalheira localmente observável na base da camada. Para SE a distribuição das peças talhadas no interior da camada 2 tende a dispersar-se por toda a coluvião. Aliás, sempre que os fenómenos de remeximento que acompanharam a evolução da coluvião incidiram mais profundamente, afectando o próprio topo do substrato, regista-se um prolongamento da dispersão das peças arqueológicas até à base da camada.

Note-se contudo que, embora a indústria acheulense desta jazida apareça associada preferencialmente à camada 2, a forte pátina eólica que os seus utensílios evidenciam e uma análise mais cuidada do respectivo posicionamento relativo, levam-nos a constatar que não se encontra aí num contexto arqueológico primário. Muitas das peças estavam originalmente colocadas na vertical ou na oblíqua, neste último caso orientadas nas mais variadas direcções, e quando surgiam posicionadas na horizontal observou-se que frequentemente a zona mais afectada pela eolização correspondia à face que se encontrava virada para baixo. Por outro lado, verificou-se que ao contrário das peças arqueológicas, na sua maioria profundamente eolizadas, os constituintes mais grosseiros da camada 2 e os seixos da cascalheira presente na base não evidenciavam qualquer indício de alteração eólica.

Esta situação permite aliás aceitar os resultados das datações obtidas por termoluminescência para a coluvião, cujos valores se revelavam manifestamente incompatíveis com a antiguidade da indústria lítica que nele se integrava, ao sugerir uma datação holocénica para o depósito referido²⁰.

Conjugando as observações estratigráficas realizadas nesta estação paleolítica com a distribuição dos materiais arqueológicos no seu interior, é possível tentar esboçar em traços gerais a evolução geológica e arqueológica do local.

O processo iniciou-se com a própria formação do depósito pliocénico marinho. Posteriormente, num momento que não é possível determinar com rigor, mas no qual este nível pliocénico já evidenciaria muito provavelmente uma disposição topográfica não muito diferente da actual, o seu topo foi afectado por um fenómeno de pedogénese que se traduziu no desenvolvimento de um solo fersialítico degradado.

²⁰ V. nota 9

Mais tarde o local foi ocupado pelo homem do Paleolítico inferior, que aí abandonou diversos testemunhos da sua presença, embora até nós tenham apenas chegado os artefactos líticos por ele usados. Esta ocupação terá sido contemporânea de uma fase de deflação, responsável pela acentuada eolização que a esmagadora maioria dos materiais líticos aí abandonados evidenciam.

Numa fase mais recente, que tudo leva a crer holocénica, deu-se a formação de um depósito coluvionar. O processo iniciou-se com a escorrência dos sedimentos móveis mais finos do topo da formação pliocénica, com a conseqüente acumulação dos seus constituintes mais grosseiros na superfície do depósito, dando-se assim origem à pequena cascalheira residual ainda hoje observável no sector NW da área da escavação em sobreposição ao substrato pliocénico. A continuação do fenómeno de coluvionamento engendrou a deslocação, o revolvimento e o enterramento dos vestígios arqueológicos, apesar de não ter tido uma amplitude suficiente para determinar a sua dispersão espacial de forma significativa. Com esta nova dinâmica boa parte da cascalheira residual foi também revolvida, sobrevivendo apenas o seu testemunho na zona mais elevada, onde a amplitude do fenómeno apenas incidiu na parte superior da camada 2.

A observação da camada 2 ao longo dos sectores SW, Intermédio e NE da jazida, permitiu verificar o seu desenvolvimento relativamente homogéneo em toda a área, o que sugere que a génese da respectiva coluvião ocorreu certamente numa altura em que o substrato pliocénico se encontraria já moldado pela rede de drenagem que ainda hoje condiciona a topografia local. Ora, tendo-se o referido depósito formado numa vertente pouco acentuada, inclinada para ENE, e encontrando-se a área de maior concentração de achados não muito longe do topo do terreno, torna-se lícito admitir que apesar de associados a um contexto arqueológico secundário, a localização dos materiais líticos acheulenses desta jazida não deverá afastar-se muito do primitivo local onde foram abandonados pelo homem paleolítico, tanto mais que as poucas peças talhadas não eolizadas que se detectaram na escavação apresentavam arestas bastante vivas.

O posterior desenvolvimento de uma coluvião claramente mais recente, que corresponde à camada 3 da estratigrafia aí observada, conduziu à erosão da parte superior da camada 2, o que não só leva a compreender a existência de materiais paleolíticos integrados no seu interior, como também justifica a sua presença à superfície da área escavada no sector SW da jazida. Não deixa aliás de ser curioso verificar que a segunda grande área de maior densidade de achados de superfície se localiza numa zona 100 m a ENE do sector SW, aproximadamente no

eixo de inclinação da respectiva vertente, sugerindo a possibilidade de se poder imputar à génese desta coluvião mais recente a responsabilidade pela sua dispersão.

5. Indústria lítica

No decurso das quatro campanhas de trabalho realizadas na Estação Paleolítica do Casal do Azemel, entre 1988 e 1991, recolhemos cerca de 4000 objectos líticos, cujo posicionamento no interior das quadrículas escavadas foi devidamente anotado para posteriormente se poder observar a sua correcta distribuição estratigráfica e espacial. O estudo exaustivo dos materiais encontra-se porém ainda numa fase de elaboração, tendo em vista não só a sua análise técnica e tipológica dos diferentes grupos de materiais, como também a definição das estratégias operatórias subjacentes à sua produção.

O estudo preliminar já realizado de um conjunto de 974 peças, recolhidas na campanha de 1990, constitui contudo uma amostragem aleatória suficientemente significativa para se poder estabelecer algumas das principais características desta indústria lítica, de acordo com os pressupostos metodológicos anteriormente definidos no desenvolvimento de trabalhos similares²¹.

Um aspecto que desde logo se destaca na observação dos materiais é a profunda eolização que afectou a maioria das peças. Cerca de 94,6% dos objectos referidos apresentam-se globalmente eolizados, enquanto 4,8% revelavam uma incidência parcial da pátina eólica e só 0,6% não evidenciavam qualquer indício de alteração das respectivas superfícies.

O recurso sistemático à quartzite é também uma constante, já que abrange 95,1% das peças recolhidas. O sílex e o quartzo surgem representados com percentagens claramente inferiores (2,5% e 2,4%, respectivamente), o que em boa parte poderá ter decorrido da excelente qualidade de talhe evidenciada pela quartzite utilizada. São aliás raros os utensílios elaborados nestas duas últimas matérias-primas. À excepção de um pequeno biface, a maior parte das peças em sílex são associáveis a subprodutos de talhe (fragmentos de lasca, detritos, etc.), enquanto as de quartzo se reportam quase sempre a pequenas lascas não transformadas.

²¹ Cf. J. P. CUNHA-RIBEIRO, «Contribuição para o estudo do Paleolítico do vale do rio Lis no seu contexto crono-estratigráfico», *Portugália*, vol. XIII-XIV, Porto, 1992-1993, pp. 7-137

No conjunto dos materiais recolhidos na escavação integraram-se não apenas os artefactos e as peças que pelas suas características técnicas e morfológicas correspondiam a produtos e sub-produtos de talhe, como também outros materiais líticos com uma alteração física similar e cujas dimensões, tendo em conta a natureza e a textura dos depósitos a que se encontravam associados, nos levaram a admitir a sua origem antrópica. A posterior análise de alguns estalamentos e seixos rolados detectados em tais circunstâncias veio aliás confirmar esta hipótese. Em muitos dos seixos identificaram-se claros indícios da sua utilização como percutores, enquanto numerosos estalamentos se apresentavam por seu turno retocados.

As 974 peças sumariamente estudadas repartiam-se pelos seguintes grupos:

Bifaces	128	(13,1%)
Machados de Mão	35	(3,6%)
Triedros	9	(0,9%)
Seixos talhados	3	(0,3%)
Utebsílios sobre lasca	20	(2,1%)
Lascas	347	(35,6%)
Núcleos	114	(11,7%)
Fragmentos	189	(19,4%)
Detritos	42	(4,3%)
Outros (estalamentos, seixos, etc.)	97	(9%)

Os bifaces constituem o grupo de utensílios mais numeroso, representado 65,6 % do total dos artefactos identificados. Na sua esmagadora maioria foram elaborados em quartzite (99,2%) e apresentam-se quase sempre profundamente eolizados.

A análise dos suportes permitiu verificar uma clara predominância das lascas, utilizadas em 69,5% dos utensílios estudados, enquanto o aproveitamento de seixos rolados apenas foi registado em 10% dos bifaces e cerca de 1,7% de bifaces foram manufacturados a partir de calotes e placas de quartzite. Em 18,6% dos casos não se conseguiu porém identificar a natureza dos respectivos suportes.

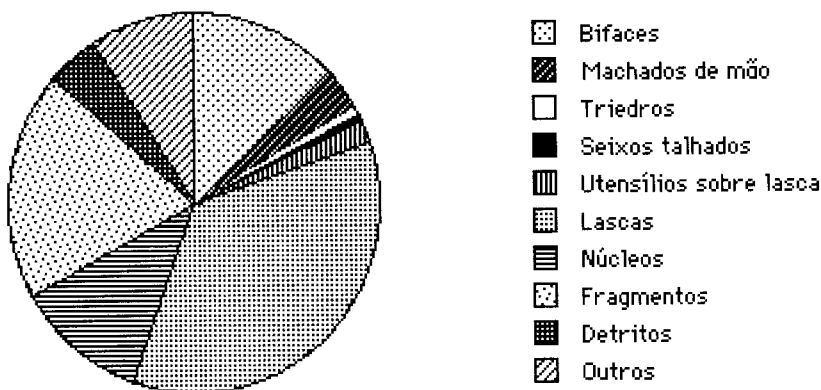


Fig. 5 — Repartição dos objectos líticos recolhidos na Estação Paleolítica do Casal do Azemel pelos diferentes grupos de classificação.

A utilização exclusiva do percutor duro não impediu o aparecimento de artefactos com uma morfologia bastante equilibrada, revelando frequentemente silhuetas com uma assinalável simetria e bordos de perfil relativamente rectilíneo. Em boa parte dos utensílios tal situação resultou de um aproveitamento judicioso da morfologia dos respectivos suportes, já que a sua confecção muitas vezes se limitava às transformações mínimas indispensáveis, o que se traduziu na presença de um significativo número de bifaces parciais (31,6%), unifaces (12,4%) e esboços de bifaces (9,1%). Os restantes utensílios integravam-se no grupo dos bifaces espessos (46,9%), registando-se um claro predomínio das formas amigdalóides e ovalares. O reduzido número de bifaces planos detectados encontram-se inseridos no grupo dos bifaces parciais.

A morfologia das extremidades distais destes artefactos permitiu ainda verificar a existência maioritária de formas apontadas e arredondadas, embora se tenha também observado um número apreciável de utensílios em bisel terminal.

Os machados de mão, não obstante serem o grupo de artefactos numericamente mais importante logo a seguir aos bifaces, estão apenas representados por 35 exemplares, o que corresponde a 3,6% do total dos objectos líticos recolhidos e a 17,9% dos utensílios identificados.

Elaborados com percutor duro a partir de lascas de quartzite, quase sempre de grandes dimensões, apresentam-se também na sua totalidade muito eolizados.

Em termos classificativos, a sua distribuição pelos vários tipos definidos por J. Tixier²², permite constatar o predomínio dos tipos tecnicamente mais simples. No entanto, o facto de 31,4% destes utensílios se integrem nos chamados “proto-hachereaux” e 25,7% no tipo I, não

impediu que muitos deles revelassem uma morfologia bastante equilibrada, determinada na maior parte dos casos por um reduzido número de levantamentos. Os restantes artefactos, embora em menor número, incluem porém já alguns tipos mais evoluídos. Os machados de mão associáveis ao tipo II representam 22,9% do total destes utensílios, 5,7% são do tipo V, 8,6% do tipo VI e 5,7% pertencem a tipos compósitos intermédios.

No grupo dos triedros integraram-se apenas 9 objectos talhados, o que corresponde a 0,9% do total das peças recolhidas e a 4,6% dos artefactos, sendo todos eles do tipo A definido por Querol e Santonja no estudo da jazida acheulense toledana de Pinedo²³. Esta percentagem é ainda mais reduzida se quisermos ser um pouco rigorosos, considerando apenas como triedros os artefactos cuja ponta triédrica foi formada pela intersecção de levantamentos obtidos a partir de três arestas distintos²⁴.

O número de seixos talhados é porém ainda menor, já que os três únicos exemplares identificados representam 0,3% dos materiais estudados e 1,5% dos utensílios. Esta situação, juntamente com a diminuta percentagem de triedros, constitui aliás uma das características comuns às várias indústrias acheulenses da região²⁵.

Finalmente, os utensílios sobre lasca são essencialmente constituídos por raspadores e denticulados, quase sempre elaborados a partir de lascas de quartzite de dimensões médias. No seu todo correspondem a 2,1% das peças recolhidas e a 10,4% dos artefactos detectados.

As 347 lascas estudadas representam mais de 1/3 dos materiais recolhidos na campanha de escavações de 1990 (35,6%). Na sua grande maioria apresentam-se também profundamente eolizadas e foram obtidas preferencialmente a partir de núcleos de quartzite (96,5%). O quartzo só foi utilizado como matéria-prima em 2,9% dos casos e o sílex em apenas 0,6%.

²² Cf. J. Tixier, «L'hachereau dans l'Acheuléen Nord-Africain. Notes typologiques», *Congres Préhistorique de France*, XV Session, Poitiers-Angoulême, pp. 914-923 e L. Balout, P. Biberson e J. Tixier, «L'Acheuléen de Ternifine (Algérie), gisement de l'Atlantrophe», *L'Anthropologie*, 71, Paris, 1967, pp. 217-238.

²³ Cf. M. A. Querol e M. Santonja, *El yacimiento acheulense de Pinedo (Toledo)*, Ministerio de Cultura, Dirección General del Patrimonio Artístico, Archivos e Museos, Madrid, p. 181.

²⁴ Cf. A. Tavoso, *Le Paléolithique inférieur et moyen du Haut-Languedoc. Gisement des terrasses alluviales du tarn, du Dadou, de l'Agout, du Sar et du Fresquel*, Études Quaternaires, Mémoire n° 5, Éditions du Laboratoire de Paléontologie Humaine et Préhistoire, Paris, p. 23.

²⁵ Cf. J. P. Cunha, Ribeiro, «Contribuição para o estudo do Paleolítico do vale do rio Lis no seu contexto crono-estratigráfico», *Portugália*, vol. XIII-XIV, Porto, 1992-1993, pp. 7-137.

Embora no seu conjunto as médias aferidas para as suas principais dimensões não se revelem muito elevadas ($C = 69$ mm; $l = 63$ mm; $e = 24$ mm), surgem contudo alguns peças de grandes dimensões que tudo leva a crer terem sido produzidas num outro local, dado não existirem nesta jazida vestígios de núcleos susceptíveis de possibilitarem a sua obtenção. Frequentemente a morfologia destas lascas sugere aliás a sua potencial utilização como suportes para o fabrico de artefactos mais elaborados (bifaces, machados de mão, etc.), o que permitiria compreender a razão pela qual elas foram para aqui transportadas. Refira-se contudo que cerca de $1/3$ das lascas apresentam um comprimento inferior a 5 cm, sendo mesmo possível considerar algumas delas, tendo em conta as suas dimensões, como lascas de talhe.

A aplicação dos critérios classificativos estabelecidos por A. Tavoso para o estudo das indústrias paleolíticas da bacia do Garona, igualmente obtidas a partir de seixos rolados de quartzite e de quartzito²⁶, levou-nos a constatar o predomínio das chamadas lascas de 2.^a geração (56,5%). Trata-se de lascas extraídas de núcleos bastante explorados, o que determinou a descorticação completa das respectivas faces superiores em boa parte dos exemplares considerados, ou a preservação de zonas corticais claramente residuais nos restantes. As lascas de 1.^a geração, por seu turno, agrupam fundamentalmente lascas de descorticação e correspondem a 43,5% do total das peças estudadas.

Estas características evoluídas evidenciadas pelas lascas reflectem-se na natureza dos respectivos talões, maioritariamente lisos (38,3%), embora a percentagem de talões corticais seja significativa (26,8%). Os talões diedros foram identificados em 3,5% dos casos estudados, enquanto os facetados abrangiam 7,5% das peças, o que correspondia a um índice de facetagem amplo de 14,4 e de facetagem restrita de 9,8. Nas restantes lascas (23,9%), o talão havia sido nalguns casos acidental ou intencionalmente suprimido e outros apresentavam fracturas que impediam a sua caracterização.

Os núcleos estão representados por 114 objectos líticos (11,7% do total), na sua maior também em quartzite e muito eolizadas. Apesar de o estudo deste grupo de peças não ter sido ainda completamente desenvolvido, é contudo já possível delinear alguns dos seus principais atributos.

²⁶ Cf. A. Tavoso, *Le Paléolithique inférieur et moyen du Haut-Languedoc. Gisement des terrasses alluviales du tarn, du Dadou, de l'Agout, du Sar et du Fresquel*, Études Quaternaires, Mémoire n.º 5, Éditions du Laboratoire de Paléontologie Humaine et Préhistoire, Paris, p.33-34

Uma das suas características mais salientes é a ausência de peças de grandes dimensões. No entanto, constata-se que mesmo tendo em conta as suas dimensões relativamente reduzidas, boa parte dos núcleos utilizaram como suportes seixos rolados de quartzite, claramente inexistentes na área da jazida.

Normalmente apresentam-se explorados de uma forma intensiva, tendo permitido a extracção de lascas de pequenas e médias dimensões, o que se traduz no predomínio das formas tendencialmente globulosas. Surge igualmente um elevado número de núcleos com levantamentos centrípetos, evidenciando frequentemente uma preparação parcial dos respectivos planos de percussão periféricos, embora apenas uma das peças detectadas tenha sido associada à utilização da técnica Levallois.

Os fragmentos e os detritos correspondem no total a 23,7% dos materiais encontrados. Mais numerosos (19,4%), os fragmentos englobam quase sempre pequenas peças talhadas cuja posterior fracturação impede a sua adequada classificação nos vários grupos técnicos e tipológicos a que já nos referimos. Os detritos, representados por seu turno em menor quantidade (4,3%), abarcam essencialmente objectos de pequenas dimensões resultantes de acidentes de talhe.

Por razões atrás aduzidas, recolheram-se ainda no decurso da escavação numerosos estalamentos e seixos rolados de média dimensão, que no total constituem 9% das peças estudadas. Mas se os estalamentos se apresentam em muitos dos casos talhados de tal maneira que a sua contemporaneidade com o homem paleolítico não deixa quaisquer dúvidas, o aspecto mais relevante destes materiais centrou-se na observação nalguns seixos rolados de uma assinalável concentração de macerações, normalmente centradas em pontos estratégicos dos seixos — nas zonas laterais das extremidades, junto das angulosidades, etc., — e acompanhadas frequentemente por descamentos superficiais do córtex, que sugerem a sua eventual utilização como percutores.

Com base na amostragem estudada, pode-se desde já realçar algumas das principais características da indústria acheulense da Estação Paleolítica do Casal do Azemel.

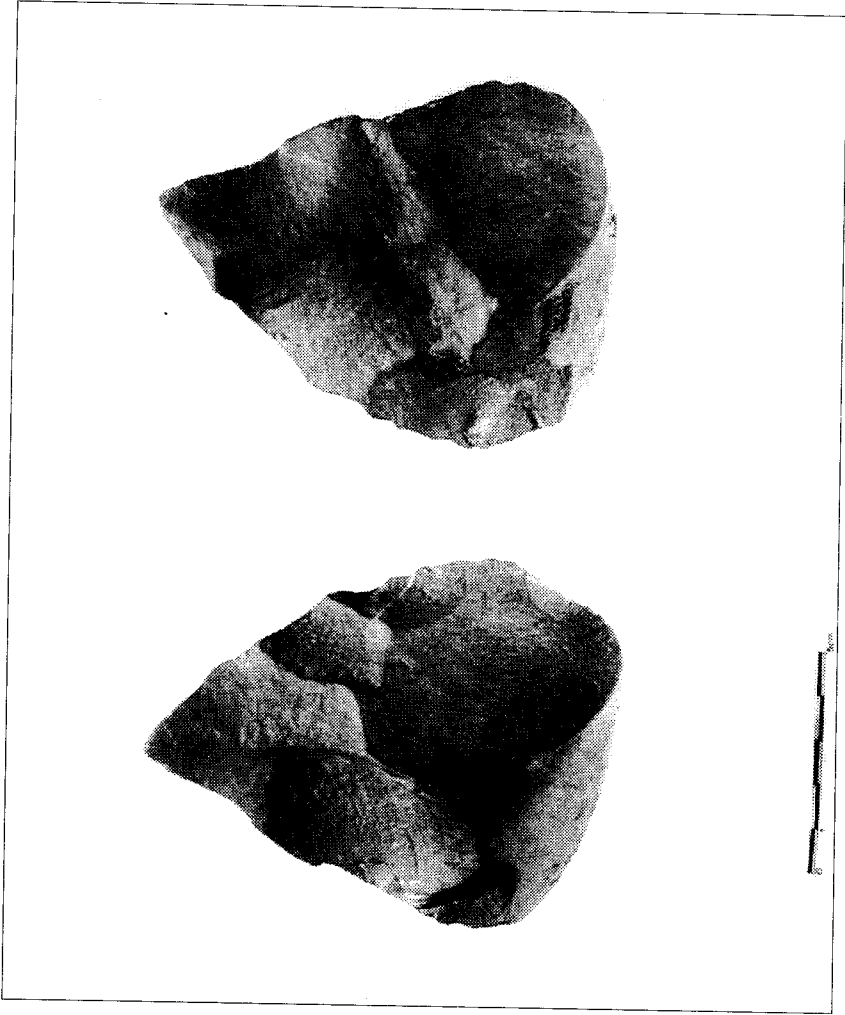
O claro predomínio das lascas de 2.^a geração e dos talões lisos, juntamente com o elevado número de talões diedros e facetados que foram identificados, constitui sem dúvida um dos aspectos mais marcantes da sua evolução técnica. Esta situação é aliás corroborada pela presença de núcleos intensamente explorados, muitos dos quais claramente centrípetos e com uma preparação parcial dos planos de percussão. A técnica Levallois, embora fosse conhecida, não se ajustava aparentemente à

estratégia de exploração da matéria-prima disponível, já que a sua aplicação foi apenas detectada num único núcleo.

Em termos tipológicos, para além da reduzidíssima percentagem de triedros e seixos talhados, assinala-se a existência de um número relativamente significativo de utensílios sobre lasca, embora comportando tipos pouco diversificados. Os bifaces estão maioritariamente representados por tipo espessos e parciais, mas revelam uma acentuada diferenciação tipológica, surgindo amiúde alguns tipo confeccionados com um apreciável apuro técnico. Entre os machados de mão, apesar de se constatar o predomínio dos tipos “0” e I, regista-se igualmente a presença de tipos claramente mais evoluídos do ponto de vista técnico.

Em termos comparativos estas características aproximam inequivocamente a indústria lítica do Casal do Azemel das mais recentes ocupações acheulenses até agora encontradas na região, em particular da indústria estudada na Estação Paleolítica do Casal de Santa Maria ²⁷.

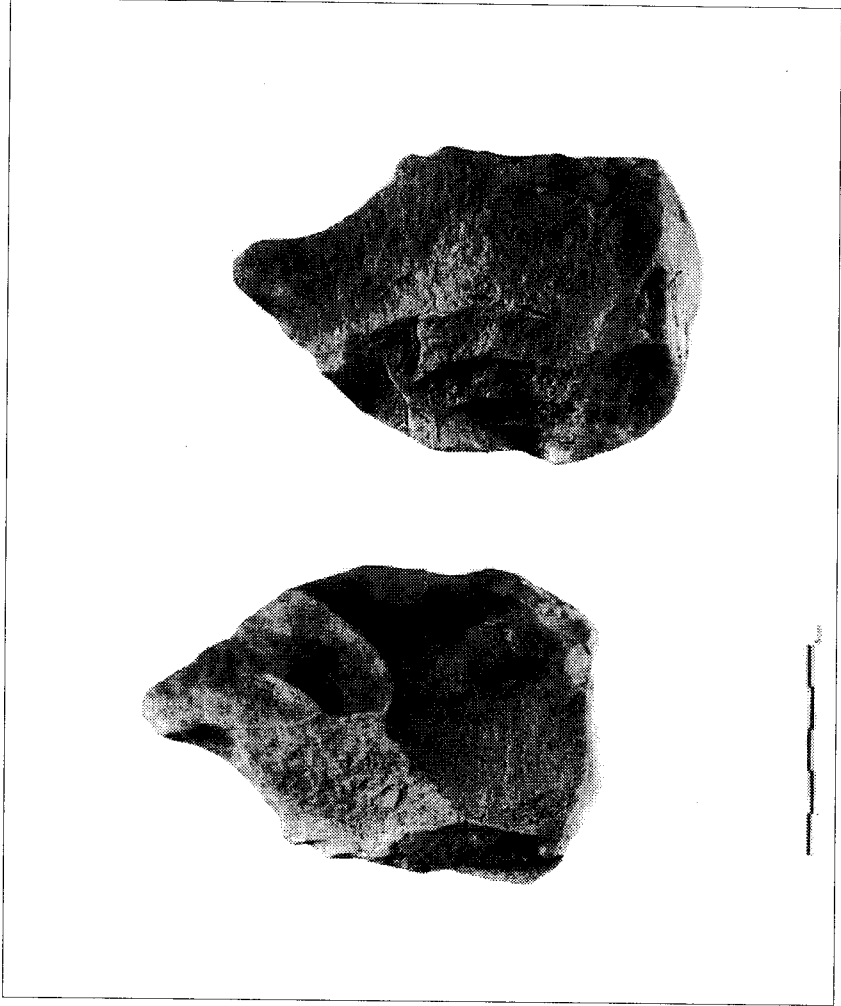
²⁷ Cf. J. P. Cunha, Ribeiro, «Contribuição para o estudo do Paleolítico do vale do rio Lis no seu contexto crono-estratigráfico», *Portugália*, vol. XIII-XIV, Porto, 1992-1993, pp. 7-137.



1 — Biface Amigdalóide curto com talão, elaborado a partir de um seixo rolado e com extremidade distal apontada.



2 — «Proto-Limande» com a ponta partida.



3 — Biface espesso, ovalar com talão, apontado.



4 — Biface Amigdalóide com talão, com entalhe adjacente à extremidade distal arredondada.



5 — Biface Amigdalóide com talão, com a extremidade distal bem destacada e apontada, mas posteriormente arredondada com retoque.



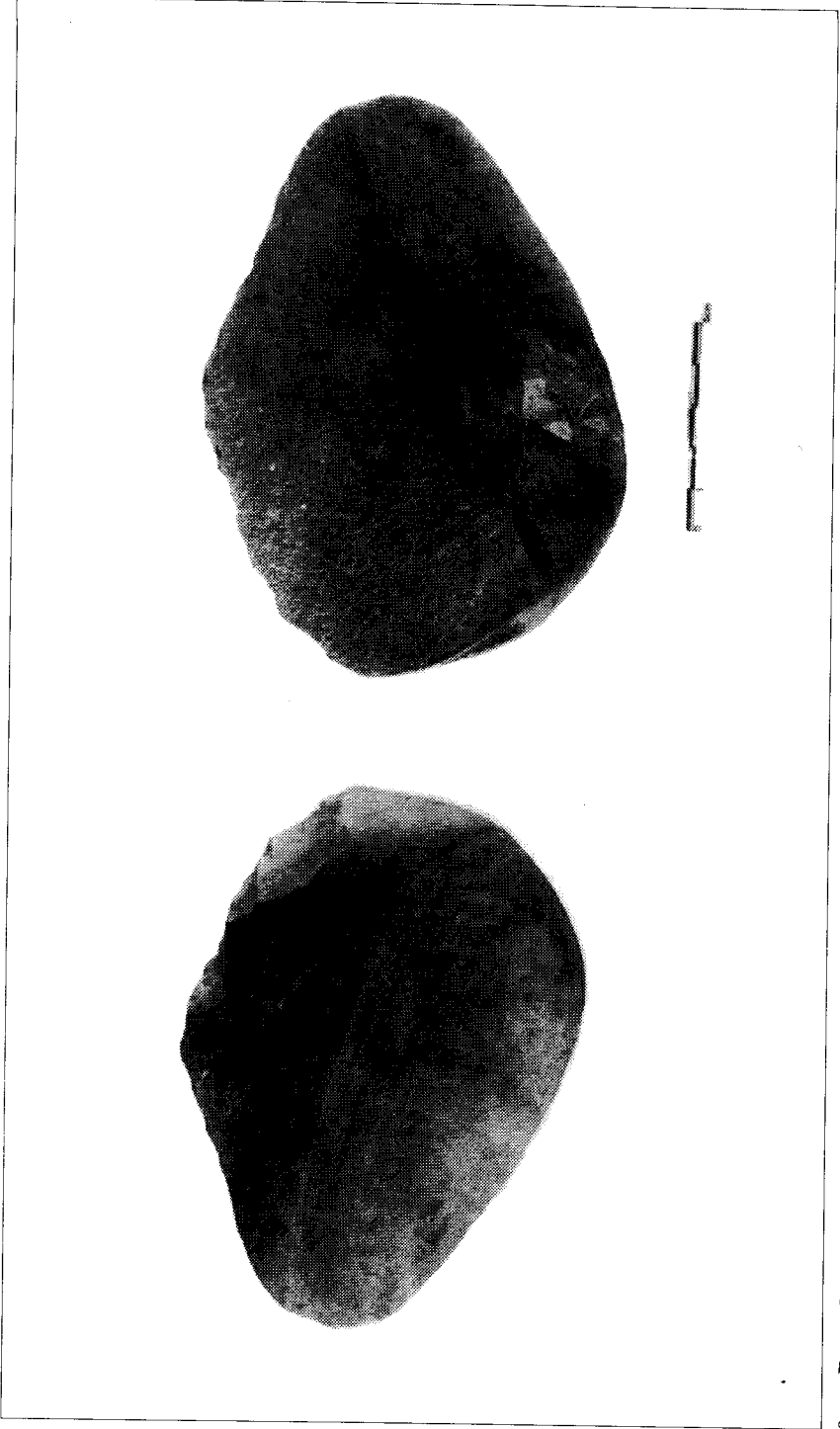
6 — Biface parcial Amigdalóide com talão, com extremidade distal arredondada.



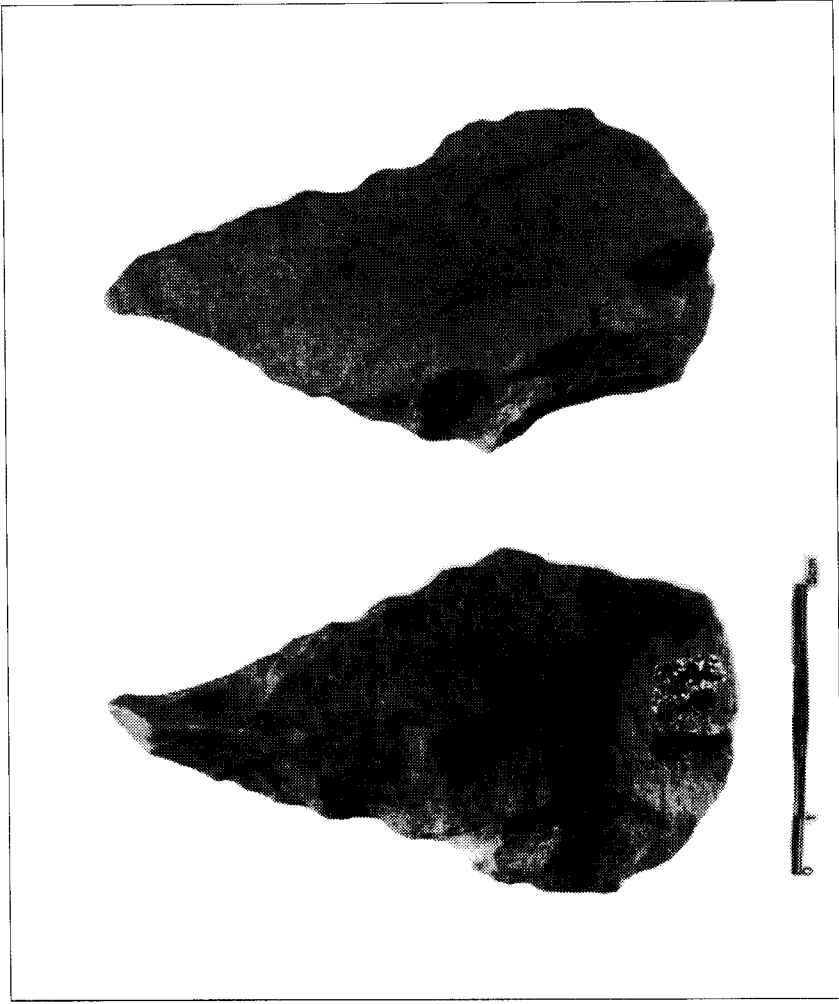
7 — Machado de mão associável a uma forma de transição entre os tipos I e V.



8 — Machado de mão tipo V.



9 — Raspador transversal convexo sobre lasca de descorticagem.



10 — Ponta de Tayac.

NOTÍCIAS E RECENSÕES

I Encontro Internacional de Estudos Medievais

(São Paulo, USP, Jul. 1995)

Sob a égide do «Programa de Estudos Medievais» das Universidades de São Paulo (USP), Estadual de Campinas (UNICAMP) e Estadual Paulista (UNESP), decorreu na primeira destas Universidades, de 4 a 6 de Julho do corrente ano, o *Encontro* sobre a temática em epígrafe, contando com a dinâmica organização das Prof.^{as} Yara Frateschi Vieira (UNICAMP e U. Albany, NY, EUA) e Lênia Márcia Medeiros Mongelli (USP).

Compreendeu o Encontro 7 sessões plenárias e 10 sectoriais, e ainda uma sessão para lançamento público de dois livros (Lênia Márcia Mongelli, M.^a do Amparo T. Maleval e Yara Frateschi Vieira, *Vozes do Trovadorismo galaico-português*, São Paulo, FTD, 1995; e *Do Cancioneiro de D. Dinis*, coord. Lênia Márcia Mongelli, São Paulo, Íbis, 1995). Quatro das sessões plenárias foram consagradas às intervenções dos conferencistas convidados, a saber:

— Ruy Afonso da Costa Nunes (USP), «Da alegria do amor ao deus de amor»;

— M.^a Elsa de Jesus Gonçalves (UL), «Tradição manuscrita e edição de texto: experiências ecdóticas no campo da poesia trovadoresca galaico-portuguesa»;

— Armando Luís de Carvalho Homem (UP e UAL), «Ser historiador em Portugal, hoje»;

— Evanildo Bechara (UERJ), «Um aspecto linguístico no *Leal Conselheiro*, de D. Duarte»;

— e Cleonice Berardinelli (UFRJ), «A permanência do teatro medieval no século XVI».

Em duas outras sessões plenárias foram feitos relatos de algumas investigações actualmente em curso; concretizando:

— Maria Luíza de Carvalho Armando (*sic*) e equipe (UFRGS), «A tradição da lírica amorosa galaico-portuguesa na produção poético-lírica posterior de Portugal»;

— Tereza Aline Pereira de Queiroz (USP), «Melancolia e *accidia* na composição do pecado da preguiça no século XV»;

— Maria do Amparo Tavares Maleval (UEF), «Trovadorismo galego-português e Neotrovadorismo galego»;

— Leodegário de Azevedo Filho (UERJ), «Leitura simbólica das cantigas de Pero Meogo»;

— Jônatas Batista Neto (USP), «A influência persa no Império Bizantino»;

— e Carlos Alberto Iannone e equipe (UNESP), «A Idade Média em Portugal. Reflexos na Literatura Portuguesa dos séculos XIX e XX».

As sessões sectoriais compreenderam um total de 40 comunicações, em torno das seguintes temáticas: «A edição de textos medievais»; «A cidade na Baixa Idade Média» (2 sessões); «O código amoroso e a arte de trovar na poesia lírica galego-portuguesa»; «As representações simbólicas na cultura medieval nos séculos XIII a XV» (2 sessões); «O teatro medieval e a Corte»; «A hagiografia medieval»; «As poéticas dos séculos XII e XIII»; e «A 'aventura' cavaleiresca na novelística medieval».

Na sessão plenária de encerramento procedeu-se à avaliação do *Encontro* (prática hoje corrente no mundo anglo-saxónico), tendo sido proposta a criação de uma Associação Brasileira de Estudos Medievais (para a comissão instaladora foram designadas as duas organizadoras do *Encontro* e ainda o Prof. Hilário Franco Jr. [USP]).

Conforme se depreende de um simples e rápido percurso das temáticas abordadas, 3 foram as áreas em causa: os estudos históricos, os estudos literários e os estudos filológico-linguísticos. O que de imediato nos poderá dar uma ideia de algumas assimetrias verificadas. Porque se os estudos de Literatura e de Filologia medieval portuguesas têm uma longa e prestigiada tradição no Brasil (e alguns dos seus expoentes foram vozes activas no *Encontro*; para além da lembrança perene do MESTRE — e meu grande Amigo — que foi Celso Cunha [1917-1989]), já o interesse dos universitários brasileiros pela História Medieval é bem mais recente. Aí por 1984/85, proferindo conferências em Portugal por ocasião das comemorações do centenário de Jaime Cortesão, M.^a Beatriz Nizza da Silva (USP) salientava o peso da contemporaneidade (o século XX) na recente (ao tempo) Historiografia brasileira; mas salientava também que — e nomeadamente nas Universidades paulistas — algo estaria a querer mudar. Passava-se isto, como disse, há uns dez anos atrás. Na proximidade temporal da campanha das *Directas, já!* e da eleição de Tancredo Neves. Ou seja, ao darem-se no Brasil passos decisivos no sentido do regresso à democracia representativa, não deixou tal circunstância de se reflectir no labor dos *profissionais de Clio*, buscando-se nomeadamente um aprofundar do conhecimento das raízes históricas dos problemas da sociedade brasileira; o que poderia incluir as sociedades da Idade Média europeia, muito particularmente ibérica¹; e, acima de tudo (poderia logicamente pensar-se), o Portugal Medieval.

¹ Cf. a este respeito as considerações de José Mattoso no «Prefácio» ao livro de Hilário FRANCO Jr., *Peregrinos, Monges e Guerreiros: Feudo-Clericalismo e Religiosidade em Castela Medieval*, São Paulo, HUCITEC, 1990, pp. 7-8.

E hoje, como estamos em termos de medievismo brasileiro?

É evidente que quando de tal se fala não faltará quem, entre nós, manifeste algum cepticismo/pessimismo quanto aos resultados finais. É estado de espírito que, pessoalmente, não partilho². E não partilho porque tenho presentes alguns antecedentes ilustres que comprovam a não impossibilidade de cultivar com êxito a *História Medieval* em países que não tiveram Idade Média:

— Claudio Sanchez-Albornoz logrou-o há umas boas décadas, a partir de uma (então) remota cidade da Argentina;

— e na Historiografia brasileira (e paulista em particular) tenha-se em atenção um Eurípides Simões de Paula (fundador da prestigiada *Revista de História*, da USP) ou um Eduardo de Oliveira França; ou, num outro plano, um Manuel Nunes Dias.

Simplesmente, *que* Idade Média é, no fim de contas, cultivanda (e cultivável) em terras de Vera Cruz? Entendamo-nos. O Brasil é uma 'projectão' trans-atlântica das sociedades de uma Europa cristã e ocidental (leia-se *latina e romana*). Se do que de facto se trata é da busca das raízes medievais do Brasil, nunca este quadro cultural de referência deve ser perdido de vista. E, assim sendo, o projecto de Jônatas B. Neto não deixa de ser suscitador de alguma perplexidade. Radicalizando (ainda que de forma interrogativa): não será que uma *História Medieval* cultivada no Brasil deveria ter por primacial objecto a Idade Média da Península Ibérica? Quanto mais não fosse por uma questão de acessibilidade linguística das fontes escritas...

Muitos dos pequenos-grandes equívocos que aqui deixo implícitos estiveram plenamente presentes nas comunicações apresentadas nas sessões dedicadas às cidades da «Baixa Idade Média» (como impropriamente se continuam a designar além-Atlântico os tempos post-Ano Mil) ou às representações simbólicas na cultura medieval: a 'fuga' para a História das Mentalidades, o alibi da difícil acessibilidade das «fontes primárias», o *re-fum-fum* (como diria J. S. da Silva Dias) das «fontes secundárias» e (sobretudo) das «fontes literárias», etc., etc.

Entendamo-nos, novamente. O Brasil só logrará a edificação de uma verdadeira Historiografia medievística integrando-se no quadro referencial do medievismo europeu (conhecimento de correntes historiográficas³, etc.) e investigando aquilo que, por uma questão de acessibilidade linguística, mais próximo se encontra dos respectivos investigadores: as sociedades medievais da Península Ibérica. Por outro lado, não se confunda *investigação* com trabalhos de mera dimensão escolar. Finalmente, e na era dita das *Novas Tecnologias*, não parece já muito sustentável o alibi da inacessibilidade das fontes primárias⁴; haverá é que abordá-las convenientemente; foi por esta razão que,

² Nada pessimista é igualmente a posição de J. Mattoso, no texto referido na nota anterior, quando, entre outras coisas, avança: «escrevo este prefácio (...) para deste modo encorajar também os colegas de Hilário Franco Júnior, que com ele acreditam na necessidade de mostrar aos brasileiros as suas origens europeias» (*Loc. cit.*, p. 7).

³ Evidentemente que isto toca um problema de solução nada fácil: o da circulação do livro entre a Europa (mormente latina) e o Brasil. As Editoras Universitárias brasileiras têm tido uma boa política de traduções. Mas é óbvio que não se traduzem revistas ou actas de congressos...

⁴ Note-se que isto não toca apenas, no Brasil, a investigação histórica. Do lado dos Estudos Filológicos e Literários não faltam os que denunciam o «imperialismo da Filologia e da Crítica Textual», e que, por exemplo, no tocante às Cantigas de Escárnio e Mal-Dizer, continuam a utilizar a edição Rodrigues Lapa como se definitiva fosse; i.e., fazendo a última coisa que Rodrigues Lapa quereria. Só que esta atitude também do lado de cá se encontrava: veja-se o exemplo da recente tese de doutoramento de Américo Lindeza Diogo (U. Minho). Tudo isto foi apontado (suave, mas percutientemente) na intervenção de M.^a Elsa Gonçalves.

na sessão plenária de encerramento, sugeri a introdução nas post-graduações em *História Medieval* de dois tipos de disciplinas, a saber:

— *Paleografia e Diplomática Medieval* (matérias actualmente só leccionadas na UFRJ);

— e *Tipologia e Crítica das Fontes Medievais da Península Ibérica*.

Não se depreenda, no entanto, de tudo o que acabo de escrever que as necessárias adaptações dependem somente dos nossos irmãos brasileiros. Entre os universitários portugueses haverá que superar de vez uma frequente *sobranceria* face a quantos, vindos de além-Atlântico, demandam o nosso País na senda de orientação para trabalhos de índole medieva.

Não se depreenda também das minhas palavras um balanço global negativo das secções propriamente históricas do *Encontro*. De modo algum. Na secção votada à História Urbana apraz-me registar a excelente qualidade de algumas comunicações:

— Caso de Andréia Cristina Lopes Frazão da Silva (UFRJ), «La Rioja e Gonzalo de Berceo: fronteira e cultura»;

— caso de Teresa Vitória F. Alves (UFRJ), «Oficiais e ofícios: um universo multifacetado na Estremadura Portuguesa»;

— caso de Gracilda Alves (UFRJ), «Água: um universo determinante na Estremadura portuguesa»⁵; esta comunicação e a anterior foram das raras estribadas em documentação de arquivo.

Noutras secções, destaque ainda para:

— José Rivair Macedo (USP), «Um gênero cômico medieval: o *fabliau*»;

— Marisa Mikahil Boccalato (PUC/SP), «*Tristão e Isolda* e as trovas corteses: faces do imaginário»;

— Paula Bernardes Sória (USP), «Os *Fabliaux*: o judeu no imaginário medieval»;

— e Teresa Candolo-Câmara (UNICAMP), «Hagiografia medieval portuguesa — *Exemplum*» («*Conto de amaro*, da 'Collecção Mystica de Fr. Hylário da Lourinhã...'»).

E destaque do novo para a intervenção de Tereza Aline Pereira de Queiroz, atrás referida.

⁵ É de saudar vivamente a participação de Gracilda Alves no *Encontro*, porquanto esta investigadora foi alvo há anos, em São Paulo, de uma *cabala* universitária de todo o tamanho. E a 'estória' chegou a Portugal *MUITO MAL CONTADA!*... O seu 'reaparecimento' não poderia ter decorrido, cientificamente, sob melhores auspícios.

Cumpre-me realçar, por último, o ambiente caloroso em que decorreu todo o *Encontro* e a recepção fidalga de que foram objecto os dois convidados portugueses. Para os medievistas do nosso País, que até agora têm privilegiado os contactos com Universidades dos Estados do Rio de Janeiro e de Minas Gerais, múltiplas novas portas ficaram abertas. E aguardemos a publicação para breve (tal como prometido) dos *Anais do Encontro*.

Porto, 12 de Agosto de 1995.

Armando Luís de Carvalho Homem

XVIII^e Congrès International des Sciences Historiques

(Montréal, 27.Ag.º03.Set. 1995).

«Faut-il rappeler que la conscience que la science historique a d'elle-même, de sa marche, de ses options méthodologiques et de son devenir, constitue une source de réflexion essentielle pour l'avancement de notre discipline?» (*François BÉDARIDA*)¹

Sob a égide do Comité International des Sciences Historiques (CISH) (fundado em 1926), acaba de realizar-se a 18.^a edição do *forum* mundial dos historiadores. Iniciativa respeitável, sem sombra de dúvida: a 1.^a edição remonta a Paris/1900. De periodicidade quinquenal a partir da 3.^a edição (Berlim/1908), apenas as duas Guerras Mundiais interronperam a regularidade das reuniões: não houve efectivamente Congressos em 1918, 1943 e 1948; retomados em 1950 (10.^a ed., Paris), a regularidade da realização não mais foi perturbada. A edição do presente ano foi a segunda realizada fora da Europa, apenas antecedida, há 20 anos, pelo 14.^o Congresso (S. Francisco).

Poderá parecer um lugar-comum, mas a verdade é que a reunião de Montréal não deixou de traduzir as interrogações/indecisões da Historiografia e/ou do Mundo actual. O XVIII^e Congrès compreendeu um total de 3 temas *maiores*, 16 temas *especializados*, 36 *mesas-redondas* e ainda os Colóquios específicos dos 22 *Organismos Internacionais filiados* no CISH e das suas 18 *Comissões Internas*². E essa dimensão *situacional* (numa média duração) das problemáticas propostas está desde logo patente em temas como:

¹ «Rapport du secrétaire général du CISH» (Cf. *infra*, nota (2)), p. 1.

² Na redacção da presente notícia, e para além da nossa observação pessoal, servimo-nos dos seguintes elementos: XVIII^e Congrès International des Sciences Historiques/18th International Congress of Historical Sciences — 1995: *Actes /Proceedings. Rapports, résumés et présentations des tables rondes/Reports, Abstracts and Introductions to Round Tables*, ed. Claude MORIN, Montréal, Comité International des Sciences Historiques/International Committee of Historical Sciences, 1995, 516 pp. (volume doravante referido como *Actes*); «Rapport du secrétaire général du CISH» [François Bédarida] (texto policop. de 11 pp.); e «Liste des participants/List of participants» (listagem policop. de 93 pp.).

- «Nações, povos e Estados (Etnias e povos indígenas, Estados-nações e Estados multiculturais; antigos e novos nacionalismos)» (Tema *maior* n.º 1, coord. F. Bédarida [França] e N. Roussellier [id.]);
- «As diásporas: origens, formas e significado (Gregos, Judeus, Indianos, Chineses, Portugueses, Irlandeses, Arménios, etc.)» (Tema *maior* n.º 3, coord. N. Z. Davis [EUA] e Y. Kaplan [Israel]);
- «O poder e a liberdade da investigação histórica e dos seus meios de difusão» (Tema *especializado* n.º 1, coord. A. O. Tchoubarian [Rússia]³; de algum modo complementar, a temática da *mesa-redonda* n.º 35, «Presente e futuro das revistas de História», coord. D. L. Ransel [EUA]);
- «A história oral: balanço de um quarto de século de reflexão metodológica e de trabalhos» (Tema *especializado* n.º 4, coord. P. Joutard [França]);
- «Os movimentos religiosos entre o proselitismo, a intolerância e a liberdade» (Tema *especializado* n.º 6, coord. K. Elm [Alemanha]);
- «A história do ambiente: um retorno à macro-história? (Economia e ecologia: inimigas ou aliadas?)» (Tema *especializado* n.º 14, coord. J.-P. Poussou [França] e E. Crouzet-Pavan [id.]);
- «A construção das identidades sociais» (*Mesa-redonda* n.º 6, coord. R. Chartier [França]);
- «A demografia urbana perante a industrialização» (*Mesa-redonda* n.º 8, coord. A. Brändström [Suécia] e L.-G. Tedebbrand [id.]);
- «Estado, sociedade e doença: as políticas de saúde pública» (*Mesa-redonda* n.º 9, coord. M. C. Nelson [Suécia] e J. Rogers [id.]);
- «A questão das minorias nacionais nas sociedades de tipos liberal e soviético» (*Mesa-redonda* n.º 13, coord. F. Glatz [Hungria]);
- «O papel dos 'emigrados' na criação ou ressurreição dos Estados da Europa centro-oriental no século XX» (*Mesa-redonda* n.º 14, coord. M. Stolarik [Canadá]);
- «O fim dos regimes totalitários contemporâneos: Europa do Sul, Europa do Leste e América Latina» (*Mesa-redonda* n.º 15, coord. H.-J. Puhle [Alemanha]);
- «As transformações sistémicas das sociedades rurais da Europa central e oriental antes e depois de 1989» (*Mesa-redonda* n.º 23, coord. S. Minamizuka [Japão]);
- «A transformação do conceito de 'sistema' nas relações internacionais» (*Mesa-redonda* n.º 30, coord. S. Hatano [Japão] e H. Kleinschmidt [id.]);
- «A arquivagem electrónica, o registo e a comunicação dos dados históricos visuais» (*Mesa-redonda* n.º 34, coord. A. Bolvig [Dinamarca]);
- «As mudanças na Europa de Sudeste a partir de 1985: análises e perspectivas» (Colóquio da **Association Internationale d'Études du Sud-Est Européen**, coord. R. Theodorescu [Roménia]);
- «Repensar as revoluções russas» (Colóquio da **Commission Internationale pour l'Histoire de la Révolution d'Octobre**, coord. P. V. Volobouev [Rússia]);
- e «A cultura política e a influência dos movimentos pacifistas no fim da Guerra Fria» (Colóquio da **Peace History Society**, coord. J. Kimball [EUA]).

Igualmente de grande actualidade, mas algo mais *datados* no seu *circunstancialismo* (aqui mais marcadamente historiográfico), terão sido temas como:

³ Embora abordando um tema algo mais datado, é de oportunníssima leitura a contribuição de H. Shapiro (EUA), «Political Correctness and the American Historical Profession» (cf. resumo em *Actes*, pp. 156-8).

- «A relação masculino/feminino nas grandes mutações históricas (História da diferença dos sexos e do seu impacto: estudos de caso)» (Tema *maior* n.º 2, coord. F. M. de Haan [Holanda] e C. G. Moses [EUA]);
- «Ficção, narratividade, objectividade (História, Literatura, objectividade histórica)» (Tema *especializado* n.º 2, coord. M. Miyake [Japão] e N. Partner [Canadá])⁴;
- «Repensar as revoluções científicas» (Tema *especializado* n.º 5, coord. M. Heyd [Israel] e P. Redondi [Itália]);
- «Velhice e envelhecimento» (Tema *especializado* n.º 8, coord. T. C. Barker [Grã-Bretanha] e P. Johnson [id.]);
- «A infância na história» (Tema *especializado* n.º 9, coord. K. Péter [Hungria]);
- «Guerra e cultura» (Tema *especializado* n.º 11, coord. W. Mommsen [Alemanha] e E. Mugurevics [Letónia]);
- «Castigo, justiça e prisão através da história» (Tema *especializado* n.º 12, coord. X. Rousseau [Bélgica] e C. Emsley [Grã-Bretanha]);
- «As reacções ao Holocausto» (*Mesa-redonda* n.º 17, coord. M. R. Marrus [Canadá]);
- «O estabelecimento das fronteiras na Europa depois das duas guerras mundiais: um estudo comparado» (Colóquio da **Association Internationale d'Histoire Contemporaine de l'Europe**, coord. A. Fleury [Suíça]);
- «1945: consequências e sequelas da Segunda Guerra Mundial» (Colóquio do **Comité International d'Histoire de la Deuxième Guerre Mondiale**, coord. H. Rouso [França]);
- «O sistema soviético e a historiografia, 1917-1989: a influência do marxismo-leninismo nas ciências históricas» (Colóquio da **Commission d'Histoire de l'Historiographie**, coord. A. Pók [Hungria]);
- «As culturas religiosas da América: raízes europeias e transformações» (Colóquio da **Commission Internationale d'Histoire Ecclésiastique comparée**, coord. M. Pacaut [França]);
- «O Sionismo à luz dos movimentos nacionais na Europa e no Médio Oriente» (Colóquio de **The International Association of Historical Societies for the Study of Jewish History**, coord. Z. Yekutiél [Israel]);
- «Ensino da história e diversidade de perspectivas nas sociedades multiculturais: a questão dos valores» (Colóquio da **Société Internationale pour la Didactique de l'Histoire**, coord. K. Pellens [Alemanha]);
- «Do paradigma social ao paradigma político: verdadeira ou falsa viragem na historiografia revolucionária?» (Colóquio da **Commission Internationale d'Histoire de la Révolution Française**, coord. M. Vovelle [França]);
- «Família, demografia e reprodução social» (Colóquio da **Commission Internationale de Démographie Historique**, coord. A. Fauve-Chamoux [França]);
- «Mulheres, colonialismos, imperialismos e nacionalismos através dos tempos» (Colóquio da **Fédération Internationale pour la Recherche de l'Histoire des Femmes**, coord. K. Offen [EUA]);

⁴ As questões abordadas nesta sessão não deixaram de apresentar múltiplos pontos de contacto com a temática de um Colóquio organizado em 1992 pela U. Complutense, até pelas presenças comuns do espanhol I. Olábarri e do alemão J. Rüsen: cf. *New History, Nouvelle Histoire: hacia una nueva historia*, ed. J. ANDRES-GALLEGO, Madrid, Editorial ACTAS, 1992; veja-se, entre nós, a recensão crítica ao volume, por M.ª Rita L. GARNEL, em *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. História*, II sér., XI (1994), pp. 577-80.

— e «A história da infância e da juventude do ponto de vista do género» (Colóquio da **International Standing Conference for the History of Education**, coord. M. Depaepe [Bélgica]).

Mas não faltaram também temáticas no âmbito de uma boa, sólida e clássica *História Económica e Social*⁵. Vejamos alguns exemplos:

— «'O desenvolvimento do subdesenvolvimento?': a experiência do Terceiro Mundo» (Tema *especializado* n.º 13, coord. A. K. Bagchi [Índia]); algo na mesma linha foi o Colóquio da **Association Internationale d'Histoire Économique**: «Porque é que o Ocidente enriqueceu e o Terceiro Mundo estagnou?», coord. J. Goy [França];

— «Os meios de transporte nas sociedades pré-industriais» (Tema *especializado* n.º 15, coord. J. L. Langdon [Canadá]);

— «A banca e a sua influência no capitalismo comercial e industrial na Europa, na América e na Ásia (sécs. XIII-XX)» (Tema *especializado* n.º 16, coord. A. Teichova [Grã-Bretanha], G. Kurgan van Hentenryk [Bélgica] e D. Ziegler [Alemanha]);

— «Estruturas e culturas da burguesia europeia no século XIX: investigações e interpretações recentes» (*Mesa-redonda* n.º 1, coord. J. Kocka [Alemanha]);

— «O papel político da classe operária: mito e realidade» (*Mesa-redonda* n.º 2, coord. J. Zarnowski [Polónia]);

— «Para além da social-democracia: os movimentos operários revolucionários» (*Mesa-redonda* n.º 3, coord. W. A. Pelz [EUA]);

— «As leis sumptuárias na Europa pré-industrial (sécs. XIII-XVIII)» (*Mesa-redonda* n.º 21, coord. N. Harte [Grã-Bretanha]);

— e «A cadeia alimentar transatlântica: as trocas a partir de 1492 (colheitas, animais e comestíveis)» (*Mesa-redonda* n.º 24, coord. E. J. T. Collins [Grã-Bretanha] e F. M. L. Thompson [id.]).

E não faltaram, finalmente, problemáticas clássicas e de actualidade perene, ou manifestações de uma sólida e reconfortante erudição, que, assim se prova, serão de todos os tempos. Exemplificando:

— «A decadência como conceito histórico» (Tema *especializado* n.º 2, coord. A. Maczak [Polónia] e E. Benito Ruano [Espanha]);

— «A queda dos impérios: uma perspectiva comparada» (Tema *especializado* n.º 10, coord. A. Demandt [Alemanha] e T. Yuge [Japão]);

— «A *polis* grega» (*Mesa-redonda* n.º 11, coord. C. Darbo-Peschanski [França]);

— «Europa medieval e mundo bizantino: relações efectivas e possibilidades de estudos de história comparada» (*Mesa-redonda* n.º 12, coord. G. Arnaldi [Itália] e G. Cavallo [id.]);

— «As utopias na história» (*Mesa-redonda* n.º 27, coord. A. Tchoudinov [Rússia]);

— «O cristianismo no mundo atlântico no século XVII» (*Mesa-redonda* n.º 28, coord. V. Saxer [Cidade do Vaticano]);

— «Cristianização da América e descristianização da Europa nos séculos XIX e XX» (*Mesa-redonda* n.º 29, coord. H. Lehmann [Alemanha]);

⁵ Cujo declínio, aliás, se debateu na *mesa-redonda* n.º 20, coord. F. Crouzet (França): «Estará hoje em declínio a história económica?».

— «A transplantação do Direito para o Novo Mundo» (Colóquio da **Association Internationale d'Histoire du Droit et des Institutions**, coord. L. Waelkens [Bélgica]);

— «O não-conformismo cultural e religioso e a sua repressão no Renascimento» (Colóquio da **Fédération Internationale des Sociétés et Instituts pour l'Étude de la Renaissance**, coord. J.-C. Margolin [França]);

— e «A origem dos sistemas de registo e o desenvolvimento dos registos de chancelaria» (Colóquio da **Commission Internationale de Diplomatie**, coord. W. Prévénier [Bélgica]).

Em suma: Na extrema diversidade das problemáticas abordadas (*circunstanciais* em termos de fim do século, *situadas* historiograficamente ou 'tradicionalis' — na medida em que tenham atrás de si uma mais ou menos longa *tradição historiográfica* [temática, conceptual ou metodologicamente]) —, este Congresso de algum modo veio dar razão às prevenções de I. Olábarri, há 3 anos, quanto à aplicabilidade do conceito de *paradigma* em História da Historiografia⁶. E não será este um dos menores ensinamentos que a comunidade dos historiadores poderá dar ao Mundo dos finais do século XX. Este, e ainda um outro: o da independência face ao Poder Político, aspecto em que os membros do **Bureau** cessante do **CISH** insistiram vezes sem conta, já em intervenções em público⁷, já em conversas informais⁸.

* * *

Que dizer da participação portuguesa? Se as contas nos não falham, foram 11 os historiadores do nosso País presentes em Montréal. Não é muito. E não é muito, tendo em conta quer o crescimento acentuado da 'micro-população' dos historiadores no Portugal dos últimos 20 anos (qualquer coisa como uma decuplicação)⁹, quer a audiência internacional que boa parte da nossa produção historiográfica soube conquistar. Para além disto, a quase totalidade dos portugueses presentes esteve-o para participar não nos temas *maiores* ou *especializados* ou nas *mesas-redondas*, mas nos Colóquios

⁶ «(...) la conceptualización hoy dominante — basada en el concepto de paradigma — no creo que sea aplicable a las ciencias humanas y sociales, al menos en el sentido que le dio Kuhn a este término y a las expresiones emparentadas con el (cambio de paradigma, ciencia normal, etc.). Con Hollinger y Veit-Brause entre otros, creo que la aplicación de la ciencia de Kuhn a la historia, propuesta por primera vez por Iggers, es poco útil: como es posible — des el punto de vista de la teoría de Kuhn — entender que durante decenas de años están coexistiendo la 'historia tradicional' (que por cierto nunca se explica en que consiste), la historiografía moderna y la 'post moderna'? Se produciría esta situación de un cambio de paradigma en el campo de la Física?» (cf. I. OLÁBARRI DE GORTÁZAR, «La 'nueva historia', una estructura de larga duración», in *New History, Nouvelle Histoire*, cit. [v. *supra*, nota (4)], pp. 29-82, *maxime* 30-1). De Georg G. IGGERS (cit. por I. OLÁBARRI), veja-se fundamentalmente *New Directions in European Historiography*, Middletown-Connecticut, Wesleyan University Press, 1975 (reed., 1984).

⁷ Cf., por exemplo, F. BÉDARIDA, «Rapport du secrétaire général», cit (cf. *supra*, nota (2)), pp. 9-10 *et passim*.

⁸ A este respeito, os autores da presente notícia não querem deixar de destacar as múltiplas manifestações de deferência recebidas de alguns dos membros do **Bureau** cessante, concretamente o Vice-Presidente Eloy Benito Ruano (Espanha), o incansável Secretário-Geral François Bédarida (França) e o Tesoureiro Alain Dubois (Suíça).

⁹ Cf., a este respeito, Armando Luís de Carvalho HOMEM, «Os historiadores, esses desconhecidos», *Revista Portuguesa de História*, XXIX (1994), pp. 33-53, *maxime* e 44-6.

específicos das organizações internacionais do **CISH** de que façam parte: **Association Internationale d'Histoire Économique, Commission Internationale d'Histoire des Mouvements Sociaux et des Structures Sociales, Commission Internationale pour l'Histoire des Assemblées d'États, Commission Internationale pour l'Histoire des Villes e Commission Internationale de Diplomatie**. Assim aconteceu com Humberto Baquero Moreno (UP), Nuno Valério (UTL), M.^a Helena C. Coelho (UC), M.^a Eugénia Mata (UNL), Armando L. de Carvalho Homem (UP), M.^a Manuela T. Ribeiro (UC), Ana Bela Nunes (UTL) e Carlos Bastien (UTL). A exceção foi Henrique Pinto Rema (U. Católica), participante da *mesa-redonda* n.º 28 («O cristianismo no mundo atlântico no século XVII»); de qualquer modo, é só meia exceção, porquanto esta *mesa-redonda* foi patrocinada pela **Comissão Vaticana de Ciência Histórica**, entidade a quem coube a indigitação de representantes dos diferentes Países envolvidos (México, Canadá, Itália, França, Espanha, Grã-Bretanha e Portugal). Ou seja, a comunidade científica portuguesa, enquanto tal, e por razões várias que não cabe aqui dilucidar, **nada** teve a ver com a presença de membros seus no Canadá. O voto que formulamos é pois o de que tal situação se não repita dentro de 5 anos; e alguns (pequenos) sinais talvez permitam acalantar essa esperança.

* * *

Refiram-se agora os Colóquios das organizações internacionais em que participaram os autores do presente texto.

O Colóquio da **Commission Internationale pour l'Histoire des Assemblées d'États**, criada em 1936 (coordenado pelo seu Presidente, J. Rogister [Grã-Bretanha]), foi um dos mais longos e diversificados adentro das reuniões específicas dos organismos (filiados ou internos) do **CISH**¹⁰. O facto não será de explicação excessivamente laboriosa se o encarmos à luz de palavras proferidas há 5 anos por Armindo de Sousa:

«As Cortes e os Parlamentos são bem a instituição que distingue, no seu deve e haver liberdade, as épocas e as políticas. Os moderníssimos sinais dos tempos, neste encerrar de milénio, parecem augurar para a Instituição, em todo o Mundo, o papel formidável de conciliar vontades plurais, de homologar os destinos genuinamente democráticos de povos e nações e de garantir no diálogo o encaminhamento do Planeta para a tolerância, a paz e o progresso. Assim seja — que em História a previsão é palavra proibida»¹¹.

O Colóquio prolongou-se por 2 dias e meio, por vezes com funcionamento simultâneo de 2 sessões, tendo sido abordadas as seguintes problemáticas:

¹⁰ Lembramos que esta **Commission** possui uma *Secção Portuguesa*, cuja **Direcção** é presidida por H. B. Moreno (UP) e secretariada por A. M. Hespanha (UL).

¹¹ Armindo de SOUSA, «O Parlamento Medieval Português: perspectivas novas», lição de abertura do ano lectivo de 1990/91 na FL/UP, *Revista da Faculdade de Letras* da Universidade do Porto. *História*, II sér., VII (1990), p. 48.

Les sources et leur traitement pour l'histoire des assemblées d'États et des parlements:

- M. Hébert (Canadá), «Les assemblées représentatives médiévales: quelques problèmes de sources»;
- J. M. Bernardo Ares (Espanha), «Les sources pour l'histoire des assemblées municipales dans la Couronne de Castille (16^e-18^e siècles)»;
- V. Cromwell (Reino-Unido), «The History of Parliament: Future Plans; Computer and Sources».

Rapports entre dynasties et parlements:

- C. Brooks (Reino-Unido), «The English Parliament after the Glorious Revolution»;
- M.^a Helena C. Coelho (Portugal), «État et Parlement (*Cortes*) sous la dynastie des Avis: le cas du régent Dom Pedro»;
- M. Péronnet (França), «Monarchie consultive, monarchie représentative, monarchie parlementaire: la Révolution française en action»;
- J. Agirreazkuenaga (Espanha), «The Abolition of the Juntas Generales and the First Appearance of National Basque Ideology in France and Spain, 1790-1876»;
- M. Urquijo Goitia (Espanha), «Sources for the Study of Spanish Parliaments in the Nineteenth Century».
- L. Hobelt (Áustria), Charles I and the Last Austrian Parliament, 1917-1918».

La Théatralité Parlementaire:

- P. Roberts (Reino-Unido), «Parliament and Theatre in Early Modern England».

La langue parlementaire:

- M. di Napoli (Itália), «Classicism in Italian Parliamentary Language (19th-20th Centuries)»;
- M.^a Manuela T. Ribeiro (Portugal), «Nation, patrie et peuple dans le discours parlementaire portugais au XIX^e siècle».

Nas sessões em que nos foi dado participar assistiu-se a um debate particularmente aberto e enriquecedor. Ressaltou o grande interesse da interdisciplinaridade deste tema, pelo que as contribuições dos diversos países foram muito bem aceites, proporcionando uma sugestiva história comparativa. Foi ainda significativo o sentir geral de se prolongarem estes encontros internacionais sobre uma temática de tanta actualidade, não só na história do passado, como também na história do presente, a qual nas Assembleias Representativas dos diversos países está em contínuo devir. As *Actas* deste Colóquio serão publicadas na própria revista da *Commission (Parlements, États et Représentation)*, no n.º de 1996.

Na reunião da Assembleia-Geral, o Presidente John Rogister apresentou um relatório circunstanciado das actividades da *Commission* na última década. Foram ainda lidos os relatórios do Secretário-Geral John H. Grever (EUA) e da Tesoureira Eva Jedruch. O texto dos novos *Estatutos* (divulgado no vol. 14 / parte 2 da revista da *Commission*), apresentado por Valerie Cromwell, foi aprovado por uma larga maioria dos membros presentes. O movimento editorial da *Commission* foi analisado no texto

apresentado pelo seu Director, o inglês Colin Brooks. Por unanimidade, foi votada a mesma Direcção da *Commission*, que mantém assim a presidência de J. Rogister e o Secretariado-Geral de J. H. Grever. Apresentaram-se ainda as propostas para futuros Colóquios da *Comissão*: Viena (1996), San Sebastian (1997) e Münster (1998). A sessão da Assembleia-Geral, que contou com algumas dezenas de sócios, foi esclarecedora e revelou a vitalidade do executivo da *Comissão Internacional*, bem como de outros representantes dos países membros. É ainda de acentuar o interesse crescente, anunciado e concretizado, nas pesquisas e nas publicações sobre uma vasta gama de temáticas relativas à história dos Parlamentos e das Assembleias de Estados.

* * *

Conforme atrás se disse já, o Colóquio da **Comission Internationale de Diplomatique (CID)** versou a «Origem dos sistemas de registo e o desenvolvimento dos registos de chancelaria». Ao longo de 2 sessões de trabalho (tarde de 1 de Setembro e manhã de 2), foram apresentadas as seguintes comunicações:

— Olivier Guyotjeannin (França), «L'enregistrement dans la chancellerie royale française»¹²;

— M.^a Dogaru (Roménia), «Le registre d'Oradea concernant la preuve de fer rouge (1208-1235), source diplomatique d'une importance particulière. Analyse diplomatique et historique»;

— M.^a Josefa Sanz Fuentes (Espanha), «Registro y libros de registro en la cancelleria real castellano-leonesa durante la Edad Media»;

— M.^a Helena C. Coelho (Portugal) e Armando L. de Carvalho Homem (id.), «Origines et évolution du registre de la chancellerie royale portugaise (XIII^e-XV^e siècles)»;

— Birgitta Fritz (Suécia), «Early Chancery Registers in Scandinavia»;

— Walter Prévénier (Bélgica), «L'enregistrement dans les chancelleries princières et dans les villes des anciens Pays-Bas au moyen âge»;

— e Patrick Zutshi (Reino Unido), «The Registers of the Avignon Popes, 1305-1378».

O **Bureau da CID** é actualmente presidido pelo alemão Carlrichard Brühl. São membros portugueses (além dos 2 já mencionados intervenientes em Montréal) Avelino de Jesus da Costa, Isaías da Rosa Pereira e José Marques. A **CID** organizará no próximo ano um Colóquio sobre *Diplomática Pontifical* (em Heidelberg); e, em 1998, um Congresso sobre *Diplomática Municipal* (em Gand).

* * *

No final do Congresso, a Assembleia do **CISH** elegeu o novo **Bureau**, presidido pelo norte-americano Ivan T. Berend. O **XIX^e Congrès** terá lugar em Oslo no ano 2000¹³. Não se confirmou portanto uma nova candidatura do Japão, que há 5 anos fora o grande concorrente do Canadá para a organização da edição agora finda.

¹² Por ausência do autor, esta comunicação foi lida pelo Secretário-Geral da **CID**, W. Prévénier.

¹³ Em Oslo decorreu já o **VI^e Congrès** (1928).

«(...) le rôle du CISH est irremplaçable, aussi bien pour stimuler la coopération intellectuelle internationale que pour multiplier les approches comparatives en favorisant la confrontation des problématiques à l'échelle mondiale» (*François BÉDARIDA*)¹⁴

Coimbra/Porto, 2 de Setembro de 1995

Maria Helena da Cruz Coelho
(Prof.^a catedrática de *História Medieval* da FL/UC)

Maria Manuela Tavares Ribeiro
(Prof.^a associada de *História Contemporânea* da FL/UC)

Armando Luís de Carvalho Homem
(Prof. associado agregado de *História Medieval* da FL/UP)

¹⁴ «Rapport du secrétaire général», cit. (cf. *supra*, nota (2)), pp. 1-2.

XI Colóquio de Paleografia Latina

De 19 a 21 de Outubro de 1995, realizou-se na Biblioteca Real Alberto I, em Bruxelas, o XI Colóquio da Comissão Internacional de Paleografia Latina, subordinado ao tema *A conservação dos manuscritos e dos arquivos na Idade Média*, estando igualmente prevista, desde o seu anúncio, uma secção destinada à revelação de novas descobertas nos domínios da Paleografia, da Codicologia e do Restauro.

A amplitude e o interesse das temáticas anunciadas atraíram um elevado número de docentes, investigadores e profissionais destas matérias, com largo predomínio de participantes relativamente jovens, expressão inequívoca da vitalidade do ensino e da investigação sobre estas matéria na Europa. Nestas circunstâncias não será ousado afirmar que esta reunião científica quase se poderia considerar um verdadeiro congresso. Das vinte e seis comunicações e intervenções programadas, vinte tiveram lugar na Biblioteca Real, sede do Colóquio, e seis na abadia beneditina de Maredsous, na tarde do último dia.

A fim de os leitores poderem vislumbrar o interesse e diversidade dos temas desenvolvidos dentro do plano geral do Colóquio, transcrevemos alguns dos títulos das comunicações, respeitando as línguas em que aparecem inscritas no programa. Assim, J. Stiennon, de Liège, na conferência inaugural, dissertou sobre *La bibliothéconomie et l'archivistique médiévales*, tendo D. Nebbiai-dalla Guarda, de Paris, tratado de *La bibliothèque commune dans les institutions religieuses du Moyen Âge*. Por sua vez, António J. Ribeiro Guerra, da Faculdade de Letras de Lisboa, apresentou uma comunicação cheia de novidades sobre *La conservation des chartes dans les archives privées au Portugal (X^e-XII^e siècles)*, e Jesus Alturo, de Barcelona, tratou *Les inventaires de livres du Haut Moyen Âge en Catalogne*. Embora pretendendo ser breve, cumpre registar que Maria José Azevedo Santos, da Faculdade de Letras de Coimbra, revelou *La conservation des livres et des archives à l'université portugaise au XVI^e siècle*, tendo o signatário, da Faculdade de Letras do Porto, analisado *L'écriture de Francesco Cavalcanti: une nouveauté paléographique au Portugal, 1482*:

A incidência das comunicações sobre os processos e os problemas da conservação dos manuscritos e sobre a problemática dos arquivos, nos tempos medievais, permitiu aos participantes ficarem a conhecer melhor as raízes e as virtualidades da biblioteconomia e da arquivística medievais, base indispensável para se conhecer o seu correcto desenvolvimento nos tempos seguintes, tendo, por isso, merecido ênfase especial a necessidade de preservar os núcleos documentais, os sistemas de cotas arquivísticas e de apreciar com a devida atenção as questões relacionadas com os restauros de suportes da escrita, de encadernações e das próprias escritas, efectuados no período humanista, tendo-se discutido também até que ponto o restauro das escritas pode configurar ou não uma espécie de falsificação dos documentos e obras em causa, numa perspectiva diplomática.

Ao terminar o primeiro dia do Colóquio, foi inaugurada a exposição de códices conservados na Biblioteca Nacional da Bélgica, que ficou patente ao público na antiga Capella de Nassau, integrada no edifício desta Biblioteca Real. Esta exposição, verdadeiramente notável pelo número, antiguidade, perfeição e beleza das iluminuras e miniaturas dos códices, impressionou-nos também pela antiguidade de alguns deles, em escrita uncial. De autores procedentes do Noroeste peninsular podia apreciar-se, em letra carolina primitiva, a obra do bracarense Paulo Orósio *Adversus paganos libri VIII...*, estando expostos também fragmentos de um exemplar da mesma obra, em escrita uncial, datados do século V/VI, segundo a opinião do grande especialista dos códices deste período, Prof. Mundó.

Para além dos aspectos científicos, o contacto com colegas de outros países permitiu conhecer melhor as tendências actuais da investigação nos domínios da Paleografia Latina, cujo interesse crescente nos diversos países da Europa foi indiscutivelmente testemunhado, como acima referimos, pelo elevado número de jovens docentes e investigadores inscritos e participantes nos trabalhos deste Colóquio, facto que contrasta com o que se passa em Portugal, onde cresce o número de estudantes, radicalmente impedidos de se poderem dedicar a estudos de natureza paleográfica e histórica, sobretudo em relação ao período anterior aos finais do século XIII, pelo facto de no Ensino Secundário não terem frequentado a disciplina de latim.

A avaliação deste Colóquio, tanto no aspecto científico como na vertente social é largamente positiva.

Houve, no entanto, desde o início da sua organização, uma posição muito desagradável, que nos deve levar a atendermos a certas atitudes vindas da Europa. Refiro-me ao facto de os nossos colegas espanhóis e italianos terem sido impedidos de apresentarem as comunicações nas respectivas línguas maternas, como sempre puderam fazer até agora, tanto mais que são línguas oficiais do Comité. E se isso não aconteceu em relação aos portugueses foi porque o desejo de nos fazermos entender nos ter levado, como já é habitual, a prepararmos as nossas comunicações em francês.

Foi uma atitude grave, que criou mal-estar, apenas atenuado pelos compromissos eleitorais, que colocaram Mr. Albert Derolez na presidência e o Professor Anscarí Mundó, de Barcelona, na vice-presidência da Comissão Internacional de Paleografia Latina para os próximos quatro anos.

Esta Comissão autonomizou-se, em 1985, na sequência da deliberação plenária tomada no Colóquio, então realizado em Londres, de cindir a antiga Comissão Internacional de Paleografia, constituída no final do Colóquio reunido em Paris, em 1953, passando a haver duas Comissões Internacionais autónomas e paralelas, mas perseguindo, *mutatis mutandis*, os mesmos objectivos: uma dedicada à Paleografia Latina e outra à Paleografia Grega.

Para completo esclarecimento dos leitores, eventualmente, menos familiarizados com estas matérias, observe-se que a distinção entre estas duas designações de Paleografia não se faz em função das línguas grega e latina, como se poderia pensar, *mas em função dos respectivos alfabetos*, utilizados num conjunto de línguas que ultrapassam o grego e o latim. Assim, por exemplo, o alfabeto latino, além de ser utilizado pela língua latina, é utilizado não só pelas línguas derivadas do latim, vulgarmente designadas *novilatinas*, como acontece com o português, espanhol, francês, italiano, romeno, catalão, etc., mas também noutras de matrizes diferentes, como o inglês, alemão, etc. situações idênticas ocorrendo com o alfabeto grego.

Tanto a primitiva Comissão Internacional de Paleografia, como as duas em que se desmembrou, em 1985, tinha e têm como objectivo «promover (*favoriser*) a colaboração internacional no domínio de Paleografia». Nesse intuito, na sequência dos preparativos que se vinham fazendo, a partir do Congresso realizado no Vaticano, em 1990, em assembleia geral realizada durante este Congresso, foi constituída a associação APICES, que, em articulação estreita com a Comissão Internacional de Paleografia Latina, mas com órgãos administrativos próprios, visa desenvolver os estudos paleográficos. Aprovou-se também uma proposta de quota anual, com duas modalidades (incluindo ou não a assinatura da *Gazette du livre medieval*), a submeter à ratificação da próxima assembleia geral.

Além das *Actas* deste Congresso, que se augura não demorem, a constituição da APICES é também um dos resultados positivos desta reunião científica internacional.

J. Marques

Encontro «Revistas de História»

Promovido pela Comissão Nacional Para os Descobrimientos Portugueses, no âmbito das Conferências do Convento — Universidade de Verão, e integrado no Seminário João de Barros, nos dias 30 e 31 de Outubro de 1995, realizou-se nas instalações do antigo Convento da Serra da Arrábida um encontro destinado a promover uma reflexão entre os responsáveis por um significativo número de «Revistas de História». Este encontro impunha-se, dado o elevado número de publicações periódicas expressamente designadas «Revistas de História» ou que frequentemente publicam artigos de História, a fim de se tomar consciência da sua situação actual, projectos que as animam e problemas que sentem, em ordem a estudar a possibilidade de se fazer alguma coisa em comum, útil a todas.

O Encontro, coordenado pela Prof.^a Maria Helena da Cruz Coelho, da Faculdade de Letras de Coimbra, desenvolveu-se em torno de três pólos, cada um dos quais foi introduzido por um relator convidado para o efeito, seguido de debate, animado por um grupo de responsáveis por revistas abrangidas pela natureza do tema desenvolvido pelo respectivo relator.

Os pólos escolhidos foram os seguintes: «Revistas de História Comerciais», introduzido pelo Prof. António Manuel Espenha; «Revistas de História Regionais», confiado ao Prof. António Ventura; e «Revistas de História Universitárias», de que foi relator o Prof. Armando Luís Carvalho Homem.

Não sendo possível registar aqui as linhas gerais das numerosas intervenções dos participantes, consideramos, no entanto, do maior interesse divulgar as conclusões deste encontro, aprovadas na sessão de encerramento.

— «Como remate final deste Encontro sobre «Revistas de História» parecem ter-se desenhado algumas conclusões, de índole mais pragmática e imediatista, ou de concretização mais alongada e talvez mais difícil, de que destacaremos as seguintes:

— Será da maior utilidade fazer-se uma recomendação geral às tipografias para que se cumpram as disposições de depósito legal, devendo existir mecanismos de controle por parte das instituições que são depositárias dessas obras.

— Igualmente será de fazer sentir às principais Bibliotecas do país (em especial à Nacional) o interesse em se proceder ao tratamento das Revistas, mormente, e talvez para iniciar, elaborando o ficheiro de autores.

— Parece ser do maior interesse a concretização de um projecto que faça um levantamento das Revistas Locais e Regionais apoiadas pelas Câmaras, procedendo igualmente ao tratamento bibliográfico de algumas delas; em simultâneo, talvez um outro devesse tratar das Revistas Locais apoiadas por outras entidades ou mesmo algumas Institucionais, onde se encontram bons artigos, desconhecidos da maioria dos historiadores, e, sobretudo, muita documentação publicada susceptível de novos tratamentos.

— Junto das autoridades competentes será de exigir que a permuta de Revistas seja aliviada de encargos, em especial através do porte pago, para que uma ampla circulação das mesmas se faça, estimulando-as e servindo um mais vasto e variado público.

— Haverá que sensibilizar as Câmaras para que incluam, no seu quadro de técnicos, um técnico superior de BAD, que possa apoiar o serviço de Biblioteca e Arquivo e, na medida do possível, um técnico superior especializado em assuntos culturais, que tenha a capacidade de concretizar e animar a política cultural ditada, nas suas linhas gerais programáticas, pela vereação em exercício.

— Parece ser útil agendar-se, para uma ulterior discussão, a problemática das Revistas de História em relação com as novas tecnologias, pensando-se nas vantagens e inconvenientes da produção electrónica das Revistas.

— No que concerne às Revistas de História Universitárias parece ser necessário atender, quanto ao seu conteúdo, a uma preocupação acrescida com a renovação e debate de conhecimentos, mas também aos aspectos materiais da sua apresentação e distribuição e não menos à exigência de um regulador financeiro das mesmas pelas autoridades competentes».

J. Marques

PROVAS ACADÉMICAS

À semelhança dos números anteriores desta Revista, também neste arquivamos, de forma abreviada, a informação referente às provas académicas em História a que diversos candidatos se apresentaram, durante o ano de 1995, a fim de obterem os graus pretendidos, de mestrado, doutoramento e agregação. Este registo, associado a outros de idêntica dimensão, constitui um claro testemunho da vitalidade do Curso de História e suas Variantes de Arte e Arqueologia, que não poderá ser esquecido na hora de proceder à prevista avaliação da Faculdade de Letras e respectivos Cursos.

Mestrado:

— em História de Arte:

24-07-1995 — Manuel Joaquim Moreira da Rocha — *Manuel Fernandes da Silva — Mestre e Arquitecto de Braga — 1693/1751*. Júri: Nelson Correia Borges (arguente) prof. auxiliar F.L.U.C., Joaquim Jaime Barros Ferreira Alves (orientador), Agostinho Rui Marques de Araújo (presidente). Muito Bom.

— em História Medieval:

24-11-1995 — Abel Agostinho dos Santos Cruz — *A Nobreza Portuguesa em Marrocos no Século XV (1415-1464)*. Júri: António Dias Farinha (arguente), prof. associado da F.L.U.L., Humberto Carlos Baquero Moreno (presidente), Luís Miguel Ribeiro de Oliveira Duarte. Muito Bom.

14-12-1995 — Vasco Rodrigo dos Santos Machado Vaz — *A Boa Memória do Monarca — Os Escrivães da Chancelaria de D. João I (1385-1433)*. Júri: Maria Helena da Cruz Coelho (arguente), prof. catedrática da F.L.U.C., Humberto Carlos Baquero Moreno (presidente), Armando Luís Gomes de Carvalho Homem. Muito Bom.

— em História Moderna:

30-01-1995 — Fernando Jorge Alves Correia — *Frei João de Ceyta: Um Pregador Português*. Júri: Carlos Alberto de Pinho Moreira Azevedo (arguente), prof. auxiliar da F.T.U.C.P., Eugénio Francisco dos Santos (presidente), João Francisco Marques. Bom.

27.02.1995 — Artur Manuel Villares Pires de Oliveira — *As Ordens Religiosas em Portugal nos princípios do Século XX*. Júri: Fernando Alberto Pereira de Sousa (presidente e orientador), Francisco Ribeiro da Silva (coordenador de mestrado), Manuel Augusto Rodrigues (argente), prof. catedrático da F.L.U.C. Muito Bom.

12-05-1995 — José António Mendonça Pereira de Oliveira — *A Paixão da História na Biblioteca de D. João de Magalhães e Avelar*. Júri: José Esteves Pereira (arguente), prof. catedrático F.C.S.H.U.N.L., Luís António de Oliveira Ramos (presidente), Francisco Ribeiro da Silva. Muito Bom.

01-06-1995 — Manuel Inácio Fernandes da Rocha — *O Real Colégio das Chagas do Convento das Ursulinas — Instrução de Meninas em Viana — 1778/1884*. Júri: António Manuel Sampaio Nóvoa (arguente) prof. associado da F.P.C.E.U.L., Luís António de Oliveira Ramos (presidente), Francisco Ribeiro da Silva. Muito Bom.

05-06-1995 — Sebastião José Sá Matos — *Os Expostos da Roda de Barcelos — 1783/1835*. Júri: Joaquim Manuel Pantoja Nazareth (arguente) prof. catedrático F.C.S.H.U.N.L., Fernando Alberto Pereira de Sousa (presidente), Francisco Ribeiro da Silva. Muito Bom.

03-07-1995 — Eduardo Cândido Cordeiro Gonçalves — *Ressonâncias em Portugal da Implantação da República no Brasil (1889/1895)*. Júri: Zília Osório de Castro (arguente) prof. associada (F.C.S.H.U.N.L., Luís António de Oliveira Ramos (presidente), Eugénio Francisco dos Santos. Muito Bom.

07-07-1995 — Manuel Jorge Pereira de Carvalho — *As Forças Armadas nos Finais do Antigo Regime (1570-1825). O Colégio Militar*. Júri: António Pedro Vicente (arguente) prof. catedrático F.C.S.H.U.N.L., Luís António de Oliveira Ramos (presidente), Francisco Ribeiro da Silva. Muito Bom.

22-11-1995 — Fernando Aníbal Costa Peixoto — *Diogo Cassels uma vida em duas margens*. Júri: François Guichard (arguente) prof. da Univ. Bordeaux III, Luís António de Oliveira Ramos (presidente), João Francisco Marques. Muito Bom.

11-12-1995 — Paulo António Gouveia Rodrigues — *Uma Associação Patronal — A Associação de Classe Auxiliadora dos Proprietários de Padarias do Porto*. Júri: David Justino (arguente) prof. associado F.C.S.H.U.N.L., Fernando Alberto Pereira de Sousa (presidente), Francisco Ribeiro da Silva, Muito Bom.

13-12-1995 — Ana da Conceição Videira Patrício — *Escolarização e Vulgarização Cultural no Porto na Época dos Almadás*. Júri: Rogério Fernandes (arguente) prof. catedrático F.P.C.E.U.L., Luís António de Oliveira Ramos (presidente), Francisco Ribeiro da Silva. Muito Bom.

15-12-1995 — António José Sousa Monteiro de Queirós — *O Jornal Portuense — A Montanha e as Relações Luso-Espanholas (1911/1926)*. Júri: António Henrique Rodrigo Oliveira Marques (arguente) prof. catedrático F.C.S.H.U.N.L., Fernando Alberto Pereira de Sousa (presidente), Francisco Ribeiro da Silva. Muito Bom.

Doutoramento:

03-03-1995 — Fausto Sanches Martins — *A Arquitectura dos Primeiros Colégios Jesuítas de Portugal: 1542-1759. Cronologia. Artistas. Espaços*. Júri: António Pedro Machado Gonçalves Dias (arguente) Prof. catedrático F.L.U.C., Carlos Alberto Ferreira de Almeida, Natália do Carmo Marques Marinho Ferreira Alves (arguente), Joaquim Jaime Barros Ferreira Alves, Agostinho Rui Marques de Araújo, António Cardoso Pinheiro de Carvalho. Aprovado com distinção e louvor por unanimidade.

07-04-1995 — Maria Antonieta Conceição Cruz — *Os Burgueses na 2.^a metade do Século XIX*. Júri: Adéline Daumard (arguente), prof. titular U. Paris, Luís António de Oliveira Ramos (arguente), Eugénio Francisco dos Santos, Fernando Alberto Pereira de Sousa, João Francisco Marques. Aprovada com distinção e louvor por unanimidade.

15-12-1995 — Maria de Jesus Sanches — *O Abrigo do Buraco da Pala (Midandela) no contexto da Pré-História recente de Trás-os-Montes e Alto Douro*. Júri: German Delibes de Castro (arguente), prof. catedrático U. Valladolid, Vitor Manuel de Oliveira Jorge, Susana Maria Soares Rodrigues Lopes de Oliveira Jorge (arguente), Armando Coelho Ferreira da Silva. Aprovada com distinção e louvor por unanimidade.

Agregação:

20 e 21-11-1995 — Natália do Carmo Marques Marinho Ferreira Alves — *A Talha Joanina Portuense: Definição de uma Escola. Artistas e Obras*. (Lição de Síntese). Júri: Pedro Dias (arguente), prof. catedrático F.L.U.C., Maria do Rosário Themudo Barata (arguente) prof. catedrática F.L.U.C.L., Humberto Carlos Baquero Moreno, Luís António de Oliveira Ramos, Cândido Augusto Dias dos Santos, Eugénio Francisco dos Santos, Carlos Alberto Ferreira de Almeida (arguente), Fernando Alberto Pereira de Sousa, Francisco Alberto Fortunato Queirós, Luís Alberto Adão da Fonseca, Aurélio de Araújo Oliveira, José Marques, Vítor Manuel de Oliveira Jorge, João Francisco Marques, Francisco Ribeiro da Silva. Aprovada por unanimidade.

FERRO COUSELO, Xesús — *Tumbo de Fiães. Transcripción*. Introducción, edición e índices de Aser Angel Fernández Rey, anexo 20 do «Boletim Auriense, Orense, Museu Arqueolóxico Provincial», 1995.

O *Cartulário de Fiães* foi maltratado

Sob o título *Tumbo de Fiães. Transcripción*, em meados do ano corrente, apareceu, como pretensa obra póstuma de Jesús Ferro Couselo, um excelente exemplo do que não se deve fazer em matéria editorial. E o caso é tanto mais grave quanto é certo que os intervenientes neste projecto, embora conduzidos pela louvável intenção de homenagear Ferro Couselo pelo muito que fez pela história, língua e cultura galegas, acabaram por trazer a público uma obra que, longe de prestigiar esta figura grada das letras galegas, só não compromete o seu nome porque, tendo falecido, há anos, está absolutamente ilibado de quanto fizeram, na melhor das intenções — convém frisá-lo —, com as suas notas de trabalho, transformando-as, mais do que num lamentável equívoco editorial, numa autêntica monstruosidade, que a comunidade científica não pode aceitar, e numa perigosa armadilha para quantos, de boa fé e sem a necessária preparação, a vierem a utilizar. Se não soubéssemos que tudo foi ditado pela admiração, estima e amizade, que todos dedicavam a D. Jesús Ferro Couselo, e feito com intuítos laudatórios, seria muito difícil resistir à tentação de assemelhar o produto realizado com os materiais por ele deixados a uma espécie de abuso de confiança.

O que acabámos de afirmar traduz uma situação grave, diremos mesmo, muito grave, mas porque tudo consta dos textos, agora do domínio público, não hesitámos consigná-la em letra de forma.

Antes de prosseguirmos e de passarmos à justificação do que asseverámos, cumpre-nos deixar bem claro que consideramos louvável a intenção de homenagear este paladino da história, da língua e da cultura galegas, sendo igualmente digna de louvor a disponibilidade com que a Ex.ma Viúva, confiou ao Museu Arqueológico, ao Grupo Marcelo Macias e ao Arquivo Provincial de Orense o espólio do marido, a fim de ser preservado, valorizado e útil, não faltando, porém, os reiterados lamentos de que ele «*non teña rematada a edición crítica desta singular fonte histórica*».

Interpretamos estas palavras de Olga Gallego Domínguez como expressão da sua alta consideração pela memória de D. Jesús Ferro Couselo. Compreendemos e respeitamos esta posição afectiva. Mas, daí a atribuir-lhe o projecto de uma edição crítica do *Cartulário de Fiães* — edição em que ele nunca deve ter pensado a sério, como, à luz dos materiais agora publicados, se impõe concluir — vai uma grande distância, como vamos demonstrar.

Conforme o facto de o frontispício vir encimado pelo nome de Xesús Ferro Couselo sugere e as citadas palavras de Olga Gallego Domínguez pareciam confirmar, qualquer leitor menos atento poderia esperar encontrar aqui uma obra póstuma da autoria do homenageado, o que, na realidade, não acontece. Atribuir-lhe a autoria desta obra, do ponto de vista biblioteconómico, é uma aberração e historicamente uma falsidade, factos que, não sendo admissíveis, se compreendem só porque todos os intervenientes na preparação desta edição e na respectiva publicação se colocaram, incondicionalmente, sob a sua autoridade tutelar, com as funestas consequências daí advenientes.

Com efeito, que há nesta obra que se possa atribuir exclusivamente a Ferro Couselo? A apresentação é de Olga Gallego Domínguez e de Francisco Fariña Busto; o prólogo é de Aser A. Fernández Rey; o texto que serve de introdução não passa de um conjunto de notas dispersas de Ferro Couselo, algumas constituídas por citações e referências historicamente erróneas e, por isso mesmo, inaceitáveis, concatenadas pelo

responsável pela preparação da edição, ao qual pertencem também a definição da metodologia seguida e das normas de transcrição, decalcadas nas normas do Consejo Superior de Investigaciones Científicas (com mais de 50 anos!) e na obra do homenageado *A vida e a fala...*, reclamando também Fernández Rey a paternidade dos índices e das listagens, publicadas em apêndice, pertencendo-lhe, igualmente, o que escreveu sob a rubrica designada por *colofón*. Nestas circunstâncias, só poderiam ficar à conta de Ferro Couselo os documentos do *Cartulário de Fiães*, transcritos no volume em análise. Mas a autoria destes documentos, do ponto de vista jurídico e diplomático, não lhe pertence, urgindo acrescentar que o facto de ter feito a primeira transcrição, posteriormente revista por Aser A. Fernández Rey, não autoriza, de forma alguma, a guindá-lo à condição de autor.

Que fica, então, para o pretenso autor desta obra? Embora seja desagradável e ao assunto voltemos a referir-nos mais à frente, impõe-se dizer, desde já, que à conta da autoria de Ferro Couselo temos de debitar o facto de *ter truncado a maior parte dos documentos agora publicados*, aspecto de extrema gravidade sob o ponto de vista diplomático (uma vez que, assim, foram publicados), para o qual nem os apresentadores, Olga Gallego Domínguez e Francisco Fariña Busto, nem Aser A. Fernández Rey alertaram os leitores, infringindo a primeira e a mais elementar norma a ter presente por quem prepara a edição de qualquer documento ou texto! E para que não se pense que estamos a exagerar, permitimo-nos transcrever o início do n.º 43 das *Normes internationales pour l'édition des documents médiévaux*, onde se lê textualmente o seguinte:— «43. Principe de l'établissement du texte. *Le principe général qui doit guider tout éditeur est le respect du texte. Il ne peut opérer ni addition, ni retranchement, ni altération de quelque nature que ce soit sans en tenir le lecteur averti*» (cf. «Folia Caesaraugustana», Zaragoza, vol. 1, 1984, p.37).

Aqui radica, em nosso entender, o equívoco editorial, a que já fizemos referência. É que, em vez de concentrarem a atenção e energias na edição crítica das mais de quatro centenas de documentos que integram o *Cartulário de Fiães*, procedendo, como se impunha, à revisão da transcrição de Ferro Couselo, confrontando-a com o próprio códice, optaram por privilegiar a hipotética edição crítica da obra, que pensaram ter encontrado no espólio do homenageado, fazendo o cotejo das transcrições dactilografadas com a transcrição manuscrita por ele feita anteriormente!

Para que não fiquem dúvidas sobre esta interpretação, o melhor é transcrever algumas passagens:— «*Todas las transcripciones manuscritas de D. Jesús Ferro Couselo, o en su defecto los documentos mecanografiados, foron revisados de forma minuciosa, aunque somos conscientes del bien que supondría una futura revisión crítica del Tumbo así como una mayor profundización en la investigación*». E um pouco mais à frente, esclarece:— «Refiriendonos estrictamente a los documentos transcritos mecanográficamente, entre los mencionados intentos, hemos de señalar que, a nuestro parecer, el segundo parecía seguir de forma mucho más literal a Ferro. Se daba pues la convivencia de diferentes criterios» (cf. *Tumbo*, p. 23). Se dúvidas houvesse acerca desta interpretação, lá está a nota explicativa do espaço em branco que aparece no documento n.º 335: — «*Ilegible la transcripción de Ferro*», quando o que se impunha era fazer o cotejo com o próprio cartulário.

Fica, assim, demonstrado que a preocupação fundamental dos intervenientes nesta publicação, pelas razões acima referidas, era transmitir com toda a fidelidade os textos incompletos e desconexos deixados por Ferro Couselo, não tendo sido feito o necessário cotejo integral com o *Cartulário* ou com uma boa reprodução fotográfica ou fotocópia do mesmo, sendo de lamentar que não se tivessem apercebido das imensas lacunas dos textos, devidas aos cortes inicialmente operados por Ferro Couselo! Registe-se que a

aparente solicitude crítica, actuante sobre os textos de Ferro Couselo, encobre aos leitores menos atentos ou impreparados para lidarem com documentos medievais, em latim e alguns em português, o facto de esses documentos, na sua esmagadora maioria terem sido truncados!

É precisamente pelo facto de Ferro Couselo *haver mutilado gravemente a maior parte dos documentos do Cartulário de Fiães* que afirmámos que ele nunca pensou, a sério, realizar a sua edição crítica, que os intervenientes na preparação do volume em análise imaginaram e lhe atribuíram, mais uma vez curvados à autoridade das suas palavras, que não passam de um mero propósito frustrado: — «... nos decidimos, al fin, a verificar la transcripción completa, proceder a su publicación, con los estudios e índices correspondientes» (p. 12). Como poderia «verificar a transcripción completa», se tinha truncado os documentos? Porventura, será possível pensar que alguém que mutilou cerca de quatrocentos documentos está a preparar a sua edição crítica? Como é possível, tomar, agora, esses retalhos dos documentos e pretender apresentá-los como edição crítica, sem se aperceber do estado em que essa documentação se encontrava, nem do facto dar a mínima informação aos leitores, na prática, impossibilitados de procederem ao seu confronto com o referido *Cartulário*, ficando, por isso, no completo desconhecimento do texto omissio, correspondente às inúmeras reticências espalhadas no *corpus* documental?

Embora já todos os leitores tenham concluído da justeza com que, logo de início, falámos de *equivoco editorial* — e é o mínimo que podemos dizer — vale a pena acentuar este aspecto. Na verdade, o título *Tumbo de Fiães. Transcripción* criava a expectativa de se passar a dispor deste importante cartulário do Arquivo Distrital de Braga, integral e correctamente transcrito e devidamente anotado. Nesse sentido, teria sido muito mais fácil e eficaz fazer uma transcrição integral a partir de um bom microfilme ou de uma fotocópia do que trabalhar, sem êxito, sobre o que Fernández Rey considerou «unos primeros borradores (entenda-se — rascunhos), y no de una plasmación definitiva del texto» (cf. p. 22) de Ferro Couselo, *que, se fosse vivo, por certo, não aceitaria como seu o produto final*.

E não lhe faltariam boas razões para isso, como melhor se verá após esta nossa leitura crítica, como, aliás, o próprio responsável pela preparação da edição reconheceu ao escrever «...aunque somos conscientes del bien que supondría una futura revisión crítica del Tumbo así como una mayor profundización en la investigación» (p. 23).

Perante esta consciência da necessidade de «una futura revisión crítica del Tumbo», o mínimo que se pode perguntar é por que motivo não fez tal revisão, antes de entregar o texto para publicação, como as normas internacionais, a deontologia profissional e o respeito pelos leitores exigiam.

Se mais não houvesse, bastaria quanto até aqui se afirmou para comprovar que o *Cartulário de Fiães foi maltratado*, porque, na verdade, foi **mal tratado**, como a seguir melhor se verá.

II

Insistimos até aqui na afirmação de que o *Cartulário de Fiães foi maltratado*, constituindo a mutilação da maior parte dos seus documentos a justificação global mais evidente e irrefragável dessa afirmação. Apesar disso, consideramos necessário ampliar o esclarecimento de outros aspectos então por nós sinteticamente referidos e alargar o ângulo de observação, não só sobre o *corpus* documental, mas também sobre os próprios índices e outras listagens. Entraremos, assim, em aspectos mais concretos, embora quase só em jeito de fugaz abordagem, já que é impossível incluir numa breve recensão o interminável rol das mazelas deste livro.

Regressando ao breve texto introdutório, considerado essencialmente como *um conjunto de notas dispersas, algumas constituídas por citações e referências historicamente erróneas*, cumpre informar que, apesar de Ferro Couselo considerar que a documentação do Mosteiro de Fiães se perdeu devido a um incêndio, ateadado por galegos, a fim de se libertarem dos pagamentos de tributos e pensões, mediante a destruição do cartório (p.17) — ideia que, aliás, anda em obras portuguesas —, tendo sobrevivido a essa imaginária destruição apenas o *Cartulário* (p.11), impõe-se contrariar tais afirmações, por serem completamente destituídas de verdade.

É possível que Ferro Couselo não tivesse podido obter mais informações, mas que Fernández Rey, que teve entre mãos o nosso estudo *O Mosteiro de Fiães. Notas para a sua história*, cujas páginas 77 a 82 são integralmente ocupadas pelos inventários da documentação deste Mosteiro, existente no Arquivo Distrital de Braga (U.M.) e no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, relativa ao longo período de 1440 até 1834, não tenha corrigido essas afirmações erróneas, mediante uma elucidativa nota de rodapé, é que é inadmissível.

Igualmente sem fundamento são as afirmações de que o Mosteiro de Fiães era o mais rico das Espanhas, de que nele havia exposição permanente do Santíssimo Sacramento, de que tinha regularmente 80 religiosos de missa ou presbíteros, sem contar os conversos, minoristas, leigos, etc. (pp.13-15), informações recolhidas no *Portugal antigo e moderno*, de Pinho Leal, por sua vez, subsidiário do I volume da *Corografia portuguesa*, do P.^e António Carvalho da Costa, publicada em 1706 e reeditada em 1868. Aceitar tais afirmações sem qualquer comentário crítico, além de revelar desconhecimento da história do monaquismo cisterciense em Espanha e em Portugal, serve apenas para difundir erros históricos. Para abreviar razões, que ultrapassam o âmbito desta recensão, bastará dizer que, se os organizadores da edição em causa tivessem lido com alguma atenção o que escrevemos no nosso citado livro *O Mosteiro de Fiães...*, sobre os efeitos da crise dos séculos XIV-XVI neste mosteiro (pp. 27-33) e o capítulo 54 das *Definições da Ordem de Cistel: E Congregaçam de Nossa Senhora de Alcobaça*, impressas em Lisboa, em 1593, fls. 58-58v, transcrito na p. 35 do nosso livro, atrás referido, poderiam verificar que o Mosteiro de Fiães era aquele que, em toda a Congregação Cisterciense portuguesa, tinha menos religiosos — apenas três (3) — durante a fase de obras de renovação dos edifícios, em curso por todo o Reino, no ano de 1593. Terminadas que fossem as obras, consentia o Capítulo da Congregação que Alcobaça pudesse ter 80 religiosos, Salzedas 40, S. João de Tarouca 30, Seiça 40. Quanto aos restantes mencionados neste documento, consta quantos religiosos tinham nessa data: S.^{ta} Maria de Aguiar 14, Maceiradão 14, S. Pedro das Aguias 7, Bouro 14, S. Cristóvão de Lafões 9 e Fiães 3. Mesmo que após a conclusão das obras quintuplicasse ou sextuplicasse o número dos religiosos de Fiães — que não tinha capacidade para tantos — nem sequer atingiria a quarta parte do número autorizado para Alcobaça. Acrescente-se que, por ocasião da visita canónica, feita pelo Abade de Claraval, D. Edme de Saulieu, a este mosteiro, de 22 a 26 de Janeiro de 1533, havia nele apenas 4 religiosos e 2 conversos. Face a estes elementos e ao conhecimento que temos das actas dos capítulos do século XVIII, não há qualquer dificuldade em declarar que a referência ao lausperene permanente não têm fundamento histórico. Para contrariar a ideia da desmesurada riqueza deste mosteiro cisterciense, que, em Portugal era dos mais pequenos e dos mais pobres, bastaria que os intervenientes na edição do volume em causa passassem os olhos pelas pautas do contributo a dar pelos mosteiros cistercienses portugueses, masculinos e femininos, de acordo com as suas possibilidades, para a restauração dos mosteiros femininos de Mocambo, Tabosa e Tavira e do mosteiro masculino do Desterro, para verificar que o contributo do mosteiro de Fiães foi sempre o mais baixo de entre os dos mosteiros masculinos, como se poderá verificar pelo nosso

estudo, publicado nas Actas [do] *Congreso Internacional sobre San Bernardo e o Cister en Galicia e Portugal*, vol. I, Ourense, 1992, pp. 663-664.

Quanto à origem deste Mosteiro, Ferro Couselo aceitou candidamente o que o P.º Carvalho da Costa escreveu na *Corografia...* e Pinho Leal transplantou para o *Portugal antigo e moderno*, fazendo-o remontar, ao ano de 851, já como mosteiro beneditino (p. 13). Conhecendo o elevado número de mosteiros de tradição visigótica existentes no actual território português, durante o período da Reconquista, e que a observância cluniacense só penetrou de forma sistemática na região de entre o Minho e o Mondego no último quartel do século XI, não podíamos silenciar mais este erro histórico veiculado pelas notas recolhidas por Ferro Couselo, que o seu editor pretendeu confirmar documentalmente.

Na verdade, Fernández Rey, no intuito de corrigir a nossa afirmação acerca do documento n.º 14B, datado de 1142, aliás, de 12 de Dezembro de 1142, em que o consideramos como o documento mais antigo do *Cartulário*, relativo ao Mosteiro de Fiães, remata a nota 2 com estas palavras: — «... *lo cual parece desmentir la propia documentación*» (p. 42). Nunca nos custou aceitar os erros, quando devidamente comprovados. Procurámos detectar a mencionada documentação e encontramos três documentos, potencialmente contraditórios da nossa afirmação, respectivamente atribuídos aos anos de 989, 996 e 1131(?). Seria óptimo e ficaríamos radiante se realmente tais documentos dissessem respeito ao mosteiro de Fiães, em tão recuados tempos.

Acontece, porém, que o de 989 (n.º 189), mesmo que se demonstre a sua autenticidade, nem sequer alude ao Mosteiro de Fiães, mas sim ao de Celanova, por duas vezes nele expressamente mencionado, dispensando-nos, neste momento, dos comentários que a sua actual publicação exige.

Quanto ao segundo, atribuído ao ano de 996, embora Ferro Couselo respeite a data a que chegou, após a redução à era cristã, nas suas notas atribuiu-lhe o ano de “1095” (p. 131), sem explicar em que se apoiou para chegar a tal conclusão. Mas se, apesar de também ter sido truncado, procedermos à sua leitura atenta, verificamos que o segundo outorgante é o abade Pedro (1189-1196) e que as três testemunhas Pedro (Petrus), Paio (Pelagius) e João (Johanes), são as mesmas que figuram noutro documento, da era Ma CCª XXXª IIIª, correspondente ao ano 1195 da era cristã (n.º 170), em que o abade Pedro é também o segundo outorgante.

Nestas circunstâncias, a conclusão a tirar é que, ao ser feita a cópia da carta de venda para o *Cartulário*, por lapso, ficou omissa a parte da data, constituída pelos CCª intermédios, devendo, por isso, ser reconstituída assim: Era Mª [CCª] XXXª IIIª, isto é, 1196, coincidindo com o último ano do abaciado de D Pedro, segundo os elementos disponíveis, e dois séculos posterior à data que lhe foi atribuída no volume editado!

Estes dois documentos não contrariam a nossa referida posição. Quanto ao terceiro, de 30 de Abril de 1130 e não de 1131, de momento, não temos reservas de maior a levantar-lhe, até porque se harmoniza com o que escrevemos no nosso estudo: — «...*torna-se difícil considerá-lo fundação beneditina, sendo de admitir a existência anterior de algum eremitério ou cenóbio continuador da sobrevivente tradição monástica visigótica...*» (pp.20-22).

Cumpre-nos, ainda, esclarecer que a inscrição que Ferro Couselo e os editores dos seus apontamentos procuraram em vão, não se encontra na matriz de Melgaço, mas sim na porta das muralhas do castelo, voltada a poente, tendo sido reproduzida fotograficamente no «Arqueólogo Português», vol. IV, pp. 264-265, e no volume comemorativo do *VI Centenário da tomada do Castelo de Melgaço*, editado pela Câmara Municipal de Melgaço e outros, 1991, p.42. Entre outros lapsos de transcrição, registem-se, nomeadamente, GONÇALVIT em vez de GONÇALVIS e que a letra grafada como H,

nas palavras TEHPORE, IH, DHI e DHE, estas duas últimas com o respectivo sinal de abreviatura sobreposto, deveria ter sido substituída por N.

Posto isto, consideramos desnecessário determo-nos em mais comentários sobre outras afirmações da introdução ou sobre a metodologia e as normas de transcrição seguidas, bastando recordar que, a partir da passividade com que os responsáveis pela preparação da edição e respectiva publicação aceitaram a *mutilação dos documentos*, ficou dado o tom para o completo desrespeito pelas normas traçadas pela Comissão Internacional de Diplomática para a edição de documentos e textos medievais, de que nem Ferro Couselo nem os editores dos seus apontamentos demonstram qualquer conhecimento.

Precisamente porque o suporte teórico que devia orientar um trabalho desta natureza foi postergado, não podemos deixar de denunciar algumas das muitas e lamentáveis deficiências patentes na publicação destes documentos, do maior interesse tanto para a História de Portugal como da Galiza, deficiências decorrentes, como é óbvio, do desconhecimento das normas que devem presidir à preparação da edição de documentos medievais desta natureza. É que neste, como em muitos outros assuntos, as boas intenções não bastam. Mas, passemos, de imediato, ao contacto com o corpus documental.

Antes de mais, e sem nos ocuparmos de casos pontuais de evidentes erros de datação, como já vimos, não podemos silenciar o facto de a *data dos documentos ser expressa apenas pelo ano, com a radical eliminação do mês e do dia*, quando os dois ou algum deles constam dos documentos, o *mesmo fazendo em relação ao lugar* onde o acto jurídico foi outorgado ou o respectivo documento foi lavrado, segundo os casos. A omissão destes elementos, que, se em alguns documentos não existem, em muitos outros estão bem explícitos, além de privar os investigadores de dados muito importantes, reflecte-se negativamente na elaboração do índice cronológico. O facto de em alguns documentos não constar o dia não autoriza a eliminar a menção do mês. Num conjunto de dois ou mais documentos do mesmo ano, não é indiferente saber em que mês cada um foi redigido. O mais curioso é o brilhante critério que norteou o procedimento de quem preparou a edição, exposto no n.º 7 da página 26: — *Algunos documentos no especifican su cronologia, y no por que carezcan de ella, teniendo que sonsacarlo nosotros directamente del texto, o en su caso, hacer alguna que otra pequeña corrección que explicamos en area de notas. Por otro lado, casi la totalidad de ellos hacen referencia únicamente al año del documento sin descender al mes y dia*». E apesar de em nota esclarecer que «*en los 95 primeros documentos Ferro indicaba el mes*», o processo mais cómodo, que não o melhor, foi reduzir a data somente à menção do ano, eliminando as numerosas referências dos meses e também dos seus respectivos dias. Idêntico critério redutor verificou-se em relação ao *elemento tópico ou lugar*, onde o documento foi outorgado ou feito. Não são muito numerosas estas referências, mas, até por isso, deveriam ter sido valorizadas. Algumas são pormenorizadas, como nos documentos: n.º 341 — «... in ecclesia Sancti Petri Apostoli apud villa de Marinii...»; n.º 382 — «... in monasterio Sancti Tirsi de Ripa Avis»; n.º 392 — «*Facta donacione apud villam de Ferrariis...*», sem qualquer dificuldade de actualização para vernáculo.

Outra falta grave é a absoluta ausência dos sumários dos documentos, extremamente úteis aos investigadores, até pela economia de tempo que representam, em especial se estiverem bem elaborados, de acordo com as normas. Mas a sua importância aumenta se tivermos presente que é cada vez maior o número de pessoas sem preparação em latim, não faltando também profissionais da História a claudicarem neste domínio.

III

Informados da mutilação operada na grande maioria dos documentos e esclarecidos sobre a sistemática eliminação, com excepção do ano, dos elementos cronológicos e tópicos das datas, bem como da inexistência de sumários, a título de exemplo, apreciemos o documento n.º 1, reproduzido em fotocópia:

N.º 1

1185

In nomine Domini. Ego Petrus Nunici et uxor mea domna Guncina una cum filiis meis uobis abbati de Fenalibus et omnibus fratribus facimus cartam de hereditate nostra propria quam habemus in loco que uocatur Feruencias de Oria, sessum scilicet Molendini quantum ad nos pertinet damus et concedimus uobis pro remedio animarum nostrorum ac parentum nostrorum et ut participes sinus bonorum uertrorum. Facta carta sub E.ª M.ª CC.ª XX.ª III.ª mense nouembris. Regnante rege Alfonso Portugal. Episcopus Beltranus presidente Tude. In Ualadares princeps Pelagio Suari... Accipientes pro robore unum arietem. Qui presentes fuerunt: Menendus ts. Johanes ts. Petrus ts. Pelagius qui notuit.

Fol. 2.

A fim de melhor se compreender a extensão das mutilações operadas no documento n.º 1, vejamos, agora, a sua transcrição integral, observando, desde já, que as partes salientadas em negritas correspondem às passagens que foram truncadas ou corrigidas, em confronto directo com o *Cartulário*, guardado no Arquivo Distrital de Braga:

1185, Novembro,

Pedro Nunes, sua mulher, D.Goncina, e filhos doam ao abade

Fernando e ao convento do Mosteiro de Fiães a herdade que possuem em Fervenças de "Oria", localidade sita entre as «verandas» de Travaços e da Bouça dos Homens.

Fl. 2.

— «In **Dei nomine**. Ego Petrus Nunici et uxor mea domna Guncina una cum filiis meis vobis abbati <**Fernando Fenalis**> et omnibus fratribus **tam presentibus quam futuris** facimus cartam de hereditate nostra propria quam habemus in loco qui vocatur Feruentias de Oria, sessum scilicet molendini quantum ad nos ibi pertinet. Damus et concedimus vobis pro remedio animarum nostrarum ac parentum nostrorum et ut participes sinus bonorum vestrorum. **Habeatis igitur et possideatis ea (sic) iure perpetuo. Quod si aliquis venerit vel ven[er]imus** tam ex nostris quam de extraneis qui hunc factum nostrum irrumpere temptet sit maledictus et excommunicatus et cum Iuda traditore in inferno damnatus et insuper domino terre D^{os} solidos cogatur exsolvere. Facta carta sub Era Mª CCª XXª IIIª mense Novembris regnante rege Alfonso Portugalie, episcopus Beltranus possidente Tude, in Valadares princeps Pelagio Suariz¹. **Nos supradicti qui hanc cartam iussimus facere coram testibus, propriis manibus roboramus** accipientes pro robore unum ariete.

Qui presentes fuerunt: Menendus testis, Johannes testis, Petrus testis, Pelagius qui notuit».

¹ Corrigido de Suarii.

Mutilações idênticas, de maior ou menor extensão, foram praticadas na maior parte dos documentos deste códice, pelo que ninguém ousará contestar que o *Cartulário de Fiães foi maltratado*. Mas quem, após a revelação destes atropelos, folhear a obra, mesmo que estranhe a profusão de reticências que assinalam supressões de texto, não conseguirá atingir a real dimensão destes atentados contra a integridade dos documentos. Não cabe no âmbito desta recensão proceder aos comentários relativos a cada um dos documentos mutilados. Limitar-nos-emos, por isso, a registar apenas o que se passou com os documentos em português, em data posterior, inseridos neste cartulário, procedimento que é verdadeiramente clamoroso, como passamos a descrever:

— Assim, do documento n.º 204, que ocupa 23 linhas e meia, foram transcritas somente as primeiras duas linhas e meia, omitindo as restantes 21, sem proporcionar qualquer informação aos leitores; no documento n.º 235, foram eliminadas 25 linhas e meia; o documento n.º 237 foi mutilado no equi-valente a *duas páginas* do Cartulário; o n.º 238 omite 18 linhas; ao documento n.º 239 faltam 20 linhas; o documento n.º 240, relativo à doação do couto de Gogilde, sito na Galiza, cujos limites descreve, ficou reduzido à transcrição de duas linhas e meia, tendo sido omitidas 13 linhas, sem que, à semelhança do que aconteceu com todos os outros casos referidos, houvesse uma breve advertência ao leitor sobre estas situações. E não podemos encerrar este ponto sem revelar o que se pode considerar a sua coroa. Referimo-nos ao documento n.º 267, que é uma cópia deturpada da doação de quatro casais e meio, na «vila» rústica de Figueiredo, feita por D. Sancho I ao abade de Fiães, D. João, em Santarém, no dia 11 de Dezembro de 1199, em troca de S.^{ra} Maria da Orada, outrora doada por D. Afonso Henriques ao Mosteiro de Fiães e, agora, concedida pelo próprio D. Sancho I aos povoadores de Melgaço (Cf. *Documentos de D. Sancho I*, p. 192). Nas notas de Ferro Couselo faltava também este documento e como não conseguiram lê-lo, no espaço destinado à transcrição, reproduziram-no fotograficamente, em escala tão reduzida que é impossível proceder à sua leitura, ao contrário do que acontece quando se entra em contacto directo com essa folha do Cartulário.

Face ao que acabamos de referir, o elevado número de *erros de leitura paleográfica*, não obstante a sua gravidade, acaba por aparecer como coisa miúda e insignificante. O pior é que a deturpação, especialmente nos topónimos impedirá qualquer curioso da história local ou mesmo qualquer investigador profissional, que, desprevenido, utilizar esta publicação, de identificar os topónimos mal transcritos ou mesmo alguns antropónimos. A mero título exemplificativo, apresentaremos somente alguns casos mais gritantes de más leituras paleográficas que chegam a alterar palavras e a sua ordem na frase, a começar pela *invocação* do documento n.º 1, que não é *In nomine Domini*, mas sim *In Dei nomine*. Na linha seguinte do mesmo documento, em vez de «*vobis abbati de Fenalibus*», está muito claro que é «*vobis abbati <Fernando> Fenalis*». No documento n.º 9, em vez de «*Pravatos*» deve ler-se *Travaços*, devendo «*partaugas*» ser escrito com maiúscula «*Partaugas*» (actualmente Partáguas), porque é isso que está no documento. No documento n.º 206 (p. 138) aparece «... ha ermida de **Santa Maria da Ona da Pella**», que ninguém poderia identificar, quando, afinal, se trata de uma doação «*ha ermida de Santa Maria da Orrada (Orada) pella*» minha leyra que jaz a sua correioira da Orrada...». Três linhas depois, está escrito «...leyra da igreja do *campo*...», quando deveria escrever-se «... leyra da igreja do **Campo**...», porque se trata da igreja da paróquia de Santa Maria do Campo, uma das três que havia na vila de Melgaço, extinta no século XVI pelo arcebispo D. Frei Bartolomeu dos Mártires. No documento n.º 79, aparece o topónimo «**Ceinaes**», no n.º 91 «**Ceynaes**» e no n.º 180, novamente, «**Ceinaes**», quando deveria aparecer, respectivamente «**Ceivaes**», «**Ceyvaes**» e «**Ceivaes**», ainda hoje **Ceivães**.

São apenas algumas amostras de leituras erradas em topónimos. E não esquecemos

que o problema da identificação dos topónimos, particularmente quando se entra no domínio da microtoponímia, é sempre um dos maiores problemas que tem de enfrentar quem se dispuser a editar este ou qualquer outro cartulário, problema agravado, neste caso, pelas diferentes evoluções fonéticas e língüísticas verificadas em Portugal e na Galiza, até à actualidade. Se a essas dificuldades acrescerem os erros de leitura paleográfica dos topónimos, a sua divulgação será não só inútil, mas também nociva, o que é bem pior.

Mas os erros de transcrição paleográfica multiplicam-se de forma incontrolável neste momento — e também não consideramos necessário perder tempo a identificá-los todos, pois, para o efeito, seria necessário escrever outro livro. Sobre este aspecto, deixaremos, apenas, algumas amostras, a começar pelo documento n.º 1, onde, além do que sobre ele já dissemos, apontamos os seguintes casos, sem necessidade de especificarmos as respectivas linhas: *loco que, Molendini, nostrorum, sinus, uertrorum*, quando devia ser: *loco qui, molendini, nostrorum, simus, vestrorum*; no n.º 2: *pro remedium, parentum meorum in*, quando deveria ser: *pro remedio, parentum meorum et in*; no n.º 3: *ab uila Uite, cotarum*, quando devia ser: *ab illa Vite, Cotarum*; no n.º 4: *exparte, de uobis acepi, XX et*, quando devia ser: *ex parte, de te acepi, XX <morabítnos> et*; no n.º 5: *quos uobis reliquistis*, quando devia ser: *quos nobis reliquistis*. Note-se que alguns destes erros alteram completamente o sentido do texto, que se fosse interpretado tomando à letra os erros, seria incompreensível. Em relação ao documento n.º 189, que carece de um extenso comentário, registre-se apenas o seguinte: *emin, nulluis, tibi sicut, egaredo, ni, eueanos, regilr, quoliter innicem, ab rasa, ab rasas, indicium, inditio octabiabi, in cella*, em vez de: *enim, nullius, vobis sicut, Egaredo, in, Eueanos, regulariter, qualiter invicem, abrasa, abrasas, iudicium, indi[c]tio, Octabiani, in Cella*. Sem querermos abusar da paciência dos leitores devemos apresentar mais alguns casos de más leituras, agravadas por falta do respectivo espaço entre palavras, como se verifica nos documentos seguintes: n.º 235 — *Quam cerares est tam fragilis quam putribilis*, por *Quoniam cera res est tam fragilis quam putribilis*; no mesmo documento, ficaram incompletas as palavras, cujas terminações apresentamos em negritas: *Legionensis, Auriensis, Lucensis, Tudensis, Mindoniensis, Astoricensis, Zemorensis por Zamorensis e Salmanticensis*; a primeira palavra do n.º 239 *Sabham* foi pura e simplesmente traduzida para castelhano *Sepan*; no n.º 399, pode ler-se *cum contibus cun fontibus*, em vez de *cum montibus cum fontibus*.

Estas amostras bastam para se fazer uma pálida ideia do que se pode encontrar em matéria de transcrição, ao longo dos 411 documentos apresentados neste volume, número que terá de ser revisto.

É tempo de terminar, mas não poderemos fazê-lo sem um breve comentário aos índices e listagens publicados em apêndice. Os índices são necessários em qualquer estudo com uma razoável extensão e nem sempre os autores ou os editores pensam em prepará-los pelo trabalho dão, mesmo utilizando recursos informáticos. O presente volume tem índices cronológico, topográfico, onomástico, de matérias e de ofícios, profissões e cargos, que, por certo, deram muito trabalho ao seu autor, esforço que não deixamos de apreciar. Lamentavelmente, porém, estes índices ressentem-se dos defeitos que já apontámos à obra: falta de cronologia tanto quanto possível completa para cada documento e falta de actualização dos nomes de pessoas, lugares, ofícios, profissões e cargos. Assim, o índice cronológico, na prática, é um semi-índice, porque o facto de na data dos documentos não haver menção do mês nem do dia obrigou Fernández Rey a fazer um simulacro de índice cronológico, remissivo para os documentos de cada ano.

Por outro lado, sendo cada vez menor o número das pessoas com preparação em latim, e mesmo para os que a têm, que garantias há de poderem fazer correctamente a actualização dos nomes de pessoas, lugares, ofícios, profissões e cargos? Daí, a diminuta

ou mesmo duvidosa eficácia de tais índices. Estamos em crer que se tratou de um esforço pouco mais do que estéril, com uma multiplicação desnecessária de entradas, que a identificação dos topónimos permitiria simplificar, podendo servir de exemplo o caso de Alveos, na margem direita do Minho, que entra no índice como: ALUENIS, ALUEOS; ALUEUOS e ELUENIS, quando a entrada pelo nome actual, seguido de todas as variantes em latim ou em vernáculo, colocadas entre parêntesis, e das respectivas páginas, em seriação crescente, seria bem mais eficaz.

Em jeito de conclusão, resta-nos reiterar as apreciações feitas ao longo desta exposição, na certeza de que as provas que fomos apresentando para justificar as nossas afirmações, embora constituídas por simples amostras do muito que se poderia dizer, autorizam-nos a proclamar que esta obra, abusivamente colocada sob o nome de D. Jesús Ferro Couselo, que, apesar de moralmente ilibado, não sai prestigiado, bem pelo contrário, tal como acontece com os intervenientes responsáveis pela preparação da edição e da publicação, constitui um mau serviço prestado à cultura galega e deixa a sangrar o prestígio científico dos intervenientes na preparação desta edição e de quem lhe deu cobertura institucional.

Pensamos, sinceramente, que é mais um caso em que a pressa deu mau resultado.

Para terminar, não podemos deixar de acrescentar que também não está de parabéns quem exportou — íamos a dizer, clandestinamente — em fotocópia, para fora do País, este precioso *Cartulário de Fiães*, conservado no Arquivo Distrital de Braga, que acabou por ser maltratado, como, à partida, seria previsível, confirmando a realidade dos factos que não foi apenas *mal*, mas sim *pessimamente* tratado, o que é profundamente lamentável no quadro das relações culturais galaico-minhotas, pelo desrespeito que — salvas as intenções — revela por esta fonte documental portuguesa, não obstante o interesse que também tem para a História da Galiza.

E esta exportação — se quiserem, *clandestina* — contrasta frontalmente com as dificuldades que já temos encontrado em bibliotecas e arquivos portugueses, não só para obter fotocópias, mas o que é bem pior, até *para ver* algum original, a fim de podermos ler o que o mau estado do microfilme ou da fotocópia não permite ler. Felizmente, estes casos vão sendo excepções, a que os responsáveis são estranhos.

J. Marques

CÁRCEL ORTÍ, Maria Milagros - *La enseñanza de la Paleografía y Diplomática. Centros y Cursos*, Valencia, 1996, 260 p.

Nesta obra, em formato de *livro de bolso*, a Autora proporciona-nos uma informação utilíssima, que poderemos considerar *supletiva*. Com efeito, tendo o Comité Internacional de Paleografia Latina iniciado, em 1987, um inquérito destinado a recolher informações sobre o ensino de Paleografia, sem que a aplicação do projecto, iniciada pela França, tenha passado para outros países, e não se antevendo perspectivas de continuidade, a Prof.^a Maria Milagros Cárcel Ortí, da Universidade de Valência, Espanha, reconhecendo as vantagens e, até mesmo, a necessidade de um conhecimento tanto quanto possível actualizado neste domínio, empreendeu a sua recolha, apresentando, agora, ao vasto público interessado o resultado do seu inquérito pessoal.

O objectivo primário que a orientou neste trabalho foi o de saber onde se ensina Paleografia Latina e qual o estatuto atribuído a esta disciplina nos diversos centros de ensino, isto é, se é ministrada autonomamente ou em conexão com outras ciências afins, se está integrada em cursos de licenciatura, pós-graduação, cursos intensivos de verão, cursos de mestrado, cursos de doutoramento, cursos de arquivística, etc., quais as respectivas cargas horárias e créditos, etc.

Para realizar este trabalho, a A. socorreu-se de vasta bibliografia, constituída pelos programas, anuários, guias dos estudantes ou equivalentes, publicados pelas diversas instituições responsáveis pelo ensino em causa, bem como de outras fontes especializadas disponíveis, tendo completado muitas informações e colmatado lacunas, mediante a correspondência epistolar com membros da Comissão Internacional de Diplomática, a que também ela pertence, ligados ao ensino da Paleografia ou que pura e simplesmente lhe transmitiram informações pormenorizadas acerca do que neste domínio se passa nas respectivas universidades, arquivos e centros, a que pertencem.

Não é difícil admitir que numa obra como esta pode haver omissões, essencialmente devidas ao silêncio de alguns inquiridos, e ligeiras desactualizações, mercê de eventuais alterações programáticas, verificadas entre as datas do fornecimento das informações e a publicação desta obra, mas nem por isso ficará comprometido o interesse da mesma e o mérito da Autora.

E a comprová-lo aí está a estrutura deste estudo, que, em capítulos sucessivos, nos oferece uma visão de conjunto, embora sintética, sobre o estado actual do ensino da Paleografia e da Diplomática, nas diversas universidades e outras instituições europeias, americanas (do norte, centro e sul), de diversos países da África, da Ásia e da Oceania, nomeadamente: Austrália, China, Indonésia, Israel, Japão, Marrocos, Nova Zelândia, Senegal, Tunísia, Turquia e Zâmbia. E não será de estranhar que tenha consagrado cerca de 40% do volume ao ensino da Paleografia e da Diplomática nas universidades e instituições espanholas, especificando os cursos ministrados, número e graduação dos docentes destas disciplinas, existentes em cada universidade, etc., etc.

Da análise da vasta informação recolhida neste volume podemos salientar alguns aspectos que revelam bem a pujança do ensino da Paleografia e da Diplomática, actualmente, em Espanha, em contraste com o que se passa em Portugal. Assim, se prestarmos atenção ao número de docentes destas disciplinas, detentores dos diversos graus académicos, incluindo, obviamente, os catedráticos de Paleografia e de Diplomática, os números disponíveis levar-nos-ão a pensar também no elevado número de alunos que frequentam estas disciplinas. Detendo-nos, apenas, nos casos mais significativos, parece-nos oportuno registar que a Universidade Complutense (Madrid)

dispõe de 13 docentes para estas disciplinas; Barcelona - 7; Autónoma de Barcelona - 4; Granada - 10; Sevilha - 7; Valência - 7; Valladolid - 7; Zaragoza - 6; León - 5; Málaga - 4; Compostela - 5.

É certo que na síntese apresentada pela A., por vezes, a Paleografia aparece associada à Epigrafia e à Numismática, de acordo com o conceito mais amplo defendido por Jean Mallon, não faltando também os cursos mais especializados, consagrados à escrita ou escritas e Diplomática de determinadas épocas ou períodos históricos, podendo servir de exemplo a programação da Universidade Complutense de Madrid, onde existem cursos específicos opcionais de Paleografia da Alta Idade Média, Paleografia da Baixa Idade Média, Paleografia da Idade Moderna I, Paleografia da Idade Moderna II, e os respectivos cursos de Diplomática, não faltando também a Paleografia e a Diplomática aplicadas à investigação, como cursos obrigatórios. À semelhança do que acontece noutros domínios, no país vizinho, estão também oficialmente implantados cursos de verão especializados, como os intitulados «As escritas librarias: séculos XIII-XVI» e «Autenticidade do documento: evolução histórica», integrados no programa do curso de preparação para o doutoramento, na Universidade de Cantábria. Outro aspecto bem patente nas informações sobre a situação nas universidades espanholas é o da concentração de disciplinas afins num mesmo departamento, na sequência da legislação, há alguns anos publicada pelo poder central, relativa à reorganização departamental.

Para terminar a breve apresentação desta obra, impõe-se salientar a importância dos diversos anexos ou apêndices, que, analisados com alguma atenção, permitem conhecer melhor a situação dos estudos paleográficos e diplomáticos, bem como de outras ciências afins, nas universidades espanholas. O anexo 2, apresenta os planos de estudos das universidades espanholas que incluem a área de ciências e técnicas historiográficas, em que a Paleografia e a Diplomática ocupam um lugar de relevo. Nessa extensa lista, figura também a «Licenciatura em Filologia Portuguesa», da Universidade de Compostela.

Esta menção traz a primeiro plano a necessidade de se poder ter acesso directo às fontes manuscritas, se se quiser estudar com seriedade a história, por exemplo, do galego e do português. Os estudos feitos sobre textos publicados, mesmo concedendo que estão bem transcritos, assemelham-se a estudos feitos com fontes em segunda mão.

Se a leitura que fazemos do exemplo da Universidade de Santiago de Compostela está correcta, apetece-nos perguntar quantos filólogos, entre nós, trabalham, na actualidade, directamente sobre fontes primárias?

Por quanto dissemos e pelas numerosas informações e sugestões que esta obra proporciona, a Profª Maria Milagros Cárcel Ortí prestou um meritório serviço a quantos se interessam por estes ramos do saber.

J. Marques

Sevilla, ciudad de privilegios. Escritura e poder a través del privilegio rodado, Sevilla, Ayuntamiento, Universidad, Fundación. El Monte, 1995, 589 p.

Sevilha, que, no período de 184 (1251-1435) recebeu oitenta e dois privilégios solenes conhecidos, conta agora com mais um, qual é o de os ver devidamente publicados, podendo, em cinquenta e três casos, admirar também a sua reprodução em fac-símile. Trata-se de uma obra em formato grande, que poderemos designar *in folio*, de 32 x 22cm, mais adequado à extensão do seu volumoso conteúdo e à reprodução qualitativa dos fac-símiles, valorizados pelo vigor da quadricromia, que, para além da importância específica dos respectivos teores documentais, faz deles autênticas obras de arte.

Tal como acontece com outras obras recenseadas no presente volume desta «Revista...», também acerca desta convém observar que consta de duas partes inconfundíveis: a primeira, preenchida por quatro importantes estudos preliminares, e a segunda, mais extensa, integralmente constituída pelo texto dos oitenta e dois privilégios, em língua vernácula, a que foi associado, em adenda, um documento da Comissão Organizadora da Exposição Ibero-americana de Sevilha, de 1928, concebido à semelhança dos privilégios rodados medievais, mas impresso em papel, seguindo-se-lhe setenta e quatro páginas de útilíssimos índices.

Antes de nos referirmos a alguns dos privilégios outorgados pelos diversos monarcas a Sevilha, impõe-se dar a conhecer as linhas gerais dos quatro referidos estudos preliminares, que muito contribuirão para a compreensão, não só da colecção dos privilégios, mas também de muitos aspectos da história de Sevilha, que estes documentos solenes protagonizam.

O primeiro, subordinado ao título *Signo e símbolo en el privilegio rodado*, da autoria de Pilar Ostos Salcedo e Maria Luisa Pardo Rodriguez, professoras de Paleografia e Diplomática na Faculdade de Geografia e História da Universidade de Sevilha, consta de duas partes: na primeira, as AA. esclarecem, de forma clara e expressiva, o que é o selo rodado, a sua origem, estrutura, evolução e o desaparecimento no tempo dos Reis Católicos, procedendo, na segunda, à análise do teor diplomático dos privilégios, e à apreciação da sua escrita e respectivos suportes.

Essencialmente elaborado a partir do círculo ou roda, símbolo do poder real, recebido de Deus, a origem do selo rodado tem de se buscar nos modelos patentes na documentação pontifícia, que Diogo Gelmirez procurou imitar, integrado no seu grandioso projecto de organizar a Igreja e cidade «apostólica» de Santiago à semelhança da de Roma e da Cúria Pontifícia. Na estrutura dos rodados utilizados na validação destes privilégios, além da cruz central e da legenda, são importantes também as *armas* dos reinos de Leão e de Castela - respectivamente o leão e o castelo - utilizadas, devidamente associadas, após a união política dos mencionados reinos. Iniciado o uso do rodado no reinado de Afonso VII, viria a orientar-se para o ocaso no tempo dos Reis Católicos.

Em relação à segunda parte deste estudo, gostaríamos de salientar, apenas, dois aspectos: o relevo dado à invocação monogramática, constituída pelo *crismon*, por vezes ladeado pelas letras alfa e omega, cujo simbolismo bíblico aqui se recolhe em plenitude, e a acentuação de que a menção de confirmantes, dispostos em extensas colunas, não corresponde sempre à sua presença ou assistência efectiva à outorga destes documentos solenes, como a seguinte expressão, contida num documento de Afonso X, datado de Sevilha, em 8 de Abril de 1261, transcrito no Arquivo Nacional da Torre do Tombo e, há anos, por nós publicado, demonstra à saciedade: -«*La Iglesia de Avila vaga confirma*».

O segundo estudo, da autoria de Marcos Fernandez Gomez, intitulado *Concejo y privilegios rodados de la ciudad de Sevilla*, oferece-nos uma visão global das relações dos reis com o concelho de Sevilha, quer outorgando-lhe carta de foral e diversos bens, bem como os mais diversos privilégios, quer procedendo à sua confirmação, não se dispensando o autor de salientar o valor jurídico destes importantes actos jurídicos, muitas vezes utilizados para dirimir questões, tendo havido grande cuidado na sua preservação, como autênticas jóias de grande valor histórico que são, repetidamente afirmado nos século seguintes.

Por sua vez, Mercedes Borrero Fernandez analisou as relações entre a Igreja e a Monarquia, em Sevilha, na Baixa Idade Média, à luz de parte destes privilégios, estudo de que também daremos apenas as linhas gerais, convindo, entretanto, anotar que 51 desses 82 privilégios rodados dizem respeito a instituições eclesiásticas, embora nem todas sevilhanas. Concretizando, podemos esclarecer que 37 se encontram na e dizem respeito à catedral de Sevilha, conservando-se 14 nos mosteiros femininos de Sta. Clara e S. Clemente. Observe-se, entretanto, que neste conjunto de 51 privilégios há dois, outorgados por Afonso X, que, não obstante a sua importância, não têm relação directa com a Igreja hispalense, pois se um confirma os privilégios da Igreja de Cória e Cáceres, o outro tem o extraordinário mérito de ser a instituição de um Estudo Geral de latim e árabe, em Sevilha.

A reconquista de Sevilha e da Andaluzia estimulou a restauração da diocese e a implantação de uma rede paroquial, e implicou a necessidade de dotar a Igreja diocesana e outras instituições com bens suficientes, não só para a sua manutenção, mas também para o desenvolvimento das suas actividades, tal como se tornou necessário fundar mosteiros femininos e garantir-lhes possibilidades de desenvolvimento, além de dar resposta a muitos problemas iniciais e posteriores, a que só as instituições eclesiásticas correspondiam com eficácia, numa época em que o repovoamento era um dos objectivos fundamentais perseguidos pela monarquia e pela nobreza, entrando os mosteiros femininos também nesse projecto.

Nestas condições, fácil se torna compreender a intervenção dos vários reis mediante a concessão de adequados privilégios, como a autorização de licença para comprar 20 jugadas de terra de cultivo de cereal, ou adquirir mil cabeças de gado ou outras tantas colmeias, receber doações particulares e dotes de futuras monjas, conceder isenção do pagamento de tributos e isenção geral sobre os gados, bem como dispensar do pagamento dos dízimos do pão, do vinho, dos gados, do azeite e dos figos, etc., tanto bastando para acentuar as relações entre a Igreja diocesana e as ordens religiosas e a Monarquia.

O último dos quatro estudos preliminares, intitulado *Libro de leyes y privilegio*, foi confiado a Aquilino Iglesia Ferreirós, que além de traçar uma sinopse da obra legislativa de Afonso X e do seu projecto de condensar todo o direito no *Libro de leyes*, que seria o *Fuero real* ou expressão da vontade do rei, aplicável a toda a comunidade, como lei comum, universal. Mas porque a vontade justa do rei é o fundamento da lei, o monarca pode conceder leis particulares, contrastantes com a lei geral ou, se preferirmos, suspensivas da aplicação da lei comum em casos concretos, constituindo autênticos privilégios, que não são exclusivamente as «*cartas contra fuero*», mas, em muitos casos, são «*cartas preter forum*» ou cartas *de graça*. Esclarecidos estes e outros conceitos jurídicos fundamentais, Aquilino Iglesia Ferreirós procedeu a um extenso estudo destinado a definir as relações teóricas e práticas entre o *Libro de Leyes* ou *Fuero reale* e os privilégios rodados, estudo que habilita os leitores a uma adequada compreensão desta colecção de privilégios rodados, outorgados pelos reis às diversas instituições sevilhanas, civis e eclesiásticas.

Tendo assinalado algumas linhas dominantes dos quatro estudos preliminares, deveremos adiantar algumas notas sobre esta preciosa coleção de privilégios reais outorgados a Sevilha, através do seu concelho, e a diversas instituições aí sediadas. Também aqui teremos que de nos limitar a breves apontamentos que gostaríamos servissem de estímulo à leitura e consulta desta obra. Trata-se de uma coleção documental, tecnicamente bem organizada, de acordo com as normas da Comissão Internacional de Diplomática a que Pilar Ostos Salcedo e Maria Luisa Rodrigues Pardo pertencem. A concessão dos privilégios aqui publicados distribuiu-se por um longo período de 184 anos, entre 1251 até 1435, com a frequência indicada para os seguintes reinados: Fernando III - 2; Afonso X - 39; Sancho IV - 9; Fernando IV - 10; Afonso XI - 11; Pedro I - 1; Henrique II - 3; João I - 3; Henrique III - 3 e João II - 1. Neste conjunto sobressai o facto de Afonso X ter outorgado 39 dos 82 privilégios em estudo, o que é compreensível se recordarmos que ele participou com seu pai, Fernando III na reconquista de Sevilha, circunstância que o rei *Sábio* insistentemente vai recondando através da motivação expressa no teor de muitos dos privilégios por ele outorgados, podendo servir de elucidativo exemplo aquele em que institui, em Sevilha, um Estudo Geral de latim e árabe: - «... *por grant sabor que he de fazer bien e leuar adelant a la noble cipdat de Seuilla e de enriquecerla e ennoblecerla más, porque es delas más ondradas e de las mejores cipdades de Espanna; e porque iaze hy enterrado el muy ondrado rey don Fernando, mio padre, que la ganó de moros e la pobló de christianos; a muy grant loor grant seruiçio de Dios e a pro e a onrra de todo christianismo, e porque yo fuy con él en ganarla e en poblarla, otorgo que aya hy estudio e escuelas generales de latino e de arauigo*» enumerando de seguida um conjunto de privilégios a favor dos mestres e alunos do novo estudo geral (p. 224). Por estes e outros motivos a relação de Afonso X com Sevilha atinge intensidade e nível excepcionais. Assim, se Fernando III concedeu a Sevilha o foro de Toledo e ao cabido da catedral diversos dízimos, o rei *Sábio* confirmou esses privilégios e acrescentou ao concelho e seus vizinhos muitos outros, como a possibilidade de fazerem duas feiras anuais de trinta dias cada uma (1254), isenção da portagem das mercadorias que entrassem por terra ou por mar (1256), isenção de aposentadoria (*hospedage*) (1261), etc. Por sua vez, também não faltam as mercês a favor da catedral, à qual concedeu todas as honras e franquezas da catedral de Toledo (1256), as rendas do almoxarifado para a construção e reparação do canos da cidade (1254), diversas vilas e castelos, como o de Alcalá de Guadaira (1258), e numerosas propriedades, etc.

O acesso aos pormenores da informação contida nesta rica e importante documentação está facilitado pelo rol dos sumários e pelos índices topográfico, onomástico e de cargos e títulos.

Para terminar, cumpre-nos recordar que na maior parte dos casos a transcrição dos privilégios vai acompanhada da sua reprodução em fac-simile, em quadricromia, que muito valoriza a obra, não só do ponto de vista diplomático, mas também gráfico e bibliográfico.

J. Marques

Liber testamentorum Ecclesiae Ovetensis, Barcelona, M. Moleiro Editor, S.A., 1995, 824 p.

O presente volume, publicado no ano findo, mas só recentemente chegado às nossas mãos, é muito mais do que a transcrição integral do precioso tomo ou cartulário nº1 da catedral de Oviedo, muitas vezes consultado e referido pelos investigadores, mas até agora inacessível ao grande público. Na verdade, além da transcrição dos 89 documentos que o integram e do vários índices a que deram origem, a primeira parte da obra, que se prolonga até à página 449, é constituída por quatro valiosos estudos, que nos ajudam a compreender a estratégia e visão prospectiva do bispo Paio (Pelayo) de Oviedo, nas primeiras décadas do século XII (1098-1130), no sentido de afirmar, defender e, na medida do possível, divulgar a antiguidade, direitos e privilégios da sua diocese, de forma a garantirem-lhe autonomia suficiente para não vir a ser considerada sufragânea da arquidiocese de Toledo ou dependente de Orense, Lugo ou Burgos. Quer isto dizer que, sem olvidar o seu alcance económico, este tomo, cartulário ou colecção documental, tem de ser valorizado, no plano político-administrativo eclesiástico, pela «excepcional importância» de que se revestiu para a história da diocese de Oviedo, como frisou o seu actual Arcebispo, D. Gabino, nas palavras de apresentação deste volume.

Em obras desta natureza, o essencial é sempre constituído colecção documental, neste caso valorizada pelos quatro estudos preliminares, que fazem desta obra uma publicação modelar. No espaço disponível, não poderemos acompanhar as virtualidades de cada um deles, mesmo em linhas gerais, mas nem por isso queremos dispensar-nos de salientar algumas das suas notas dominantes, com a intenção expressa de chamar a atenção dos leitores para a necessidade de uma leitura integral.

Assim, o primeiro desses estudos, confiado a Elena E. Rodriguez Díaz, da Universidade de Huelva, é uma minuciosa análise codicológica, que, ao longo de setenta e nove páginas, examina o códice caderno por caderno, assinalando tudo o que é digno de menção, desde a composição de cada um deles e respectiva descrição gráfica, sem deixar de assinalar eventuais anomalias, como o caso da violação, logo no primeiro caderno, da conhecida regra de Gregory, passando depois a apreciar a organização ou armação da página com quanto isto implica, a encadernação, a escrita e as intervenções posteriores.

O segundo estudo, de se que incumbiu Maria Josefa Sanz Fuentes, catedrática de Paleografia e Diplomática da Universidade de Oviedo, está centrado na análise da escrita deste códice, sem esquecer também as ilustrações que o enriquecem. Não poderemos deter-nos em justificações de pormenor, mas urge assinalar que a Autora assinala o que pertence a cada uma das duas mãos intervenientes na elaboração deste tomo e contraria a tese tradicional que considera a escrita deste códice exclusivamente visigótica cursiva, escrevendo textualmente:- «Es pues, la escritura del *Liber* una creación de su primer escriba, que logra para él una caligrafía basada en un alfabeto mixto, comprensivo de formas de la visigótica redonda y de la visigótica cursiva...» (p.106), afirmações que justifica em pormenor. Não cabe nesta simples apresentação de tão extensa obra acompanhar quanto neste estudo paleográfico se expõe acerca dos sinais de pontuação e ortográficos, abreviaturas, correcções, elementos figurados, normalmente limitados à invocação monogramática e aos sinais de validação, para não falarmos já de outros aspectos significativos.

A análise dos processos decorativos e de eventuais particularidades específicas ficou ao cuidado de Joaquín Yarza Luaces, da Universidade Autónoma de Barcelona, que não deixou de evocar formas e processos decorativos de textos de séculos

precedentes e coevos, oriundos da realeza e do Papado, em ordem a conseguir o correcto enquadramento da análise que lhe foi solicitada.

Por fim, Emiliano Fernandez Vallina, da Universidade de Salamanca, ao longo de mais de duzentas páginas, ocupou-se da vida e da obra do bispo Paio (Pelayo) de Oviedo, na sua qualidade de prelado diocesano (1098-1130), a quem se deve a iniciativa de mandar fazer este importante cartulário. Proceder a este estudo não era tarefa fácil, atendendo à fama de «fabulero» e de falsário com que alguns o estigmatizaram. Fernandez Vallina, após aturado estudo foi mais suave e moderado, ilibando-o do ferrete de falsário, embora reconheça que houve diversas interpolações, explicáveis no contexto político-administrativo eclesiástico, que podia pôr em risco a independência da sua diocese.

Dada a importância fundamental para a história da diocese de Oviedo, Fernandez Vallina traduziu para castelhano um conjunto de documentos deste cartulário, considerados dignos de maior divulgação, prestando, assim, um excelente apoio a muitos investigadores, até agora sem possibilidade de acesso à leitura do texto latino, mesmo que estivesse impresso.

A segunda parte da obra, que assim nos permitimos designar, é constituída pela transcrição integral do tomo, da responsabilidade da Prof^a. Sanz Fuentes - e isto dispensa-nos de quaisquer outros comentários -, seguida do rol dos documentos pela ordem de entrada neste cartulário e pelos índices cronológico, antroponímico e toponímico, igualmente da sua autoria, que muito valorizam este tomo, pela facilidade que oferecem na recuperação da informação nele contida.

Antes de concluirmos, gostaríamos de sublinhar o facto de esta obra ficar a dever-se à conjugação de esforços de professores de quatro universidades tão afastadas como Oviedo, Salamanca, Huelva e Barcelona, que constituíram uma verdadeira equipa coesa e dialogante, que dispensou qualquer coordenação externa..

À maneira de síntese final, diremos apenas que, independentemente do seu valor intrínseco e dos objectivos que presidiram à organização deste tomo, agora divulgado, pelo cuidado posto nos estudos introdutórios, destinados a esclarecerem o leitor comum sobre a verdadeira importância e o alcance desta fonte histórica, a sua publicação ficará como uma referência modelar para as edições de textos similares.

J. Marques

PAVIOT, Jacques -*La politique navale des Ducs de Bourgogne: 1384-1482*, Presses Universitaire de Lille, 1995, 389 p.

Se, no dizer do próprio Autor, esta obra pretende colmatar uma lacuna historiográfica existente sobre a temática mencionada no título, em relação ao Ducado da Borgonha, no período de cerca de um século, balizado pelos anos de 1384 a 1482, facilmente se reconhecerá o seu interesse e importância para nós portugueses, que nem sequer temos notícias conhecidas dos raros artigos que lhe foram consagrados, aliás de difícil acesso aos próprios naturais. E o interesse deste estudo ganhará novas perspectivas se recordarmos que a política naval dos Duques da Borgonha evoluiu na sequência das vicissitudes da Guerra dos Cem Anos, da Guerra das Duas Rosas e de outros acontecimentos políticos e militares de nível internacional, que condicionaram e, em parte, resultaram do êxito desta política. E poderemos ampliar o quadro, recordando que este progressivo desenvolvimento da navegação borgonhesa é coevo da frequente presença dos barcos portugueses no portos do Norte da França, na Flandres e no Mar

do Norte, e dos primeiros ensaios dos holandeses para a navegação à distância, como Jacques Paviot claramente escreve.

Nesta obra, que se lê com muito agrado, antes de passar à exposição dos sucessivos passos dados pelos duques borgonheses na implantação da sua política naval, estuda a criação das instituições ou cargos responsáveis pela sua execução prática e as funções inerentes a cada um deles, devidamente especificadas, bem como a questão da justiça marítima, fundamental neste domínio. As referidas estruturas assentavam, essencialmente, nos *almirantados* e *baliados* das várias localidades estratégicas, cuja hierarquização e atribuições o A. procura caracterizar, de acordo com a documentação existente, nem sempre tão explícita como seria de desejar, e na qualidade das pessoas escolhidas para assumirem tais funções.

A parte central da obra explica em pormenor a evolução desta política, que gradualmente deslizou dos projectos de invasão da Inglaterra, nos anos 1384-1387, para a conquista da Holanda, da Zelândia e da Frísia, e outras regiões que foram sendo incorporadas por diversos títulos, com a conseqüente ampliação dos seus domínios e respectivo desenvolvimento naval, que, a partir de 1438, lhe permitiria participar em diversas cruzadas e em missões de socorro aos cavaleiros de Rodes, ameaçados pelos Mamelucos (1441-1442), e responder positivamente a diversos apelos pontifícios para as sucessivas cruzadas contra o infiel, promovidas, respectivamente, por Eugénio IV (1443-1445); e nova cruzada contra os turcos, após a queda de Constantinopla, em repetidas iniciativas, entre 1453 e 1465, para não falar já de outras lutas, em que a travada contra a França, entre 1470-1482.

Ao longo do século XV, os interesses económicos nesta região, que nos ocupa de momento, eram muitos, não sendo de admirar os diferendos marítimos dos Duques de Borgonha com diversas potências europeias, como Aragão, Nápoles, Génova, Castela, ducado da Bretanha, reino da Inglaterra, a Hansa e os reinos da Dinamarca, Noruega e Suécia e outros, muitas vezes originados no apresamento de barcos, litígios que o A. desenvolve com onecessário pormenor.

No VI e último capítulo, o A. trata dos instrumentos da política naval seguida pelos Duques da Borgonha, isto é, refere os portos mais importantes, nomeadamente o de L'Écluse, e procede à especificação os diversos tipos de embarcações utilizadas pelos navegadores borgonheses, merecendo referência especial o facto de neste conjunto se integrarem algumas caravelas construídas por portugueses, sobretudo no porto de L'Écluse e em Bruxelas, sabendo-se também que para as expedições militares ao Mediterrâneo, de 1456 e de 1463, o Duque da Borgonha foi aconselhado a munir-se caravelas portuguesas, aspecto que não podemos silenciar, tanto mais que põe em relevo a superioridade técnica da construção naval portuguesa. E tratando-se de uma política naval, para além do comércio, voltada para a actividade bélica, impunha-se referir os tipos de armas globalmente utilizadas nos confrontos bélicos no mar e no mar e em terra, bem como as peças preferidas para artilhar os diversos navios de guerra. Embora disponde de escassa documentação, o A. não deixou de prestar atenção aos problemas do quotidiano a bordo, deixando-nos os elementos possíveis, relativos à alimentação e aos viveres mais documentados.

Como mais acima referimos, esta obra de Jacques Paviot, que por mais de uma vez se tem dedicado também a temas portugueses ou mais concretamente para o conhecimento das relações franco-portuguesas, não poderá deixar de merecer a atenção dos investigadores da história naval, até pelas possibilidades que abre de futuros estudos comparativos nesses domínios.

Miscellània d'estudis dedicats a la memòria del Professor Josep Trenchs I Òdena, in «Estudis Castellonencs», Diputació de Castelló, vols. 6* e 6**, 1994-1995, 1536 + V pp.

Os dois grossos volumes de «Estudis Castellonencs», a que nos vamos referir, recolhem os 112 trabalhos produzidos para servirem de homenagem póstuma ao dinâmico e estimado professor Josep Trenchs I Òdena, na plenitude da vida arrebatado do convívio de tantos amigos. Talvez para alguns dos leitores portugueses o nome deste professor da Universidade de Valência não diga muito, atendendo a que estava dedicado a uma área do saber que, entre nós, alguns teimaram, durante muito tempo, em considerar de segunda ordem ou mesmo marginal, talvez mais para camuflarem a sua impreparação nestes domínios, que não por lhes desconhecerem a importância.

Jospe Trenchs I Òdena, estudante da Universidade de Barcelona, onde terminou a licenciatura em 1966, tal como já tinha acontecido com outros, não obstante a sua irrequietude política juvenil, foi integrado pelo professor Emílio Sáez no grupo dedicado à investigação sobre a Idade Média, por ele organizado e dirigido no âmbito da Universidade de Barcelona. Tendo-lhe reconhecido especiais qualidades e vocação para a investigação, no momento oportuno, criou-lhe as condições necessárias para poder frequentar a Scuola Pontificia di Paleografia e Diplomatica, o Istituto di Paleografia dell'Università di Roma, o Archivio Segreto Vaticano y a Biblioteca Apostolica Vaticana, que, no contacto com Giulio Battelli e outros especialistas, lhe proporcionaram uma formação esmerada e a possibilidade de desenvolver projectos de investigação conducentes à elaboração da sua tese de doutoramento, intitulada *Benedicto XII y la Corona de Aragón*.

Tendo conseguido, por concurso público, em 1978, o lugar de professor agregado de Paleografia e Diplomatica, ascendeu pouco depois à cátedra, e, em 1980, criou o Departamento de Paleografia, que soube desenvolver e estruturar com um importante quadro de professores. Membro das Comissões Internacionais de Paleografia e de Diplomatica, era Vice-Presidente desta última, quando a morte o surpreendeu, interrompendo um *curriculum* notável, como professor, investigador e promotor de iniciativas científicas e culturais, de que as seis edições dos cursos universitários de Castelló-Benassal e o Congresso Internacional sobre o tabelionato ou notariado podem servir de elucidativos exemplos.

A sua morte foi profundamente sentida e a comunidade científica ligada à Paleografia e Diplomatica, a que, gostosamente, nos associamos, homenageou-o, preparando os cento e doze (112) estudos publicados nestes dois volumes.

Feita esta breve justificação da merecida homenagem, promovida pelos seus discípulos e a que se associaram tantos amigos de toda a Europa, resta-nos apenas chamara atenção para a importância destes dois volumes da revista «Estudis Castellonencs», de 1994 e 1995, não só pela riqueza de informação neles contida, tanto sob o ponto de vista paleográfico, como diplomático, arquivístico, do calendário, história do livro, instituições religiosas, etc., etc., como pelas inovações metodológicas que aí se podem encontrar, que, dada a extensão da obra, não podemos pormenorizar.

Para além do objectivo específico desta obra - homenagear a memória do professor Josep Trenchs I Òdena -, as colaborações espontâneas aqui reunidas revelam a vitalidade da Paleografia, da Diplomatica e das ciências afins na Europa.

E não poderíamos terminar esta breve notícia sem felicitar, na pessoa do professor Francisco M. Gimeno Blay, o Departamento de Paleografia da Universidade de Valência pela homenagem promovida ao seu organizador e impulsionador.

J. Marques

Cofradías de la Santa Vera-Cruz. Actas del I Congreso Internacional de Cofradías de la Santa Vera Cruz (Sevilla, 19-22 de marzo de 1992). Dirigido por José Sanchez Herrero, Sevilla, Ceira-4, 1995, 808 p.

Preenchendo integralmente o nº 4 da revista «Ceira», órgão do Centro de Estudios e Investigación de la Religiosidad Andaluza, este grosso volume recolhe a totalidade das 27 conferências («ponencias») e das 21 comunicações apresentadas ao congresso referido em epígrafe, que constituiu um acontecimento científico de alto nível, como revelam os estudos aqui publicados, cuja exposição oral o signatário teve oportunidade de acompanhar.

Antes de prosseguir, impõe-se observar que este Congresso revestiu-se de uma particularidade, normalmente, ausente em congressos históricos. É que não se tratava apenas de olhar para o passado com o intuito de o compreender o melhor possível, mas pretendia-se que o conhecimento da origem, estrutura e vicissitudes sofridas por muitas dessas confrarias, especialmente dedicadas à veneração da Paixão e Morte de Cristo, pudesse contribuir para a revitalização das existentes, dentro do seu mais genuíno espírito e das normas emanadas do Concílio Vaticano II, consubstanciadas no Código de Direito Canónico vigente. Se, porventura, alguém duvidasse deste objectivo, bastar-lhe-ia ler atentamente a conferência inaugural do Congresso, que abre também o presente volume, intitulada *Las Hermandades de Vera Cruz entre la Historia y el Futuro*, proferida pelo Arcebispo de Sevilha, D. Carlos Amigo Vallejo, a de Júlio Manzanares, Catedrático de Direito Canónico na Universidade Pontifícia de Salamanca, apresentada imediatamente a seguir, sobre *Las cofradías de Semana Santa a la luz del Derecho y de las actuales corrientes pastorales* e a de J. Riu Martin, com o sugestivo título, *El desafío de la Verdad de la Cruz ante los jóvenes de 2000*, para dissipar tal estado de espírito.

Comentar ou mesmo só resumir a riqueza de conteúdo teológico, histórico, religioso, cultural e social contida nos quarenta e oito estudos reunidos nestas *Actas* ultrapassa o âmbito desta simples apresentação. Entretanto, valerá a pena recordar a estruturação temática deste Congresso Internacional, patente na seguinte distribuição das 27 conferências (ponencias): 4 gerais e restantes 23 destinadas ao estudo das confrarias da Vera Cruz nos seguintes países: Espanha - 8; Bélgica - 1, França - 2, Itália - 5, Portugal - 2, América - 5; e das comunicações: Espanha: - Andaluza - 12, Extremadura - 1, León - 1, País Vasco - 1, Valência - 2; Itália - 1 e Perú - 1. Obviamente, esta distribuição não corresponde a qualquer critério apriorístico, mas reflecte, apenas, o resultado das respostas adesões obtidas.

Estes números, além de nos darem uma ideia rigorosa da dimensão da internacionalização do Congresso, permite-nos conhecer melhor algumas das localidades espanholas e europeias onde o culto da Santa Vera Cruz estava fortemente implantado, havendo, por certo, outras também importantes, que, por falta de relatores, não foi possível conhecer e divulgar.

Insistimos na impossibilidade prática apreciar individualmente os estudos publicados. Mesmo assim, não se poderão olvidar as múltiplas e preciosas informações que proporcionam, nos domínios de religiosidade e do associativismo popular, da história das mentalidades, da arte, da economia, da missão, etc., parecendo oportuno, a título de exemplo, recordar que uma das confrarias representadas no Congresso foi a «Benemérita y Gloriosa Archicofradia de la Vera Cruz de Caballeros», da cidade de Lima, no Perú, fundada pelo Marquês Francisco Pizarro, em 1541, que «sigue siendo una asociación al servicio de Dios y de los hombres con una venerable antigüedad dedicada a fines de caracter espiritual, religioso y fundamentalmente a incentivar el culto y devoción a la Santa Cruz» (p. 801).

De um modo geral, os estudos publicados neste volume procuram revelar a essência das confrarias da Santa Vera Cruz que se propuseram tratar e divulgar. Este exemplo colectivo é digno de ser imitado, em relação a muitas outras confrarias, que têm como titulares: SS.^{mo} Sacramento, Nossa Senhora do Rosário, S. Sebastião, Almas do Purgatório, etc., de acordo com as tendências devocionais diocesanas e regionais, explicáveis por múltiplos factores, também eles passíveis de futuros estudos.

Estas *Actas* exemplificam as múltiplas vantagens da realização de iniciativas similares, entre nós, até pelas oportunidades que proporcionariam de incentivar a conservação do património artístico e do espólio arquivístico das confrarias, em muitos casos, extremamente valiosos. Apesar disso, continuamos a pensar que, em estudos e realizações desta natureza, para não distorcer a realidade, importa conhecer bem a essência das instituições e não se deixar embalar por uma qualquer novidade editorial, mesmo procedente do estrangeiro, donde, a par de publicações excelentes, também chegam outras que esvaziam completamente as instituições, pretensamente estudadas, do seu espírito e objectivos estatutários.

Estudar as confrarias apenas pelos seus aspectos externos ou pelas estatísticas dos números extraídos da sua documentação, sem captar a sua verdadeira dimensão religiosa, equivalerá a levantar um corpo sem alma...

J. Marques

FERNANDEZ DE VIANA Y VIEITES, José Ignacio - *El tumbillo de San Bieito do Campo (Santiago)*, Granada, 1995, 191 p.

Um dos contributo que os professores universitários da área de História ou mais expressamente dedicados às ciências da escrita e da documentação, como a Paleografia, Diplomática, Arquivística, Codicologia e outras, podem e devem fornecer para o estudo da História e da história local é pôr ao alcance dos interessados fontes documentais a que muitos, pelas mais variadas razões, não têm possibilidade de acesso. É certo que nem sempre é possível responder a este desiderato, mas o princípio mantém-se, e são de saudar os casos em que tal se verifica, não se ignorando que, muitas vezes, essas realizações ocorrem mais por amor à terra natal do que por dever profissional. Quando, porém, estes dois vectores convergem para o mesmo objectivo, a obra nasce palpitante de vida.

Pensamos que foi precisamente isso o que aconteceu com este *pequeno tombo* - expressão que é a forma mais correcta de traduzir para português o diminutivo *tumbillo*. Na verdade, o Autor, como ele próprio afirma, optou pelo estudo desta colecção de cinquenta e seis documentos da capela de S. Bento (Benito ou Beito) do Campo, mais tarde elevada a sede de paróquia, sita em pleno centro da cidade de Santiago de Compostela, terra da sua naturalidade, como trabalho de investigação a apresentar numa das suas provas académicas. Trata-se de um estudo que, além de lhe permitir demonstrar a sua capacidade e preparação científica e técnica, lhe proporcionou a satisfação de divulgar uma colecção documental do maior interesse para o conhecimento dos antecedentes desta paróquia compostelana.

Estruturalmente, esta pequena obra é constituída por uma sucinta introdução, que ocupa apenas as dez primeiras páginas, seguida da transcrição integral dos cinquenta e seis documentos, que integram a colecção, e das concordâncias e índices, indispensáveis para a completa recuperação da informação nela contida, tudo executado

de acordo com as normas vigentes para a edição de fontes desta natureza, matéria em que o A. é especialista e mestre consumado.

Não vamos, por isso, deter-nos em observações relativas à transcrição e apresentação dos documentos e à elaboração das concordâncias e índices, preferindo salientar que, no breve estudo introdutório, além de explicitar o sentido deste projecto, o A. procede a uma descrição codicológica do *tumbillo*, fornece elementos fundamentais para o estudo da instituição, na fase pré-paroquial, e revela a importância linguística latente nesta colecção documental. Cremos ser este último um dos aspectos de candente actualidade para a história do galego, já que Fernandez de Viana y Vieites consegue demonstrar que os primeiros cinquenta dos cinquenta e seis documentos publicados estão escritos em galego e que, a partir de 1480 se assiste a um claro projecto de cerceamento do uso escrito do galego, em contraste com o progressivo predomínio do castelhano, promovido com o patrocínio oficial.

Esta a lição dos documentos, que não pode deixar de ser interpretada em consonância com a política centralizadora dos Reis Católicos, Fernando e Isabel.

À luz desta conclusão, mais uma vez nos apraz recordar a vantagem que haveria na concretização de um projecto conjunto das Universidades do Porto e de Santiago de Compostela para a publicação da documentação galaico-portuguesa, há anos sugerido. Tal projecto permitiria definir melhor os contornos da diferenciação entre o galego e o português, inclusive nos aspectos gráficos, bem palpáveis, sensivelmente um século antes da referida imposição do castelhano e subalternização do galego pela via notarial, documentada no *tumbillo* que estamos a apresentar.

Por tudo isto e pelo contributo dado para a história local, esta obra de Fernandez de Viana e Vieites fica como mais um estímulo à correcta publicação de fontes documentais medievais, também entre nós.

J. Marques

Die Diplomatie der Bischofsurkunden vor 1250. La Diplomatie épiscopale avant 1250, herausgegeben von Christoph Haidacher und Werner Köfler. Referate zum VIII Internationalen Kongress für Diplomatie. Innsbruck, 27 September - 3. Oktober 1993, Innsbruck, 1995, 564 p.

No quadro das publicações de colóquios e congressos da Comissão Internacional de Diplomática, a edição das *Actas* do Congresso realizado em Innsbruck, de 29 de Setembro a 3 de Outubro de 1993, em menos de dois anos, representa um período relativamente curto, merecedor do aplauso geral, sobretudo, se atendermos à extensão da obra.

Como é usual no âmbito desta Comissão Internacional, os colóquios e congressos são sempre temáticos, tendo sido consagrado o de Innsbruck ao estudo da *Diplomática dos documentos episcopais antes de 1250*, que, além dos membros da Comissão, reuniu um número muito elevado de docentes e investigadores interessados na investigação nesta área da Diplomática, demonstram as quarenta e quatro comunicações publicadas neste volume, nas cinco línguas oficiais admitidas pela Comissão de Diplomática nos seus congressos: alemão, inglês, francês, italiano e espanhol. Embora não se possa dizer que estamos perante uma cobertura generalizada das principais dioceses e arquidioceses da Cristandade de então, podemos afirmar que estas *Actas* constituem um precioso contributo para o conhecimento das características da Diplomática Episcopal na Europa Ocidental e também em alguma dioceses da parte oriental.

O tema prestava-se a ser encarado de ângulos diversos e assim aconteceu, na realidade, sempre com grande amplitude temática, cronológica e até geográfica, bastando apontar alguns títulos, traduzidos para português ou conservados nas línguas originais: *Os bispos na História Medieval de Tirol*; *Documentação pontifícia e episcopal - séculos XI-XIII*; *A documentação episcopal polaca c. de 1300*; *Chartes archiépiscopales et épiscopales en Hongrie avant 1250*, *Sobre os documentos do arcebispos e bispos dinamarqueses da Idade Média até cerca de 1250*, *Diplomatica episcopal de Valencia (1240-1300)*, *Documentos y cancelleria episcopal de Burgos anterior a 1300*, *Documentos e cancellerías episcopales de la Andalucía Bética en el siglo III*, *Las sedes de Baeza-Jaén, Córdoba y Sevilla*, *Documento y cancelleria episcopal en Oviedo anterior a 1300*, *La chancellerie de l'évêque de Lamego au XIII siècle*, *La chancellerie archiepiscopale de Braga (1071-1245): Quelques aspects*, *La chancellerie et la diplomatie archiépiscopales de Braga à la fin du Moyen Âge, etc.*

Os congressos servem também para a difusão de experiências de investigação em curso e das respectivas metodologias. Neste caso, o contributo veio da França, onde Michel Parisse dirige um grupo que se dedica à recolha, estudo e publicação de documentos episcopais da Idade Média, tendo já chegado a conclusões que têm obrigado a corrigir muitos dados históricos e a visão de certos acontecimentos, que até agora corriam errados. O exemplo levou já à constituição de mais quatro grupos, que, geralmente, tomam como área de investigação uma ou mais dioceses, podendo mesmo optar por uma província eclesiástica.

Esta breve resenha de alguns temas tratados nestas *Actas*, exige que se esclareça que outros aspectos importantes são abordados e desenvolvidos noutras comunicações, que não é viável mencionar aqui. Não obstante esta omissão, temos de salientar a importância que estas *Actas* assumem no presente e para o futuro, não só pelos resultados dos estudos nelas contidos, mas também pelas sugestões e perspectivas metodológicas que abrem.

O que até aqui deixamos escrito, além de apresentar, sucintamente, estas *Actas*, pretende também alertar para elevado nível dos estudos de Diplomática, no estrangeiro, enquanto, entre nós, é apenas um pequeno grupo que se vai esforçando por acompanhar o ritmo imposto de fora, aguardando-se para breve a conclusão das primeiras teses de doutoramento na área de Diplomática, que se espera venha a conhecer seguro desenvolvimento.

J. Marques

Vocabulaire International de la Diplomatie. Commission Internationale de Diplomatie. Comité International des Sciences Historiques, M^a. Milagros Cárcel Ortí, ed, Generalitat Valenciana. Conselleria de Cultura. Universitat de València. Servei de Publicacions, 1994, 309 p.

A busca de respostas aos numerosos problemas levantados pela reconhecida necessidade de normalização, aos diversos níveis, faz parte, de forma acentuada, das generalizadas preocupações de muitas instituições, desde há décadas. A Comissão Internacional de Diplomática, consciente da urgência que se fazia sentir neste domínio, não ficou indiferente a este movimento e, desejosa de que os seus membros e outros investigadores pudessem dispor de um instrumento de trabalho que definisse com rigor os vários conceitos de que frequentemente todos usam, lançou e assumiu o projecto de preparar um *Vocabulário de Diplomática* a que todos pudessem recorrer para esclarecer o significado exacto de termos e conceitos, correntes em Diplomática.

O projecto, lançado pelo professor Henri-Bautier, que durante muitos anos lhe dedicou o melhor do seu esforço e muito saber, polarizou as atenções de vários colóquios técnicos da Comissão Internacional de Diplomática, tendo sido publicada, em 1984, a edição preliminar, na revista «Folia Caesaraugustana. I», mercê das diligências do professor A. Canellas, de Saragoça. A inclusão e redacção de novas entradas continuou, passando-se, depois, à fase de tradução das entradas, do francês para as seguintes línguas: latim, alemão, inglês, catalão, dinamarquês, espanhol, magiar, italiano, neerlandês, português, romeno e checo, que viriam a ser publicadas, na segunda parte da obra, onde ocupam as páginas 151-308.

O *Vocabulário* é constituído por seiscentas e quarenta e uma (641) entradas, sendo 555 de Diplomática propriamente dita e as restantes 86, do âmbito de Sigilografia e da Cronologia, igualmente necessárias ao diplomata.

Em relação à apresentação das entradas nas diversas línguas nacionais, convém anotar que há uma primeira lista, que respeita a numeração ascendente, seguida pelo próprio *Vocabulário*, e, depois, um índice em que os termos são ordenados alfabeticamente, constituindo um precioso instrumento de acesso à informação contida nas entradas.

A publicação desta obra foi assumida pela Universidade de Valência, através do seu Serviço de Publicações, embora com a colaboração da Generalitat Valenciana e da Conselleria de Cultura. Face aos elementos decorativos utilizados neste volume, não há dúvida de que Portugal safu privilegiado, pois na composição da capa entram exclusivamente os selos dos nossos primeiros reis, reproduzindo-se também, como ilustração, a primeira página das constituições sinodais de Braga, aprovadas no sínodo reunido por D. Luís Pires, em 1477, gentileza que ficamos a dever à professora Cárcel Ortí, bem como toda a solicitude posta para que os problemas gráficos do português fossem resolvidos até ao último pormenor, o que é raro acontecer com textos portugueses editados em Espanha, merecendo, também por isso, o nosso aplauso.

Trata-se de uma obra utilíssima a quantos têm de proceder ao tratamento de documentos, no âmbito da investigação e da própria arquivística, embora nela haja aspectos omissos, por exemplo, em relação à Diplomática eclesiástica.

J. Marques

El Notariado Andaluz en el tránsito de la Edad Media a la Edad Moderna. I Jornadas sobre el Notariado en Andalucía . Del 23 al 25 de Febrero de 1994. Pilar Ostos Salcedo - M^a. Luisa Pardo Rodríguez, Rdit., Ilustre Colegio Notarial de Sevilla, 1995, 338 p.

Estavam prestes a regressar definitivamente à tipografia as últimas provas desta «Revista», quando o correio nos trouxe em epígrafe, que não poderíamos deixar de recensar, embora de forma muito sintética, mas suficiente para se ter uma ideia segura do seu conteúdo. Cumpre-nos, por isso, adiantar que se trata das *Actas das Primeiras Jornadas sobre el Notariado en Andalucía*, realizadas de 23 a 25 de Fevereiro de 1994, promovidas pelo Ilustre Colégio Notarial de Sevilha.

O presente volume é constituído, essencialmente, por oito estudos, sendo os dois primeiros, de carácter teórico — poderemos mesmo dizer doutrinários — da responsabilidade dos professores italianos Vito Piergiovanni, catedrático de História do Direito na Universidade de Génova, que dissertou sobre *Scienza giuridica e Notariato italiano tra Medioevo ed Età Moderna* e Silio P.P. Scalfati, catedrático de Paleografia e Diplomática nas Universidades de Pisa e Siena, que se ocupou do tema *Charta, Breve, Instrumentum. Documenti privati e Notariato nell'Italia Medioevale*. As restantes seis comunicações analisam os problemas do Notariado nos finais do século XV e primeiras décadas do século XVI, nas cidades andaluzas de Málaga, Granada, Córdoba, Sevilha e Jerez de la Frontera, parecendo oportuno observar que a reconquista de Málaga ocorreu em 1487 e a de Granada cinco anos mais tarde, em 1492, enquanto as outras três já estavam sob o domínio cristão desde o século XIII. Em relação a Málaga e Granada é evidente que aí o notariado só foi estabelecido, no período subsequente às datas das mencionadas reconquistas, pelo que se situam perfeitamente nos limites cronológicos constantes do título da obra que estamos a apresentar. Além do prólogo, da autoria de Manuel Aguilar Garcia, Decano do Ilustre Colégio Notarial de Sevilha, os estudos reunidos neste volume são precedidos das sínteses de cada um deles, feitas por José Bono, que permite um primeiro contacto com o essencial dos conteúdos dos mesmos.

Embora seguindo metodologias diferentes, de uma forma geral, estes estudos, além de tratarem da implantação do notariado em regiões recém-conquistadas ou de estabelecerem uma ligação rápida com as suas origens no século XIII, abordam as formas de acesso a este ofício, os caracteres externos e internos dos documentos específicos da Diplomática Notarial, os elementos preliminares, as fases da *conscriptio* ou redacção do documento e, sobretudo, analisam o teor diplomático dos vários tipos documentais produzidos.

Estas *Actas*, se por um lado permitem conhecer os aspectos fundamentais do notariado nas cinco cidades andaluzas atrás referidas, por outro comprovam, mais uma vez, a vitalidade dos estudos de Diplomática em Espanha, a nível académico, e o interesse e patrocínio que lhe dispensam instituições profissionais, como o Ilustre Colégio Notarial de Sevilha, que já nos tem brindado com outras publicações importantes nos domínios do notariado.

Para além da difusão do conhecimento do notariado andaluz que estas *Actas* proporcionam e difundem, é de esperar que o exemplo das jornadas, transmitido ao futuro no conteúdo deste volume, frutifique também além fronteiras...

J. Marques

WEHLING, Arno e WEHLING, Maria José C de — *A formação do Brasil Colonial*. Prefácio de José Luiz Werneck da Silva, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1994, 362 p.

Nesta obra, os Autores, professores e investigadores especializados em História e Direito, estudam a história do Brasil colonial, desde a sua descoberta até 1808, ano da fixação da Família Real no Rio de Janeiro — reconhecendo, no entanto, que as marcas coloniais sobreviveram e ultrapassaram a data da independência (1822) —, e procuram fazê-lo dentro da concepção da história global vigente nas últimas décadas.

Embora o casal Wehling declare na introdução que «*o livro se destina a um público leitor não especializado em história*», e que tem como objectivos — *ser uma síntese razoavelmente actualizada do conhecimento disponível sobre a história colonial; analisar as linhas básicas de organização do Brasil entre os séculos XVI e XIX (1808), considerando a interação dos níveis político, económico, social intelectual e das mentalidades; e apontar algumas raízes estruturais dos problemas brasileiros contemporâneos* —, urge reconhecer que não deixará de ser útil também a especialistas, auxiliando-os a verem mais longe do que o mundo estreito do seu campo de investigação e análise.

Especialistas que são no campo da Teoria da História, antes de entrarem nos aspectos historiográficos propriamente ditos, os Autores traçam uma breve síntese da evolução do pensamento na Metrópole e no Brasil sobre a formação colonial brasileira, com especial relevo para o que ocorreu no último século, a que não são estranhos os novos rumos de pensamento, posteriores à Primeira e Segunda Guerras Mundiais e outras tendências mais recentes. Um aspecto digno de menção é que os Autores, conscientes de que a matriz de muitas instituições brasileiras, desde os primórdios da colonização se encontram em Portugal, estudaram com alguma extensão o processo da expansão marítima portuguesa atlântica, à luz do contexto internacional, até à descoberta do Brasil. Depois seguem-se os capítulos relativos à fixação costeira e implantação do regime das capitanias, a fase de lenta penetração para o interior, articulada com os ciclos económicos, com o aumento da escravatura de procedência africana, as vicissitudes político-militares inerentes à presença dos holandeses, franceses e ingleses, que não se podem dissociar da oposição europeia ao império espanhol, que, após 1580, tão negativamente se fez sentir também sobre as os territórios anteriormente sob dominação portuguesa, quer no Brasil e ilhas atlânticas, quer em África e no Oriente.

Em todo este processo histórico, no século XVIII, a busca do ouro e dos diamantes, com a actividade mineira que estimularam, bem como os complexos e delicados problemas das fronteiras, agravados pela penetração de novas ideias, que foram sedimentando a ânsia de autonomia nos espíritos mais esclarecidos, foram-se tornando progressivamente cruciais para o governo português sobre o Brasil.

A par das situações e acontecimentos ligados à formação e consolidação territorial do Brasil, os Autores desenvolveram o estudo da economia, tanto em relação à agricultura de latifúndio e de pequena propriedade, respectivamente ligadas à prática da escravatura e do regime de trabalho livre, como à agropecuária, mineração, etc. Simultaneamente, ia-se progredindo na miscigenação dos grupos humanos em presença, com a inevitável hierarquização social, a que a acção missionária da Igreja procurava fazer chegar a mensagem da doutrina cristã, nem sempre assimilada na sua pureza original. Embora lentamente, ia crescendo o gosto pela instrução e pela cultura, acolhendo-se também as novas ideias, contrárias à discriminação jurídica entre os membros dos vários estamentos sociais, e ao poder absoluto, então vigente. A crise generalizada, a vários níveis sentida nesta colónia portuguesa acabou por fazer explodir

algumas bolsas de maior descontentamento, que nem a presença da Corte no Brasil conseguiu debelar. Viviam-se tempos novos a que esta grande colônia, que os portugueses formaram, deixando-lhe estruturas e unidade linguística, não poderia ficar imune, ascendendo, finalmente, à independência em 1822.

A leitura integral e reflexiva sobre esta obra permitirá descobrir melhor como os Autores foram estudando a história do Brasil durante o período colonial, dentro de um enquadramento permanente da situação portuguesa em si e nas suas relações com esta colônia, e das sucessivas conjunturas europeias, sem esquecer os factores internos que iriam contribuir para modelar as formas de sentir e de pensar dos povos brasileiros, a que o século XIX forneceria novos condimentos.

Esta obra termina com um balanço sobre os três séculos de história vivida à sombra de Portugal, posição que os Autores procuraram condensar dizendo que o Brasil chegou ao século XIX com dois fardos: — o «*do capitalismo industrial anglo-saxónico e do mundo político criado pela Revolução Francesa: a tradição ibérica, com suas peculiaridades culturais, sociais e políticas; e a condição colonial. A primeira dominava as mentalidades e a vida social; a segunda a economia e a acção do Estado*».

No fim, esta obra apresenta um bibliografia, em que, a seguir a um conjunto de obra gerais, se indicam outras específicas sobre a temática dos vários capítulos desenvolvidos neste volume, constituindo no seu conjunto uma boa orientação de leitura.

J. Marques

AUTRAND (Françoise), *Charles V, le Sage*, Paris, Fayard, 1994, 914 pp.

«(...) les besoins des peuples changent, en souvenirs comme en tout. L'histoire de France, privée d'utilité sinon de légitimité, se défait aujourd'hui peu à peu. Que reste-t-il des certitudes enseignées aux écoliers de jadis sur Charles V et du Guesclin, la guerre de Cent Ans et les sages Marmousets? La guerre? (...) à quoi bon rappeler ces vieilles querelles entre la France et l'Angleterre dans une Europe où — Dieu merci! — la France n'a plus d'ennemis?»¹

É mais uma biografia régia o último livro da Grande Senhora da *Nova História Política* da tardo-Idade Média francesa. Ou, como nas suas próprias palavras, mais uma tentativa de «écrire "l'histoire de France" à travers la vie d'un roi»². Aliás, o medievalismo francês nunca terá perdido inteiramente uma tal tradição. A coleção em que a presente obra se integra é como que um repositório. E, com efeito, têm-nos dado nas últimas décadas os historiadores de além-Pirenéus sólidas sínteses sobre (e tendo apenas em conta os sécs. XIV-XV) Filipe o Belo (1285-1314)³, Filipe VI (1328-1350)⁴, João o Bom (1350-1364)⁵, Carlos VI (1380-1422)⁶, Luís XI (1461-1483)⁷, Carlos VIII (1483-1498)⁸ e Luís XII (1498-1515)⁹.

¹ «Introduction» da obra recenseada, p. 4.

² Cf. Françoise AUTRAND, Dominique BARTHÉLÉMY e Philippe CONTAMINE, «Espace (L') français: histoire politique du début du XI^e siècle à la fin du XV^e», in *Histoire (L') Médiévale en France: bilan et perspectives*, ed. Michel BALARD, Paris, Seuil, 1991, pp. 101-25, maxime 106.

³ Cf. Jean FAVIER, *Philippe le Bel*, Paris, Fayard, 1978; e Robert-Henri BAUTIER, «Diplomatique et histoire politique: ce que la critique diplomatique nous apprend sur la personnalité de Philippe le Bel», *Revue Historique*, CCLIX/1 (1978), pp. 3-27.

⁴ Cf. Raymond CAZELLES, *Société (La) politique et la crise de la royauté sous Philippe de Valois*, Paris, Librairie d'Argences, 1958.

⁵ Cf. Id., *Société politique, Noblesse et Couronne sous Jean le Bon et Charles V*, Genèbra/Paris, Droz, 1982; e Jean DEVIOSSE, *Jean le Bon*, Paris, Fayard, 1985. Sobre a obra de R. Cazelles, cf. A. L. de Carvalho HOMEM, «Raymond Cazelles (1917-1985)», in Id., *Portugal nos Finais da Idade Média: Estado, Instituições, Sociedade Política*, Lisboa, Horizonte, 1990, pp. 48-53.

⁶ Cf. *Bibliografia*, [5].

⁷ Cf. Pierre-Roger GAUSSIN, *Louis XI. Un roi entre deux mondes*, Paris, Nizet, 1976.

⁸ Cf. Yvonne LABANDE-MAILFERT, *Charles VIII et son milieu. La jeunesse au pouvoir*, Paris, Klincksieck, 1975; Id., *Charles VIII. Le vouloir et la destinée*, Paris, Fayard, 1986.

⁹ Cf. Bernard QUILLIET, *Louis XII*, Paris, Fayard, 1990. É óbvio que estou a ter exclusivamente em conta a produção bibliográfica de historiadores franceses. A lista poderia ainda alargar-se, nomeadamente com as contribuições dos norte-americanos Joseph R. STRAYER (*The Reign of Philip the Fair*, Princeton — New Jersey, Princeton University Press, 1980) e Paul Murray KENDALL (*Louis XI*, trad. franc., Paris, Fayard, 1974), e do inglês Malcolm VALE (*Charles VII*, Oxford, 1974). Sobre a obra de J. R. Strayer, cf. A. L. de Carvalho HOMEM e Judite Gonçalves de FREITAS, «"On a Medievalist's Death": Joseph R. Strayer (1904-1977)», *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. História*, II sér., VIII (1991), pp. 439-45.

Chega a vez de Carlos V (1364-1380)¹⁰. A obra de Françoise Autrand compreende uma *Introdução* e duas partes («*Jeunesse (1338-1364)*» e «*Sagesse (1364-1380)*»), espreiadas por um total de 34 capítulos.

Tomemos a *Introduction* (pp. 3-8). A Autora começa por evocar as ‘certezas’ da III República sobre Carlos V e o seu tempo: a expulsão do estrangeiro do solo pátrio; a boa administração exercida por «sábios conselheiros»; e a instrução. Ou seja, «*la liberté, l'unité et le progrès, dans un cadre national fermement cerné de bleu-blanc-rouge*» (p. 4). Mas o nosso século foi assistindo à ‘desconstrução’ respectiva:

— A guerra não é mais evocanda neste fim-de-século marcado por uma certa forma de construção europeia (cf. excerto transcrito a abrir);

— as ideias de «ruína da feudalidade» e de «declínio da nobreza» foram reduzidas à sua justa dimensão pelos trabalhos de Raymond Cazelles, historiador qualificado de «genial»: «*c'est lui qui a levé le tabou et renouvelé notre vision du XIV^e siècle, en montrant que la classe politique est alors résolument dominée par la noblesse*» (p. 5);

— e quanto ao «progresso da instrução», simbolizável numa biblioteca régia de 910 livros manuscritos, foi não raro reduzido a uma «empresa de propaganda», destinada a construir a imagem do *rei cristianíssimo*, do *imperador no seu reino*, de Carlos, o *Sábio* (p. 5).

Da celebração oitocentista ao olvido tardo-novecentista: será este o destino de Carlos V? É a propósito destas ‘flutuações’ da imagem do monarca na consciência dos Franceses que F. Autrand (re)coloca a questão do «Estado Moderno», do seu arranque (*décollage*), dos seus altos e baixos. Evocam-se os três grandes momentos ducentistas:

— O tempo de Filipe Augusto e os progressos da burocracia;

— a época de S. Luís e a reforma (hierarquizante) da Justiça, com o estabelecimento de um cume no Parlamento parisiense;

— e a era de Filipe o Belo, a rapidez dos progressos da administração régia, a emergência da Câmara das Contas, os métodos eficazes e racionais (eventualmente brutais) (pp. 6-7).

Ora os acontecimentos subsequentes (ascensão dos Capetos/Valois [1328], a guerra, as derrotas, o ónus da fiscalidade) pareceriam um passo atrás. Face a face estariam, agora, os partidários do «Estado Moderno» e os da realeza tradicional (respeitadora de privilégios, de velhos costumes, de laços pessoais). Entre estas duas vias (adianta desde já a Autora, para o «leitor apressado»), «*Charles V (...) a tracé son propre chemin*» (p. 7): caminho «moderno», e passando pela defesa da unidade indivisível do reino e da *honra* da Coroa; o que se busca não pela *brutalidade* dos métodos, mas por formas peculiares de *concertação*, pela ‘constitucionalidade’ do édito sobre a maioria dos monarcas franceses, por uma «política deliberada de *descentralização*».

¹⁰ Época aliás que, e em termos de sociedade política, estivera já presente na obra de R. Cazelles cit. *supra*, nota (5).

Tal é o quadro problemático em que se move o livro de F. Autrand. Completam o volume uma *Cronologia* (pp. 855-8), dez quadros genealógicos (pp. 859-68) e uma *Bibliografia* temática (pp. 868-75).

Uma interrogação final: quando é que os nossos medievistas se afoitam de vez a obras desta natureza? É óbvio que um D. Dinis, um Afonso IV, um Afonso V ou mesmo um João II carecem ainda de basta investigação. Mas um Afonso III, um Pedro I, um D. Fernando, um D. João I (há um antecedente ilustre num pequeno volume devido a Damião Peres, datado de 1917¹¹), um D. Duarte... Haverá que estimular os editores? Ou os historiadores?

Porto, 7 de Agosto de 1995

Armando Luís de Carvalho Homem

BIBLIOGRAFIA

(Principais obras de Françoise Autrand)

- [1] *Pouvoir et société en France (XIV-XV^e siècle)*, Paris, PUF, 1974.
- [2] *Naissance d'un grand corps de l'État. Les gens du Parlement de Paris (1345-1454)*, Paris, Publications de la Sorbonne, 1981.
- [3] [Ed.] *Conscience (La) européenne aux XV^e et XVI^e siècles. Actes du Colloque*, Paris, ENSJF, 1980.
- [4] [Ed.] *Prosopographie et genèse de l'État Moderne. Actes de la table ronde*, Paris, ENSJF, 1986.
- [5] *Charles VI. La folie du roi*, Paris, Fayard, 1986.
- [6] *Histoire de la fonction publique en France*, ed. M. PINET, I. *Des origines au XV^e siècle*, Paris, Nouvelle Librairie de France, 1993 (em colaboração com Eric BOURNAZEL e Pierre RICHÉ).

¹¹ Reed.: Damião PERES, *D. João I*, Porto, Vertente, 1983.

FICHEIRO DE ENTRADAS

- Abrente: Revista de la Real Academia Gallega — n.º 25 (1993).
 Acta Historica et Archaeologica Mediaevalia — n.º 14/15 (1993/1994).
 Africana — n.º especial 3 (1995); n.º 15 (1995).
 Al'uya: revista do Arquivo Histórico Municipal de Loulé — n.º 3 (1994).
 Anais: série História — vol. 1 (1994).
 Azulejo — n.º 1 (1991); n.º 2 (1992).
 Beira Alta — vol. 54, n.º 1/2 (1995); vol. 54, n.º 3/4 (1995).
 Boletim/Santa Casa da Misericórdia do Porto — ano 3, n.º 7 (1995); ano 3, n.º 8 (1995);
 ano 3, n.º 9 (1995).
 Boletim do Arquivo Histórico Militar — vol. 61 (1995).
 Brigantia: Revista de Cultura — vol. 15, n.º 1 (1995).
 Cadernos do Noroeste — vol. 6, n.º 1/2 (1993); vol. 7, n.º 1 (1994).
 Callipole: Revista de Cultura — n.º 2 (1994).
 Compostellanum: Revista de la Achidiocesis de Santiago de Compostela — vol. 3,
 n.º 3/4 (1994).
 Cuadernos de Historia Moderna — n.º 15 (1994).
 Cuadernos del Cemyr — n.º 1 (1993).
 Didaskalia — vol. 24, n.º 1 (1994); vol. 24, n.º 2 (1994).
 Estudis Castellonencs — n.º 6 (1994/1995).
 Estudos Ibero-Americanos — vol. 20, n.º 1 (1994); vol. 20, n.º 2 (1994).
 Faventia — n.º 16/1 (1994).
 Historia, Instituciones, Documentos — n.º 21 (1994).
 Humanística e Teologia — vol. 15, n.º 3 (1994); vol. 16, n.º 1/2 (1995).
 Jerónimo Zurita: Revista de História — n.º 65/66 (1992); n.º 67/68 (1993).
 Lusíada: Série de História — n.º 3 (1995).
 Mémoires de la Société Archéologique du Midi de la France — vol. 55 (1995).
 Mínia — 3.ª série, n.º 1 (1993); 3.ª série, n.º 2 (1994).
 Monumentos — n.º 1 (1994); n.º 2 (1995); n.º 3 (1995).
 (El) Museo de Pontevedra — vol. 45 (1991).
 Obradoiro de Historia Moderna — vol. 4 (1995).
 Perficit — vol. 19, n.º 1 (1995); vol. 19, n.º 2 (1995).
 Revista Agustiniiana — vol. 36, n.º 109 (1995); vol. 36, n.º 111 (1995).
 Revista Catarinense de História — n.º 3 (1995).
 Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas — n.º 5 (1990/1991), n.º 6 (1992/
 /1993); n.º 7 (1994).
 Revista de Ciências Históricas — vol. 9 (1994).
 Revista de Estudios Extremenos — vol. 51, n.º 1 (1995); vol. 51, n.º 2 (1995).
 Revista de Historia das Ideias — vol. 16 (1994).
 Revista Portuguesa de História — vol. 29 (1994); índices (1941/1993).

